



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL
DAS RELAÇÕES POLÍTICAS**

LUIZ NOBORU MURAMATSU

**MOVIMENTO CAMPONÊS E CAMPONÊS EM MOVIMENTO (Estudo
histórico da violência na frente pioneira do Noroeste do Espírito
Santo: 1950-1960)**

VITÓRIA

2015

LUIZ NOBORU MURAMATSU

**MOVIMENTO CAMPONES E CAMPONES EM MOVIMENTO (Estudo
histórico da violência na frente pioneira do Noroeste do Espírito
Santo: 1950-1960)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Barros Ferreira Rodrigues.

VITÓRIA

2015

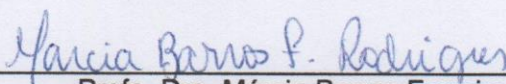
LUIZ NOBORU MURAMATSU

**MOVIMENTO CAMPONES E CAMPONES EM MOVIMENTO (Estudo histórico da
violência na frente pioneira do Noroeste do Espírito Santo: 1950-1960)**

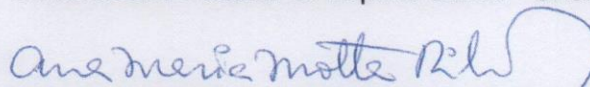
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovada em 16 de dezembro de 2015

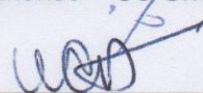
COMISSÃO EXAMINADORA



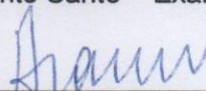
Profa. Dra. Márcia Barros Ferreira Rodrigues
Universidade Federal do Espírito Santo - Orientadora



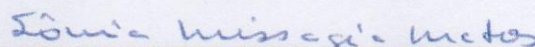
Profa. Dra. Ana Maria Motta Ribeiro
Universidade Federal Fluminense – Co-Orientadora



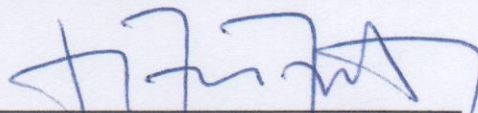
Profa. Dra. Maria Cristina Dadalto
Universidade Federal do Espírito Santo – Examinadora Interna



Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo – Examinador Interno



Profa. Dra. Sônia Missagia Matos
Universidade Federal do Espírito Santo – Examinadora Externa



Prof. Dr. Vitor Amorim de Angelo
Universidade Vila Velha – Examinador externo

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

M972m Muramatsu, Luiz Noboru, 1952-
Movimento camponês e camponês em movimento (estudo histórico da violência na frente pioneira do Noroeste do Espírito Santo nas décadas de 1950-60) / Luiz Noboru Muramatsu. – 2015.
342 f. : il.

Orientador: Márcia Barros Ferreira Rodrigues.

Coorientador: Ana Maria Motta Ribeiro.

Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Camponeses - Revoltas. 2. Movimentos sociais rurais - Ecoporanga. 3. Posse da terra - Ecoporanga. 4. Conflitos de terra. I. Rodrigues, Márcia Barros Ferreira. II. Ribeiro, Ana Maria Motta, 1951-. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 93/99

À memória dos **posseiros** de Ecoporanga,
mortos ao defenderem suas terras.

À memória da minha mãe **Sumiko** e do meu pai, **Zempei**
eles também, camponeses,
com os frutos da terra
nos alimentou e educou.

Aos meus filhos,
Vitor, Eric e Heitor,
que o meu amor paterno,
no outono da minha vida,
cubra a primavera de suas vidas...
e que Deus proteja-os em
todas as suas outras estações.
Para **Vera**, na esperança de um novo tempo.

AGRADECIMENTOS

Contei com a ajuda de muitas pessoas para realizar este trabalho. De uma forma ou de outra, tenho uma dívida especial para com todas elas. E sinceramente falando, esta é a única dívida boa na vida. Agradeço a todas pelo apoio amigo. Em primeiro lugar, sou profundamente grato a minha orientadora Profa. Dra. Márcia Barros Ferreira Rodrigues. Fui contemplado pela sua amizade e compreensão. Apostou arriscadamente no meu trabalho, quando eu já não mais acreditava em mim mesmo. Seu incentivo foi fundamental na feitura deste trabalho. A Profa. Dra. Ana Maria Mota Ribeiro por aceitar ser minha co-orientadora e confiar no meu trabalho. Tenho dívida especial com a Profa. Dra. Maria Cristina Dadalto, incentivando-me desde o começo, sugerindo caminhos importantíssimos para o meu trabalho. Aproveito para agradecer Adilson Vilaça, historiador, escritor e seu companheiro, também primeiro incentivador do meu trabalho, fornecendo-me amplo material inicial de pesquisa. Agradeço também a Profa. Dra. Sonia Missagia Matos, sempre companheira e seu humor mineiro foi e tem sido um estímulo a mais para, não só levar a bom termo o trabalho da tese, mas para conduzir com alegria o cotidiano da universidade. Ao jovem Prof. Dr. Vitor Amorim de Ângelo, agradeço por aceitar o convite para minha banca de defesa.

Ao Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco agradeço duplamente. Primeiramente pela paciência e compreensão em atender as minhas impertinentes solicitações de novos prazos. Sem sua ajuda, este trabalho não teria sido possível. E em segundo lugar, em disponibilizar seu tempo, competência e esforço e aceitar ser membro da banca. Agradeço a Profa. Dra. Vânia Maria Losada Moreira pela paciência em ler meu projeto inicial e fazer observações pertinentes e estimulantes que foram importantes no desenvolvimento do mesmo.

Aos colegas do Departamento de Ciências Sociais do qual faço parte, agradeço imensamente pelo apoio recebido de diferentes formas. Ao Professor João Carlos Saldanha do Nascimento Santos pela compreensão no auxílio didático durante vários semestres, além de companheiro nos Seminários do Cotaxé. Aos professores Izildo Correa Leite, Izabel Cristina Ferreira Borsoi, Celeste Ciccarone, Osvaldo Martins de Oliveira, Mauro Petersem Domingues, Antônia de Lourdes Colbari, Sandra Maria Vicentin de Oliveira, Marta Zorzal e Silva, Paulo Magalhães Araújo,

Francisco Lisandro Aragão Albernaz, pelo incentivo, sugestões e em especial a Sandro José da Silva pelo fornecimento de material de pesquisa.

Quero agradecer aos professores doutores do Programa de Pós-graduação em História da UFES onde tive a honra de participar como aluno: Adriana Pereira Campos, Valter Pires Pereira, Gilvan Ventura Silva, Geraldo Antonio Soares, Luis Fernando Beneduzi, Jussara Leite. Ueber Oliveira e Julio Cesar Bentivoglio. A este último pelo especial companheirismo.

Sou profundamente agradecido ao recém-doutor Belchior Monteiro Lima Neto, na condição de secretario do Programa de Pós-graduação em Historia não mediu esforços para me auxiliar, solidariedade esta que se estendeu como colega em sala de aula.

Agradeço ao Prof. Dr. Paulo Cesar Scarim, do Departamento de Geografia, pelas valiosas sugestões na área de sua competência. Igualmente sou grato ao Prof. Angelo de Sousa Zanoni, que me atendeu prontamente fornecendo cópia do seu trabalho. Agradeço também a Profa. Maria Ângela Rosa Soares pelas valiosas sugestões sobre historia oral.

Aos colegas da pós-graduação, Demian Ferreira da Cunha, Vitor Augusto Lage Pena e Elio Ramires Garcia pelos incentivos, companheirismo e troca de materiais. Tenho divida especial para com o Prof. Dr. Renato Rodrigues Neto, diretor do CCHN e para com o Prof. Dr. Armando Biondo Filho, diretor do CCE, ambos, em diversas ocasiões, não pouparam esforços para fornecer o apoio necessário para o meu trabalho de campo. Aos servidores do CCHN, Walace Coradi Vianna, Maria Cristina de Almeida Prado Xavier Siqueira e Adevaír Vitorio da Silva pelo apoio logístico e administrativo recebidos.

Agradeço fraternalmente, aos meus motoristas em várias ocasiões: Almir Antunes Sobreira, Edilson Luiz da Silva e Elias Fritoli. Almir, numa das andanças pelas fazendas da região de Ecoporanga, ficou na retaguarda, interceptando um cão raivoso, levando a mordida por mim. E ao Elias, por auxiliar, de forma divertida, nas conversas que tivemos com posseiros.

Sou profundamente agradecido pelo prontíssimo atendimento de Michele Rodrigues e Patrícia Pacheco de Barros da Biblioteca Central da UFES, orientando de forma carinhosa no procedimento de elaboração ficha catalográfica entre outros assuntos.

A lista do pessoal de Ecoporanga é imensa e espero não cometer nenhuma injustiça esquecendo de mencionar alguém. Sou muito grato ao Juiz do Fórum de

Ecoporanga, Dr. Bernardo Fajardo Lima por ter confiado em mim e franqueado os arquivos do Fórum. Agradeço muitíssimo a Andréa Borin e João Inácio Peixoto Rezende, casal amigo que me auxiliou na pesquisa do arquivo civil e criminal. A Bernard Falcão Lima, pelo incentivo e por ceder a funcionária Andrea Borin na pesquisa do arquivo. Sem ela, os processos não teriam chegado até mim. A Leidelane de Oliveira, no Fórum, pelos cafezinhos e litros de água gelada para amenizar o calor escaldante de Ecoporanga.

Sou grato ao Prefeito de Ecoporanga, Pedro Costa, pela substancial ajuda em obter informações decisivas e por me apresentar para pessoas da região. Seu carisma abriu as portas para muitas entrevistas. Em especial agradeço por me acompanhar em muitas andanças em busca dos depoentes. A Vander Antônio Costa e sua irmã, Ângela Costa, sou profundamente grato pela ajuda e acolhimento em Ecoporanga e em Vitória. A Vander por disponibilizar material de pesquisa e me incentivar, constantemente, na participação dos Seminários de Cotaxé. Agradeço a Sileci Viana da Silva e seu marido João Paulo pela acolhida calorosa em seu lar além de indicar pessoas que tiverem contato direto com o líder camponês Udelino.

Agradeço a Eduardo Alves Muquy, presidente da Câmara de Vereadores de Ecoporanga pelo fornecimento de material de pesquisa e apoio recebido, além de franquear a tribuna da Câmara de Vereadores de Ecoporanga para uma fala minha. Sou grato a Julmar Cruz da Fonseca e sua mãe, Dona Orlandina pelas preciosas entrevistas e informações referentes a documentação cartorial.

Agradeço a todos que me apoiaram em Ecoporanga e Cotaxé: Ana Fritz, Dona Regis e Geraldo do Hotel do Dico além de me acolherem, forneceram preciosas informações sobre pessoas e histórias da região. Adilelson Costa Ferreira pelas fotos do MST.

Agradeço ao Dr. Antonio Leão Bandeira de Melo e sua mãe Magda Leão por conversas, apoio e ajuda.

Quero agradecer a Josué Brochinni Serra (mais conhecido como o Amor do Cotaxé) e seu Alípio Serra pela acolhida em Cotaxé e pelas substanciais informações. A professora Maria Elvira da Silva Costa e a bióloga Mariana Araujo Azevedo pelas preciosas informações e fotos. A Geralda Maciel pela acolhida em sua casa e pela entrevista comovente. A Dona Nelci, pela acolhida em sua calorosa pensão.

Ao pessoal do IDAF, em Vitória, Vailson Schnnaider e Maria Hortência Morati Receputi pelas informações e materiais fornecidos, como também a Delton Almeida Matos do IDAF de Ecoporanga.

Especial agradecimento quero fazer ao amigo e poeta Paulino Leite, fundamental nas andanças que resultaram a minha pesquisa.

Agradeço também ao Prof. Luiz Carlos Vieira e seus alunos pelas preciosas informações prestadas, particularmente ao aluno Thiago Alves Bertolacio.

Tenho especial dívida com o historiador e altamente competente Tiago Matos Alves que não mediu esforços para fornecer material do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Agradeço também pelo trabalho árduo de pesquisa documental e transcrição das entrevistas dos meus estagiários de pesquisa: Antonio Carlos Rocha de Souza, Ivo da Silva Lopes e Danny Borges.

A família Laurindo, José e Imaculada sou profundamente grato pela acolhida.

Aos amigos incentivadores em muitas ocasiões: Túlio Kawata, Antonio David Protti, Marcelo Milheiro, Emanuela Alves sou muito grato.

Aos meus amigos, professora Silvia Salazar e Welty quero externar minha profunda gratidão pela bondade e paciência nas idas e vindas levando o meu Heitor ao Colégio Sagrado Coração de Maria enquanto eu me debruçava sobre a tese.

À Minha família de São Paulo, José Massaki, Mikiya, Hemiko , Kazuki e Tomáz Yurio me apoiando de longe, mas sempre na confiança de que eu terminaria este trabalho, sou profundamente agradecido.

E finalmente, de forma profunda, sou muito grato a grande amiga Lucia Helena Higashi pelas valiosas sugestões e pelas incontáveis preces que iluminaram meu caminho. Ao meu filho Vitor, me guiando pela psicologia social de Ecléa Bosi e ao meu filho Eric me orientando na perícia criminal e na estatística; meus adoráveis “meninos”, pelo apoio recebido em muitas ocasiões, sou muito agradecido. Sou especialmente grato a Denise Zuco pelo incentivo e inúmeras observações valiosas no meu trabalho acompanhados de otimismo e carinho nos momentos difíceis nas fases finais da tese. E por fim, sou profundamente agradecido a Vera, por cuidar do Heitor e de mim e assumir os afazeres da casa.

Porque, no fundo, se o subalterno era ontem uma coisa, hoje não mais o é: tornou-se uma pessoa histórica, um protagonista: se ontem era irresponsável, já que era “paciente” de uma vontade estranha, hoje se sente responsável, já que não é mais paciente, mas sim agente e necessariamente ativo e empreendedor. Mas, mesmo ontem, será que ele era apenas simples “paciente”, simples “coisa”, simples “irresponsabilidade”? Não, por certo; deve-se, aliás, sublinhar que o fatalismo não é senão a maneira pela qual os fracos se revestem de uma vontade ativa e real.

ANTONIO GRAMSCI

RESUMO

Ecoporanga, município situado no Noroeste do Espírito Santo, distante cerca de 290 km da capital Vitória, foi palco de intensos conflitos agrários entre 1950 e 1962. Nesta época esta área era conhecida por “região do contestado” devido a indefinição de limites entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais. Situada em zona pioneira e com grande extensão de terras devolutas, Ecoporanga passa a receber forte corrente migratória a procura de terras oriunda do Sul da Bahia e leste de Minas Gerais. Duas formas de direito se confrontam neste momento: o suposto direito de propriedade do fazendeiro e o de posse dos camponeses. A difusão da ideia de reforma agrária no Governo Goulart influenciou no acirramento das lutas. O desfecho histórico foi a expulsão, com o uso da força policial, durante o Governo Lindemberg, de todas as famílias de posseiros. Neste trabalho procuramos tecer algumas considerações sobre o uso da micro-história e o recurso da história oral para resgatar a saga dos posseiros, incluindo um rápido comentário sobre o surto de um movimento supostamente místico-religioso liderado por Udelino Alves de Matos.

Palavras-chaves: Ecoporanga; Conflito agrário; Micro-história; História oral e memória; Udelino Alves de Matos.

ABSTRACT

Ecoporanga, municipality located in the northwest of the State of Espírito Santo, Brazil, about 290km from the capital city Vitoria, was the stage for intense agrarian conflicts between 1950 and 1962. At that time, this area was known as “Contested Region”, due to the undefined border limits between the states of Espírito Santo and Minas Gerais. Located in a pioneer zone and having large amounts of unclaimed land, Ecoporanga started to receive a strong flow of land-seeking immigrants from the south of the State of Bahia and east of Minas Gerais. Two forms of legal rights were confronted at that time: the supposed farm owner's property rights and the peasants' ownership. The spread idea of agrarian reform in Goulart's Federal Government helped worsen the fights. The historical denouement was the expulsion of all landholder's families using police force, during the Lindemberg State Government. This study aims to discuss the use of micro-history and the oral history resource so as to recover memories of the landholders' saga, including a short comment on the rise of a reportedly mystical-religious movement led by Udelino Alves de Matos.

Keywords: Ecoporanga, Agrarian conflict, Micro-history, Memory and oral history, Udelino Alves de Matos.

LISTA DE FIGURAS, MAPAS E TABELAS

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Carta denúncia da Altaes.....	100
Figura 2 - Planta da Fazenda do “Franquin”.....	101
Figura 3 - Exemplo de compra e venda de madeira.....	102
Figura 4 - Pagamento de taxa para legalização de terras devolutas.....	103
Figura 5 - Fazenda Rezende, palco dos conflitos. Hoje apenas pasto.....	139
Figura 6 - Fazenda Rezende: córrego da Precata.....	139
Figura 7 - Restos da casa sede da Fazenda dos Rezendes.....	140
Figura 8 - Do que restou do depósito de armas da Fazenda do Abraão.....	140
Figura 9 - Nesses morros os corpos foram enterrados.....	143
Figura 10 – Curral onde os posseiros foram torturados.....	156
Figura 11 – Tumulo de Genoíno da Silva Gama.....	159
Figura 12 – Pistoleiro “Paredão” quando jovem.....	171
Figura 13 – Capela do córrego do Limão.....	207
Figura 14 – Adeus Cotaxé!	239
Figura 15 – De volta para Cotaxé. Acampamento do MST.....	239
Figura 16 – Casa de Tábua – apenas a placa.....	246
Figura 17 – Casa de Tábua – memória soterrada.....	247
Figura 18 – Camiseta estampando: “Pelas rotas de Udelino”.....	247
Figura 19 – Entrada da Caravana em Cotaxé – Seminário de 2014.....	248
Figura 20 – Entrada da Caravana em Cotaxé – Seminário de 2015.....	248
Figura 21 – Carta de Udelino ao soldado Altivo.....	276
Figura 22 – Carta de Udelino ao soldado Altivo (verso).....	277
Figura 23 – Pedreira abandonada em Ribeirãozinho.....	298
Figura 24 – Acampamento Derli Casali e Maria Isabel.....	306

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Ecoporanga, seus distritos e povoados.....	24
Mapa 2 – As quatro mesorregiões do Estado do Espírito Santo.....	70
Mapa 3 – A região do Contestado com seus municípios.....	105
Mapa 4 – Panorâmica da região do Contestado.....	106
Mapa 5 – Fazenda Menezes (“Franquin” – “Lamartin”).....	136
Mapa 6 – Fazenda Rezende e o Patrimônio de Estrela do Norte.....	138

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População da Região do Contestado em 1940 e 1950 conforme a cor.....	85
Tabela 2 – Região do Contestado em 1940 e 1950. População por grupos de idade.....	85
Tabela 3 – Evolução da densidade populacional. Espírito Santo e Região Contestado.....	118
Tabela 4 – Região do Contestado – Distribuição da população por ramo de atividade.....	119
Tabela 5 – Região do Contestado – população por origem segundo o estado da federação.....	121
Tabela 6 – Região do Contestado – 1940 – situação jurídica da terra.....	121
Tabela 7 – Região do Contestado - 1940. Qualidade do responsável pelo estabelecimento agropecuário.....	123
Tabela 8 – Região do Contestado – Estrutura fundiária em 1940.....	126
Tabela 9 – População do Contestado 1940-1950 conforme estado civil.....	128
Tabela 10 – Região do contestado – grupos religiosos 1940-1950.....	129

LISTAS DE SIGLAS

ALES- Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.
ALTAES – Associação dos Lavradores e trabalhadores agrícolas do Espírito Santo.
APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.
A.R. – Agente recenseador (do IBGE)
BC – Biblioteca Central (UFES).
CCE – Centro de Ciências Exatas (UFES).
CCHN – Centro de Ciências Humanas e Naturais (UFES).
CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.
CEMDP – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.
CIMBARRA – Companhia Industrial de Barra de São Mateus
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito.
CPDA – Centro de Pesquisa de Desenvolvimento Agrícola (UFRRJ).
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social.
ECO – Ecoporanga.
EDUFES – Editora da UFES.
EDUSC – Editora da Universidade do Sagrado Coração.
EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo.
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.
FCAA – Fundação Ceciliano Abel de Almeida (UFES).
FCE – Fondo de Cultura Econômica (México).
FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP).
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal.
IHGES – Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.
IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves.
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
IP – Inquérito Policial.
IPM - Inquérito Policial Militar.
LEMM – Laboratório de Estudos do Movimento Migratório (UFES)

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores.
MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra.
NEV – Núcleo de Estudos da Violência - USP
OMS – Organização Mundial de Saúde
PCB – Partido Comunista Brasileiro.
PCdoB – Partido Comunista do Brasil.
PEA – População economicamente ativa
PPGHIS – Programa de Pós-graduação em História (Ufes)
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.
PSD – Partido Social Democrata.
PMV – Prefeitura Municipal de Vitória.
PME – Prefeitura Municipal de Ecoporanga.
PMES – Polícia Militar do Estado do Espírito Santo.
PUF – Press Universitaire de France.
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.
SDH – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
S.G.E. – Serviço Geográfico do Exército.
S.N.R. – Serviço Nacional de Recenseamento. (IBGE)
UDN – União Democrática Nacional (partido).
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo.
UFF – Universidade Federal Fluminense.
UFG – Universidade Federal de Goiás.
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais.
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
USP – Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPITULO 1 – PENSANDO OS MOVIMENTOS AGRÁRIOS	25
1.1. O tema e suas fontes.....	25
1.2. Categorias e conceitos.....	30
1.3. Movimentos agrários.....	42
CAPITULO 2 – A FRENTE PIONEIRA EM MOVIMENTO	62
2.1. Ocupação territorial.....	62
2.2. Posseiros contra madeireiras.....	79
2.3. Região do Contestado: terras devolutas, palco dos conflitos.....	104
CAPITULO 3 – OS MOVIMENTOS NA FRENTE PIONEIRA	135
3.1. Fazenda Rezende 53 anos depois.....	135
3.2. A morte do soldado Brum (o que o inquérito policial revela e oculta).....	146
3.3. Chacina dos posseiros: desaparecimento dos corpos.....	175
3.4. Queima das casas dos posseiros.....	205
CAPITULO 4 – VOZES DA FRONTEIRA: RESGATE DA MEMÓRIA CAMPONESA	241
4.1. Amnésia Social.....	241
4.2. Desenraizamento Social.....	254
4.3. Udelino: Um visionário contra o latifúndio.....	261
CONSIDERAÇÕES FINAIS	302
REFERÊNCIAS	309
ANEXOS	322

INTRODUÇÃO

Este trabalho se enquadra, do ponto de vista mais abrangente, no estudo do movimento da fronteira brasileira e os conflitos daí decorrentes. Quando falamos em fronteira, estamos nos referindo ao processo histórico através do qual o espaço agrário brasileiro vai sendo ocupado pela expansão do capital. Esta expansão não é um processo linear. Ela apanha as regiões de formas diferenciadas e em tempos históricos diferentes. Nos centros urbanos poderá instituir as relações clássicas do capitalismo mas em outras regiões, ao contrário, poderá manter relações arcaicas de produção numa simbiose que combina formas desiguais de produção. É o caso, por exemplo, do vínculo da pequena propriedade com grandes empresas capitalistas (celulose, tabaco etc.) em que estas últimas subordinam as primeiras via circulação mercantil. Mas há casos em que o capital expropria diretamente quem está na terra. O camponês, neste caso o posseiro, é um empecilho para a expansão capitalista. Não importa se esta expansão é comandada por um capitalista cafeicultor, um capitalista ligado à pecuária, um capitalista ligado a atividade de extração de madeira ou minério, em todos estes casos o processo de expropriação da terra do posseiro foi inevitável. Foi esse o caso que ocorreu no noroeste do Espírito Santo e que relatamos neste trabalho. Esta é a maior área de terras devolutas do estado até hoje, e mesmo antes dos conflitos de 1950-60, esta área passou a ser ocupada inicialmente por posseiros, posteriormente vieram os grandes latifundiários, empresas madeireiras num processo desordenado que o Estado inoperante e com setores corruptos (MOREIRA, 2005, p. 231), não foi capaz de controlar. Este descontrole gerou o caos que foi esta ocupação. As raízes históricas desses conflitos vêm daí.

Entre 1950-1962 ocorreram intensos conflitos agrários na região Noroeste do Espírito Santo, particularmente no município de Ecoporanga¹, envolvendo de um lado, posseiros e do outro, grandes proprietários. É possível selecionar três características históricas e geográficas dessa região que definem a singularidade desses conflitos.

¹ Ecoporanga dista aproximadamente 350 km da capital Vitória. É o terceiro maior município do Estado do Espírito Santo com 2.294.52 Km². Comporta os seguintes distritos e povoados. Distritos: Cotaxé, Imburana, Joaçuba, Prata dos Baianos, Santa Luzia do Norte, Santa Terezinha e Muritiba. Povoados: Santa Rita, Ribeirãozinho, Córrego Dois de Setembro, São Geraldo, Vermelho, Itapeba, Osvaldo Cruz e Patrimônio da Bandeira.

Primeiramente, Ecoporanga se encontra dentro de um espaço geográfico que se convencionou chamar de “Região do Contestado” em que os limites entre o estado de Minas Gerais e Espírito Santo não estavam bem definidos. (PONTES, 2007, passim). Embora este fator não seja a causa principal dos conflitos entre posseiros e fazendeiros, contribuiu para a sua ocorrência, pois criou uma situação de indefinição quanto a jurisdição sobre a propriedade em litígio.

A segunda característica está ligada à situação histórica das terras: tratava-se uma região de frente pioneira com vasta extensão de terras devolutas (MOREIRA, 2005, p. 223-224). Uma grande corrente migratória se dirige para esta frente pioneira originária principalmente de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia para ocupar essas terras (MARTINS, 1975, p. 43-50). Nas décadas de 1950 e 1960 ocorreu, portanto, um intenso movimento de legitimação de terras devolutas. A legitimação por parte do pequeno posseiro constituindo a maior parcela da população, não se deu da mesma forma como a burguesia agrária legitimou terras do Estado.

A terceira característica diz respeito à conjuntura política por que passava o Brasil neste período. Particularmente na década de 1960, no governo Goulart, quando se propagou a ideia da reforma agrária nos moldes populistas. Esta ideia esteve presente entre posseiros da região. Assim, esta possibilidade de ocupação das terras mediante o mecanismo legal da reforma agrária pode ser apontado como um dos elementos explicativos da conflagração dos conflitos na região. Essas três características formam o panorama social, histórico e político em que ocorreram as tensões sociais na área. Na base dos conflitos está a luta pela terra envolvendo os “pioneiros” dessa região: posseiros *versus* grandes proprietários.

Em função deste cenário, formou-se uma tradição de luta pela terra nesta região. Esta tradição de luta foi-se constituindo ao longo do tempo, tendo o seu ponto alto no governo Goulart e declinando com a implantação do regime militar. Nos inícios dos anos 1950, Udelino Alves de Matos, um visionário vindo da Bahia tentou fundar um Estado independente na região do contestado, ocupando terras e distribuindo-as entre posseiros. Conhecido como Estado União de Jeovah, teve vida efêmera tendo em vista a forte repressão policial que se abateu sobre ele. Entre 1959 a 1961

intensos conflitos foram registrados entre posseiros e os supostos² donos da Fazenda Menezes no distrito de Cotaxe, no Córrego do Limão. Lideranças de posseiros se filiam ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e também, logo depois ocorre a atuação de militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), para estabelecer uma resistência organizada contra a ação de despejo movida pelos supostos proprietários e a polícia de Mucurici e Ecoporanga. Um líder camponês é morto e dois policiais saem gravemente feridos no confronto. Se o saldo ficasse apenas neste incidente nem poderíamos falar em movimento camponês. Porém, na época tanto as autoridades como a imprensa procuraram ocultar o fato de que houve muitas mortes de posseiros. Nosso trabalho procura resgatar esta história de ocultação dos mortos.

Um dos momentos críticos dessas tensões ocorreu em 1962, na Fazenda Rezende, localizada no povoado de Itapeba, quando os supostos donos, com o auxílio de uma “diligência” policial, composta de 16 soldados, resolveram adentrar na propriedade e despejar 40 famílias de posseiros ali instaladas procedendo a queima de suas casas. Houve resistência dos posseiros e no confronto um soldado foi morto e um saiu ferido. Como represália, o governo do Estado, na época, Carlos Monteiro Lindenberg, enviou cerca de 180 soldados partindo de Vitória e Colatina e a ocupação militar da Fazenda Rezende se deu no dia 18 de abril.³ Essa intervenção provocou a morte de quatro posseiros e a CPI que se instaurou naquele ano relata uma série de outras atrocidades como ameaças a políticos locais que davam certo apoio aos lavradores, torturas, estupros e desaparecimento de posseiros. Além da CPI citada, dois Inquéritos Policiais foram instaurados, mas os autores dos assassinatos nunca foram indiciados, tanto da parte da polícia quanto dos posseiros.

² O termo “suposto” será repetido várias vezes no texto, pois de fato, havia sérias dúvidas sobre a titularidade das terras dos fazendeiros. As dúvidas que dizem respeito quanto a ilegalidade de como estes títulos foram obtidos. Entre estas dúvidas estariam o local da lavratura da escritura da propriedade e do registro da mesma: em Teófilo Ottoni e não em algum cartório de Ecoporanga que seria o correto. Esclarecendo: pode-se lavar a escritura em qualquer cartório não só de Minas Gerais mas em qualquer cartório do Brasil. Porém, o registro do título de propriedade só pode se dar na cidade onde está localizada a propriedade. No caso da fazenda Lamartin/Franquim, o grosso de suas terras a **escritura** era de Teófilo Ottoni, mas não havia **registro** destas terras em nenhum cartório de Ecoporanga. Portanto, terras com títulos mais de duvidosos.

³ A Gazeta começou a publicar notícias sobre os conflitos do dia 18 a 25 de abril de 1962. A referência à série completa de reportagens produzida pelo jornal A Gazeta está na parte final desta tese: “Referências”, item: “Jornais impressos”.

Embora discorra sobre processos históricos e sociais mais amplos, a metodologia central deste trabalho consistiu na aplicação da micro-história, da história pontual. Ou seja, isolamos uma pequena faceta da realidade para procedermos a sua descrição. Foi o caso da fazenda Rezende que apresentou um volume de informações mais adequado para trabalhar o tema. Através das mortes de posseiros e soldados tentamos construir um panorama dos conflitos.

Utilizamos o recurso da história oral para fazer a reconstrução da memória coletiva local. Particularmente estávamos interessados em verificar se ficaram na memória da comunidade os intensos conflitos ocorridos há décadas, ou se a comunidade procurou esquecer esse “passado trágico” da região.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo procuramos tecer algumas considerações metodológicas que procuram explicitar a forma como tratamos o tema. Discutimos aí a neutralidade científica do historiador ou o seu posicionamento político. Este é um dos grandes problemas das ciências sociais e não sabemos se existe uma solução adequada para ele. Porém, fundamentando em Marx, via Löwy, (1985) entendemos que não há uma incompatibilidade entre fazer ciência e tomar partido a partir de um ponto de vista de classe. Até pelo contrário, certos pontos de vista nos abrem um *horizonte de visibilidade* mais amplo e nos posicionamos num *farol mais elevado* que nos permite visualizar *uma paisagem da verdade* mais ampla. Ao contrário, certos pontos de vista são verdadeiros óculos ideológicos que turvam a nossa vista.

Assim, procuramos ver a história do ponto de vista de quem sofreu o processo de expropriação de suas terras, dos posseiros. Eles carregam um ponto de vista calcado na exclusão e na dor. Esta opção pelo ponto de vista deles é política, mas também científica. Não estamos dizendo que a política deve fundar a ciência. Neste ponto concordamos, em parte, com Weber (2011), no seu imperativo categórico de separar juízos de valor dos juízos de fato. Porém, o próprio processo de investigação parte de certos pressupostos carregados de juízos de valor, de pontos de vista que muitas vezes são pontos de vista de classe, que em termos explicativos não são equivalentes. O que nos foi possível constatar é que as elites agrárias capixabas, os jornais, a polícia adotaram, não raro, uma visão distorcida do posseiro. Um ponto de vista de classe, um juízo de valor que não correspondem a

realidade do posseiro. Este foi considerado “invasor”, “usurpador” de terras e até criminoso. Mas os grandes processos de usurpação das terras devolutas feitos por estas elites burlando as próprias leis ficaram encobertos, como lembra Vânia Moreira (2005). São estes processos que procuramos descrever no capítulo 2.

No capítulo 3 descrevemos os conflitos propriamente ditos. Como já nos referimos, optamos por fazer uma macro-história dos conflitos numa determinada fazenda específica: a fazenda Rezende. Esta escolha se deu por dois motivos: 1) No Fórum de Ecoporanga encontramos mais materiais (processos civis e criminais) relativos a esta fazenda. 2) foi nesta fazenda houve maior número de assassinatos e ocultação de cadáveres. Fizemos três visitas a ela, porém os vestígios de casas e plantações há muito se perderam. Através desses processos-crimes reconstruímos os acontecimentos na fazenda Rezende.

No capítulo 4 discorremos sobre a possibilidade de resgatar a memória das lutas dos posseiros de Cotaxé, problematizamos da possibilidade de se fazer o resgate desta memória tendo em vista que o posseiro é um itinerante por este Brasil, é um desenraizado no sentido atribuído por Ecléa Bosi (2003). No entanto, tem esta história que é a história das andanças por terras alheias. Por fim, apresentando de forma muito rápida história de Udelino Alves de Matos, líder camponês que se transformou um mito regional. Problematizamos sobre a diferença entre mito e realidade, mas mostrando que o Udelino, seja como mito ou realidade representou um incômodo para as classes dominantes.

Por fim, é importante considerar que o presente estudo se enquadra na tentativa de demonstrar a seguinte tese: o que aconteceu no noroeste do Espírito Santo, no período da crise do populismo no Brasil, foi um embate de classe em que o processo de exclusão das classes populares ao acesso a terra (processo este que vinha desde a lei de Terras de 1850) teve seu desfecho 100 anos depois, isto é, na década de 1950 e 1960. Porém este conflito de terras não termina em 1960. Ele continua até hoje. Trata-se uma questão não resolvida na sociedade brasileira. O estudo que realizamos em Ecoporanga registra historicamente apenas um momento desta luta. Como informa Martins (2010), no Brasil, na passagem do regime de escravidão para a moderna sociedade capitalista, o trabalho ficou “livre”, mas a terra “cativa”. Ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos em que o imigrante

européu encontrou a fronteira aberta e pode ocupar livremente a terra rumo ao oeste americano, no Brasil, para o recém-chegado imigrante europeu e recém-libertos escravos o acesso a terra só poderia se dar mediante compra, como instruía a Lei de Terras acima referida. Estes conflitos perduram até hoje em várias partes do Brasil principalmente nas regiões de fronteira. Foi o que ocorreu em Ecoporanga entre as décadas de 1950 e 1960.

Passaremos mais outros 100 anos para que possamos fazer uma “reforma” agrária que contemple de fato os reais interesses na grande maioria da população brasileira, ou iremos reproduzir as mesmas desigualdades sociais, com violência e exclusão? A questão da luta pela terra não é apenas uma questão social, mas uma questão histórica. Enquanto não se resolver esta questão, enquanto houver poucos com muita terra e muitos sem terra nenhuma, enquanto o capital subordinar a renda da terra, não teremos uma sociedade que minimamente contemple as necessidades do povo brasileiro.

O projeto político das classes populares, o projeto de um Udelino visualizando uma sociedade igualitária se constitui numa utopia extremamente perigosa para as classes dominantes brasileiras, pois toca na questão da propriedade da terra. Conforme assinala Florestan Fernandes⁴ (1981) a burguesia brasileira foi e continua incapaz de propor um projeto político que minimamente contemple os interesses da grande maioria dos brasileiros daí a sua necessidade de reprimir o projeto político muito mais avançado das classes populares, dentre elas a dos posseiros, dos pequenos produtores, dos operários e até dos movimentos messiânicos.

⁴ Referimos às colocações de Florestan Fernandes no seu livro clássico: *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Nesta obra, cuja primeira edição é de 1974, porém já em gestação desde 1966 como resposta ao golpe militar de 1964, Florestan Fernandes defende esta ideia de que o projeto político das classes populares seria muito mais avançado socialmente daquele proposto pelas elites, daí a forte repressão que se abateu sobre os defensores do projeto socialista.



Mapa 1 – Município de Ecoporanga com seus respectivos distritos e povoados em 2010.
 Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves.

CAPÍTULO 1. PENSANDO OS MOVIMENTOS AGRÁRIOS

1.1. O TEMA E SUAS FONTES

Este capítulo tem como finalidade apresentar algumas considerações teóricas e metodológicas as quais servirão de guia para o estudo dos movimentos agrários no noroeste do Espírito Santo (1950-1960). Portanto, a intenção aqui é a de levantar algumas questões que possam contribuir para a elaboração de um referencial teórico e uma metodologia que sejam adequadas para tratar os acontecimentos históricos que ocorreram naquela região. No entanto, não é o nosso propósito fazer o ouvinte mergulhar na problemática da produção de uma teoria ou na problemática do método. Mesmo porque a questão do método em Ciências Sociais não é o tema central deste trabalho. Assim, nossa intenção não é o de apresentar uma exposição elaborada sobre a questão dos métodos da História. *As considerações teóricas e metodológicas* aqui dizem respeito a discussão de certas categorias e conceitos (que apresentaremos adiante) que vamos utilizar na pesquisa as quais necessitam de um esclarecimento prévio. De certa forma, estas categorias e conceitos embora sejam discutidos previamente em separado do corpo do trabalho, então implícitas no momento da descrição dos fenômenos históricos que aqui estamos analisando. Assim, ao descrevermos uma realidade tais como os conflitos na frente pioneira estamos simultaneamente utilizando para esta própria descrição as categorias e conceitos aqui evidenciados.

Para dar prosseguimento a este primeiro capítulo seria interessante apresentar inicialmente, mesmo que de forma resumida, o objeto do nosso trabalho de pesquisa. Assim, este capítulo será dividido em duas partes. 1. Uma exposição resumida do tema do nosso estudo. 2. Considerações da metodologia e dos conceitos e categorias envolvidas nesse estudo.

O título do nosso trabalho de doutorado em História é: *Movimento Camponês e Camponês em Movimento (Estudo histórico da violência na frente pioneira do noroeste do Espírito Santo nas décadas de 1950-60 e sua reprodução no meio urbano atual)*. A pesquisa tem como proposta estudar os conflitos agrários que ocorreram no distrito de Cotaxé, no município de Ecoporanga, noroeste do estado

do Espírito Santo, entre as décadas de 1950 a 1960. Na época, esta região, com nítidas características de uma *frente pioneira*, era conhecida como “Zona do Contestado”, zona essa disputada por Minas Gerais e Espírito Santo. Nessa região, justamente por ser pioneira, os limites sociais e jurídicos da propriedade da terra não estavam consolidados à época dos conflitos.

Conforme as fontes por nós pesquisadas neste trabalho⁵ inicia-se, desta forma, uma luta pela posse da terra envolvendo, de um lado, centenas de posseiros e do outro, grandes latifundiários (fazendeiros e empresas madeireiras), mediada pelo Estado. Conforme relatos de jornais da época⁶ a intervenção do Estado no conflito, através da polícia militar, teve como resultado a expulsão violenta dos posseiros daquela área “preservando os interesses dos grandes latifundiários”. Dessa forma o tema central da pesquisa proposta diz respeito aos estudos dos movimentos sociais agrários e suas relações com a sociedade local e inclusiva.

Há um relativo consenso entre aqueles que estudaram e escreveram sobre a história desses inúmeros conflitos agrários de que eles podem ser resumidos em dois grandes movimentos sociais.

Um primeiro que vai de 1950-1954 quando ocorre ali um movimento de características, supostamente, messiânicas. A respeito desse movimento, o jornalista Luzimar Nogueira Dias, fazendo uma reportagem após 25 anos decorridos os acontecimentos, informa que os

primeiros conflitos entre camponeses e latifundiários ocorreram, de fato, em Cotaxé, com a chegada de Udelino Alves de Matos e outros desbravadores, no final dos anos 40. Uma luta que as autoridades da época compararam a uma “nova Canudos”. [...]. Udelino seria um Antonio Conselheiro, por sua religiosidade, misticismo, tentando fundar um novo estado na região litigiosa, com o nome de “Estado União de Jeová”. Udelino contava com o apoio da Igreja local e de um deputado federal eleito pelo Espírito Santo. O Governo Jones Santos, sem qualquer mandato judicial, enviou um comando militar à zona para dizimar o movimento, em fevereiro de 1953. Udelino conseguiu

⁵ Ver as fontes nas referências.

⁶ Como já foi assinalado, o principal jornal que acompanhou os acontecimentos na época foi “A Gazeta”. Posteriormente, em 1979, “A Tribuna” passou a editar uma série de reportagens históricas sobre estes acontecimentos, desenvolvidas pelo próprio Luzimar Nogueira Dias e por Ângelo Ziviani Zurlo, o que resultou no livro *Massacre em Ecoporanga (Lutas camponesas no Espírito Santo)*, aparecendo a autoria apenas de Luzimar Nogueira Dias.

escapar ao cerco policial e nunca mais foi visto em Cotaxé. (DIAS, 1984, p.13).⁷

Este movimento foi comparado ao de Canudos (VILAÇA, 2007a), não tanto pelas dimensões que tomou, mas pelas semelhanças ideológicas. Algumas fontes indicam que Udelino teria conseguido formar um grupo entre 450 a 600 homens armados (DIAS, 1984, pp. 53-54) e mesmo até chegando a “[...] estimular mais de 800 homens armados, com espingardas, foices, facas e revólveres, visando ocupar terras das grandes propriedades a fim de reparti-las entre os posseiros.” (AQUINO et al, 2000, p. 601).

Reprimido este primeiro movimento um segundo volta a ocorrer, entre 1954 a 1964. Os posseiros e retirantes começam a retornar à região. Um dado novo neste cenário é que a luta dos posseiros passa a ser organizada por militantes do Partido Comunista (PC) e posteriormente do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Entre 1957 até 1964 o conflito se alastra em vários distritos de Ecoporanga, particularmente em Cotaxé, Itapeba, Imburana e Estrela do Norte.

Ainda de acordo com Dias, (1984, pp. 17-20), em 1962, falava-se em mais de 500 posseiros “amotinados” em Itapeba ameaçando invadir a cidade de Ecoporanga. Boato este que motivou a intervenção policial. Em um confronto desigual entre jagunços e pistoleiros contratados pelos fazendeiros e tropas da polícia militar de um lado, e posseiros despreparados do outro, o que se viu foi um massacre. Posseiros assassinados e torturados, cabanas foram queimadas, mulheres estupradas e famílias inteiras expulsas das terras.

O conflito atingiu o ápice em abril de 1962, quando o Judiciário e o Executivo locais – em defesa do latifúndio - apresentaram ao Governo Estadual uma imagem de violência, com a possibilidade de invasão da sede municipal por posseiros armados. Sem qualquer mandato judicial, o Governo Carlos Lindenberg enviou à região uma centena de soldados, chefiados pessoalmente pelo comandante da Polícia Militar. A fazenda foi atacada para desalojar os “revoltosos”. Um crime premeditado contra pioneiros desorganizados e indefesos, diante do aparato bélico utilizado pela Polícia Militar. Poucas espingardas de caça contra fuzis e metralhadoras. (DIAS, p. 13)

Nesse segundo movimento, como já foi referido, houve a atuação do PC. A luta dos posseiros ganha um dimensão política maior. Em 1957 realiza-se em Vitória o I

⁷ - O Deputado Federal ao qual Luzimar Dias faz referência nesta citação é Wilson Cunha, eleito através do Espírito Santo, em 1950 pela PTB, também proprietário de terras na região de Ecoporanga. Faz um longo depoimento na CPI de 1953, pp. 54-90.

Congresso Estadual de Lavradores e em 1962, no II Congresso, com mais de 300 delegados discute-se a Reforma Agrária. (AQUINO et al, 2000, p. 606-608). O golpe de 1964 implicou o fim desse movimento, no que diz respeito a sua atuação em Cotaxé e Ecoporanga. O que não significa o fim da atuação do PC e PC do B no meio agrário. Esta atuação se desloca para outras regiões. Dias (1984, pp. 128-29) fala desses últimos momentos do movimento dos posseiros e as alternativas futuras:

O Partido Comunista do Brasil no Espírito Santo pensou, por um certo tempo, em montar um dispositivo, uma base de apoio, de resistência. O Partido não percebeu – e na época não dava para perceber – que o golpe havia sido tentando várias vezes e que agora tinha vindo para ficar. Isso porque o movimento popular, que cobrou algum ânimo a partir do governo Juscelino -, não tinha se organizado para a revolução e não havia uma vanguarda revolucionária. Neste contexto estava o pessoal de Cotaxé, sem qualquer perspectiva. Fazer o quê? As opções eram poucas: dando tiro, matando um policial ou um jagunço e perdendo um ou dois companheiros, ou sair para Goiás, Paraná, Rondônia ou Mato Grosso? O recurso para aquele pessoal era mudar de região, como o recurso para o movimento operário, estudantil, foi a clandestinidade.

Presenciou-se a partir de então um forte esvaziamento demográfico da região mediante o êxodo da população para outras frentes pioneiras e outras partes do país ou mesmo migrando para centros urbanos maiores.

Vilaça (2007, p. 17) ressalta o tremendo crescimento populacional da região do contestado onde se localiza Ecoporanga de 1940 a 1950 (portanto no período da ocupação pioneira), passando a população, neste período de 66.994 habitantes para 162.062. Outro estudioso do assunto, Pontes (2007) informa que este crescimento prosseguiu em ritmo acelerado até a década de 1960, atingindo a espantosa marca de 384.297 habitantes. “A população havia sido multiplicada por seis em apenas vinte anos. Não há registro de crescimento semelhante em qualquer outra região do Brasil naqueles tempos.” (PONTES, 2007, p. 54).

Ecoporanga contava em 1960 com 86 mil habitantes caindo para 13 mil, em 1970, conforme dados do IBGE (VILAÇA, 2011). A que se deve este esvaziamento? O clima de temor e insegurança existente na região teve grande contribuição neste processo de esvaziamento. É esta conclusão final da dissertação de Pontes (2007, p. 176):

Podemos assim arrematar nossa pesquisa com a conclusão de que o clima de temor e insegurança que acometeu a região estudada contribuiu, sobremaneira, para o êxodo campesino verificado na zona contestada na

década de 1970, sendo essa a razão pela qual o esvaziamento daquela região se deu de forma mais intensa do que em outras regiões do país.

Em linhas muito gerais, na essência, estes são os acontecimentos que se pretende investigar, analisando o processo de sua produção (sua gênese histórica) e os desdobramentos posteriores que marcaram até hoje a sociedade capixaba.

Em termos documentais, principais fontes da pesquisa diretamente ligadas ao tema são: a) os dois relatórios das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) de 1953 e 1961. b) o trabalho jornalístico de Dias (1984), Vilaça (1997, 2007a, 2007b e 2011), Pontes (2007), Santos Neves e Pacheco (1992). Abaurre (2000), e Gomes de Souza (1998).

Cabem aqui algumas observações a respeito da ordenação das fontes de pesquisa apresentadas no final deste trabalho e quanto a tomada de depoimentos para reconstruir a história dos conflitos em Ecoporanga através da história oral.

Fomos guiados pela qualificação técnica da fonte e não da importância que ela assume na elaboração do trabalho. Preferimos seguir o padrão recomendado pela ABNT. Assim, incluímos na categoria fonte primária impressa toda documentação de fonte primeira, não trabalhada, tais como documentação cartorial, processos civis e criminais, CPIs, mensagens de governo, cartas, relatórios do governo, enfim toda gama de documentação escrita que é a “matéria-prima” do trabalho do historiador. Incluímos nesta categoria de fontes, as dissertações, teses acadêmicas e palestras em congressos, encontros e colóquios sejam elas impressas ou disponibilizadas nos meios eletrônicos. Deste modo, algumas fontes amplamente utilizadas por nós, devido a sua natureza técnica (livros, por exemplo) aparecem nas obras de apoio, tais como os trabalhos de Adilson Vilaça (2007a e 2007b), Luzimar Nogueira Dias (1984), José de Souza Martins (várias obras), pois já são obras publicadas.

Para a realização deste trabalho nos deslocamos para a região de Ecoporanga por inúmeras vezes entre os anos de 2013 a 2015, sempre nas férias escolares, nos meses de janeiro e julho. Fizemos centenas de entrevistas sobre as quais seria importante apresentar alguns esclarecimentos.

Todas as entrevistas foram gravadas e esta gravação foi devidamente autorizada pelo depoente. A sua utilização no corpo do trabalho (seja uma fala ou uma foto) foi devidamente autorizado pelo depoente. A escolha dos depoentes dependeu,

evidentemente do dado que se queria pesquisar. Podemos estabelecer a seguir dois grandes grupos de depoentes de acordo com o assunto a investigar.

- a) A luta dos posseiros no interior das fazendas. Procuramos na região (e também na grande Vitória), posseiros e seus descendentes para este tema. Mas também policiais e seus descendentes que participaram desta luta.
- b) Formação histórica da região. Depoimentos dos moradores mais antigos de Ecoporanga, Cotaxé, Imburana, Itapeva, na medida em que estes conhecem melhor a região. Incluem nesta categoria, tropeiros, ex-prefeitos, vereadores, agrimensores, técnicos agrícolas, secretários municipais, agente de pastoral, professores, sindicalistas, escritores e poetas, antigos moradores, fazendeiros e seus herdeiros.

A *grosso modo* é esta a divisão. Não há uma linha rigorosa que divide estes dois grupos. Não raro, o entrevistado começava falando sobre a região mas se adentrava no passado falando das lutas daquela época, ou o inverso também acontecia: começava falando das lutas e desembocava nos tempos atuais, nos problemas da região. Isso se deve ao fato de que optamos por uma entrevista aberta em que procuramos deixar o entrevistado discorrer livremente a partir de uma pergunta inicial que direcionava a conversa. A escolha das pessoas a serem entrevistadas foi por indicação. Passo a passo, de pessoa a pessoa. Uma indicando outra. No final de cada conversa sempre surgia a nossa pergunta: “Você conhece alguém que sabe sobre este assunto?”, ou “Você poderia indicar quem sabe disso?”. Porém, muitas vezes o próprio entrevistado, ele mesmo, informava que “fulano sabe sobre isso”, ou “sabe mais que eu” (algumas vezes com receio de prestar uma informação, “passava a responsabilidade para outros”).

1.2. CATEGORIA E CONCEITOS

Uma das principais fontes escrita sobre os acontecimentos é o trabalho jornalístico de Dias (1984), cuja interpretação dos fatos é abertamente marxista. Aqui cabem duas observações. 1. Há várias correntes dentro do marxismo de modo que um conceito pode ter significados distintos dependendo a partir de que corrente se está falando (é o caso do conceito de ideologia, por exemplo). Com isso estamos

querendo dizer que a interpretação marxista do jornalista Dias, ideologicamente ligado ao PCB, pode não ser fiel a certos conceitos elaborados por Marx. 2. Não estamos dizendo que a interpretação marxista é uma distorção. Pelo contrário, somos favoráveis a ela. Não descartamos a possibilidade de utilizar a explicação materialista-dialética dos fenômenos sociais e históricos. Também consideramos absolutamente legítima, pela sua militância política, o referido jornalista interpretar os conflitos camponeses a partir de uma perspectiva marxista, ou a partir da sua interpretação dos conceitos marxistas. O próprio Dias afirma que não era sua preocupação fazer análise sociológica ou política a respeito das lutas camponesas no Espírito Santo. Trata-se de uma reportagem, embora repleta de pesquisa. (DIAS, 1984, p.11). Cabe ao historiador analisar essa interpretação do jornalista e incorporar criticamente ao seu trabalho. O trabalho de reportagem do jornalista, embora repleta de pesquisas, não é ciência (tal como a História e a Sociologia). É uma das matérias primas com o qual trabalha o historiador e como outras matérias (tais como depoimentos, documentos cartoriais, imagens, monumentos) devem ser submetido a uma análise crítica.

O grande mérito de Luzimar Nogueira Dias foi, através de um paciente trabalho de investigação jornalístico, ter resgatado a história do “massacre de Ecoporanga”, mais de vinte anos depois de ocorrido os fatos. O grande problema para o historiador quando ele enfrenta este tipo de material é que ele não informa de onde extraiu as fontes, exceto quando se refere as CPIs de 1950 e 1960. E mesmo quando faz referência a esta fonte legislativa não indica a localização exata da citação em termos da paginação daqueles processos. Apenas como exemplo, para ilustrar o problema que estamos expondo, Dias (1984, p. 21) apresenta uma fala de José das Virgens, presidente da ALTAES (Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Espírito Santo), defendendo os posseiros contra as violências de latifundiários e policiais na fazenda Rezende. No entanto, não informa a fonte. Isto é, esta defesa foi uma carta dirigida ao Governador? Ou foi um ofício endereçado a autoridade policial, ou para a Assembleia Legislativa Estadual? Ou ainda um manifesto editado em algum jornal. Assim, o nosso trabalho foi a de cotejar com outras fontes e na ausência destas confiar na veracidade da informação com o acréscimo desta ressalva.

Nesse ponto é que entra a contribuição de Durkheim (1967 e 1971), para equacionar o problema da objetividade do pesquisador diante da realidade que está estudando. A pergunta é: a metodologia elaborada por Durkheim, um sociólogo de origem, pode servir como ferramenta para estudar os fenômenos sociais daquela região e naquele período histórico? A nossa resposta é sim, apostando na imensa atualidade deste grande clássico da sociologia. A geração de cientistas sociais e historiadores cuja graduação ou pós-graduação ocorreu em plena ditadura militar no Brasil, particularmente na década de 1970, negou a importância da contribuição de Durkheim e tomou como sinônimos o positivismo com o autoritarismo. Não significa que o positivismo não seja passível de severa crítica. Mas, ao negar a importância de Durkheim representantes desta geração contribuíram para um atraso no avanço das pesquisas em ciências sociais. Isto porque ao negarem a impossibilidade da neutralidade e imparcialidade do conhecimento em ciências sociais (tese proposta por Durkheim) caíram no extremo oposto: na crença de que basta aderir a uma visão da classe oprimida para assegurar uma versão verdadeira dos fatos. Em que sentido a sua metodologia nos pode ajudar na pesquisa?

Como se sabe, a primeira e principal regra do método de investigação social proposta por Durkheim é: **considerar os fatos sociais como se fossem coisas**. O que isto significa? Para Durkheim, todo cientista social, (e a nosso ver, seja este, um historiador, um antropólogo, um sociólogo) deve ter esta atitude, esta postura intelectual. Diante de qualquer objeto, realidade, fato histórico, social, acontecimento político, fenômeno religioso, devemos ter a postura de que estamos vendo-os como se fosse a primeira vez, ou seja, como nunca tivéssemos visto estes fatos antes. Esta postura de distanciamento em relação ao objeto é condição fundamental para que possamos senão eliminar todas as pré-noções, pré-juízos ou preconceitos, pelo menos minimizar seus efeitos.

A nosso ver, apesar desta metodologia ser discutível, como assinalou Michael Löwy (1985), há no entanto um fundo de verdade nela, que é o seguinte: fazer ciência é a incansável tentativa da busca da verdade dos fatos. Se partirmos do princípio de que pouco importa os fatos e o que vale é na nossa pura interpretação subjetiva dos mesmos então nem vale a pena fazer ciência. Aplicando este postulado a nossa pesquisa, então se partimos desde o princípio da investigação, se pré-concebemos sem provas de que houve arbitrariedades praticadas pelos poderes judiciários e executivos, violência policial, que o Estado promoveu uma verdadeira chacina, que

latifundiários massacraram posseiros às dezenas, sem investigar os fatos então deixamos de fazer ciência para ficarmos nas pré-noções, no que já se ouviu falar. É neste sentido que a regra proposta por Durkheim é importante. Aliás, este é o princípio que fundou a ciência moderna desde Galileu: observar os fatos, investigar, coletar provas e depois deduzir considerações as quais podem ser provisórias implicando novas investigações.

Para observar esta regra proposta por Durkheim, seguimos uma série de procedimentos investigativos:

- a) Levantamento de todo material impresso escrito sobre o conflito. Duas CPIs foram instauradas na ocasião para investigar os fatos: um em 1953 e outro em 1961, além de inúmeros inquéritos policiais. Procedemos a uma leitura atenta e estabelecemos a crítica desses documentos. Investigamos tanto as circunstâncias políticas em que foram produzidas, como também os seus produtores. Não raros estes documentos oficiais, particularmente os inquéritos policiais são produzidos em determinadas circunstâncias coercitivas que distorcem a realidade dos fatos.
- b) Acompanhamos atentamente a versão de todos os envolvidos. Investigamos documentos que falam deste conflito do ponto de vista também da Polícia Militar.
- c) Investigamos atentamente a versão que aparece na imprensa da época, particularmente do jornal “A Gazeta”. Mesmo que não haja um capítulo específico sobre a visão que a imprensa teve na época (o que já seria tema para outra tese), ficamos atentos em relação à versão dos fatos a partir deste jornal.
- d) Estes conflitos ocorreram há mais de 50 anos e seu desfecho foi a saída dos posseiros da região. Na verdade, os posseiros foram forçados a deixar Ecoporanga e se deslocaram principalmente para Rondônia e Mato Grosso. Encontramos apenas um posseiro vivo na região, atualmente com 98 anos. E pela idade sua lucidez se perdeu no tempo. Assim, uma história contada a partir do oprimido só foi possível pelo relato dos descendentes (filhos, irmãos mais novos) através da história oral deste grupo.

Seguindo as recomendações de Durkheim, da dúvida metódica e cartesiana, deveríamos ainda nos perguntar se de fato houve ali verdadeiramente um “movimento social” e para tanto devemos conceituar o que vem a ser um movimento

social. Durkheim jamais esteve entre os aborígenes australianos quando produziu, em 1912, *“As formas elementares da vida religiosa”*. Valeu-se de outras fontes, mas seguramente não fez trabalho de campo, etnográfico, como hoje o faz um antropólogo. No nosso caso, as condições da investigação nos permitiu que fôssemos ao local onde ocorreram os fatos. Assim, foi de fundamental importância a viagem e vivência na própria região de Ecoporanga, sem a qual consideramos impossível fazer a reconstrução histórica dos acontecimentos. Foi o que fizemos durante todo ano de 2014 e 2015.

A nosso ver, a exigência da objetividade do conhecimento mediante procedimentos racionais proposta por Durkheim é um consenso dentro das ciências sociais. Não estamos dizendo que determinadas teorias carregam a verdade e outras são totalmente falsas. Estamos dizendo que um dos postulados-chaves da ciência e nisso ela diferencia do senso comum é o olhar objetivo livre de pré-noções e preconceitos. Conseguir-la já é outro problema. No campo da investigação científica o senso comum é um obstáculo epistemológico conforme observou Gaston Bachelard (1996, p. 17-90). Nisso Durkheim não difere nem de Marx e nem de Weber. Os três, cada um a seu modo contrapõem a ciência, de um lado (enquanto procedimento racional) ao conhecimento do senso comum, do outro (muitas vezes baseados em pressupostos não racionais). No caso de Marx, basta lembrarmos-nos da sua famosa frase, no prefácio de *O Capital*: *“se aparência e essência das coisas se coincidissem, a ciência seria supérflua”*⁸ para perceber a oposição que ele estabelecia entre ciência e senso comum. No caso de Weber, basta lembrar também seu esforço monumental em dar um caráter científico à Sociologia procurando separar juízos de valor e juízos de realidade como também, separava a ciência da política. Esta é a grande contribuição de Durkheim: dúvida metódica e cartesiana diante da realidade. Esta é a grande lição que este mestre do final do século XIX e início do XX nos legou. Legado este pouco utilizado pois é confundido com uma postura positivista conservada, como assinalamos

⁸ Marx utiliza esta frase para fazer a crítica ao caráter supérfluo da economia vulgar, como se segue: “Na realidade, a economia vulgar se limita a interpretar, a sistematizar e a pregar doutrinariamente as idéias dos agentes do capital, prisioneiros das relações de produção burguesas. Por isso, não admira que de todo se harmonize com as evidentes contradições absurdas e completas (aliás, **toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas**); que aí se sinta em casa, parecendo-lhe essas relações tanto mais naturais quanto mais nelas se dissimule o nexos causal, e assim correspondam às idéias vigentes. (MARX, 1986, p. 939, grifos nossos).

anteriormente. Porém alguns postulados da Sociologia de Durkheim ficam difíceis de serem incorporados à pesquisa. Por exemplo, a ideia de que a sociedade é regulada por leis iguais ou semelhantes àsquelas existentes na natureza e que, portanto reinaria uma harmonia natural na sociedade. Isto implica em afirmar que em havendo essas leis naturais não cabe ao homem interpretar tais leis, mas apenas captá-las objetivamente. Portanto, fica difícil aceitar o fato de que o historiador ou cientista social não faz uma leitura da realidade. O historiador jamais conta a história tal qual ela ocorreu. Sempre será uma visão do passado a partir da perspectiva do presente. A história sempre é interpretação, sempre é uma leitura a partir seja de uma visão de mundo grupal, da classe, de uma religião, de uma cultura. A subjetividade do pesquisador é *conditio sine qua non* para que ele possa fazer a seleção dos fatos. A realidade não é um dado bruto como pensava o positivismo. Ela é literalmente reconstruída a partir da relação entre o sujeito (pesquisador) e o objeto pesquisado (VIEIRA et al, 1991, p. 49). A realidade é literalmente uma construção do pensamento.

É nesse ponto que Durkheim se distancia de Marx e este é superior àquele. Para Marx, não há uma incompatibilidade entre a adesão a uma visão de classe e a produção do conhecimento científico social. Há muito tempo Marx já demonstrou esta sintonia. Ou seja, para Marx não há uma incoerência entre o pesquisador tomar partido de uma visão de mundo de uma determinada classe social e ao mesmo tempo fazer ciência. A própria produção teórica de Marx é um exemplo vivo disso. Marx fala a partir do ponto de vista da classe trabalhadora e de nenhuma outra classe, acreditando que este ponto de vista é o que permite ir além das aparências do mundo capitalista, pois é o único ponto de vista capaz de desvendar as relações de dominação política e exploração econômica existentes no capitalismo.

É nesse sentido que para estudar os movimentos agrários que eclodiram na década de 1950 e 1960 escolhemos um referencial teórico e metodológico que contenha os três princípios básicos de análise de qualquer fenômeno humano, quais sejam: 1. O princípio da historicidade. 2. O princípio da totalidade e o 3. Princípio da contradição. Acreditamos que os conceitos produzidos por Marx é a principal fonte que atende a esses princípios. Falamos em principal porque, acreditamos como assinala Barros (2005, p. 88-89), a compatibilidade entre diversas abordagens teóricas, desde que elas possam integrar um quadro coerente que atenda esses três princípios.

A categoria da historicidade procura dar conta do fato de que todo fenômeno social, econômico, político, cultural, religioso é histórico. Qualquer fenômeno da vida social é histórico. Está no fluxo da história. Não existe fenômeno fixo, eterno. Tudo é produto da história, inclusive o próprio historiador, sua história e a História que produz.

A categoria da totalidade procura dar conta do fato de que todo e qualquer fenômeno só pode ser entendido como fazendo parte de um todo orgânico que é a própria história. Como assinala Vieira (1991, p.18)

Ao historiador cabe dar, ao objeto eleito para estudo, uma explicação global dos fatos humanos, acima de qualquer compartimentalização, centrando o eixo dessa explicação nos mecanismos que asseguram a exploração e a dominação de uns homens sobre os outros, e que se traduzem nas relações econômicas, políticas, sociais, culturais, nas tradições, nos sistemas de valores, nas ideias e formas institucionais.

A categoria da contradição procura dar conta das tensões constitutivas das formações sociais. Como já foi assinalado na citação acima, são contradições de classes que se expressam principalmente (mas não exclusivamente) nas relações econômicas de exploração e nas relações políticas de dominação de uma classe por outra.

Como até recentemente, na versão dos fatos históricos sempre prevaleceu o ponto de vista dos dominantes (do branco em detrimento do negro, do homem em detrimento da mulher, do governante em detrimento do governado e no nosso caso, do latifundiário em detrimento do camponês), a opção que fazemos é no sentido de elaborar uma história do ponto de vista do dominado. Como assinala Vieira (1991, p. 27)

A trama da luta de classes envolve não apenas práticas, atitudes, como também a memorização do acontecer social que também faz parte do exercício do poder. Faz parte do exercício do poder ocultar a diferença, a contradição, decidindo o que deve ser lembrado, como deve ser lembrado e, em contrapartida, o que deve ser esquecido. Dependendo da força que um agente social teve no passado, sua fala será capaz ou não de ser perpetuada. Uma vez que até agora tem prevalecido o dominante, sua fala se perpetua com muito maior facilidade. (...) Isto nos leva a refletir sobre a natureza comprometida do historiador e da história por ele produzida, seja com o seu tempo, seja com uma ótica de classe.

Do que foi exposto acima, pode-se dizer que um dos conceitos chaves da tradição marxista é o de ideologia. Como pretendemos utilizar esse conceito na nossa pesquisa cabem aqui algumas considerações sobre qual o significado que

atribuímos a esse conceito. Utilizaremos aqui as colocações de Eagleton (1997) sobre esse conceito. Dentre os vários sentidos do conceito de ideologia discutidos por Eagleton aqueles que consideramos mais significativo para a nossa pesquisa dizem respeito: a) a ideologia como uma forma de dominação, mas também: b) ideologia como uma forma de interpretar o mundo. Para estes dois sentidos, complementamos com os textos de Löwy (1985) e Chauí (1997)

Para os propósitos do nosso trabalho importa observar o seguinte aspecto da questão sobre a ideologia. Todos estes conflitos não são apenas embates entre grupos e classes sociais que envolvem apenas interesses econômicos, materiais. Trata-se de verdadeiros confrontos ideológicos, diferentes concepções a respeito do mundo muitas vezes mutuamente excludentes. No que se refere a tese que estamos apresentando, é o caso, por exemplo, da concepção diferenciada que o posseiro e o grande latifundiário têm sobre a propriedade da terra. Aquele encara a terra como meio de trabalho este como mercadoria. Martins (1975) já havia observado esta diferenciada concepção em torno da propriedade da terra quando a frente pioneira se sobrepõe sobre a frente de expansão, como veremos adiante.

Um conceito de ideologia que possa ser operacionalmente eficaz para a nossa pesquisa deve ser capaz de descrever esta realidade contraditória. O nosso receio é de que o uso do conceito de ideologia com tantos sentidos diferenciados inclusive alguns mutuamente excludentes, mais prejudica do que ajuda enquanto recurso heurístico. Porém, uma vez apresentada a operacionalização deste conceito, isto é, qual o sentido que damos a ele, creio que evitamos este prejuízo.

Tendo isto em vista, dentre os vários sentidos dados por Eagleton (1997) ao conceito de ideologia, é particularmente interessante para nós apenas dois deles: a) a ideologia como forma de dominação de classe e b) a ideologia como forma de manifestação da consciência de grupos determinados para entender o seu mundo. Esses dois sentidos também são discutidos por Löwy (1985)⁹ e Chauí (1997) e, portanto as observações desses autores serão utilizadas por nós para operacionalizar esse conceito. Porém a matriz desses autores acaba sem o próprio Marx e, portanto devemos reportar a ele.

⁹ Para evitar repetições, a partir deste ponto, toda referência a Michael Löwy, diz respeito a sua obra *"Ideologia e ciência social"* cuja referência completa encontra-se no final deste trabalho.

O grande risco de quem se propõe a trabalhar com o conceito de ideologia ou das formas de representação social em geral é o de reduzir a ideologia enquanto epifenômeno das condições reais de existência. A ideologia seria, portanto apenas uma derivação das condições materiais não tendo pouco ou nenhum peso na explicação dos fenômenos concretos. Nesse sentido, alguns autores afirmam que a origem deste reducionismo estaria também em Marx. A partir da famosa frase de Marx (1978) no *Prefácio para a Contribuição da Crítica da Economia Política* de que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”, é que muitos passaram a acusar Marx de economicista. Não devido a esta frase em si, mas por que, para estes acusadores, para Marx a infraestrutura econômica determina a superestrutura jurídica, política e ideológica. Afinal de contas, o conceito marxista de ideologia é operacional, isto é, serve como ferramenta de trabalho do historiador? Nossa resposta é sim. Para isso vamos recorrer ao texto de Löwy.

Conforme Löwy, à época de Marx duas correntes filosóficas tentaram resolver o problema da relação entre as circunstâncias materiais e a consciência ou, em outras palavras, entre a prática e a ideologia respectivamente. Uma primeira corrente é o materialismo vulgar. Para o materialismo vulgar dos enciclopedistas, as condições materiais determinavam mecanicamente a consciência. A mentalidade de um povo deriva de sua vida material. Portanto, para que houvesse uma transformação da sociedade era preciso primeiro mudar as condições materiais e feita esta mudança haveria automaticamente a mudança da mentalidade. Nesse tipo de concepção caí-se num círculo vicioso tendo em vista que o povo não tinha condições de mudar as condições materiais e permanecia na ignorância e esta por sua vez reforçava as condições materiais miseráveis.

Uma segunda corrente, segundo Löwy, é o idealismo crítico. Para esta corrente, ao contrário da primeira, devemos primeiro mudar as ideias, as ideias erradas, a mentalidade errada para produzindo as ideias certas aplicá-las para alterar as circunstâncias materiais. Neste caso, o combate principal era contra as ideias.

Ambas acabam caindo na impotência pois são incapazes de promover uma real transformação da sociedade. Löwy, citando Lukács¹⁰, informa que neste tipo de enfrentamento temos o dilema da impotência, pois uma é refém do fatalismo das leis puras das condições materiais e outra é refém do moralismo das puras intenções.

Marx, em 1845, nas *Teses sobre Feuerbach*, (MARX e ENGELS, 1972), vem dar uma nova luz a esta questão e sua solução é uma verdadeira superação dialética da limitação das duas correntes anteriores. Marx não separa ação e pensamento, o fazer e o pensar, a teoria e a prática, a produção material da história e a produção das representações (ideologia). Como Marx (1972) assinala na *Ideologia Alemã*: os homens produzem materialmente, mas simultaneamente produzem ideias que justificam e legitimam esta produção material. Não se trata de produzir primeiro as condições materiais para depois produzir as ideias ou vice-versa. Estas duas dimensões se dão simultaneamente num mesmo processo. No entanto, isto não significa que os homens produzem ideias que realmente representam a realidade vivida. Muitas vezes representam de forma invertida esta realidade.

Esta palavra “processo” tem seu real peso aqui. É no processo real que se produz a história material como a história das ideologias. Por exemplo, uma sociedade nova depende da maneira (depende do processo) de como ela é construída. Uma sociedade livre é um ato de liberdade. Uma sociedade democrática não é produzida de cima para baixo, mas se faz no processo e sua de sua elaboração deve ser democrática.

Toda esta discussão é para mostrar que uma pesquisa sobre os movimentos sociais agrários deve apanhar simultaneamente as causas históricas dos mesmos e as elaborações ideológicas dos seus protagonistas mesmo que essas elaborações não traduzam realmente a realidade, mas representam a forma como a perceberam, seja real ou imaginária.

Para Eagleton (1997) (evidentemente ele está apenas informando um dos sentidos correntes do conceito de ideologia não necessariamente concordando com ele) a

¹⁰ Trata-se do conhecido trabalho de Lukács: *“Historia e consciência de classe”*. Vide referência completa deste livro no final deste trabalho.

ideologia pode ser considerada uma forma de manifestação da consciência de grupos determinados para entender o seu mundo. Nesse sentido, as representações sociais dos posseiros não diferem das representações sociais dos latifundiários e as desses dos representantes do Estado (tais como a polícia). Da mesma forma, ideologia é o que pensa sindicalistas, deputados, delegados, jornalistas. Um conceito tão indiferenciado assim passa a não ser eficaz na medida em que quer explicar tudo, mas acaba por não explicar nada.

Seguindo Löwy que por sua vez se apoiou em Mannheim¹¹, podemos dizer que há ideologias e ideologias. A ideologia do camponês não é a mesma da ideologia do latifundiário, mesmo que compartilhem uma religião, façam parte do mesmo sistema de compadrio, tenham alguns valores morais em comum e até torçam pelo mesmo time. As diferenças fundantes estão nas estruturas políticas ligadas ao poder. Para Mannheim os vários grupos e classes sociais existentes na sociedade se posicionam de forma diferenciadas em relação a detenção do poder. Aqueles grupos que estão no poder e lutam para manter seus interesses econômicos e seu *status quo* produzem visões de mundo que são ideológicas. Assim, ideologia é uma forma de dominação. Aqueles grupos que desenvolvem uma crítica negativa e se opõe as classes que estão no poder produzem visões de mundo que são utópicas. Assim, utopia é uma forma de contra ideologia.

Ao pesquisamos a realidade, e nela os grupos sociais, as categorias e as classes sociais na sua diversidade, pode parecer que esta classificação se apresente simplificada. Mas ela se apresenta como um excelente recurso operacional. Com isso não se coloca no mesmo lado, latifundiários e posseiros. Pelo contrário, marca suas diferenças. Assim, podemos falar de uma ideologia dos latifundiários e uma utopia camponesa. Mas jamais podemos falar, por tudo que foi dito anteriormente, o contrário, isto é, uma ideologia camponesa e uma utopia dos latifundiários.

Cabe lembrar, no entanto que não há uma homologia e um alinhamento completo entre classe e sua representação. Classes oprimidas podem não visualizar as

¹¹ A obra de Mannheim é *Ideologia e Utopia*. Ver informação completa no final deste trabalho, "Referências" no item "Bibliografia de apoio".

causas reais sua própria opressão. Não é o que normalmente ocorre? Isto porque além da ideologia temos o fenômeno da alienação. Mais uma vez, para Marx a alienação não tem seu fundamento último na consciência dos homens embora ali se manifeste. A alienação é um dado real, histórico. Henri Lefebvre (1968), estranhamente um marxista esquecido pela esquerda brasileira, já observou em inúmeras obras suas que a consciência do oprimido não é nem totalmente alienada nem totalmente crítica, mas uma mistura das duas, uma mistura de verdade e falsidade. Um claro e escuro da consciência do oprimido. É o que ele definiu como *consciência ambígua*. Os oprimidos não vivem o tempo todo conscientes de sua opressão. Até pelo contrário. Este não entendimento de que são oprimidos faz parte da própria opressão. Porém, há momentos em que se dão conta, de uma forma ou de outra, ao seu modo, desta opressão. Os movimentos de revolta contra a opressão, de recusa da ordem, os movimentos agrários de luta contra a dominação dos donos da terra são momentos significativos em que aflora a consciência crítica do oprimido, é onde vemos a ruptura da alienação. Ruptura aqui não entendida como o fim da alienação, mas a tomada de consciência das raízes da opressão e a resistência a ela.

Cabe, portanto investigar naquela região do noroeste do ES como historicamente se desenrolou o conflito entre grupos e classes sociais. Como os vários atores sociais, sejam eles posseiros, camponeses, arrendatários, grandes proprietários, empresários da extração da madeira, representantes do Estado, policiais, políticos, sindicalistas, enfim homens e mulheres vivenciaram aqueles anos de conflito e como produziram um imaginário (coletivo ou individual) através do qual representaram suas lutas e suas vidas.

Assim, não há como fugir da temática sobre as representações (ideológicas ou utópicas) dos atores envolvidos no processo histórico. Nisso as ciências sociais como a história e a sociologia em particular se diferenciam da economia por exemplo. Pois enquanto o economista está preocupado em estudar dados estruturais (e mesmo microssociais) da sociedade, o historiador e o sociólogo devem lidar não só com o que chamamos de realidade (seja histórica ou social), mas deve lidar com as representações que as pessoas fazem dessa mesma realidade. Representações essas que podem ser tanto ideologias como utópicas, reais ou fictícias, verdadeiras ou imaginárias, místicas ou racionais.

Finalizando este capítulo, nos valem das colocações de Chauí (1997) em que ela adverte que é muito importante estar, o tempo todo, alerta ao que ela denominou de discurso competente. Trata-se do discurso do poder, daquele discurso das classes sociais vencedoras e por isso se dão o direito de falar em nome dos vencidos. Este discurso habita os documentos pesquisados, sejam eles livros, CPIs, inquéritos, processos civis e criminais, notícias de jornais quando aí aparecem as falas dos vencedores. É também no silêncio dos vencidos que podemos resgatar sua história. Pois este silêncio já é um *indício* que fala da sua história. Este silêncio é um *sintoma* que deve ser levado em conta pelo historiador.¹² Que sentido teria a produção de uma ciência da história que reproduzisse, mesmo que involuntariamente, este discurso competente ao nível da academia?

Nesse ponto é que acreditamos que há uma diferença radical entre a proposta de Durkheim e a de Marx. Como já foi assinalado anteriormente, mas reafirmando: para Durkheim a toma de distância em relação ao objeto estudado implica em não tomar partido de nenhum ponto de vista. Para Marx, pelo contrário, não há uma incompatibilidade entre tomar partido a partir de uma posição de classe e a produção do conhecimento. Pelo contrário, certos pontos de vista de classe representam limites ao entendimento enquanto que outros abrem um amplo campo de visibilidade, um horizonte mais vasto. Fazer subir o oprimido na tribuna da história para que dê a sua versão dos acontecimentos é a finalidade de todo conhecimento crítico. Esperamos fazer nosso trabalho nessa linha.

1.3. MOVIMENTOS AGRÁRIOS

Não custa repetir que região de Ecoporanga presenciou dois movimentos sociais agrários distintos. Um primeiro movimento, ocorrido na década de 1950, de características místico-religiosa liderada por um camponês visionário, chamado Udelino Alves de Matos que tentou fundar um Estado “tampão” na área de litígio de limites entre Minas Gerais e Espírito Santo, denominada “Contestado”. Veremos mais detalhes deste movimento no capítulo 4 deste trabalho. Um segundo movimento, ocorrido na década de 1960, de natureza laica, envolvendo de um lado

¹² Aqui se trata de utilizar, como já assinalamos no nosso projeto de pesquisa, do método indiciário. A respeito da deste método ver especialmente Márcia Barros F. Rodrigues (2006)

posseiros e de outro, grandes fazendeiros na luta pela terra. Tais conflitos contaram com a participação do Estado, tanto no sentido de uma forte repressão ao movimento (enviando força militar para expulsar os posseiros) quando no sentido de verificar os fatos através da instauração de uma CPI pela Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (instaurada em 1961, porém só começando a investigar em 1962). A luta dos posseiros ocorreu em inúmeras fazendas, destacando-se com mais intensidade na fazenda Menezes (que na fala dos posseiros era do “Franquim” – Francisco Modesto de Menezes e depois passou para o “Lamartin” – Lamartine Loureiro) e na fazenda Rezende (do fazendeiro Antonio Rezende). No interior da fazenda Menezes passa o córrego do Limão entre outros, daí que se fala de “posseiros do córrego do Limão”. Esta fazenda faz parte do distrito de Cotaxé. Já a fazenda Rezende pertence ao distrito de Itapeba, fazendo divisa com um pequeno povoado denominado Estrela do Norte. A participação do PC e do PCdoB se deu nas duas fazendas acima mencionadas, porém com mais intensidade na primeira – Fazenda Menezes – tendo em vista as lideranças que resistiram e se opuseram aos latifundiários tinham o apoio de militantes dos dois partidos. São os líderes Genoíno da Silva Gama, Benício Jacinto da Silva, José das Virgens e outros¹³.

Se for válida nossa constatação, à luz fontes existentes (já apresentadas) e à luz das observações de campo, da existência de dois movimentos (um místico-religioso, liderada por Udelino em 1950 e outro laico, dos posseiros de Cotaxé e Itapeba de 1960) numa mesma região, seria oportuno analisar as diferenças e semelhanças entre ambos. Trata-se de um só movimento que se inicia com Udelino em 1950 e termina com o advento da ditadura em 1964?¹⁴ Ou seriam movimentos diferentes ocorridos no mesmo território, no mesmo espaço? Haveria continuidade ou ruptura entre eles.

Em função destas questões achamos por bem dialogar com Hobsbawm (1975, 1978, 1982) sobre a distinção que faz entre movimentos políticos e movimentos

¹³ A respeito da relação dos posseiros com o PC e o PCdoB, ver RAMIRES (2015).

¹⁴ Mesmo com o advento da ditadura em 1964, restaram alguns militantes do PCdoB e um grupo remanescente de posseiros que saíram em 1966 conforme informações de “Parangába”, em entrevista concedida a nós em junho de 2015. “Parangába” militou junto aos posseiros de Cotaxé até 1966, quando fugiu para Mato Grosso. De fato, seu nome originalmente verdadeiro é Carlos Augusto de Lima Paz. Devido à perseguição da ditadura, na clandestinidade teve outros nomes entre eles Raimundo Cardoso de Freitas. Informações mais detalhadas sobre “Parangába” verificar nas reportagens do jornal **O Globo** (“A dupla identidade de um clandestino na democracia”) e **Amazonas em Tempo**, (“Um Raimundo que volta a ser Carlos”) cuja referência completa encontra-se no final deste trabalho.

políticos. Hobsbawm faz esta discussão principalmente em duas obras suas, *Rebeldes Primitivos* (1978) e *Bandidos* (1975), mas ela aparece em outros trabalhos seus¹⁵. Vamos expor de maneira muito simplificada os principais pontos da tese de Hobsbawm a respeito desses movimentos e ver se a distinção entre movimentos pré-políticos e políticos se aplica nos movimentos que estamos analisando.

Para Hobsbawm, os movimentos pré-políticos são aqueles movimentos “arcaicos”, “tradicionais”, desencadeados por populações primitivas. Os movimentos messiânicos ou milenaristas estariam enquadrados nesse caso. Dedução nossa, a partir desta conceituação, no caso do Brasil, Canudos na Bahia e Contestado em Santa Catarina e Paraná seriam, no esquema de Hobsbawm, tipicamente movimentos pré-políticos. Em oposição temos os movimentos políticos ligados a racionalização da economia com o advento do capitalismo, uma sociedade secularizada onde já temos a constituição do Estado moderno e suas instituições. Os movimentos operários, os sindicais e de partidos políticos seriam exemplos desses movimentos. Enfim, movimentos pautados por ações onde predomina uma lógica racional-legal. Hobsbawm denuncia os preconceitos de autores racionalistas e “modernistas” os quais consideram que os movimentos arcaicos são resíduos do passado, bizarros, marginais, de populações atrasadas. Para Hobsbawm pelo contrário, essas populações primitivas, particularmente as populações rurais (campesinato) longe de serem marginais jogaram (no século XX, e ainda jogam a nosso ver) um papel fundamental nas transformações sociais. Outra observação importante que Hobsbawm faz e que tem implicações importantes para a nossa tese é a sua insistência em não fazer a distinção entre a dimensão laica e religiosa dos movimentos sociais:

O tipo de comunidade que produziu as heresias milenaristas não se presta a uma distinção muito clara entre o religioso e o secular. Discutir a respeito de saber se uma seita é religiosa ou social não tem fundamento, pois ela será sempre e automaticamente, de um modo ou de outro, as duas coisas. (1978, p. 81)

Ou seja, não existe movimento religioso “puro”. Não se pode falar que tal ou qual movimento é apenas um movimento religioso sem nenhuma dimensão política. Se aplicarmos essas considerações ao nosso trabalho parece que fica evidente que a pregação profética (religiosa) de Udelino é diretamente política. Senão não seria

¹⁵ Ver neste caso, Hobsbawm (1976) e Hobsbawm e Rudé (1982).

violentamente reprimida como o foi. Udelino é a expressão desta população oprimida e mobilizou elementos de sua própria cultura para tentar entender as transformações que estavam se processando naquela área e se contrapor a ela. Esse é o sentido de muitas mobilizações do campesinato não só nas frentes pioneiras como também no mundo rural como um todo quando são apanhados pela modernização capitalista. Michael Löwy (2010, p.6) num ensaio sobre a rica produção de Hobsbawm sobre os movimentos milenaristas, sintetiza as principais teses do historiador inglês:

Para compreender tais revoltas, observa Hobsbawm, é preciso partir da verificação de que a modernização, a irrupção do capitalismo em sociedades camponesas tradicionais, a introdução do liberalismo econômico e das relações sociais modernas significam para elas uma verdadeira catástrofe, um autêntico cataclismo social que as desarticula completamente (*out of joint* é o termo inglês intraduzível). Quer esse advento do mundo capitalista moderno seja um processo insidioso, pela operação das forças econômicas que os camponeses não compreendem, quer uma irrupção brutal, por conquista ou mudança de regime, eles o veem como uma agressão mortal a seu modo de vida. As revoltas camponesas de massa contra essa nova ordem, vivida como insuportavelmente injusta, são frequentemente inspiradas pela nostalgia do mundo tradicional, do "velho e bom tempo" - mais ou menos mítico - e assumem a forma de uma espécie de "ludismo político".

Tomando como orientação as observações Hobsbawm (Apud, Löwy, 2010, p. 6), acima expostas, o foco principal de estudo que apresentamos nesta tese pode ser enunciado nos itens que se seguem, sob a forma de perguntas: 1. Como se deu o processo de expansão capitalista na área? Pecuária de corte? Indústria da madeira? Lavouras brancas? 2. Como o Estado atuou nesse processo? 3. Como os camponeses vivenciaram esta “modernização”? Que impactos ela teve no modo de vida dessas pessoas? Uma agressão mortal ao modo de vida? 4. Como reagiram a essas mudanças? 5. Como as revoltas camponesas estão ligadas a resistência a estas mudanças? 6. Quais alternativas de vida foram postas para essas pessoas? Permanecer e adaptar-se à nova situação? Migrar para outras frentes pioneiras? Migrar para as cidades? Engajar-se em movimentos de revolta? Enfim são estas questões que nortearam o trabalho que ora apresentamos e avançamos algumas possíveis respostas ao longo dele.

Sob a designação genérica de “campesinato” entendemos um conjunto diverso de categorias sociais que vai desde o posseiro até o pequeno e médio proprietário,

passando pelo colono, arrendatário, foreiro, parceiro, meeiro e até mesmo o proletário agrícola. Nas frentes pioneiras essas categorias coexistiram em diferentes proporções. No noroeste do Espírito Santo parece que predominou o posseiro, já no oeste paulista, o pequeno arrendatário. A seguir vamos expor o referencial teórico que norteou nossa tese. Tendo em vista que elegemos como foco principal as revoltas camponesas no noroeste do Espírito Santo, devemos precisar melhor o que se entende por *camponês* e sua *atuação política*.

Observamos também que, da forma como o tema da tese está sendo proposto, percebe-se que existem dois conceitos-chaves que orientou a investigação: um é o conceito de **campesinato** outro é o de **frente pioneira**. Discorreremos sobre estes dois conceitos, não necessariamente num mesmo capítulo.

O reflorescimento dos estudos sobre o campesinato se refletiu em numerosas publicações sobre o tema, quer em revistas especializadas ou em livros. Esquecido ou negligenciado, em meados dos anos de 1960 o campesinato passa a ser foco das atenções de antropólogos, cientistas políticos, sociólogos e historiadores. As razões apontadas para entender esse fenômeno, poderiam, em poucas palavras, ser assim resumidas: o campesinato passa a constituir-se num problema. Passou a ser um problema para aqueles que não conseguiam entender fenômenos tais como a sua persistência, tenacidade e potencialidade política.

Alguns eventos históricos particularmente relevantes parecem ter contribuído diretamente nas novas indagações que as ciências sociais se faziam. Os eventos mais destacados seriam aqueles relacionados aos movimentos de descolonização de países com forte presença camponesa. Um primeiro exemplo foi a Revolução Chinesa em que o campesinato desempenhou um papel central nos embates revolucionários. Um segundo exemplo, mais profundo, foi o Vietnã. Ali se deu a resistência de uma população eminentemente camponesa que, numa guerra desigual impunha tremenda derrota aos Estados Unidos, país mais desenvolvido e mais poderoso militarmente do mundo. (WOLF, 1972, p. 3-4; SHANIN, 1980, p.72 e ARCHETTI, 1976, p.7).

É quando o campesinato impõe o reconhecimento de sua presença como sujeito na história, saindo de sua subalternidade que parecia ser seu traço marcante, vindo a constituir-se em problema de estratégia militar e política, que ele emerge também

como objeto de análise. O camponês passa a incomodar estrategistas, políticos e intelectuais. As estratégias e debates em torno do campesinato não eram, pois de natureza especulativa. Buscavam em grande medida atender aos imperativos de uma ação prática, fosse no sentido de contê-lo, fosse no sentido de iluminar as ações camponesas na sua luta pela construção de uma nova sociedade. O sentido era pois prático-político.

Esses mesmos fatos históricos impunham, principalmente entre os estudiosos marxistas, uma revisão de seus conceitos acerca do campesinato. Um dos problemas que os novos fenômenos colocavam – questionando os velhos esquemas de análise – dizia respeito à sua própria existência ou persistência. Para certo marxismo ortodoxo, o desenvolvimento do capitalismo iria dissolver o campesinato. Mas isso não aconteceu. Pelo contrário, o campesinato mantinha sua forte presença, e em certos lugares, mais do que isso, houve, para alguns estudiosos uma “re-campenização”. Muitos marxistas abominam este conceito pois entendem que o camponês nunca esteve ausente no cenário social. A respeito desse fenômeno, Martins (1975) observa que em algumas regiões e setores da economia brasileira o capitalismo convive e se combina desigualmente com formas tradicionais tanto de produção como de relações sociais. Por sua vez, a forte presença política do camponês, envolvido em várias revoluções e em significativos conflitos, muitos deles envolvendo aparato militar numa verdadeira guerra, abalavam as concepções de um campesinato retrogrado, conservador. Seria bem possível traduzir a estupefação dos intelectuais que se debruçaram, a partir daí, sobre a problemática do campesinato e da ação política camponesa, numa frase de Shanin (1980, p. 275): *“El campesinado no encaja bien em ninguno de nuestros conceptos generales de sociedad contemporânea.”*

Os movimentos camponeses, no contexto histórico a que nos referimos, assumiram uma pluralidade de formas, desde conflitos políticos abertos e laicos, até a sua manifestação sob forma profético-religiosa. Assim como ocorreu uma pluralidade de formas de manifestações das inquietações camponesas, também o seu tratamento pelos estudiosos recebeu matizes teóricos e enfoques diferenciados, e que poderíamos sumariamente reduzir a duas perspectivas principais. Uma perspectiva micro e uma perspectiva macroestrutural.

A primeira perspectiva tem sido representada por uma tradição antropológica que fez do campesinato um de seus objetos de investigação. Esta perspectiva confere especial ênfase na análise da comunidade camponesa e das relações sociais que são travadas dentro dela.

Na segunda perspectiva se enquadram os estudos históricos, políticos e sociológicos. Nesses estudos, as preocupações mais relevantes ligam-se às análises das classes sociais, as interações entre elas e o Estado, bem com estudar o campesinato tomando um período de tempo mais longo.

As contribuições de ambas as perspectivas são por certo relevantes para o entendimento das várias dimensões que envolvem a existência camponesa. Os enfoques teóricos, a metodologia e as próprias técnicas de investigação que cada perspectiva adota são o resultado de uma divisão do trabalho intelectual. Porém, atualmente, do ponto de vista da prática da interdisciplinaridade e a partir de uma visão da realidade como complexidade como preconiza Edgar Morin (2000 e 2001)¹⁶, sabemos que esta divisão se não obstaculiza, pelo menos dificulta o entendimento mais amplo do campesinato.

Retomando a frase de Shanin de que o campesinato não se encaixa bem em nenhum dos nossos conceitos gerais da sociedade contemporânea, é possível atribuir essa dificuldade de definição à própria tradição marxista. Como se sabe, o marxismo desde o século XIX baseava seus fundamentos de transformação social, no contexto de uma sociedade que se industrializava, no papel predominante ou quase exclusivo do proletariado urbano. A concepção da sociedade em duas classes sociais (burguesia e proletariado) levou a tradição marxista a tratar o campesinato como resíduo. Seu desaparecimento era visto mais como um problema de velocidade em que tal processo se daria. (Shanin, 1980, p. 53 e Alavi, 1962, p. 300). O campesinato esteve marcado nesta perspectiva, por dois estigmas: o primeiro o de ser visto como residual, portanto sem maior importância histórica e o segundo, estava sob o determinismo de um proletariado revolucionário. Em consequência, o campesinato não parecia ter maior importância política. Lênin ao propor a aliança proletariado-campesinato parece ter contribuído para a cristalização desse papel

¹⁶ Iria Zanoni Gomes tem trabalhado com este paradigma da complexidade aplicando-o no estudo dos movimentos sociais agrários. Vide seus trabalhos *Terra & Subjetividade* (2001) e *1957: a revolta dos posseiros* (1986).

subalterno atribuído ao campesinato no que se refere às estratégias de ação revolucionária.

De forma bastante resumida podemos dizer que naquele momento o dilema dos marxistas era tentar explicar os seguintes pontos:

1. A persistência histórica do campesinato é uma realidade. Como interpretá-la?
2. O processo histórico real não confirmou a tese de uma tendência histórica à polarização de classe (burguesia x proletariado). Não só esta polarização não ocorreu, como, ao contrário, o processo histórico real produziu uma diferenciação inter e intra-classes muito mais complexa.
3. Nos grandes movimentos políticos contemporâneos que alteraram os rumos da história, os camponeses figuravam como atores importantes e centrais. Como, então, entender sua atuação política?

Para Shanin, não existe o camponês em abstrato. Ou seja, o camponês deslocado de um contexto societário mais amplo e de um contexto histórico particular, constitui uma mistificação (Shanin, 1980, P. 44). No entanto, no seu esforço de conceituação de camponês, Shanin afirma que a consideração do camponês como classe constitui-se num problema ainda não muito bem definido. A colocar-se, imaginariamente, o camponês dentro de um “continuum” ele poderia ser qualificado como uma “entidade social” com uma “categoria de classe” relativamente baixa, que só se expressa em situações de crise (Shanin, 1971, p. 290).

Este ponto de vista também é compartilhado do Hobsbawm (1976). Na leitura do texto deste último, é possível subentender certa definição de camponês apreendido a partir de uma identidade social, numa contraposição a outras classes, num tipo de concepção de “classe para outro”. As características desse sentimento de identificação ou identidade social parecem residir na sua subalternidade, inferioridade, pobreza e exploração (Hobsbawm, 1976, p. 50). A partir desses elementos, o camponês se reconhece e reconhece seus iguais. À inversa, estes mesmos elementos permitem que ele estabeleça uma distinção entre ele e aqueles que não compartilham da mesma situação ou condição de existência social produzindo o que Hobsbawm chama de “uma vaga consciência camponesa”.

Sem desconhecer a diferenciação camponesa, Wolf define o camponês como aquele cuja ocupação é a lavoura, na qual tem autonomia para desenvolver seu trabalho. As relações que o camponês mantém com o mercado são restritas à satisfação de necessidades que a produção doméstica não consegue atender. Insere-se numa sociedade de classes mais abrangente, o que implica produção excedente que é apropriado. Essa definição englobaria tanto os trabalhadores-proprietários, como arrendatários e parceiros. A característica fundamental desse campesinato residiria na sua autonomia relativamente às condições de produção (Wolf, 1972, p. 10).

A questão da autonomia do camponês também é trabalhada na concepção de Alavi (1962). Preocupado em responder sobre os distintos componentes políticos do campesinato, este autor procura redefini-lo numa classificação (camponês pobre, camponês médio e camponês rico) em que o critério utilizado toma como referência os tipos de relações de classes envolvidas, que definem situações de classe. Antes de se constituírem em estratos que se superpõem em termos de riqueza, constituem três setores da economia rural.

Sem fazer dessa categorização um esquema rígido de classificação, Alavi (1962) define os camponeses pobres como aqueles trabalhadores cuja existência ou reprodução depende do cultivo de terras que não lhe pertencem. Os camponeses pobres constituem-se dos foreiros, meeiros, cuja reprodução social depende de suas relações com o proprietário de terras. O proletariado agrícola é incluído nesta categorização. O segundo setor do campesinato, os camponeses médios, constituem-se de pequenos proprietários independentes que cultivam a terra com seus familiares. Finalmente, o terceiro setor compõe-se de fazendeiros capitalistas que possuem substanciais quantidades de terras, cultivadas por assalariados (Alavi, 1962, pp. 303-305).

Camponês como setor da economia rural, camponês como identidade social, camponês como “classe para outro”, camponês como “uma vaga consciência camponesa” ou “*bajo rango de clase*”, camponês como trabalhador autônomo, camponês como proletário rural, camponês como fazendeiro capitalista, em que medida estes termos se negam, se excluem ou se complementam e interagem? Difícil aceitar numa mesma definição o posseiro de um lado e o fazendeiro rico do

outro como pertencente a uma mesma categoria social genérica denominada “campesinato”.

Isto posto, a discussão sobre o esquema teórico e dentro dele a discussão sobre a categoria social fundamental no nosso trabalho, o campesinato de fronteira, coloca duas questões. Como se pode ver, a questão não é simples, um estudo desta natureza se esbarra nestas duas questões de forma recorrente.

Primeira questão: O que é este campesinato? Segunda questão: Em que condições ele se mobiliza politicamente, parte para a luta? São estas questões que nos interessam. O entendimento do campesinato implica hoje, no reconhecimento de sua complexidade e heterogeneidade. Seus vários setores possuem perspectivas sociais diferentes pois se defrontam com um conjunto de problemas também distintos (Alavi, 1962, p. 299).

Alavi inicia seu artigo com uma citação de Franz Fanon¹⁷: “Nos países coloniais, somente os camponeses são revolucionários, pois nada têm a perder e tudo a ganhar” (Alavi, 1962, p. 299). O artigo de Alavi procura não apenas refutar essa afirmação genérica, mas busca, a partir do reconhecimento da heterogeneidade do campesinato, entender o que o mobiliza efetivamente, e qual ou quais dos seus setores são mais “taticamente mobilizáveis”.

O campesinato carrega um profundo sentimento de injustiça e de opressão, afirma Hobsbawm (1976, p. 50) e Wolf (1972, p. 8). Contudo, segundo Alavi, nem o sentimento de injustiça e de opressão, nem as ameaças ao seu modo tradicional de vida, nem o rápido processo de proletarização trazido com as transformações capitalistas parecem suficientes, para, em si mesmos, explicar as revoltas camponesas. A história tem registrado várias revoltas dos camponeses contra seus opressores, mas por outro lado, “a história está repleta de casos em que o campesinato suportou em silêncio e por longos períodos, situações de extrema pobreza e exploração” (Alavi, 1962, p. 299).

Uma tentativa de explicação da passividade camponesa, numa situação de extrema exploração e miséria, poderia ser aquela que atribui tal forma de comportamento como decorrente de uma avaliação da situação política. Segundo Hobsbawm (1976,

¹⁷ Les damnés de la terre, Paris:Masphero, 1963.

p. 51), o camponês pode ter dificuldades de avaliar situações num plano macroestrutural, mas dentro do microcosmo em que habita, é perfeitamente capaz de avaliar a situação política local. Quando a estrutura de poder está firme, estável ou “fechada”, a passividade é a atitude mais aconselhável de ação política. A passividade, a apatia, opera aí como estratégia política e como forma de resistência. Hobsbawm acrescentaria o caráter regional das mobilizações camponesas e a dificuldade do camponês em superar ou ultrapassar seu microcosmo, como mais uma de suas debilidades.

Outra tentativa de explicação é aquela que atribui ao campesinato uma incapacidade de expressar e impor seus próprios interesses de classe. Nesta linha de interpretação (baseada em uma tese contida no *Dezoito de Brumário de Luis Bonaparte de Marx*, sobre a qual voltaremos a discutir mais adiante)¹⁸, os camponeses não só não podem representar mas precisam ser representados por alguém, que a seus olhos apareça como um pai-protetor. Como se sabe, neste texto, Marx considera o campesinato como um “saco de batatas”, uma classe amorfa, sem consciência e, portanto incapaz de qualquer ação transformadora. Hobsbawm, Alavi e também Archetti parecem endossar esta postura, pelo menos nos textos aqui tratados. É possível que o reconhecimento da diversidade de situações e problemas contidos na heterogeneidade camponesa esteja reforçando esta postura. Pois de que campesinato estamos falando? Aquele que se envolveu na Revolução Chinesa? Aquele que lutou na Guerra do Vietnã? Ou aquele da Revolta de Canudos? De Zapata? Dos camponeses russos?

Outras argumentações são feitas no sentido de explicar as debilidades do camponês para passar da opressão à reação. Elas envolvem elementos tanto subjetivos quanto objetivos. A rotina anual do trabalho camponês, o isolamento em que se processa tal trabalho, bem como as relações de dependência que submetem o camponês (cuja existência depende do proprietário de terras) parecem constituir-se em obstáculos objetivos à sua mobilização. Os laços de clientelismo acorrentam o camponês ao patrão, a quem recorre em momentos de crise. As atitudes paternalistas decorrentes dessas relações, operariam como poderosos entraves à eclosão de uma revolta. As possibilidades de um camponês – com autonomia nas condições de

¹⁸ Marx (1997).

produção – de recolher-se à produção de subsistência em momentos de crise, poderia ser fator a retardar uma ação política imediata e radical. Os laços de parentesco e de ajuda mútua, minorando dificuldades operariam no mesmo sentido.

Apontadas as debilidades e circunstâncias que dificultariam uma revolta, em que outras circunstâncias e condições os camponeses se mobilizam? Levando em conta a heterogeneidade do campesinato apontada acima, qual ou quais dos seus setores são mais mobilizáveis?

Archetti (1976), interpretando Moore (1983) afirma que para este autor, as análises sobre as rebeliões camponesas têm conferido demasiada importância ao camponês em si mesmo. No seu entender, tais análises haveriam que atentar para a tripla relação existente entre o processo de comercialização da produção agrícola, seus efeitos sobre os proprietários de terras e os camponeses, bem como para as relações entre estes dois últimos. Ou seja, atentar-se para as relações existentes entre as classes sociais da sociedade agrária com a sociedade mais abrangente através do mercado e para as relações sociais e de classes que tocam mais diretamente o universo camponês.

Moore (1983) sugere, além disso, que a forma de organização política da sociedade influencia na eclosão ou não de movimentos sociais camponeses. Nestes termos, uma sociedade agrária organizada numa burocracia centralizada está mais apta a produzir rebeliões em comparação com uma sociedade mais descentralizada. Ainda segundo Moore (1983), haveriam indicações de que as revoltas camponesas têm lugar quando, ao lado dos mecanismos tradicionais de exploração ou de extorsão de excedentes, se superpõem novos mecanismos de mercado. (ARCHETTI, 1976, p. 22).

Para Wolf, os camponeses se mobilizam somente quando sofrem o impacto de uma tripla crise: a crise demográfica, a crise ecológica e a crise de poder (1972, p. 377 e segs.). As transformações das relações sociais na comunidade camponesa, trazidas com as relações mercantis capitalistas, provocariam desequilíbrios no antigo modo de existência camponesa. O equilíbrio social anterior parecia depender das mútuas trocas entre excedentes expropriados pelos segmentos dominantes e uma certa garantia de segurança propiciada pelos últimos aos camponeses.

O capitalismo liberou o homem como agente econômico ao mesmo tempo que o separou de suas estruturas tradicionais e de suas antigas relações e obrigações com vizinhos e parentes. O complexo dessas transformações provocou um desequilíbrio na combinação anterior entre terra e trabalho, causando o que ele denomina “crise ecológica”. Esta, coincidindo com um período de crescimento populacional, resultou também em um desequilíbrio entre população e recursos naturais disponíveis (“crise demográfica”). Como resultado desse duplo desequilíbrio advêm a “crise no exercício do poder e de autoridade”. *“Los mecanismos de control heredados fracasan, pero los nuevos mecanismos solo funcionan rara y muy débilmente”* (WOLF, 1972, p. 386).

As transformações capitalistas rompem os nexos existentes anteriormente entre a alocação dos recursos e as relações sociais que elas sustentavam. As transformações são vividas pelos camponeses como desordem, como subversão do mundo. Já não encontram abrigo nas antigas relações sociais e de dominação, que se transformam. A impessoalidade das novas relações, cujos nexos não compreendem, tornam suas relações sociais incongruentes. Tal subversão do mundo pode redundar num dualismo entre o bem e o mal, em que o presente desconexo e desordenado é vivido como o mal, e o bem está na utopia de uma aldeia livre e sem opressão.

Nesta interpretação de Wolf, as rebeliões camponesas conteriam potenciais de uma perspectiva social anacrônica e uma perspectiva política dominada por um “anarquismo natural” (WOLF, 1972, p. 400). Cabe lembrar que também Hobsbawm compartilha desta concepção de um campesinato dominado por uma perspectiva anarquista – sem Estado e sem opressão. (HOBSBAWM, 1976, p. 50). A análise de Wolf acerca da atuação política camponesa, leva ao entendimento de que as transformações da sociedade abrangente atingem as comunidades camponesas, provocando rupturas, descontinuidades, desequilíbrios, num modo de vida anterior (passado), em que o fator decisivo para tornar as rebeliões possíveis, reside no enfraquecimento do poder local.

Com relação à questão do setor mais propenso às rebeliões, ou dizendo nos termos utilizados por Wolf, o “camponês taticamente mobilizável”, tanto ele (WOLF, 1972, p. 394) quanto Archetti (p. 22) e Alavi (1962, p. 349-500), compartilham de uma visão

comum de que este se constitui no camponês médio. Camponês médio entendido como aquele que camponês que tendo autonomia na determinação do processo produtivo, goza de um certo grau de independência e liberdade relativamente aos proprietários ou donos do poder local. Existe, portanto, a hipótese de que a autonomia do camponês médio o transforma no setor mais “taticamente mobilizável” do campesinato. O conceito de “camponês taticamente mobilizável” de Wolf implica numa relação em que o exercício do poder entre as classes sociais se processa mediante o reconhecimento entre as partes, do controle tático que cada um possui. Parte de uma avaliação desse controle, e o exercício de poder entre as classes é, portanto produto de uma decisão e avaliação racionais.

Alavi afirma ser o camponês médio o mais mobilizável, a partir de um estudo sobre as revoluções russa, chinesa e hindu. Um aspecto importante deste trabalho reside em que o autor procura desfazer o mito do camponês pobre como o setor mais revolucionário do campesinato. Alavi toma como exemplo a Revolução Chinesa. Ele demonstra que se as teses apontavam o camponês pobre como o setor mais revolucionário, isso ocorreu por um artifício e estratégia política de Mao. Mao, para não contrariar a ortodoxia do *Comintern*, teria incluído nesta categorização, um segmento de camponeses independentes. De forma ambígua, Mao reconhecia que o setor mais revolucionário era de fato o do camponês pobre, porém, percebia que a mobilização inicial não poderia advir deste, mas do setor médio. O setor médio era o mais diretamente afetado pela exploração praticada pelos senhores da guerra – que dominavam o campo chinês – e pelos funcionários do governo. O camponês médio era a seu ver, o setor mais mobilizável para lutar contra seus opressores. Enquanto o camponês pobre, submetido ao proprietário de terras, recebia deste uma certa proteção contra a extorsão praticada por terceiros, já os camponeses independentes, que tinham um excedente de produção, eram as vítimas mais vulneráveis e prováveis de extorsão.

Embora tanto Alavi como Wolf apontem o camponês médio como o setor mais mobilizável, isso não implica uma unidade de posições em todos os seus pontos, tampouco significa que as razões explicativas sejam as mesmas. Alavi aponta o camponês médio como o mais taticamente mobilizável, como resultado de uma exposição maior à expropriação. Ainda que pressupondo o grau relativo de independência deste camponês para com os proprietários de terras, o fundamento

explicativo é de natureza econômica. Wolf também entende o camponês independente como mais vulnerável às mudanças econômicas e aos novos mecanismos de extorsão. Contudo, a atribuição de “camponês taticamente mobilizável” encontra seus fundamentos explicativos para além do econômico. Para Wolf, o sitiante independente é aquele que mais depende, para sua reprodução, das relações tradicionais de parentesco e de ajuda mútua, que as novas relações capitalistas destroem ou ameaçam destruir. O camponês independente é aquele que mais expressa as ambivalências, contradições e certo conservadorismo e tradicionalismo, presentes no campesinato. No entanto, ou justamente por isso, o camponês independente se transforma no setor mais mobilizável. A posição de Wolf acrescenta a dimensão cultural na análise da mobilização camponesa.

Localizado o setor mais mobilizável do campesinato, cabe agora procurar entender as circunstâncias e condições nas quais eles se mobilizam.

Archetti afirma que para as rebeliões camponesas se transformarem em exitosas revoluções modernas, é necessário que os camponeses tenham líderes de outras classes (Archetti, p. 21). Neste tipo de afirmação, parece estar suposto uma incapacidade dos camponeses manifestarem e organizarem a luta por seus interesses. *Rebeliões* parece ter o sentido de uma revolta sem direção e organização, num tipo de concepção de política que vê as lutas camponesas, senão como tradicionais, pelo menos devendo ganhar um estatuto de político. Propostos os fins, caracterizadas as classes sociais em luta, a ação camponesa para ganhar o estatuto político deve ter organização e liderança – externa ao campesinato. A liderança aparece como força externa mobilizadora e organizadora, que tanto pode expressar-se no partido, no exército revolucionário, ou num misto entre as duas.

De uma proposição que enfatiza a importância de liderança ou de poder externo como condição para efetivar a mobilização camponesa, participam Archetti, Alavi e Hobsbawm. Wolf não desconsidera sua importância, contudo, duvida que na ausência desse poder os camponeses deixem de se manifestar. Wolf afirma que as transformações capitalistas, ao liberar os homens dos antigos laços, dissolvendo as estruturas de poder de dominação tradicionais, exacerbam as tensões que essas antigas estruturas continham ou controlavam. É neste sentido, que para Wolf, o fator decisivo para tornar a eclosão de revolta camponesa possível, reside no

enfraquecimento do poder local, ou da estrutura de poder, sob o qual vive o camponês. Assim, para Wolf, o estatuto de camponês independente é fundamental na caracterização do “camponês taticamente mobilizável”. Isso supõe, como já foi dito, a consideração da independência e liberdade do camponês relativamente aos proprietários. É nestes termos que ele vê o camponês médio como aquele que taticamente tem mais condições de desafiar seus opressores. É dentro dessa perspectiva que ele afirma que o camponês pobre cujo controle tático é menor, não tem condições de ser o setor que tome a iniciativa de mobilização no campo. Para ele o camponês pobre só se engaja na luta, quando percebe “*la libertad táctica mínima para desafiar a su señor*” (1976, p. 395). Nestas circunstâncias Wolf concorda que a força externa pode aí ser importante, ligadas, portanto à mobilização do camponês pobre: “*Em donde tal poder exterior está presente, el campesino pobre y el trabajador sin tierras tienen certa amplitud de movimientos; em donde está ausente praticamente están sometidos al control total*”. (1976, p. 395).

Alavi está de acordo com a ideia de que o camponês pobre só toma o caminho da luta quando lhe demonstram que o poder de seus opressores pode ser rompido e que é possível a organização de um outro modo de existência. A importância conferida à força externa para a mobilização camponesa parece decorrer de um entendimento de que os camponeses só se mobilizam quando as transformações da sociedade na qual se incluem os atingem localmente. Tendo ou não percepção das instituições da sociedade mais abrangente e das transformações que nelas se processam, a mobilização camponesa ocorre em resposta a problemas específicos que os atinge diretamente. Enfim, é na libertação camponesa dos laços que os oprime localmente que o poder externo pode jogar um importante papel como força libertadora e mobilizadora.

De qualquer forma, a contribuição que essas discussões sobre o campesinato traz, é o reconhecimento de sua complexidade. O camponês não só não desapareceu, como também se diversificou. Não ficou petrificado no tempo. Pesquisas mais recentes tem comprovado aquilo que autores no século XIX já haviam detectado: o capitalismo não transforma tudo que toca à sua forma e semelhança. Na sua expansão não necessariamente generaliza as relações tipicamente capitalistas, mas pode manter formas pré-capitalistas (ou não-capitalistas) de produção. Porém estas

formas pré ou não-capitalistas não ficam à margem da reprodução do capital, pelo contrário, estão no centro desta reprodução.

Marx não formula precisamente uma teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Segundo Löwy (1998), já existem alguns esboços e pistas lançadas por Marx na *Introdução à Economia Política*, quando fala de formas dominantes de produção que subordinam outras formas, mas, do ponto de vista fabril, isto é, da predominância de um setor da economia ou de uma fábrica sobre outra e não de forma global. A tese do *desenvolvimento desigual e combinado* foi desenvolvida por marxistas posteriores particularmente por Rosa Luxemburgo, Lênin e Trotsky, com maior ênfase neste último pensador. Mais recentemente, na década de 1970 e 1980, pensadores preocupados com os efeitos do imperialismo e da globalização passaram a teorizar sobre o tema¹⁹. Alguns estudos no Brasil, tanto de economia como no âmbito específico da relação entre o rural e o urbano, foram fortemente influenciados por esta teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Neste sentido, no Brasil, o ensaio mais conhecido que utiliza a ideia de que o setor avançado da economia se alimenta do setor atrasado é o de Francisco de Oliveira (*Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*, 1981 e 2003)²⁰ estabelecendo uma crítica à concepção dualista da economia e da sociedade proposta pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), naquele período. Dissemos que este ensaio é o mais conhecido, porém, que seja feita justiça,

¹⁹ Verificar entre outros: Michael Löwy (1981, 1998), George Novack (1976), Ronald Chilcote (2009) Samir Amin (1973 e 1976), Arghiri Emmanuel (1973)

²⁰ Este conhecido ensaio de Francisco de Oliveira foi publicado pela primeira vez em 1972, pelo CEBRAP, nos **ESTUDOS CEBRAP** nº 2 e reeditado em **SELEÇÕES CEBRAP** nº 1 em 1975 e 1976. Aqui utilizamos a 4ª edição de 1981, coedição CEBRAP/Vozes. Posteriormente, em 2003, pela Editora Boitempo, Francisco de Oliveira publica um ensaio intitulado “*Ornitorrinco*” juntamente com a reedição de “*Economia brasileira: crítica à razão dualista*” em que, neste segundo ensaio, procura aprofundar suas análises sobre a economia brasileira, mostrando que para o século XXI a exclusão social como reflexo desta simbiose entre o arcaico e o moderno, se aprofundou ainda mais. A utilização da teoria do desenvolvimento desigual e combinado fica clara quando Francisco de Oliveira, no ensaio “*Economia brasileira: crítica à razão dualista*”, analisando os efeitos da expansão do capitalismo brasileiro após a década de 1930, informa: “*A evidente desigualdade de que se reveste que, para usar a expressão famosa de Trotsky, é não somente desigual mas combinada, é produto antes de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós-30, que da existência de setores “atrasado” e “moderno”. Essa combinação de desigualdades não é original; em qualquer câmbio de sistemas ou de ciclos, ela é, antes, uma presença constante. A originalidade consistiria talvez em dizer-se que – sem abusar do gosto pelo paradoxo – a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberando exclusivamente pra os fins de expansão do próprio novo.*”(OLIVEIRA, 1981, P. 36, grifos do autor).

Francisco de Oliveira não foi o primeiro a desenvolver esta tese para analisar o Brasil. José de Souza Martins²¹ já havia observado esta peculiaridade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil mostrando que o tradicional alimenta o moderno. Logo na introdução do seu livro *Capitalismo e tradicionalismo*, Martins informa que

Orientei-me basicamente pela necessidade de, através da investigação empírica e da reflexão crítica, encontrar os liames dos diversos tempos resultantes do desigual desenvolvimento da sociedade brasileira. Trabalhei com quatro noções fundamentais: *expropriação sucessiva, economia do excedente, exclusão integrativa e tradicionalização*. Através delas [...] situo e explico o que até aqui tem sido tratado como dicotomia, inclusive pelos que a recusam teoricamente. (MARTINS, 1975, Introdução grifos do autor).

Também, Moreira (1979, 1981) faz importante análise mostrando como a fronteira agrícola que opera em moldes não capitalistas é fundamental para a reprodução das relações capitalistas nos grandes centros urbanos. Neste esquema, para Moreira, o papel do camponês é explicado como ocupando um espaço social criado pelo próprio capital, isto é, aquela da pequena produção familiar, como uma das formas sociais através da qual o capital procura superar as contradições que ele encontra ao seu desenvolvimento na agricultura. O camponês se situa num espaço social

²¹ Aqui, cabem duas observações: 1) – Não se está questionando a importância dos trabalhos de Francisco de Oliveira. Tanto que ele está sendo mencionado como fonte importante da teoria do desenvolvimento desigual e combinado. 2) José de Souza Martins não está afirmando que ele mesmo (Martins) foi o primeiro a utilizar esta teoria no Brasil. Informa, num outro texto que a crítica ao dualismo tem antecessores e afirma que Francisco de Oliveira (não nomeadamente) omitiu isso. "Os esquemas teóricos de cunho dualista, subjacentes a muitas análises do mundo Ural, têm sido alcançados por surtos de recusa, a que algumas vezes se dá, indevidamente, o nome de crítica. Digo surtos porque, na verdade, tendo supostamente passado a primeira onda de objeções significativas e proveitosas aos esquemas dualistas, nos anos sessenta, observamos agora uma nova vaga anti-dualista. Curiosamente, autores desta última agem como se não tivesse existido a primeira, ao que parece ignorando o muito que de bom se produziu no tratamento crítico da reflexão dualista que marcou uma tendência na análise do desenvolvimento. Para os que estão familiarizados com a produção sociológica, não deixa de surpreender essa tentativa de apresentar como novidade ou como inovação teórica aquilo que já era amplamente conhecido; só que agora um dos curiosos ingredientes da novidade é a omissão bibliográfica. Seria da maior conveniência ter em conta que essa descontinuidade existe como tal apenas para aqueles que imaginam que a ciência progride aos saltos, como resultado do advento de suas excelsas pessoas. Em verdade, a **crítica da razão dualista** vem de longe, num ritmo constante, e foi desde sempre vinculada à necessidade de produzir uma explicação totalizadora e histórica para os descompassos entre cidade e o campo, na cidade e no campo. O que às vezes igualmente surpreende é que **a crítica da razão dualista** não deixa de ser ela própria também dualista. De fato, mesmo pra os autores que procuram omitir as suas fontes, o peso das ambiguidades teóricas não deixa de oprimir suas mentes como um pesadelo. É que a crítica nem é produto da suposta genialidade de alguns nem se confunde com a recusa do conhecimento, com a simples objeção aos modelos de explicação definidos como insatisfatórios para a análise de certos aspectos da realidade. O procedimento crítico é aquele que incorpora, ultrapassando, determinado conhecimento. A crítica da economia política não se confunde com a banal recusa da economia política, pois é a superação desta última". (MARTINS, 1978, p. 43-45, grifos nossos)

particular, dentro de um *continuum* de expropriação que o capital estabelece ao dominar e subordinar a agricultura à sua dinâmica.

Esses autores, de diferentes formas procuram explicar como o supostamente setor “atrasado”, “arcaico” da sociedade brasileira identificado com o mundo agrário desempenha um papel fundamental na reprodução do “moderno”.

Quando este “moderno” avança em direção ao “atrasado” (ideologicamente definida como modernização do campo, da agricultura) é que temos intensos conflitos sociais. Portanto, um primeiro recorte diz respeito ao fato de que as *revoltas camponesas* que eclodiram em Ecoporanga fazem parte de um cenário histórico-político maior que é a própria sociedade brasileira como um todo. A expansão da economia capitalista no Brasil como um todo apresentou intensos conflitos em torno da luta pela terra. Na frente pioneira do noroeste do Espírito Santo não foi diferente.

Se observarmos atentamente, a maioria dos conflitos envolvendo enfrentamento armado dos camponeses contra latifundiários e a polícia ocorreu nas frentes pioneiras. Com efeito, ocorreram em várias regiões do Brasil, particularmente entre o início da década de 1950 e meados da década de 1960, intensos *conflitos sociais no mundo agrário* prenunciando a crise da era populista e a implantação da ditadura militar em 1964. Segue abaixo uma relação (longe de ser completa) dos principais (ou pelo menos mais conhecidos) conflitos agrários deste período, com alguns dos seus respectivos estudos.

- a luta dos posseiros no sudoeste do Paraná na década de 1950. Cidades envolvidas: Pato Branco, Francisco Beltrão, Porecatú entre outras. (GOMES, 1986; MARTINS, 1981; OIKAWA, 2011);
- lutas camponesas em Trombas e Formoso. Década de 1950 e 1960 quando faziam parte do estado de Goiás. (GUIMARÃES, 1988, CARNEIRO, 1988);
- as ligas camponesas em Pernambuco. De 1950 a 1960. (JULIÃO, 1962, MEDEIROS, 1989, BASTOS, 1984);
- a luta de posseiros no estado do Rio de Janeiro. Desde fins da década de 1940 até 1956. (PUREZA, 1982);
- revolta de arrendatários em Santa Fé do Sul e Rubinéia no extremo oeste do estado de São Paulo. De 1950 a 1970. (MARTINS, 1981 e 1984, CHAIA, 1980, MURAMATSU, 1986, HIGASHI, 1991);

- lutas camponesas no vale do Rio Doce em Minas Gerais. De 1950 até 1964. (BORGES, 1988, PEREIRA, 1980, VILAÇA, 2007);
- movimento dos agricultores sem-terra no Rio Grande do Sul. De 1952 a 1964. (MEDEIROS, 1989, ECKERT, 1981).

Reafirmando o que já foi assinalado logo atrás, a maioria destes conflitos, (senão todos) ocorreu em frentes pioneiras sejam estas antigas ou novas. Além do que, nas décadas posteriores de 1970-80 e até os dias atuais, a frente pioneira prossegue Brasil adentro, atingindo o Centro-Oeste e a Amazônia Legal gerando também intensas lutas envolvendo diferentes atores: índios, posseiros, grileiros, grandes empresas agropecuárias. Uma discussão sobre o papel da frente pioneira no processo de efetivação do capitalismo no Brasil será apresentada mais adiante. Desde já adiantamos que o eixo teórico principal será constituído pela fundamental contribuição de Martins (1975 e 2014) quando discute de forma aprofunda a diferença entre frente de expansão e frente pioneira. Martins mostra como se constituem histórica e socialmente as tensões nas frentes pioneiras apontando seus fundamentos estruturais. Por sua vez, esta discussão tem como pano de fundo a questão agrária no Brasil estudada por inúmeros autores que aqui, para alguns, fazemos apenas referência.²² Os estudos sobre os movimentos messiânicos no Brasil têm apontado que seus surtos históricos estão ligados aos abalos da economia e sociedade local com o advento da expansão capitalista. Embora se enquadre nos movimentos agrários, preferimos tratar tal movimento em separado, devido sua especificidade. Caberia verificar se o movimento liderado por Udelino Alves de Matos se apresenta características messiânicas. Veremos isso, brevemente, no capítulo 4.

²² Foweraker, 1982; Grzybowski, 1987; Moreira, 1979, 1981; Velho, 1972 e 1976; Correia de Andrade, 1979; Ianni, 1978 e 1984; Lovisoló, 1989; Martins, 1975, 1981, 1984, 1989, 1991 e 2000.

CAPÍTULO 2 – A FRENTE PIONEIRA EM MOVIMENTO

2.1. OCUPAÇÃO TERRITORIAL

Antes de falarmos sobre a formação histórica do campesinato capixaba, faremos inicialmente uma rápida descrição histórica da ocupação territorial do Espírito Santo. Como se sabe, desde as suas origens, a Capitania do Espírito Santo, economicamente falando, não teve o mesmo desempenho e expansão da colonização do açúcar se comparados com a de outras capitanias. Devido a falta de uma administração segura e eficiente a Capitania do Espírito Santo perdeu espaço econômico e político em relação as demais capitanias e se desagregou em termos territoriais. Posteriormente, no chamado Ciclo do Ouro, no século XVIII, o desenvolvimento novamente foi limitado, agora pela imposição do Pacto Colonial, que impedia a ocupação, o desmatamento e a construção de estradas no interior. As autoridades coloniais entendiam que as montanhas do Espírito Santo, coberta pela Mata Atlântica poderiam servir como uma grande barreira de proteção natural ao acesso de exploradores estrangeiros às Minas Gerais, onde se encontravam as principais atividades de extração de pedras.

Assim, mais uma vez foi adiada a ocupação plena do território capixaba. Tallon (1999, p. 57-58), faz um resumo dos primeiros momentos da ocupação territorial do Espírito Santo:

Depois de uma fase inicial, em que, como o restante do território, vive os ciclos do pau-brasil e do açúcar, o Espírito Santo é convertido em território-tampão, como obstáculo a qualquer eventual tentativa de se alcançar, por seus caminhos, a aurífera região das Minas Gerais. Em virtude de tal fato, permaneceu o Espírito Santo como que à margem da história do Brasil, despovoado e coberto de florestas – no século XIX, 85% de todo território capixaba eram de Mata Atlântica. Apenas com a introdução do café, a partir da segunda metade do século XIX, teria o Espírito Santo ingresso no processo produtivo do capitalismo mundial. [...] Até, pois, a introdução da lavoura cafeeira, esteve o Espírito Santo caranguejando, em termos de civilização, contentando-se em “arranhar” o litoral.

Como em outras regiões do país, o café passou a ser a mola propulsora da expansão da fronteira agrícola, configurando o que é hoje o Estado do Espírito Santo. Esta ocupação dar-se-á em dois momentos distintos: num primeiro momento, essa ocupação do território capixaba se dá pela migração internas de

famílias vindas de outras regiões vizinhas do Espírito Santo (Minas, Bahia e Rio de Janeiro) e somente a partir da metade do século XIX se processa a grande imigração europeia (italianos, alemães principalmente) para o atual território do Espírito Santo.

A ocupação territorial do Espírito Santo ocorreu de forma bastante heterogênea. Vários fatores contribuíram para isso. Um é o fator geográfico. Cortado pelo Rio Doce, o território capixaba esteve dividido em duas grandes subregiões, com dificuldades de comunicação entre si, ficando os serviços de transportes reduzidos à navegação de cabotagem, ou seja, pelo mar. Nessa época os dois portos mais importantes da região estavam localizados na Vila de São Mateus (norte) e na Vila de Itapemirim (sul), ambos fluviais, porém muito próximos do litoral.

A partir do século XIX, podemos observar dois processos históricos distintos que marcaram a ocupação das terras no interior do Espírito Santo. Já mencionamos por alto esses processos. Vamos delimitá-los um pouco mais. No sul da província, migrantes vindos do Rio de Janeiro e Minas Gerais passaram a ocupar grandes extensões de terras e desenvolver culturas agrícolas baseadas no trabalho escravo e posteriormente seus descendentes. No do século XIX grandes levas de imigrantes, provenientes da Alemanha e da Itália subsidiadas pelo Estado passaram a ocupar pequenas glebas. Esse novo contingente de trabalhadores rurais ocupou a região mais central do Espírito Santo e ali passaram a desenvolver uma agricultura baseada no trabalho familiar. Posteriormente, na medida em que a frente agrícola se expandia essa organização de trabalho familiar em pequenas propriedades passou a ocupar as terras mais ao Norte do estado.

A formação do campesinato na sociedade agrária capixaba é dotada de uma característica peculiar. A proliferação do trabalho familiar, em pequenas glebas de terra, passa a ser a marca fundamental do desenvolvimento econômico e social na região do Espírito Santo a partir do século XIX , e paradoxalmente, no momento em que há abolição da escravatura e ao contrário do que ocorreu em outras região do Brasil e na Europa, não houve a transição para o trabalho assalariado. Martins (1975) identifica duas formas de produção que são desiguais, mas que se combinam entre si. Uma é o que ele chama de *economia do excedente* e a outra a *economia de mercado*. A produção a partir da unidade familiar camponesa gira em torno da

lógica da *economia do excedente* a qual embora esteja vinculada à economia de mercado não é refém da lógica da reprodução do capital a partir da exploração do trabalho assalariado. Assim ao lado da monocultura cafeeira caracteristicamente voltada para o mercado capitalista, as unidades familiares camponesas cultivavam em suas pequenas propriedades culturas de subsistência. Seria exagero dizer que estas unidades eram autossuficientes, mas era quase isso.

O pequeno camponês não era refém do mercado capitalista porque a produção do café não era sua principal atividade. Ele não estava imerso numa economia monocultura. Além do café (que produzia para mercado) produzia também sua subsistência. Isto é, produzia quase todos os bens de primeira necessidade dentro de sua própria propriedade. Um dos fundamentos estruturais que está na base dos conflitos na região que estamos estudando está nessa combinação contraditória entre a economia do excedente e a economia de mercado. A economia do excedente em que vive o pequeno camponês passa a ser um entrave para o desenvolvimento das relações capitalistas. As pressões no sentido de eliminar esse entrave se traduzem a nível histórico e político nos conflitos agrários cujo ápice ocorre entre as décadas de 1950 a 1960 no noroeste capixaba. Porém esses conflitos não correm dentro do campesinato como um todo, por isso há que diferenciar categorias sociais dentro desse campesinato. Em outros termos, como já referenciamos em outras passagens desta tese, a expansão do capitalismo no campo ora pode manter o pequeno proprietário ora pode expropriar sua terra transformando-o em trabalhador assalariado. Trata-se de uma combinação contraditória e desigual deste capitalismo que vai se expandindo. Devemos analisar cada caso. No caso no Noroeste do Espírito Santo, tratou-se de eliminar o posseiro como entrave a esta expansão.

Tanto no Brasil como um todo, bem como no território capixaba, houve dois processos de formação do campesinato distintos. De um lado o camponês caboclo, cujo exemplo típico é o caipira paulista (BRANDÃO, 1983). Seu modo de vida se apresenta como uma interação intensa com o mundo natural que o cerca (no caso o meio agrário) de onde extrai os meios necessários à sua subsistência. Este camponês conhece profundamente o meio natural que o cerca. Por outro lado, temos o camponês imigrante (italiano, alemão ou japonês). O camponês branco italiano ou alemão chega ao Estado do Espírito Santo e ingressa na economia de

mercado da lavoura cafeeira. Por isso assume uma atitude diferente perante o meio natural. Vê a floresta não como parte, como produtora de comida, mas como obstáculo que precisa ser destruído para a produção da mercadoria café ou para a produção de subsistência. Qual a relação entre as duas categorias de camponeses. Como o imigrante europeu não tem experiência e nem uma relação profunda com a floresta, tendo até medo dela, contrata o camponês caboclo para fazer a derrubada da mesma, mediante pagamento em dinheiro. Enquanto o camponês imigrante vai em busca de terra no Norte e Noroeste do estado, o camponês caboclo oriundos da cultura afro e da cultura indígena se mostra mais preso ao seu meio de origem, ou a terra onde nasceu.

Grosso modo, podemos correlacionar essas duas formas de campesinato com duas formas econômicas que forma uma identidade contraditória. O camponês caboclo vive numa economia do excedente na chamada **frente de expansão**. O camponês branco imigrante vive numa economia de mercado na chamada **frente pioneira**. Os conflitos correm quando a frente pioneira se superpõe sobre a frente de expansão. Este é o ponto central dos conflitos que ocorreram no noroeste do Estado do Espírito Santo. A discussão destes conceitos de frente de expansão e frente pioneira será realizada mais adiante.

Há no imaginário popular regional, a visão de que o Espírito Santo é uma terra de quatro baronias: o Barão do Itapemirim, o Barão de Monjardim, o Barão dos Aymorés e o Barão de Tumbuy, com uma vasta rede de camponeses servos ao seu redor. Esta imagem não tem correspondência com a realidade histórica, tendo em vista, que, por exemplo, o Barão de Monjardim não foi um latifundiário, mas inspetor de alfândega no Rio de Janeiro, aposentado em 1881. Embora presidente de província por várias vezes não se pode dizer que era um “Senhor Feudal”.

Por conta destes títulos de nobreza ou devido à semelhança do latifúndio brasileiro com estruturas feudais, alguns estudiosos (particularmente marxistas) deduziram que houve formas feudais de produção no Brasil. (HIRANO: 1988). Nesse sentido, para alguns autores marxistas estas formas feudais acabariam desaparecendo na medida em que o capitalismo consolidasse nas regiões em que ele se expandisse. Essas deduções tinham como base a afirmação de Marx que o campesinato iria desaparecer com o avanço do capitalismo. Esquecem que Marx está teorizando a

partir do contexto europeu, particularmente a partir da experiência inglesa. O mesmo não aconteceu na França e também não aconteceu no Brasil.

No Brasil a lógica foi outra. A expansão do capital não destruiu o campesinato, pelo contrário, integrou-o numa nova lógica. E esta é extremamente complexa. Em algumas regiões essa expansão expulsa o camponês de suas terras, expropriando-o, em outras mantém esse camponês, não expropria a sua terra, mantém-no como pequeno proprietário, mas passa a subordiná-lo via mercado, como já nos referimos muitas vezes neste trabalho.

No Espírito Santo, essas duas formas ocorreram. No Noroeste, região em que estamos estudando, ocorreu a primeira forma: expulsão das terras. As análises normalmente partem de uma compreensão mais econômica do processo. O que estamos pretendendo é historiar, a partir do resgate da memória dos atores e seus descendentes (de quase 60 anos atrás), as lutas dos camponeses na região Norte e Noroeste do estado, durante a década de cinquenta e início dos anos sessenta, contra os invasores que queriam tomar as terras onde centenas de famílias de posseiros já haviam ocupado a região há mais de duas décadas. Inicia-se um tenso processo de perseguição e expulsões de comunidades inteiras de quilombolas, comunidades de indígenas, comunidades camponesas de posseiros, por parte das empresas que invadiam as terras com o objetivo de destruir florestas ou para insumo da indústria madeireira ou para a produção de carvão e, em seguida estender sobre estas mesmas terras ou a monocultura do eucalipto ou a pecuária.

Como veremos mais adiante, no caso da região Noroeste e também por extensão a região Norte do Espírito Santo o processo de extração da madeira foi tão intenso que somente em Linhares, entre 1955 a 1966, foram fundadas de 130 a 180 serrarias (BORG, ROSA, PACHECO, 1996 p.42). Um campesinato reaparece posteriormente ao processo de devastação. A madeireira se instalava, e em seu redor surge toda uma vila, com a infraestrutura necessária à sua sobrevivência. Porém, posteriormente, esgotada a floresta, a madeireira não se retirava sem antes vender a área a pequenos agricultores.

Para entender como se deu a formação de um campesinato tanto na região Noroeste como na região Norte do Estado do Espírito Santo, é preciso entender as principais características dos movimentos de população que ocorrerem na

sociedade capixaba como um todo a partir da metade do século XIX.²³ É possível visualizar três momentos importantes que marcam o movimento populacional do Espírito Santo e que em conjunto formou a própria estrutura de classe da sociedade capixaba: Num primeiro momento temos a imigração europeia, decerto um fenômeno de dimensões nacionais, porém, no que se refere ao estado do Espírito Santo só ganha em importância econômica e histórica no período que vai de meados ao final do século XIX. Num segundo momento ocorre um alto crescimento demográfico tanto no Norte como no Noroeste do Estado no período que vai de 1940 a 1960, porém, de forma bem mais acentuada nesta última região citada. É nesse período, particularmente na década de 1950 e 1960, que o noroeste do estado apresenta uma das taxas mais elevadas de crescimento populacional, com saldos migratórios positivos. E por fim, num terceiro momento temos, a partir da década de 1960, a inversão da tendência de crescimento. Há um esvaziamento da zona rural e de todo o interior do Estado. Esse processo é acompanhado de uma crescente urbanização e de uma forte evasão para outras unidades da federação.

Não dá para entender esses três movimentos populacionais isoladamente. É preciso estudá-los tendo como pano de fundo as transformações econômicas que ocorreram no Espírito Santo nesse período. As transformações econômicas determinam as migrações e essas por sua vez, num efeito *boomerang*, determinam as transformações econômicas.

Vejamos as transformações econômicas. Nesse sentido, podemos ressaltar duas fases significativas da história econômica pelas quais passou o Estado. Uma primeira que é representada pela monocultura do café, que vai de meados do Século XIX até meados da década de 1960. Uma segunda que se inicia após a erradicação dos cafezais em 1967, quando a agricultura que até então se constituía como a principal atividade econômica perde todo o seu dinamismo e se busca uma

²³ As considerações sobre este assunto tem como base a fonte primária a pesquisa “Articulação Socioeconômica do Estado do Espírito Santo”, 2 vols. Instituto Jones dos Santos Neves. Vitória. 1987. Vide referência completa desta fonte, no final deste trabalho. Como, no caso do Espírito Santo a região Noroeste onde se localiza Ecoporanga, fica muito próximo da região que nós chamamos aqui de Norte (que consideramos aqui Linhares, Colatina e São Mateus como pertencente a esta região), alguns fenômenos descritos são válidos para ambas as regiões, como por exemplo o avanço das madeireiras e o conflito de terras e também a destruição das comunidades quilombolas. Alguns processos dizem respeito ao noroeste e neste caso definimos claramente a qual região estamos nos referindo.

nova alternativa para garantir o crescimento da economia, através da tentativa de industrialização do Estado.

Foi com a expansão da cultura do café, a partir do Século XIX, que se deu propriamente a ocupação do solo capixaba, com a chegada dos imigrantes europeus, que se fixaram na região central do Estado.

Como se viu anteriormente, a ocupação das terras pelos colonizadores encontrou sempre muitas dificuldades, sendo as principais a forte resistência dos indígenas do interior existentes ainda em grande número até o início do século XIX, e a proibição por parte da Coroa, durante o ciclo do ouro, de abertura de estradas no interior para garantir a segurança das Minas. Assim os colonizadores fixaram-se no litoral e em algumas poucas vilas do interior.

Porém com a imigração estrangeira esse panorama se altera. Com ela, como se viu, temos de fato a ocupação do solo espírito-santense. A imigração europeia continuou até o início do século XX, tendo chegado ao Estado um total aproximado de 45.000 famílias italianas e de 15.000 famílias alemãs, aumentando consideravelmente a população do Estado.

Existe uma relação entre a estrutura da propriedade da terra e a imigração estrangeira para o Estado. Com efeito, a estrutura da propriedade que se formou no Espírito Santo, ao contrário do resto do país era, na sua maioria, de tamanho pequeno ou médio (menos de 100 há). Se comparado com outros estados, esse fato, de certa forma, permitiu uma melhor distribuição da renda e dos núcleos populacionais. Com efeito, até os anos 60, os grandes aglomerados realmente não existiam, e sendo o café a atividade principal, a população era eminentemente rural. Como centros urbanos de importância, sobressaía a cidade de Vitória (tendo em vista sua posição estratégica com função portuária e administrativa como sede do Governo), Cachoeiro de Itapemirim ao Sul e, Colatina ao Norte, esta última, a partir da década de 1940, experimentou um crescimento vertiginoso. O crescimento destas últimas cidades estava diretamente ligado às necessidades comerciais da população dedicada ao café servindo à venda desse produto e à compra de produtos de consumo.

Contudo é preciso ressaltar que a estrutura da propriedade não se apresentou de forma homogênea para todo o estado. Se considerarmos o estado do Espírito Santo como sendo composto de quatro mesoregiões: a do Sul, a Central, do Litoral Norte e a Noroeste, (ver mapa 2)²⁴, houve um equilíbrio maior na distribuição da propriedade da terra na região Central e uma forte concentração da propriedade da terra na região (no início da colonização) e Norte e Noroeste (devido a expansão da frente Pioneira. Essa diferença tem, pois, sua explicação nas formas diferenciadas em que foram ocupadas e colonizadas essas respectivas regiões. Como já foi ressaltado, o processo de formação do campesinato do estado do Espírito Santo está intimamente ligado com esses processos de colonização dessas regiões e os deslocamentos populacionais de uma região para outra.

Por isso é importante descrever mesmo que de forma resumida, o processo de colonização em cada região, lembrando que o objeto de nosso estudo se limite mais na região Norte e Noroeste, mas muito particularmente esta última. Porém como nos interessa mais o processo de formação do campesinato nesta na região Norte e

²⁴ Como se pode ver pelo mapa 2, Ecoporanga e seus distritos, tais como Cotaxé se localizam muito próximos da mesorregião denominada Litoral Norte. Devido a esta proximidade, os processos econômicos e sociais tais como expansão da fronteira com tudo que ela encerra (incremento populacional, violência agrária etc..) dizem respeito a ambas regiões. Na medida do possível procuramos ora aglutinar as regiões ora definir a especificidade de cada uma. Por exemplo, a região do Contestado e seus conflitos dizem respeito apenas ao Noroeste do Espírito Santo, pois é esta região que faz divisa com Minas Gerais. Por sua vez, o avanço das madeireiras diz respeito às duas regiões.



Mapa 2 – As 4 Mesorregiões do Espírito Santo. Elaboração do Autor.
Fonte: IBGE.-Mapas.

Noroeste e este processo tem profunda relação com as outras duas faz-se necessária a descrição das três e a relação entre elas.

A região Sul do Espírito Santo que contava com farta disponibilidade de terras férteis e devolutas recebeu um importante fluxo de fazendeiros fluminenses e mineiros. Trazendo seus escravos da região de origem, vieram desbravar esta região nas proximidades do Alto Itapemirim, constituindo aí enormes fazendas. Deve-se notar que a exploração deste interior montanhoso do sul não começou, como aconteceu em grande parte dos outros estados brasileiros, pela costa, mas veio do interior: do norte fluminense e do oeste mineiro, regiões limítrofes com o Sul do Espírito Santo.

Daí porque seria o sul do estado o primeiro a ser atingido com a expansão cafeeira, que se efetivou seguindo o curso de dois importantes rios no sentido de seus altos cursos descendo progressivamente no estado – os rios Itapemirim e Itabapoana. Este processo de ocupação em função da expansão da cultura do café foi semelhante ao ocorrido em outras regiões do país, já suficientemente documentado em estudos diversos e que por isso faremos aqui apenas uma breve exposição. Trata-se do processo de desmatamento em busca de terras virgens que fossem próprias para o cultivo do café. No caso do Espírito Santo, relata Deffontaines (1944, p. 992), que

as florestas da zona da mata (Minas) e de Muriaé (Estado do Rio) iam sendo pouco a pouco derrubadas pelas fazendas de café. Desde 1830 essas derrubadas transbordaram para as serras do Espírito Santo, cujas encostas clima de altitude e riqueza do solo de decomposição cristalina e húmus florestal tão bem se acomodavam à cultura do café Bourbon.

O desmatamento das florestas para a formação dos cafezais seguindo o curso dos rios se efetuava sob o comando dos cafeicultores oriundos dos dois Estados já mencionados, como um processo típico de expansão da fronteira agrícola comandada pelo café. Mas ao lado desta expansão de fronteira vinda do Rio e de Minas, inicia-se uma verdadeira distribuição de sesmarias a famílias de portugueses e paulistas oriundas do Baixo Itapemirim, onde já eram proprietários de canaviais, bem como aos mineiros e fluminenses chegados à região. Há portanto uma mobilização de particulares (este, mais presente no momento da distribuição de lotes a imigrantes estrangeiros, como ocorrerá também a região central) no sentido de expandir na região o cultivo do café que era na época a base de nossa economia de exportação.

As características peculiares da expansão cafeeira de fluminenses e mineiros no sul do estado identificam esta região com aquelas que a antecederam no cultivo do café: a instalação de grandes fazendas com a principal cultura – o café – voltada para exportação, ao lado de cultivos de produtos de subsistência de sua mão de obra basicamente escrava. No caso do Espírito Santo, a lavoura do café só veio a se efetivar tardiamente, em meados do século XIX e por isso ela permaneceu pouco tempo baseada no trabalho escravo. A relação de trabalho que predominou nas propriedades cafeeiras com a abolição do trabalho escravo foi principalmente a meação. A meação está intimamente relacionada com a crise de mão de obra

porque passou a cafeicultura de uma maneira geral ao final do século XIX. O processo de parcelamento das grandes propriedades de mineiros e fluminenses já radicadas como proprietários rurais no Sul do Espírito Santo é concomitante à penetração de correntes de imigração estrangeira que viriam solidificar um estilo de produção cafeeira em bases familiares já emergente na região, ao lado da grande propriedade cafeeira que continuaria a existir, porém com grande parte da sua produção baseada na relação de parceria.

A posição dos fazendeiros do sul em relação à política de imigração promovida pelo Governo da província evoluiu de uma atitude de indiferença para a de contrariedade e, finalmente de participação no próprio esforço colonizador. Indiferença porque, dada a quantidade de terras devolutas existentes a presença do colono não significava uma ameaça ao seu domínio pois este se fazia através do trabalho escravo.

As vésperas do fim da escravidão, os fazendeiros demonstravam-se contrários ao tipo de colonização empreendida pelo Governo por entender que o colono não se submeteria ao trabalho as fazendas sendo ele também um proprietário de terra. Por fim, os fazendeiros propuseram-se a participar da política de imigração, através da iniciativa particular com a finalidade de introduzir o trabalho do imigrante europeu em suas fazendas instituindo a parceria com os colonos.

Procurando resolver o problema da carência de mão de obra que prejudicasse a produção, os fazendeiros passaram a fomentar a imigração. É de se notar que, embora o Governo tivesse proporcionado ao colono imigrante a possibilidade de cultivo em lote próprio, o que ocorreu é que após a abolição da escravatura a maior parte dos colonos recém-chegados à província tinha como destino o trabalho em parceria nas fazendas.

A parceria para o grande proprietário era a condição para a preservação de seus interesses concentrados na agricultura de exportação. Porém, a parceria era para o colono apenas uma fase provisória para se tornar proprietário. Um aspecto de deve ser ressaltado é que mesmo os imigrantes trazidos pela iniciativa particular tinham interesses próprios, contrários evidentemente daqueles dos grandes proprietários. A parceria se apresentada apenas como ponto de passagem para a tão sonhada terra própria. Contudo, na virada do Século XIX para o XX, a estrutura fundiária do Sul do

Espírito Santo ainda era bastante concentrada e as relações de trabalho estavam ainda apoiadas fundamentalmente na parceria e não no assalariamento.

Contudo, em fins do Século XIX, particularmente a partir da crise de 1897 os preços do café despencam inviabilizando a reprodução da grande propriedade. Os grandes proprietários passaram a dispor apenas da terra que, como mercadoria nesses momentos de crise financeira, foi vendida em pequenos lotes alterando assim a estrutura fundiária dessa região. Antigos parceiros ou novos imigrantes transformaram-se assim em potenciais pequenos proprietários. Com a crise cafeeira, ocorreu uma desconcentração da propriedade da terra no sul do estado. Com a crise, os grandes proprietários passaram a oferecer contratos cada vez mais desvantajosos para o colono. Para este a tendência foi a de utilizar a poupança (pecúlio) por muitos anos acumulada com seu trabalho para a compra do seu lote de terra. Como num processo desencadeado, as fazendas em decadência na impossibilidade de contratar o imigrante, tiveram que ser vendidas total ou parcialmente em pequenas parcelas. Conforme assinala Souza (1990, p. 25) as antigas sedes e a fração de terras que lhes sobravam ficavam circundadas por novos pequenos proprietários, na maior parte antigos parceiros, que poderiam ser utilizados como assalariados temporários nas lavouras ainda existentes no velho latifúndio.

Enquanto a região Sul estava sendo ocupada pela expansão das grandes fazendas que utilizavam a mão de obra escrava, a região Central do Estado foi escolhida pelo Governo Imperial para ser ocupada pelos imigrantes estrangeiros. Portanto, no Espírito Santo a colonização oficial subvencionada pelo Estado, concentrou-se na região Central da província desbravando-a e formando aí uma economia baseada na pequena produção camponesa com predominância da lavoura de subsistência e tendo o café como única produção com valor comercializável mais expressivo. Há de se notar que este tipo de produção camponesa combina a economia de mercado (café) com a economia do excedente (produção de alimentos) o que faz com que em épocas de crise do café, o pequeno camponês não fica a mercê das incertezas da economia como acontecia com o grande produtor de café.

As primeiras correntes imigratórias formadas por austríacos e alemães dirigiram-se para a região Central do Espírito Santo (Santa Leopoldina e Santa Tereza), e

antecederam em algumas décadas a imigração italiana. Em 1860, efetiva-se a imigração de pomeranos que passam a ocupar a região mais montanhosa do Estado (Domingos Martins e Santa Maria de Jetibá). Por sua vez a imigração italiana começou na década de 1870. Destes imigrantes italianos, uma parte foi encaminhada para o Sul do Espírito Santo. Desembarcavam em Vitória, Anchieta e Itapemirim, de onde eram conduzidos em carroças ou em trem para a região montanhosa do planalto, entre os rios Jucú e Itapemirim e próxima à estrada de ferro Leopoldina. Constituiu-se, portanto, numa nova corrente de povoamento, vinda não do interior, como os mineiros e fluminenses, mas do litoral. A grande maioria das famílias camponesas italianas se concentra na região onde estão hoje os municípios de Castelo, Venda Nova do Imigrante, Vargem Alta, Rio Novo do Sul, Alfredo Chaves, Marechal Floriano e Iconha entre outros.

Cabe observar, como já assinalamos reiteradamente, que as crises da economia cafeeira nos períodos já citados não abalaram como aconteceu com os grandes proprietários do Sul, a estrutura fundiária da região Central, baseada na pequena propriedade camponesa de trabalho familiar. A crise não inviabiliza a reprodução da unidade familiar, uma vez que esta continuava a praticar a agricultura de subsistência sem, no entanto, abandonar o pequeno cafezal. O pequeno camponês imigrante não dependia apenas da venda do café para sobreviver. Na falta deste, havia a produção da cultura de subsistência. Esse campesinato opera num mundo em que o circuito do capital não o dominou totalmente.

O sistema de colonização estrangeira implantado no Espírito Santo, se por um lado teve como mola propulsora a economia cafeeira (e todos os colonos sistematicamente plantavam café ao lado de outras culturas alimentares em seus lotes de terra), por outro não teve nenhuma semelhança com a colonização em São Paulo, da mesma época, onde os colonos foram contratados como trabalhadores agrícolas nas grandes fazendas de café. Ali a colonização, à semelhança muito mais da parte setentrional do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina, constituiu-se por meio de pequenas propriedades, com os colonos recebendo do Estado lotes de terra não apropriada ou devoluta. Como assinala Nimer e Binsztor (1967, p. 52)

O sistema de demarcação e distribuição de terras obedeceu, geralmente às mesmas diretrizes traçadas em outras partes o País, quer no sul, quer na zona serrana do centro do Espírito Santo. A sede da Colônia, ou de suas seções, possuía um barracão para receber os colonos recém-chegados. A partir daí

foram demarcadas as “linhas” coloniais, normalmente acompanhando os fundos dos vales, o que era mais fácil em região tão acidentada; os lotes foram demarcados ao longo das “linhas” de modo a se apresentarem com testada para o curso de água e com fundos para as cumieiras dos interflúvios. Cada colono recebia, geralmente, 5 alqueires de terra (25 ha.).

Este sistema de colonato daria origem ao sistema de parceria (de meação), que com o tempo seria a relação de trabalho predominante no cultivo do café. Pela estrutura fundiária que acabou por prevalecer nas regiões Sul e Central, por volta de 1920 encontra-se consolidadas as características da agricultura capixaba, quais sejam: estrutura fundiária de pequenos produtores e produção agrícola baseada no trabalho familiar e na parceria.

Essas considerações são confirmadas em número pelo levantamento censitário de 1920: os estabelecimentos menores de 100 hectares representava 84,4% do total de propriedades rurais no Estado, ocupando 52% da sua área total. Porém, como se pode ver, ainda era baixo o nível de ocupação territorial do Estado como um todo. Vejamos, portanto, a parte que cabe a colonização da região Norte, onde ocorreram os conflitos em torno da propriedade da terra que este trabalho está tentando analisar.

Até o início do Século XX, as terras situadas ao Noroeste, às margens do Rio Doce ainda eram pouco exploradas. Por sua vez, o processo de sua ocupação resultou bastante distinto daquele que predominou nas regiões Sul e Central. Conforme Souza (1990 p. 51-60), a expansão da fronteira agrícola em direção as terras do Noroeste do estado, pode ser atribuídos seguintes fatores: Em primeiro lugar, a rudimentar técnica de plantio nas antigas regiões produtoras do Sul e Central provocou constante desgaste do solo e reduziu sua capacidade de produção. Com o tempo, algumas áreas foram ocupadas por pastagens, destinadas à criação de gado leiteiro. Em segundo lugar, o crescimento populacional, aliado às dificuldades da pequena produção em reter mão de obra, ampliou o fluxo migratório das outras regiões para o Norte, reproduzindo, aí, a mesma estrutura agrária das antigas áreas de colonização. Por último, a melhoria da comunicação em direção ao Norte com a construção da ponte sobre o Rio Doce em 1928, em Colatina, possibilitando a efetiva colonização dessa região do Estado que por sua vez teve imenso reflexo na colonização também do Noroeste do estado.

Portanto, segundo Souza (1990, p. 51-60), os motivos para a expansão da fronteira agrícola no Norte e Noroeste, tem relação com as reduzidas disponibilidades de novas áreas nas regiões Sul e Central. O crescimento das famílias, a impossibilidade de fracionamento das pequenas unidades de produção e o esgotamento da fertilidade dos solos inviabilizavam o acesso à terra por parte dos filhos mais novos e fizeram com que muitos deles acabassem migrando para o Norte.

Parece que esta explicação de Souza (1990, p. 51-60) pode ser válida para o processo de ocupação desta região, nas décadas de 1920 até fins da década de 1930, com o predomínio do pequeno camponês que se direcionou para o noroeste e norte para plantar café e culturas de subsistência. De fato, com a crise de 1929, o Noroeste passou a representar um novo Eldorado crescendo as migrações de famílias em direção a esta região em busca de terras. A grande maioria que desses migrantes faz parte da segunda geração de italianos. Com essa ocupação do Norte e Noroeste, o campesinato ultrapassa fronteiras e ocupa grande parte do Estado do Espírito Santo.

Contudo há outra forma de colonização do Noroeste do Estado também explicada por Souza cuja dinâmica vai em sentido oposto. Trata-se da ocupação das terras por grandes propriedades madeireiras, inicialmente e por grandes proprietários dedicados a pecuária a partir da década de 1940. Esse período é marcado pelo avanço da fronteira no extremo norte (que aqui incluímos os municípios com divisa com a Bahia) e o noroeste fazendo divisa com Minas Gerais, tais como Ecoporanga, Conceição da Barra etc.), assistia a destruição de suas florestas e ao avanço tanto do café, como da pecuária extensiva.

O que foi possível constatar é que a região que hoje se localiza Ecoporanga fez parte do que no passado recente deu-se o nome de “Região do Contestado”, de cerca de 10 mil km, que envolvia outros municípios mineiros na divisa do Espírito Santo. Enfim, nesta região, comumente denominada de Serra dos Aimorés, se caracterizou pela ocupação de terras devolutas, e como se tratava de região pioneira, houve a derrubada da mata, extração de madeira, pedras semipreciosas. Como se tratava de região onde havia uma área imensa de terras devolutas, o conflito se deu entre os pequenos posseiros e grandes latifundiários.

Portanto, se nas regiões Central e Sul o processo de ocupação fundiária acabou por consolidar a pequena propriedade, a região Norte estes padrão de ocupação foi possível apenas para parte dos municípios que a compõem. Naqueles municípios situados a extremo norte e nordeste desta região consolidou-se um padrão de forte concentração de terras. Reafirmando mais uma vez, esta ocupação foi extremamente violenta gerando os conflitos em torno da propriedade da terra envolvendo de um lado um setor do campesinato que podemos chamar de posseiros, e de outro lado, grandes latifundiários. Segundo Souza, a ocupação tanto do Norte quando o Noroeste atingiu seu auge na década de 50 quando se avolumaram os conflitos relacionados ao acesso s terra, evidenciando a extrema dificuldade para campesinato em se reproduzir enquanto pequeno proprietário.

Como já foi assinalado, no Norte e Noroeste se estabeleceu uma estrutura da propriedade da terra semelhante àquela da região Central de onde veio a maioria dos imigrantes. Porém, a medida que avançava a ocupação de terras menos férteis, próximo ao Sul da Bahia, com a finalidade de praticar a pecuária extensiva, as apropriações passaram a se realizar por grandes glebas havendo uma processo extremamente desigual de distribuição da terra. Na década de 1950 e 1960, exatamente o período histórico que estamos analisando, ocorreram muitas invasões de terras devolutas, eclosão de conflitos envolvendo disputa de terras já legitimadas, como já foi assinalado.

Cabe algumas considerações finais que relacionem a dinâmica populacional do Sul com a do Norte e Noroeste do Estado. Para os nossos propósitos é importante analisar o sentido dos fluxos populacionais de outras regiões do estado do Espírito Santo para a região Norte e Noroeste. Em 1940 a população do estado do Espírito Santo era de aproximadamente 790.147 pessoas. Essa população achava-se concentrada no Sul do estado que, com uma área de apenas 24% da área total, detinha no entanto quase metade da população (49%), enquanto o Norte e Noroeste, com uma área de 56% do total, concentrava apenas 2% da população²⁵.

Na década de 1940 e 1950, observa-se, no entanto, um crescimento muito grande da população dos municípios do norte, em oposição a um crescimento negativo ou

²⁵ Cf. ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado do Planejamento. Vitória, 1979. Vide referencia completa no final deste trabalho.

estacionário dos municípios do sul, evidenciando duas regiões dentro do estado de tendências diametralmente opostas.

Pressupõe-se, em consequência, uma transferência de população do sul para o Norte. Porém outras variáveis devem ser levadas em conta. Em primeiro lugar, é preciso saber se o Norte mais particularmente o Noroeste estariam absorvendo toda a população expulsa do sul. Em segundo lugar, sabe-se que as regiões Norte e Noroeste por ser uma fronteira agrícola em expansão, nesta época, passaram a atrair também populações dos estados vizinhos da Bahia e Minas Gerais. E em terceiro lugar, pela proximidade do Rio de Janeiro estaria perdendo população para este.

De qualquer forma, o fato é que, entre as décadas de 1940 a 1960, houve, especificamente para o noroeste um saldo migratório positivo, seja pela transferência de contingentes populacionais do sul do estado ou de migrantes vindos de outros estados vizinhos, particularmente do Sul da Bahia e Leste de Minas. Há uma explicação histórica para este fenômeno. O pós-guerra foi um período altamente favorável, em termos de mercado externo, para o desenvolvimento da economia cafeeira. Os agricultores estavam dispostos a cultivar o café. O sul parecia já ter esgotado sua capacidade de absorção produtiva da população, principalmente no que se refere a produtividade do solo. Assim a solução encontrada foi o noroeste, onde ainda existiam terras novas e inexploradas.

O Espírito Santo pagaria um preço elevado por depender economicamente de um só produto de exportação (o café), mostrando-se vulnerável às crises cíclicas desse produto no mercado internacional. Se a participação do café na renda era, na década de 1950 de 59%, em 1960, sua participação na renda do setor agrícola cai para 33% e em 1962, houve a primeira erradicação dos cafezais, atingindo dessa vez apenas os improdutivos. Porém, o decisivo mesmo foi a erradicação indiscriminada entre os anos de 1966 a 1968. A tentativa era a de eliminar um produto sem grandes rentabilidades.

É evidente que o declínio da economia cafeeira provoca consequências sociais, porém uma medida como a erradicação dos cafezais provocou impacto muito mais violento ao liberar de uma só vez 50 mil trabalhadores rurais afetando aproximadamente 150 mil pessoas. É nesse período que se inicia o esvaziamento

intenso da zona rural (tendência que continua ainda hoje), provocando um contínuo aumento das populações urbanas.

Na década de 60 apenas 14 municípios apresentaram crescimento rural positivo, sendo esses exatamente os que não dependiam tanto do café. Por sua vez, os municípios do noroeste, que nas décadas anteriores destacavam-se como de polo de atração, são a partir da década de 1960 a 1970 os maiores polos de expulsão de população dentro do Estado²⁶.

Ironicamente fechamos um ciclo, voltamos ao ponto de partida. Pois o destino da grande parte dessa população expulsa foi a Grande Vitória, que em 1970 passa a representar 24% da população do estado. Ainda, os demais municípios que apresentam crescimento significativo estão quase todos no litoral, e onde a população passa a se concentrar como no início da colonização do Espírito Santo.

2.2. POSSEIROS CONTRA MADEIREIRAS

Por formação histórica entendemos o modo como esta região do estado do Espírito Santo foi sendo progressivamente ocupado a partir da expansão de formas capitalistas de produção. Ao empregarmos o termo “formação histórica” não estamos querendo dizer que até então não havia história. Pelo contrário, havia ali toda uma civilização indígena e de comunidades negras rurais (quilombolas) que justamente esta expansão destruiu a ambas, ou estão em vias de destruí-las por completo. Deste modo, esta destruição faz parte desta formação histórica. Na verdade, desde a época da colônia, a ideia de que o Espírito Santo era uma região desabitada serviu como justificativa ideológica para o conquistador, como salienta Bernardo Neto (2012, p. 216)

O Espírito Santo não era e nunca foi, portanto, um local “desabitado”, muito embora os dominadores desejassem que assim ele fosse visto. De fato, a expansão da colonização se acentua a partir da emergência da cafeicultura, mas ela não ocorrerá sobre áreas inabitadas por seres humanos, mas sim por territórios indígenas e terras de posseiros que vivam às margens da economia colonial.

²⁶ Instituto Jones dos Santos Neves. Articulação socioeconômica do Estado do Espírito Santo. Vol 1. pp. 85-91. Vide referencia completa no final deste trabalho

Foge aos propósitos deste trabalho retroagir no tempo histórico para analisar o processo político que varreu do mapa o que chamamos genericamente de “botocudos” a partir do século XVII e mais recentemente ao cerco capitalista das comunidades quilombolas²⁷. O foco de nossa atenção é bem mais recente. Trata-se dos conflitos agrários que ocorreram na década de 1950-60, portanto, o que propomos é fazer a história do tempo presente.

Uma descrição, mesmo que sumária, de como o noroeste do Espírito Santo foi ocupado faz-se necessária, tendo em vista a hipótese central da qual partimos para tentar explicar a origem dos conflitos sociais na região. A hipótese pode ser formulada da seguinte maneira: no caso específico da região de Cotaxé, no município de Ecoporanga, os conflitos entre fazendeiros e posseiros nas décadas de 1950-1960, ocorreram devido o modo como foi ocupada a região.

Evidentemente, diríamos que esta é a causa principal, no sentido de ser uma causa histórico-estrutural. Outros fatores podem ter contribuído de forma secundária, porém, não menos importante, para a deflagração dos conflitos. Não menos importante porque a ocupação de uma determinada região não envolve apenas os aspectos econômicos, como também jurídicos, sociais, políticos, culturais e até religiosos, dimensões estas que o estudioso pode isolar analiticamente (correndo o risco de perder a visão do todo), porém na realidade concreta se apresentam interligadas umas as outras, indissolúvelmente. Podemos mencionar como sendo estes outros fatores, dentre outros: a conjuntura política da década de 1960 no que se refere a luta pela reforma agrária e em torno dela a mobilização de amplas camadas de trabalhadores do campo; a luta política local envolvendo partidários a favor das reformas de base propostas pelo Governo Goulart e partidários contra elas; a repressão policial, exercendo, para muitos observadores da época (jornalistas, advogados, deputados que compunham comissão parlamentar de inquérito) uma força além do necessário para resolver a questão social.

Posseiros e fazendeiros que se dirigiram para Ecoporanga travaram uma batalha intensa pela posse da terra. Mas esta luta não se deu apenas no confronto direto

²⁷ A respeito do desaparecimento de numerosa população indígena na província de Minas Gerais no século XIX, ver MATTOS (2004) e sobre os quilombolas no Norte do Espírito Santo ver SILVA (2012)

entre ambos. Esta luta se deu mediatizada pela legislação agrária nacional e regional, no contexto da política local em que partidos se confrontaram ou para defender os fazendeiros ou para defender os posseiros.

Seguindo uma tendência nacional, a expansão capitalista para esta área se deu, como regra geral, do litoral para o interior (no caso do ES, também, do sudeste do estado para o Norte e Noroeste). Porém, a história da ocupação da região noroeste do Espírito Santo como um todo e em particular da região que hoje é o município de Ecoporanga, guarda algumas peculiaridades que a diferencia tanto da história da ocupação de outras regiões capixabas (em comparação com o Sul) como de outras regiões do país. Vejamos quais são estas peculiaridades.

Em primeiro lugar, havia uma indefinição quanto aos limites entre o estado de Minas Gerais e Espírito Santo. Esta indefinição só seria resolvida juridicamente em 1963. Daí a denominação de “região do Contestado”, semelhante à região do contestado entre Santa Catarina e Paraná. Esta indefinição de limites entre Minas e Espírito Santo foi um fator que contribuiu fortemente para o acirramento do conflito em torno da propriedade da terra, embora, a nosso ver, não seja o fator decisivo, como veremos adiante.

Em segundo lugar, havia na região de Ecoporanga uma grande quantidade de terras devolutas objeto de intensa disputa tanto entre fazendeiros como entre estes e posseiros. A transformação das terras devolutas em propriedade privada capitalista é uma das dimensões históricas fundamentais para entender os conflitos na região.

Em terceiro lugar, colocando-se do ponto de vista do estado do Espírito Santo, a região de Ecoporanga foi uma das últimas a serem ocupadas primeiramente por uma frente de expansão, mais antiga, composta por migrantes vindos justamente do próprio Sul e Sudeste do Espírito Santo, como também de migrantes vindos do Sul da Bahia e Leste de Minas, particularmente do Vale do Mucuri. Posteriormente, uma frente pioneira se sobrepõe e se confronta com a frente de expansão.

Tendo em vista a importância de todo este movimento de expansão, faz-se necessário discutir minimamente os conceitos de frente expansão e frente pioneira para entender o processo de ocupação dessa região. Começemos a nossa

exposição a partir deste terceiro ponto, fazendo a distinção entre estes dois conceitos: frente de expansão e frente pioneira.

No caso do Brasil, o interesse em estudar as frentes de expansão começa com os antropólogos, a partir da década de 1960. Neste sentido, os antropólogos estavam um passo a frente de seus colegas cientistas sociais, tais como historiadores e sociólogos, tendo em vista a especificidade de seu próprio objeto de estudo. Embora o estudo das frentes de expansão fizesse parte de seus interesses, os antropólogos estavam mais interessados em estudar os contatos entre brancos e índios e não no estudo da frente de expansão em si mesma. Assim, foram produzidos vários trabalhos, tais como os de Oliveira (1964), Barros Laraia e Da Matta (1967) e Melatti (1967), sendo o objetivo principal destes trabalhos o estudo dos índios em situação de fricção interétnica nas frentes de expansão.

Sempre referindo ao contexto brasileiro, já o termo “frente pioneira” foi primeiramente utilizado pelos geógrafos, para designar uma determinada região que sofre intensa transformação nos seguintes aspectos, ligados entre si: 1) em termos demográficos constituindo-se em uma área intermediária entre um polo civilizado do qual se erradia fluxos populacionais para uma área despovoada, 2) em termos econômicos, com o avanço de uma frente liderada pela expansão de uma atividade econômica baseada na exploração de algum tipo de produto rentável no mercado internacional cuja produção ditaria o ritmo da economia nacional (frente do café no oeste paulista, ciclo do açúcar no nordeste, da borracha na Amazônia etc...)²⁸ e 3) em termos ecológicos, a “frente pioneira” seria uma região que antes constituía-se de mata virgem e a partir da expansão da civilização passa a ser conquistada a custa da destruição ou submissão das sociedades indígenas.

Utilizado primeiramente pelos geógrafos citados (Weibel e Monbeig) o termo “pioneiro”, dentro do conceito de “frente pioneira”, carrega uma forte conotação ideológica, pois pressupõe a existência de dicotomias tais como civilização/barbárie, moderno/antigo, progresso/atraso, privilegiando o primeiro termo do par, sendo que o pioneiro seria aquele que estaria trazendo para a região ocupada, a civilização, o moderno e o progresso, superando a barbárie (sempre identificada com as sociedades indígenas, ou posteriormente o campesinato de fronteira, tais como o

²⁸ Cf. Pierre Monbeig (1940) e Leo Weibel (1955)

pequeno proprietário ou posseiro), o antigo e a situação de atraso. Neste caso, o pioneiro encontra-se encarnado no homem branco que estaria trazendo a atividade agropecuária e implantando não só uma nova atividade econômica, mas também uma sociabilidade superior àquela existente anteriormente no local:

[...] O conceito de pioneiro [...] significa mais que o conceito de “*frontiersman*”, isto é, do indivíduo que vive em uma fronteira espacial. O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida. Sim, empregamos o conceito de pioneiro, também, para indicar a introdução de melhoramentos no campo da técnica e mesmo da vida espiritual! [...] Somente ele é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena. [...] Então, os preços das terras elevam-se vertiginosamente, as matas são derrubadas, casas e ruas são construídas, povoados e cidades saltam da terra quase da noite para o dia, um espírito de arrojo e de otimismo invade toda a população [...] (WAIBEL, 1955, p. 391)

Como se pode ver, “pioneiro” e “zona pioneira” inicialmente utilizado pelos geógrafos não são conceitos inocentes, livres de juízos de valor. Pelo contrário, são conceitos carregados de valores, produzidos a partir de um ponto de vista (inclusive de classe) os quais servem como guia para a ação prática, mesmo que seus produtores não tenham consciência disso. Portanto, são conceitos que acabam justificando ou legitimando formas de dominação existentes nos processos de ocupação territorial que envolve expulsão de populações nativas (índios e posseiros). Em nome do progresso e de uma suposta legalidade da ocupação mediante títulos de propriedade elaborados a partir de um direito produzido pelos “pioneiros”, isto é, elaborado pela própria sociedade que se pretende implantar.

Nosso trabalho procura descrever os conflitos agrários que ocorrem no momento em que uma região é alcançada pela “frente pioneira”, no caso específico, na região noroeste do Espírito Santo, enquanto parte de uma fronteira em processo de ocupação. Não temos a pretensão de elaborar um trabalho sobre o papel da fronteira na formação da sociedade brasileira. Estudo desta natureza já foi realizado por Velho (1976) no qual faz uma análise comparativa entre a fronteira em movimento nos Estados Unidos, Rússia e Brasil e o papel desempenhado pelo campesinato neste movimento de efetivação do capitalismo. Igualmente, uma historiografia brasileira sobre a fronteira já foi elaborada por Maria Secreto (2001). O que pretendemos aqui é descrever um caso concreto de conflito na frente pioneira.

Porém, para tanto se faz necessário apresentar os conceitos através dos quais vamos descrever estes conflitos. A nosso ver, uma das explicações mais consistentes que relaciona implantação de uma frente pioneira e a eclosão dos conflitos sociais foi realizada por Martins (1975) e em função disso, vamos, doravante, basear nossa análise nas suas colocações.

Martins faz uma distinção muito importante entre frente de expansão e frente pioneira. Para Martins (1975, p. 45)

A frente pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica. Compreendê-la como tal, no entanto, implica em considerar que, no caso brasileiro, a fronteira econômica não coincide, necessariamente, com a fronteira demográfica (via de regra aquela está aquém desta). A faixa entre uma e outra, embora sendo povoada (ainda que com baixos índices de densidade demográfica), não constitui uma frente pioneira e não constitui basicamente porque a sua vida econômica não está estruturada primordialmente a partir de relações com o mercado. Por outro lado, a economia dessa faixa não pode ser classificada como economia natural, pois dela saem produtos que assumem valor de troca na economia de mercado. Trata-se de uma *economia do excedente*, cujos participantes dedicam-se principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades. [...] É essa faixa, com suas peculiaridades econômicas, sociais e culturais, que se pode conceituar como *frente de expansão*. [...] a frente de expansão se integra na economia de mercado de dois modos: pela absorção do excedente demográfico que não pode ser contido dentro da fronteira econômica e pela produção de excedentes que se realizam como mercadoria na economia de mercado. Desse modo, a frente de expansão está integrada na formação capitalista. (grifos do autor).

No fundo, estas colocações de Martins e de outros escritos seus, referentes a temática da fronteira, (1981,1998 e 2014) fazem parte do debate que ocorreu nas ciências sociais brasileiras particularmente a partir da década de 1970 e que perdura até hoje, que tinha como preocupação central a questão de como se efetivava ou se efetiva ainda a expansão do capitalismo no Brasil, particularmente no mundo agrário. Na formação histórica brasileira, a expansão da fronteira mediante as frentes pioneiras desempenhou um papel fundamental na conformação do que o Brasil é hoje, como assinala Maria Secreto (2001). Para Martins, como se pode ver a partir do seu texto acima, a frente pioneira exprime um movimento de expansão do capitalismo no campo, incorporando novas regiões pela economia de mercado. Intensa atividade econômica passa a ser posta em prática através da derrubada de matas, construção de estradas para o escoamento da madeira, ferrovias, casas de comércio, bancos os quais financiam a produção e uma intensa atividade de compra e venda de mercadorias se processa neste momento. Aspecto fundamental a ser

observado neste momento é a comercialização da própria terra, através da venda de lotes.

Diríamos que neste momento, há uma coexistência da produção do excedente (na frente de expansão) com a produção de mercadoria (na frente pioneira), e aos poucos esta passa a suplantar aquela. Porém, apesar desta coexistência, a frente de expansão e a frente pioneira estão inseridas em tempos históricos diferentes:

É possível, assim, fazer uma primeira *datação histórica*: adiante da fronteira demográfica, da fronteira da “civilização”, estão as populações indígenas, sobre cujos territórios avança a frente de expansão. Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais do que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora. Digo que se trata de uma primeira datação histórica porque cada uma dessas faixas está ocupada por populações que ou estão no limite da história, como é o caso das populações indígenas, ou estão inseridas diversamente na história, como é o caso dos não-indios, sejam eles camponeses, peões ou empresários. (MARTINS, 2014, p. 138).

Porém, na distinção entre frente de expansão e frente pioneira, o aspecto fundamental é a transformação da terra para trabalho em terra para negócio. Na frente de expansão,

[...] as suas relações sociais fundamentais não são determinadas pela produção de mercadorias, pois, a apropriação das condições de trabalho, isto é, da terra, não se faz como empreendimento econômico. A instauração da propriedade privada da terra, no plano jurídico, pela Lei de Terras de 1850, não constituiu nem o princípio dessa instituição nem o fim da instituição do uso privado das terras comuns ou da posse, por ocupação, das terras devolutas. O que caracteriza a frente de expansão é justamente esse uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro. (MARTINS, 1975, p. 46)

Ou seja, na frente de expansão, de acordo com as colocações de Martins, a terra é ocupada (ou pelo ocupante ou pelo posseiro) e não comprada. Isto pode ser verdadeiro, para os posseiros que nós chamaríamos de primeira geração. Quem é o posseiro que toma posse? Referindo-se à ocupação na região do Rio Doce, Olavo Pereira (1980, p. V) em sua obra, “*Nas terras do rio sem dono*”, tem uma passagem divertida que descreve quem é este posseiro:

- Moço, esse rio tem dono?

-Não....

- Intonce, por aqui eu me fico [...]

E ficou mesmo. Ele e milhares de outros, toda uma legião de escorraçado do latifúndio e de tangidos pela seca do Nordeste dramático. Haviam descoberto uma terra onde os rios não tinham dono. Matas imensas a perder de vista, frondosas como o quê. Água em cada quebrada. E sem dono. Sem dono o rio, sem dono a terra.

Porém, o que verificamos concretamente, na região de Ecoporanga, é que a realidade se mostrou mais complexa do que as classificações conceituais. Pois, entre 1940 a 1960, época dos conflitos, havia ali uma mescla de posseiros de primeira geração, (isto é, aquele que ali chegou desbravando matas, como na descrição acima) e posseiros de segunda, terceira ou até quarta geração. Estes últimos são posseiros que compraram a posse ou direito de posse de posseiros anteriores. Por isso, o termo “geração” aqui empregado não diz respeito a transmissão da propriedade de pai para filho. Seria mais apropriado utilizar o termo: primeiro, segundo, terceiro ou quarto contingente populacional ou fluxo populacional.²⁹ De qualquer forma, a explicação de Martins sobre o modo como a terra é ocupada na frente de expansão como vimos acima, se aplica para muitos casos na região de Ecoporanga, particularmente no distrito de Cotaxé, onde mineiros e baianos ali chegaram a partir de 1930 e a passaram a ocupar as terras devolutas.

Quando a frente pioneira se “superpõe sobre a frente de expansão”, ocorre o oposto. Isto é, a terra é comprada e não ocupada. Vira mercadoria. O ponto central da instauração da frente pioneira é

a propriedade privada da terra. Na frente pioneira a terra não é ocupada, é comprada. Desse modo, a renda da terra se impõe como mediação entre o homem e a sociedade. A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais. Essas relações não se esgotam mais no âmbito do contato pessoal. O funcionamento do mercado é que passa a ser o regulador da riqueza e da pobreza. A alienação do produto do trabalho no mercado faz com que as expectativas reguladoras do relacionamento sejam construídas de

²⁹ Essa sucessão de posses pode ser vista em vários processos de litígio de terras envolvendo posseiros vizinhos entre si. Num dos processos consta-se que: “Valter Maciel da Silva, brasileiro, casado, lavrador, residente e proprietário no Córrego do Limão, neste município e Comarca, (...) requer a Vossa Excelência, a presente ação de manutenção de posse contra Pedro Luiz Alves, brasileiro, residente e proprietário no Córrego do Limão, estribado no artigo 499, 500 e 523 do Código Civil, combinado com o artigo 371 do Código do Processo Civil, na forma abaixo: 1. – O suplicante adquiriu a referida posse do Senhor Abílio Coimbra e éste por sua vez de outra pessoa, em uma sucessão de posse que provem de sua origem, ou seja, de terreno devoluto do Estado”. Fonte: Arquivo Civil do Fórum de Ecoporanga. Caixa 5. Cartório do 2º Ofício – Tombo 559. Fls. 98. 1961. Ação de Manutenção de Posse – Requerente: Valter Maciel Silva. Requerido: Pedro Luiz Alves.

conformidade com as objetivações da sociedade capitalista. (Martins, 1975, p.47)

Essas diferentes concepções sobre a terra conforme se posicione do ponto de vista da frente de expansão ou se posicione do ponto de vista da frente pioneira são fundamentais para o nosso estudo. Isto porque, embora hoje, Ecoporanga não se caracterize mais como região de fronteira, no passado histórico recente, que estamos descrevendo, vivenciou este antagonismo entre a frente pioneira e a frente de expansão, antagonismo este que se traduziu no conflito em torno da propriedade da terra no que se refere a forma de acesso a ela: um confronto entre posseiros (ocupação) e grandes fazendeiros (compra).

Deste modo, para ficar bem claro o que entendemos por “posseiro”, podemos dizer que é a figura do pequeno camponês que toma posse, através do seu trabalho, de áreas nos limites da fronteira, abrindo florestas em áreas devolutas. O pequeno posseiro não é aquele que invade a terra particular. A terra tem o sentido de reproduzir o trabalhador e sua família através dos frutos da terra. É terra para plantar e não para vender, embora ocasionalmente possa transformá-la em meio de troca, mas não meio de especulação. Diferente do grande latifundiário, que como se verá, utilizando da máquina do Estado toma “posse” de grandes áreas de mata virgem onde está localizado o pequeno posseiro. Aí a terra serve ou para negócio, transformando em mercadoria especulativa em que o grande proprietário procurará valorizar o máximo a área ocupada para posterior venda ou a terra servirá para implementar um empreendimento nos moldes capitalistas para a produção de um determinado produto para o mercado (gado, café, eucalipto etc..).

Este antagonismo não é um dado histórico que ficou no passado. Ele é constantemente atualizado em várias partes do Brasil particularmente na fronteira amazônica em que índios e pequenos posseiros são alcançados pela propriedade privada capitalista e expulsos de suas terras, como informa Martins (1998, p. 661) num outro texto:

Essa expansão tem-se dado, em grande medida pela grilagem de terras, pela violência em nome do privado e dos direitos gerados pela legislação da propriedade privada. O conflito nasce em razão da completa desconsideração ao costume, ao costumeiro. Mais do que luta pela terra, estamos em face de uma luta por concepções antagônicas de direito”.

Tomando como base o texto acima, para Martins o nó da questão que gera os conflitos sociais nas frentes pioneiras está na “completa desconsideração ao costume, ao costumeiro”. Numa crítica a Martins, Secreto entende que o problema não é este. Segundo Secreto (2002, p. 301-302)

O direito costumeiro não é necessariamente mais justo; não consideramos que abrir mão do direito formal seja o caminho para uma sociedade mais igualitária – sem negar com isso que a igualdade jurídica, quando sustentada em uma desigualdade social, gera mais desigualdades, entre elas a econômica. Um dos efeitos da mesma lei de 1850 foi cristalizar uns “direitos” duvidosos sustentados num costume: a posse. Assim, podemos dizer que a grande propriedade do século XIX tem origem num costume. Achamos que o problema é de outra ordem, que é a forma com que a propriedade privada se instala na fronteira, fraudulentamente, e que não é voltando ao costume que se dará uma solução. (...) Para legitimar a realidade da grande propriedade fundada na posse, Oliveira Vianna defendeu o direito costumeiro, que, neste caso, podemos chamar de “saudades de antigo regime” [...].

Na verdade, a nosso ver, Martins não está afirmando que o direito costumeiro é melhor do que o direito formal, de forma abstrata. Não há esta generalização. O que Martins afirma é que nas regiões de fronteira o que ocorre é o domínio da grande propriedade privada capitalista em detrimento do direito de posse do pequeno posseiro.

Estranhamente, quem faz uma análise abstrata do direito é a própria Secreto. Baseando em Thompson declara: “Mas a lei é um bem da humanidade; minimizá-lo significa sacrificar uma herança de luta pela lei e dentro das formas da lei”. (2002, p. 302). Mas que lei? Aquela produzida pelo direito burguês? No caso concreto de Ecoporanga muitas propriedades foram legalizadas e escrituradas a partir de falsos títulos de propriedades preparadas com a conivência de cartórios corruptos que supostamente estaria aplicando a lei. Não se trata de historiar de forma exaustiva a forma como as terras de Ecoporanga foram ocupadas. Isto daria outro trabalho histórico. Faremos uma breve descrição histórica de como o posseiro ali chegou e o processo de como foi expulso da terra.

Quando uma determinada região é alcançada pela frente pioneira, a primeira grande transformação ocorre no habitat natural. Isto é, a mata é derrubada para dar lugar a agricultura ou a pecuária. Tal processo não foi diferente em Ecoporanga. A medida que o posseiro vai se adentrando mata adentro, também grandes empresas madeireiras passam a atuar na região em busca de madeira de lei.

Em termos da expansão da fronteira, a região onde hoje se localiza Ecoporanga foi a última a ser alcançada pela frente pioneira. Por isso, por volta de 1940 a 1950, boa parte de suas terras estava ainda coberta de mata virgem. Um rápido histórico do Espírito Santo como um todo nos indica que devido a proibição pela Coroa desde 1710, de construção de estradas para as Minas Gerais como medida preventiva contra o contrabando do ouro, este Estado ficou à “a margem” da história brasileira. Assim,

O Espírito Santo, não obstante a proximidade com o Rio de Janeiro, ficou, [...] por três séculos e meio, coberto de florestas que começavam próximas ao mar, atravessando todo o território, galgando as serras do Caparaó e dos Aimorés, e penetrando no vizinho estado de Minas Gerais. Em 1810, mais de 85% do território capixaba se encontravam cobertos da mata atlântica. (BORGO; ROSA; PACHECO, 1996, 15).

No que se refere a ocupação do Norte e Noroeste do Espírito Santo foi ainda mais recente. Embora este cenário de isolamento tenha se alterado já em 1928 com a construção da ponte sobre o rio Doce em Colatina, somente na década de 1960 esse processo se acelera com a alteração da estrutura agrária do Espírito Santo. Conforme Borgo, Rosa e Pacheco (1996, p. 17)

Nesse ou nos anos subsequentes, com a erradicação de cafezais improdutivos e grande demanda de matérias de construção à base de madeira, acelerou-se o corte de árvores na região norte do Estado. Isso levou a um impulso de povoamento mais recente (a partir do final da Segunda Guerra Mundial), com acentuado dinamismo, levando moradores para terras antes registradas nos mapas como desconhecidas. [...] Assim, só ao final dos anos 50 é que o povoamento chegava ao noroeste da região, em terras contestadas pelos vizinhos estados de Minas e Bahia.

Esta explicação dos autores acima citados a respeito de como o Norte e o Noroeste do Espírito Santo foi ocupado a partir da década de 1960 pode estar correta. No entanto, há outra análise sobre esta questão que nos pareceu mais adequada dentro da linha de raciocínio que estamos desenvolvendo. Trata-se do trabalho de Moreira (2005), no qual a autora demonstra como o estado do Espírito Santo, a partir da lei de terras de 1850 foi incapaz, ao longo de vários governos, de implantar uma legislação de terras a qual servisse de fato aos interesses da sociedade como um todo. Pelo contrário, o processo de transformação das terras públicas (devolutas) em particulares foi todo ele marcado por alto grau de corrupção onde a grilagem era moeda corrente. Ao final, quem se beneficiou com esta política foi o grande possuidor (o qual passou a deter a maior parte das terras) em detrimento do pequeno possuidor, do pequeno lavrador. Era esse que procurava de fato comprar as terras do Estado

com o dinheiro adquirido com o seu próprio trabalho. As terras devolutas no Espírito Santo não passaram de uma grande ilusão.

Moreira (2005, p. 240-41) informa que tanto no governo de Marcondes Alves de Souza (1912-1916) e seu sucessor, Bernardino de Souza Monteiro (1916-1920) se tentou moralizar os serviços de terras através de sua profissionalização. No entanto, a despeito desta medida,

a corrupção e a grilagem continuaram, bem como as concessões de grandes porções de terras devolutas e a renovação de prazos e de possibilidades de legitimações. E, pior ainda, muita grilagem de terra acabou sendo legalizada às custas do dinheiro público, em função da profissionalização do serviço de terras. Vista em conjunto, a corrupção e a grilagem eram apenas metade do problema territorial do estado. A outra metade era a própria política fundiária estadual, que manteve e mesmo ampliou as concessões de vastas áreas e renovou os prazos para legitimações favorecendo justamente a grilagem. Em resumo, as terras devolutas foram historicamente mais particulares do que públicas, malgrado os sabores ou dissabores de certos agentes da administração estadual.

Moreira (2005, *passim*), informa ainda que existe claramente uma diferença entre o grande posseiro formado pela elite capixaba e o pequeno posseiro agricultor. Esta diferença fica patente quando a autora destaca dois problemas quanto a legalização das terras devolutas. Um primeiro problema era a resistência da oligarquia capixaba em “aceitar o comisso e a nulidade das posses e concessões de terra que supostamente estavam em seu poder” (MOREIRA, 2005, P. 225) O segundo problema

foi a continuidade da formação de posses criminosas de todos os tamanhos. Mas enquanto os pequenos posseiros tendiam a regularizar a situação, comprando as terras invadidas, o terceiro maior problema agrário do estado foi justamente a dificuldade de impor a compra de terras aos setores sociais mais abastados. (MOREIRA, 2005, p. 225)

Também neste sentido, conforme ainda Moreira (2005), o governo foi conivente com esta prática, através de um artifício, por meio de leis especiais, que permitia a produção de contratos de concessão gratuita de terras a pessoas físicas e jurídicas. Proliferaram, neste período, contratos de colonização particular e exploração de madeira.

Analisando especificamente a região do Contestado, a mesma percepção tem Pontes (2007, p.87)

Assim, ao nosso ver, mesmo quando aqueles procedimentos legais conseguiam se efetivar no noroeste capixaba, observou-se grandes

distorções na destinação social da terra, eis que os trâmites necessários à alienação de áreas devolutas não impediram que a ocupação de expressiva porção de áreas produtivas continuasse a ficar restrita à elite capixaba. Apenas integrantes das altas classes sociais apresentavam condições de interagir com desenvoltura junto ao sistema administrativo governamental, seja por melhor se desvencilharem das exigências burocráticas, seja por disporem de capacidade financeira para prontamente arcar com as despesas de medições, de abertura de estradas de acesso e de pagamento dos registros, taxas e impostos previstos. Tais circunstâncias afetavam o processo de distribuição de terras, desestimulando o interesse de pequenos posseiros e pretendentes mais humildes e que compunham justamente a expressiva maioria daqueles que desbravaram o vasto território noroeste capixaba.

Já em 1924, no governo de Nestor Gomes, fala-se da construção de serrarias como forma de enriquecimento do Estado tendo em vista a grande quantidade de madeira. Data desta época (Borgo; Rosa; Pacheco, 1996, p. 36), o imenso crescimento de concessões para o corte de madeira. Inúmeras firmas passam a atuar no Norte e Noroeste do estado, beneficiadas com concessões gratuitas de terras para exploração de madeira, tais como a Cimbarra (Companhia Industrial de Barra de São Mateus) e Trajano de Medeiros, para explorar madeira nas margens do rio Itaúnas, Cunha, Ayres & Cia para extração de madeira e colonização de 3.000 hectares de terras devolutas no córrego entre Rios, vertente do braço norte do São Mateus.

Uma peculiar simbiose se formou entre madeireiras e o pequeno posseiro que vai marcar desde o início a forma conflituosa do desbravamento das matas da região noroeste do estado, prenunciava a violência que se alastrou pela região a partir de 1950. O governo na ocasião, (Jones Santos Neves, 1952) numa prática extremamente ambígua, ao mesmo tempo em que pregava a necessidade de uma destinação social para as terras devolutas, com a fachada de “colonização” fazia grandes concessões a Cimbarra, supracitada, destinando a ela 94.806.619 m² - cifra que representava mais de 10% de toda área medida naquele ano: 889.675.608 m². (PONTES, 2007, p. 89).

Dentre várias firmas madeireiras que atuaram em Ecoporanga, duas merecem destaque especial, pelo grau de conflito que geraram com os pequenos posseiros: a empresa Maia Industrialização de Madeira, sediada na capital, Vitória e a Serraria Alves Marques Limitada de propriedade do português Mario Alves Marques, sediada em Colatina. Nos arquivos do Fórum Civil de Ecoporanga encontram-se centenas de processos referentes a arbitrariedades cometidas por empresas madeireiras

contra os pequenos posseiros e pequenos agricultores durante toda a década de 1950 prosseguindo com intensidade na década de 1960 e declinando nos anos 70 tendo em vista que quase toda madeira comercializável já havia sido extraída, e as grandes madeiras se retiraram da cidade.

Os pequenos lavradores e posseiros procuravam se defender dos desmandos das madeiras recorrendo por conta própria à defensoria pública para tentar embargar, muitas vezes sem sucesso, a retirada da madeira de suas terras. Também procuravam se defender politicamente através da ação da ALTAES (Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Espírito Santo). Inúmeras vezes a ALTAES formalizou denuncia perante o juiz de Ecoporanga, como, no exemplo que se segue (vide figura 1)

A ASSOCIAÇÃO DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRICOLAS DO ESPÍRITO SANTO, no afan de defender os sagrados direitos do homem do rural, tão bem assegurado na nossa CARTA CONSTITUCIONAL, vem respeitosamente, solicitar, a V. Excia., seja tomadas medidas urgentes, no sentido de que a propriedade agrícola do Snr. Braz Amaro da Silva e outros residentes no Córrego Água Boa, distrito de Cotaxé, não seja violada pelo industriário Mario Marques na sua sede insaciável na aquisição de madeiras em tóros. Além do crime que comete o referenciado em destruir nossas florestas, comete ainda outro ainda muito maior, que é o de não respeitar os direitos do seu semelhante usando para tanto o seu poderio econômico e físico para realizar seu intento. Certos de que V. Excia. não declinará das medidas que o caso requer, subscrevemo-nos, atenciosamente. Hermes da Silva Freire-Presidente e Enéas Pinheiro de Souza-tesoureiro. (FORUM DE ECOPORANGA – Arquivo do Cartório do 3º Ofício - reg. Livro 1, fls 91 – Caixa 8 – Proc.250.p. 25,. – Mario Rodrigues Marques x Braz Amaro da Silva).

A firma de Mario Marques esteve envolvida em inúmeros conflitos referentes a posse de madeira. Porém, o conflito entre firmas madeiras e pequenos posseiros não era apenas pela posse da mercadoria madeira. Tratava-se da luta pela posse de um bem onde estavam exatamente as madeiras: a própria terra. Esta luta fica evidenciada num outro processo que correu no Fórum de Ecoporanga em 1959.

Mario Marques acusa que inúmeros posseiros venderam madeira a terceiros, madeiras essas que ele havia comprado do proprietário Francisco Modesto de Menezes, (os posseiros e a população em geral o chamavam de “Franquim”). A acusação era de que os posseiros invadiram as terras de “Franquim” fizeram a derriba de centenas de árvore e venderam-nas a um comprador de Barra de São Francisco, município vizinho de Ecoporanga. Na verdade, Mario Marques não ajuíza contra os posseiros, mas sim, pede reintegração de posse das madeiras contra este

comprador.³⁰ Como se pode ver na nota de rodapé, infra, Mario Marques se coloca como dono da mata e não da propriedade onde ela se encontra. Trata-se da compra da mata em pé, cujos contratos variavam de dois a três anos. A propriedade é de “Franquim”. Ora, aqui há uma informação que não consta nos autos. Justamente estas terras foram alvo de intensa disputa entre pequenos posseiros e o grande fazendeiro “Franquim”. Tanto Dias (1984) quanto a CPI de 1960 colocaram em dúvida sobre a legalidade destas terras.

Dias (1984, p. 79) informa que Francisco Modesto de Menezes teria conseguido legalizar, em 1956, junto ao Governo do Espírito Santo, 952.000 m² (ou seja 95,2 hectares ou ainda 19,6 alqueires), na margem direita do Rio Cotaxé, como consta no mapa da figura 2.

A informação do madeireiro Mario Alves Marques, em 1959, de que as “matas que teria comprado” estavam em terras legítimas de “Franquim” é no mínimo duvidosa ou falsa de fato. Pois como informa Dias, em 1960, “Franquim” postulava uma área muito maior sem que para isso apresentasse perante o Governo quaisquer provas de que de fato era dono. Assim,

Na margem direita do rio Cotaxé, Francisco Modesto se diz dono de 20.125.950 metros quadrados (2.012,5 hectares ou 415,8 alqueires) – 18.295,950 metros quadrados requeridos na Delegacia de Terras de Teófilo Otoni, me Minas Gerais. Desse total, 15.125.950 metros quadrados (1.512,5 hectares ou 312,5 alqueires) estão ocupados por posseiros há muitos anos. Na margem esquerda do rio Cotaxé, Francisco Modesto reclama a aquisição, sem qualquer documento, de 9.680.000 metros quadrados (968 hectares ou 200 alqueires) – nesta área os posseiros ocupam 3.291.000

³⁰ “SERRARIA ALVES MARQUES LIMITADA, Firma industrial estabelecida em Colatina, neste Estado, vem por meio do seu advogado infra-assinado, dizer a V. Excia. que quer promover, como de fato ora promove, contra SEBASTIÃO MENDES DA SILVA, vulgo Beatriz, brasileiro, casado, proprietário, residente do distrito de Paulista, município de Barra de São Francisco, neste Estado, a AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE, o que faz nos precisos termos do art. 371 e seguintes do Cód. Proc. Civil pelos motivos e fundamentos seguintes: Os fatos: A Firma Suplicante ingressou neste Juízo com um pedido de Busca e apreensão de cerca de 100 (cem) peças de toras de sua exclusiva propriedade, que foram indevidamente derrubadas e apropriadas pelo Suplicado. **Ditas toras foram derrubadas em matas de propriedade do Suplicante**, consoante prova liminar feita no pedido de Busca, e que se encontram junto aos referidos autos, nos quais esta ação deverá ser apensada. A intenção dolosa do Suplicado é inteiramente manifesta, e, não [tem] ele outro objetivo, senão prejudicar aos reais interesses do Suplicante. Tanto é exata, que não podia ele, o Suplicado, adquirir de **meros invasores de propriedade alheia** como alega ter adquirido as árvores que derrubou, pois sabia perfeitamente, porque é fato público e notório que a área onde existia as ditas matas pertence como consta no registro imobiliário local ao Snr. Francisco Menezes ou Francisco Modesto de Menezes, pessoa esta que usando do direito seu, vendeu por documento registrado no Registro de Títulos e Documentos desta Comarca, as aludidas matas à firma ora Suplicante. Praticou assim, com tal ato, um autêntico esbulho, que para dele se defender, obriga a Suplicante propor a presente ação de Reintegração de Posse.” Fórum de Coporanga. Arquivo do Cartório do 2º Ofício, Adelino Coimbra. Caixa 4. Proc. 183. Tombo 183. Fls. 42. 19 de maio de 1959. Grifos nossos.

metros quadrados (2.980,5 hectares ou 615,8 alqueires) de terras do Espírito Santo – área trinta vezes maior que o terreno comprado em 1956. Os posseiros sabem que ele não tem documentos que comprovem a propriedade. Por isso, resistem. (DIAS, 1984, p. 79).

Pelas informações de Dias quanto à legalidade das terras de “Franquim”, as ditas 100 toras de madeira que Mario Marques argumentava serem dele, são, na verdade, apenas suposições, pois não foram extraídas dentro do perímetro de 19 alqueires de propriedade de “Franquim”. Visivelmente se percebe um conluio, para não falar na expressão moderna de “formação de quadrilha”, entre o madeireiro Mario Marques e “Franquim”. Dois pontos podem ser levantados aqui que fundamentam este conluio. Em primeiro lugar, a “derriba” das árvores, conforme informa o próprio Mario Marques, não foi feita pelos funcionários de sua empresa e sim por terceiros senão teria nas duas extremidades das toras a marca característica de sua firma: “MM”, em vermelho. Em outro processo, Mario Marques acusa a família Binda de ter raspado as marcas “MM” das toras supostamente suas. Em segundo lugar, para fundamentar nossas suspeitas, “Franquim”, em 1960, no intenso conflito com os pequenos posseiros e percebendo que eles não iriam sair de suas posses, delega o problema para o Governo, especificamente para a Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização como mediadora de um acordo leonino impondo 6 exigências entre elas a venda dos lotes que nem mesmo era dele aos legítimos donos: os posseiros e

5 – Fica certo que todas as madeiras relacionadas neste item das áreas reservadas ao Sr. Mário Marques, industrial, residente em Colatina, poderão, livremente, ser extraídas pelo dito senhor, essas madeiras são: peroba, cedro, cerejeira, macanaíba e jacarandá. (DIAS, 1984, p. 80).

Obviamente os posseiros não aceitaram os termos e não houve acordo. O que se seguiu depois foi muito pior: perseguições e assassinatos de posseiros e a expulsão de suas terras. A vida destes pequenos posseiros, na verdade, nunca foi fácil.

Como já vimos, Moreira nos mostra que a elite agrária capixaba sempre procurou burlar a legislação não pagando pelas terras devolutas que ocupavam enquanto os pequenos posseiros procuravam legalizar suas terras as duras penas. Em muitos casos, o pequeno posseiro não tinha o recurso necessário para esta legalização e assim se criou uma simbiose contraditória entre madeireiras e o posseiro. Este permitia a extração da madeira e em troca aquelas ficavam encarregadas das custas para a legalização da propriedade, como fica demonstrado neste documento sob a forma de uma procuração, datado de 1951

Procuração bastante que faz Antonio Neves Viana, na forma abaixo. SAIBAM quantos este publico instrumento de procuração bastante virem, que aos 16 (dezesesseis) dias do mês de Novembro do ano de mil novecentos e cinquenta e um (1951), nesta Vila-distrito de Joeirana, perante mim tabelião, compareceu como outorgante o Snr. Antonio Neves Viana, brasileiro, solteiro, lavrador, domiciliado e residente neste distrito [...] constitui seu bastante procurador o Snr José Rodrigues Lírio, Português, casado, residente em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, **para fins de legitimar sua propriedade** situada no lugar chamado de Corrego de Santa Rita, distrito de Joeirana, Comarca de Barra de São Francisco, Estado do Espírito Santo, **em troca das madeiras** existentes na dita propriedade, cuja qualidade são peroba, cedro, jacarandá e cerejeira, no preço de Cr\$ 50,00 cruzeiros por metro cúbico, em nome dele outorgante, requer **a medição e promover até o final a legitimação dos terrenos devolutos de que estão de posse** no lugar acima mencionado, podendo o dito procurador requerer e alegar o que for necessário, assinar **um contrato de compra e venda de madeiras de lei**, produzir provas em juízo e fora dele, fazer proposta de compra preferencial do Estado, efetuar depositos, pagar taxas e emoluentes, oferecer retirada de documentos, passar recibo, usar dos recursos legais, requisitar quais [sic] para extração e exportação de madeiras [...] (Fórum de Ecoporanga, Arquivos do Cartório do 2º Ofício Adelino Coimbra, caixa 2, 1951, grifos nossos)

Como já foi assinalado anteriormente, o pequeno posseiro muitas vezes não possuía o recurso financeiro necessário para arcar com as despesas de legitimação das suas terras devolutas e nem fazia parte da sua cultura o domínio dos processos burocráticos para legalizar sua propriedade. Assim, recorria a um intermediário que procedia esta tarefa em troca da retirada da madeira de sua propriedade. No entanto, nem sempre o acordo era cumprido e muitas vezes o trato era desfeito em juízo. Além do que, muitos madeireiros (sejam firmas ou individualmente), para evitar maiores problemas, preferiam pagar em dinheiro a retirada da madeira a ter que legitimar para o posseiro a sua propriedade (vide figura 3), inserindo cláusula específica neste sentido nos contratos de compra e venda de madeira

6.a. – O comprador não se responsabilisa [sic] por legitimação de terras ficando por conta do vendedor a entrega livre e desembaraçada de toda madeira que se encontra na primeira clausula (Fórum de Ecoporanga, Arquivos do Cartório do 2º Ofício Adelino Coimbra, Caixa 2, proc. 129, p.5 1959).

Cabe observar um aspecto curioso existente neste contrato, mas muito recorrente em outros. Há uma 9ª. Cláusula adicional, escrito a mão que dizia respeito a construção de estradas: *“Fica o Snr. vendedor obrigado a impedir outra pessoa fazer estrada em seu terreno, pois cujo direito pertence ao comprador”*. (doc. cit. p. 5). Esta prerrogativa do madeireiro em construir estrada na propriedade do posseiro

tinha as vantagens para este no sentido dele poder escoar suas mercadorias, porém deixava-se subordinado ao empresário madeireiro. Este, não estava fazendo nenhuma bondade ao posseiro, pois tinha a finalidade de extrair a madeira além de impedir que outros compradores tivessem acesso a ela.

Por fim, não se trata de detalhar a atuação das centenas de madeireiras na região Norte e Noroeste do estado. Borgo, Rosa e Pacheco (1996, p. 42) informa que entre 1955 a 1966, fundaram pelo menos 130 a 180 madeireiras. Inúmeros estudos foram e estão sendo realizados sobre a devastação da mata atlântica no estado, cujo pioneirismo acadêmico, no que diz respeito ao ciclo madeireiro no Norte e Noroeste está representado no trabalho dos autores citados acima. Não se trata também de querer pretensamente produzir uma “teoria da fronteira”. Não se trata de elaborar, de um lado, uma simplesmente descrição empírica e histórica da frente pioneira e nem, de outro lado, uma análise abstrata a partir de categorias analíticas que se superpõe à realidade estudada.

Por isso, a tentativa aqui é mobilizar certos conceitos para entender concretamente as tensões constitutivas na frente pioneira do noroeste do estado. Começamos pelo conceito de “expansão do capitalismo no campo”³¹, pois de fato, o que ocorreu nesta região foi uma expansão deste regime de produção e no caso brasileiro ocorreu em muitas outras regiões como ainda ocorre. Seria ingênuo achar que esta expansão ocorre da mesma forma em todas as regiões do país. Mas o que se entende “expansão do capitalismo”?

Muitos que tem estudado o Brasil agrário consideram que basta usar este conceito para explicar a realidade. Se há um conflito na fronteira agrícola entre fazendeiros e posseiros é devido a esta expansão. Se existe massacre dos índios e a usurpação de suas terras é devido a esta expansão. Se brotou na história o MST é devido a esta expansão. Se o meio ambiente está sendo degradado com a construção de barragens é devido a esta expansão. Parece que este é um conceito mágico que explicaria tudo. Não há dúvida que estas situações são devido a esta expansão. Porém não basta constatar e dizer isto. É preciso explicar como isso ocorre.

³¹ A partir de agora tomamos como fundamentação teórica do nosso trabalho a análise sobre os processos de domínio do capital elaborados por Jose de Souza Martins (1981, p. 151-177)

Marx já havia demonstrado que esta expansão é própria do capitalismo. É de sua natureza intrínseca a sua reprodução, pois caso não o fizesse acabaria não realizando como sistema. A tendência do capital é a de tomar conta de todos os setores da economia e da sociedade. Isto é, para que o capital acumule é necessário a sua expansão. Mas para entender o que é a “expansão do capitalismo”, é preciso entender primeiro o que é capitalismo.

Muitos entendem que o capitalismo carrega três características fundamentais: 1. Divisão do trabalho, 2. Em função desta divisão, um sistema de troca mercantil mediatizada pelo dinheiro e 3. a existência da propriedade privada. Como Marx já demonstrou (1986, pp. 1004-1011) e posteriormente outros (por exemplo, IANNI, 1981, passim) a partir dele, continuam a demonstrar que estas características estão presentes em qualquer sociedade onde há produção de mercadorias (sociedades mercantis), seja elas localizadas na antiguidade tais como a sociedade grega e romana passando pelas sociedades medievais da Europa “pré-capitalista”. Com isso, podemos dizer que o capitalismo é uma dentre muitas sociedades mercantis que surgiram ao longo da história. O que singulariza o capitalismo comparado com outras sociedades mercantis é o fato, como salienta Marx (1986, p. 1007), de que o caráter mercantil do produto é a forma dominante da produção social. Isto é, tudo ou quase tudo no capitalismo vira mercadoria, inclusive a capacidade de trabalho do trabalhador: sua força de trabalho. É esta generalização da riqueza na forma de mercadoria que diferencia o capitalismo de outras sociedades mercantis. Por isso, podemos ter num mesmo espaço geográfico e tempo histórico, como é o caso da frente pioneira, formas que envolvem intensa troca mercantil, de compra e venda de mercadorias (madeiras, produtos agrícolas, terras) que podem não ser caracteristicamente capitalistas e formas mais avançadas de produção capitalista (por exemplo, produção de café, criação de gado e outros produtos para o mercado). Em outros termos, na frente pioneira pode haver a convivência de formas altamente avançadas de produção capitalista ao lado de formas “arcaicas”, “tradicional” de produção, tais como agricultura de subsistência, tal como o posseiro. Falamos em identidade de espaço e tempo, mas isso não quer dizer que o tempo do camponês é o mesmo tempo do capitalista. De fato eles vivem em tempos históricos diferentes e carregam igualmente concepções diferenciadas sobre o mundo, a vida, o que vem a ser o trabalho, a terra e a felicidade. O conflito que envolveu a ambos não ficou

apenas na luta pela terra, mas na própria concepção de mundo na qual o significado do que é a propriedade da terra esteve em jogo.

Para que haja uma relação tipicamente capitalista de produção é necessário que haja a compra e venda da força de trabalho. Marx (1987) insiste neste ponto no capítulo *d'O Capital*, no qual ele procura desvendar a gênese do capitalismo³², em que mostra o processo que deu origem aos elementos fundamentais do sistema: de um lado a formação do capital e de outro a formação de uma massa de trabalhadores livres. O conceito de livre aqui encerra duplo sentido: livre porque não é mais escravo ou servo e livre dos meios de produção. O trabalhador livre agora é aquele que recebe um salário e produz para o capital.

Portanto, como informa Martins, a relação capitalista só pode ocorrer quando se estabelece esta relação de igualdade jurídica e liberdade para o estabelecimento do contrato entre o capital e o trabalho. Uma relação aparentemente igual entre pessoas iguais juridicamente (capitalistas e trabalhadores) mas que gera resultados profundamente desiguais entre eles. Isto porque os frutos do trabalho produzido pelo trabalhador contraditoriamente vai parar nas mãos do capitalista sob a forma de lucro. Baseando-se em Marx, um aspecto fundamental apresentado por Martins é a constatação de que embora só o trabalho crie riqueza, valor, esta riqueza vai parar nas mãos do capitalista. Na aparência é o capital que esta criando riqueza, mas na essência é o trabalho. Desvendar esta aparência é fundamental para entender o capitalismo, inclusive como ele se expande pelo mundo agrário. Conforme Martins, esta expansão no campo é diferente da expansão na cidade.

Enquanto no meio urbano, nas fábricas e comércio se generalizam as relações de compra e venda da força de trabalho, havendo intenso processo de assalariamento do trabalhador, no campo, o domínio do capital pode não se processar desta maneira, como de fato, muitos vezes não se processa. O capital para subordinar o trabalho não necessariamente transforma o trabalhador em assalariado. Pode mantê-lo inclusive como pequeno produtor como é o caso do pequeno posseiro. Não é porque o pequeno produtor ou posseiro detém a terra que está livre do domínio do capital. Conforme Martins, a expansão do capitalismo no campo se

³² Trata-se do famoso capítulo XXIV, *d'O Capital* –“A Chamada acumulação primitiva”. Ver referência completa no final deste trabalho.

efetiva com a subordinação da renda da terra ao capital. A terra não é capital, embora pareça. Enquanto o capital “produz” lucro (na verdade uma parcela da mais valia produzida pelo trabalhador), o trabalhador produz o próprio salário, a terra produz renda. Esta não pode ser paga pelo capitalista deduzindo um valor de seus lucros, nem dos trabalhadores deduzindo do seu salário. Para Martins, quem paga a classe parasitária dos grandes latifundiários que tem o monopólio da terra é o conjunto da sociedade. Portanto, diferentemente do que acontece no interior da fábrica onde o sobretrabalho é extraído diretamente na esfera da produção, no caso da subordinação da renda da terra ao capital, passa pelo processo de circulação. Há um tributo embutido no preço do produto, um tributo que toda a sociedade paga para o capital.

A ideia que se tem do pequeno posseiro é de que ele recebeu de graça a terra devoluta mediante posse. O que constatamos no caso de Ecoporanga é que o pequeno posseiro teve que fazer dinheiro com a venda de madeira ou produzir na própria terra para pagar o Estado. Nada ficou de graça para o posseiro. Na cobrança de taxas e serviços pela medição de terras para efetivação das posses o Estado procurou aumentar suas receitas (vide figura 4). No fundo, a situação do posseiro era como se estivesse no vértice de uma pirâmide invertida, sendo o elo mais fraco dela, recaindo sobre ele os custos negativos do empreendimento.

Esta situação se torna insustentável quando, em 1960, grandes fazendeiros se dão no direito de expulsar posseiros que durante anos trabalhou a terra para sustento próprio e lutou para legalizá-las. Muitas vezes, nos documentos e informes da imprensa, aparece a categoria “posseiro” de forma indistinta, enquadrando nela tanto aquele grande “posseiro”, latifundiário que tomou posse mediante práticas de abuso de poder econômico.

Como exemplo desta prática podemos citar casas de fazendeiros que utilizando avião visualizavam as áreas devolutas do alto, demarcava aquilo que lhe interessava e ia ao cartório requerer seus direitos, ignorando a presença do pequeno posseiro lá embaixo. Essa prática foi frequentemente relatada nas falas dos pequenos posseiros e também de agentes cartoriais que viveram naquela época. Portanto, os conflitos que eclodiram nas décadas de 1950 e 1960, entre posseiros e fazendeiros

tem como fundamento a luta pela propriedade da terra. É o que veremos no próximo capítulo.

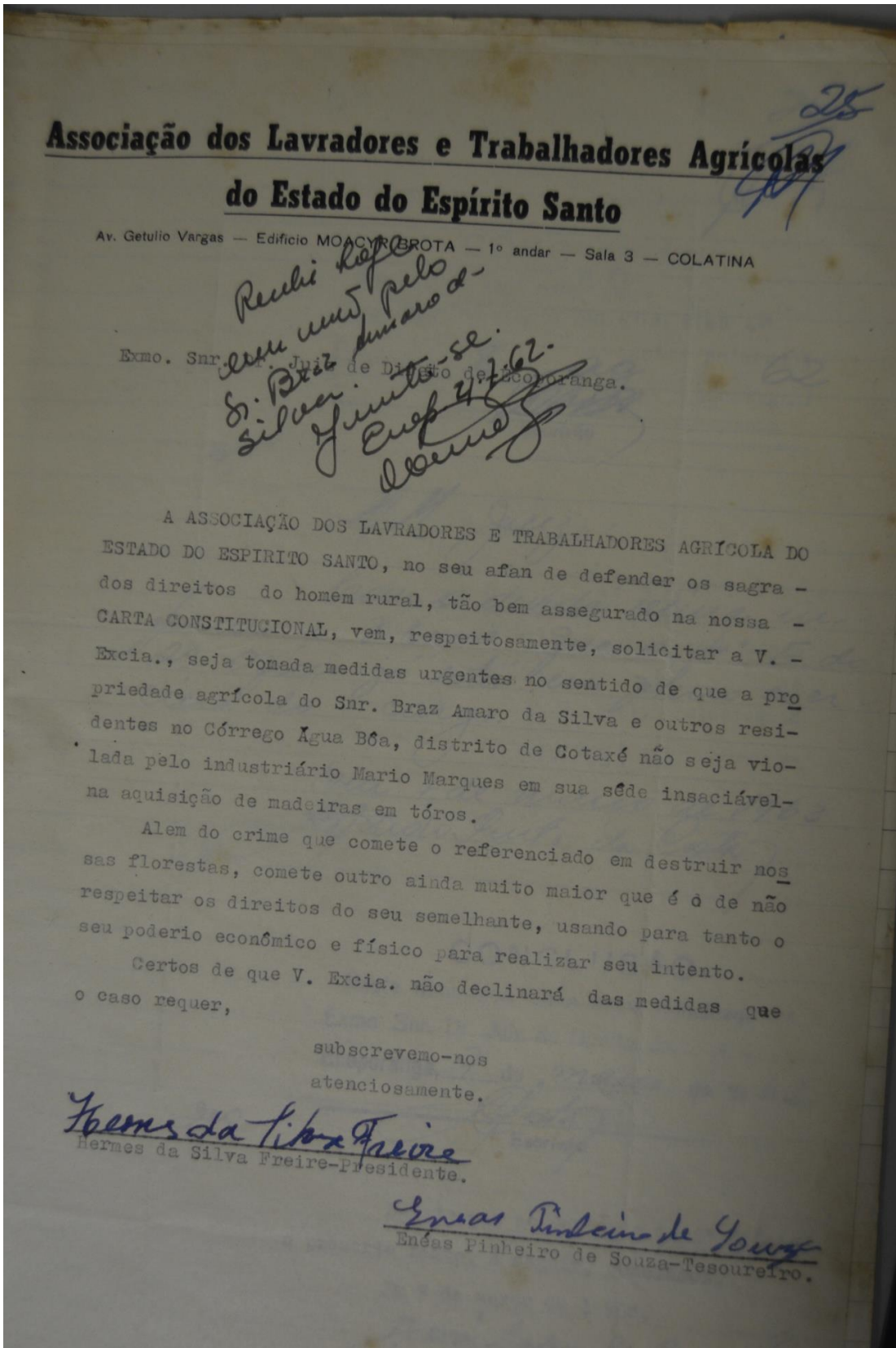


Figura 1 – Carta denuncia da Altaes – 1962

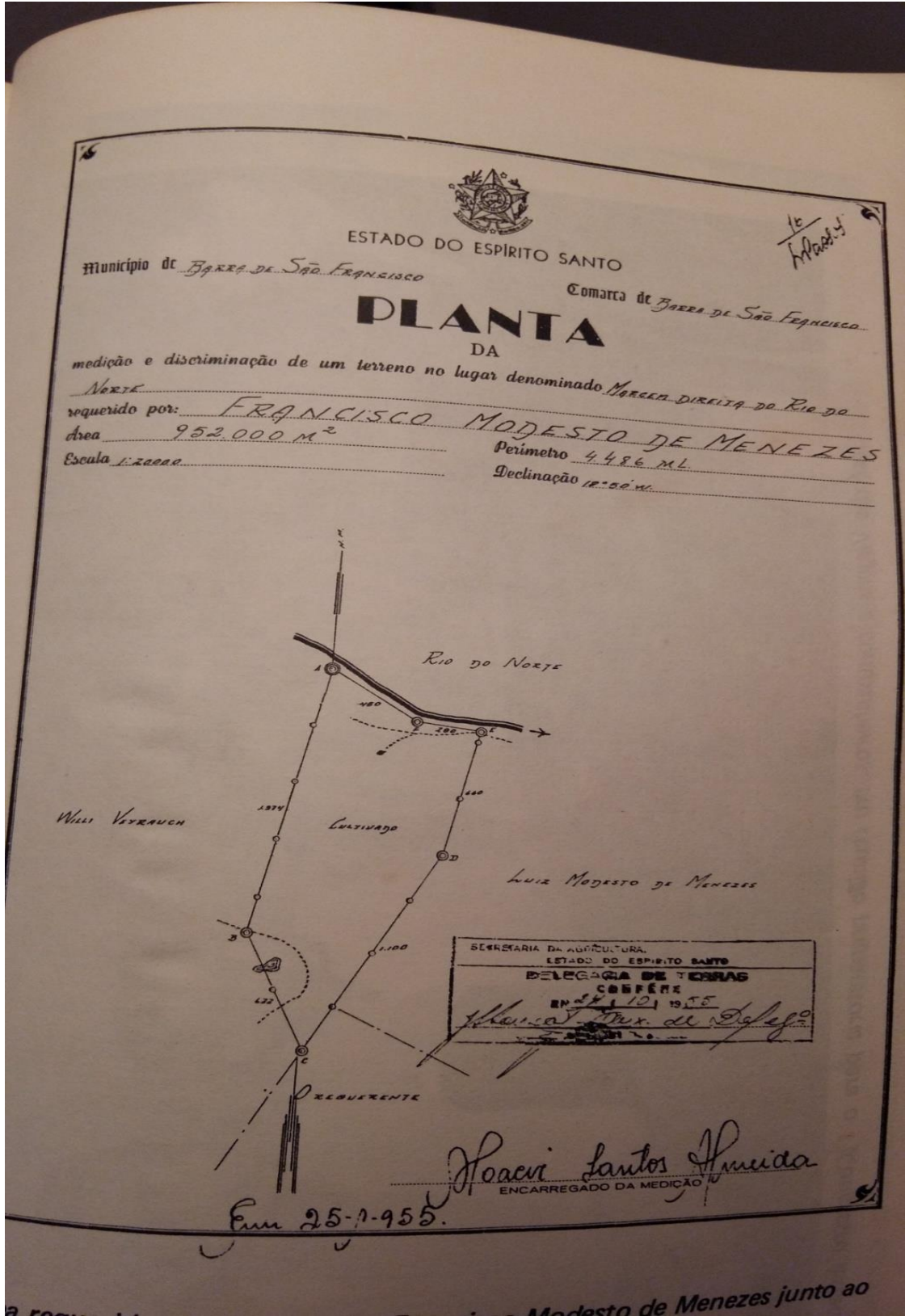


Figura 2 – Fazenda do “Franquim” – 1960 – 30 vezes menor do que reivindicava o fazendeiro (fonte: Dias, 1984, p. 134)

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE MADEIRA, CELEBRADO ENTRE PARTES

A SABER:

VENDEDOR:

COMPRADOR:

Pelo presente instrumento particular de contrato de compra e venda de madeiras, declaramos que entre nós,

ficou combinado e contratado a operação abaixo mencionada, sob as cláusulas e condições seguintes:

1a. Eu, JOÃO EMÍDIO DE OLIVEIRA, aqui denominado como vendedor, vendo ao Sr. ALEXANDRE ALVES DA SILVA, sob meu compromisso e responsabilidade (20 Alvores de PEROBA) (metros) (arvores) de madeira denominada Deverá sofrer esta madeira o desconto de 5 (cinco) centímetros na face, e ter a circunferência mínima (de rôdo, começando a medida da madeira mais grossa.

2a. O vendedor Sr. JOÃO EMÍDIO DE OLIVEIRA, obriga-se ainda a entregar a madeira consoante da cláusula 1.a (primeira) ao comprador Sr. ALEXANDRE ALVES DA SILVA, ou a quem por ele endossado ou transferido o presente contrato, até o dia.

3a. O presente contrato, tem o valor de Cr\$ 5000,00) cuja importância

4a. Mesmo no caso do vendedor, Sr. JOÃO EMÍDIO DE OLIVEIRA, vender ou transferir a propriedade onde está encravada a madeira o presente contrato terá validade, ou seja o mesmo valor como se fôra o vendedor , tendo portanto o mesmo direito na retirada da madeira citada.

5a. — O presente contrato, mesmo em caso de morte de qualquer das partes, comprador ou vendedor ou outra pessoa que venha a ser possuidora de direito no presente contrato, ficará com o direito de executá-lo em todas as suas cláusulas e condições caso não seja respeitada pelos herdeiros sucessores.

6a. — O comprador não se responsabiliza por legitimação de terras ficando por conta do vendedor a entrega livre e desembaraçada de toda a madeira que se encontra na primeira cláusula.

7a. — Caso o comprador Sr. ALEXANDRE ALVES DA SILVA, venha precisar usar de meios jurídicos para obter o cumprimento deste contrato qualquer que seja a natureza da ação, processo ou providência, o vendedor reconhece deste já responsável por todas as despesas com honorários de Advogados, custas judiciais e outras que o comprador for obrigado a fazer, até sentença final e sua execução, quer seja ele autor ou réu.

8a. — Fica eleito o fôro da cidade de EPORANGA, para nêle serem demandadas todas as ações que advirem do presente contrato.

Para firmeza e como prova de assim nos achar-mos justos e com a presença das testemunhas abaixo, á tudo presentes, que ao qual também assinam.

Fica o Sr. Vendedor obrigado a expedir dentro pessoa favelada em seu terreno, pois, cujo direito pertence ao comprador.

Vendedor

Comprador

TESTEMUNHAS:

Arduino Cavalcanti
João Silva



20 de Junho de 1959
Eporanga

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 SECRETARIA DE AGRICULTURA, TERRAS E COLONIZAÇÃO
 DIVISÃO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO

TALÃO Nº 6620

Renda das Delegacias de Terras

Requerente José Paulo dos Santos
 Área de terras requerida 15 ha. Ha-Lote n.
 Lugar 6º da Lapa Distrito Cotaxé
 Município Esperança N. do Protocolo 44/57

NATUREZA DO TRIBUTO	IMPORTÂNCIA
Taxa de Fiscalização e Serviços	
Taxa de Expediente	150,00
Gasto da Medição:	
Pagamento inicial	2.770,00
Pagamento restante	
TOTAL RECEBIDO - Gr\$.....	2.920,00

(Dois mil novecentos e vinte cruzeiros)

Delegacia de Terras de S. Domingos em 17 de março de 1957

Mod. SATEC - 49

DELEGADO DE TERRAS

Figura 4 – pagamento de taxa para legalização de terras devolutas.

2.3. REGIÃO DO CONTESTADO: TERRAS DEVOLUTAS, PALCO DOS CONFLITOS.

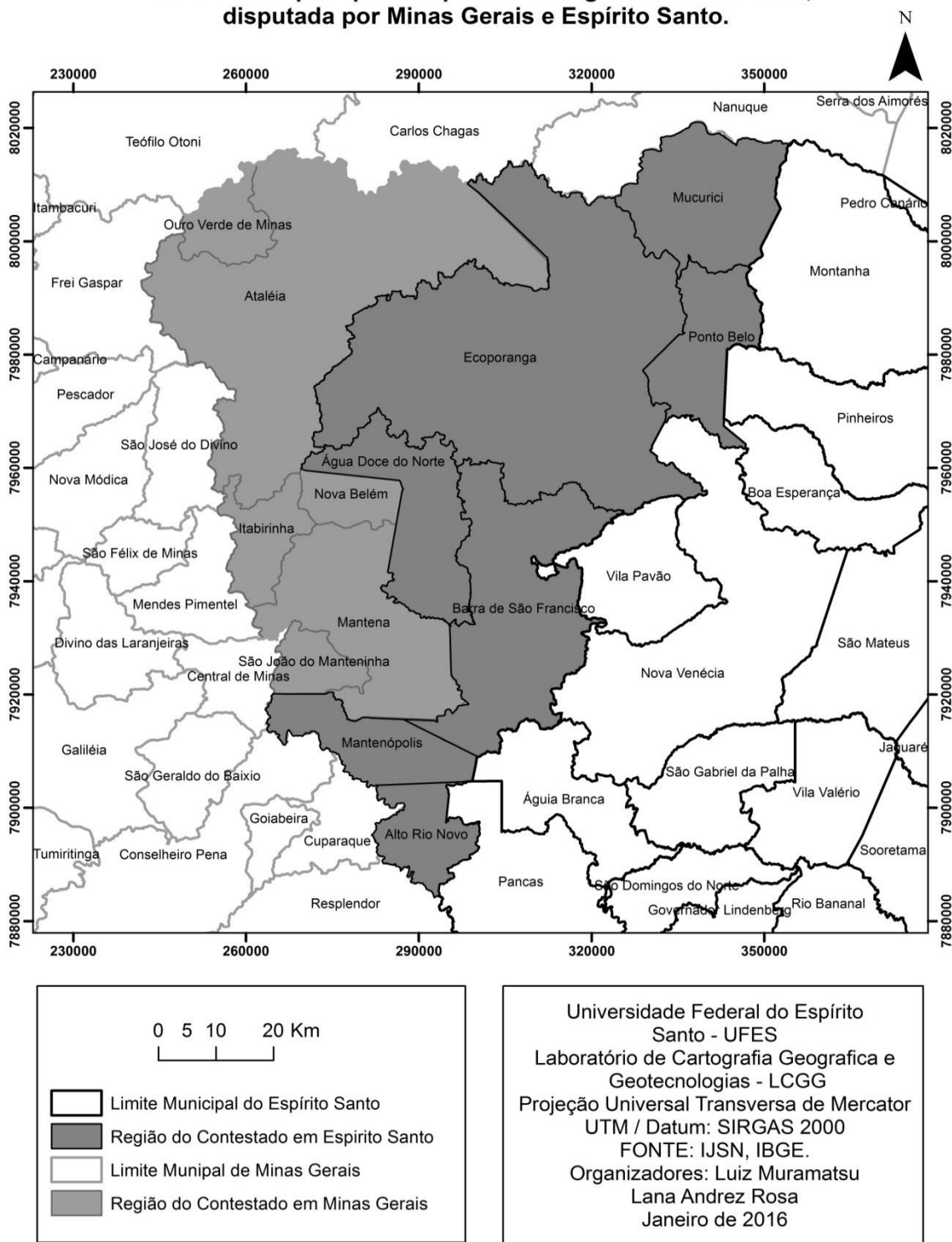
Começamos pelo contexto geopolítico em que desenrolou a história não só de Udelino, mas das lutas camponesas de um modo geral. Sua atuação se deu no que se convencionou chamar de “Região do Contestado”, área aproximadamente de 10.137 mil km², na Serra dos Aimorés, encravada a noroeste do Espírito e leste de Minas Gerais, demarcando os limites entre os dois estados que justamente disputavam esta área, inclusive mobilizando as respectivas forças militares. O ápice dos desentendimentos sobre os limites entre Minas Gerais e Espírito Santo ocorreu entre 1942 a 1948, período em que tropas mineiras se postaram na fronteira entre os dois estados. O epicentro dos conflitos esteve concentrado em Mantena na Região do Vale do Rio Doce e do lado capixaba, na região próxima de Barra de São Francisco no Noroeste do estado. Neste trecho, tropas mineiras e capixabas se estranharam, porém não chegaram às vias de fato de grandes proporções. Um acordo assinado em 15 de setembro de 1963, pelo então governador Magalhães Pinto por Minas Gerais e Francisco Lacerda de Aguiar pelo Espírito Santo pôs fim ao conflito. Porém até hoje (2015), oito pontos da fronteira são objeto de dúvida e estão sendo negociado nova demarcação de limites entre os dois estados³³.

Esta área corresponde hoje, aos atuais municípios de Alto Rio Novo, Mantenópolis, Barra de São Francisco, Água Doce do Norte, Ecoporanga, Mucurici e Ponto Belo (do lado capixaba) e Mantena, Itabirinha do Mantena, São João da Mantenhina, Nova Belém, Ouro Verde de Minas e Ataléia (do lado mineiro). A partir das informações apresentadas por Pontes (2007, p. 47) e (Vilaça, 2007b, p. 315)³⁴.

³³ Os dados sobre as questões de divisas foram retirados do site oficial do Governo do Espírito Santo e no jornal eletrônico *Vitoria News*. Referencia completa sobre estas fontes, vide no final deste trabalho.

³⁴ A área precisa, no sentido de exata, da Região do Contestado é difícil precisar, justamente porque engloba vários municípios dos dois estados. Por alguns estudos e fazendo uma apreciação apenas visual do mapa apresentado por Vilaça na obra supra, temos a seguinte relação dos municípios que compunha a região do Contestado: Lado capixaba: Pinheiros, Montanha, Mucurici, Ecoporanga e Água Doce do Norte e Barra de São Francisco. Lado mineiro: Carlos Chagas, Ataléia, Nanuque e Mantena. Consideramos as informações de Pontes mais precisas e por isso adotamos sua relação de municípios para elaborar o mapa, não levando em conta a observação que o autor faz sobre a possibilidade de incluir parte dos atuais municípios de Vila Pavão, Nova Venécia, Pancas, Águia Branca, Montanha e Pinheiros, a partir das linhas de demarcação do SGE “como sendo aquelas que pretendiam descrever os signatários do Auto de demarcação de limites de 1800”. Não incluímos porque fala-se em “partes” destes municípios e não saberíamos precisar quais seriam. Porém fica

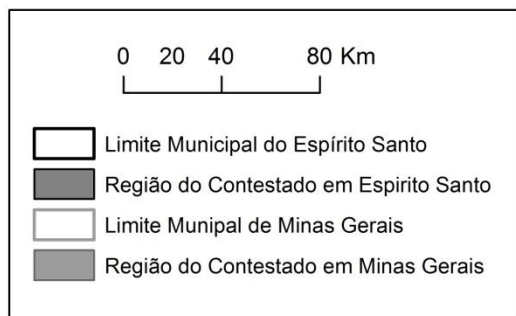
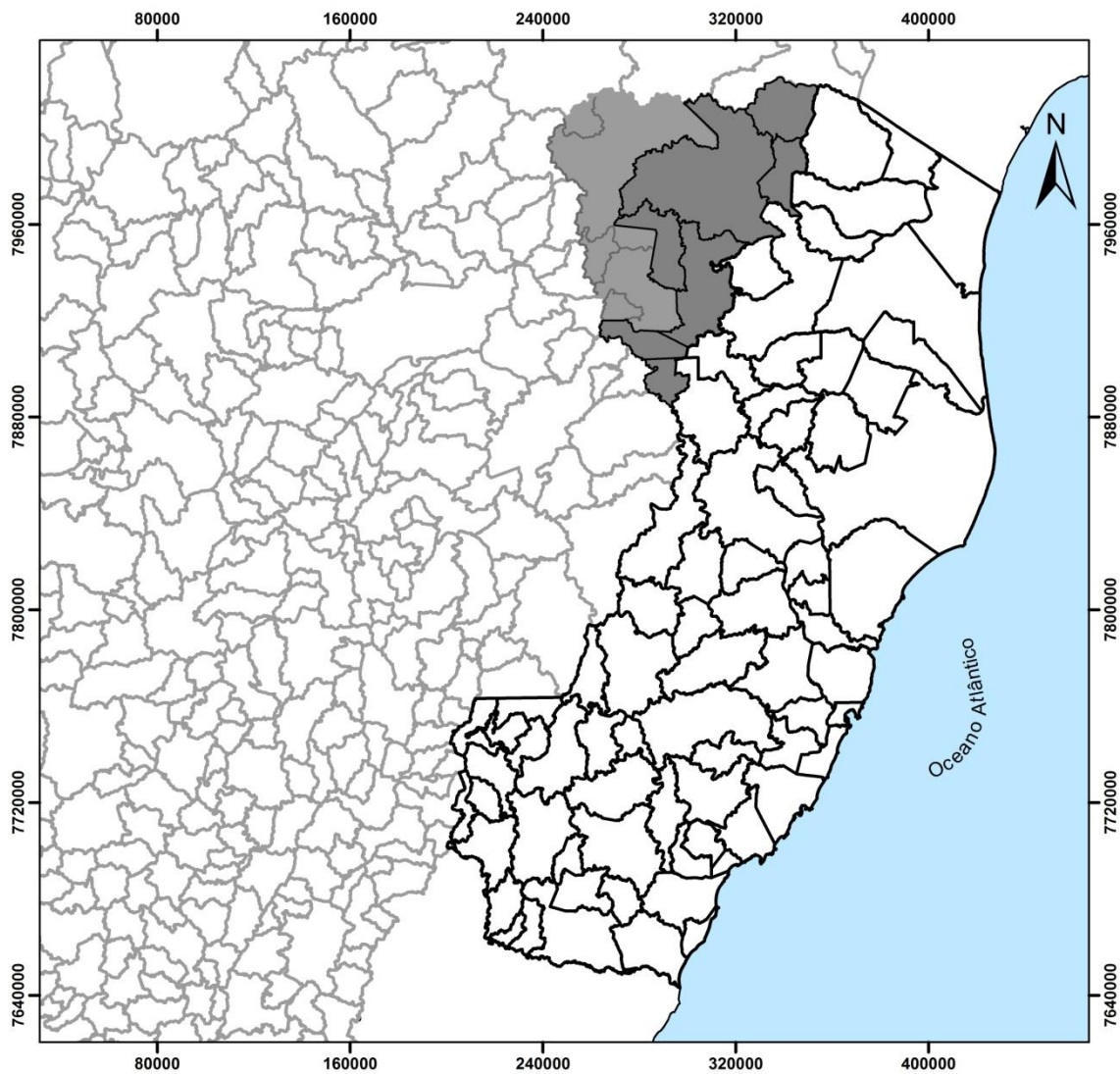
Atuais municípios que compunham a região do Contestado, disputada por Minas Gerais e Espírito Santo.



Mapa 3 – A região do Contestado.

esta observação que em nada muda o fato de que nesta área como um todo transcorreu a saga dos camponeses.

**Atuais municípios que compunham a região do Contestado,
disputada por Minas Gerais e Espírito Santo.**



Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
 Laboratório de Cartografia Geográfica e Geotecnologias - LCGG
 Projeção Universal Transversa de Mercator
 UTM / Datum: SIRGAS 2000
 FONTE: IJSN, IBGE.
 Organizadores: Luiz Muramatsu
 Lana Andrez Rosa
 Janeiro de 2016

Mapa 4 – Panorâmica da região do Contestado.

Wallace Tarcisio Pontes (2007, p. 68) historiador que estudou esta questão de limites (que ele denomina de questão lindeira), informa que este conflito entre os dois estados é muito antiga, centenária até. Já em 1859, ocorreram os primeiros conflitos de jurisdição entre os dois estados, na região sudoeste do estado do Espírito Santo, persistindo, em várias partes que limitam os dois estados, ao longo de toda metade do século XX. Porém é entre as décadas de 1940 a 1960 que a região da Serra dos Aimorés vai-se constituindo numa área de conflito social, como coloca Pontes (2007, p.81)

[...] diante do rápido processo de ocupação que marcou a região na primeira metade do século XX, os governos mineiro e capixaba começaram a externar a existência de interesses políticos conflitantes na ocupação da área duplamente reclamada, dando azo ao surgimento de uma zona contestada. Neste contexto, a colonização levada a efeito naquela região não ocorreu de forma organizada, mediante a ocupação legítima e ordeira da terra. Não bastassem as dificuldades de penetração pelas densas e úmidas matas, repletas de animais selvagens, infestadas de parasitas transmissores de inúmeras doenças tropicais e distante das cidades e povoados que começavam a surgir ao longo do Vale do Rio Doce, aventureiros de todas as partes do país tiveram ainda que enfrentar um ambiente hostil, no qual a insegurança e a violência faziam parte do cotidiano.

Como o mundo natural (entendido como a paisagem física) e o mundo social de Udelino e dos posseiros era essa imensa área do Contestado, para o que nos interessa aqui, duas dimensões devem ser observadas na região do Contestado: a forma como a terra foi sendo ocupada e o perfil da população que ali se instalou. Neste sentido, vamos nos valer das informações apresentadas por Pontes (2007) e de dois delegados especiais do IBGE (AROUCHA, 1953 e LOBO, 1953) encarregados dos recenseamentos desta área denominada Serra dos Aimorés, de 1940 e 1950. Começamos pelo primeiro. Pontes assinala que

Os homens que para lá se dirigiam não tinham como se eximir dos rigores das “leis da selva” e isso em uma selva onde não imperava a lei dos homens. Refúgio seguro para bandidos e foragidos da Justiça, a zona contestada era um verdadeiro “território de ninguém”. Extensas porções de terra espalhadas por municípios mineiros e capixabas surgidos nos entornos da Serra dos Aimorés, onde a força bruta se impunha como autoridade maior e onde normas de condutas sociais – que nos centros civilizados balizavam os comportamentos individuais e coletivos – não eram comumente observadas. Por toda a extensão do território contestado, que ultrapassava dez mil quilômetros quadrados, o processo de ocupação transcorreu em um clima de violência e injustiças diversas. Notícias de emboscadas e assassinatos foram se avolumando e tomaram parte do dia-a-dia das pessoas. A presença do Poder Público na região não se mostrou bastante para conter o crescente quadro de insegurança que marcou as primeiras décadas da ocupação do Noroeste capixaba. Ao contrário, os

representantes do Poder Público eram, por vezes, atores da desordem que subsistiu na região por décadas a fio. (2007, p. 82)

Pela citação acima, para o autor, fica evidente que esta região, que aqui, na nossa tese, apresentamos como frente pioneira, passou a se caracterizar como espaço de extrema violência não apenas como lugar que recebia bandidos e foragidos da Justiça como lugar onde os “próprios representantes do Poder Público” provocavam as desordens. Pontes usa o termo “território de ninguém”, para explicar a violência peculiar da região. Para fundamentar seu argumento, cita em nota de rodapé (p. 82), a expressão “**Refúgio de Criminosos**” utilizada por Sônia M. Demoner (1985), para caracterizar o estado social da região. Talvez seja interessante, aqui, apresentarmos o texto completo da argumentação da autora citada por último, o qual se refere ao município de mineiro de Mantena, mas que pode ser estendido para toda a região do Contestado, como ela mesma estabelece esta generalização:

Como se esperava, Mantena não ficou completamente ilhada. As discórdias continuaram e a região se transformou em “Refúgio de Criminosos”. Embora a região estivesse servida por três juizes de direito, três promotores, três prefeitos e três delegados de Polícia, com seus respectivos auxiliares, faltava uma autoridade autônoma – “daí o estado de insegurança e de apreensão que paira sob toda a população do Contestado, onde o crime aumenta numa intensidade de “estardecer”. A dificuldade de aplicação da justiça – onde por existirem muitas, mas nenhuma autônoma, é que está o maior mal da região do Contestado. No decorrer dos anos a questão ganha sempre mais amplitude, devido a interesses pessoais de políticos e fazendeiros locais. Se por um lado havia os grupos econômicos mineiros que tinham interesse em tomar as regiões e chegar até o mar, por outro lado havia o interesse dos fazendeiros em se apossarem das terras. (DEMONER, 1985, p. 102-103).

Fazendo uma pequena análise do texto acima exposto, caberia perguntar: o estado de violência que tomou conta do contestado é devido a que? Segundo a autora é a falta de autonomia da justiça. Embora o texto não argumente nesta direção, dá a entender que a duplicidade de jurisdição (Minas e Espírito Santo) leva a um estado de anarquia na região (excesso de justiça). Como não há lei, o local passa a ser terra de criminosos e refúgio de bandidos. Por outro lado, mais adiante, a autora argumenta que este caos crescente se deveu a “interesses pessoais de políticos e fazendeiros locais”, estes últimos objetivando se apossar das terras.

Embora estes dois fatores não sejam mutuamente excludentes (isto é, a existência de bandidos e criminosos de um lado e a ambição de políticos e fazendeiros do outro), não se sabe ao certo, na descrição da autora, qual o devido peso destes

fatores na determinação social da violência. Por isso, este tipo de argumento não deixa de carregar certa ambiguidade a qual esteve presente não só na fala de estudiosos (historiadores e escritores) do assunto, mas também na fala da grande maioria do que poderíamos chamar de classe culta (juízes, promotores, delegados, advogados, políticos, engenheiros, agrimensores).

Fala-se muito da existência de uma “terra sem lei”, “terra de ninguém”, polo de atração de foras da lei. Enfim, uma violência generalizada porém, não se particulariza que violência é esta. De quem contra quem? Violência do Estado contra a população. Violência por que motivo? Criminalidade comum entre vizinhos, por motivo fútil? Crime político, de mando? Violência e criminalidade devido a luta pela terra? O que teria de fato acontecido isso? Responder essas perguntas implica na elaboração de um outro trabalho. Aqui apresentamos algumas informações históricas que possam dar inteligibilidade a luta dos posseiros e de Udelino nesta região do contestado.

Por enquanto apenas um ponto é importante pesquisar: a população que migrou para esta região se caracterizaria como desclassificada (bandidos, criminosos e aventureiros)? Que população? Logicamente não toda ela, parte dela. Que parte? O esclarecimento destas questões, ou pelo menos a tentativa de esclarecimento é fundamental para entender este período obscuro da história do Espírito Santo. Isto porque o estigma social e diríamos histórico, que passou a caracterizar os posseiros, incluindo aí o próprio Udelino, foi este: um bando de criminosos da pior espécie, noticiado na época (1962) pelo jornal a Gazeta, como vimos anteriormente. Essa *imagem* de que a “região do Contestado” atraiu um bando de aventureiros das diversas regiões do país, não condiz com a história da “diáspora” camponesa no Brasil. Como vimos, a saga do campesinato brasileiro foi sempre este deslocar em busca de terra para trabalho e não propriamente um bando de desocupados vagando pelo Brasil. Voltaremos a este tema quando falarmos da atuação de Udelino na “região do Contestado”. Ao contrário de Demoner, que vê a violência como a ausência do Estado, mas não enxerga³⁵ que a violência foi praticada pelo

³⁵ A nosso ver, Demoner ao escrever a “*História da Polícia Militar do Espírito Santo – 1835-1985*” não está preocupada em enxergar e nem pode fazê-lo, porque o seu trabalho é mais uma apologia à atuação da polícia militar do Estado do Espírito Santo em comemoração aos 150 de sua história, do que propriamente um trabalho de reconstrução histórica baseada em critérios científicos.

próprio Estado, Pontes tem o mérito de mostrar exatamente isso: o Estado, neste caso, tanto o Governo de Minas Gerais como o Governo do Espírito Santo, através de seus respectivos aparelhos militares usaram de excessiva força que mais contribuiu do que amenizou os conflitos.

Porém, nem mesmo a permanência das forças militares na região bastou para conter a violência reinante. Ao contrário, contribuiu para acirrar ainda mais os ânimos, levando mais violência para a região. Isso porque, às vezes, eram os próprios agentes do estado os vetores dessa violência. Dessa forma, seja em decorrência dos excessos praticados pelos agentes do estado, seja em face dos desentendimentos entre posseiros e proprietários por disputas de terras, ou mesmo por fúteis razões, os crimes, principalmente aqueles contra a vida e contra a pessoa, tornaram-se comuns no Contestado, passando a fazer parte do dia a dia dos primeiros moradores da região. (PONTES, 2007, p. 83).

A nosso ver, a violência primordial, no caso que estamos estudando aqui, é a violência de classe: é a violência do grande proprietário contra famílias de posseiros, com a conivência e muitas vezes o auxílio da polícia, com o argumento jurídico de que estas famílias estavam em terras legítimas dos fazendeiros (especialmente no caso da fazenda Rezende). Em várias fontes fala-se nesta população do Contestado e sua sociabilidade desordenada que produz e é produzida pela violência. Porém, tanto a CPI de 53 como Pontes (2007) não vincula a questão da violência como embate de classes. Trata-se de uma violência generalizada, que perpassa as relações sociais, as instituições e os grupos sociais a qual é gestada no momento mesmo da implantação da frente pioneira.

A respeito do povoamento que caracterizou esta implantação, o delegado especial do IBGE, Marcelo Aroucha, encarregado do recenseamento de 1940 da Região da Serra dos Aimorés, apresenta no Relatório do Serviço Nacional de Recenseamento a seguinte informação:

O povoamento do território contestado é recentíssimo. As suas terras são devolutas. Nenhuma fiscalização foi estabelecida pelos dois Estados para evitar-se a destruição das florestas e apropriação gratuita, franca, sem método, dos melhores tratos de terra pelos inúmeros indivíduos que para ali imigram, [sic] sendo que de caráter intensivo de 1938 para cá. Geralmente todos que ali chegam apossam-se sumariamente, sem a menor formalidade, de parte de terra, cuja mata derriba à vontade, e impiedosamente, a queima em seguida, envolvendo na fogueira madeiras de lei, inclusive jacarandá. Constróem um rancho, e, às vezes, plantam alguns vegetais imprescindíveis ao seu rudimentar sustento – mandioca, mamoeiros e alguns pés de bananeira; de animais, quatro ou cinco galinhas. Dedicam a maior parte do tempo, depois de construídas as choças, à caça de animais silvestres, à pesca, à cata de poaia, em que é rica a região, e, em algumas zonas, a extração clandestina de pedras

semipreciosas turmalinas, berilos, ametistas etc. Às vezes, algum inconstante e aventureiro, abandona sua posse inicial e muda-se para um outro terreno coberto de floresta, que será, mais uma vez, vítima do machado e do fogo. Não paga impostos, tem plena liberdade de fazer o que quiser contra a flora e a fauna da região. Se alguns mais dedicados cultivam alguns vegetais, o produto não tem compradores e quando êstes aparecem fazem a venda por ínfimos preços, dando melhor resultado os produtos extrativos vegetais e animais. Consequência disso da falta absoluta de meios de comunicação e de transporte. Todos êsses motivos contribuem para que não haja a regular exploração agrícola da terra, não sendo extranhável que apenas tenham sido recenseadas 679 propriedades agrícolas no território litigioso. Nenhuma indústria organizada, mesmo serrarias, há que pudessem ser recenseadas. O comércio é rudimentar; o comerciante tem ali mais interesse em adquirir os produtos extrativos e da incipiente agricultura do caboclo do que vender-lhe mantimentos. Predomina geralmente o regime de troca. Há, entretanto, nas zonas de povoamento mais antigo, como nas imediações de Águia Branca e S. Francisco, algum café. (AROUCHA-IBGE-recenseamento 1940, p. 17)³⁶.

Apesar de apresentar uma descrição distorcida da cultura cabocla, distorção esta recorrente nos estudos da cultura caipira³⁷, o relatório de Aroucha nos fornece informações preciosas sobre o que nos interessa: como se foi constituindo o cenário em que atuaram Udelino e os posseiros. Aroucha informa que a ocupação da área do Contestado é recentíssima (intensificando de 1938 para cá, p. 17). Ele usa o termo “intensificando”, portanto, historicamente, já havia habitantes nesta região antes desta data³⁸. Diz também da situação jurídica das terras: todas devolutas. Informa também que não há um controle oficial sobre elas. Quem chega ocupa, desmata, constrói sua “choça”. Descreve a atividade camponesa como uma

³⁶ Os relatórios dos recenseamentos de 1940 e 1950 da Serra dos Aimorés, elaborados respectivamente pelos delegados especiais do IBGE, Marcelo Aroucha e José Guimarães Lobo, estão apresentados nas “Referências” no final deste trabalho, de acordo com as normas da ABNT, (BRASIL. Ministério do Planejamento.... IBGE...). Para efeitos práticos e estéticos, no corpo do texto preferimos fazer a citação pelo sobrenome dos autores recenseadores seguindo depois o nome da instituição (IBGE) e o assunto (recenseamento). Nas tabelas elaboradas por nós, mas baseada nestes autores ou outros aparece o sobrenome, ano da publicação e página.

³⁷ Nem mesmo Monteiro Lobato escapou deste viés ideológico. Representante da “modernização” do Brasil, viu com os óculos ideológicos da cidade o caipira brasileiro representando o “Jeca Tatú” como um camponês doente, repleto de vermes, pois descalço e, senão maltrapilho, com roupas remendadas com outros panos. Imagem esta que reproduzimos, de forma mecânica, quando vestimos nossas crianças para as festas juninas escolares. Uma crítica a este estereótipo de camponês pode ser encontrada nos trabalhos de Carlos Rodrigues Brandão (1983), especialmente, “*Os caipiras de São Paulo*”, no qual aponta para a necessidade de estudar melhor entender o camponês caipira para desfazer a imagem distorcida que temos dele. Um outro que pode ser consultado, já este, um clássico na área, “*Os parceiros do Rio Bonito*”, de Antônio Candido (1971), referência de como se faz uma boa pesquisa antropológica, além de ser uma crítica (só hoje reconhecida com o passar do tempo), a oligarquia agrária.

³⁸ Na inicial deste trabalho fizemos referência a respeito das populações indígenas e de comunidades quilombolas nesta região que foram aos poucos sendo dizimadas pela expansão da fronteira.

situação dos mínimos vitais (a roça de mandioca e bananeiras) uns poucos animais onde predomina a atividade extrativista.

Independente da apreciação valorativa sobre o camponês de fronteira, o importante para nós reside no fato de que seu relato prova, pelo menos na área que está descrevendo, que os primeiros a ocuparem a região do contestado foram os posseiros. Segundo relato de Aroucha, os posseiros ocupam sem maiores formalidades (a forma seria a lei), e não pagam impostos (estão à margem do Estado). Exigir do posseiro que pautar seu comportamento a partir da racionalidade da sociedade moderna é um contrassenso, pois o camponês como se viu tem outra concepção do que vem a ser a propriedade. Não compartilha com concepção da propriedade privada do ponto de vista burguês, mesmo quando, sem alternativa, se submete a ela.

No próprio relato de Aroucha aparece esta dimensão negadora da propriedade enquanto mercadoria. Ele chama de aventureiro aquele posseiro que desmata e queima a madeira, faz sua roça e passado um tempo, vai para outra área reiniciando o processo. Mas não informa se o posseiro faz da propriedade anterior uma terra para negócio. O que esta prática indica é outra coisa: um processo de trabalho que não esgota o solo, também comum entre certas comunidades indígenas brasileiras. Mas a prática do deslocamento de uma terra para outra não diz respeito a esta indolência do posseiro. Expropriado e expulso ele se desloca. O próprio Aroucha relata como os latifundiários acabam expulsando sistematicamente famílias de posseiros na região mais a noroeste do Contestado, expulsão esta que se repete continuamente:

Sua população alcançou o número de 10.752 habitantes, como disse linhas atrás. Vive aquela gente no maior abandono de assistência pública – econômica, social e moral. O povoamento intensivo dessa zona foi iniciado há menos de três anos. Grande parte da população é proveniente das terras banhadas pelo rio Saudade, ao norte do território, no Estado de Minas Gerais. Tendo sido adquirida aquelas terras ao Estado pelo Dr. Arnaldo Ribeiro, numa extensão de, aproximadamente, cinco mil hectares, segundo informações do A. R. nº 25, todas as famílias nelas residentes, foram sumariamente expulsas e ingressaram no território litigioso, onde se apossaram de novas terras, donde, provavelmente, serão expulsas amanhã por outros latifundiários.[...] (AROUCHA-IBGE- Recenseamento de 1940, p. 16, grifo do autor).

Destacamos do texto acima porque ele evidencia o processo histórico que produz conflitos agrários nas regiões de fronteira. Um latifundiário poderoso adquire as

terras ao Estado³⁹, com a benevolência desse mesmo Estado, ele próprio patrimonialista e expulsa as populações que ali viviam. É esta violência que está na raiz dos conflitos da região do Contestado, e, portanto, por extensão, dos conflitos em Ecoporanga e Cotaxé. São os pobres da terra, os destituídos de direitos, quem se importaria com eles senão um Udelino, ele mesmo filho deste meio? Vejamos um pouco mais de perto quem são esses pobres da terra, na descrição de Aroucha sobre a situação social desta população do Contestado:

Nenhuma espécie de assistência estatal há na região, com exceção de uma escola primária em cada uma das localidades mais povoadas. Há assistência policial, pelos dois estados, em algumas povoações. Nenhum serviço de esgotos, água, luz, assistência à saúde, nem cemitérios administrados pelas municipalidades. Não há um só médico residindo em toda região, nem um enfermeiro sequer. A infância, como os adultos, vive abandonada. Grassa a bouba em algumas regiões; é denominada pelo carinhoso nome de “catita”. O impaludismo é geralmente benigno e endêmico em algumas zonas. Um comprimido de atrebina é vendido na zona propriamente da mata pelo preço incrível de 2\$000 a 5\$000. Nas boticas dos povoados são fornecidos por menor preço, entretanto. Alguns indivíduos ignoram o próprio nome de batismo: sabem apenas o apelido. Raros os que sabem com precisão a data de nascimento. Vivem os casais, na sua maioria, maritalmente. Muitos ignoram o Estado onde nasceram. Os habitantes da zona banhada pelo do rio Peixe Branco, mal articulam o português, são geralmente de côr preta, sabem que eles ou seus ascendentes provieram do Estado do Poté, região do Estado de Minas Gerais que dá o nome a um seu município. Aos indivíduos civilizados que ali aportam chamam de “lajoeiros”... Vestem uma simples tanga; mocinhas púberes andam completamente despidas e não demonstram pudor em presença dos “lajoeiros”. São informações fidedignas trazidas por nossos recenseadores. (AROUCHA-IBGE- Recenseamento de 1940, p. 18).⁴⁰

Aroucha deixa claro desde o início que tanto o relatório como o próprio recenseamento de 1940 que lhe deu origem diz respeito à totalidade da região do

³⁹ 5 mil hectares correspondem aproximadamente a 5 mil campos de futebol, do tamanho do Maracanã, (sendo a medida oficial de um campo de aproximadamente 90 x 120 metros). É provável que as terras adquiridas pelo referido Dr. Arnaldo Ribeiro, tenha seguido a mesma regra apresentada por Moreira (2005, p. 225-226), como foi visto anteriormente. A oligarquia adquire mas não paga, pois, [...] enquanto os pequenos posseiros tendiam a regularizar a situação, comprando as terras invadidas, o terceiro maior problema agrário do estado foi justamente a dificuldade de impor a compra de terras aos setores sociais mais abastados. Também nesse ponto os governos estaduais recuaram, aprovando, por meio de leis especiais, contratos de concessão gratuita de terras a várias pessoas físicas e jurídicas. [...].

⁴⁰ Alguns esclarecimentos em relação ao remédio citado no texto. A **atrebina** era utilizada para combater a malária, o impaludismo. Pesquisamos os preços aproximados do que se poderia comprar na época com estes valores. Na São Paulo do final do século XIX e começos do XX, (cf. Jorge Americano – **São Paulo naquele tempo**, p 117). com 1\$000 (mil réis) dava-se para comprar 1 dúzia de ovos ou 2 litros de leite. Um dia de trabalho de operário valia 3\$000. Embora os preços informados por Jorge Americano refiram-se a São Paulo, capital e não a região do Contestado, e também pela época (1895 a 1915), por aproximação, dá para se ter uma noção do preço especulativo deste remédio. Se este único comprimido de atrebina custava entre 2\$000 a 5\$000, de fato era um preço extorsivo, principalmente para o camponês.

Contestado, que ele denomina de zona litigiosa, localizada na Serra dos Aimorés. Porém quando descreve a predominância de negros e descendentes de índios cujos antecessores vieram da região de Poté⁴¹ (descrição esta, aliás, carregado de juízos de valor a respeito do modo de vida deles), presume-se que o autor está se referindo a um determinado setor do Contestado (“na região banhada pelo rio do Peixe Branco”, como diz), e não da totalidade da região do Contestado. Isto porque, os negros fossem numerosos, não foi a população de cor preta que predominou na região do Contestado. (vide Tabela 1). No final do relatório de 1940, Aroucha nos fornece no item “Quadros”, informações preciosas para o que nos interessa aqui: qual o perfil da população do Contestado.

Em 1940, a população do Contestado era composta por 66.994 habitantes. Podemos arriscar que o perfil, dos habitantes, já nesta época, era de uma população de casais jovens, formando ainda família, com prole numerosa. Isto porque indica a existência de muitas crianças 24.564 (entre 0 a 9 anos), 16.279 (entre 10 a 19 anos), 11.116 (entre 20 a 29 anos), que provavelmente correspondia a pirâmide etária do Brasil como um todo naquela época, não fugindo deste padrão.⁴² Pelos dados acima, mais de 60% da população tinha menos de 19 anos. (vide tabela 2).

⁴¹ Conforme informações do IBGE, referente a formação das cidades no Brasil: “Os primeiros habitantes da região, onde veio a ser fundado o município de Poté, foram os índios botocudos. O povoamento de Poté teve sua origem nas vias de ligação entre Teófilo Otoni e Minas Novas. Assim, em 1856 já se achavam estabelecidas diversas famílias, segundo informações do relatório de Teófilo Benadito Otoni, reproduzidas em 1922 por Frei Samuel Tetteroo. No local do primitivo aldeamento indígena, fixou-se Militão Vieira Maia, que no ano de 1889 ergueu um cruzeiro, abençoado pelo Vigário de Teófilo Otoni, Virgulino Baptista Nogueira, que na ocasião afirmou: “Esse lugar talvez mais tarde será uma grande povoação, uma cidade”. A Maia se juntaram nomes ilustres na história de Poté, como Pedro Vieira Guimarães e Domiciano Ferreira Lages, dentre outros. A população cresceu com a chegada de novos desbravadores, atraídos pela fertilidade das terras daquele lugar. A maioria das famílias que ali se estabeleceram inicialmente, eram oriundas das localidades de Arassuaí e Minas Novas. Cinco anos mais tarde, em 1894, foi construída em Poté uma pequena capela, substituída depois pela atual edificação da Igreja Matriz de Poté. A princípio, Poté fez parte do distrito de Concórdia, também conhecido como Sete Posses que era subordinado ao município de Teófilo Otoni. As paróquias de Poté e Concórdia recebiam os sacramentos religiosos por ocasião das visitas quinzenais de Frei Gaspar de Modica. A riqueza da região em metais preciosos foi também registrada em Poté, através de suas jazidas minerais de água-marinha, topázio, berilo, dentre outros”.(IBGE-cidades....). Para o que nos interessa, Poté atualmente é distrito de Teófilo Otoni, distando desta última, cerca de 30 km em linha reta ou 43 km pela estadual MG 217. Se tomarmos Ecoporanga como o ponto de origem, Poté dista 118 km em linha reta ou 178 km pela estadual MG 342, cerca de 3 horas de viagem. Essas informações são para mostrar que os negros e descendentes de índios que vieram de Poté e se instalaram no Contestado não estavam muito longe dali, tomando Ecoporanga como centro desta região.

⁴² Embora interessantes, não cabe aqui comparações com o quadro do Brasil como um todo. Trabalho que foge aos nossos propósitos.

TABELA 1 – POPULAÇÃO DA REGIÃO DO CONTESTADO EM 1940 E 1950 CONFORME A COR

Região do Contestado (Serra dos Aimorés)			
População presente conforme a cor			
cor	1940 (*)	1950 (**)	1960 (***)
Branços	52.100	81.778	-
pretos	14.567	16.986	-
Pardos	236	61.175	-
amarelos	0	10	-
Sem declaração	91	123	-
Totais	66.994	160.072	384.297
Fonte: (*) – Aroucha (1953, p.22) (**) – Lobo (1953, p. 81) e (***) – Pontes (2007, p. 57). Elaboração do Autor.			

TABELA 2 – REGIÃO DO CONTESTADO EM 1940 E 1950 – POPULAÇÃO POR GRUPOS DE IDADE

Região do Contestado (Serra dos Aimorés)		
População por grupo de idade		
Grupos de idade	1940 (*)	1950 (*)
0 a 9 anos	24.564	55.865
10 a 19 anos	16.274	40.281
20 a 29 anos	11.116	27.159
30 a 39 anos	6.917	16.965
40 a 49 anos	4.382	10.658
50 a 59 anos	2.260	5.349
60 a 69 anos	920	2.493
70 a 79 anos	285	700
80 anos acima	144	378
Idade ignorada	132	224
Totais	66.994	160.072
Fonte: (*) Aroucha (1953, p. 22) e (**) Lobo (1953, p. 80). Elaboração do autor.		

O que impressiona a respeito da dinâmica populacional da região do Contestado é o seu espetacular crescimento de 1940 a 1960. O Censo de 1940 indica uma população de 66.994 habitantes, pulando na década de 1950 para 160.072 e na década seguinte aos impressionantes 384.289 habitantes. Houve um crescimento de quase 139% de 1940 para 1950 e na década de 1960 foi para a incrível marca de 473%, em relação àquela primeira década. Conforme salienta Pontes (2007, p. 57)

“Tratam-se das maiores taxas médias geométricas anuais de crescimento registradas no Brasil naquelas duas décadas”.

O delegado especial responsável pelo recenseamento da região do Contestado (Serra dos Aimorés), José Guimarães Lobo, também aponta este extraordinário crescimento de 1940 a 1950.

Quanto ao grande aumento demográfico, de quase 150% em relação a 1940, julgo não ser o mesmo exagerado. Penso ser a expressão mais aproximada da realidade. Assim, me expresso, louvando-me nas informações que tive, constantemente, de vários moradores da Zona.[do Contestado]. Falavam-me êles no grande desenvolvimento que se estava processando na Zona, no seu povoamento, em escala acelerada e alguns, mais esclarecidos, chegavam a dar sugestões sôbre o cômputo geral, variando entre 140.000 e 160.000 habitantes. Eu, porém, achava que essas cifras eram otimistas, mas os resultados apurados demonstraram que a previsão deles era acertada. (LOBO-IBEGE, Recenseamento 1950, p. 20)⁴³.

Esta descrição da região do Contestado tem a finalidade de apresentar o panorama socioeconômico, geográfico e demográfico da chamada Serra dos Aimorés com base em dados estatísticos reais nos relatórios censitários do IBGE e fazendo a crítica a estes dados. Por que isso é importante? Justamente para caracterizar que a grande maioria da população que aí se instalou não era de criminosos, e a região não era refúgio de bandidos, como muito se imaginou na época e até hoje. É fato que em situações históricas como estas, isto é, quando novas áreas são ocupadas e as relações sociais ainda estão se estabelecendo, um certo grau de desordem e anarquia do qual a criminalidade violenta é uma de suas facetas, é a marca registrada do processo. Infelizmente estes relatórios não apresentam dados, por exemplo, de homicídio, proporcionalmente ao número de habitantes. Qual o grau? Alta? Baixa? Ou média, dentro dos padrões do Brasil na época?⁴⁴ Alguns

⁴³ Lobo aponta este crescimento mas erra na porcentagem. Se em 1940 havia 66.994 e em 1950 foi para 160.072 habitantes, numa simples conta chegamos a quase 139% de aumento, e não 150%. Lobo não está falando de uma determinada zona do Contestado, mas de toda ela, pois aponta números aproximados de 140 a 160 mil habitantes em toda área da Serra dos Aimorés. Nos causou estranheza este esse deslize pois Lobo tinha as cifras em mãos quando fez o relatório. Tanto é que fez quadros (tabelas) comparativas entre 1940 e 1950 da evolução da população quanto a escolaridade, religião, casamentos, cor. Mais estranho ainda é a ausência no relatório de 1950 elaborado por ele do recenseamento agrícola da Serra dos Aimorés, deixando o pesquisador só com a opção de analisar esta dimensão com os dados de 1940. Neste ponto, o relatório de Aroucha de 1940 se mostrou muito superior.

⁴⁴Atualmente, o índice considerado suportável pela OMS é de 10 homicídios por 100 mil habitantes. No Brasil, as taxas de criminalidade estão acima da média mundial, no que se refere a violência armada e homicídios. No Brasil como um todo registrou em 2013 a taxa de 25,8 mortes por 100 mil habitantes, uma das maiores do mundo, havendo diferenças regionais: São Paulo registrou 13,9 e Alagoas 66,8 mortes por 100 mil habitantes. Como já foi frisado no texto acima, os censos de 1940 e

estudiosos do Contestado sublinham constantemente esta região como área de intensa criminalidade. A imprensa (a *Gazeta* e a *Tribuna*) na década de 1960 referindo-se aos conflitos em Ecoporanga, apresentaram esta imagem de região de violência e criminalidade. Até que ponto esta imagem confere com a realidade seria também objeto de novas pesquisas.

O que é relevante para os nossos propósitos aqui é estabelecer o perfil da população migrante na região do Contestado e sua evolução no tempo (de 1940 a 1960) com base nos dados fornecidos por aqueles relatórios. Mas antes, vejamos a região a partir do ponto de vista da evolução da densidade demográfica em comparação com o resto do estado do Espírito Santo (vide tabela).

Em 1940, o Espírito Santo como um todo apresentava uma densidade populacional de 17,14 e a região do Contestado 6,60 habitantes por km². Na década seguinte (1950), passa para 20,75 e 15,57, respectivamente. Em 1960, a densidade populacional do Contestado chega a 37,91 contra 30,76 habitantes por km² do estado como um todo, ultrapassando-a em 7,15 habitantes por km². Em 1940, observe-se que o crescimento populacional do Contestado foi maior que o da média do estado, pois enquanto este pulou de 17,14 para 20,76 (subindo 3,62 pontos), o Contestado pulou de 6,60 para 15,57 (subindo 8,07 pontos), um aumento de 136% na densidade populacional se comparado a 1940 contra apenas 2,11% do estado como um todo. O aumento é ainda maior na década de 1950 para 1960. Enquanto o Espírito Santo como um todo registrava um aumento médio de 7,94% de aumento na densidade demográfica, na região do contestado este aumento foi de 474% pulando de 6,60 para 37,91 habitantes por km², num prazo de 20 anos.

Devemos ver estes números num contexto maior, na comparação. Isto porque conclui-se muitas vezes que foi esta “explosão demográfica” a causadora dos conflitos na zona do Contestado. Não há dúvida que houve um grande aumento populacional na região. Mas ela em si não gera automática e mecanicamente a violência e criminalidade. Por outro lado, é preciso relativizar o aumento demográfico

1950 para a Serra dos Aimorés não apresentam informações sobre criminalidade dentro deste padrão estatístico (morte por 100 mil habitantes) e de nenhum outro padrão. Para se saber sobre o grau e natureza da violência praticada na região, caberia como sugestão aqui, a realização de pesquisas neste sentido, buscando novas fontes documentais, tais como cartórios criminais analisado registro de óbitos, delegacias de polícia, etc...

em si mesmo. Se tomarmos como ponto de partida da contagem uma região de baixíssima densidade demográfica (como é o caso aqui da Serra dos Aimorés por volta de 1930 e 1940) é evidente que qualquer aumento que se aproxima da média geral ou a ultrapassa é vista como algo extraordinário. É o que parece ter acontecido na região do Contestado, como salienta Aroucha. A partir daí esta região começa a ser polo de atração. Então quando vemos em termos absolutos, esta evolução de 60 mil, para 160 mil chegando a 380 mil habitantes é evidente que houve um crescimento populacional significativo. Porém, a medida que aproximamos da década de 1960 este crescimento não fica muito acima da média do Estado, como se pode observar na Tabela 3. Ou seja, na região do Contestado, no final da década de 1960 a densidade populacional era de 37,91 contra 30,76 do estado como um todo. Ou seja, numa região onde predominava a Mata Atlântica e aqui e ali se via povoados de camponês, muitos deles com raízes plantadas nas comunidades quilombolas e indígenas, num prazo de 20 a 30 anos chegar a uma densidade acima apontada pode significar um grande crescimento populacional, mas não está muito acima da média estadual.

TABELA 3 – EVOLUÇÃO DA DENSIDADE POPULACIONAL ESPÍRITO SANTO E CONTESTADO

Evolução da densidade demográfica – Espírito Santo e Serra dos Aimorés de 1940 a 1960.						
	Espírito Santo como um todo			Região do Contestado (Serra dos Aimorés)		
	1940	1950	1960	1940	1950	1960
Área (Km ²)	46.095.583	46.095.583	46.095.583	10.137	10.137	10.137
Habitantes	790.149	957.338	1.418.348	66.994	160.072	384.297
Densidade demográfica	17,14	20,76	30,76	6,60	15,57	37,91
Aumento em %	100%	2,11%	7,94%	100%	136%	474%
Fonte: IBGE (Aroucha, 1953, Lobo, 1953 e Pontes, 2007), Elaboração do autor.						

Os conflitos agrários ocorridos na década de 1950 e 1960 é o ponto de inflexão deste aumento populacional. Com efeito, com observa Pontes (2007) e Vilaça (2002), o período que vai de meados da década de 1960 para 1970 se processa um refluxo populacional em que opera na região o processo inverso: de área de atração passa a se constituir em área que “expulsa” grandes contingentes populacionais.

Voltemos à caracterização do perfil dos migrantes recém-chegados no Contestado na década de 1940. Quem são eles? Trata-se de uma população muito diversificada, como mostra os relatórios (de 1940 e 1950) acima referidos. São agricultores, comerciantes, profissionais liberais, policiais, professores. Apesar de algumas categorias não serem homogêneas, foi possível elaborar um quadro comparativo entre os recenseamentos de 1940 e o de 1950 (vide tabela 4).⁴⁵

**TABELA 4 – REGIÃO DO CONTESTADO – SERRA DOS AIMÓRES
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR RAMO DE ATIVIDADE**

Região do Contestado – distribuição da população por atividade 1940 a 1950		
Ramo de atividade	1940	1950
Agricultura, pecuária e silvicultura.	18.684	40.482
Indústrias extrativas	503	249
Indústria de transformação	120	1810
Comercio de mercadorias	143	1361
Comercio de imóveis, valores mobiliários, crédito, seguro e capitalização.	0	7
Transporte, comunicação e armazenagem.	51	535
Prestação de serviços, profissões liberais, atividades sociais (igreja e escola)	118	1417
Administração pública, justiça, legislativa e ensino público.	18	116
Defesa nacional e segurança pública.	36	142
Atividade domésticas e atividades escolares	16.209	51.747
Condição inativa ou não declarada	6.548	6.341
Totais gerais	42.430	104.207
Fonte IBGE – Aroucha (1953, p. 30) e Lobo (1953, p. 90). Elaboração do autor.		

Uma análise do quadro acima mostra que a grande maioria da população economicamente ativa (PEA) é constituída de trabalhadores na agricultura e pecuária. De 1940 a 1950 esta população mais que dobrou passando de 18.684 para 40.482 pessoas. Em termos absolutos, este foi o segundo ramo que mais

⁴⁵ De um modo geral, os ramos de atividade são os mesmos de um censo para outro. Senão não haveria possibilidade de comparação. Alguns ramos são classificados de forma diferente nos dois censos, (como é o caso dos serviços e atividades sociais, os quais os autores não especificam direito do que se trata), porém como o numero de pessoas aí é mínimo, não altera o quadro geral da distribuição da população nas várias atividades.

cresceu só perdendo para o setor de *atividades domésticas e escolares*⁴⁶. Este ramo, como já informamos, em nota de rodapé, é justamente a mulher que fica em casa nos afazeres domésticos, com os filhos (16.209 pessoas). Este grupo fica quase próximo do número de pessoas trabalhando na agricultura e pecuária. e na década de 1950 iria ultrapassar todos os outros ramos, inclusive ultrapassaria o pessoal empregado na agricultura. Assim, 51.747 pessoas encontram-se nos trabalhos domésticos e escolas (evidentemente a grande maioria mulheres e crianças) contra 40.482 trabalhadores que estão trabalhando na agricultura e pecuária.

Há também um grande salto no comércio, indicando um incremento nas trocas, confirmando as informações dos recenseadores do “intenso progresso” por que passava a região do Contestando evidenciado pelo crescimento urbano-industrial, do comércio, serviços em quase todas as cidades, principalmente Barra de São Francisco e Mantena.

Um dado significativo é o declínio do pessoal empregado na indústria extrativa⁴⁷. Em 1940 este contingente era de 503 pessoas e cai para 249, isto é, para menos na metade em 1950. Num prazo de uma década há um intenso desmatamento e seu declínio. Significativo é a informação de Aroucha no relatório de 1940 no qual ele mostra a intensa extração de pedras preciosas e águas-marinhas (esmeralda principalmente, tendo em vista a proximidade com Teófilo Otoni para onde escoavam e eram comercializadas estas pedras). Dez anos depois, estas atividades sofrem um declínio evidenciado pela queda do número de pessoal empregado como foi visto acima, indicando esgotamento destes recursos já na década de 1950. Madeira, pedras preciosas e semipreciosas foram também recursos naturais que atraíram fortemente os migrantes que se dirigiram para o Contestado.

⁴⁶ Lobo em 1950 acrescenta no quesito “Atividades domésticas” o termo “não remunerada”. Entendemos que se trata do trabalho doméstico da mulher. Sobre o termo “Atividades escolares” supomos que aí se enquadram os estudantes, pois no cruzamento de ramos de atividade por faixa etária, nesta categoria (atividades escolares) incidiu maior contingente de pessoas na faixa de 10 anos acima até 14 anos. . .

⁴⁷ O relatório, no quadro de tabelas não informa se esta indústria extrativa é da maneira ou de um outro produto tais como pedras semipreciosas ou preciosas, ou mesmo pedreiras de granito. Porém, pela intensa descrição, no relatório, principalmente de Lobo (1953, p. 52-49) sobre a extração da madeira acreditamos que seja esta a principal atividade extrativa da região, não descartando a existência de extração de pedras preciosas e semipreciosas.

Porém, o camponês que se dirigiu a região do Contestado foi na verdade em busca de terra para plantar, tendo em vista a abundância de terras devolutas. As tabelas 5 e 6 mostram respectivamente de onde provinha a população que se instalou na região a partir da década de 1940 e que estrutura da propriedade da terra havia na ocasião.

TABELA 5 – REGIÃO DO CONTESTADO – POPULAÇÃO POR ORIGEM SEGUNDO O ESTADO DA FEDERAÇÃO

Região do Contestado (Serra dos Aimorés) – Brasileiros natos presentes segundo o Estado/região de nascimento		
	1940	1950
Serra dos Aimorés	4.090	41.347
Minas Gerais	50.660	91.293
Espírito Santo	8.366	20.469
Bahia	1.166	3.247
Outros estados no Nordeste	107	198
Rio de Janeiro e DF	1.017	3079
Outros estados do Sudeste	31	78
Norte	0	6
Sul	6	13
Centro-oeste	2	8
Não declarado	1309	119
Totais	66.754	159.862
Fonte: (*) Aroucha (1953) e (**) Lobo (1953). Elaboração do autor.		

TABELA 6 – REGIÃO DO CONTESTADO – 1940 – SITUAÇÃO JURÍDICA DA TERRA.

Região do Contestado (Serra dos Aimorés) – Distribuição da propriedade da terra. Situação jurídica – 1940				
Propriedade do imóvel	Quantidade de propriedades		Área ocupada (há)	
	em nº	Em %		
Propriedade individual	149	18,95%	11.212	18,95%
Propriedade em condomínio	2	0,25%	232	0,39%
Propriedade de pessoa jurídica	2	0,25%	150	0,25%
Imóveis de propriedade do governo	629	80,02%	47.076	79,59%
Imóveis de propriedade não declarada	4	0,50%	478	0,80%
Total	786	100%	59.148	100%
Fonte: IBGE - Aroucha (1953) Elaboração do autor.				

Como se pode observar pela tabela 5, a maioria dos habitantes do Contestado é procedente de Minas Gerais e secundariamente Espírito Santo e em terceiro lugar, da Bahia. Observa-se que este fluxo se intensificou na década de 1950.

Os relatórios não especificam, nem nos quadros e nem nas descrições, de que regiões dos estados de origem vieram esta população migrante. Aqui e ali, tem uma rápida informação sobre o local exato de onde vieram, como é o caso de um grupo de migrantes procedentes de Poté, atual distrito de Teófilo Otoni, como vimos anteriormente. Porém, tudo leva a crer que se trata de população que provém das regiões próximas do Contestado: Leste de Minas Gerais, Noroeste do Espírito Santo e Sul da Bahia.

A propriedade da terra na região, em 1940 apresentou um cenário que explica exatamente porque esta região se apresentou conflituosa: devido a disputa pelas terras devolutas. Havia 786 propriedades ocupando uma área de 59.148 ha. A grande maioria era de terras devolutas (terras do governo). Estas correspondiam a 629 (80% do total) ocupando uma área de 47.076 há (79% da área total ocupada). Resumindo, a maior parte das terras era devoluta, de propriedade do governo. Ai se processa, nesta região de frente pioneira, um conflito feroz cujos protagonistas já foi amplamente relatado aqui nos capítulos anteriores: posseiros contra latifundiários sendo que Udelino Alves de Matos vai estar no epicentro das lutas.

Em havendo uma grande quantidade de terras devolutas (47.076 há) nas 629 propriedades do governo, as perguntas que se poderia fazer são: 1) elas foram efetivamente ocupadas ao longo de 1940, 1950 e 1960? Não há dúvida que sim. 2) mas qual foi o percentual de ocupação e por quem?

Até hoje, Ecoporanga é o município que apresenta a maior incidência de terras devolutas no estado do Espírito Santo, tanto em área quanto na quantidade de propriedades e conforme informação do IDAF chega a 30% de terras devolutas sobre o total da área do município. Esta situação não nos deve levar ao raciocínio enganoso de que ainda 30% das terras do município sendo devolutas é terra do governo. O IDAF explicou que tendo em vista o alto custo (com escrituração e registro da terra) que o proprietário enfrentaria para transformar a terra devoluta que ocupa em propriedade particular prefere mantê-la nesta situação provisória e irregular (perante o Estado). Atualmente a situação se apresenta desta forma,

porém, ao que tudo indica, de fato, na década de 1940, as terras devolutas ali existentes pertenciam de fato ao governo, porém já se encontravam com ocupantes, pelo menos é o que mostra a tabela 7 abaixo:

TABELA 7 – REGIÃO DO CONTESTADO (SERRA DOS AIMORÉS) – 1940 - QUALIDADE DO RESPONSÁVEL PELO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO

Região do contestado – tipo de ocupação da terra			
Qualidade do estabelecimento	Quantidade	Área ocupada (em ha)	Pessoal ocupado
Proprietário	136	8.435	516
Administrador	15	3.339	86
Arrendatário	5	250	16
Ocupante	630	47.124	2.618
Totais	786	59.148	3.236
Fonte: IBGE- AROUCHA (1953, p. 36). Elaboração do autor.			

Ou seja, das 786 propriedades existentes da região do Contestado, 630 eram de terras devolutas mas já com ocupantes, Ou em termos de área, dos 59.148 ha de propriedades agrícola, 47.124 eram terras devolutas.

Historicamente, será em torno dessas terras devolutas que vai se travar uma intensa luta entre posseiros e fazendeiros, lutas estas que marcam profundamente a história da frente pioneira. Em 1940 quem estaria ocupando estas terras devolutas? O relatório de Aroucha, na inicial, como se viu, diz claramente que a maioria das terras era devoluta. Por outro lado, ao longo da exposição do mesmo relatório não informa nenhum conflito de terras envolvendo posseiros e fazendeiros. Seriam pequenos posseiros, proprietários médios ou grandes fazendeiros ocupando as terras devolutas? Para responder a estas questões é preciso analisar os dados do censo de 1940 e 1950.

Duas lacunas se apresentam aqui. Primeiramente, mais séria, são os dados finais do censo agrícola no relatório de 1950 de José G. Lobo. Aqui e ali ele menciona este relatório, mas não apresenta o quadro estatístico dele. A segunda lacuna está no relatório de 1940 elaborado por Marcelo Aroucha. Nele não existem propriedades de menos de dois hectares, como se verá na Tabela 8. Não haveria nenhum tipo de propriedade nesta categoria na região? Justamente o posseiro que se adentrou na mata se encontra nessa categoria. Ele se enquadra na categoria de proprietário de

ou dois hectares ou até abaixo destas medidas, pois para ele e sua família este palmo de terra é o suficiente para viver.

Esse é o nosso personagem da história. Onde ele se encontraria? Não aparece nas estatísticas oficiais. Difícil contar sua história pois está ausente nos relatórios oficiais. Mas, sabemos onde encontrá-lo. Em 1940, quando ainda havia a Mata Atlântica exuberante, ele estava lá, no fundo dela, de difícil acesso ao homem urbano para proceder ao recenseamento, por isso muitas vezes escalavam um recenseador das redondezas, que conhecida os caminhos e mesmo “inculto”, tinha mais familiaridade com o camponês. Porém mesmo que o encontre, o próprio recenseador desconfia dele e ele do recenseador. Discorrendo sobre as falhas do recenseamento agrícola da região do Contestado (cujos dados, aliás, não consta no seu relatório), o Delegado especial do IBGE, José Guimarães Lobo, encarregado deste serviço informa que:

Os resultados deste censo [agrícola] não me parecem representar a realidade completa. Estou propenso a crer que os dados apresentados, embora assinalem um grande surto em relação a 1940, ainda assim, estão aquém da realidade. Não a retratam, plenamente. Três motivos, ao meu ver, respondem por essa falha, que não me foi possível evitar. Primeiro, pelo fato de haver grande número de pequenas propriedades com exploração agrícola insignificante e que o A.R. deixou de registrar, pelo motivo exposto, ou porque, ao passar por elas, nem pode perceber o seu aproveitamento sob o aspecto agropecuário, para tratar de preencher o boletim. Há muitos nesse caso. Segundo, porque o recenseando dava com relativa facilidade os dados sobre sua família, porém sempre achava dificuldades invencíveis para responder aos quesitos do questionário agrícola. Pensam sempre em ocultar a verdade a respeito, suspeitando trata-se de medidas que redundem em aumento de encargos para o fisco. A maioria dos informantes, para cortar pela raiz, o embaraço em que se encontrava, dizia logo que não tinha exploração agrícola. Outros, mais sinceros, confessavam que haviam cultivado a terra, porém nenhuma anotação havia feito sobre os assuntos do questionário. Daí, nada podem responder. Terceiro, a falta de habilidade por parte do recenseador, para conseguir alguma coisa nesses casos. Os recenseadores, nessas regiões, como já referi, são recrutados entre homens de pouca cultura e quase nenhum traquejo. Isso os impossibilita de sentir a sonegação dos dados por parte do informante e de engendrar meios indiretos por onde venha conhecer a verdade que lhe é ocultada. Por êsses motivos é que suponho que os resultados do Censo Agrícola, representam apenas, 80% da realidade. Procurei, com esclarecimentos e instruções aos recenseadores, reduzir os efeitos dessas causas, porém estou certo de que não consegui anular, por completo, as suas consequências. (IBGE- LOBO, 1953, p. 20-21).

Embora Lobo se refira ao censo de 1950, este raciocínio pode ser aplicado também para o de 1940, isto é, no relatório feito por Aroucha, justamente onde encontramos esta lacuna, da falta de informações sobre as pequenas propriedades, como a dos

pequenos posseiros. Cremos que as justificativas dadas por Lobo sobre a ausência nas estatísticas do pequeno agricultor se aplica mais ainda nesse caso, pois se em 1950 as dificuldades de acesso a este camponês já era grande podemos imaginar como seria dez anos antes.

Porém, os lamentos e reclamações de Lobo não são tanto pela dificuldade de encontrar este camponês, mas porque seus recenseadores contratados não o perceberam. De fato, esta dificuldade de encontrá-lo, na época, realmente existiu, devido às péssimas condições das estradas, as longas distâncias a percorrer, os desconhecimentos das vias de acesso, os riscos das doenças tropicais. Todos estes fatores representaram fortes obstáculos para o trabalho de recenseamento. Contudo, o que Lobo informa é que o camponês não aparece nas estatísticas devido ao simples fato de que o recenseador não deu maior importância a ele, passa por ele, sua casa, sua plantação e propriedade como coisas insignificantes não merecedores de um registro. Desses camponeses não se viu “aproveitamento sob o aspecto agropecuário” digno de nota que merecesse “preencher o boletim”. Não se trata de casos isolados. Como reafirma Lobo, “há muitos nessa situação.” Estatisticamente falando são seres sem importância ou até mesmo invisíveis. Quantos seriam estes muitos? Nem mesmo o recenseador sabe, justamente porque não fez o recenseamento. Mas confessa honestamente que o censo agrícola daquele ano chegou a 80% da realidade. Podemos supor que estes “muitos” seriam os 20% restantes. Porém, são suposições. Mas, uma parte dos posseiros também aparece nas estatísticas. Como vimos anteriormente, em 1940, 80% das terras, tanto em número de propriedades como em extensão de terras eram devolutas⁴⁸.

É de fundamental importância esclarecer estas questões, pois precisamos saber onde estão os pequenos proprietários, que na verdade são pequenos posseiros, objeto de nosso estudo. Comparando a tabela 6 com a tabela 7, temos 629 propriedades do governo na primeira e 630 ocupantes na segunda. 47.076 ha na primeira e 47.124 na segunda. Está se falando do mesmo objeto, com alguma variância. O mesmo objeto é esta imensa área de terras devolutas. Mas se é propriedade do governo (na tabela 6) então quem são estes 630 ocupantes (na segunda tabela)? O próprio governo? Ou particulares? Nesta segunda hipótese,

⁴⁸ Vimos isso anteriormente conforme as tabelas 6 e 7. Ou seja, 630 das 786 propriedades existentes eram devolutas e detinham 47.124 do total de 59.148 hectares.

deveria estar incluída então na primeira linha da tabela 7 (“proprietários”). Outra tabela que apresenta a estrutura fundiária da região, na qual se classifica as propriedades, pelas suas dimensões, em grupos de área poderá fornecer algumas pistas sobre esta questão. Segue abaixo a tabela 8

TABELA 8 – CONTESTADO – ESTRUTURA FUNDIÁRIA E PESSOAL EMPREGADO – 1940

Região do Contestado (Serra dos Aimorés) – Área agrícola ocupada. Tamanho da propriedade e pessoal ocupado. 1940			
Grupo de área (em ha)	Número de propriedade	Área ocupada	Pessoal ocupado
Menos de 1 ha	0	0	0
1 a 2	0	0	0
2 a 5	1	3	1
5 a 10	5	36	11
10 a 20	29	401	106
20 - 50	285	9.210	828
50 - 100	299	18.939	1.280
100 - 200	129	15.931	656
200- 500	34	8.920	259
500 - 1000	2	1.114	6
1000 a 2.500	1	2.080	13
2.500 a 5.000	1	2.515	76
Total	786	59.219	3.236
Fonte: IBGE - AROUCHA (1953, p. 37). Elaboração do autor.			

Esta tabela 8 apresenta duas informações significativas. A grande maioria das propriedades se concentra entre 20 a 200 hectares. Se juntarmos os grupos de área obedecendo este intervalo, temos os seguintes resultados: do total de 786 propriedades, nada menos que 713 propriedades estão entre 20 a 200 há, ou seja,

quase 91% das propriedades se encontram nessa faixa, ocupando 44.080 h (74,43%) da área total de 59.219. Propriedades nestas dimensões podem ser classificadas como pequenas e médias, com predominância das primeiras⁴⁹. Se queremos saber a proporção da pequena propriedade, somente ela em si, utilizando os critérios do INCRA para definir minifúndio, pequena, média e grande propriedade (vide nota de rodapé anterior) temos o seguinte resultado no que se refere a estrutura fundiária da Região do Contestado em 1940: 619 propriedades do total de 786 propriedades eram pequenas propriedades, portanto 78,9% das propriedades eram pequenas⁵⁰. Cruzando os dados da tabela 5 e 6, de um lado com os dados da tabela 8, por outro, por dedução temos que a grande maioria das propriedades era terras devolutas e eram pequenos proprietários, está aí o pequeno posseiro que a estatística ocultou. A grande maioria deles estava em terras devolutas, terras públicas.

Essas considerações são importantes para desfazer um equívoco histórico: de achar que na implantação da frente pioneira de imediato ocorre a formação da grande propriedade agrícola, o latifúndio. Esta formação da grande propriedade nas frentes pioneiras pode ter ocorrido depois e é este processo de concentração da

⁴⁹ Atualmente o critério de classificação utilizado pelo INCRA, obedecendo a Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 1993 que define a qual categoria pertence um imóvel rural (minifúndio, pequena, média ou grande propriedade) leva em conta não diretamente o tamanho da propriedade em m², mas conforme unidade denominada **modulo fiscal** que varia de acordo com cada município. **Minifúndio** – é o imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal; **Pequena Propriedade** - o imóvel de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; **Média Propriedade** - o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais e **Grande Propriedade** - o imóvel rural de área superior 15 (quinze) módulos fiscais. O INCRA possui uma tabela que classifica o tamanho do módulo fiscal de todos os municípios do Brasil. Assim, por exemplo, em Ecoporanga 1 módulo fiscal corresponde a 50 hectares. Logo, neste município, uma propriedade rural de 200 hectares possui o tamanho de 4 módulos fiscais, portanto, média propriedade. Para aplicar este critério atual para a região do Contestado em 1940, tivemos que nos valer dos seguintes dados: Listar os 13 municípios atuais que faziam parte do Contestado. Buscar o tamanho do módulo fiscal de cada um deles. Como o Contestado não é um município, mas uma região que congregava 13 municípios, tivemos que nos valer do artifício de estabelecer uma média dos tamanhos do modulo fiscal deles o que deu como resultado a média de 1 modulo fiscal = 43,07 ha. Seguem a relação dos 13 municípios atuais que compunham a região do Contestado e seus respectivos valores de 1 módulo fiscal em hectare. Ecoporanga = 50 ha; Alto Rio Novo = 20 ha; Mantenópolis = 20 ha; Barra de São Francisco = 20 ha; Água Doce do Norte = 20 ha; Mururici = 60 ha e Ponto Belo = 60 ha. Do lado mineiro: Mantena = 30 ha; Itabirinha do Mantena = 30 ha, São João do Mantena = 30 ha; Ouro Verde de Minas = 50 ha e Ataléia = 50 ha. e Nova Belém = 30 ha. Porém se aplicarmos o mesmo critério na tabela, vemos que 584 propriedades de um total de 786 estão entre 20 a 100 hectares, não chegando, a 2 módulos, portanto, pequena propriedade.

⁵⁰ Chegamos a estes números aplicando os critérios do INCRA para a região do Contestado. 1 (um) modulo fiscal nesta região equivale a 43,07 hectares. Assim, é **pequena propriedade**, no Contestado de 1940, aquela propriedade que está entre 1 (um) a 4 (quatro) módulos fiscais, ou seja, em termos de área, entre 43,07 a 172,28 hectares.

propriedade em mãos de uma minoria latifundiária, o qual vai tomando terras do pequeno posseiro é que produz os conflitos.

Portanto, já podemos compor um perfil parcial dos habitantes do Contestado, a partir das tabelas que elaboramos tomando como base os dados do censo de 1940 e 1950. Trata-se de família, relativamente numerosa, de pequenos camponeses, brancos, vindos predominantemente de Minas Gerais, mas também do Espírito Santo e Minas⁵¹. A grande maioria ainda é solteira, havendo, no entanto, no decorrer da década de 1940 a 1950 grande aumento de casados, (vide tabela 9) com intenso cruzamento inter-racial.⁵²

TABELA 9 – POPULAÇÃO DO CONTESTADO 1940-1950 CONFORME ESTADO CIVIL

Região do Contestado – população conforme estado civil		
Estado civil	1940 (*)	1950 (**)
Solteiros	53.369	24.215
casados	11.788	53.258
viúvos	1.744	4.652
Separados	44	18
Não declarados	49	97
Totais	66.994	82.240 (***)
Fonte: IBGE – (*) AROUCHA, 1953, p.18), LOBO (1953, p. 77) (***) – excluídas pessoas abaixo de 19 anos. Elaboração do autor.		

Vão se instalar na sua grande maioria em pequenas propriedades em terras devolutas e muitos em minifúndios no interior da mata. A maioria era católica, mas, no decorrer daquelas décadas, há um significativo crescimento dos protestantes além da sua presença marcante na região como constata Lobo:

⁵¹ Sobre a localização dos três principais grupos que compõe a população do Contestado o recenseador (IBGE-LOBO, 1953 p. 51) nos informa que: “se acham situados da seguinte forma: a) baianos – vivem sobretudo ao Norte e Nordeste, abrangendo a região do Barreado e de Itaúnas, bem como parte da bacia do braço norte do Rio São Mateus, nos seus afluentes da margem esquerda; b)mineiros – ocupam a parte Oeste e Noroeste da zona, incluindo as bacias do Santa Cruz, Parajú, Muritiba, Itabira, Peixe Branco, Alto Mantena ou São Mateus, com seus afluentes até a barra do Vargem Grande; c) capixabas povoam o Sul da zona, abrangendo as bacias do Rio Novo, São José, São Francisco, dos afluentes do São Mateus do Sul, nas duas margens abaixo da barra do Vargem Grande, dos rios 15 de Novembro, 2 de Setembro e dos afluentes da margem direita do braço norte do São Mateus, abaixo do Ribeirãozinho. O contingente de baianos é o de menos expressão numérica. Entretanto é bem expressivo e influente”.

⁵² Conforme os dados, os brancos eram 52.100 em 1940 passando a 81.770 em 1950. Os negros passam de 14.567 para 16.986 naquele mesmo intervalo de tempo. Os pardos passam de 236 para 61.175 habitantes no mesmo período, ultrapassando em muito os negros. (ver tabela 1).

A maioria é católica. Os protestantes já formam um grande contingente no seio da população regional. Chega a ser mesmo impressionante o seu desenvolvimento naquelas paragens. Possuem vários templos espalhados pelos campos, com pastores fixos e ambulantes, fazendo um trabalho constante de catequese. Este trabalho tem dado resultado compensador, a ser apreciado pelo número de adeptos que vem fazendo. Contraindo-se ao esforço dos protestantes, existe o serviço do clero católico. Há três freguesias em toda Zona e várias capelas. Entretanto, o elemento protestante me parece mais ativo e vigilante; daí, talvez, os seus rápidos e surpreendentes progressos. Há também, a influir nesse caso de ter existido colonização alemã na região. Em alguns lugares, a população é quase toda de descendentes de alemães protestantes. Há colonos, descendentes de alemães em duas, três e quatro gerações, que ainda não falam o português, e os que falam, o fazem muito mal. Na influência da colonização germânica, eu vejo em parte, a explicação de tão apreciável contingente de protestantes na Zona Litigiosa. (IBGE, Lobo, 1953, p. 44).

Este crescimento das seitas protestantes na Zona do Contestado pode ser evidenciado pela análise da Tabela 10, conforme apresentada abaixo:

TABELA 10 – REGIÃO DO CONTESTADO – EVOLUÇÃO DOS GRUPOS RELIGIOSOS 1940-1950

Região do contestado – grupos religiosos – 1940-1950		
Religião	1940 (*)	1950 (**)
Católicos	61.157	140.980
Protestantes	4.170	14.583
Outros	947	2.546
Sem religião	69	599
Não declarada	648	95
Totais	66.994	160.072
Fonte: (*) AROUCHA (1953, p. 27) e (**) LOBO (1953, p. 85). Elaboração do Autor		

Embora pouco numerosos se comparado com o grupo católico, os protestantes proporcionalmente, cresceram bem mais que estes últimos. Estas observações sobre eles são importantes pois não seria de todo temerário considerar que Udelino sofreria uma certa influência deste protestantismo ao idealizar seu possível sonho de construir um Estado religioso. No entanto, saber a se esta influência de fato existiu exige uma pesquisa mais acurada que não cabe aqui desenvolver. Apenas estamos propondo pistas para investigação. Por outro lado, pelas descrições que temos de Udelino (Vilaça, 2007a e 2007b), nos leva a crer que ele se aproxima mais da figura de Thomaz Münzer do que de Antônio Conselheiro. Mais para um pastor protestante do que um líder messiânico católico. Católicos não estão acostumados a carregar a Bíblia o tempo todo como fazia Udelino. Católicos não falam em nome Jeovah, mas sim em nome de Deus. Porém, parece haver um certo sincretismo religioso no

imaginário de Udelino. São dúvidas que uma pesquisa mais acurada deveria responder. Devido a isso, nos pareceu necessário realizar um trabalho, mesmo que incompleto, que até agora nenhum estudo tentou realizar: mapear o perfil do camponês que esteve no Contestado e se envolveu nos conflitos. Como já nos referimos, muitos falam que o Contestado foi de terra de bandidos, de criminosos, gente da pior espécie que ali se dirigiram. Até que ponto estas afirmações, mesmo partindo de estudiosos esclarecidos, sem o saber, acabam justificando a violência que se abateu sobre eles? Até que ponto este não foi um estigma que se fixou na pele do camponês como se fosse uma marca que definiu a sua identidade social?

Os que vão chegando no Contestado são muitas famílias de camponeses com prole relativamente numerosa, como mostrou os censos de 1940 e 1950 (rever tabela 2). Em 1940, somando os grupos de idade de 0 a 9 anos (24.564 crianças) com o grupo de idade de 9 a 19 anos (16.274 adolescentes) temos um total de 40.838 pessoas nessas faixas, no total de 66.994. ou seja, quase 61% da população do Contestado era de crianças e adolescentes. Famílias numerosas em franco crescimento numa região recém-ocupada. Dez anos depois este perfil se altera muito pouco, os jovens na faixa de 0 a 19 anos perfaz 60% da população da região (96.646 sobre 160.072 habitantes)⁵³. Porém, o decisivo na discussão sobre se esta região se caracterizou como refúgio de criminosos é verificar se haveria ocorrências de roubos, crimes comuns, vicinais, por motivo fútil, os quais não aparecem nos relatórios de 1940 e 1950. Não há referências a este tipo de ocorrência naqueles relatórios. A ausência destes fatos, por dedução indicaria indiretamente, um ambiente de calma no Contestado. Excetuando as tensões sobre questões de divisas entre os dois estados, que parece ter ficado no passado, tanto Aroucha como Lobo apontam um desenvolvimento tranquilo da região. Neste aspecto, assim relata Lobo sobre a situação em 1950:

Apesar da exacerbação de ânimo que quase levou os capixabas e mineiros a uma luta armada, poucos anos atrás, hoje reina calma no setor em que mais iminente foi este choque armado entre as duas populações. Refiro-me a Barra de São Francisco e Mantena. [...] A harmonia reinante entre as principais autoridades teve reflexo benéfico entre as populações. Embora não se esqueçam as questões de limites e estejam prontas a defender seus supostos direitos até pela força, todavia vivem em paz e trocam entre elas as mais significativas demonstrações de respeito e, até, de cordialidade, em que não se relacione com o caso em questão. Esse ambiente de calma, ao meu ver, tem sido o principal estímulo ao progresso que se vem notando na

⁵³ É provável que na época, este seja o perfil da pirâmide etária do Brasil como um todo.

Zona, de 2 anos para cá. Hoje, quem quer que deseje trabalhar na lavoura, empregar capitais no comércio, etc. naquela região, já se dirige [sic] para lá sem o receio das lutas que se desenhavam próximas e inevitáveis para lhes perturbar o labor e a existência ou, o que seria pior, inutilizar os frutos desse trabalho e roubar-lhes a vida, trazendo para suas famílias, em vez de prosperidade, miséria e luto. (IBGE-LOBO, 1953, p. 53).

Portanto, os recenseadores, analisando os dados informam esta situação de tranquilidade na Região do Contestado. Eles particularizam a região de Mantenha e Barra de São Francisco, mas dão a entender que esta tranquilidade é extensivo a toda zona do Contestado. Se este fato se confirma, então como explicar esta imagem de que na região do Contestado grassou a violência, o desmando e a criminalidade, região considerada refúgio de criminosos?

Para responder a esta pergunta seria preciso ter nas mãos os dados sobre criminalidade na região, tanto no que se refere ao seu quantitativo como a sua natureza. Não há estatística sobre isso. Não sabemos quantos crimes foram cometidos neste período, que tipo de crime, por isso o que vamos tentar realizar são algumas inferências muito gerais.

Uma inferência que pode ser feita é verificar a situação da população desta região neste período (1940 e 1950) no que se refere a estrutura do emprego. Estamos trabalhando com a ideia de que o desemprego e a falta oportunidades para ganhar a vida tem forte correlação com a criminalidade.⁵⁴ Os dados da Tabela 4 (distribuição da população nos ramos de atividade) nos fornecem a seguintes indicações: para o ano de 1940 a taxa de desemprego nesta região foi de 15,43 % (6.548 “desempregadas” sobre 42.430 da PEA) e para o ano de 1950 cai para 6,08%.(6.341 “desempregadas” sobre 104.207 da PEA). Indicam taxas altas de desemprego e segundo nossa hipótese estaria incidindo sobre a criminalidade na região.

Porém, os dados da Tabela 4 nos fornecem elementos totais sem especificar a faixa etária e sexo. Só podemos chegar a uma situação próxima do real se desmembrarmos esta tabela em grupos de idade e sexo, como aparecem nos anexos 1, 2, 3, e 4 deste trabalho. Assim, entre os homens, dos 3.309 supostos “desempregados”, nada menos que 3.139 são crianças e adolescentes na faixa de

⁵⁴ Pesquisas recentes indicam esta correlação. Nesse sentido verificar as informações do NEV da Universidade de São Paulo. Sílvia Corrêa (Folha Online/NEV, 4-4-2004) articulista do noticiário citado informa que em São Paulo o desemprego é fator de criminalidade na forma de roubo de carros.

10 a 19 anos, e entre as mulheres, das 3.239 supostas “desempregadas”, 2.953 são crianças e adolescentes naquelas faixas. Subtraindo este contingente do grupo de desempregados teríamos um índice de desemprego irrisório de 0,74% (316 desempregados sobre a PEA de 42.430 pessoas), para 1940, nesta região. O mesmo acontece para o ano de 1950. Das 3.596 pessoas desempregadas do sexo masculino, 2.803 devem ser computados como crianças entre 10 a 14 anos e das 2.713 pessoas desempregadas do sexo feminino, 1.990 são crianças de 10 a 14 anos. Portanto este grupo de crianças deve ser retirado da categoria “desempregados”. Recalculando, a taxa de desemprego para o ano de 1950 na região do Contestado foi de 0,14%. (isto é, 1.516 pessoas desempregadas sobre o total da PEA de 104.207 pessoas). Estes índices ficam ainda mais reduzidos se levarmos em conta dois fatores os quais nem mencionamos aqui: estão inclusos nos “desempregados” idosos de acima de 70 anos que já não compõe a força de trabalho ativa. O segundo fator diz respeito a relativização do que significa trabalho no meio rural. Ali tanto mulheres como crianças trabalham na casa e na roça e, no entanto não são computados como tal.

Enfim, toda esta análise foi para mostrar que no Contestado a criminalidade não está ligada a questão do trabalho. Não há uma camada social desempregada, “ociosa” que seria fonte de violência. Então, estamos derrubando o mito de que as frentes pioneiras, (e especificamente a Região do Contestado que estamos analisando) foram ocupadas pelos aventureiros, os desbravadores desempregados que ansiosos para ganhar facilmente a vida, fazer fortuna da noite para o dia, usam de todos os meios nesta “terra de ninguém”.

A violência na fronteira tem uma característica peculiar. Não é uma violência qualquer, generalizada, uma criminalidade amorfa, embora isso ocorra em qualquer sociedade. Mas no Contestado a violência tem um alvo claramente definido: é contra o camponês posseiro que se encontra nas terras devolutas. Trata-se de uma violência de classe. Alí ocorreu, como se verá, mais adiante, um embate de classe, na luta pela terra, em que Udelino é apenas um dos personagens, embora catalisador e emblemático.

Os criminosos não estão entre a população pioneira que para ali se dirigem. Criminosos são as grandes empresas madeireiras que expulsam posseiros, grandes

latifundiários que expropriam a terra do posseiro. Porém o “discurso competente” inverte a realidade tomando a causa pela consequência, o criminoso se transforma em vítima.

Como se pode ver, a grande maioria passa longe daquela suposta criminalidade trazida pela população migrante. É verdade que entre eles possam vir junto, pistoleiros, matadores de aluguel, jagunços, foragidos da justiça etc. Mas este fato não faz da zona pioneira um antro de bandidos. Pelo contrário, a quase totalidade deles são trabalhadores que vieram de outras terras para tentar a vida nesta região pioneira. Boa parte deles vão se fixar na terra, constituído família, produzindo a vida a partir da terra. É o próprio José Guimarães Lobo que fica profundamente impressionado como na região pioneira do Contestado a vida é fértil em todos os sentidos: na plantação e na criação. Bananeiras que produzem 4 vezes mais do que o comum, cabras que reproduzem em dobro.⁵⁵ É esta população que vive numa economia de fartura e que talvez passa a ser um incômodo para a classe social interessada em exercer o domínio sobre vastas porções do Contestado. É esta população que ficou à margem da história e da História. É a história desses camponeses que está entrelaçada com a história de vida de Udelino, como veremos mais adiante.

Só recentemente começamos a entender quem são estes camponeses, o seu modo de vida, sua maneira de pensar, enfim entender a mentalidade deste homem simples como coloca Octavio Ianni (1975).

Face a face diante deste homem simples ficamos perplexos com sua fala e o sentido desta fala que muitas vezes interpretamos erroneamente a partir do nosso próprio

⁵⁵ Sobre esta fertilidade diz Lobo: “A terra compensa com generosidade impressionante todo o esforço do homem que a rasga e planta. É assombroso o que se vê com relação à sua ubertividade. Tive conhecimento e guardo documentação fotográfica de pé de mandioca de mais de 100 quilos, do qual uma só raiz pesou 38 quilos. As bananeiras, com frequência, dão mais de dois cachos em um pé só. Há casos de 4 cachos em uma bananeira. Houve quem me afirmasse que esse fenômeno não é resultante da exuberância do solo e sim de uma espécie de rara produtividade. É a primeira vez que tive a oportunidade de registrar a ocorrência e não estou em condições de opinar a respeito. As limeiras frutificam abundantemente, excedendo seus frutos o tamanho comum, sem perderem o seu característico e delicioso paladar. É um prazer saboreá-los, na época de junho a agosto. A fecundidade animal corre paradas com a do solo. As cabras dão, em geral, três crias, e, às vezes, quatro. As vacas, com frequência, têm partos de gêmeos e até de três bezerros, como se verifica em uma fotografia tirada por profissional merecedor de credibilidade. Até as éguas, embora com menos frequência, também presenteiam seus proprietários com dois filhos no mesmo parto. Os fatos acima narrados, a respeito de plantas e de animais, verifica-se na região do Alto Rio Negro, zona explorada largamente há muito tempo. Não se trata de terra virgem no recôndito das matas. Justamente por essas circunstâncias é que as ocorrências citadas são mais surpreendentes.” (IBGE,....1953, p. 47)

ponto de vista e a partir de nossos próprios valores. Na região do Contestado, um exemplo disso é quando Delegado especial do recenseamento de 1950, o já citado José Guimarães Lobo adverte seus recenseadores para ficarem atento no que o recenseando (no caso o camponês) está dizendo:

[...] É necessário um pouco de paciência e habilidade para inquiri-los a respeito. Do contrário, ficará uma confusão, um acêrvo de contradições, um labirinto do que não é possível sair. Eles, em geral, respondem o que estão pensando, que nós desejamos saber, e não o que estamos, de fato, perguntando. Têm uma linguagem toda especial, uma terminologia com acepção muito regional e esdrúxula, por vêzes, inteiramente diferente do seu real e verdadeiro sentido. Aqui é que é necessário muito cuidado e paciência para perceber o que nos estão informando, com sinceridade e conhecimento perfeito, porém a seu modo. (IBGE-LOBO, 1953, p. 12)

Lobo, no contato cotidiano com esta população conseguiu perceber de forma, ao mesmo tempo sensível, porém etnocêntrica. Compartilhamos com o camponês o mesmo solo brasileiro e a mesma língua, porém, ele tem “uma linguagem toda especial”. Historiadores, sociólogos, antropólogos e geógrafos muito preocupados com seus próprios conceitos acadêmicos deveriam seguir o exemplo de João Guimarães Rosa que soube captar esta linguagem sertaneja e transformá-la em obra de arte. O que Lobo está querendo dizer quando afirma que o camponês usa de uma terminologia com sentido regional e esdrúxula inteiramente diferente do seu *real e verdadeiro sentido* é que o significado que o camponês atribui as coisas é diferente daquele que nós atribuímos. Esta diferença não está apenas no significado das coisas, mas no próprio valor dos objetos, incluindo aí a terra. Esta diferente concepção sobre o uso da terra é muito recorrente quando se confrontam posseiros e latifundiários a qual está no centro dos conflitos entre ambos.

Na verdade, o que estamos tentando provar, dai a longa exposição sobre o quadro socioeconômico do Contestado, é que uma imensa área de terras devolutas passa a ser ocupada legitimamente pelos pequenos posseiros. Como ficou demonstrado, mas lembrando mais uma vez: 80% das terras do Contestado eram terras devolutas. Quem as ocupava em 1940? Não era o grande proprietário ou latifundiário. Também como ficou demonstrado: em 1940 essas terras eram ocupadas pela pequena propriedade. A partir da década de 1950, esta imensa área de terras devolutas passa a ser cobiçada por grandes latifundiários e empresas madeireiras, expulsando os posseiros. Veremos esta história no próximo capítulo.

CAPITULO 3. MOVIMENTOS NA FRENTE PIONEIRA

3.1. FAZENDA REZENDE 53 ANOS DEPOIS

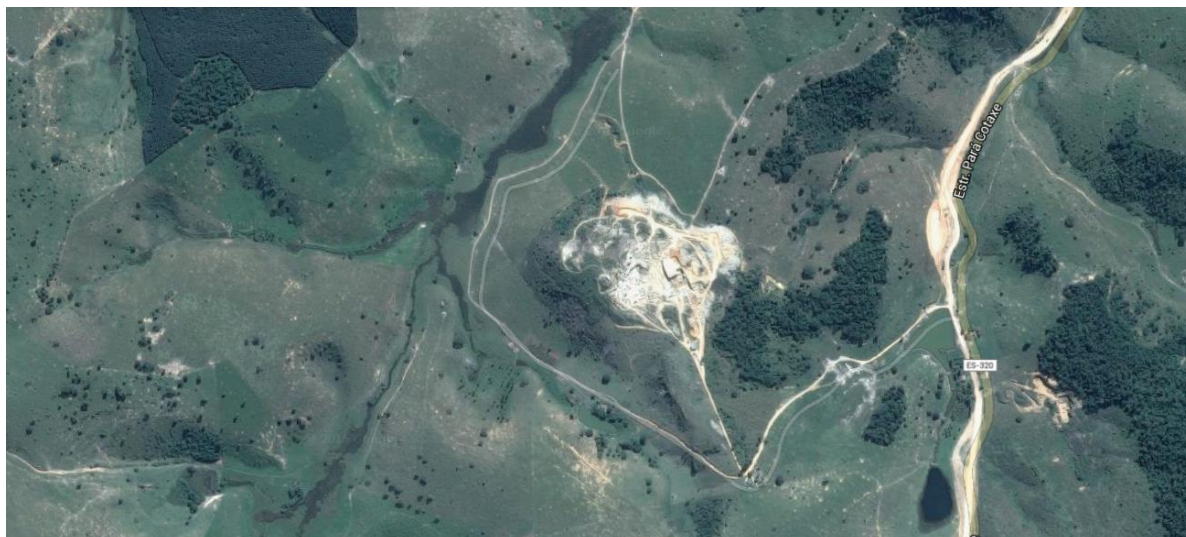
Neste capítulo vamos expor alguns dos principais conflitos que ocorreram na frente pioneira do noroeste do Espírito Santo. Vamos fazer uma descrição histórica dos conflitos que ocorreram particularmente em Ecoporanga em diferentes épocas (1953, 1957 e 1962) e em diferentes distritos (Cotaxé, Itapeba e Estrela do Norte). Nestes locais e nestas épocas ocorreram inúmeros conflitos envolvendo fazendeiros e seus jagunços, de um lado e famílias de posseiros do outro. Nesses conflitos, descreveremos também a participação da policia militar na ação de despejo das famílias de posseiros.

Embora a CPI de 1962 tenha dado mais destaque aos conflitos na Fazenda “Franquim” devido a intensa resistência dos posseiros e a atuação de militantes comunistas, vamos nos concentrar no que ocorreu na Fazenda Resende. Porém, quando for necessário, faremos referencia aos conflitos que ocorreram naquela fazenda. Esta escolha tem um caráter metodológico ligado a natureza das fontes históricas.

Foi nos arquivos do Fórum de Ecoporanga que encontramos processos na vara civil e criminal os quais então foram usados por nós como fontes históricas preciosas. Foi a partir desses processos e cotejando-os com outras fontes (CPIs, Jornais e livros⁵⁶) que procedemos a reconstrução histórica dos acontecimentos.

Assim, nestes arquivos não foi possível encontrar, na parte criminal, nada que se referisse ao grande embate entre policia e fazendeiros de um lado e posseiros do outro no Córrego do Limão. (vide mapa 5). Também não encontramos registros tanto de violências como de assassinatos na Fazenda “Franquim”. Por exemplo, não há nenhum Inquérito Policial e muito menos processo crime aberto contra aqueles que assassinaram inúmeros posseiros no Córrego do Limão. Também não há nenhum Inquérito Policial aberto para averiguar a tentativa de assassinato de Francisco Calazans Pinheiro (o “Chico Gato”) ocorridas em 1959.

⁵⁶ Aqueles já referenciados no capítulo 1. , principalmente DIAS (1984) e VILAÇA (2007a, 2007b e 2011).



Mapa 5 – Fazenda Menezes (Franquin-Lamartin) – Córrego do Limão

Uma hipótese levantada por nós é a de que tais processos estariam em Barra de São Francisco, pois até 1957, Ecoporanga estava sob a tutela desta comarca. Estivemos no Fórum de Barra de São Francisco em meados de 2014 e a informação lamentável que nos deram foi que os arquivos cartoriais (civil e criminal) ficaram todos eles debaixo d'água com a enchente que inundou o centro da cidade em 2013. Muitos papéis ainda estavam úmidos daquela enchente. A juíza na ocasião nos proibiu de acessar tais documentos com receio de que a manipulação dos mesmos iria danificá-los ainda mais. Não é preciso ser historiador ou especialista nos estudos do nosso patrimônio cultural para perceber o descaso que documentos de suma importância para a preservação da memória social sejam tratados dessa maneira pelo poder público.

Porém, nos arquivos do Fórum de Ecoporanga encontramos dois inquéritos policiais envolvendo assassinatos tanto de posseiros como de policiais na fazenda Rezende e vários processos civis envolvendo conflitos de terras na fazenda “Franquim”. Daí a escolha da Fazenda Rezende para fundamentar os propósitos do nosso trabalho.

Seria importante estudar exaustivamente os conflitos nas duas fazendas e fazer a análise comparativa entre ambas. Porém, isto demandaria um esforço e tempo do qual não dispúnhamos. Sabe-se oralmente que não houve conflito apenas nestas duas fazendas. Não só em Cotaxé, mas também em muitas outras localidades tais

como em Itapeva, Estrela do Norte, Imburana e Mucurici e mesmo em toda região que abarcava a comarca de Barra de São Francisco. Mesmo porque o nosso estudo não parte de uma análise quantitativa do fato. Não consideramos que a dedução a partir de uma generalização estatística e probabilística seja a mais correta para fatos históricos. Também não estamos dizendo que estes recursos não sejam importantes. Mas dependendo do caso, eles são aplicáveis e outros métodos de investigação são mais adequados. Um único caso, um único fato, um único ator social pode dizer mais sobre a realidade do que muitos números, evidentemente desde que não deixemos este caso, fato ou ator solto no espaço, mas pelo contrário procuramos fazer o rebatimento deles para o contexto histórico. Os acontecimentos na Fazenda Rezende se enquadram neste procedimento metodológico, que podemos chamar de micro-historia, ou historia pontual. Procurar entender o que aconteceu na Fazenda Rezende, uma historia única, singular, mas que, no entanto guarda certos traços de regularidade que se repetem através dos quais é possível buscar uma explicação histórica dos mesmos.

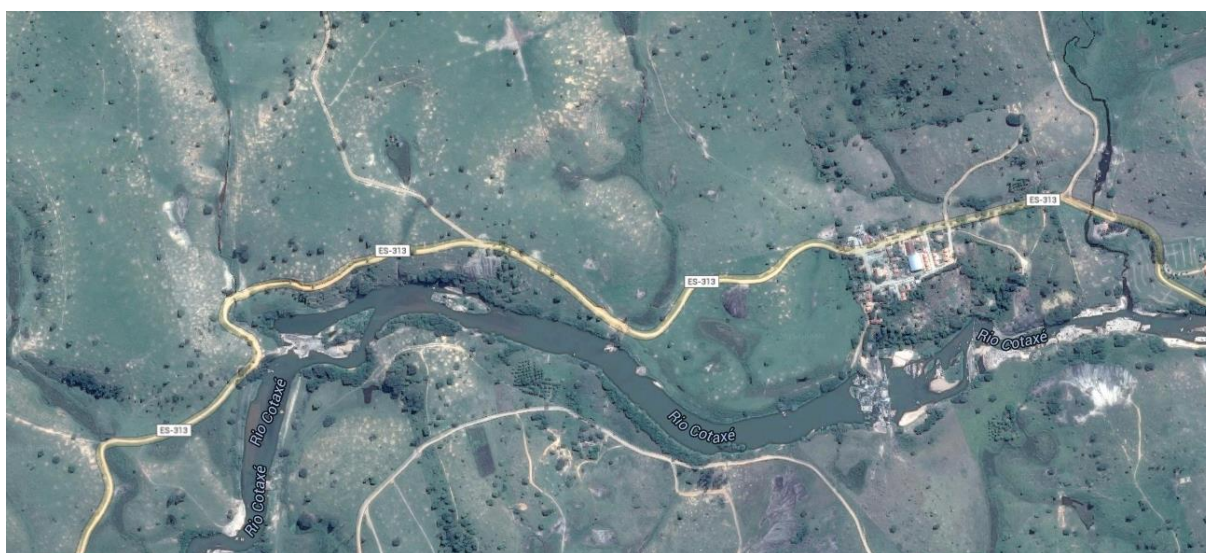
Embora a grande imprensa do Espírito Santo, especialmente “A Gazeta”⁵⁷ tenha dado visível destaque dos conflitos na Fazenda Rezende somente a partir de meados de abril de 1962, os conflitos envolvendo posseiros e fazendeiros nesta região noroeste do estado são bem mais antigos.

Pelo menos desde 1951 durante o governo Jones dos Santos Neves (1951-1955), o município de Mucurici, vizinho de Ecoporanga, foi cenário de intensos conflitos envolvendo violência do Estado contra posseiros, quando o chefe de polícia na época, José Parente Frota expulsou vários posseiros de uma propriedade próxima à Fazenda Rezende.

⁵⁷ Na “A Gazeta”, notícias sobre o conflito só começaram a ser publicadas em 25 de abril de 1962, portanto, 12 dias depois de iniciado os conflitos. Atualmente é impensável tal demora, pois dispomos de meios tais como Internet e celulares em que a mensagem chega quase que simultânea ao fato acontecido. Porém, mesmo para a época a notícia demorou a aparecer para o grande público. A suspeita é de que o Governador Carlos Monteiro Lindemberg, também dono do jornal procurou não dar maiores destaques aos conflitos agrários que estavam ocorrendo do noroeste do estado, ou quando o fez, falou em nome dos donos da terra, conforme acusa Luzimar Nogueira Dias. Outro grande jornal, “A Tribuna”, só faria uma serie de reportagens históricas, a partir de 23 de agosto de 1980, isto é, mais de 18 anos depois, justamente através dos jornalistas Luzimar Nogueira Dias e Ângelo Ziviani Zurlo, reportagens estas que deram base para a produção do livro “O massacre de Ecoporanga”, porém, aparecendo como autor apenas Luzimar Nogueira Dias.

No Governo Francisco Lacerda de Aguiar (1955-1959), o próprio dono da Fazenda Rezende, o Sr. Antonio Rezende esteve com o governador para se queixar dos “invasores”. A pedido do fazendeiro, o governador determinou ao secretário do interior na ocasião, José Fortunato Ribeiro, providências em relação ao caso. Providências essas que eram sinônimos de expulsão. De fato, o chefe de polícia na época, Humberto Paolielo, acionou a rádio patrulha também chamada de “captura” e com alguns soldados expulsaram cerca de 20 posseiros e suas respectivas famílias. Ainda no Governo Francisco Lacerda de Aguiar, a Fazenda Rezende foi ocupada militarmente pelo sargento Sebastião Loureiro e mais tarde, sob ameaça de invasão, para lá foi enviada a Delegacia de Capturas da Zona Norte, chefiada pelo capitão Moacyr Ciprestes. (DIAS, 1984, p. 20).

Em janeiro de 2015, quase 53 anos depois de ocorridos os acontecimentos trágicos de abril de 1962, fomos ver *in loco* onde se deram os conflitos. A fazenda Rezende, que na época era composta de 400 hectares, está localizada no povoado de Itapeba, mais precisamente fazendo divisa com o patrimônio de Estrela do Norte, distante aproximadamente 40 quilômetros da sede Ecoporanga. (vide mapa 6)



Mapa 6 – Fazenda Rezende e a Vila de Estrela do Norte.

Partindo-se da sede em direção norte, pela atual ES-313, à margem esquerda do rio do Norte (rio Cotaxé ou braço norte do rio São Mateus), atravessando-o, chega-se a fazenda, seguindo por uma pequena estrada de terra, interrompida vez ou outra por pequenos córregos e porteiras. Atualmente, neste trajeto, de ambos os lados da estrada, nas colinas, o que se observa é apenas uma imensidão monótona de

pastagens pontilhadas com pequenas áreas preservadas da mata atlântica. Um técnico do IDAF conversou longamente conosco e realizou um trabalho detalhado para uma empresa particular para descobrir em toda esta área que vai de Cotaxé, Imburana e Itapeva as nascentes, popularmente chamada de “olho d’água”. O trabalho aerofotográfico detectou muitos pontos de antigas construções dos posseiros.



Figura 5 – Fazenda Rezende – palco do conflito. Hoje apenas pasto.



Figura 6 – Fazenda Rezende – córrego da Precata.



Figura 7 – Restos da casa sede dos Rezendes.



Figura 8 – Do que restou do depósito de armas da fazenda de Abraão.

Nessa viagem, Paulino Leite, morador e conhecido poeta de Ecoporanga, autor de vários livros⁵⁸ sobre a história da região, se prestou generosamente em ser nosso guia. Profundo conhecedor da história da fazenda, além de outros dados históricos, informou-nos, sobre a situação jurídica da propriedade hoje:

Aqui o Valécio da Águia Branca comprou esta fazenda também, fez um campo de avião lá naquele alto lá, olha. Depois vendeu prá aquela empresa capixaba do finado Aufreu, Finado Aufreu foi dono disso aqui. Mas antes foi o velho Gilberto. Depois do Rezende foi o velho Gilberto... Gilberto Magalhães. Depois Gilberto Magalhães vendeu prá empresa Águia Branca.

⁵⁸ Seus livros mais conhecidos são: A História do Estrela do Norte na Fazenda Antonio Rezende, Editora Gráfica-escola Araça, Ecoporanga, 2007; Ecoporanga e suas raízes, Edit, Vitoria, 2004; O massacre de Cotaxe, Edit, Vitoria, 2001 e Raízes de Cotaxé, antiga Pedra da Viúva, 2015 (no prelo)

A Águia Branca trocou prá aquela empresa capixaba. Hoje está sendo em posse do Juarez Favarato. (LEITE, informação verbal, 2015)

Reconstruindo o histórico da Fazenda Rezende, o que Paulino Leite nos informou é a sequência de compra e venda da propriedade após a expulsão definitiva dos posseiros, em 1962. De lá para cá, ela passou pelas mãos de inúmeros proprietários preservando sua característica de latifúndio. A história da fazenda Rezende é um dentre muitas outras na porção na frente pioneira em que o processo foi a transformação da mata em lavoura de café ou pastagens e mais recentemente o eucalipto. Lutou-se muito pela detenção dessas terras e hoje a paisagem é um mar de capim verde mas estranhamente duro e seco, artificialmente plantado para consumo exclusivo do gado bovino. Foi o resultado de décadas de expansão da frente pioneira que aqui se concretiza mediante a consolidação da pecuária. Hoje, Ecoporanga detém o maior rebanho de gado bovino do estado. Enfim, o grande sonho do Sr. Antonio Rezende se realizou: a transformação de quase toda área da fazenda em pastagem. Mas não como ele desejava, isto é, com ele dentro. Outros vieram aqui e completaram o seu sonho. Sonho que se transformou em um pesadelo ecológico. A derrubada indiscriminada da Mata Atlântica e a introdução do pasto alteraram profundamente a paisagem: provocou a morte das nascentes, afetando o volume natural dos rios, o ciclo sazonal das chuvas e com isso o clima.

Na época duas concepções sobre o uso da terra esteve em jogo: terra para trabalho (dos posseiros) e terra para negócio (dos Rezendes). Em toda trágica história da expulsão dos posseiros a base que a fundamentou foi o processo de transformação destas terras em negócio rentável, seja através da plantação de café (o que ocorreu em algumas fazendas da região) ou seja através da produção de pastagens, que foi o caso da Fazenda Rezende.

Fazendo um giro de 360 graus a nossa volta, não se observa um palmo de outro cultivo que não seja o pasto a perder de vista. Pasto de capim da espécie braquiarião, o qual é bom para a pecuária, porém devasta o solo onde é plantado, nem mesmo as formigas conseguem conviver com ele, conforme moradores da região.⁵⁹ Esta transformação do que era a mata atlântica em pastagem não foi apenas um processo físico, mas envolveu um processo histórico político escrito a

⁵⁹ Trata-se de um capim “transgênico”, produzido em laboratório e graças a ele, segundo especialistas, foi possível introduzir o gado na Amazônia.

sangue e chumbo. Sobre quem tinha chegado primeiro nessas terras, se os posseiros ou o fazendeiro Rezende, Paulino Leite, informa que

Ele já estava...o Antonio Rezende já estava... que era o dono da fazenda... e os posseiros foram entrando nas matas... na época, os posseiros foram chegando. Vinham da Bahia, vinha de Minas Gerais. Podiam entrar na propriedade, porque era mata. Mata é posse, né. Chega na mata e tira a sua posse. Na época era assim. Não comprava. Não comprava né. Por exemplo, nós tem... agora morreu a pouco tempo... tinha aí um Zé Vermelho que a fazenda dele era posse. Ele tirou posse na época. (informação verbal, 2015)

Essa expressão “tirar posse” evidencia de alguma forma a tentativa do posseiro de legalização da propriedade indicando um aspecto ambíguo e contraditório no que se refere ao título de propriedade. Assim sendo, quanto da Fazenda Rezende era de fato legalizada com títulos passados em cartório e quanto era terra devoluta a qual o posseiro podia ocupar e “tirar a posse”? Essa é uma questão capital que será tratada mais adiante. Uma área ainda por desbravar, atraindo famílias de agricultores a procura de terras:

Muita terra... isso aqui é grande prá lá. Não tem saída prá lá. Naquela época tinha. Passava a pé... passava a cavalo, né... hoje não tem mais ... hoje não tem mais. [...]. Eu lembro muito bem que as histórias começou aqui com mineiro e baiano. Com mineiros e baianos que o Udelino trazia. Udelino mexia aqui na Bahia, ele era de lá né!. Bahia e Minas Gerais. [Falavam que aqui as terras podiam ser ocupadas?]. Exatamente, as matas estavam boas de se apossear e aí criar seus filhos. E assim foi a historia. (LEITE, 2015)

Passamos, com muito cuidado, pois o carro poderia despencar ladeira abaixo, beirando um rochedo de onde se avistava deste ponto o pasto e o Rio do Norte mais adiante. Paulino Leite apontou o dedo para uma espécie de mina dizendo

Aqui ó, esta grotinha aqui, na época era onde jogava o pessoal aqui que eles matavam. Aqui ó... entendeu? Urubu rodava aí em cima das mortes... esta grotinha aqui.. E tudo isso desapareceu. Sessenta anos atrás... não resta nada mais daquele tempo até agora. Pra gente ver o sinal de alguma coisa está muito difícil, acabaram com tudo. Quem vive hoje, esses alunos, eles não sabem o que aconteceu na época né. Então a gente escreve por isso. Prá não ficar esquecido. (informação verbal, 2015)

O acesso a grotinha só podia ser feito a pé pois ficava escondida entre pois morros. Até hoje paira dúvida sobre quantos posseiros foram mortos naquele evento. Mas as informações de Paulino Leite conferem quanto ao local (vide figura 9). Ficaram registrados na memória coletiva⁶⁰ do local os assassinatos de posseiros e o

⁶⁰ Estamos utilizando o termo o sentido dado por Halbwacs (1968)

desaparecimento dos seus corpos. Mulheres procuraram seus maridos que nunca foram encontrados.



Figura 9 – nesses morros os corpos foram enterrados.

Seguimos pela estrada de terra, sinuosa e repleta de pedregulhos e do topo de uma colina de cerca de uns 100 metros de altura se avista lá embaixo o Rio do Norte serpenteado o vale. Apesar da beleza do rio percebem-se nítidos sinais de assoreamento, despontado um banco de areia bem no centro do seu leito dividindo-o ao meio. Não só ali, mas em vários trechos do rio despontam inúmeros bancos de areia. Essa degradação do rio já deve ser muito antigo pois o maior deles se transformou numa ilha com árvores de porte médio. Indagamos a Paulino Leite, que passou a sua infância vivenciando o rio do Norte, se este rio sempre foi assim tão raso. E Paulino Leite assim se expressa sobre o rio.

Nada!...esse era rio que só vivia cheio rapaz! Aqui tem história...Aqui tem história...Aqui eles falavam que tinha aqui até um tal de *cabloquinho* dentro desse rio. Cabloquinho d'água pegava as pessoas. [...]. Eles falavam que era um hominho, um hominho forte que ficava no fundo da água, nos poços mais fundo e pegava as pessoas, as pessoas sumiam. Porque isso [apontando o dedo para o rio] não andava vazio assim não. Chovia muito... só vivia cheio. A gente prá atravessar esse rio... não tinha ponte né, punha os animais prá nadar, puxado na canoa. Quantos animais a gente não atravessou puxando na canoa agarrado no cabresto! Demorou muito prá gente ter ponte aqui... esta aqui e a de Cotaxé. (informação verbal, 2015).

Cabe lembrar que 2014 foi o ano da crise de abastecimento de água não só em São Paulo, com níveis de reserva baixíssimos da represa Guarapiranga, como também em Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em janeiro de 2015, em plena crise do abastecimento da água estivemos conversando com o Secretário do Meio Ambiente

da Prefeitura de Ecoporanga sobre esse assunto. Nesta conversa nos informou que a espantosa diminuição do volume de água nos rios da região tem como causa a transformação de áreas de mata em pastagens. Possesiros foram expulsos para dar lugar as pastagens, na década de 1960, cujo caso exemplar é essa Fazenda Rezende. A preocupação com a degradação do meio ambiente é relativamente recente e na década de 1960 esta questão não era posta. Porém, há uma profunda conexão entre a expulsão dos possesiros e a degradação do meio ambiente. Pasto não retém água como o faz a mata ciliar. O tema que estamos estudando, os conflitos sociais agrários da década de 1960, acabaram, pela “vitória” dos fazendeiros pecuaristas, produzindo hoje problemas socioambientais. Nesta história todos saíram perdendo. Todos no sentido da sociedade como um todo. O prejuízo é social, coletivo, mas o lucro é privado, individual.

Como em outros setores, não é possível fazer previsões, porém, o que é legítimo perguntar é se a agricultura familiar dos possesiros se efetivasse a história não seria outra? Longe de ser coisa do passado, a reflexão histórica do que aconteceu na Fazenda Rezende atualiza temas do presente tais como a preocupação em implementar uma economia sustentável e de se optar por uma agricultura que agrida menos o meio ambiente, ou que não a agrida de forma alguma, e neste caso tente sua recuperação, como é o caso da agricultura orgânica.

Margeando ainda o rio do Norte, passamos por um pequeno riacho, tomado pelo mato, quase extinto, teimando em sobreviver, cuja nascente vem de um pequeno morro (vide figura 6). Esse é o córrego da Precata onde em 1962, Antonio Rezende sofreu um atentado. O local é ideal para tocaia por dois motivos: primeiro, seja de carro, a cavalo ou a pé, quem passava por aqui tinha que parar e descer (no caso de estar a cavalo ou de carro) por alguns minutos para abrir a porteira, momento então ideal para o franco atirador disparar e segundo, havia na época, muita mata e moitas em volta, onde o atirador ou atiradores ficavam posicionados, praticamente invisíveis.

Seguindo fazenda adentro cerca de dois quilômetros adiante, quase na divisa do patrimônio de Estrela do Norte, numa pequena elevação a uns 200 metros da margem do rio, com muito custo conseguimos visualizar no chão alguns poucos tijolos do que outrora fora a fundação da casa-sede da Fazenda Rezende. (vide

figura 7). Esta fora construída num local estratégico: quase no topo de uma colina, suficientemente distante da margem do rio para evitar possíveis enchentes, mas também suficientemente perto do rio que permitia o acesso à água. Em termos de visão panorâmica, dali se podia ver tanto quem se aproximava da sede pelo rio como quem se aproximava dela pela estrada. Difícil imaginar que algum dia neste local existiu uma grande casa-sede de fazenda. Mas restos de tijolos utilizados naquele período, do tipo maciço e não os modernamente furados, tipo lajota, e vigas cobertas pelo capim, não deixam dúvida que ali houve uma casa de proporções razoáveis. Mas muito do que existiu ficou soterrado a sete palmos do chão coberto pelo capim. O pasto que o fazendeiro mandou plantar “comeu” sua própria casa. (vide figura 5 e 7).

Já fora da Fazenda Rezende, passamos pelo Patrimônio de Estrela do Norte e seguindo em frente pouco mais de meio quilometro subimos uma colina ainda mais alta daquela onde ficava a sede da fazenda Rezende (provavelmente um 100 metros acima) e chegamos ao que restou da casa-sede da fazenda do Sr. Abrão. Aqui, da mesma forma que a sede da Fazenda Rezende só se pode observar restos da antiga construção.

Destacando da paisagem uma construção retangular, subindo na vertical, supostamente, restos de uma caixa d'água, de aproximadamente 8 a 10 metros de altura, ladeada por coqueiros e pés de caju e siriguela. Há apenas vestígios da casa principal, bem grande, para os padrões da época. Foi aos poucos engolida por uma enorme seringueira, que pelo tamanho, poderia ter mais de 50 anos, mas seguramente menos que 60, pois exatamente ali estava a casa do fazendeiro Abrão. (vide figura 8).

Fazemos destaque desta casa-sede, pois, na fala das pessoas que moram na região, coletamos a informação de que era aqui que os armamentos e munição da policia e dos jagunços eram armazenados para serem prontamente utilizados nos conflitos de 1962. Fato jamais narrado tanto na CPI ou em qualquer outro documento. O motivo de esta casa ter sido escolhida para este fim não podemos saber, mas aventamos a hipótese de (além da proximidade estratégica da Fazenda Rezende, o que é óbvio) uma aliança entre proprietários. A suposta ameaça dos posseiros da Fazenda Rezende poderia se estender para propriedades vizinhas.

Quase nada restou também dessa casa-sede, senão restos de sua fundação. À sombra da seringueira se vê um enorme cocho para alimentar o gado, construído ali quando a fazenda foi toda transformada em pastagens. Também aqui o gado introduzido na propriedade “comeu” a própria casa-sede. Qual a importância da descrição da visita que fizemos na fazenda Rezende? A importância reside no fato de que esta fazenda foi o palco de muitas lutas, com mortes de ambos os lados: onde posseiros e soldados foram mortos. Um dos registros foi a morte do soldado Brum.

3.2. A MORTE DO SOLDADO BRUM (O QUE O INQUÉRITO POLICIAL REVELA E OCULTA)

A partir desse ponto, fizemos o retorno para a fazenda Rezende e nos dirigimos no local onde o Soldado Brum⁶¹ foi morto pelos posseiros. Fomos a pé, seguindo do rio em direção a uma nascente. Mas aqui também só encontramos uma pequena cachoeira saída da rocha teimando em sobreviver. Nenhuma mata em volta, nem mesmo vestígios de tocos de árvores intensamente arrancadas pelas madeiras que devastaram essa região.

Pelos relatos, neste local, existia muita mata onde os posseiros se escondiam para fugir da polícia ou para atirar neles. Moitas de capim alta faziam a divisão entre a mata e a clareira aberta pelos posseiros para fazerem suas casas. Foram das moitas que saíram os disparos que mataram o soldado Brum.

O local era exatamente este, difícil imaginar hoje, onde estaria a mata, pois tudo ali é hoje um descampado de pasto. Igualmente, é impossível imaginar hoje de onde os tiros partiram, pois a mata não existe mais. As casas dos posseiros construídas de palha, madeira e barro foram consumidas, na época, pelo fogo atado pelos policiais, sem deixar vestígios. Em outros pontos da fazenda restam ainda destroços de casas de alvenaria, mas que não nos permite afirmar que foram de famílias de

⁶¹ Foi instaurado Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar a morte do soldado, três dias depois, em 16 de abril de 1962,. O então comandante geral da polícia militar do estado do Espírito Santo, Tercio de Moraes e Souza, mediante portaria, (14/62-SEOC) determina a abertura de Inquérito policial militar, ficando o Major Aristides Pereira Martins encarregado de presidir o mesmo. Para facilitar a exposição vamos fazer referência a este inquérito como IPM-BRUM-1962.

posseiros. Provavelmente não. Mereceria um trabalho arqueológico para resgatar a memória dessas construções.

Vamos historiar esta morte do soldado Brum⁶² porque ela marca um dos momentos importantes do conflito. A reconstrução toma como base as informações que aparecem no IPM-BRUM-1962, na CPI de 1962⁶³, nos relatos verbais de alguns moradores que ainda guardam na memória as histórias de que ouviram falar sobre os conflitos.

Notícias sobre os acontecimentos apareceram nos jornais da época⁶⁴. A Gazeta com o título de reportagem: “**Sem qualquer violência policial ordem é reestabelecida em Ecoporanga**”, na edição de 25 de abril de 1962, dá visível destaque do assassinato do soldado Brum e ferimentos de civis como clara manifestação de distúrbio social provocado pelas invasões de terra. Porém, outros jornalistas, inclusive um⁶⁵ que acompanhou pessoalmente a CPI-1962 que se deslocou para Ecoporanga dão outra versão dos fatos. A o modo como a imprensa relatou diferenciadamente os acontecimentos na época também constitui fonte documental preciosa.

Não apenas textos de reportagem, mas também fotos e até depoimentos dos próprios jornalistas, embora bastante reduzidos, forma um significativo material histórico. Porém, para o caso específico da morte do soldado Brum, a principal fonte impressa é o Inquérito Policial Militar (IPM BRUM-1962), já citado em nota.

Conforme se viu, nesta região, a atmosfera social e política já se encontravam muito tensa há décadas. Com registros comprovados, já existiam conflitos entre posseiros e fazendeiros desde princípios de 1950 e é provável que até antes (década de 30 e

⁶² Há certa indefinição sobre a correta grafia do nome do soldado Brum. Tanto na CPI aberta em 1961, como no IPM instaurado pela delegacia de Ecoporanga em 1962, bem como em Dias (1984), seu nome aparece grafado tanto como Alnizio Brum como Olmizio Brum, Almizio Brum e até Ormy Brum, como no radio telegrama do Juiz Waldir Vitral, em 14 de abril de 1962 e a notícia na Gazeta de 25 de Abril de 1962. Em alguns documentos, aparece corretamente o seu segundo sobrenome: “da Silva”, por exemplo, no IPM de 1962, folha de abertura e auto de exame cadavérico. Mas, pelo contexto narrado de forma recorrente, (sobre um soldado morto no dia 13 de abril de 1962 na fazenda Rezende) não há dúvida de que se trata da mesma pessoa.

⁶³ Na verdade esta CPI foi aberta em 1961, mas passou a funcionar de fato em 1962. Por isso preferimos fazer referência a ela como CPI-1962. Não confundir com IPM-BRUM-1962.

⁶⁴ Gazeta, edição de 25 de abril de 1962.

⁶⁵ Ailton Gouveia jornalista que acompanhou a CPI

40 entre madeireiras e posseiros)⁶⁶ . e dez anos depois, em dezembro de 1961 quando houve, nas duas ocasiões citadas, várias expulsões de famílias de posseiros da fazenda. Desde estas épocas, constantes “diligências” eram realizadas pela polícia para queimar as casas dos posseiros e expulsá-los. Atualmente o termo “diligência policial” é empregado de forma generalizada, pela polícia, imprensa, população, tendo o sentido comum de verificação policial de um local, de um fato, de uma denúncia. Naquela época, este sentido também se refere a uma verificação de “invasões” na fazenda. Porém, a “diligência” era formada por um grupo de soldados especiais, a “captura”, vindos de fora da região, não se submetendo a autoridade local e respondendo diretamente a autoridade superior do secretário do Interior e Justiça, na época, o General Darcy Pacheco de Queiroz.

Naquela sexta-feira, 13 de abril de 1962 não foi diferente. Pelo que se percebe, a tal “diligência” que o delegado Jadir Rezende, mais os 16 soldados (dentre eles o soldado Brum) pretendia fazer era sistematicamente expulsar os posseiros da fazenda. Em alguns depoimentos de posseiros há a informação de que eles não estavam nem sabendo dessa intenção da polícia e nem estavam preparados para o confronto. Mas tudo dá a entender que os posseiros se armaram para estabelecer uma resistência, embora não organizada, ao despejo. De qualquer forma, a ação do delegado foi uma catástrofe, pois literalmente, o “tiro saiu pela culatra”.

Ou a polícia estava despreparada para este tipo de “diligência” ou estava muito autoconfiante, ou as duas coisas. A “captura” tinha a estratégia de ir “batendo” a área da fazenda dividindo o destacamento em grupo de 2 a 3 soldados, forma tática comumente adotada pela polícia quando se tratava de fazer uma “varredura” no local, conforme a descrição generalizada dos policiais. Segue abaixo uma narrativa resumida do dia da morte do soldado Brum baseada na fala da polícia (soldado Abelar, delegado Jadir e demais soldados do destacamento). Lembramos que o fato está sendo narrado do ponto de vista da polícia.

⁶⁶ Encontramos muitos registros desse tipo de conflito no Fórum de Coporanga, porém só a partir de 1955, quando ele passa a funcionar autonomamente, visto que antes desta data a jurisdição da área que estamos estudando ficava no município de Barra de São Francisco. Estivemos em janeiro de 2015 no Fórum de Barra de São Francisco, mas não foi possível acessar seus arquivos. A informação recebida foi de que os processos que ficavam nos arquivos do Fórum perto da praça principal estão aguardando restauração ou se perderam definitivamente pelos estragos provocados pela enchente que acometeu a cidade em 2013. Na ocasião, salas inteiras ficaram debaixo d’água.

Depois de atravessarem o rio Cotaxé, já averiguando as casas dos posseiros, Brum e Abelar se adiantaram em relação ao destacamento e, (segundo a versão de Abelar, que se verá adiante), no momento em que estavam conversando com uma senhora acompanhada de uma filha, ao largo de um terreiro, receberam tiros que veio de uma moita próxima uns 20 metros. Caiu morto o soldado Brum e ferido o soldado Abelar. Seguiram-se tiros de ambos os lados, ferindo também a mulher e a filha.

Quando fizemos a pesquisa de campo (em 2014) para verificar especificamente este fato foi impossível encontrar testemunhas vivas pelo menos na região. O que não seria de todo impossível, pois a mulher e as filhas baleadas estavam na época com 24 e 6 anos de idade estando hoje (2015) com 77 e 59 anos respectivamente. Face a isso, um outro recurso foi a árdua tarefa de pesquisar nos arquivos do Fórum de Ecoporanga. Felizmente, encontramos um documento como fonte preciosa que é o Inquérito policial militar, já mencionado. Vamos analisá-lo em detalhe e extrair dele algumas informações importantes.

O inquérito policial como peça de informação para a reconstrução histórica é muito rico em informações. Porém devemos ter o cuidado necessário e fazer a crítica a esse tipo de fonte, conforme orienta Bacellar (2011 pp. 23-80). Primeiro, porque muitas vezes, pelo evidente receio de se incriminar diante da justiça e receber punições ou com receio de incriminar terceiros envolvidos e receber posteriores represálias (inclusive com ameaça de morte ou a “queima de arquivo” de fato), a testemunha prefere ocultar fatos que poderiam elucidar o caso. Aqui a lei do silêncio fala mais alto. Segundo, este tipo de inquérito policial tende a favorecer a versão dada pela própria polícia. E neste caso a escolha de testemunhas se faz a partir do que a polícia quer incriminar ou inocentar.

Nesse caso, o que se deve perguntar é quanto aos critérios utilizados para definir quais são as pessoas que são relevantes enquanto testemunhas para elucidar o caso. Como se trata de um processo na fase do inquérito policial, não há, evidentemente testemunhas de defesa e acusação. O sentido de qualquer inquérito (seja civil ou militar) tem como fundamento o processo investigativo. Descobrir o autor ou autores do crime. É isto que teoricamente nos ensina a ciência do direito e nas academias de polícia. Há um ritual que segue uma obediência aos

procedimentos jurídicos sacramentados pelas leis que confere uma dimensão de neutralidade da investigação.

Porém há um lado oculto em todo procedimento jurídico que ocultando ele revela. Ou seja, no seu ritual, o Inquérito ao se pretender neutro na forma, se mostrou parcial no seu conteúdo. O que observamos foi que o Inquérito (IPM-BRUM,1962), no seu todo e principalmente na sua fase inicial parecia mais uma peça político ideológica para incriminar a ação dos posseiros e políticos (que supostamente estariam estimulando aqueles para ocuparem as terras da fazenda Rezende) do que descobrir quem matou o Soldado Brum. Mais do que isso, ele acabou se transformando em um instrumento de intimidação e de ameaça a integridade física dos envolvidos no conflito, particularmente contra os posseiros, políticos simpatizantes a causa deles. Foi o caso do vereador Altamiro Felisberto Teixeira, coagido a depor de portas fechadas na delegacia. Ameaçado de morte por capangas do prefeito na época, se negou inclusive a depor na CPI de 1962. Como se pode ver, tem que se posicionar de fora do inquérito para entender a sua natureza.

O Inquérito ouviu ao todo 25 testemunhas, sendo 9 policiais (tenente Jadir Resende, delegado responsável pela operação; Aristides Abelar da Cunha, o soldado ferido; Rui Coelho de Faria, José Teodoro de Souza, Ailton Pereira dos Santos, Juvenil Batista da Silva, João de Souza Pimenta, Jones Luiz de Oliveira Brito e Enock Santos Galvão, este último escrivão de polícia), 8 posseiros (Antonio Augusto Rodrigues. David Afonso de Oliveira, João Honorato, Afonso Ferreira Castilho. José Batista da Silva, Alcino Leite de Almeida, Valdemir Capixo e Orlando Noia Rubim), 1 dona de casa esposa de posseiro (Celina Alves de Souza, esposa de Orlando Noia Rubim), 1 vereador (Altamiro Felisberto Teixeira), 3 grandes fazendeiros (José Alberto Rezende dos Santos, irmão do dono da fazenda Rezende; Lamartine Loureiro dono da fazenda em Cotaxé onde ocorreu outro grande conflito e Antonio Lopes de Souza), 3 lavradores não posseiros (Joel Cassiano, João José Reis e Sebastião Leopoldino de Souza).

No entanto, ao longo de um mês de investigações entre prisões e tomadas de depoimento, o próprio inquérito vai se transformando e o relatório final escrito pelo Major Aristides Pereira Martins, tem um desfecho surpreendente. O major, citando o

depoimento de David Afonso de Oliveira, acaba reconhecendo que a origem de todo conflito é a fome. Retornaremos a este relatório final mais adiante. Visto isso, voltemos ao conteúdo do inquérito, principalmente na composição das pessoas que foram chamadas a depor.

O destacamento que adentrou na Fazenda Rezende era composto de 16 soldados (incluindo aí o soldado Brum) e mais o Tenente delegado Jadir Rezende. Portanto 17 militares. Nem todos foram chamados a testemunhar. Subtraindo o soldado morto, restam 16 dos quais apenas 6 (dentre eles o próprio delegado Jadir e o soldado ferido Aristides Abelar) foram chamados a depor, ficando os outros 10 de fora. Dos 9 policiais que depuseram, 3 não participaram da ação,

A pergunta que se faz é: porque 10 soldados que participaram diretamente da ação (supostamente testemunhas oculares do crime), não foram chamadas para depor e outros três que não participaram foram chamados? No que se refere aos 10 ausentes podemos apenas supor que para os que estavam conduzindo o inquérito eles não fossem relevantes para elucidar o crime, seja por que estavam longe do local, seja pela não percepção mais precisa do que tinha ocorrido.

Porém os motivos da convocação dos outros 3 policiais parecem ser estes que vamos descrever. Rui Coelho de Faria e José Teodoro de Souza são muito próximo dos posseiros. Em expulsões anteriores, ambos ampararam famílias de posseiros deixadas ao relento. José Teodoro será chamado a depor uma segunda vez acusado de fornecer balas para um suposto fuzil encontrado nas mãos de um outro posseiro. Fato que será narrado mais além. Por outro lado, o depoimento de Rui Coelho também incrimina o líder dos posseiros, Davi Afonso de Oliveira como invasor de terras e que o sentido da invasão não era para plantar, mas para revender as terras invadidas. (IPM-BRUM,1962, fl. 28). Mais estranho ainda é o depoimento do escrivão da própria delegacia, Enock Santos Galvão que acusa o deputado João Corsino de incentivar os posseiros a invadirem as terras da Fazenda Rezende assegurando a eles que são terras do Estado. Estranho não pelo conteúdo da acusação, mas por ele nem ter feito parte do destacamento que foi à fazenda e por ele ser o próprio escrivão da polícia.

Como se pode ver, na maioria das declarações dos soldados comandados, havia mais o cuidado, a preocupação em justificar a ação violenta da polícia do que relatar o que ocorreu de fato, embora houvesse também a descrição da ação em si, porém, evidentemente, descrição esta sempre do ponto de vista da polícia. Mas no caso do delegado Jadir Rezende que comandou a operação havia uma justificação de que estavam agindo corretamente pois estavam expulsando “invasores” de uma terra legalmente constituída, mas para se resguardar, completava: sempre acompanhado pelos proprietários. “A pedido do proprietário fizeram demolir seis barracas recém-construídas” (IPM-BRUM 1962, fl. 11) No entanto, por mais que haja um patrulhamento ideológico no ato de testemunhar, sempre escapa um ou outro fato em que o “oculto” vem a tona. Como por exemplo, no depoimento do soldado Ailton Pereira dos Santos narrando que num dos momentos da “diligência”

[...] o Tenente Jadir se encontravam dois irmãos do proprietário da Fazenda, procuradores e defendendo os interesses do mesmo; que os irmãos do proprietário demoliram, assistidos pelo Tenente Jadir e as praças, umas seis barracas. (IPM-BRUM, 1962, fl.28)

Fica ambíguo o termo “assistidos”, não sabendo se referia a ação de observar ou de ajudar. De qualquer forma, o soldado relatou algo grave: os supostos proprietários-procuradores fazendo justiça com as próprias mãos.

Outro grupo de testemunhas tem a finalidade não de descobrir e incriminar o posseiro autor da morte do Soldado Brum mas sim de caracterizar a ação dos posseiros como um bando de vândalos perigosos instruídos por políticos interessados em angariar votos junto aos pequenos agricultores (posseiros ou não) na disputa das eleições de outubro de 1962. O objetivo maior era incriminar o deputado João Corsino e Altamiro Felisberto Teixeira (“Tatá”) acusando-os abertamente como os incentivadores e, portanto os principais responsáveis pelas invasões. Seriam pois, os mentores intelectuais do movimento. Nesta categoria estão os testemunhos de todos os grandes fazendeiros depoentes: José Alberto Rezende dos Santos (irmão de Antonio Rezende), Lamartine Loureiro, Antonio Lopes de Souza e dos 3 lavradores não posseiros.

E finalmente, no depoimento dos posseiros, a polícia não consegue provar a participação direta ou indireta deles. Exceto no caso de Orlando Noia Rubim pego

com o fuzil do próprio Brum e com um facão supostamente de propriedade de Antonio Rezende.

Na verdade, a seleção não é isenta de juízos de valor. O que nos foi possível constatar é que no final das investigações quando a polícia percebeu que estava cada vez mais difícil descobrir o autor ou autores da morte do soldado Brum, (como de fato nunca se chegou), passou a convocar e trazer para testemunhar pessoas cujas declarações apontassem, de uma forma ou de outra, claramente para um autor. A polícia queria buscar um culpado e utilizou até meios de tortura para extrair a confissão de alguns, conforme depoimento de Orlando Noia Rubim, que veremos mais adiante. Não há dúvida que foi um posseiro que matou o soldado Brum. Mas quem?

Na busca de resultados mais concretos, a polícia procurou por testemunhas dispostas a dizer quem era o culpado. É o caso do depoimento incriminador da dona de casa, Celina Alves de Souza, instruída pelo próprio delegado Jadir Rezende para depor. Em carta, sem data definida, mas presumivelmente de 24 de abril de 1962 (dia da tomada de depoimento dela, na delegacia de Ecoporanga) o delegado Jadir Rezende envia um telegrama para Vitoria, ao Major Aristides Pereira Martins encarregado do IPM, informando que

Tendo-se apresentado nesta delegacia a senhora Celina Alves de Souza alegando que queria esclarecer quem fora o autor da morte de que foi vítima o soldado Alnizio Brum da Silva, foi da mesma tomada as declarações presenciada por três pessoas Idôneas. A mesma acusa indivíduo conhecido por Zezinho, já detido pela polícia, encontrado-se o mesmo a disposição de V.S. cujo nome José Batista da Silva, tendo o mesmo já prestado declarações a V.S. Saudações. Tem. Jadir Rezende. Delegacia de Ecoporanga (IPM-BRUM, 1961. fl.35)

Pelo conteúdo do telegrama acima, “Zezinho” o suposto assassino já estaria preso, sem, no entanto ter uma prova concreta dele na participação do crime. Prisões arbitrárias e torturas para que revelassem companheiros participantes nos conflitos foi a tônica contra posseiros, neste período, tal como ocorrera neste mesmo episódio com David Afonso de Oliveira e Orlando Noia Rubim. O depoimento de Celina Alves de Souza é mais esclarecedor e dá outros elementos que a levam a suspeitar e a declarar que “Zezinho” era o autor do crime:

Encontrava-se residindo distante de onde se deu o crime de que foi vítima o soldado Alnizio, cerca de um (1) quilômetro; que após o fato delituoso, a

declarante teve conhecimento que fôra autor da morte do soldado ALNÍZIO, o indivíduo conhecido por “Zézinho”; que após o ocorrido, o marido [Orlando Noia Rubim] da declarante tendo ido ao local onde se dera o crime, ali se encontrou com “Zezinho” e este procurando avistar-se com o marido da declarante, lhe fez a entrega de um fuzil alegando que não sabia manejar dita arma e que o mesmo marido da declarante que sabia, ficasse com a posse da arma, como a arma estava descarregada, ali apareceu JOSÉ TEODORO, Ex-soldado e forneceu-lhe dez (10) cartuchos para municiar a arma, ficando essa já municada em poder do marido da declarante, este se dirigiu ao povoado de Estrela do Norte, a fim de comprar açúcar, tendo sido ali prêso, pela polícia, com a arma em seu poder; que a declarante não assistiu quando “Zézinho” cometeu o crime, mas teve conhecimento por intermédio da própria esposa do mesmo “Zézinho” sendo público e notório no meio dos demais ali, que fora o autor do crime o indivíduo conhecido por “Zézinho”; a declarante não o conhece, mas passa a descrevê-lo por informações: Sendo um homem de estatura mediana, com duas coroas de ouro, olhos vermelhos, de côr rôxa ou moreno, tem a certeza que o mesmo foi também foi detido pela polícia, quando o mesmo cortava uma moita de arrôz, abaixo de onde foi assassinado o soldado ALNIZIO BRUM DA SILVA. (IPM-BRUM, fl. 36-36 verso).

Cabe notar neste depoimento de Celina dois fatos relevantes. Primeiro, o marido, (como se constatou pela comparação dos depoimentos), é o próprio Orlando Noia Rubim, que se encontrava preso naquele exato momento na delegacia onde estavam sendo tomadas as declarações de Celina. Esclarecemos que Orlando foi preso, sendo um dos acusados pelo assassinato do soldado. Contudo, em nenhum momento da declaração de Celina, como se pode ver acima, há a informação de que seu marido é Orlando. É verdade que no formulário da polícia (“Termo de declaração que presta”) também não consta um campo específico onde se poderia assinalar o “nome do cônjuge”, mas apenas havia um campo: “estado civil”. Assim, parece que inconscientemente Celina não menciona o nome de seu marido Orlando Noia Rubim, em nenhum momento do depoimento, para não complicar mais ainda a sua situação de preso. Isso nos leva ao segundo ponto: suspeitamos que ela acusa “Zézinho” como o autor do assassinado, mas sem provas (não viu de fato ele atirando, mas ouviu dizer), para livrar o marido da cadeia.

Esta suspeita é confirmada com o depoimento do marido. O depoimento de Orlando Noia Rubim tem toda a característica de autodefesa: para se livrar da acusação da polícia, incrimina outros posseiros pelo assassinato do soldado Brum. Estas declarações são ricas em detalhes e podem além de dar informações da morte do soldado, serem vistas bem mais que um simples depoimento. O depoimento de Orlando pode ser também tomado como exemplo condensado das varias dimensões históricas do conflito em torno da propriedade da terra nesta região, Voltemos aos

depoimentos que nos revela outros aspectos. Já preso e chamado a depor na polícia, no dia 1º de maio, Orlando nega veementemente autoria no assassinato do soldado Brum e acusa abertamente outros dois posseiros, como se pode ver no seu depoimento:

Orlando Noia Rubim [...] declarou que tendo morado cerca de um ano e meio com sua família integrada de esposa e dois filhos menores em Rio do Dois em Ecoporanga, mudou-se há cinco meses para o terreno que só hoje sabe ser de propriedade dos Rezende; que para os terrenos referidos só foi depois de aconselhado pelo Sr. David Afonso e João Hermenegildo, os quais lhe disseram que o terreno era do govêrno e bastava um requerimento por intermédio do Vereador "Tatá", para pode trabalhar nas plantações; que o declarante comprou o direito de posse do Sr. Amadeu de tal, por cinco mil cruzeiros, começando a derrubar a mata restante, em que não havia mais madeira de lei, começando a plantar arroz, milho e mandioca; que também plantou banana; que o declarante chegou a fazer, digo, a assinar uma petição do terreno, feita num bloco que lhe apresentaram os irmãos Joel e Joás, a mando do vereador "Tatá", para ficar legalizado seu terreno, que estava como todos os outros trabalhadores, cuidando de suas lavouras, cerca de umas vinte famílias, quando no dia treze de abril, surgiu a polícia, comandada pelo Tenente Jadir Resende, começando a expulsar os lavradores; que o declarante nada soube nesse dia, pois a sua posse ficava a uns três quilômetros de onde a polícia começou a expulsar lavradores; que só no dia seguinte é que o declarante saiu de casa, após saber que haviam matado um soldado; que chegando ao local do crime, já encontrou uma turma de lavradores e entre eles, João Hermenegildo e José Batista da Silva, vulgo "Zézinho"; que José Batista então, vendo o sangue coalhado do soldado, no capinzal, ainda passou o dedo, levando-o aos lábios, dizendo: "deixa ver se sangue de soldado é doce ou amargoso" que "Zézinho" dizia ser êle quem acertara no soldado, o que era desmentido por João Hermenegildo, que por seu lado, dizia que fôra êle quem abatera o soldado; que o declarante pode assegurar com certeza, que foram esses dois indivíduos que atiraram contra o soldado, tendo em vista suas declarações de ser cada qual autor do crime, declarações estas na presença de Sebastião Pedro, Filhinho Rita, Sebastião Pedro, "Orides", Manoel Baiano, bem como a mulher de João Hermenegildo; que neste momento a mulher do João Hermenegildo, chamada dona Conceição, foi até a sua barraca e trouxe um fusil entregando ao declarante que o recusou; que depois dona Conceição mandou o fusil à casa do declarante, juntamente com dois pentes de bala, que o ex-soldado José Teodoro havia dado a João Hermenegildo após a morte do soldado; que estando o declarante em casa, apareceu o Levi Afonso, filho de David Afonso, dizendo: "eu já desforrei a "corça" que meu pai deve estar levando na Delegacia de Ecoporanga", que o declarante só entendeu o significado das palavras de Levi, quando horas depois, apareceu Valdir, irmão de Levi, presenteando ao declarante com um facão ensanguentado que encontrara à beira da estrada, junto com o suposto cadáver de Antônio Resende; que sabedor de que aquilo ia dar mal, o declarante não querendo ficar como também responsável da morte de Antônio Resende, resolveu ir ao Povoado de Estrela do Norte, afim de entregar o fuzil e o facão ao soldado ali destacado, Francisco Modesto de Souza; que vendo muitos soldados desconhecidos, o declarante ainda chamou o soldado Modesto, quando então foram-lhe apontadas carabinas pelos soldados, sendo então preso e tomado de si, o fuzil e o facão, embora o declarante dissesse que ali havia ido para fazer entrega dessas armas; que aqui na Delegacia tem sido até espancado pelos soldados, para declarar que fora o autor da morte do soldado ocorrida na fazenda Resende, como também do crime em Antônio

Resende; que isso não se verificou, absolutamente, pois o declarante não matou ninguém, e se matasse, não viria trazer fuzil e facão para entregar à Polícia de Estrela do Norte. (IPM-BRUM, 1962, fl. 42 e 42 verso)

A importância dos aspectos sociais e políticos desse depoimento são evidentes, principalmente quanto ao modo como posseiros ocupam a propriedade supostamente dos Resende. Por enquanto fiquemos na questão de identificação de quem matou o soldado Brum. O depoimento de Orlando, mais do que o da sua mulher Celina, incrimina ainda mais “Zézinho” e outros posseiros. As acusações de Orlando e sua mulher Celina foram posteriormente desmentidas, tanto por José Batista da Silva (“Zézinho”) e o ex-soldado José Teodoro de Souza. Aqui não cabe ver quem está dizendo a verdade, mas perceber que existe um claro desentendimento entre os próprios posseiros. O que este desentendimento nos revela? Revela-nos que os posseiros não agiam como um grupo coeso, organizadamente, a partir de uma estratégia de luta e resistência. Um acusa o outro pelo assassinato. Não há desentendimento maior.

No que se refere a relações entre os três e respectivas esposas, seus depoimentos mostram, ou dão a entender intencionalmente que havia mais distanciamento entre eles do que laços de amizade e cumplicidade. A afirmação dessa distância poderia ser uma estratégia de “despistamento” perante a polícia, e não um fato real. Perguntados sobre se um conhecia o outro a resposta era: “Vi uma vez”, “nunca vi, mas já ouvi falar”, “vi uma vez no Povoado”, “nunca ouvi esta senhora”, “sei de nome”. Expressões que indicam um claro distanciamento. Porém, havia 40 famílias de posseiros na área da Fazenda Rezende de 200 alqueires. Alguns poucos quilômetros separavam as moradias. Mesmo levando em conta que essas famílias aí chegaram em tempos diferentes, seria difícil não se conhecerem mais comunitariamente. De qualquer forma, esta falta de “entrosamento” entre os posseiros não estaria indicando que a morte do soldado Brum não reflete uma resistência camponesa organizada, mas uma ação isolada de posseiros procurando defender seus bens?

Esta questão da organização é um dos pontos intrigantes da história dos posseiros de Ecoporanga como um todo. Pelos depoimentos orais e nas histórias que passaram a circular na região a informação que temos é de que na fazenda Rezende os posseiros não tinham uma organização estruturada. Havia um

movimento de ocupação espontânea da fazenda. Quando a polícia entrou na fazenda para expulsá-los houve apenas resistência isolada mas não uma luta organizada. O mesmo não se passou pelos relatos orais e pelas informações da CPI e Dias (1984) na fazenda Menezes (do Franquim). Ali os comunistas tentaram dar apoio e organizar os posseiros como informa Ramires (2015). Mas voltemos ao caso Brum.

Numa determinada fonte, seja um depoimento oral, manuscrito, jornal, livro, processo etc.. as vezes o que é mais importante não é propriamente o que eles dizem, mas sim o que eles deixam de dizer. Isto é, os “silêncios”, as lacunas nos relatos e no curso da ação.

No nosso caso, o que se pergunta é: por que três testemunhas importantes estão ausentes no inquérito? A começar pelo próprio deputado João Corsino. Em vários depoimentos ele é acusado de incitar os posseiros a invadirem a fazenda Rezende. Não há no inquérito, como é regra jurídica, um despacho ou outro documento que indicam que ele foi chamado a depor ou foi chamado mas não compareceu. O contrário aconteceu com um grande fazendeiro e madeireiro, Mário Marques, inimigo político de João Corsino, descrito como homem prepotente, cercado de jagunços, Consta no inquérito que Mario Marques foi chamado a depor, mas não compareceu. Em quase todos os depoimentos dos grandes fazendeiros João Corsino é mencionado como o político que instrui os posseiros a invadirem as terras. Não há registro da sua negativa em comparecer para depor. João Corsino não é chamado porque sabia demais. Ou sabia dos fatos ocorridos na fazenda Rezende a partir de um outro ponto de vista. Esta versão ele apresenta na CPI, instalada no ginásio de esportes de Ecoporanga, em 8 de maio de 1962. Segundo Corsino havia um plano para expulsar os posseiros, que ele mesmo havia denunciado, enquanto deputado estadual na Assembleia Legislativa, envolvendo Mario Marques, Lamartine, o prefeito de Ecoporanga, Tolentino Xavier, o delegado de polícia, Jadir Rezende e o secretário do Interior Darcy Pacheco de Queiróz.

[...] que estabelecida a nova trama desta cidade partiu uma “Diligência” comandada pelo Sr. Delegado Jadir Rezende, com destino à Fazenda Antonio Rezende e lá foi iniciada a expulsão dos posseiros e a queima das casas residências dos mesmos; Que quando se procedia a queima de tais residências em uma delas a esposa do posseiro, desesperada pedia que deixassem retirar ao menos as roupas dela e dos filhos e como resposta foi espancada, ocasião em que chegava seu esposo que revidou ao

espancamento atirando contra o policial, matando-o; Que em face da ação do marido atirando contra o policial, houve a intervenção do Sr. Delegado, que com rajada de metralhadora (ou arma parecida) abateu uma criança, baleou uma mocinha e a senhora que era na ocasião vítima da agressão do policial. Que o declarante não presenciou ditos fatos, mas os mesmos chegaram ao seu conhecimento por informações dos feridos, isto porque o signatário dirigindo-se de Vitória para esta cidade, em Barra de São Francisco foi informado pelo Dr. Ezequiel Ronchi, que na Casa de Saúde se encontravam as vítimas sobreviventes. (CPI-1962, p. 52-53).

O depoimento de João Corsino também fala que um posseiro matou o soldado, isto é, relato a morte do soldado Brum. Mas, contextualiza de uma outra forma. Apresenta o ponto de vista do posseiro. Não fala como se fosse uma tocaia, mas como reação. O posseiro viu sua mulher sendo espancada e reagiu. Pelo depoimento também não fica claro se ele ouviu pessoalmente D. Laura na casa de saúde em Barra de São Francisco que fica no caminho entre Vitória e Ecoporanga. Se as informações de João Corsino estão corretas, então a situação de D. Laura é singular: mesmo que tenha se ferido com os tiros dos próprios posseiros como atesta o médico que a atendeu e os soldados, não pode denunciá-los pois, o próprio marido matou o soldado. Se já estava sendo espancada e foi ferida pelos policiais teria ainda coragem de comparecer à delegacia para prestar depoimento? Em qualquer das versões (seja da polícia, dos posseiros ou de João Corsino), o desaparecimento de D. Laura e filha foi uma estratégia de sobrevivência.

Mais uma vez, aqui o que é relevante não é a morte em si do soldado. Mas o que ela revela. Isoladamente ou em grupos os posseiros marcaram uma resistência. Muitos dos que estudaram o universo das frentes pioneiras tem demonstrado o quanto ele é marcado pela violência. E esta violência não é iniciativa do posseiro. Não há registro histórico de invasão e saque da suposta⁶⁷ propriedade do fazendeiro queimando sua casa, matando seu gado e violentando sua mulher e filhas. Há relatos sim de posseiros ocupando matas, áreas supostamente improdutivas e aí construindo provisoriamente suas “barracas”, o que não é a mesma coisa.

Outra que não é chamada é Dona Conceição Belizária, Testemunha ocular do ocorrido, não há registro da sua convocação. Seu depoimento só aparece na CPI de 1962. Mais do que uma simples testemunha, esteve diretamente envolvida na ação

⁶⁷ Deve ser bem destacada a palavra suposta, pois, nas frentes pioneiras e particularmente é o caso do Noroeste do Espírito Santo, onde até hoje 30% das terras são devolutas.

ao socorrer a vizinha Laura Garcia Schmidt e a filha baleadas na troca de tiros entre policiais e posseiros.

Aqui também podemos supor que a policia não teria encontrado o paradeiro de Dona Conceição, porém, como a CPI a encontrou? A CPI que havia se deslocado para o povoado de Itapeba para ver *in loco* as denúncias de assassinatos de posseiros, toma o depoimento de dona Belizária, no dia 9 de maio de 1962. Perante a CPI, dona Belizária Conceição Neto dá um depoimento sobre o momento da morte do soldado Brum que é completamente diverso daqueles apresentados pelos soldados e pelo próprio delegado Jadir Rezende no Inquérito policial.

Que numa sexta feira meados de abril próximo passado estava em sua residência na mata quando chegaram correndo dois soldados perguntando à declarante por uma pessoa que havia corrido pelo lado da casa da declarante, isto por que outros soldados estavam pondo fogo em outra casa próximo a casa da declarante um pouco abaixo; que a declarante respondeu aos soldados que não havia visto nenhuma pessoa correndo; que a declarante estava já saindo de sua casa no que foi obrigada a voltar para atender ditos policiais; que os soldados disseram à declarante que contasse porque sinão eles soldados a espancariam; que a declarante informou aos mesmos que não tinha visto qualquer pessoa e se eles por isso quisessem bater iam bater; que em face disto os referidos soldados espancaram a declarante com socos, tapas empurrões ponta pés etc. que quando referidos soldados assim agiam a declarante ouviu seguidos estampidos de tiros e os soldados deixaram de bater na declarante tendo os referidos soldados se jogaram em uma moita de capim; que a declarante neste momento foi socorrer uma senhora sua vizinha com uma filha menor de 6 anos que haviam caído numa cisterna, tendo a declarante retirado as mesma e enquanto assim agia o tiroteio cessou; que em seguida a declarante seguiu com uma sua filha que foi ferida no pé com um tiro e com as outras duas tiradas da cisterna ambas baleadas com dois ferimentos cada uma, para casa de vizinhos, de onde todos ouviram tiros seguidos. [...] Perguntada pelo Deputado Hilário Toniato se no momento em que era espancada pelos soldados se gritou por socorro, respondeu que sim, bem alto. Perguntada se quando ela falava com os soldados, a vizinha que caiu na cisterna estava junto com ela correu antes ou depois dos tiros? Respondeu que a sua vizinha correu na hora dos tiros; Perguntada ainda se aqueles eram os primeiros soldados com quem a declarante falou, respondeu que sim; Perguntada se o soldado que caiu na moita de capim era que lhe espancava, respondeu que sim [...] (CPI-1962, p. 77-78).

Temos aqui, portanto, uma terceira versão dos fatos. Porém, de uma testemunha ocular e depondo não numa delegacia, mas numa CPI que a princípio oferece uma segurança maior para que a testemunha exponha realmente o que sabe. Na versão da polícia, os soldados chegaram pacificamente conversando com uma mulher (D. Laura) perguntando por um posseiro e levaram os tiros. Na versão de João Corsino, os policiais estavam espancando a mulher (D. Laura) e o marido reagiu e matou o policial. A versão de João Corsino é, a nosso ver, a verdadeira, mas ele confunde

na identificação da mulher. A mulher que está sendo espancada não é dona Laura, mas dona Belizária como foi relatado acima. A versão mais próxima do que aconteceu é a da Dona Belizária, mas ela não iria dizer que foi o marido quem atirou nos soldados para protegê-la. Juntando os três depoimentos, (de dona Belizária, de João Corsino e de Orlando Noia Rubim) conclui-se que o marido que atira contra o policial para proteger a esposa é João Hermenegildo.

Outra personagem nesta história que não foi chamado a depor é o próprio João Hermenegildo. Desaparecimento de posseiros foi uma constante neste conflito. No mesmo dia, dona Belizária voltou local onde ficava sua casa para tentar apagar o que restava do fogo e “[...] que seu marido não foi mais visto desde aquele dia do tiroteio.” (CPI-1978, fl. 78). Podemos supor muito perfeitamente que dona Belizária estaria protegendo o marido, que ele tenha escapado e tomou paradeiro desconhecido. Por que todas estas confrontações são importantes? São importantes para mostrar como é fabricado o fato para incriminar posseiros e justificar a violência policial.

Porém, antes deste incidente, a polícia e os fazendeiros constantemente citam o seu nome, juntamente com João Corsino, vereador “Tatá”, David Afonso, o farmacêutico Cronizete Tristão como um dos que estimulavam a invasão da Fazenda Rezende. A partir deste dia do incidente, seu nome passa a não mais ser mencionado no inquérito, e mais ainda, ele nem é chamado a depor. “Zezinho” e Orlando Noia são chamados a depor. David Afonso, outro líder é chamado a depor. João Hermenegildo considerado um dos líderes dos posseiros, cujas orientações eram mais ouvidas pelos posseiros do que as do próprio David Afonso simplesmente é ignorado pela polícia. Pode-se argumentar que ele tenha fugido, escapado do cerco. Mas a fuga não impede expedir o mandado de prisão. Até pelo contrário. O que indica este silêncio? Indica, muito provavelmente, que a polícia sabia que ele estava morto, por que ela própria executou o líder dos posseiros.

Outra testemunha tão importante quando a dona Belizária é a própria posseira Laura Garcia Schmidt em cujo quintal ocorreram os tiroteios. Consciente da importância desta testemunha, o major Aristides Pereira Martins, no dia 23 de abril de 1962 ordena em despacho, que se tome entre duas outras providências uma terceira que é o depoimento de Laura:

“c) em seguida tome as declarações, na Casa de Saúde de Barra de São Francisco, onde, segundo informações se acha internada, da vítima dona Laura de tal, alvejada a tiro no momento em que foi morto o soldado Alnizio Brum da Silva. (IPM-BRUM,1962, fl.30)

A polícia não consegue descobrir o paradeiro de Laura Garcia Schmidt e a filha Marly de 6 anos. O 2º sargento Aldo Mattos Santana que servia como escrivão da Delegacia de Ecoporanga certifica no inquérito que não foi possível tomar as declarações de Laura Garcia Schmidt, pois ela se encontrava em local ignorado segundo as informações do Hospital onde ela estava internada. (IPM-BRUM, 1962, fl. 30). Ela e filha receberam os tiros no dia 13 de abril e são internadas em uma casa de saúde de Barra de São Francisco.⁶⁸ Conforme o atestado do médico que as atendeu, receberam alta quatro dias depois:

Atesto para os devidos fins, que estiveram internadas nesta Casa de Saúde, D. Laura Garcia Schmidt e a menor Marly Schmidt, com ferimentos causados por projetis de espingarda (chumbo), sendo que a primeira foi atingida na perna direita, 1/3 superior, e a menor na região lombar direita. D. Laura, com 23 anos de idade e a menor Marly com 6 anos, tiveram alta restabelecidas no dia 17.4.62. Orlando Barreto. B.S. Francisco, 23.4.62 (IPM-BRUM, 1962, fl. 31)

Como já mencionamos em nota, este atestado foi publicado pela Gazeta (24/4/1962) e foi utilizado para demonstrar que os posseiros estavam atirando não apenas em policiais, como também em civis. D. Laura e família (esposa e filha) nunca mais foram vistos na região. O atestado do médico confirma que os ferimentos foram produzidos por espingarda de chumbo. Portanto, tudo indica que os tiros partiram dos posseiros que estavam “atrás da moita”. Outra evidência neste sentido está no fato de que a polícia não usa espingarda, mas fuzil. É muito provável que foram disparados muitos outros tiros, todos com espingarda de chumbo, conforme o atestado do médico e a perícia policia. Seis deles provocaram ferimentos sendo um fatal: 1 que matou o soldado Brum, 3 que feriram o soldado Aristides Abelar,⁶⁹ 1 que

⁶⁸ A informação da data precisa da internação de dona Laura e filha não aparece no atestado médico (que depois a Gazeta divulgou na edição de 24 de abril) e está ausente também no inquérito. Pelo traçado atual da rodovia ES-320, Barra de São Francisco dista aproximadamente 60 km de Ecoporanga. Trata-se de uma rodovia bem conservada com tempo de percurso médio de 55 minutos. Levando em conta que 50 anos atrás essas condições não existiam e levando em conta também que receberam os tiros as 18 horas do dia 13, como consta no inquérito, se foram atendidas de imediato estariam no Hospital no final da noite do mesmo dia ou na manhã do dia 14, não ultrapassando, provavelmente, este espaço de tempo.

⁶⁹ No auto de exame cadavérico do Soldado Brum, a informação o tipo de arma e munição é a mesma. Espingarda de chumbo. Um só tiro que entrou pelo tórax. No caso do soldado Aristides Abelar foram 3 tiros: 1 na região superior da perna direita e 2 tiros na região média da mesma perna, sem saída, todos produzidos com espingarda de chumbo.No caso de Aristides, já caído, posseiros

acertou D. Laura e 1 que acertou sua filha Marly. Se as informações do médico estão corretas, não precisa ser perito da polícia para perceber que não foi apenas um posseiro que atirou por detrás da moita. Mas somente os posseiros atiraram? E do lado dos posseiros ninguém ficou ferido, nem morto? Muitos. Muitos mortos e desaparecidos. Para esses casos de posseiros mortos nem inquérito policial foi aberto. Apenas no caso do posseiro Sebastião José da Rocha, assassinado pela polícia, no dia 18 de abril, como forma retaliação pela morte do soldado Brum.

Em 15 de maio de 1962, passados, portanto pouco mais de um mês da morte do soldado Brum, o major Aristides Pereira Martins, encarregado do inquérito, apresenta seu relatório final. O major não relatar toda a violência policial empregada pelo delegado Jadir Rezende e seus comandados contra os posseiros e suas famílias. Considera a presença dos posseiros como invasão de fato e descreve a ação da polícia como pacífica, mesmo informando sobre a queima das “barracas”. Sobre o momento da morte do soldado Brum informa que foi de repente, sendo que a polícia foi pega de surpresa. Fala dos ferimentos da dona Laura e filha, mas não diz sobre o revide da polícia atirando nos posseiros também. Informa que foram tomados 28 depoimentos (na nossa conta 27) divididos em: fatos relacionados aos acontecimentos do dia 13 e fatos relacionados às invasões. Quanto à morte do soldado Brum e o ferimento no soldado Abelar informa que Orlando Noia Rubim e esposa acusam João Hermenegildo e José Batista da Silva. Porém não havendo prova conclusiva não teria como prendê-los. Informa que Orlando é suspeito também de ter cometido um atentado contra o proprietário Antonio Rezende. Relacionados ao segundo fato: investigação sobre prováveis insufladores e invasores da propriedade informa que os principais suspeitos, conforme os Sr. Antonio Lopes de Souza e Sr. Lamartine são o deputado João Corsino de Freitas e o vereador Altamiro Felisberto Teixeira além de Origenes Cantão e Clonizete Tristão. Conclui seu o relatório de forma surpreende, usando as falas de dois posseiros.

Entretanto, segundo se nota, também, da maior parte das declarações, a verdadeira insufladora é a FOME. [grifo e maiúscula do autor] como muito bem o declara Davi Afonso de Oliveira: “o que na verdade existe é que muitas famílias estão cada vez mais famintas e não encontram um pedaço de terra para requerer, porque as melhores estão distribuídas entre os milionários; que mesmo que algum indivíduo possua algum dinheirinho, não encontra um terreno bom para comprar e plantar, pois os fazendeiros não

correram em sua direção e prosseguiram com tiros para acabar de matá-lo, conforme próprio depoimento no inquérito.

vendem pedacinho de terra, nem deixam o pobre trabalhador.” E, o invasor Antonio Augusto Rodrigues, ao ser perguntado se achava justa a invasão de terras: “respondeu que justa sempre achou, pois é lastimante um pai de família estar passando fome, sem poder plantar um grão de arroz, por não possuir um palmo de terra, enquanto que ao seu lado vê-se estender a melhor terra de plantação; perdendo a calma diante da fome cada vez maior e não tendo jeito de roubar porque é uma indignidade, o pai de família julga melhor plantar para matar a fome de seus filhos, sendo que a terra não se estraga [grifos do autor] com a plantação de roça branca;” (IPM-BRUM, fl.48)

O relatório do Major Aristides Pereira Martins é uma peça singular e impressiona principalmente na sua parte final, nas conclusões que ele apresenta. O que está expresso nesta parte final do relatório destoa de forma significativa da maioria das falas daqueles que detêm cargos de poder (juizes, delegados, soldados, promotores, comandantes). Evidentemente o major não chega a legitimar as invasões e a condenar o uso excessivo da força por parte do delegado Jadir. Seria exigir muito de quem está no poder ir contra o poder. Porém, conseguiu ver o que outros confortavelmente instalados nas estruturas de poder não viram, ou por conveniência, não quiseram ver: o problema ali não era caso de polícia, mas uma questão social. A grande fomentadora da discórdia é a fome. Apresentou uma sensibilidade inexistente entre as autoridades e ao trazer para o seu relatório a palavra de dois posseiros deu a entender que a questão não poderia ser resolvida pelo uso da força. Não que o major faz dele as palavras dos posseiros, mas pelo simples fato de, no final do seu relatório, conceder a palavra aos oprimidos está apontando outro ponto de vista que não a dos poderosos. E este ponto de vista chega no cerne da questão da agrária neste país. O posseiro na sua “fala” simples viu o que muitos doutores da academia não enxergam e nem podem enxergar. Perguntado pelo major se achava justo ocupar terras particulares, o posseiro Antonio diz que sim. Sempre achou justo para alimentar seus filhos. Não é justo roubar. Mas é justo ocupar a terra, plantar, colher e comer. Mostrou a diferença entre o que é legítimo e o que é legal. Nem sempre o que é legal (o título de propriedade de um Rezende ou de um Franquim e sabe se lá onde foi obtido, e no Brasil como sabemos muitos foram forjados) é legítimo e muito menos justo. Nessas regiões de fronteira o posseiro tem outra cultura, outra concepção do que vem a ser a terra, tem outra concepção do que é legítimo, do que significa justiça.

O inquérito foi encaminhado pelo major para seu superior, o coronel comandante geral da polícia militar, Tercio Moraes e Souza para que esse proferisse a solução como recomenda o código de Justiça Militar. Uma solução aliás que foi avessa ao

conteúdo do relatório do major. No despacho do comandante, encontramos uma peça histórica exemplar do poder dos latifundiários aliada a prepotência da polícia. A fala do comandante Tércio espelha a mentalidade ultraconservadora de uma classe social que há séculos tem o monopólio da propriedade da terra no Brasil⁷⁰. Para decidir, o comandante Tércio apresenta 4 justificativas. Em primeiro lugar, justifica a atuação desastrosa do delegado Jadir Rezende afirmando que

foi levado a intervir para harmonizar a situação que se agravava a cada hora, tanto pelo numero de seus invasores, como pela sua ameaça, depredações, como para garantir o direito à propriedade dos legítimos donos.(IPM-BRUM, 1962, fl. 50)

Num segundo ponto, justifica a forma como foi feita esta “diligência”. Na fala do comandante é o ponto de vista do delegado Jadir e não dos posseiros que prevalece. Jadir, como vimos, informa no seu depoimento que para aqueles que tinham plantações brancas a colher davam um prazo de 15 dias e “[...] a pedido do proprietário, fizeram demolir seis barracas recém-construídas, havia menos de um mês nas quais só se encontravam mulheres e crianças”. (IPM-BRUM, 1962, depoimento Jadir Rezende, fl. 11). Ao contrário, no depoimento, os posseiros informam que os policiais já chegaram queimando as casas, espancando mulheres e já querendo prender os homens.⁷¹ Embora houvesse a versão do posseiro em todo inquérito e a conclusão tocante e surpreendentemente crítica do Major Aristides em se tratando de um militar, o comandante só levou em conta a versão do delegado Jadir, praticamente reproduzindo a fala dele, como se verá nesta parte do sua decisão:

Por isso, deslocando para a propriedade em referência, no dia treze de abril último, com vários policiais, entrou em contato com os invasores, dando-lhes àqueles que tinham benfeitorias, prazos razoáveis para colherem suas plantações e se retirarem das terras da fazenda em fogo. Dos invasores recentes que haviam construído barracas improvisadas, o Delegado mandou desarmá-las, pois nada tendo o que indenizar,houve por bem determinar a imediata retirada. (IPM-BRUM, 1962, fl. 50)

⁷⁰ Sobre este monopólio e suas consequências, ver por exemplo, Victor Nunes Leal – *Coronelismo, enxada e voto*, Raimundo Faoro – *Os donos do poder*, José de Souza Martins – *O poder do atraso*, entre outros.

⁷¹ Estivemos no Pitengo, aproximadamente 20 km da fazenda Rezende quando conversamos com seu Laurindo e sua filha. A filha relata a queima das casas, como se verá mais adiante. Laurindo é o único posseiro sobrevivente do massacre de 1962. No Pitengo, conseguiu uma terra e mora até hoje com sua família.

É preciso estar atento ao discurso do poder. O uso de determinadas palavras para nomear pessoas, objetos, situações não se faz de forma inocente. Não só nesta fala do comandante mas na maioria das falas dos policiais, fazendeiros e membros da justiça perpassa uma linguagem que desqualifica o posseiro. Assim, “posseiro” é substituído por “invasor”. Casa do posseiro, moradia, ou residência são substituídas por “barraca”. Não apenas uma palavra isolada tem seu sentido alterado, mas toda uma frase ganha outro sentido. Por exemplo, o discurso do poder diz “os policiais entraram em contato com os invasores”, mas o que ocorreu é que os policiais entram na fazenda perseguindo e espancando homens e mulheres além da tentativa de estupro destas. Outro exemplo: para não dizer que os policiais e os fazendeiros queimaram as casas dos posseiros, informaram que “desarmaram as barracas”, como se ali fosse algo absolutamente provisório, um *camping*. Sobre a prática dos posseiros, havia a impossibilidade de caracterizá-la como uma ocupação desordenada de um bando de invasores recém-chegados, que na verdade era a imagem que os latifundiários queriam passar, Isto porque muitos deles estavam há anos naquelas terras. Para alguns, antes mesmo dos Rezendes. Esta informação parece ser correta tendo em vista que tanto o comandante como o delegado identificaram dois tipos de “invasores”: aqueles que tem plantação branca (portanto estavam mais tempo lá) e os “recém-chegados”. Mas eles ocultam a informação de que os “recém-chegados” são na verdade os “recém-expulsos da mesma fazenda no ano anterior (1961) que voltaram para fazer suas colheitas. Voltaram e resistindo em ficar.

Um terceiro ponto do relatório conclusivo do comandante diz respeito ao momento da morte do soldado. Aqui também, como em todo o inquérito, há duas versões da forma como esta morte se deu. Na versão da polícia, ela foi fazer uma “diligência”, dialogar pacificamente com os posseiros e conversando com uma senhora que estava acompanhada de sua filha de 6 anos sobre o paradeiro de um posseiro que corria e do nada, sem mais nem ocorrem os tiros que mataram o soldado Brum, ferindo um outro e ferindo a mulher e a filha.

Na versão dos posseiros, os policiais já procederam com muita violência, queimando as casas e espancando uma mulher de posseiro, estes reagiram e mataram o policial e provavelmente feriram uma posseira e a filha que estavam próximas daquela que estava sendo espancada. Estas receberam os ferimentos por que no

momento dos tiros correram para se esconder numa cisterna. Ambas podem ser extraídas do inquérito. Evidentemente, na conclusão do comandante vai prevalecer a versão da polícia.

Nesse trabalho, aliás penoso [de desarmar as barracas] porém do dever de autoridade, estavam os policiais, quando foram surpreendidos por tiros de arma de fogo que os alvejavam, partindo dos invasores, de emboscada, resultando na morte de ALNÍZIO BRUM DA SILVA. e ferimentos no soldado ARISTIDES ABELAR DA CUNHA, disparos que também foram atingir a senhora LAURA GARCIA SCHMIDT e sua filha que estavam próximas dos policiais. (IPM-BRUM, 1962, fl. 50, grifos maiúsculos do autor).

Como já assinalamos, é discutível essa versão. Porém, sem querer, no seu próprio discurso o comandante dá a entender que os posseiros reagiram ao despejo. “Neste trabalho penoso de desmontar as barracas” quando foram surpreendidos por tiros vindos dos invasores de uma emboscada”. Traduzindo: “quando os policiais estavam pondo fogo nas casas, os posseiros reagiram a bala”. Não ficaram passivamente observando suas casas sendo destruídas. Nos relatos dos próprios policiais, neste momento 6 casas estavam sendo queimadas. A experiência de 1961 deve ter-lhes ensinado que a submissão havia lhes custado muito caro. Foram expulsos sem piedade. Desta vez, contrapuseram uma resistência armada, mesmo com a evidente desigualdade de poder de fogo: espingarda versus fuzis e metralhadora. Não tinham nada a perder, mas tudo a ganhar: a terra.

O quarto ponto se refere ao nível de organização dos posseiros. Baseado no inquérito, o comandante faz um diagnóstico bem fiel do que estava ocorrendo:

Em seguida, após atentarem contra a vida do Sr. ANTONIO REZENDE, proprietário da Fazenda, organizaram-se, rebelados, dominando toda a região, através das principais vias de acesso, em trincheiras, tocaias etc. a espera da autoridade ou agentes da autoridade ou mesmo qualquer que fosse que tivesse a serviço da ordem constitucional, para eliminá-los.

De fato, a partir deste momento, toda a região passa a ser dominada pelos posseiros: de Cotaxé, passando por Joassuba e chegando a Itapeba. Mata burros foram retirados e as porteiras passaram a serem controladas pelos posseiros. Um clima de guerra se implantou na região, inclusive a polícia instituiu toque de recolher no início da noite temendo novos atentados. Ecoporanga ficou em alerta tendo em vista, como já foi relatado, a ameaça de invasão da cidade para libertar um dos líderes dos posseiros, David Afonso de Oliveira.

O quinto e último ponto se refere a participação de políticos locais acusados de insuflar e estimular os posseiros a invadirem as terras da fazenda Rezende: [...] a principal responsabilidade pelos tumultos e desordens promovidos na região pelos invasores deve-se aos incitadores, elementos que nada mais visam interesses meramente pessoais, inclusive eleitorais.” (IPM-BRIM, 1962, fl. 51-verso).

A conclusão final do Comandante Tércio, contrária ao parecer do Major Aristides apontam os criminosos e encaminha o inquérito ao Ministério Público em 11 de junho de 1962. Acusados: Orlando Noia Rubim, José Batista da Silva e João Hermenegildo por homicídio, tentativa de homicídio, e lesões corporais. Por incitamento a práticas de atos ilícitos: Altamiro Felisberto Teixeira (“Tatá”), João Corsino de Freitas, Orígenes Cantão e Clonizete Freitas [Tristão].

Recebido o inquérito, o promotor na ocasião, Dr. Schneider tem um parecer, porém, contrário daquela conclusão do Comandante Tércio, e, portanto mantém o mesmo entendimento daquele do Major Aristides:

A nossa conclusão, depois de um minucioso exame das peças desse inquérito, se harmoniza perfeitamente com as do Sr. Major Aristides Pereira Martins [...] no que tange a autoria da morte do soldado Alnizio Brum da Silva. Estamos, portanto com o Sr. Presidente do IPM (Inquérito Policial Militar) quando afirma que a autoria da morte do soldado citado é incerta. (grifo do autor). Os indícios que existem neste inquérito, são bem vagos e não autorizam o oferecimento de denúncia.

Isto posto, o promotor solicita que o inquérito volta para a delegacia para novas diligências no sentido de coletar novas provas que apontam para a justiça “os verdadeiros” autores dos crimes, podendo para isso, abrir um novo inquérito. Este despacho do promotor foi feito em 16 de julho de 1962.

Nos meandros da burocracia o inquérito ficou parado por 2 anos. Em 17 de abril de 1964, o delegado de Ecoporanga da época,⁷² considera inútil novas diligências e devolve ao juiz de direito o inquérito:

A abertura de inquérito agora, depois de dois anos, sobre tais ocorrências, será ao meu ver, intempestiva e, além disso, não colherá melhores resultados do que os que já constam em fls.(IPM-BRUM, fl. 53)

⁷² Consta apenas assinatura do delegado. Sem o carimbo embaixo a sua identificação só será possível a partir dos arquivos da própria delegacia e historiar a sequência de delegados que atuaram em Ecoporanga especificando a data do despacho

Porém, a polícia vendo-se obrigada a dar andamento ao que foi determinado pelo promotor insere peças que não diziam respeito a morte de Brum, mas de assassinatos de outros posseiros cometido por militares.⁷³

Com vistas ao M. Público, este requer a baixa do inquérito para novas diligências, e antes que estas se façam, novo expediente foi juntado aos autos, cujo conteúdo versa sobre umas mortes na região praticas por militares sobre as pessoas de Sebastião Jose da Rocha, Geraldo Benedito Carlota e José Calixto dos Santos. (IPM-BRUM, 1962, fl.60)

Para evitar estas confusões, o promotor, em 17 de fevereiro de 1965, pede que seja desmembrada a parte referente a estas outras mortes (pp. 55 a 80), para que estas outras mortes tenham um processo em separado.

A partir desta data o inquérito literalmente se perde na “pilha” de processos na delegacia, ou nas prateleiras dos cartórios. Toda esta descrição tem o sentido de demonstrar o quanto no Brasil o poder cartorial representa um grande atraso para o estabelecimento de uma sociedade mais transparente.

Embora seja o assassinato de um soldado, portanto membro da corporação, a própria polícia foi incapaz de esclarecer quem foi ou foram os responsáveis pelo crime. Se este descompromisso, como já foi referido, é com um soldado, pior ainda com a população civil. O fato é que o descaso é com o pobre. Seja ele militar ou civil. Um fato revelador no estudo do conflito na fazenda Rezende que nos foi possível constatamos nos dados dos inquéritos policiais, é que os soldados que se envolveram nos conflitos, principalmente aqueles enquadrados nos primeiros escalões da hierarquia da polícia, também eram oriundos das camadas mais simples da população. Era pobre matando pobre.

O inquérito ficou parado nas prateleiras cartoriais até que em 10 de fevereiro de 1967 (quase 5 anos depois), o escrivão de polícia Joaquim Luiz Mendes informa ao delegado que “ao assumir as funções de Escrivão de Polícia desta Delegacia, encontrei os presentes autos paralizados [sic] em Cartório, motivo pelo qual faço-vos estes autos conclusos.” (IPM-BRUM, 1962, fl. 67 e 87 [?])

⁷³ Trata-se de outro importante Inquérito Policial sobre a morte de 3 posseiros que desenvolveremos mais a frente

Quase 6 meses depois, em 16 de agosto de 1967 o inquérito cai nas mãos do delegado de Ecoporanga da época, Tenente Mário da Costa Pereira. Em face desta inconveniente descoberta, é ilustrativo o seu espanto:

Este é um dos inquéritos mais complexos que encontrei parado na Delegacia. Refere-se a uma invasão de terras onde alguns policiais foram vítimas. Iniciou-se por I.P.M. Por isso, recomendo ao Sr. Escrivão encaminhar os presentes a DOUTA CORREGEDORIA, através da Chefia de Polícia para opinar e decidir-se a respeito, pois o evento deu-se em 1962 e esta delegacia não possui recursos nem condições de concluir o mesmo, pelo que confiamos na decisão de V.Exa. (IPM-BRUM, 1962, fl. 67 e 87) ⁷⁴

“Um dos inquéritos mais complexos” são as palavras de admiração ou aborrecimento do delegado. Certamente porque como já nos referimos, a morte do soldado Brum espelha um processo histórico também complexo. Por trás dele está a profunda divisão de classe em que se confrontaram de um lado a elite latifundiária e de outro, posseiros na luta pela terra.

O corregedor da polícia Dr. José Gilberto B. Farias, encaminha em 27 de dezembro de 1967, determinação ao superintendente da polícia, José Dias Lopes, a reabertura das investigações do seguinte teor

O que está faltando a êste inquérito é apenas “boa vontade”. Não se pode admitir que um processo de responsabilidade, para apurar crime perpetrado contra policial no exercício de suas atribuições fique paralizado em Cartório de uma Delegacia do dia 25 de abril de 1965 a 16 de agosto de 1967, sem se mover “uma palha”. Não queremos incriminar quem quer que seja, pelo atraso mas fica a lição para outros. Da-nos a impressão de se querer com a paralização arquivar os autos e isto poderá causar crime de responsabilidade, pela infração ao Art. 17 do Código de Processo Penal. Não concordamos com o despacho do Sr. delegado de “o evento deu-se em 1962 e esta Delegacia não possui recursos e nem condições para concluir o mesmo”. Não está prescrita a sua apuração (Art. 109, item 1 do Código Penal Brasileiro). Orientação: a principal testemunha que também é vítima, a Sra. Laura Garcia Schmit, não foi ouvida, nem seu marido, para externar os seus agressores, que são os mesmos responsáveis pela morte do soldado. Alnizio Brum da Silva. Como localizá-la? Investigações sigilosas deverão ser feitas no cartório eleitoral local (com aquiescência de quem de direito) localização de parentes e amigos com seus depoimentos se chegará a ela. Também é importante o depoimento do Dr. Orlando Barreto que atendeu a vítima e fiscalizou-a em seu internamento. Pode ocorrer que durante o tratamento, tenha expressado ao médico, num momento de ira, o nome ou nomes dos agressores. (IPM-BRUM, 1962, fls. 63, 88 e 88 verso)

⁷⁴ Como foi assinalado, o Ministério Público na época exigiu de as páginas 55-80 fossem retiradas do inquérito para formar novo processo. Daí que as folhas do IPM-BRUM, 1962 passou a ter dupla numeração, a nova, sem as páginas 55-80 e a antiga, mantendo a numeração inicial. Daí que nas referências aparecem dois números.

As orientações do corregedor caíram no vazio da história. O inquirido vai morrendo aos poucos com o passar dos anos: 1967...1973. Por algum motivo, teima em ressuscitar. Em 18 de dezembro de 1973, o então delegado de Ecoporanga, Jurandir Pimentel informa que “revendo os arquivos desta Delegacia, encontrei o presente inquirido, o qual remeto ao Ex. Dr. Juiz de direito desta comarca para os devidos fins.” (IPM-BRUM, 1962, fl. 63 [?]).

Mais um ano se passa e o promotor de justiça em 20 de maio de 1974, informa ao Juiz de direito de Ecoporanga que:

O presente processo não fora concluído, não sabemos porque. Passaram-se até a presente data, doze (12) anos, sem que se chegasse a qualquer conclusão. Face ao exposto, e ante o tempo decorrido sem qualquer interesse, somos pelo arquivamento do presente. (IPM-BRUM, 1962, fls. 65 e 90).

Porém, em 21 de outubro daquele mesmo ano, o Juiz, baseado na lei em vigor, informa que “[...] o tempo decorrido não constitui motivo legal, jurídico, nem moral para se determinar o arquivamento de um inquirido policial, quando ainda não ocorreu a prescrição. Baixe-se à delegacia de polícia para novas diligências.” (IPM-BRUM, 1968, fl. 69, 90 verso). Finalmente, em 10 de setembro de 1975⁷⁵, o promotor de Ecoporanga da época deposita a última pá de cal sobre o inquirido, enterrando também de vez o soldado Brum. Sintomaticamente recorda aqueles tempos (os anos 60) e faz um comentário que sintetizou a ideia comum na época, de que foram os políticos os incentivadores dos conflitos:

13 anos se passaram da data do fato delituoso que nos noticia o presente. Nada apurou-se. A década dos anos 60 foi cruel para este Mun.[icipio] e Comarca. A morte de policiais e posseiros era o preço da eleição de políticos, daquela época. Vivemos aqui esta fase, como policial e sabemos que nunca apurar-se-á fatos como os enunciados no presente. Requeremos o sobrestamento do presente em Cartório, chega de idas e vindas da polícia à justiça, são infrutíferas essas viagens. (IPM-BRUM, 1968, fl. 92-verso).

A palavra cruel tem todo um significado. Cruel para todo o município. Cruel para os posseiros, mas também para os policiais. Ambos, vítima de políticos. Pela primeira vez, uma autoridade do judiciário não fala em invasor, mas em posseiro. Hoje promotor, mas no passado, também foi policial. Não há heróis neste passado, apenas vítimas. De forma pessimista, não acredita que um dia o caso seja apurado.

⁷⁵ Efetivamente ele só seria arquivado de fato em 1979, 17 anos depois de instaurado o inquirido. Sua prescrição se deu em 1982, 20 anos depois.

A morte do soldado Brum foi apenas um exemplar de violência, dentre muitos outros no cenário de conflito nas chamadas frentes pioneiras, Sua história acaba sendo uma “consequência natural” do tipo de sociedade que se formou nestas regiões. Usando e abusando de um conceito explicativo de Weber (1999), a história do soldado Brum exemplifica, de forma típico-ideal, como as formas de exploração econômicas e as estruturas dominação políticas definem o modo de ser dessa sociedade, Uma sociedade onde impera o poder do latifúndio, do “coronel” que subordina todos a sua volta: a família (incluindo aí mulher, filhos e agregados) e seus jagunços, Uma sociedade onde o poder do coronel alcança a esfera pública fazendo desta a extensão do seu quintal, ou melhor, no caso que estamos estudando, de sua fazenda⁷⁶. Desde a década de 1930, senão antes, esta região, pelo avanço da frente pioneira, foi progressivamente ocupada por posseiros, madeireiros, grileiros, latifundiários, recebendo levas e levas de migrantes, na maioria mineira, baiana, mas também até dos estados do sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo). A terra passou a ser disputada pela força das armas por essa população recém-chegada.

No confronto que se deu entre o posseiro e o latifundiário, a polícia, braço armado do Estado esteve, quase sempre do lado do fazendeiro, não obstante serem os policiais, de patente inferior, oriundos também das camadas populares. Este é o caso do soldado Brum. Instrumento e vítima do Estado, o uso da força desmedida contra as camadas populares, no caso aqui, o posseiro, é o reflexo de relações perversas de poder que subverteu as funções que deveria cumprir numa sociedade democrática. Em vez de **servir** à segurança do cidadão preservando sua integridade física, foi um **serviçal** do poder oligárquico.

Constantemente na documentação analisada (processos e inquéritos) os operadores do direito e da justiça, com raras exceções, argumentam que a polícia agiu tanto como princípio a preservação da ordem pública e a defesa do direito de propriedade. O posseiro estaria invadindo terras legalmente constituídas mediante escritura sacramentada cartorialmente. Ao expulsar o posseiro, o proprietário estaria

⁷⁶ - A respeito deste poder da oligarquia agrária e de como no Brasil a coisa pública se transforma em coisa privada das classes poderosas, vide respectivamente MARTINS (1994 e 2011) e CHAUI (1997)

legalmente defendendo a sua propriedade⁷⁷, e, portanto sua ação seria legítima. Mas a chamada “diligência” da polícia na fazenda, acompanhada dos supostos procuradores do fazendeiro (seus irmãos) exigindo que os posseiros desocupassem as terras é que foi ilegal. Foi ilegal por dois motivos. Primeiro, a ação não está revestida por nenhum instrumento jurídico. Conforme Dias (1984, P.24),⁷⁸

De posse da queixa, o tenente Jadir Resende encaminha o sr. Alberto Rezende ao juiz de Direito da Comarca, Waldir Vitral, a quem denuncia **verbalmente** (grifos nossos) novas invasões na fazenda Rezende. Sempre acompanhado do irmão do suposto proprietário das terras, o tenente chega à fazenda com 16 soldados.

Há uma denúncia verbal, um abaixo assinado do Sr. José Alberto, mas a partir daí não dá para inferir que o juiz tenha autorizado “as diligências”. O presidente da CPI de 1962, deputado Issac Lopes Rubim, no dia 12 de maio, solicita ao cartório criminal de Ecoporanga “cópias dos mandatos [sic] judiciais que **autorizaram** (grifos nossos) as diligências de que resultou a morte ou ferimentos de soldados, ou posseiros, cuja repercussão chegou até Vitória”, (CPI-62, fl. 107). Dois dias depois, o escrivão criminal emite uma certidão na qual informa que “revendo os livros de registro de feitos criminais deste Cartório, não encontramos nenhuma ação, da qual desse origem a mandados judiciais que determinassem diligências em que resultou a morte ou ferimentos de soldados e posseiros.” (CPI-62, fl. 109).

O que teria levado o delegado Jadir Resende e os irmãos do proprietário a procederem a tão arriscada diligência sem nenhum mandado judicial? Ignorância ou prepotência? Ou ambas? Estavam na frente do juiz. Este poderia tê-los instruído. Vasculhamos todas as folhas tanto da CPI-62 como o IPM-BRUM-62, bem como os 3 outros processos crimes e civis relacionados à fazenda Rezende e não encontramos a procuração (que delega poderes ao nomeado) ou cópia dela, que inúmeras vezes é mencionada pelos irmãos do proprietários. Um documento jurídico relativamente simples que poderia ser facilmente apresentado junto à denúncia e anexada ao processo. Suspeitamos que ausência da procuração se deve ao fato de que ela nunca existiu. A suspeita está baseada em dois fatos reais: a

⁷⁷ A legalidade é discutível. Em muitos casos, na região, títulos falsos de propriedade ou produzidos em instâncias fora da jurisdição do Estado do Espírito Santo (em Minas, por exemplo) eram apresentados para contrapor ao direito de posse do pequeno posseiro.

⁷⁸ Como se trata de um trabalho jornalístico, Luzimar Nogueira Dias muitas vezes não revela suas fontes. Porém a denúncia existe sob a forma de um abaixo assinado, no IPM-BRUM, 1962, fl. 33.

impossibilidade do dono Antônio Rezende poder assinar qualquer papel devido ao seu estado de insanidade mental e, o que é mais decisivo, o fato da mulher do proprietário, recebendo no Rio de Janeiro os irmãos, ter-se recusado a conceder a procuração. A ausência de um mandado que autoriza a diligência está relacionada a isso. Ou o juiz ignorou a lei atropelando o direito, coisa que achamos improvável, ou então, ele não poderia expedir um mandado sem a solicitação de parte legítima. Sem a procuração, toda ação se torna ilegal.

Porém, não é a dimensão jurídica da ação que ganha relevância neste caso. Para nós, o que importa é a dimensão histórica e social dessa ação. Não é difícil provar a ilegalidade das “diligências policiais”, mas o que histórica e sociologicamente esta ilegalidade nos revela? Revela-nos que naquela região, naquele momento histórico, uma classe social invocando a própria lei age ilegalmente. Acusa o posseiro de estar nas “suas” supostas terras ilegalmente, mas ilegal também é a ação de retirá-los de lá. Há aí uma clara inversão de valores. Ou melhor, uma subversão da ordem das coisas. Quem transgride, subverte a ordem não é o posseiro, mas o latifundiário. Subverte a ordem da forma mais perversa possível: o uso sistemático da violência com o consentimento e cumplicidade do Estado, e não raro com a participação ativa deste mobilizando o seu aparato bélico. Assim, o que foi possível perceber é que as ações do latifundiário e da polícia aparecem invertidas. É porque agiam ilegalmente é que suas ações deveriam aparecer como absolutamente legais.

Mas há uma singularidade histórica na ação militar que se abateu sobre os posseiros da fazenda Rezende. Há uma mescla de claro e escuro na ação da polícia. Esta ambiguidade provém do fato de que a polícia que atuou em toda região de Ecoporanga não era uma força militar homogênea. Pelo contrário, existia uma diferença significativa. Na leitura dos documentos da CPIs de 1953 e 1962 e nos IPMs aparece este tipo de policial. Diferentemente daquele militar de carreira que se deslocou para Ecoporanga em várias ocasiões para reprimir os posseiros, este transita e atua num mundo obscuro, paralelo ao mundo oficial. São cooptados pelos políticos oligárquicos, braço armado deles, e não raro, são indicados para cargos determinados por um membro superior este também vinculado a esta oligarquia. Reproduz a prática do clientelismo e muitos recebem cargos por serviços prestados. São os homens fardados de preto. São as chamadas “capturas” aqui no Espírito Santo, e de “volantes” pelo lado de Minas. Extremamente violentos, são treinados

para torturar e sem piedade. Para os policiais regulares a questão da legalidade da ação é um aspecto importante a ser levado em conta, embora nem sempre este princípio é obedecido. Para esta policia paralela a questão da legalidade não é um problema, exatamente porque atuam ilegalmente, à sombra do poder oficial com a conivência deste, tanto que só obedecem e se subordinam às instâncias maiores deste poder. Coexiste com o jagunço e não raro se identifica com ele, isto porque em cada lado do fazendeiro tem um deles. Nos documentos da CPIs e processos crimes são identificados como soldado que acompanha o Prefeito, o soldado que ameaça posseiros, vereadores e deputados. Há suspeita de que a maioria das mortes de lideres camponeses e posseiros foi praticada por eles.

É neste recanto do estado, neste período, talvez em décadas passadas, (1930) mas não muito distantes, quando o coronelismo se estabeleceu como forma dominante de fazer política é que também surge esta força “paramilitar”, uma “milícia” agrária instrumento do poder oligárquico. Quando ocorre o avanço da frente pioneira na região do contestado é o período áureo de sua atuação. Como a luta pela terra e outros bens passa a se intensificar entre grupos rivais no interior da política regional e esta luta se resolvia pelo uso das armas, seus serviços foram abundantemente requisitados, disputando o mercado com a pistolagem⁷⁹. No caso específico de Ecoporanga a memória coletiva registra a história do pistoleiro conhecido como “Paredão”. A história de sua vida se transformou em lenda. Teceremos breves referências sobre este personagem mais adiante.

Um estudo histórico ainda está por se fazer sobre os “homens de farda preta” que revele entre outros aspectos as origens agrárias dos grupos de extermínio, tais como o esquadrão da morte, que ocupou o nosso cenário anos depois. Quem já teve a oportunidade de viajar para o Norte e Nordeste do nosso estado provavelmente já percebeu que circula amplamente na memória coletiva daquela região, mas que também acaba sendo difundida para todo o estado as histórias dessas “capturas”, dos pistoleiros, tanto que o “capixaba” em algumas partes do Brasil, como Rondônia é sinônimo de “matador de aluguel”, um estigma que tem

⁷⁹ Sobre a pistolagem no Espírito Santo ver: ANJOS (2008) e a pistolagem na região do Contestado entre Minas e Espírito Santo, MEDEIROS (2001).

suas origens nos acontecimentos que marcaram a quadradura histórica do começo do século passado na região Norte e Noroeste do Espírito Santo.

3.3. CHACINA DOS POSSEIROS - DESAPARECIMENTO DOS CORPOS

Para vingar a morte do soldado Brum, foi montada uma verdadeira operação de guerra para ocupar militarmente a fazenda Rezende e expulsar os posseiros. Diversos batalhões de dividiram no interior da propriedade como estratégia de luta. Nas diligências a polícia assassinou quatro posseiros: São eles: Sebastião José da Rocha, Geraldo Benedito Carlota, José Calixto dos Santos e Donatílio Leôncio de Souza.

Ao descrever a morte do soldado Brum, historiamos várias versões, mas particularmente, duas diametralmente opostas: a da polícia e a dos posseiros. O inquérito policial militar provou que evidentemente os tiros partiram dos posseiros, mas não conseguiu indiciar ninguém e ele foi arquivado.

Aqui também vamos apresentar as mortes dos posseiros Sebastião José da Rocha (Sebastião Rufino) e Geraldo Benedito Carlota tanto na versão da polícia como na dos posseiros. Cabe observar aqui porque nós falamos em “versão” ou “ponto de vista”, porque de fato, no decorrer da pesquisa deparamos com versões completamente opostas e mutuamente excludentes sobre o que aconteceu de fato na fazenda Rezende e também na Fazenda do “Franquim” em particular e na região de um modo geral.

Procedeu-se ao trabalho de comparação fazendo o rebatimento destes pontos de vista com outras fontes de informação. Isto nos permitiu evidenciar que algumas explicações sobre os conflitos ali ocorridos eram mais justificadoras do que explicativas. Visto isso, passemos para as duas versões sobre as mortes dos posseiros na Fazenda Rezende.

A versão da polícia aparece em 2 documentos: 1) no depoimento do mesmo major Aristides Pereira Martins na CPI-1962 e 2) no livro do Coronel Loiola (2008: 116-117). A versão dos posseiros encontra-se basicamente nos depoimentos das esposas dos posseiros assassinados prestados tanto na CPI-1962 como no IP-

ROCHA, 1962. Começamos pela versão da polícia através do relato do Major Aristides apresentado na CPI-62:

[...] que foi no regresso a Itapeba que o declarante e o Cap. Décio encontraram o grupo comandado pelo Sargento Omar Marques, havendo este comunicado que o seu pessoal foi obrigado a atirar num posseiro, ferindo-o; que para lá seguindo imediatamente o Cap. Decio e o Declarante, puderam verificar a existência de um indivíduo cujo nome veio a saber ser Sebastião Rufino, com 35 anos de idade, caído numa poça de sangue, alvejado que foi com um tiro de fuzil cuja bala penetrou-lhe na região abdominal esquerda saindo nas costas a altura dos rins, esfacelando-os completamente; [...] que a vítima Sebastião Rufino tombara ao lado de sua esposa e de numerosos filhos menores, entre estes duas mocinhas na aparência menores de 18 anos, as quais alegaram ao declarante que as praças haviam tentado até contra as moças na sua castidade. [...] eis que as informações chegadas ao Poder Executivo eram de que numerosos indivíduos armados perturbavam a ordem pública, impedindo a liberdade pessoal de ir e vir aos moradores da região e ainda desrespeitando as autoridades constituídas; que por isso compete diretamente ao Poder Executivo coibir tais abusos caso existam; que de fato nada existiu, conforme foi verificado pelo declarante; que o oficial encarregado de apurar o fato relacionado com a morte de Sebastião Rufino, foi o Tte. Jorge Calazans, não sabendo o declarante se foram iniciadas as diligências de apuração. (CPI-1962, fls.116-117)

Estas declarações são por demais genéricas para podermos extrair alguma conclusão. Porém, a informação de que não existiam posseiros armados perturbando a ordem pública é uma importante contra prova ao argumento de que o policial ou policiais que atiraram em Sebastião Rufino revidaram, em legítima defesa, ao ataque deste.

Este argumento de que a polícia revidou ao ataque do posseiro armado e atirou em legítima defesa é apresentado por Loiola (2008, p. 116-117). A fonte que utiliza é um inquérito policial onde há este relato de legítima defesa dos policiais. Loiola informa que houve dois inquéritos policiais. O primeiro é justamente aquele que investigou a morte do soldado Brum. Informa, também, que houve um segundo⁸⁰,

⁸⁰ No Fórum de Ecoporanga encontramos o Inquérito Policial que investigou a morte de Sebastião José da Rocha (também vulgarmente chamado de Sebastião Rufino). É este que estamos abreviando como *IP-ROCHA, 1962*. No entanto, não encontramos nos arquivos do Fórum nenhum inquérito policial presidido pelo Ten. Jorge Calazans que trata do assassinato de que foi vítima Sebastião José da Rocha (Sebastião Rufino), ao qual o Cel. Gelson Loiola. faz referência. Aventamos da possibilidade de ser um outro inquérito que se encontra nos Arquivos da PM em Maruípe ao qual o Cel. Loiola teve acesso e nós não, tendo em vista que, conforme informação de Loiola, as instalações dos arquivos da PM estavam em reformas. Dois inquéritos sobre um mesmo crime? No inquérito policial que estamos nos baseando já, citando (IP-ROCHA, 1962.) o superintendente da polícia civil, na ocasião, José Dias Lopes, mediante a portaria 098, de 27 de março de 1968, designa o Cap. Leônidas da Cunha para presidir o Inquérito (p. 47). Porém um ano depois, em 23 de abril de 1969, o corregedor Jesse Burns em despacho ao mesmo superintendente informa que: “Enquanto este inquérito anda daqui prá lá, ainda sem que ninguém procure levá-lo a bom termo, num desrespeito

em que se investigou a morte do posseiro Sebastião José da Rocha (Sebastião Rufino) em que fica claramente demonstrado que o posseiro agiu primeiro, não obedeceu a autoridade policial para abaixar a arma. Eis o relato:

que apurou a morte do posseiro Sebastião Rufino no confronto ocorrido na localidade da Pedra da Viúva, Fazenda Rezende, presidido pelo 1º ten Jorge Calazans, conclui que o fato ocorreu no curso da operação policial onde vítima não atendeu a ordem policial para largar as armas e se render, atirando contra os sgt. Omar Marques e o sd. José Nobre da Costa, que revidou e atingiu mortalmente o civil, assumindo a autoria sendo indiciado e o feito encaminhado a Comarca de Ecoporanga, para os mesmos procedimentos processuais (LOIOLA, 2008, p. 116).

Apenas uma correção. Pedra da Viúva fica em Cotaxé. Aliás, o nome primitivo de Cotaxé era Pedra da Viúva. A Fazenda Rezende onde Sebastião Rufino foi morto fica em Itapeba.

Dias (1984, p 98-99), cujo livro chama-se exatamente “O massacre em Ecoporanga” (nossa ênfase) narra um embate entre posseiros e policiais na Fazenda do Lamartin, em 26 de janeiro de 1962, em que dois policiais saem gravemente feridos (um com tiro nas costas ficou paraplégico e outro levou um tiro no olho e ficou cego). Benício, então líder dos posseiros teria informado que, neste incidente, nenhum posseiro foi ferido. Somados à morte do soldado Brum, são três perdas da polícia contra uma dos posseiros. A constatação dessa diferença permite a Loiola concordar com a declaração do então Comandante Geral PMES, Tercio de Moraes e Souza em entrevista no jornal “A Gazeta” no dia 24 de abril de 1962, afirmando que fora a PM que fora massacrada e não os posseiros.

Reportamos a esta fala do coronel Loiola para demonstrar que mesmo passados mais de meio século, persiste a imagem de que a iniciativa do uso da violência partiu dos posseiros e a polícia, em consequência reagiu também com violência.

É lógico que depois destes fatos os integrantes da PMES passaram a atuar na região com mais rigor e cautela, e os excessos que posteriormente foram apurados ocorreram, como consequência do citado episódio e da tensão na

flagrante à ordem, a V. Exa. e ao Poder Judiciário, **as vítimas jazem a alguns palmos de terra e seus familiares jogados a mais franca miséria.**[grifos nosso]. Sugiro que torne V.Exa. sem efeito a portaria nº 098 de 27/03/1968, e designe o Cap. Jorge Devens, atualmente com jurisdição estendida até Ecoporanga para prosseguir e relatar o feito dentro de prazo razoável, devendo a remessa à Justiça ser feita através dessa Corregedoria, para melhor controle desse processo.” (p. 48v). No inquérito esta foi a última indicação de quem deveria presidi-lo, Pelas informações desse inquérito, nenhum soldado foi indiciado sendo arquivado em 22 de outubro de 1975.

região, e não há qualquer dúvida que quando há uma “guerra”, todos os lados envolvidos praticam atos violentos e desnecessários, dos quais muitos estão descritos nesta obra. (LOIOLA, 2008, p. 114).

Cabe observar que não se pode fazer uma generalização apressada a partir da escolha de um caso isolado e tomá-lo como regra geral. Na Fazenda do Lamartin os posseiros estavam mais organizados e a polícia encontrou forte resistência e sofreu este “massacre”.

Em função dessa resistência armada dos posseiros em Cotaxé, a violência policial se intensificou por toda a região. Na Fazenda Rezende as brutalidades que a polícia, os fazendeiros e os jagunços cometeram contra os posseiros vão além de um massacre, foi uma chacina. Por isso, é preciso ver os acontecimentos como um todo, no tempo e no espaço. A intervenção policial não aconteceu apenas nas Fazendas dos Rezendes e dos “Franquin”, mas em outras fazendas mencionadas por alto nas CPIs e processos. Desde 1950 os posseiros tem resistido a violência sistemática da polícia.

A própria produção do inquérito policial se deu a partir de um caminho tortuoso⁸¹ Tem-se toda a evidência de que a demora e a delegação de responsabilidade para outras instâncias pareceu ser uma forma de barrar a investigação. O próprio desembargador, pressionado pela opinião pública, teve que intervir e as tomadas de depoimentos das principais testemunhas (Malvina Maria de Jesus esposa de Geraldo Benedito Cartola e Dorvalina Ferreira, esposa de Sebastião José da Rocha) foram realizadas a cargo de setor do DOPS capixaba denominado Delegacia Especializada de Segurança Pessoal⁸²

⁸¹ Inquérito Policial Militar (IPM) aberto pela delegacia de Ecoporanga em 1962 para apurar as mortes de posseiros, dentre eles, Sebastião José da Rocha. Documento encontrado nos arquivos, Vara Criminal, do Fórum de Ecoporanga. Para efeitos práticos vamos referencia-lo como IP-ROCHA, 1962. Significativo é o ato falho do escrivão que redigiu sua capa. Começa dizendo: “Inquérito Policial procedido em torno do crime que, digo, em que figura como vítimas: Sebastião José da Rocha, Geraldo Benedito Carlota e José Calixto dos Santos. Acusados: militares. Jadir Rezende (escrito posteriormente a mão ocupando uma linha em branco que foi ocupada exatamente com o nome dele). Parece que inconscientemente o escrivão não quis falar em crime. Há uma vítima. Acusado: genericamente militares. Aparece anotado a mão com caneta: “Jadir Rezende”. Enfim, o modo como a capa foi confeccionada percebe-se a clara tentativa de ocultar o nome do responsável pelas mortes dos posseiros enquanto comandante do destacamento.

⁸² A presença do Dops na região está ligada a atuação do PCB. A sua intervenção no caso foi um pedido do delegado de Ecoporanga acima citado. O delegado do Dops que tomou os testemunhos das duas esposas pareceu não estar interessado em se deslocar até Ecoporanga para presidir o inquérito.

Vamos comparar os dois inquéritos que foram abertos para apurar as mortes de um lado a do policial e do outro as mortes dos 4 posseiros. No IPM-BRUM-1962 ninguém foi condenado. Neste, IP-ROCHA-1962, igualmente ninguém foi condenado embora dona Dorvalina Ferreira, testemunha ocular e esposa do posseiro Sebastião José da Rocha, tenha identificado claramente o soldado que matou seu marido.

Naquele um militar foi morto por civis, Neste, quatro civis foram mortos por policiais. Naquele ninguém viu quem atirou, neste temos uma testemunha ocular. Naquele, foram ouvidas 27 testemunhas. Neste, apenas 4, as esposas dos dois primeiros posseiros citados mais dois lavradores. Naquele há exame de corpo de delito e exame cadavérico. Neste, embora haja muito mais mortos, não há nenhum documento técnico.

Vamos atentar para a primeira observação acima. Quem presidiu o primeiro (IPM-BRUM,1962) foi o Major Aristides Pereira Martins, Tratava-se de verificar a morte de um soldado da corporação. Tem-se claramente um responsável para conduzir o inquérito do começo ao fim. É aberto no dia da morte do soldado: 13 de abril e o relatório final é entregue ao comandante Tércio no dia 15 de maio. Exatos um mês e dois dias.

Porém, no segundo, (IP-ROCHA, 1962) são os policiais os autores da ação. Dá a impressão que é a própria delegacia de Ecoporanga que abre o Inquérito. Mas o delegado Jadir Rezende é o próprio réu (como consta na capa). Tem o inquérito policial mas não se tem o responsável por ele. Inicialmente o Dops capixaba assume a sua direção durante a qual é tomado os depoimentos das esposas dos posseiros assassinados. Durante anos, vários delegados assumem o inquérito que nunca foi concluído. Ele é arquivado em 1975 sem na verdade ter sido aberto de fato. Os percalços deste inquérito, suas idas e vindas, reflete exatamente o descompromisso da policia em desvendar um crime que ela mesma cometeu.

Mesmo assim, a versão dos posseiros se encontra lá no inquérito através das declarações das mulheres o que a policia fez foi na verdade uma execução. Sem mandado judicial, entraram na fazenda e executaram quatro posseiros. Segundo consta no inquérito: Sebastião, Geraldo, Benedito e Donatilo, já citados. Há detalhes das mortes de Sebastião e Geraldo relatadas pelas suas respectivas esposas

Dorvalina e Malvina.⁸³ Em relação a Benedito e Donatilio não há nenhuma informação no inquérito e nem na CPI. Eles existiram de fato, senão não estariam no inquérito. Porém sumiram tal como Udelino Alves de Matos.

Comparando as datas das mortes dos posseiros a partir dos depoimentos do Major Aristides Pereira Martins e cotejando com os testemunhos de Dorvalina Ferreira (esposa do posseiro),⁸⁴ das quatro mortes, duas delas foram executadas pelo grupo do tenente Jadir Resende e o tenente Euclides dos Santos. São grupos de extermínio. Um lotado em Ecoporanga outro em Mucurici. Não poderia ser a própria delegacia a apurar o que ela mesma fez. A irregularidade começa aí. Poderia haver até uma investigação mas para nada se apurar. Mesmo assim, o desembargador solicita informações sobre o andamento do inquérito ao Juiz de Ecoporanga Waldir Vitral, no dia 5 de julho (portanto 3 meses depois de ocorrido os assassinatos):

Geraldo Benedito Carlota foi assassinado em Estrela do Norte nesse município em 22 de abril de 1962. Recomendo Vossência informar se foi aberto inquérito e remetido a juízo, sua viúva Malvina Maria de Jesus, aqui se encontra em estado deplorável. Os assassinos segundo informa são policiais comandados pelo tenente Euclides e pelo tenente Jadir. Saudações, Demerval Lyrio.(IP-ROCHA, 1962, fl. 47).

Em resposta, o juiz informa que não existe nem processo nem inquérito em andamento com o nome de Geraldo Benedito Carlota e José Calixto. Por outro lado, informa que há um conflito de jurisdição entre Ecoporanga e Mucurici (município vizinho, ao norte) e destacamento local pertence a Mucurici. (IP-ROCHA, 1962, fl. 75). Nesta fase inicial, não há registro algum dentro do Inquérito policial do promotor da cidade oferecendo denúncia contra os policiais.

Acrescentamos mais dois dados esclarecedores sobre este ponto. Dois posseiros, Geraldo Benedito Carlota e Donatílio Leôncio de Souza, embora tenham sido assassinados pelos policiais na mesma operação militar, seus nomes também desapareceram dos arquivos policiais, ou melhor dizendo, nunca lá estiveram. Assim, o delegado da época, 2º Tenente Mauro Vieira da Cunha, responde a uma solicitação da chefatura de polícia de Vitória a qual por sua vez fora cobrada pelo

⁸³ Há três depoimentos de Malvina: dois no IP-Rocha, 1962 e um na CPI-62, e dois de Dorvalina, um na CPI e um no IP-Rocha, 1962.

⁸⁴ CPI-62 e IP-Rocha-62.

Desembargador Demerval Lyrio do porque da não abertura do inquérito para apurar as mortes dos posseiros informa que

[...] revendo os arquivos desta Delegacia de Polícia, nada encontrei registrado sobre a morte dos Srs. GERADO BENEDITO CARTOLA e DONATÍLIO LEÔNICO DE SOUZA. Informo ainda que foram encetadas várias diligências referentes ao assunto, nesta Cidade e localidades vizinhas, porém tôdas infrutíferas, razão pela qual solicito de V. Excia. Entrar em contato com o Exmo. Sr. Dr. Presidente do Tribunal, no sentido de ser encaminhado a esta Delegacia de Polícia, a pessoa que fez a denúncia ou o seu nome e endereço para que de posse disso, esta Delegacia possa dar cumprimento a Portaria nº de 19 do corrente mês desta chefia. (IP-ROCHA, 1962, fl. 7)

Muitos anos mais tarde, outro promotor⁸⁵ reconhece a presença de grupos de extermínio dentro da própria polícia, porém solicita o arquivamento do inquérito.

M,M, Juiz, o presente inquérito não foi concluído por proteção aos criminosos [sic] os quais pertenciam a nossa briosa força pública. Decorridos mais de 12 (doze) anos somos pelo seu arquivamento, sem termos concluído o caso. Em 20.05.74. [assinatura ilegível]

Porém, o que nos importa neste documento (aliás, como em todos os outros) não é propriamente a dimensão jurídica nele contida, mas o que ele revela em termos históricos e sociais. Comparando os dois, vê-se claramente que num caso a polícia teve todo o interesse em descobrir o autor ou autores, mesmo que não tenha conseguido chegar a eles no final de tudo. A diferença não está no fato de que um era um Inquérito Policial Militar e o outra apenas um Inquérito Policial comum. A diferença está no fato de que neste, as vítimas são simples posseiros, pobres, analfabetos, em que lhe é roubada a condição de cidadão.

No inquérito policial dos posseiros mortos há um profundo descaso até nos procedimentos da perícia técnica obrigatórios em casos como esses. Esses exames mencionados são peças fundamentais do inquérito. São eles que fornecem dados que vão compor a prova material do crime: indicariam o tipo de arma de fogo, calibre, tipo de munição e até mesmo de que armas partiram os projeteis, distância provável do disparo etc. Nenhum desses procedimentos a polícia esteve preocupada em coletar, pois se assim procedesse estaria produzindo prova contra si mesmo.

⁸⁵ Sem carimbo, com assinatura ilegível. Como se dirige a um juiz e sugere o fechamento do caso presume-se que seja um promotor.

Esses aspectos foram duramente criticados pelo corregedor, Dr. José Gilberto Barros Faria, que em 14 de março de 1968, portanto, 6 anos depois dos assassinatos o qual reabre o inquérito e contesta uma importante recomendação que estava no interior dele que era de transformá-lo num inquérito presidido por delegacia especial tendo em vista que o delegado de Ecoporanga se considerava impedido de investigar oficiais de patente superior a dele e que eram suspeitos no inquérito.

Nota-se nestes Autos que até agóra, está havendo certo descaso para apuração dos fatos, que a digna Presidência do Tribunal de Justiça deseja saber. Todos os indiciados, indicações de acusados; fatos estarrecedores e deshumanos, estão bem claros nas declarações das sras. MARVINA MARIA DE JESUS (fls. 9, 9v., 10, 16, 16v. e 17) e DORVALINA FERREIRA (fls. 21 e 21v.). Nada se fêz até agora. O que é deplorável. Esta “bomba” mal feita, sem corpo de delito, (já que há indicação elementos de feridos), exames cadavéricos, exumações, veio ter às mãos do Sr. Dr. Delegado Especializado atual [DOPS], que, sem recursos, e distante do local dos homicídios, está agindo certo, procurando ouvir Antônio Rezende, dono das terras; o Sr. Valdemar Capicho meeiro da vítima Geraldo Benedito Carlota; Sdo. José Rocha, apontado como assassino de Geraldo; e colhêr nomes do destacamento de Ecoporanga e Mucuricy que estavam sob ordens do Ten Jadyr Resende, em abril de 1962. [...]. Discordamos totalmente do despacho das fls. 33 e 34, determinando que estes Autos tenha seu andamento na Delegacia Especializada de Segurança Pessoal. Falta de meios de locomoção pessoal, dinheiro para custear diligencias, hospedagens, implica e sustenta nossa discordância. Discordamos também, do pedido de impedimento do Delegado Municipal de Polícia de Ecoporanga, sob alegação de existência de patentes superior à sua no rol de acusados. Como sabe disso se nem começou ainda o inquérito? Se positivar realmente existência dessas patentes poderá pedir ao M.M. Dr. Juiz local, que as ouça em presença da Promotoria Pública ressalvado desta feita sua responsabilidade. Enquanto chegar a êste ponto, poderá muito bem ouvir posseiros, soldados, civis, agricultores, donos de terras, invasores, mandantes, cabos, vereadores, avicultores, etc. etc. etc. Não se pode desprezar e nem relegar, fatos estarrecedores, apontados nas declarações tomadas que o digno Tribunal de Justiça deseja saber, repetimos. O QUE SE DEVA FAZER: - PRIMEIRO: - Imediatamente reforço de autuação e rubricar todas as folhas, numerando-as pela aparente confusão. SEGUNDO: - Baixar portaria específica da Superintendencia designando, o Sr. Delegado de Ecoporanga atual, para presidi-lo e que o resultado seja imediatamente relatado à Superintendência. TERCEIRO: - Que o Sr. Delegado imediatamente colha exames de lesões corporais dos feridos, de 1962, pelas suas cicatrizes, e que proceda exumações se não encontrar Atestados de Óbito com causa-mortis, nos cartórios deste feito. QUARTO: - Ouvir os que escaparam da chacina [sic!], grifos nossos]. Fatos idênticos já foram apurados, pelo atual Superintendente da Polícia Civil e êste ocorrerá o mesmo conforme promessa do Sr. Dias Lopes, ao povo capixaba, de deixar os maiores crimes insolúveis, esclarecidos. (IP-ROCHA, 1962, fls. 41-42) .

Duas observações podem ser feitas a partir desta fala do corregedor. A primeira observação a assinalar é a sugestão do afastamento do Dops capixaba no comando das investigações. Nisso há certa coerência do procedimento. Sabemos que o

DOPS capixaba tinha uma especial preocupação com as atividades comunistas no estado. A investigação a partir do Dops tenderia a estabelecer uma conexão perigosa entre posseiros e os comunistas que atuavam na área que poderia turvar verdadeiramente as investigações, transformando-a mais em um “patrulhamento ideológico” do que propriamente a busca dos autores da chacina.

A segunda observação a assinalar é quanto ao otimismo do corregedor. Acreditar que José Dias Lopes, Superintendente da Polícia Civil iria esclarecer os grandes crimes do estado do Espírito Santo como prometeu nos pareceu uma profunda ingenuidade. Ora, José Dias Lopes é irmão do primeiro governador da era da ditadura, Cristiano Dias Lopes Filho, o qual o apadrinhou, concedendo-lhe o cargo de Superintendente da Polícia Civil, criado especialmente para atender o irmão. A indicação foi muito contestada na época, pois o José Dias Lopes não tinha curso superior em Direito, exigência mínima para ocupar o cargo. O corregedor estava escrevendo em março de 1968. Em 13 de dezembro do mesmo ano é decretado o AI-5.

Dentro deste quadro histórico de repressão, impressiona a recomendação de investigar a fundo os autores da chacina. O seu otimismo tem uma explicação histórica. A chacina aconteceu em 1962. O pedido de reabertura do inquérito foi feito em 1968. A ditadura estava começando a assassinar e enterrar seus opositores.

Para recontar esta história vamos fazer uma viagem imaginária, mas perfeitamente realizável, de cerca de 1200 quilômetros saindo daqui da Fazenda Rezende para o distrito de Perus, localizado na zona oeste da cidade de São Paulo. Chegando em Perus, vamos direto para o Cemitério do distrito, (oficialmente Cemitério Dom Bosco) mas hoje rebatizada de **Colina dos Mártires**. No alto de uma colina avistamos um grande mural vermelho de aproximadamente 5 metros de altura e 15 de comprimento onde está escrito em letras brancas e maiúsculas:

AQUI OS DITADORES TENTARAM ESCONDER OS DESAPARECIDOS POLÍTICOS, VITIMAS DA FOME, DA VIOLENCIA DO ESTADO POLICIAL, DOS ESQUADRÕES DA MORTE E SOBRETUDO OS DIREITOS DOS CIDADÃOS POBRES DA CIDADE DE SÃO PAULO. FICA REGISTRADO QUE OS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SERÃO SEMPRE
--

DESCOBERTOS. Comissão de Famílias de Presos Políticos desaparecidos.
--

Este cemitério foi utilizado, durante o período da ditadura (1964-85) para enterrar as pessoas assassinadas pelas forças de repressão do regime e pelo esquadrão da morte. Militantes que faziam oposição ao regime, presos políticos e indigentes foram enterrados numa vala comum.⁸⁶

Estabelecendo uma analogia com a “vala clandestina de Perus”, pode-se dizer que a Fazenda Rezende também teve seu “cemitério clandestino”. Os posseiros assassinados pela polícia e pelos jagunços dos fazendeiros eram jogados no rio ou enterrados nas grotas. Se em Perus teve vala clandestina, aqui teve “grotas clandestinas”. Persiste na memória coletiva da região esta história macabra. Mas há diferenças entre as duas histórias. Estas diferenças históricas singularizam as mortes ocorridas na Fazenda Rezende.

No caso de Perus, os assassinatos ocorreram na década de 1970, em plena ditadura militar do Governo Médici. Foram os parentes das vítimas que num paciente trabalho de investigação em vários cemitérios de São Paulo, suspeitaram deste e descobriram as ossadas numa vala coletiva clandestina e identificaram, com o auxílio de especialistas (trabalho que levou anos, só concluído em 1990) que eram seus entes queridos que ali estavam enterrados.

No caso da Fazenda Rezende, os assassinatos ocorreram uma década antes, em 1962, em plena era populista do governo Goulart. Na época, nunca se achou os corpos. Os policiais disseram que nunca houve corpos porque não houve mais mortos além daqueles relatos no IPM instaurado para apurar o assassinato de 4 posseiros por policiais. Porém, conforme consta em inúmeras passagens tanto da CPI de 1961 que investigou o caso, como também do IPM instaurado para verificar as mortes dos posseiros, inúmeras esposas de posseiros relatam o desaparecimento dos seus maridos⁸⁷. Por outro lado, demonstrando profundo descaso em relação aos apelos angustiantes das mulheres, jamais houve interesse

⁸⁶ Cf. – A Vala clandestina de Perus – desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da História do Brasil. Dados completos, ver referências no final do trabalho.

⁸⁷ - Cf. depoimentos na CPI de 1961 das posseiras Dorvalina Ferreira, pp. 78-80, Palmira Firmina Dias, pp. 111-112 e Malvina Maria de Jesus, pp. 131-135. Sobre o depoimento delas no Inquérito Policial Militar (IPM-Rocha-1962), ver nota 46 deste trabalho.

das autoridades da época em investigar o paradeiro deles. Este desinteresse persistiu, mesmo que tenham chegado ao seu conhecimento notícias de que a polícia havia enterrado alguns corpos perto do córrego da Precata, numa gruta e jogado outros no rio.

Essa analogia entre o que ocorreu em Perus, em 1971 e o que ocorreu em Ecoporanga em 1962, nos revela um dado histórico interessante, mencionado de passagem anteriormente: a repressão aos pobres, a sistemática perseguição aos adversários políticos chegando ao seu aniquilamento físico não é uma invenção da ditadura, embora ela tenha aprofundado esses métodos. Embora em situações histórico-sociais diferentes (aqui, a luta dos posseiros e lá em São Paulo a luta dos operários e também a perseguição a jornalistas críticos do regime) persiste um elemento comum: a aniquilação física do outro e o desaparecimento do seu corpo. Fazê-lo desaparecer fisicamente, fazê-lo desaparecer da história para que não tenha história, para que ele não possa contar a sua história.

Mas apesar das semelhanças, aqui a história não terminou. Em Perus a vala clandestina foi descoberta, os corpos exumados, as ossadas identificadas. Aqui temos a evidência do local. Os corpos, hoje transformados em ossadas estão a espera da verdade.

O título dos livros-reportagem do jornalista Luzimar Nogueira Dias e do poeta Paulino Leite trazem o termo “massacre”. Em Luzimar o título é “Massacre em Ecoporanga” (grifo nosso), em Paulino o título é “Massacre em Cotaxé”. (grifo nosso). Com efeito, “massacre” é um termo que traduz bem o fato histórico ocorrido na Fazenda Rezende. O emprego do termo “chacina” seria também adequado para qualificar as mortes na Fazenda Rezende. Chacina, no sentido que a própria polícia dá ao termo, significa a ação que resulta no assassinato de mais de três pessoas na mesma hora e no mesmo lugar.⁸⁸ Chacina na sua origem francesa, “chacine”, remete ao ato de preparar a carne suína e cortar aos pedaços e salgá-la. Empregando neste sentido, os posseiros foram chacinados, despidos de sua condição humana, foram tratados como animais, como porcos, como animais rastejantes, tais como os caranguejos.

⁸⁸ Por exemplo: chacina de Vigário Geral, chacina da Candelária.

Temos exemplos concretos de como foram tratados como porcos e como caranguejos. Como porcos. Até recentemente na entrada de Cotaxé, atravessando a ponte que dá acesso à cidade, numa rua à direita de quem vai para o centro, na Praça, existia uma casa em forma de um cubículo onde ficavam os presos da “captura”, como porcos amontoados. Na tortura, os soldados jogavam água para que os posseiros homens e mulheres não pudessem dormir.

Como caranguejos. Ficou registrado na memória dos que sofreram essas torturas, a famosa “dança do caranguejo”.⁸⁹ Posseiros entre homens, mulheres e até criança capturados eram levados para dentro desse cubículo onde os policiais e jagunços às gargalhadas e no ritmo de um sanfoneiro os obrigavam a executar, forçados por chicotadas, a dança do caranguejo. Seu Nelsino, com 76 anos, hoje morando no Miragem, assentamento do MST a poucos quilômetros da sede de Ecoporanga, era criança e nos conta essa história:

Tinha uma casa amarela lá em cima e aí tinha um policial que falava assim: “o Nercino, o Nercino vamo andá mais nós, vamo! E eu saia mais ele. E aí chegava lá, eu era menino, pequeno, bem garoto. Aí eu chegava lá e eles cantavam assim pros home: ***Caranguejo, seu caranguejo escuta que eu vou falá, o lugá de seu Franquim não é prá você roubá. Vamo caranguejo que o pau tá quebrando. Segura caranguejo que o pau tá quebrando. Ah! é cela rapaz!*** (NERCINO, depoimento, 2015)

“Seu” Nercino, ao cantar a “dança do caranguejo” ainda o faz sorrindo, achando muita graça, quando na verdade ela, enquanto dança e música, integrou um instrumento de tortura, em que o momento da dança representava para o posseiro profunda humilhação. Seu Nercino exemplifica mais uma vez a infinita capacidade que as classes populares têm de se apropriar dos objetos, situações, histórias e valores e dar outro significado a eles. Neste caso da “dança do caranguejo”, de transformar a dor em algo divertido. Transformam o instrumento de tortura em algo lúdico. Como o ruim passa a ser “bom”. Conseguem transformar a memória da dor,

⁸⁹ Podemos ver o registro dessa dança do caranguejo em três fontes: 1) Em Adilson Vilaça no livro: *Cotaxe - O romance do Estado efêmero de União de Jeovah*, de 1997, (p. 222, da 4ª edição), 2) No curta metragem dirigido por Joel Zito Araújo denominado *O Estado efêmero de União de Jeovah*, baseado no romance de mesmo nome, de Adilson Vilaça acima citado, em que este participa também como narrador. Neste vídeo, de 1999, seu Nercino aparece executando a dança do caranguejo. No confronto das datas, porém, a dança do caranguejo aparece pela primeira vez no livro de Luzimar Nogueira Dias, já amplamente citado aqui: *O massacre de Ecoporanga*, de 1984, p. 70. Referência completa das obras citadas acima vide no final deste trabalho.

do sofrimento e da humilhação em algo lúdico, até anedótico. A apropriação do fato dando a ele outro sentido, neste caso, representa uma forma de luta.

As palavras carregam uma estranha coincidência: “captura” era o nome dado à polícia que perseguia e matava os posseiros. Tem o mesmo sentido de apanhar animais. Também aqui a ação de capturar posseiros tem o sentido de apanhar um animal. Hoje o termo foi institucionalizado pela polícia e é empregado normalmente como ação de prender bandidos.

Capturar posseiros como animais, colocá-los enjaulados e fazê-los dançar a “dança do caranguejo” como se fosse um circo, com a diferença de que em Cotaxé os posseiros e familiares não dançaram no picadeiro, mas num curral (vide figura 10) Reproduz aqui a sistemática dificuldade que esta sociedade tem de aceitar o outro, principalmente se este outro é o subalterno, o índio, o negro, o posseiro. A história do Brasil, é a historia da constante exclusão das camadas mais pobres da população que não se pautam pelos valores das elites agrárias e urbanas.



Figura 10 – Curral onde os posseiros e familiares foram forçados a dançar a “dança do caranguejo”. Ao fundo a Pedra da Viúva.

Em outra dimensão podemos ver a coisificação do posseiro. Coisificação no sentido dele ser considerado não como um ser humano, mas como um animal. Há o reverso dessa história que é ao mesmo tempo cruel e irônico. Para se defender, o posseiro foi buscar na lei burguesa a sua própria proteção. Mas não invoca a lei dos homens, já que nesta, ele não encontrou respaldo, mas na lei que protege os animais.

Em 28 de Abril, após a intervenção militar na Fazenda Rezende, a ALTAES escreve uma carta ao presidente João Goulart denunciando as arbitrariedades da polícia e fazendeiros contra os posseiros e pede providências e proteção:

vêm mui respeitosamente, pedir a V. Exa. a aplicação da LEI QUE PROTEGE OS ANIMAIS em favor dos posseiros de Ecoporanga, já que para esses não existe nada que os defenda, nem a Constituição Federal, nem a Estadual, nem o Código Civil e nem os preceitos cristãos. A lei que impera contra os posseiros é feita pelos grandes fazendeiros e grileiros daquela zona. (Apud DIAS, 1984, p. 40).

Outra prática foi a de fazer desaparecer por completo a figura física do posseiro, isto é, uma vez mortos, ocultar seus corpos ou enterrando-os ou lançando ao rio. Em 1962, nas Fazendas Rezende e Fazenda do “Franquin”, prenunciava o que viria ser o Brasil a partir de 1964. O “ovo da serpente” estava sendo chocado por esses lados. Isto é, no mundo agrário. A crise política que se abateu sobre o Brasil e culminou com o golpe militar de 1964 tem suas raízes no conflito de terras em vários recantos do Brasil.(MARTINS, 2011). E nestes conflitos, latifundiários através dos seus jagunços e com a colaboração da polícia ameaçava, perseguia, assassinava e sumia com os corpos. Através dos depoimentos, vamos historiar este último ponto: o sumiço da prova material do crime: os corpos. Vejamos o depoimento de Dorvalina Ferreira, esposa de do posseiro Sebastião José da Rocha, morto pela polícia.

Que não sabe o nome do soldado que disparou contra seu marido, mas que se o batalhão for formado perante sua pessoa, está habilitada a reconhecê-lo, que a declarante reconheceu serem os mesmos, ou seja os policiais pertencentes a polícia de Jadir, sargento, e do Major Aristides. Que além desse homicídio, houve naquele lugar muitos outros. Que a declarante sabe que um dia mataram um garoto. Que um certo dia a policia matou um homem que montava uma égua, juntamente com esta. Mataram um cidadão chamado Geraldo. Mataram também uma família inteira, só deixando a mãe, e esta por sua vez ficou louca. Que além desses fatos, fizeram muitas outras barbaridades, que podem ser confirmadas com a ida de qualquer autoridade naquele local. (IP-ROCHA, 1962, fl. 73 v.).

As últimas palavras de dona Dorvalina são um desafio para a polícia. É como dissesse: *Se estão duvidando de mim é só mandar qualquer autoridade no local.* Evidentemente, nada disso foi feito. O corregedor mais tarde, como se viu, iria cobrar a inexistência no inquérito de qualquer tipo de perícia. Ele sugere também a exumação dos corpos. Onde estariam estes corpos? O corpo de Sebastião estaria hoje, em algum lugar da Fazenda Rezende, perto da cabana onde um dia a família morou, pois, como Dorvalina relata, a polícia impediu o sepultamento no cemitério.

[...] que o marido faleceu quarta-feira, à noite [18 de abril de 1962] e que no dia seguinte pela tarde lá apareceram quatro civis a mando da Polícia para procederem ao sepultamento de seu esposo Sebastião; que a depoente tentou comprar os funerais e vestir roupa no cadáver, mas foi impedida pela Polícia e que a Polícia não deixou que lá fossem os amigos da vítima para conduzir o seu corpo ao cemitério público local; [Itapeba] que estranhou o comportamento da Polícia impedindo o sepultamento da vítima no cemitério público deste povoado, mandando sepultá-lo como fez em lugar impróprio perto da barraca no local de sua morte. [...] (CPI-1962, fl. 80).

De forma trágica, o relato de Dorvalina sobre as circunstâncias do enterro do marido nos faz lembrar a canção de Chico Buarque de Holanda, “Funeral de um lavrador” produzido para a peça “Morte e Vida de Severina” de João Cabral de Melo Neto em 1965⁹⁰. A canção fala de um pedaço de terra que caberia ao lavrador dentro de um latifúndio. Este pedaço de terra é justamente a cova. Para alguns posseiros nem cova houve. Foram lançados no Rio Cotaxé sem mesmo terem um enterro decente. Porém, há diferenças entre a música “Funeral de um Lavrador” e o que aconteceu em Ecoporanga. A diferença é que a morte de Sebastião é real e antecipa em três anos a produção da peça teatral e da música. Aqui de fato, a arte imita a vida, e não o contrário. O artista tem a capacidade de captar através de sua sensibilidade os aspectos mais cruéis da realidade brasileira.

Mesmo quando podemos constatar que houve sepultamento natural do posseiro, isso não invalida o que a música constatou: a cova como herança do latifúndio. Perto dali, no Córrego do Limão, está enterrado o líder camponês que tanto lutou pela posse da terra, Genoíno da Silva Gama, numa colina, na imensidão da grande propriedade. Não foi morto pelas forças policiais ou jagunços de fazendeiros, como informou sua filha ainda viva, Dona Geralda. Lutou a vida toda por um pedaço de terra e hoje jaz nas terras que um dia sonhou possuir. (Figura 11)

⁹⁰ Para fundamentar melhor as nossas colocações, segue a letra completa da música em questão, cuja referência completa encontra-se no final deste trabalho. Funeral de Um Lavrador – Letra de João Cabral de Melo Neto e música de Chico Buarque de Hollanda. *“Esta cova em que estás com palmos medida/ É a conta menor que tiraste em vida/ É de bom tamanho nem largo nem fundo/ É a parte que te cabe deste latifúndio/ Não é cova grande, é cova medida/ É a terra que querias ver dividida/ É uma cova grande pra teu pouco defunto/ Mas estarás mais ancho que estavas no mundo/ É uma cova grande pra teu defunto parco/ Porém mais que no mundo te sentirás largo/ É uma cova grande pra tua carne pouca/ Mas a terra dada, não se abre a boca/ É a conta menor que tiraste em vida/ É a parte que te cabe deste latifúndio/ É a terra que querias ver dividida/ Estarás mais ancho que estavas no mundo.”*

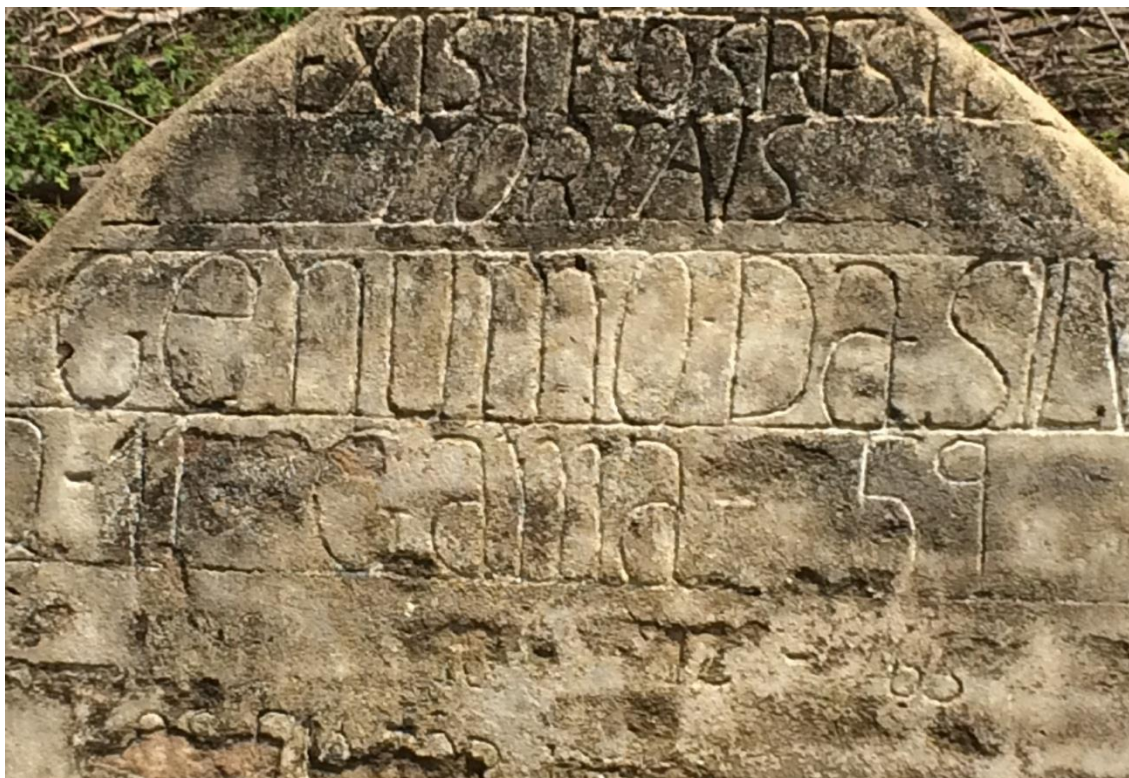


Figura 11 – Túmulo do posseiro Genoíno da Silva Gama. Falecido em 02-11-1959. Corrego do Limão. Cotaxé. Foto de autoria de Antonio Leão Bandeira de Mello, atual dono da Fazenda.

Mas, retomemos a história da morte do posseiro Sebastião. A polícia impediu o seu sepultamento normal porque temia algum tipo de protesto ou revolta por parte dos posseiros no momento do enterro. No caso de Genoíno, dá para identificar onde foi enterrado. No túmulo se lê: *“Existem restos mortais de Genoíno da Silva Gama.”* Por sua vez, no caso de Sebastião, passados anos, com local indefinido, a perícia teria dificuldade para exumar o corpo. Tarefa quase impossível. A diferença entre Genoíno e Sebastião reside no fato de que aquele sofreu uma morte natural e este foi assassinado pela polícia. Daí porque é mais fácil localizar os vestígios deixados pelo primeiro (seu túmulo) e impossível encontrar os restos mortais do segundo pois estes mesmos restos é a prova de um crime cometido pela polícia. A semelhança é que ambos lutaram e sonharam em ter uma terra para plantar.

Já mencionamos o desaparecimento do líder dos posseiros João Hermenegildo. Muitos outros desaparecidos são citados nos depoimentos. No mesmo depoimento, Dorvalina Ferreira relata que:

Soube não ser este o único crime praticado pela Polícia e segundo tais informações houve vários crimes praticados pela mesma Polícia no Córrego da Cotia, ainda dentro da Fazenda Rezende; que soube terem sido presas algumas mulheres e crianças e moças na localidade chamada Estrela do Norte e que a Polícia jogava água onde as mesmas se encontravam, impedindo-as de repouso; que conhece várias mulheres dispersas na região cujos maridos elas não sabem o destino e que em face das notícias de mortandade no Córrego da Cotia e em outras regiões faz com que pensem na possibilidade desses maridos ali terem sido assassinados. (CPI-1962, p. 80)

Mais tarde, o promotor que solicitou o arquivamento do inquérito iria dizer que tudo não passou de fantasias de mentes doentias. Nunca houve estas mortes. Mesmo que ele tenha razão, esta “imagem” de matança e ocultação dos corpos de posseiros se difundiu em toda região e até hoje está registrado na memória coletiva. Mais estarrecedor e macabro é o relato de Malvina Maria de Jesus:

[...] que no domingo seguinte, ao de ramos, a declarante viu aproximadamente uns cinquenta policiais, com uns paus, numa cachoeira acima da casa da declarante empurrando cinco cadáveres humanos que haviam se detido num remanso depois da mesma cachoeira; que estava pescando um pouco abaixo da dita cachoeira o Sr. Laci Justino da Silva, pescador, residente em Estrela do Norte, quando notou que um cadáver estava preso em seu anzol; que neste instante a declarante que estava lavando roupa em lugar próximo, foi chamada pelo Sr. Laci, para ver também o cadáver preso ao anzol; que tanto a declarante como o Sr. Laci testemunharam a passagem pelo rio de cinco cadáveres e entre eles ela identificou um rapaz louro, com dois dentes de ouro, que já estava com os lábios comidos por peixe, ou urubus; que os cadáveres vistos exalavam muito mau cheiro; que bem abaixo da casa da declarante, em frente à fazenda do Sr. Abraão, numa ilha do Rio, perto da Casa de um senhor de nome Rogé, o Sr. Laci Justino da Silva, três dias após ao descobrimento dos cinco cadáveres, encontrou o esqueleto de outra pessoa; que entre o Domingo de Ramos e que se seguiu, o filho do Sr. Laci, de nome Djalma, foi a um pasto, no córrego da Alpercata, pegar uns animais e ali encontrou dois cadáveres humanos sendo comidos por urubus; que também, no córrego da Alpercata, um pouco acima do local onde o menino encontrou os dois cadáveres sendo comidos, houve um tiroteio entre policiais do Tte. Euclides, de Ecoporanga e posseiros, na quinta-feira santa; que duas viúvas ora residindo em Itapeba disseram à declarante que seus maridos teriam sido mortos pela Polícia nas matas do córrego da Alpercata, são elas de nome Juversina e Juracina e que elas também viram a Polícia matar o animal de um rapaz que ia a Estrela comprar farinha e após matar o animal matou também o rapaz. [...] Que Sebastião de tal procurou a declarante em Santa Luzia dos Pretos e lhe disse: “olha aqui dona, eu fui levado pela Polícia, preso, para ajudar a enterrar dezessete (17) cadáveres num buraco só no córrego da Alpercata, nas proximidades do local onde houve tiroteio, pois ele mata todos os cachorros que passam por ali; que há na Vila de Estrela uma senhora de nome Nilce, esposa do soldado “Marinheiro”, que conhece todos os esses fatos narrados pela declarante; que João Correia, residente no córrego do Bálamo disse à declarante que viu urubus comendo o corpo de uma pessoa na curva do Rio do Norte, na beira da estrada entre Estrela e Itapeba; que Laci certo dia viu três policiais e Francisco Costa, este

empregado dos Rezendes, aproximaram-se do Rio, no lugar chamado poço do inferno e ali despejaram um saco de ossos humanos e que nesta hora Laci foi ameaçado pelos policiais e por Francisco Costa e que este Francisco Costa vem perseguindo a Laci para matá-lo. [...] (CPI-1962, FL 133).

São inúmeros depoimentos de mulheres de posseiros que informam sobre o desaparecimento dos seus maridos. São as “viúvas de Itapeba”. Seus maridos poderiam ter fugido da polícia, mas este depoimento da posseira Maria Amélia Pereira dá a entender que executaram seu marido, pois na fuga, o posseiro combinou com a esposa que, caso escapasse da polícia, iria para a casa do pai. Seu depoimento na CPI em Itapeba, no dia 9 de maio de 1962 ocorre pelo menos 20 dias depois das “diligências” da polícia. Neste depoimento é visível a sua profunda angústia. Sem casa para morar, pois esta foi queimada na presença dos filhos, além de não saber o paradeiro do marido, não sabe nem para onde ir:

[...] que agora, mais recentemente a Policia ali compareceu sem aviso prévio e surpreendeu o marido da depoente, que, amedrontado começou a correr; que a Polícia disparava suas armas de fogo contra ele, daí para cá não viu mais o esposo, Sr. João Pereira Sobrinho; que a Polícia mandou a depoente desocupar a casa que iria ser queimada; que ao voltar a Polícia atirou em uma cachorra de propriedade da depoente, deu de fuzil num seu sobrinho menor, de pequena estatura, de 20 anos de idade, e após incendiou a casa e os cobertores da família; que ela e seus filhos assistiram a este espetáculo; que a seguir veio para esta Vila com seus filhos e aqui permanece até hoje, sem qualquer notícia do seu esposo que seu esposo ao fugir sob tiroteio da Polícia teve tempo ainda de dizer a depoente que se escapasse iria procurar o pai no Baixio de São Geraldo, perto de Mantena; que não sabe informar se o esposo tivesse sido orientado por alguém para regressar novamente ao seu antigo sítio. (CPI-1962, fl.76)

Pode-se argumentar que ao informar que o marido estava desaparecido, Maria Amélia estaria protegendo-o da polícia. Mas então porque ela iria dizer que o marido fugira para a casa do pai? Para apanhá-lo era só seguir esta pista deixada pela esposa. É improvável que o marido jamais tenha voltado. Esse é um dos muitos exemplos de desaparecimento que mostra como operava este grupo de policiais. Observamos que em todas as falas das mulheres as execuções e desaparecimentos estão relacionadas as diligências ou do tenente Jadir Rezende ou do tenente Euclides, ou ambas.

As informações contidas nos documentos e depoimentos falam no destacamento procedente de Vitória e que ocupou a Fazenda Rezende. Mas por outro lado, quando se refere a queima das casas e uma série outros tipos de violência mais sérios como estupro, morte e ocultação de cadáveres, estas atrocidades estão

sempre ligadas aos delegados locais (principalmente ao delegado Jadir Resende e Euclides Santos). Este grupo de extermínio tinha estreita ligação com os fazendeiros e seus jagunços para promoverem a “justiça com as próprias mãos” e parecia que no interior da fazenda não obedeciam a um superior local. Agiam soltos, por conta própria. O que reforça o caráter arbitrário e ilegal da ocupação da Fazenda pelas forças do Estado. O fato é que o próprio Estado não soube controlar este grupo de policiais, de qualquer forma formalizado por ele, braço direito dele.

Como vimos, um representante do judiciário afirmou que naquela época foram acobertados criminosos dentro da “nossa briosa” polícia militar. Ora, este tipo de polícia prosperou à sobra do Estado, não foi o produto anômalo dele, foi o modo como o Estado escolheu para resolver os conflitos agrários: pela força terrorista.

Vamos deter brevemente nesta questão pois ela é importante para se saber da natureza da intervenção policial na Fazenda Rezende. Será que a polícia militar teria, ela diretamente, tamanha participação na escalada de violência dentro da fazenda Rezende e em outras, ou foi um grupo paralelo a ela, mas organicamente ligado a ela?

A década de 1970 foi no Brasil a década da repressão. Mas também foi a década da ideologia de massa. Década em que o Brasil, sob a ditadura Médici conquistaria o tricampeonato mundial de futebol no Médico. A ditadura soube muito bem manipular a imagem vitória da seleção. Fazendo uma sagaz correlação entre Nação e Seleção, esta ideologia nacionalista procurava passar a imagem do Brasil como exemplo perfeito e bem sucedido de um país do “milagre econômico”, de um futuro grandioso e harmônico na sua plena integração nacional.

Mas por detrás dessa fachada escondia-se o lado negro da repressão: mortes e assassinatos daqueles que se opunham a ditadura militar em que a morte do jornalista Vladimir Herzog marcaria o ápice do regime e sua decadência. O esquadrão da morte, grupos de extermínio de bandidos, supostos justiceiros do povo, passou a atuar neste período com presença marcante em São Paulo, Rio de Janeiro, Alagoas e Espírito Santo.

A nossa hipótese é de que bem antes da década de 70, pelo menos já na década de 1960 grupos de extermínio atuavam no interior do Espírito Santo, particularmente na

região Norte e Nordeste do estado. O que aconteceu em Ecoporanga em 1961 e 1962 é o exemplo histórico disso. Se esta nossa percepção é correta, os grupos de extermínio não nascem propriamente no meio urbano, mas trazem sua herança do meio rural, cujas práticas são reproduzidas no meio urbano. Vejamos as conexões históricas.

No Espírito Santo, o esquadrão da morte atuou, a partir da década de 1970, na Grande Vitória, envolvendo-se em extermínio de criminosos, mas também ligados a roubo de carro, armas e prostituição. Guimarães (1978, p.6) informa que no Espírito Santo

[...] o esquadrão da morte era um instrumento de violência das elites da época e, nesse estado brasileiro, estava associado diretamente ao governador e a seu irmão Secretário de Segurança e responsável pelas ações da Polícia Civil. A associação com o poder público era evidente, inclusive, contando com a participação de pessoas com altos cargos na administração estadual no comando dos atos de tortura e de violência.

O governador em questão era Cristiano Dias Lopes e o seu irmão, José Dias Lopes. Ewerton M. Guimarães reuniu mais de 20 mil documentos sobre o “esquadrão da morte” provando que ele estava na verdade instalado dentro do organismo policial capixaba no Governo de Cristiano Dias Lopes, cujo cabeça da organização era o próprio irmão do governador.

Meneghatti (2011), baseando-se em estudos realizados por Majella (2006), Lindoso (1983), e Freitas (1982) informam que, em Alagoas, os grupos de extermínio tem sua origem de forma diferenciada em relação a outros estados. Pois em Alagoas, “a violência era uma prática institucionalizada nas suas elites agrárias e diretamente relacionada com a proteção da propriedade privada rural”. (MENEHATTI, 2011, p. 8). Conforme apurou Lindoso (1983), no estado de Alagoas.

“A figura dos matadores de aluguel, responsáveis por executar aqueles considerados ameaça econômica, política ou moral, participando também nas brigas entre senhores de terra, sempre fez parte da cultura local, tornando-se personagem central da história deste estado.” (apud: MENEHATTI, 2011, p. 8)

Há alguns estudos, como já assinalamos anteriormente, que mostram a “cultura da pistolagem” no Norte e Noroeste do Espírito Santo⁹¹ que apontam a existência também de matadores de aluguel a serviço de fazendeiros e políticos rivais. Crimes

⁹¹ Cf. Medeiros (2011) e Anjos (2008).

de mando eram muito comuns também em Minas Gerais, na região do Vale do Mucuri. Portanto, o trabalho de Meneghatti merece uma complementação: o violento grupo de extermínio que passou a atuar no meio urbano da grande Vitória é a herança que recebemos das práticas de pistolagem de décadas passadas no noroeste do estado. Ou seja, aqui também no Espírito Santo, como em Alagoas, a cultura da violência nasce no meio rural.

No texto de Guimarães (1978, p. 140) há uma passagem que dá a entender o vínculo do secretário de segurança pública, José Dias Lopes, envolvido com o Esquadrão da Morte, com as delegacias municipais do interior do Espírito Santo, particularmente no Norte e Noroeste do Espírito Santo, ali colocando elementos de sua confiança. Arbitrariedades cometidas por delegados naquelas regiões, tais como execuções sumárias, o secretário simplesmente as ignorava, bem como as denúncias contra seus comandados, pois depositava absoluta confiança neles.

Assim, aqui também podemos perceber as “origens agrárias” dos grupos de extermínio. Pode-se até argumentar que são contextos sociais e épocas históricas diferentes. Porém, a forma de atuação das chamadas “capturas” no caso das fazendas Rezende em Itapeba e Franquim em Cotaxe, dos anos 60 é muito semelhante da forma como agiam os grupos de extermínio do esquadrão da morte na Grande Vitória dos anos 70, principalmente a execução implacável e o posterior desaparecimento dos corpos. No caso de Itapeba e Cotaxé, dos anos 60, a repressão foi contra posseiros. Na Grande Vitória dos anos 70 foi contra “bandidos”. Em 1962, a Gazeta informava que “bandidos da pior espécie” estavam invadindo a fazenda Rezende. Como observou Alberto P. Guimarães (1981), na história do Brasil, as classes pobres, na sua origem, aparecem como classes perigosas.

Como vimos o inquérito policial de que estamos tratando, de 1962 até 1968, ficou acéfalo, ou seja, ficou sem um delegado que o presidisse. O corregedor José Gilberto de Barros Farias requer a retomada do inquérito informando que seria da mais alta importância ouvir “os que escaparam da chacina, pois fatos idênticos já foram apurados pelo atual Superintendente da Polícia Civil” e neste caso não seria diferente, pois o próprio secretário teria prometido “ao povo capixaba” esclarecer todos os grandes crimes do estado.

Ou o corregedor Barros Farias estava ironizando ou se afogando nas próprias ilusões. O secretário de segurança José Dias Lopes, talvez para cumprir aquela promessa, (e as mortes dos posseiros Sebastião e Geraldo, com certeza não era um desses maiores) designou um delegado de sua confiança para presidir o inquérito. Com o novo delegado, Capitão Leônidas da Cunha, um ano se passou e absolutamente nada se apurou. O corregedor Jesse Burns então designa novo delegado, o Capitão Jorge Devens para presidir o Inquérito, que igualmente nada se apurou.

O promotor público de Ecoporanga, Carlos Augusto Vieira Mattos, em 10 de setembro de 1975, solicita ao juiz de então, o arquivamento do inquérito policial que investigava o assassinato de Sebastião José da Rocha e outros por considerar que não há prova material para denúncia. O seu despacho é significativo, pois contesta a existência de outras mortes pois não há exame cadavérico, dando a entender que tudo não passou de fantasias de mentes mal intencionadas:

MM. Juiz: Noticia o presente inquérito fatos estarrecedores narrados por possíveis vítimas de policiais, quando em 1.962, fomentava neste norte de nosso Estado, uma famigerada política, à custa de vidas inocentes úteis, conseguia-se qualquer cargo eletivo. Por incrível que pareça, os fatos narrados no presente, tiveram nosso testemunho, pois na região encontrávamos como policiais que éramos. Também obtivemos nosso prêmio, acusados por infelizes criaturas orientadas por políticos inextruculosos,[sic] que usavam para constranger a opinião pública termos como o contido às fls. 22v “Matou ainda (a polícia) uma família inteira, só deixando a mãe, e esta por sua vez ficou louca”, respondemos a processo e o interessante, só encontramos laudos de exames cadavéricos em processos de que foram vítimas, militares, sendo, que, em Inquérito como o do presente, nunca existiu nem apareceu exames cadavéricos e isso porque tais fatos não passavam de fantasias, desenvolvidas em mentes atrasadas por malsinados políticos de então. MM. Juiz até a presente data não foi notado por aqueles em cujas mãos tem passado o presente, de que nos autos não consta a prova material dos delitos apontados pela queixosa, e, sem esta prova, não póde o presente prosperar, motivo pelo qual, tendo em vista ainda a decorrência do tempo, requeremos o arquivamento do presente. (IP-ROCHA, 1962, fl. 54).

Esta é uma peça jurídica importante porque o promotor analisa o inquérito em si a partir da letra da lei, detectando corretamente ausências de procedimentos que dão legitimidade a ele tais como provas, exame de corpo de delito, exame cadavérico etc. Porém, as lacunas que estão “dentro” do inquérito só podem ser explicadas observando as condicionantes que estão fora dele.

Primeiro vamos a algumas observações que o promotor faz cujo contraponto se encontra no próprio inquérito. Diz que não encontra a prova material dos delitos apontados. De fato, como observamos a polícia não produziu provas contra si mesmo. Ela foi a autora do crime. Dona Dorvalina estava disposta a identificar o soldado que fez o disparo que matou seu marido. Testemunha ocular, viu o soldado matar seu marido. Não sabe o nome (nem era obrigada a saber, entre tantos), mas sabe quem foi. Quem estava conduzindo o Inquérito Policial ignorou isso. No caso da morte do posseiro Geraldo, sua esposa, dona Malvina viu quem atirou: foi o soldado José Rocha. Ele se apresentou, mas foi dispensado a depor.

Façamos aqui um longo parêntesis explicativo sobre esta dispensa. Passados seis anos após o evento, em 19 de fevereiro de 1968, o comandante geral da polícia militar, Tenente Coronel Carlos Monjardim apresenta o soldado José Rocha a fim de prestar declaração no Inquérito Policial o qual naquele momento estava sob os cuidados da Delegacia Especializada de Segurança Pessoal (um setor do DOPS). Porém, estranhamente o soldado José Rocha ficou dispensado de prestar a declaração e o argumento era de que “*o inquérito encontra-se em correção, dispensa-se o intimado, aguarde-se nova oportunidade.*” (IP-ROCHA, 1962, fls. 43-43v). José Rocha nunca foi ouvido.

O promotor diz que ninguém notou a inexistência da prova material até a presente data (10/09/1975). Esta afirmação merece uma correção. Já assinalamos que o corregedor, Dr. José Gilberto Barros Farias, em 14 de março de 1968, portanto sete anos antes do despacho do promotor apontou esta irregularidade pedindo exames de corpo de delito, coleta de material e recomendou até exumação de cadáveres se fosse necessário.

Passemos para a questão das provas materiais. Somos obrigados a repetir a fala do promotor para fundamentar a nossa explicação. Diz o promotor: “***o interessante, só encontramos laudos de exames cadavéricos em processos de que foram vítimas, militares***” e completa: “***sendo, que, em Inquérito como o do presente, nunca existiu nem apareceu exames cadavéricos e isso porque tais fatos não passavam de fantasias, desenvolvidas em mentes atrasadas por malsinados políticos de então.***” Olhando do *ponto* de vista da lei, *ponto* onde exatamente está o promotor, o seu procedimento é absolutamente correto. Na condição de um dos

operadores do direito, isto é, na condição de promotor, só pode oferecer denúncia quando existe a prova material. Este é seu *modus operandi*. Ignorar isso é ignorar as normas jurídicas que definem sua função. Mas, emite um juízo de valor, afirmações preconcebidas sem base nos fatos. Comete um julgamento ideológico quando diz que tais fatos nunca existiram, que tudo isso não passou de fantasias de políticos. O fato de não existir o cadáver não significa que não haja um morto. No caso das mortes de Sebastião e Geraldo a polícia não quis investigar porque sabia que ia chegar facilmente nos soldados que mataram os posseiros. Existem, como sabemos, elementos extrajurídicos que influenciam profundamente na forma como um inquérito é aberto e na forma de conduzi-lo. Há elementos sociais, políticos que só olhando de fora do inquérito, em si, é possível descobrir a natureza dele⁹². É preciso investigar a própria investigação policial. Verificar o que esta investigação diz, como diz, mas principalmente o que ela NÃO DIZ. Ou seja, o que ela oculta. Cabe ao pesquisador buscar as evidências no silêncio. E isso só é possível se transformarmos o inquérito policial, ele mesmo, em objeto de investigação histórica.

A polícia quando quis investigar quem matou um dos membros da sua corporação, produziu uma volumosa quantidade de provas materiais, como já foi demonstrado. Este foi o caso do soldado Brum e do soldado Abelar, há exame cadavérico e exame de corpo de delito respectivamente. Mas a inexistência de exames cadavéricos e corpo de delito em posseiros não significa que não haja posseiros mortos e feridos. Pelo contrário, é porque existiram muitos posseiros mortos e feridos é que não houve exames cadavéricos e de lesões corporais. A ausência é um *sintoma* de que se está querendo ocultar alguma coisa. E esta alguma coisa é a própria chacina de posseiros que ocorreu na Fazenda Rezende.

Eles foram mortos, jogados em valas clandestinas, cobertos pela imensidão de pastagem que é hoje a Fazenda Rezende, ou pior ainda, atirados no rio Cotaxe, e neste caso a evidência física da chacina se perdeu para sempre. No caso das valas, ainda é possível buscar arqueologicamente as provas. Foi o que aconteceu

⁹² Esta questão é muito mais complexa do que imaginamos. Na abertura e condução do inquérito, há fatores culturais, históricos e socioeconômicos sem dúvida. Mas não podemos fazer uma correlação mecânica entre estes fatores, principalmente a condição social dos envolvidos (vítima e réu) e condução do inquérito. Vai depender de outras variáveis como por exemplo o interesse maior ou menor despertado na opinião pública a qual funciona como uma espécie de vigilância na condução do inquérito.

na vala clandestina de Perus. Será que teremos uma “vala clandestina de Itapeba”? Não se trata de fantasia de mentes inescrupulosas. Sebastião e Dorvalina com seus filhos, Geraldo e Malvina com seus filhos existiram de fato, de carne e osso. Mas porque eram pobres posseiros, abateu sobre eles a fúria assassina de fazendeiros, jagunços e policiais em defesa de um suposto direito de propriedade.

Finalmente uma última observação. O promotor pede o arquivamento do inquérito antes da sua prescrição. No próprio inquérito, o Juiz de Ecoporanga, Dr. P. J. B. Pinheiro, em 23 de outubro de 1974 informa que:

O tempo decorrido não é motivo suficiente, legal, jurídico nem moral para se determinar o arquivamento de um inquérito quando ainda não ocorreu a sua prescrição. Baixe-se à Delegacia de Polícia para novas diligências.(IP-ROCHA, 1962, fl. 51)

Ali houve crime de tortura contra posseiros, como se viu na cadeia improvisada de Cotaxé (na casa amarela, as chicotadas se executava a “dança do caranguejo”; fazer o posseiro Sebastião beber sangue de galinha enquanto agonizando nas últimas horas de sua vida, pedia água) e provas inequívocas de espancamento, tentativa de estupro e tortura de mulheres para confessarem o paradeiro de seus maridos. Portanto, a tortura estaria entre os crimes imprescritíveis conforme previsto na Constituição. Podemos ir além, o objeto da tortura tem classe social e cor. A maioria dos posseiros era negra ou afrodescendente e muito pobre. Como já afirmamos, os posseiros de Cotaxé migraram para outras partes do Brasil (Rondônia, Norte do Paraná, Mato Grosso e outros estados) e para o meio urbano, na Grande Vitória. Mas alguns descendentes permaneceram em Cotaxé e outros distritos e patrimônios de Ecoporanga (Imburana, Itapeba, Estrela do Norte, Ribeirãozinho). Destas famílias descendentes, a maioria que tomamos o depoimento era negra. Outra evidência, embora não extraída da investigação de campo, são as fotografias destas famílias existentes no livro de Luzimar Nogueira Dias (1984, pp. 47, 49, 136, 137, 139), onde se observa a predominância da população negra e mestiça entre os posseiros.

Porém, a versão do promotor que afirma não haver mais mortos do que aqueles relatados no inquérito e que além desses, tudo não passou de mentes fantasiosas não é isolada. Esta versão é também defendida por Imaim Corrêa Lacerda, influente

advogado de Ecoporanga, na época. Figura singular, advogou tanto para posseiros como para fazendeiros. A reconstrução histórica da sua figura bem como de suas ações toma como base as declarações que fez na CPI-1962 e enquanto advogado em vários processos na vara civil de Ecoporanga da época. O mais famoso deles foi a defesa e libertação do conhecido pistoleiro “Paredão” que uma vez livre passa a trabalhar para ele numa fazenda que tinha próximo a Cotaxé. Imaim Lacerda tem uma apreciação extremamente positiva da pessoa e da atuação do delegado Jadir Rezende. Não vê nele defeitos, mas qualidades. Foi o delegado que reestruturou a delegacia de Ecoporanga e impôs a ordem. Tem um relacionamento estreito com o latifundiário e madeireiro Mário Marques de quem fez muito boas referências. Considera Mário Marques um empreendedor e considera uma grande inverdade a acusação que se faz contra ele de que vive rodeado de capangas. Quanto a violência dos policiais contra os posseiros e muitas mortes que se seguiram, pode-se deduzir de sua fala que estes fatos são, segundo ele, mais imaginária do que real.

[...] perguntado se tomou conhecimento de que a policia efetuou defloramentos, cevicias [sic] e finalmente enforcamento em uma mocinha, após deflora-la; respondeu que ignora tais ocorrências como protesta contra as mesmas sem provas materiais; Que de Santa Luzia do Norte veio um cliente que informou ao declarante que lá chegaram uma mulher acompanhada de 3 filhas com as vestes rasgadas e o corpo sangrando pela fuga mato a dentro em virtude de a policia haver cercado a região, sendo este o quadro mais doloroso que o declarante tem noticia; Que na opinião do declarante, pelo conhecimento que possui [sic] da psicologia do povo se uma filha de posseiro fosse estropada [sic] e enforcada, sobretudo pela policia, já teria transformado-se em SANTA, atraindo romeiros dos quadrantes do Brasil. (CPI-1962, fl. 62).

De fato, no cenário político da região, mas mais particularmente em Ecoporanga, ocorreu uma clara polarização entre grupos políticos rivais, polarização este que se reflete no apoio ou crítica ao movimento dos posseiros. Imaim Lacerda se posicionou claramente contra os posseiros, embora tenha sido advogado deles num primeiro momento (“mas isso há muito tempo” completa ele).

No transcorrer de sua carreira como advogado, embora prevaleça a defesa de delegados, fazendeiros e juizes, teve um posicionamento extremamente crítico em relação a disputa de terras entre posseiros e grandes fazendeiros como se verá num despacho seu num dos processos de reintegração de posse que corria pelo Fórum de Ecoporanga. Observar que é o mesmo advogado que defendeu e retirou da

cadeia o famoso pistoleiro “Paredão” (ver figura 12) É provável que por este serviço, “Paredão” passou a trabalhar como capataz na sua fazenda, também, em Cotaxé. Muitos consideravam “Paredão” como capanga do Sr. “Franquin” e teria assassinado muitos posseiros no Córrego do Limão. É provável que o advogado frequentemente emprestava o seu capanga para o fazendeiro “Franquin”. Paredão foi assassinado por posseiros como consta no inquérito policial⁹³ mas nunca se descobriu os autores.

Sua vida mereceria ser objeto de uma investigação histórica, tendo em vista que sua história de vida ilustra e esclarece fatos que se deram naquela conjuntura política e o contexto social de luta pela terra naquela região. Na representação da memória coletiva local, “Paredão”, pelos episódios de que participou, se transformou em uma espécie de lenda. Entre os posseiros corria a imagem de que era um pistoleiro de “corpo fechado”, devido a um pacto que fez com o demônio e só poderia ser abatido dentro d’água. Coincidência ou não, sua morte seguiu esta receita. De fato, foi morto dentro do rio. Conforme inquérito policial que investigou sua morte ocorrida em 2 de março de 1963, foi assassinado com 11 tiros, ao atravessar o Córrego da Explosão, em Cotaxé. Nunca acharam o autor ou autores do crime. O caso foi arquivado em 28 de agosto de 1979, 16 anos depois de seu assassinato.⁹⁴

⁹³ Encontramos no Fórum de Ecoporanga 4 processos envolvendo José Martins Lisboa, isto é o conhecido pistoleiro de apelido “Paredão”. Um primeiro de 1955, por ter assassinado o próprio irmão, Benevenuto Martins Lisboa, um segundo por tentativa de assassinato de Valentim dos Santos, sobrinho do seu patrão, um terceiro, pela fuga espetacular da cadeia em que “foi na farmácia” escoltado e desapareceu e finalmente um quarto processo este definitivo por se tratar do seu próprio assassinato.

⁹⁴ Cf. Inquérito Policial nº 359. Delegacia de Polícia de Ecoporanga. 30 de março de 1963. Vide referência completa no final deste trabalho.

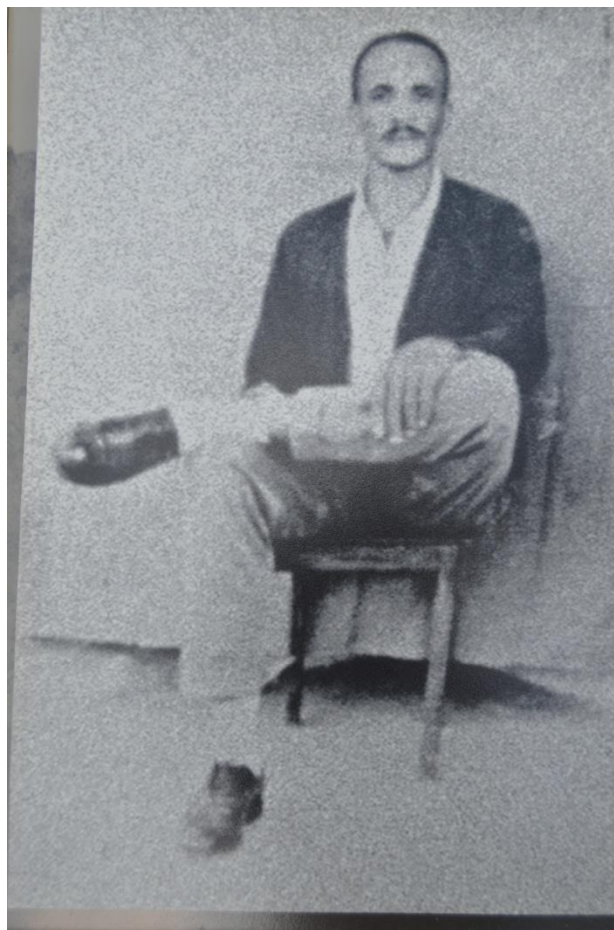


Figura 12 – José Martins Lisboa, o “Paredão”, quando jovem. Temido entre os camponeses, foi morto em 2 de março de 1963, provavelmente por posseiros. Foto cedida por sua esposa Dominga Pereira da Penha.

Vamos apresentar um dos processos em que Lacerda atuou como defensor não propriamente de um posseiro, mas de um agricultor,⁹⁵ No processo, Rodolfo Gava, um grande fazendeiro, passa a expulsar dos posseiros da sua suposta propriedade. Henrique Wroblewski não é posseiro, no entanto se viu “*esbulhado de suas posses por elementos do Sr. Rodolfo Gava.*” Assim, Henrique Wroblewski contrata Imain Lacerda para defendê-lo. Interessamos, ver, através dos olhos de um advogado (que “um dia foi” defensor dos posseiros) como os conflitos agrários na fazenda Rezende não eram fenômenos isolados, mas se alastravam por toda região de Ecoporanga. Seu cliente é acusado de ter escrito uma carta anônima ameaçando o

⁹⁵ Ação de Reintegração de Posse que move Henrique Wroblewski contra Rodolfo Gava. Fórum de Ecoporanga – Arq. Caixa 5 – Tombo 353. Fls 55. 17/12/1957. Obs: na verdade é uma ação de interdito proibitório. Para efeitos práticos, a referência a este documento será: Ação de Reintegração de Posse Wroblewski contra Gava, 1957.

latifundiário, e Lacerda ao defender seu cliente em 8 de junho 1960, faz uma descrição dos conflitos na região:

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito. Atendendo ao despacho de fl. 48, querem os seus autores, por seu procurador, oferecer as seguintes observações. I. De lana caprinae. 1. É elementar que, se o autor tivesse feito uma carta “anônima” ao réu, barão latifundiário todo-poderoso, - o qual expulsou violentamente não pouco lavradores da margem do rio do Norte, exercendo não o judiciário, mas a manu militari – o autor não o faria num envelope com o seu timbre, como se vê de fls. 19; 2. Elementar também, sem necessidade de exame gráfico que a grafia do envelope é claramente diferente das de fl. 20 e 21. 2. De via indicis. Porém esta carta de fls. 20 e 21, diz mais que o conteúdo. Atrás dela, em seu sentido filosófico, há pulsos erguidos, expressivos da revolta que de cem anos a esta parte fez o trabalhador assumir a atividade. Se o século XVIII lhe deu a igualdade política, desde o XIX. O homem comum se levanta pleiteando justiça econômica. A lei civil brasileira instituída em 1916, colocou o homem que verte seu suor, na locação de coisas, quando cem anos antes, na Europa, o postulado filosófico de que deve ser o dono da terra quem lavra a terra, já se havia convertido em direito social; esta nossa legislação civil, obsoleta e caduca, ainda mantém a forma do direito romano, cuja finalidade última era proteger o domínio privado. Contudo, por mais denso o obscurantismo que ainda reina para o desgraçado trabalhador da terra no Brasil, sua ânsia por justiça, se não tem amparo na lei, sai pelos olhos, pela língua e pelos pulsos. Em termos mais explícitos, - a justiça com as próprias mãos. E os barões latifundiários marca Rodolfo Gava, Willi, Franklin et caterva, podem manobrar deputados e funcionários das secretarias afim de obter títulos definitivos; porém, se o latifúndio lhes dá um colchão de mola, dormir não podem; se um filé mignon, comer também não. E para visitarem o latifúndio, preciso se lhes torna requisitar a manu militari... Pergunta o Evangelho: “Que adianta ao homem ganhar o mundo todo, e perder su’alma?”. Rodolfo Gava responda esta face à carta anônima de fls.. 20 e 21...(Reintegração de posse. Wroblewski contra Gava. fls. 49 e 49v)

O advogado Lacerda, com larga experiência profissional retrata de forma bastante lúcida os principais elementos do cenário de conflito pela terra que se transformou Ecoporanga na época. Fala em barões latifundiários que obtém títulos de propriedade mediante manobras políticas. Antecipa em pelo menos 2 anos os conflitos da Fazenda Rezende e Fazenda Menezes (Franquim): os posseiros não tendo amparo na lei, vão fazer justiça com as próprias mãos. Ou seja, vão ocupar as terras dos latifundiários.

Na arena política se digladiavam João Corsino de Freitas do PTB de um lado e Tolentino Xavier do PSD do outro. A disputa entre dois caciques políticos durou anos e dividiu a cidade ao meio sendo motivo de ameaças e tentativa de assassinato em várias ocasiões. Essas ocorriam em véspera de eleições para eliminar fisicamente o adversário. Esta forma de fazer política afetou sobremaneira a situação dos posseiros pois, não ficaram inumes ao jogo político de então. O relatório final da

CPI-1962 dá especial destaque a esta disputa política e faz a conexão desta disputa com a crise envolvendo os posseiros.

“A Comissão verificou haver uma luta política muito grande entre o Sr. Mario Marques e prefeito Tolentino Xavier contra o Sr. Dep. João Corsino de Freitas e este e seus correligionários Joaquim de Souza Lima, vereador, Altamiro Felisberto Teixeira, vereador, e Antonio Augusto Rodrigues, suplente de vereador, por Itapeba, consideram-se ameaçados permanentemente, ora por policiais a mando do prefeito e do Sr. Mario Marques, ora por jagunços e mandado do prefeito e do Sr. Mario Marques, ora por jagunços a mandado do último. O Sr. João Corsino de Freitas diz já ter sido ameaçado por várias vezes, com tocaias nas estradas por ele deverá passar e recentemente um certo sargento da Polícia lhe disse ter sido convidado pelo Sr. Mario Marques para eliminar o deputado antes ainda das eleições de outubro. Antonio Augusto foi retirado das matas de Itapeba pelos srs. Deputados Bagueira Leal e Isaac Lopes Rubim, procirado que estava pela Polícia do Tte. Jadir. O vereador Altamiro Felisberto Teixeira, depois de ter sido intimado a comparecer à Delegacia de Polícia, onde prestou declarações, ao sair, foi ameaçado de morte por um sargento da Polícia, na presença de vários oficiais que se limitavam a rir. O vereador Joaquim de Souza Lima, candidato a Vice-Prefeito, com o Sr. João Corsino de Freitas, foi também desacatado e insultado pelo soldado Natalício Fonseca. (CPI-1961, fl. 148).

Por isso é importante reter a dimensão social e política das mortes na Fazenda Rezende. Não são crimes comuns. São crimes políticos. Pelo fato de representarem uma categoria social chamada “posseiros” ou “invasores” (na visão dos latifundiários e da polícia) é que abateu sobre eles o ódio, o preconceito de classe. Os posseiros carregam uma marca, um estigma social⁹⁶ vêm de fora, se instalam em terras “alheias”, que já possui dono, são pobres, uma turba perigosa e mais: negros e baianos!. Aliás, o termo “baiano” carrega um estigma social, a marca do preconceito social que foi recorrente nesta região a partir de uma visão preconceituosa da elite “branca” capixaba, Na ocasião, o jornal *A Gazeta*, de propriedade do também latifundiário e governador Carlos Lindenberg (que, diga-se de passagem, possuía terras naquela região) afirmava, em reportagem (cujo título já demonstrava extrema parcialidade e preconceito: “**Criminosos da pior espécie fazem parte do bando que atacam fazendas. PM atenta.**”) que graças ao trabalho da polícia foi possível prender um invasor denomina “Zé baiano”, pertencente a este grupo perigoso⁹⁷. Evidentemente, este apelido não foi cunhado pela polícia, mas foi dado a ele pelos seus pares. Porém, internamente trata-se de uma forma afetiva de denominar as

⁹⁶ Poderíamos aplicar o esquema de Norberto Elias (2000, pp. 19-80), porém no caso dos posseiros versus latifundiários, quem vem primeiro? Na comunidade dos posseiros, os grileiros e fazendeiros são abertamente outsiders. Para os grileiros, fazendeiros e policiais quem são outsiders são os posseiros, os estabelecidos são os fazendeiros, proprietários, “pessoas de bem”.

⁹⁷ Cf. *A Gazeta*. 18 de abril de 1962, p. 5.

peessoas, mas para a polícia é um desqualificado invasor de terras. Cabe observar que este estigma não é exclusivo desta área, existindo em quase todo o Brasil, particularmente a partir da percepção distorcida que a elite do sul, principalmente, paulista, tem do nordestino, principalmente dos “baianos”.

Como vimos, quando observamos as poucas fotos⁹⁸ existentes dos posseiros do Cotaxé, percebemos a grande existência de negros. Nos inquéritos e processos, quando se analisa a procedência dos posseiros a maioria vem de Minas e da Bahia⁹⁹. Historicamente esta região foi colonizada por baianos. Ao Norte, o povoado de “Prata dos Baianos” e “Santa Luzia dos Pretos” comprovam esta ocupação por pretos e baianos. Nesta região, grande maioria dos posseiros era de origem negra como percebemos nas fotos, fato confirmado no contato direto, nas entrevistas que fizemos com os filhos e netos dos posseiros remanescentes e que não migraram para outras regiões do país, como já afirmamos. Suspeitávamos que além de um preconceito de classe vinda da elite agrária havia também um preconceito racial. O preconceito do policial não era apenas contra o posseiro porque ele era invasor pobre, mas também porque era preto. Paradoxalmente, Antonio Rezende é baiano. Porém da elite agrária baiana. José Alberto Rezende dos Santos, irmão de Antonio morando em um apartamento de luxo em Copacabana qualificava os posseiros e os políticos ligados a eles de analfabetos e semianalfabetos.

3.4. QUEIMA DAS CASAS DOS POSSEIROS

Parte da imprensa¹⁰⁰ que cobriu o evento na época informou que não houve violência para que “Ecoporanga voltasse à ordem”. Porém, nos depoimentos dos

⁹⁸ As fotos estão em Dias (1984, *passim*). Não se sabe do paradeiro das fotos originais. Pressume-se que os originais estariam na CPI de 1962, pois ali existe um lugar demarcado para elas. Infelizmente elas se perderam. Porém, para os propósitos deste trabalho aquelas apresentadas por Dias (1984), embora de segunda mão, servem para os nossos propósitos.

⁹⁹ A análise da população pioneira da região Norte e Noroeste do estado no que se refere a sua origem geografia (se de Minas, Bahia ou Espírito Santo) além de sua composição étnica, encontra-se em Bernardo Neto (2012).

¹⁰⁰ Seria de imensa relevância para a historiografia capixaba um estudo de como a imprensa cobriu os eventos: No caso da Gazeta, temos as seguintes notícias e seus respectivos dias (o ano é sempre 1962): **“Invasão de propriedade particular ocorrida na Região Norte do Estado resulta em graves acontecimentos”** (17 de abril), **“Criminosos da pior espécie fazem parte dos bandos que atacam fazendas: PM atenta”** (18 de abril); **“Situação normalizada em Ecoporanga: invasores fugiram da fazenda Rezende”** (19 de abril); **“Urubus rondam os cadáveres em**

posseiros e posseiras há uma versão completamente diferente que comprovam que houve uma violência desenfreada seja por parte da polícia, seja por parte dos fazendeiros e seus prepostos.

A queima implacável das casas dos posseiros foi uma delas. Assim que a polícia chegava ao local onde estava o posseiro, acompanhada pelos jagunços do fazendeiro e as vezes até destes os quais participavam da ação também, as casas eram queimadas com tudo que havia dentro, sem chance para que as famílias tivessem tempo para a retirada dos poucos pertences que tinham (roupa e alimentos). Outras práticas eram postas em ação: espancamentos, sevícias, tentativa de estupro ou a consumação de fato deste, humilhações de todo tipo.

Além da própria História, talvez a psicologia ou a psicanálise, num outro enfoque, possa dar uma explicação diante de tamanha barbárie. O que faz com que um indivíduo ou um grupo descarregue tanto ódio contra outro indivíduo ou grupo? O grau de violência parece ser diretamente proporcional à situação de vulnerabilidade do grupo social. Parece que quanto mais indefeso se encontra o indivíduo ou o grupo maior é a violência contra ele. Mas os fatores jurídicos ajudam a explicar: a impunidade que foi uma constante neste conflito. Mas fatores sociais é que estão na base dessa situação: é o pobre que está sendo massacrado. Neste caso, quanto mais pobre maior o grau de violência. Quem iria se importar com o posseiro pobre? Quem iria sentir a sua falta, a não ser a sua família? Basta lembrar a chacina da Candelária, basta lembrar o extermínio dos moradores de rua de São Paulo, e seu sumiço. Jogados prá lá e prá cá, ninguém os quer. A sociedade que os produziu não suporta a sua presença.

Porém devemos estabelecer uma significativa diferença entre os posseiros e os mendigos de rua de São Paulo. Aqueles então no limbo da sociedade, na mais negra miséria, para eles não há mais esperança. Sem emprego, vagam pelas ruas da cidade.

Os posseiros, apesar de pobres não eram miseráveis, pelo menos, aqueles que viviam no Córrego do Limão. Devemos relativizar o conceito de pobreza.

Ecoporanga” (24 de abril) ***“Sem qualquer violência policial foi restabelecida a ordem em Ecoporanga”*** (25 de abril)

Impressiona o relato de todos que entrevistamos, sem exceção, de que Cotaxé viveu um período de extrema fartura no período em que os posseiros ocuparam o Córrego do Limão e cercanias. A evidência era a abundância de produtos da roça que eram trocadas e comercializadas no mercado da praça central de Cotaxé. Pela descrição dos produtos agrícolas, arroz, feijão, milho, mandioca, banana, manga, mamão, além da criação de todo tipo de criação (bovino, suíno, caprino, aves), somos levados a crer que se tratava da produção da economia do excedente, conforme conceituação Martins (1975, pp. 43-50)¹⁰¹. Pois são produtos para consumo na economia local, no máximo regional. Porém se constatou que produziam café, embora não fosse a produção principal deles. Pelo contrário, a produção principal era o alimento que tiravam da terra que alimentava a família e a comunidade. Esta economia do excedente estava conectada com outros setores da vida social. No Córrego do Limão os posseiros tinham uma vida comunitária intensa. Existia a Igreja, o campo de futebol, a escola que integram a comunidade em torno destas atividades. Visitamos o local e só encontramos a capela e alguns escombros de casas como últimos vestígios daquilo que foi um dia o “patrimônio do Limão”, na época quase um pequeno povoado. (vide figura 13)



Figura 13 - Capela do Córrego do Limão.

Porém, há outro lado da história dos posseiros. Se houve muita fartura no Córrego do Limão, o mesmo não se poderia dizer em outras fazendas, como na Fazenda Rezende onde, posseiros desorganizados, sofreram perseguições e mortes como

¹⁰¹ “[...] Trata-se de uma economia do excedente, cujos participantes dedicam-se principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades.” (MARTINS, 1975, p. 45).

vimos. Porém, é na fazenda de Gustavo de Oliveira Santos, mineiro, residente em Carlos Chagas, que vamos encontrar inúmeras famílias de posseiros resistindo em deixar a propriedade de aproximadamente 600 alqueires. Mediante defensoria, centenas de posseiros movem, com o auxílio de um advogado (Cícero Badú), ação declaratória no sentido de permanecerem nas terras do latifundiário.

Que são chefes de família numerosa e moradores nos terrenos do Snr. Gustavo de Oliveira Santos [...] que, lavram estas terras, a fim de manterem suas famílias, e agora foram intimados para pararem com seus trabalhos agrícolas, neste momento aflitivo para toda NAÇÃO, justamente por falta de produção agrícola, a fome ronda todos os lares, e a miséria se alastra por todo o TERRITÓRIO NACIONAL, o nº dos que trabalham não satisfaz o consumo da POPULAÇÃO; Em face do exposto e amparados no Art. 2º do Código Processo Civil, vem muito respeitosamente suplicarem a V. Excia. confiados no espírito culto e no sentimento de chefe de família, permissão para fazerem suas plantações, pois as terras já estão quase todas preparadas, faltando queimar algumas, permissão para que os animais domésticos, como sejam: uma cabrita para dar um pouco de leite para as crianças, os cargueiros que transportam os produtos agrícolas, finalmente qualquer animal que preste serviço aos agricultores, precisam permanecer com os agricultores. Que as famílias dos suplicantes tem 178 pessoas, todas ameaçadas de passar fome, se V. Excia. não tiver clemência. Requer, outrossim, sejam citados os suplicados e suas mulheres, para contestarem esta ação no prazo da lei.[...] Ecoporanga, 8 de agosto de 1959.(Fórum de Ecoporanga. Arquivos do Cartório do 2º Ofício Adelino Coimbra, Ação Declaratório. Requerente: Antonio Machado e outros. Requerido: Gustavo de Oliveira Santos e outros. Proc. 219, Tombo 219, fls. 48. Caixa 008. 1959.).

A ação não foi adiante, pois uma medida desta natureza envolvia custos que os posseiros não tinham condições de pagar. Devolveu-se ao cartório de origem, “o processo não deu prosseguimento por falta de pagamento das custas” e o mesmo foi arquivado em 17 de abril de 1964, (p.13-14), sintomaticamente, estamos entrando no período da ditadura. Tudo indica que estas famílias foram todas despejadas da fazenda.

Pois não seria por caridade que permitiria a permanência dos posseiros em sua propriedade, pois anos antes este mesmo fazendeiro teve sérios atritos com o próprio Udelino Alves de Matos, ocasião em que o grupo de Udelino assassinou um “administrador-gerente” da fazenda. “Adminstrador-gerente” do ponto de vista do fazendeiro, mas do ponto de vista dos posseiros era de fato um “capataz”, um dos jagunços do fazendeiro que perseguia os camponeses.

Em relação à situação dos posseiros, vemos dois cenários distintos. Cenário de fartura daqueles que mantinham nas suas próprias terras e produziam nelas. É o

caso dos posseiros do Córrego do Limão, cujo enfrentamento com os proprietários Franquim-Lamartin contou com o apoio e a organização de militantes comunistas. Cenário de extrema pobreza e desamparo daqueles posseiros que dependiam dos favores dos supostos proprietários das fazendas. Este foi o caso das fazendas de Antonio Rezende e Gustavo de Oliveira Santos. A posse da terra é o que marca a diferença. Enquanto o posseiro foi senhor de suas terras pode produzir para si e sua família. Subalterno ao fazendeiro, dependendo deste para plantar ficou numa situação de miserabilidade extrema como se pode observar.

Aqui se repete um pouco a história das lutas de classe na Europa do século XIX, mas com a diferença de que no Brasil, os camponeses foram muitas vezes protagonistas da história e inúmeras vezes visualizaram um outro tipo de sociedade e Estado. Marx (1997) já havia observado que não é o *lumpen* proletariado que teria a capacidade política de estabelecer um enfrentamento efetivo contra o capital. Mas uma classe operária organizada. Isto historicamente ocorreu na Europa. Porém, no Brasil o que se tem visto é que a classe camponesa é uma das poucas, senão a única a ter um enfrentamento armado contra a opressão das oligarquias, basta lembrar Canudos, na Bahia, Contestado em Santa Catarina e Paraná e nos vários movimentos de resistência camponesa nas frentes pioneiras, sendo este de Ecoporanga um exemplo. Assim, não cremos que a história do campesinato europeu apresentada por Marx possa ser aplicada para o caso brasileiro¹⁰².

Guardadas a diferenças de contexto histórico e da dimensão que tomou os eventos, há certa semelhança entre Canudos e Ecoporanga. Revendo a história, em Ecoporanga só não houve um extermínio em massa de posseiros, um “genocídio”, como houve em Canudos, pelos seguintes motivos: 1) pela fuga dos posseiros como forma de sobrevivência. Suspeitamos que muitos morreram pelo caminho. Não conseguiram escapar. 2) pelo clamor dos próprios posseiros que denunciaram as atrocidades e em função disso: 3) a constituição de uma CPI cuja intervenção nos

¹⁰² “Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam uma das outras, e opõem o seu modo de vida, os interesses e sua cultura aos de outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um Parlamento, quer através de uma convenção. (MARX, 1997, p. 403).

conflitos embora tardia e recalcitrante evitou uma tragédia maior. Mas não há dúvida que houve massacre de posseiros que as CPIs foram incapazes de desvendar.

Em História, como em todas as Ciências Sociais é difícil determinar com exatidão se determinada ação política de indivíduos, grupos ou classes foi decisiva e em que grau ou intensidade, para a produção ou não de outros fenômenos. Por exemplo, a participação dos comunistas entre os posseiros de Cotaxé. Em que medida de fato ela contribuiu na luta dos posseiros. Se o objetivo dos comunistas que foram para Cotaxe com a missão de organizar os posseiros, estabelecer a resistência e fazê-los donos das terras e tais fatos não aconteceram, pelo menos não aconteceram para o posseiro, então se pode dizer em fracasso. A “diáspora” dos posseiros para Rondônia, Mato Grosso, Paraná ou outras partes do Brasil não representaria esta derrota da esquerda? Mas a questão relevante aqui não é se houve fracasso ou não. A questão estrutural aqui é ver quais são os projetos políticos que as classes sociais carregam. Cabe perguntar se o projeto político e de vida dos posseiros eram os mesmos dos comunistas. Pois, muitas vezes, o campesinato resistiu em embarcar nos projetos políticos dos outros e quando o fez se deu mal. No processo de enfrentamento do autoritarismo, da ditadura, todos os opositores a ela receberam o peso da repressão, sejam militantes, padres, estudantes, intelectuais, operários e camponeses. Para os que tinham alguma condição, foram para o exílio, se esconderam na clandestinidade dentro do país. Mas e os camponeses? Ficaram e receberam a pior parte da repressão: a morte. Pela experiência acumulada esta classe é cautelosa. Aguarda na esperança... e muitas vezes só confia numa força divina que possa alterar o curso da história. Daí a emergência, de tempos em tempos, de nossos profetas: João Maria no Contestado, Antonio Conselheiro em Canudos, Udelino em Cotaxé, Galdino em Rubinéia, São Paulo.

Neste trabalho estamos lidando com uma realidade histórica que se apresentou sob a forma de um intenso conflito entre posseiros e latifundiários. Mas também é a história das interpretações que os atores sociais deram sobre esta realidade conflituosa. Estas interpretações não traduzem a realidade como ela de fato aconteceu, mas são ideologicamente interpretadas a partir de valores da própria classe. São justificativas ideológicas. Os posseiros além de serem derrotados nesta história veem sua história sendo contada pelo vencedor. Isso fica claro nas reportagens do jornal *A Gazeta*, nos discursos de juízes, promotores e delegados,

escritores. Raramente se ouve uma voz destoante. Porém, cabe observar que não existe uma ligação mecânica entre pertencimento a uma determinada classe ou categoria social e a produção da consciência. Temos, no caso em questões dois exemplos opostos. Um primeiro exemplo é o caso de Lacerda, advogado que no início da sua carreira defendia os posseiros e decidiu, por fim, ficar do lado dos poderosos. E um segundo exemplo é o caso do Major Aristides, nos limites de sua condição de militar teve sensibilidade para ver a origem dos conflitos. Do alto de seus “postos”, dos seus “lugares” acabam revelando nos seus discursos, sem o saber, o fundamento dos conflitos, seja atacando os posseiros ou defendendo-os. Acharmos que é a vivência do cotidiano dos oprimidos que nos permite ter uma visão mais ampla da realidade. O advogado Lacerda enquanto convivia com os problemas não propriamente dos posseiros, mas de lavradores ameaçados pelo grande latifundiário conseguia ver as injustiças sociais. No caso dos incidentes em 1962, na fazenda Rezende, nos quais ele tomou partido dos poderosos, Lacerda nem chegou a ir aos locais onde houve os assassinatos. Deduziu a partir do que ouviu falar. Sumiço dos corpos? Pura fantasia dos posseiros deduziu ele. De sua parte, o Major Aristides esteve no local, viu com os próprios olhos a situação em que se encontravam os posseiros da Fazenda Rezende. A causa de todos estes conflitos é a fome, conclui. Não estamos afirmando que necessariamente é preciso viver o ocorrido para se chegar a verdade. Cabe ao historiador apresentar, isso sim, as diferentes versões dos envolvidos no processo. Estamos informando que a melhor maneira de entender o que aconteceu na Fazenda Rezende é ouvir aqueles que vivenciaram esse momento. A história oral deles. A vida que tiveram lá no Rezende, a história dessa vida.

Encontramos uma família que sobreviveu a este massacre. É a família de seu Laurindo que hoje mora com a filha numa localidade perto de Ecoporanga, entre Itapeba e Imburana chamada córrego do Pitengo. Seu Laurindo está com 96 anos e sua memória já não consegue mais recordar dos idos de 1960. Mas sua filha resgatou muitos fatos, cenas da infância e do que o pai contava. Dos três filhos do Sr. Laurindo, conseguimos falar com dois: sua filha Maria e o filho Jose Antonio que mora hoje em Planalto Serrano, na Serra. Ambos têm memórias tristes sobre esta época que a família viveu. Contudo, da mesma forma que seu Gersino, relata com infinita paciência e sabedoria as violências que sofreram. Não há ressentimento,

mágoa no coração deles. Muito menos ódio. É um relato sereno, até muito divertido em certas passagens.

Um dado constante que percebemos na condição de pesquisador-entrevistador foi na forma diferenciada que fomos recebidos pelos nossos entrevistados. Aqui, não vai nenhum julgamento moral sobre pessoas que dispuseram a nos receber para falar sobre suas vidas naqueles tempos conturbados. Todos tiveram a bondade e paciência de nos receber em suas casas. A diferença de tratamento está ligada a diferenças de classe e posição social. A família do ex-posseiro nos recebeu com extrema humildade e simpatia, alguns receosos ainda em falar daquela época, mas com o “coração aberto”. A fala era espontânea. Nada tinham a perder, porque nada ganharam. No conjunto dos nossos entrevistados, à medida que subíamos na escala social, crescia também uma atitude de formal a extremamente formal, com palavras sendo bem medidas. Porém, aos poucos, a fala passava a ser espontânea quando se tratava de contar histórias vividas pela família.

Algumas vezes tivemos nossa solicitação recusada o que é justificável numa região onde ainda permanece viva, não só na memória, mas na vida dos descendentes daqueles que se envolveram nos embates entre facções políticas rivais em que crimes de mando ocorreram com frequência entre elas.

A família do posseiro Laurindo nos recebeu em meados fevereiro de 2014, numa tarde de verão, muito ensolarada. Mora no Pitengo (região distante 40 km de Ecoporanga). Seu Laurindo de 96 anos, é o único posseiro ainda vivo e que mora na região de Ecoporanga. Ou seja, posseiro mesmo, que morou na Fazenda Rezende e foi expulso de lá em 1962, junto com outras 40 famílias. É provável que haja outros mas que se mudaram de Itapeba e Cotaxé naquela época. Há ainda outras quatro famílias cujos pais foram posseiros. São compostas dos filhos e filhas incluindo os netos dos posseiros. Estes já faleceram há um certo tempo. Assim, para os filhos e filhas de posseiros a memória que foi relevante resgatar é sobre a infância deles. Memórias de infância e até adolescência sobre os fatos ocorridos na fazenda Rezende onde moravam. Levamos muito em conta o que os pais contavam a eles sobre estes fatos.

Mas seu Laurindo já não consegue lembrar-se de mais nada. Durante a entrevista, a memória de Laurindo fugia para longe, referindo-se a outra coisa. Nesta ocasião,

veio-nos à mente o trabalho de Ecléa Bosi, “*Lembranças de Velhos*” (1979). Será que, guiado por Ecléa Bosi, poderíamos fazer um trabalho semelhante aqui? Infelizmente, neste caso do seu Laurindo, pensamos que não. Pois se Ecléa Bosi conseguiu reconstruir a realidade, inclusive a história de um dos bairros de São Paulo (Campos Elíseos) através da memória de velhos, aqui no Pitengo, o velho Laurindo não tem mais esta memória. Porém, esta observação acima não se aplica para outros entrevistados que hoje estão na casa dos seus setenta anos ou acima desta idade.

Mostramos uma foto da sua irmã, falecida há anos, que tivemos oportunidade de fotografar na lápide do cemitério existente no Patrimônio do Pitengo, horas antes da entrevista. Seu Laurindo olhou atentamente a foto e depois de certo tempo, exclamou emocionado: *É minha irmã!*. Foi o único momento em que lembrou de alguma coisa. Ficamos com muita incerteza disso. Isto é, se seria possível reconstruir o que aconteceu naqueles anos através da fala deste posseiro. O recurso foi, como mencionamos, apelar para a memória das gerações mais novas. Sua filha esteve sempre do seu lado e foi através dela que reconstruímos a história dessa família na Fazenda Rezende.

Mas a memória não é alguma coisa absolutamente individual. Apesar dela existir só através do indivíduo, conforme assinala Durkheim (1971 e 1978), estes estão inseridos num grupo: é memória social, coletiva, conforme assinala Halbwachs (1968). Sentados na sala da casa do seu Laurindo, a família reunida participou da conversa: filha, genro, tios. E procurando contar cada um a sua experiência, completada com a experiência do outro. Até que a filha apontou para uma fotografia de um soldado do exército emoldurado na parede. Foi este quadro que salvou a vida da família, explica.

Os soldados do tenente Jadir chegaram já prontos para colocar fogo na casa. Entraram e se depararam com a fotografia do jovem Laurindo com o uniforme do Exército. A polícia perguntou quem era. Era Laurindo que estava servindo o exército. Em consideração ao militar da casa, a polícia permitiu que a família retirasse as coisas de dentro da casa (móveis, roupas e mantimentos) colocasse provisoriamente num pequeno rancho. Só aí a polícia colocou fogo na casa.

[seu Laurindo, o Sr. Lembra que queimaram sua casa?] Não...minha casa não foi queimada não.(seu Laurindo)... Lá na Precata papai! O Sr. tava fazendo... tirando posse da terra... Invadiu a terra da Precata aqui ó. Perto da fazenda do Antonio Rezende...Iguar hoje esses sem terra, os posseiros né. Uma turma de gente que uniu prá pegar terra, prá tirar terra. [...] Eu era pequenininha e lembro lá dos altos... Na época tinha aquela turma todas.. minhas tias..elas que sabem contar direitinho, porque elas que passaram o drama, carregando nós, carregando os trem... os homens sumiu pro mato e ficou só as mulheres elas que carregaram tudo. Os homens falou.. a polícia falou: nós vamos dar um tempinho aqui, mas porque chegou em casa e viu o retrato de papai que ele tinha colocado Exército, tinha servido Exército. Vamos respeitar um pouquinho porque ele também já foi dessa corporação. Então deu uma hora mais ou menos assim para elas tirar os trens dentro de casa. E papai tinha feito uma casona novo, toda bonita, eu lembro da casa ainda... era uma casa alta. Botaram fogo na casa mesmo. [Era policial e jagunço?]. Isso, os policial e era jagunço, igual daquela vez que a gente foi ali na Casa de Tabua e ajuntou aqueles policial [captura]. Eu acho que era... eu não me lembro direito... eu tenho prá mim que era...Eu lembro do varal de roupa que nós tinha no terreiro, eu lembro do corregão que passava assim num barranco que Daída, minha irmã mais velha que eu, gostava muito de chupar bica. [...] Eu lembro do momento do fogo, das labaredas subindo da casas assim...mas das outras coisas não lembro não. Eu lembro das labaredas subindo pras casas assim...[*Seu Laurindo, o Sr. lembra sua casa pegando fogo?*]. Não lembro não. (seu Laurindo). Ele não lembra não tadinho, ele passou por muitos problemas de cabeça, é capaz que já esqueceu...Mas aquele pessoal... tinha muita família, era um grupo, assim que eles queimaram as casas eles foram embora. E nós ficamos refugiado na casa do Nêgo e este aí não tinha movimento nenhum dentro dessa terra, não é. [E depois vocês saíram de lá e compraram esta terra aqui]. Não!.. Nós ando muito ainda! A gente saiu de lá e viemos prá Itapeba... Joaçuba. Moramos no Itapeba um bocadinho... depois fomo prá Joaçuba.. também não né? Não (tia), Joaçuba já tinha morado...Itapeba é depois.. veio prá frente..no Simplício.. Do Simplício pra cá que lembro. Do Simplício prá cá eu lembro tudo... minha memória já tava mais fortinha, segura, né; Desta Estrela nós viemo prá Itapeba [da Estrela do Norte onde ficava a fazenda Rezende]. Ficou um bocado em Itapeba e pai achou um serviço aqui, aqui no Geraldo Zortéia, no Dalcol aqui, nós moro aqui, Ali no “Arroz sem Sal”.¹⁰³ . Dali do Simplício nós veio pro Jorge, do Jorge nós foi pró Antonio Grota que é ali no Geraldo Zortéia, (que na época era o Antonio Grota ali), do Antonio Grota a gente veio aqui pró seu Jaime, aí do seu Jaime meu pai foi prá rua e eu casei vim prá aqui. [*Prá rua? Não entendi*]. Ali no Jaime meu pai morou 34 anos, né pai? Jaime Matos. Mas sempre morou como meeiro... nunca teve terra não. Sempre meeiro dos outros. [*Mas aqui é de vocês?*]. Aqui é do meu marido. [*é de vocês, compraram mesmo*]. Isto. [*Uma vida inteira prá comprar uma terra!*]. [...] No seu Jaime meu pai trabalhou 34 anos. [e não recebeu nada?]. Recebeu no final, porque também seu Jaime morreu ficou só a viúva velhinha... deu 3 mil de indenização, por 34 anos...(Dona Imaculada, filha de Laurindo das Neves Teodoro, 97 anos- Depoimento pessoal: 2015)

São memórias de infância, que embora não apresente detalhes da queima da casa, lembra o principal: uma casa bonita, grande, que acabara de ser construída e depois consumida pelo fogo. Normalmente a polícia não esperava que a família posseira

¹⁰³ Segundo informação posterior, local onde viviam posseiros em condições mínimas vitais a tal ponto de não terem nem mesmo o sal para colocar no arroz. Dai o nome do local: “Arroz sem sal”.

retirasse seus pertences. Atearam fogo com tudo dentro, para assegurar que o posseiro não voltasse mais.

Percebemos nas entrevistas que algumas histórias apareciam com bastante frequência nas falas dos entrevistados. Havia uma constante repetição delas com algumas variações. Imaginamos, como assinala Burke (2006), como uma pessoa ou uma história se transforma em mito. Algumas histórias são muito recorrentes e que acabaram se transformando em “ícones” na região. Assinalamos algumas de passagem: 1) a frustração amorosa de Udelino, 2) a dança do caranguejo, 3) o corpo fechado do Fazendeiro Lamartin, 3) a vingança do soldado que viu o irmão ser morto na infância, 4) a figura do pistoleiro Paredão, 5) a morte do posseiro no mercado de Cotaxé, 6) o discurso de paz do Dr. Leão e 6) O retrato do Soldado Laurindo. Todos estes fatos aconteceram realmente. São histórias que vão sendo apropriadas pela tradição local se sedimentam na memória e vão sendo incorporadas no imaginário social e acabam transformando-se em uma instituição. Contadas de boca em boca, isto é, pela tradição oral, acabam sendo acrescidas de outros elementos que originalmente não possuíam.

São histórias que procuram relatar uma tragédia, uma injustiça, um fato cômico, uma ato de heroísmo mas, qualquer que seja suas variações traz sempre uma mensagem carregada de valores, uma apreciação moral. Por isso, através delas podemos ver como uma determinada sociedade produz e reproduz relações e estruturas bem definidas que determinam o lugar das pessoas seja do ponto de vista da estratificação seja do ponto de vista das classes sociais. É o caso específico da história do “retrato do soldado Laurindo”.

A história do retrato do soldado Laurindo colado na parede da sala de fato aconteceu. Mas isso não impediu que sua casa fosse queimada. Conseguimos encontrar esta narrativa na sua origem, contada pela sua filha. Mas esta mesma história circula pela cidade e aparece com a seguinte variação: a polícia poupou a casa, não perseguiu esta família porque ali vivia um militar. Ali mora um militar. “Não podemos tratar como “um qualquer”, pensou a polícia. De qualquer forma, como realidade acrescida de alguns elementos do mito, o que é significativo nesta história é o poder que a polícia tinha de decidir sobre a vida e o destino dos posseiros. O que de fato aconteceu, conforme a filha que vivenciou a história, foi que a polícia

mesmo sabendo que ali vivia um militar, queimou a casa da família. Apenas deu um prazo para a retirada dos seus pertences, o que não o fez em outras casas. Esta por ser de um militar foi concedido “caridosamente” este prazo.

Mais do que isso, o que este fato revela é que na nossa cultura e sociedade, muitas vezes, ou na maioria das vezes, ser pobre, humilde e preto é sinônimo de banditismo social. Ser posseiro se transformaria num estigma social. O posseiro passa para a categoria de “invasor” e nesta condição para a categoria de “criminoso”, de “bandido”. Também, a imprensa da época caracterizou-o assim. Com efeito, o jornal a Gazeta ao relatar sobre os acontecimentos na fazenda Rezende qualifica a existência dos posseiros na Fazenda Rezende como “invasão” de “bandidos da pior espécie” sofrida por ela, como vimos anteriormente.

Outro elemento histórico fundamental que aparece neste depoimento é esta vida itinerante do posseiro. Durante a vida inteira pulando de propriedade em propriedade. É um eterno deslocar, **migrantes na vida, camponês em movimento**. É importante descrever este “desenraizamento” do posseiro, porque se apresenta diferenciada de certas comunidades diríamos, fixas, estabelecidas espacial e fisicamente há muitos anos. Nestas, os costumes são produzidos e se reproduz passando de pai para filho, enraizando como tradição do local, uma força que sustenta a memória social local.¹⁰⁴ O posseiro em movimento não produz esta tradição. Isto não significa que não tenha história. Sua história é este movimento constante, retirantes pela vida toda. “Por terras alheias nós vamos vagar”, tal como aparece na música *Triste partida*, cantada por Luiz Gonzaga.¹⁰⁵

Voltemos à queima das casas. Com a intenção de complementar a entrevista com seu Laurindo, fomos visitar um dos seus filhos, José Antonio¹⁰⁶, para que ele pudesse nos contar como foi a vida de seu pai posseiro. Depois da entrevista com sua irmã dona Imaculada, em que ela nos forneceu informações preciosas de como

¹⁰⁴ Utilizamos o conceito de força da tradição de Hobsbawm (2012), mas não apenas o sentido conservador do monopólio desta tradição das classes dominantes. Mas da força de certos elementos tradicionais da cultura popular.

¹⁰⁵ Letra de Patativa do Assaré.

¹⁰⁶ A entrevista de José Antonio fornece elementos fundamentais para entender a vida que o posseiro teve e a partir daí fazer uma descrição do ponto de vista de quem viveu de fato a situação. Porém, como ela é muito extensa, preferimos utilizá-la neste trabalho, como anexo. Observamos também que sua utilização, como todas as demais entrevistas, foram autorizadas pelo depoente. Finalmente, informamos que a entrevista não aparece na íntegra, cabendo ao pesquisador a seleção dos trechos que considerou relevante para o trabalho.

foi a vida de seu pai, tivemos, no caminho, a percepção de que o posseiro era uma categoria social extremamente ambígua e contraditória produto de um momento em que na frente pioneira há uma situação transitória quanto a questão da propriedade da terra.

O posseiro é uma figura estranha perante a legislação mais ampla. Ele não pode ficar eternamente posseiro, pois o título de posse tem que ser legitimado e transformado em título de propriedade. Outra coisa muito estranha é quando ouvimos falar de “fulano fez posse dentro da propriedade de cicrano”. Como assim? Fazer posse em terras devolutas dá sentido. Mas dentro de uma propriedade? Como era de fato este fazer posse? E comprar a posse de alguém? Que tipo de prática imperou nas frentes pioneiras que gerou tanto conflito?

O caso do seu Laurindo é singular. Ele foi meeiro de posseiro ou posseiro de fato? Uma vez dentro da fazenda Rezende se transformou num posseiro. Mas uma vez expulso deixou de sê-lo. A condição de ser posseiro é em si um desafio a ordem social estabelecida. Fora da propriedade é um sem terra. Seu Laurindo passou a vida inteira não como posseiro, mas como meeiro. A condição de posseiro é transitória, a sociedade burguesa exige que ele legitime a propriedade, deixe de ser posseiro para ser proprietário. Não pode ficar eternamente posseiro, perante o direito mais abrangente tem que ter a escritura definitiva. O simples recibo de que comprou a posse de alguém não tem valor perante a sociedade mais abrangente, ou tem? O que faz o Estado? Aceita aquele papel como válido ou lhe entrega outro e aí ele tem que provar que é dono dessa posse há muito tempo.

Na cultura do posseiro havia outra concepção do que é ser dono de uma coisa. Esta concepção está mais próxima das colocações Marx¹⁰⁷ do que das determinações do direito burguês. Para Marx, só o trabalho humano cria valor, cria riqueza. Por isso, para ele o fundamento da propriedade é o trabalho. Isto é, uma pessoa é dona de algo na medida em que este algo é produto do seu trabalho. É neste fundamento que também se baseia a propriedade burguesa porque a burguesia entende que o capital que ela detém é produto do seu trabalho. Historicamente este argumento da

¹⁰⁷ Estes argumentos que se seguem podem ser encontrados no capítulo XXI d'O Capital – “Reprodução Simples”, onde Marx expõe, mediante a análise da reprodução capitalista, como no final do processo capitalista a riqueza gerada pelo trabalho do trabalhador vai parar contraditoriamente nas mãos do capitalista.

nascente burguesia teria que ser dessa forma para se contrapor a concepção feudal propriedade entendida esta como fruto não de trabalho, mas de herança obtida pelo pertencimento do nobre a uma linhagem. De um modo geral, diferentemente do direito burguês, no feudalismo o direito de propriedade está na herança. No entanto, a medida que a produção capitalista avança, contraditoriamente, os frutos do trabalho deixa de pertencer a quem trabalha ficando para a classe detentora do capital. Assim, burguesia embora tenha deixado de trabalhar há muito tempo, acaba ficando com os produtos do trabalho. Este subversão das coisas só foi possível pelo fato de que na aparência é o capital que cria riqueza. No fundo, isto é, na sua vivência prática, o camponês percebe que a propriedade do capitalista é uma injustiça pois não foi fruto do trabalho do fazendeiro, ele nunca viu um latifundiário pegando na enxada. Esta dissociação entre propriedade e trabalho foi apresentada por Marx quando discute como a mais valia se transforma em capital¹⁰⁸. O camponês, ao seu modo, percebe a seu modo esta dissociação. A concepção do posseiro sobre quem é o dono da terra subverte as determinações do direito burguês sobre a propriedade. Dono deveria ser aquele que cultiva a terra e não aquele que tem um mero título de propriedade.

O líder camponês José das Virgens¹⁰⁹ apresenta um poema na abertura do I Congresso dos Lavradores do Espírito Santo, realizado entre os dias 15 a 17 de novembro de 1957, em Vitória, o qual retrata muito bem esta concepção do

¹⁰⁸ “Nessas condições, é evidente que o direito de propriedade privada, baseado sobre a produção e circulação das mercadorias se transmuta em seu oposto em virtude de sua própria dialética interna, inexorável. No início, havia uma troca de equivalentes, depois, a troca é apenas aparente: a parte do capital que se troca por força de trabalho é uma parte do produto do trabalho alheio do qual o capitalista se apropriou sem compensar com um equivalente; além disso, o trabalhador que produziu essa parte do capital tem de reproduzi-la, acrescentando um excedente. A relação de troca entre capitalista e trabalhador não passa de uma simples aparência que faz parte do processo de circulação, mera forma, alheia ao verdadeiro conteúdo e que apenas o mistifica. A forma é a contínua compra e venda da força de trabalho. O conteúdo é o capitalista trocar sempre por quantidade maior de trabalho vivo uma parte do trabalho alheio já materializado, do qual se apropria ininterruptamente, sem dar a contrapartida de um equivalente. Originalmente, o direito de propriedade aparecia fundamentado sobre o próprio trabalho. Essa suposição era pelo menos necessária, uma vez que se confrontavam possuidores de mercadorias com iguais direitos, e o único meio de que uma pessoa dispõe para apropriar-se de mercadoria alheia é alienar a própria, e essas só podem ser produzidas com trabalho. **Agora, do lado capitalista, propriedade revela-se o direito de apropriar-se de trabalho alheio não pago ou do seu produto, e, do lado do trabalhador, a impossibilidade de apropriar-se do produto de seu trabalho.** A dissociação entre propriedade e trabalho se torna consequência necessária de uma lei que claramente derivava da identidade existente entre ambos”. (MARX, 1987, p. 679, grifos nossos).

¹⁰⁹ Este poema encontra-se no livro organizado pela sua filha Janda das Virgens Caiado (2007) - **José A. das Virgens: Pequenas histórias, crônicas e poemas do vovô**. Vide referência completa no final deste trabalho.

camponês sobre o trabalho e a propriedade. Segue alguns trechos, mais significativos do poema que ilustra a profunda sintonia desta concepção do camponês José das Virgens sobre os frutos do trabalho, com a de Marx. Conforme nota explicativa, o poema foi extraído do livro organizado por sua filha Janda das Virgens Caiado. (2007, p. 109-115)

Viva o Congresso, senhores,
Primeiro do nosso Estado!
Uma braçada de flores
Ao lavrador libertado!

Meus colegas lavradores,
Companheiros de jornadas,
Plantamos frutos e flores,
Não somos donos de nada.
Muitas noites, muitos dias
Ficamos com as mãos vazias,
Vergando ao cabo da enxada.
[...]
Vou te dizer, lavrador,
Coisas que não sabia:
Do fruto do teu labor
Canta medalha no peito
Leva em festa noite e dia
Quem vive a tirar proveito
Da tua desarmonia. [...]

Com a derrota do posseiro esta concepção também foi derrotada. No entanto há uma ambiguidade na postura do posseiro quanto a isso, que talvez explique a sua derrota. Pois, o que se percebeu em muitos casos, é que, o posseiro ao mesmo tempo que desafiava o latifundiário invadindo suas terras, se submete a ele concordando que quem era dono das terras era aquele tinha o título de propriedade. Isto é, ao mesmo tempo que não achava justo poucos terem muita terra que permanecia ociosa, sem plantar, aceitavam o fato destas terras já terem títulos de propriedade, embora estes mesmos títulos serem muitas vezes de procedência duvidosa. Cabe observar que esta percepção é geral para toda sociedade e não só do posseiro, como também se observou que o posseiro resistiu e se opôs ao latifúndio, inclusive com o recurso das armas, quando percebeu a falsidade destes títulos.

Esta contradição entre propriedade (capitalista) e posse (do posseiro) foi analisada por Martins (1980) referindo a concentração da propriedade na Amazônia Legal, mas que de um modo geral, guardada as diferenças regionais serve para entender o que ocorreu em Ecoporanga. Informa que esta concentração da propriedade tem

levado à diminuição do número de propriedades e aumentado a quantidade de terras que lhes pertence. Ou seja, muita terra em mãos de poucos. Isso tem como consequência o cerco da pequena propriedade familiar pela grande propriedade e como estas estão vinculadas ao agronegócio, o cerco é do grande capital. Martins chega a seguinte conclusão no que se refere a relação entre propriedade versus posse:

No modelo clássico, essa concentração tendia a proletarizar o lavrador, de modo a obrigá-lo a procurar trabalho junto ao proprietário que o expropriava. No nosso caso, de diminuição crescente de emprego no campo, a concentração opera de modo diferente. Ao invés de produzir a proletarização do lavrador, produz a sua exclusão do regime de propriedade, levando-o a continuar lavrador autônomo sem propriedade, especialmente na condição de posseiro. Esse é um dos motivos pelos quais a *posse* deve ser vista como a negação da *propriedade*, como uma das contradições da propriedade privada, como a manifestação subversiva do direito à terra que nasce dentro do próprio ventre da propriedade capitalista. (MARTINS, 1991, p. 70-71, grifos do autor).

A recusa do posseiro em aceitar a legitimidade das terras dos grandes fazendeiros, mesmo que estes apresentem aparência legal dentro da lógica cartorial, está na base dos conflitos não só da fazenda Rezende, como da fazenda Menezes e outras. Nas falas dos posseiros isso fica evidente. Como se viu, o posseiro Antônio ao ser perguntado se era justo ele estar nas terras dos Rezende respondeu que era justo, pois não iria deixar seus filhos morrerem de fome enquanto tem muita terra para plantar. O filho de posseiro, seu Laurindo, diz também que sabia que a fazenda era dos Rezende, mas ela se “encontrava abandonada”, com terras para plantar. Enfim, a recusa em aceitar a legitimidade da grande propriedade privada capitalista está na base das frequentes e reiteradas invasões na fazenda Resende desde a década de 1950. Tal fato fica mais evidente no projeto de Udelino Alves de Matos, como se verá adiante.

Falou-se muita da existência entre os posseiros de uma organização coesa para estabelecer um confronto contra os latifundiários das fazendas Rezende e Menezes. Os próprios proprietários dessas fazendas, apoiados por outros da região, passavam essa imagem ao requisitar força policial para retirá-los da propriedade. Termos como “bandos organizados”, “invasores” e “turba” utilizados pelos policiais, juiz, promotor, delegado e fazendeiros para identificar a ação dos posseiros, embora no sentido pejorativo do significado dos termos, apontam, do ponto de vista deles, que havia uma movimentação coletiva organizada entre os posseiros com o firme propósito de

ocuparem e permanecerem nas terras. Seguramente, havia um mínimo de organização para estabelecer uma resistência ao ataque da polícia. Mas como era essa organização?

As fontes¹¹⁰ que estamos utilizando, em maior ou menor grau fazem referência a ação coletiva dos posseiros. Por exemplo, os inquéritos policiais e processos apontam inúmeras vezes David Afonso de Oliveira, e João Hermenegildo (este em menor grau) como líderes dos posseiros.¹¹¹ Em Dias (1984, passim) temos a referência da atuação da Altaes, com sede em Colatina, sob a liderança de José das Virgens. Na CPI-62, (fl. 104) consta um abaixo assinado de 43 posseiros em Cotaxé (provavelmente do Córrego do Limão, onde se localiza a Fazenda Menezes, outro local de conflito entre posseiros e o fazendeiro) protestando contra violência de jagunços solicitando providências das autoridades estaduais no sentido de garantir a segurança dos moradores do local.

Porém, no interior da fazenda Rezende como os posseiros se organizavam na vida cotidiana no trato com a terra? E como foi organizada a resistência deles quando souberam da ação de despejo da polícia? Esta resistência seguramente existiu na Fazenda “do Lamartim” (Fazenda de Francisco Menezes), em Cotaxé, como prova o abaixo assinado dos 43 posseiros acima mencionados. Porém na Fazenda Rezende parece ter havido uma resistência espontânea, não totalmente articulada. Esta espontaneidade pode ser encontrada na fala de várias mulheres posseiras (elas, porque eram os homens que estavam procurados), que, geralmente, no final do depoimento no IPM, perguntadas se “sabiam que a polícia iria fazer a diligência” respondiam que não, que foram surpreendidas pela ação violenta da polícia. Por outro lado, numa situação de ter que prestar esclarecimento num IPM que investiga a morte de um policial dizer o contrário, isto é, que os posseiros estavam preparados, organizados para se contrapor a ação militar, inclusive pegando em

¹¹⁰ Fontes documentais: CPIs, IPMs, processos, jornais, fontes secundárias, depoimentos (historia oral).

¹¹¹ A Fazenda Rezende produziu uma quantidade significativa de conflitos. Prova disso é a existência, nos Arquivos do Fórum de Ecoporanga, de inúmeros processos civis e criminais envolvendo o nome da Fazenda e seu dono. Até agora apresentamos apenas o IPM-62-BRUM. Há pelo menos mais três outros documentos: 1) outro IPM para verificar os assassinatos de 4 posseiros perpetrados pela polícia. Vítimas: Sebastião José da Rocha, José Benedito Carlota, José Calixto dos Santos e Donatillo Leôncio de Souza, 2) processo de reintegração de posse movido pelo próprio líder dos posseiros David Afonso de Oliveira contra o proprietário Antonio Rezende e 3) expulsão do mesmo David da Fazenda Rezende.

armas, seria produzir prova contra si próprio, ou contra quem estava sendo acusado (marido ou vizinho). Por isso, essa negativa tem que ser relativizada. Por outro lado, todos os relatos apontam que os policiais correram atrás dos maridos, estes para não serem pegos fugiam para o meio do mato. Muitos não tiveram a mesma sorte de escapar foram pegos ou baleados.

Na Fazenda Rezende se num primeiro momento (no dia 13) os posseiros tivessem posto em prática uma estratégia de defesa prévia mais organizada, tais como por exemplo trincheiras e controle das porteiras, (como aconteceu na outra fazenda, a do “Lamartim”) ou teria havido um número muito maior de policiais mortos ou, ao contrário, morte nenhuma, pois precavidos os policiais recuariam.

E foi justamente o que aconteceu. Imediatamente recuaram e levaram o corpo do soldado morto e o outro ferido para Ecoporanga e o delegado pediu imediatamente reforço policial da capital informando que existia uma grande leva de posseiros amotinados pronto para invadir Ecoporanga. Por sua vez, os posseiros de fato se organizaram e se armaram e um “grande medo” tomou conta da região.

Este “grande medo” transparece na reação da polícia, do juiz e do promotor. Estes informaram na época que uma massa de posseiros estaria se dirigindo para Ecoporanga para libertar o líder, David Afonso de Oliveira, preso no mesmo dia em que ocorreu a morte do soldado Brum.

Existia de fato certa liderança de David Afonso de Oliveira entre os posseiros. A ascendência sobre os lavradores era inegável. Em vários depoimentos de posseiros há a afirmação de que fizeram posse na fazenda por que David Afonso além de distribuir folhetos dizia que a terra era do governo. Esta é também a acusação dos fazendeiros. O que lhe rendeu a primazia de ser preso e torturado assim que o soldado Brum foi morto. Como já foi assinalado em nota, há pelo menos dois processos no Fórum de Ecoporanga que faz referência a ele. Um como réu e outro como vítima. Nos dois casos envolvendo questões de terra. De fato, deve ter tido alguma manifestação coletiva entre os posseiros no sentido de, senão tirá-lo da cadeia, pelo menos, a possibilidade de fazer um protesto nesse sentido. Daí a notícia de que 500 a 700 posseiros armados se dirigiam para Ecoporanga para tirá-lo da cadeia. Conversamos com moradores mais antigos da cidade e eles nos

informam que esta “invasão” nunca chegou a acontecer. Mas a notícia, o “boato” foi real e se alastrou rapidamente em toda região. Suspeitamos que esta notícia teria sido utilizada e manipulada pelas autoridades do local para atender os interesses dos fazendeiros que justificaria o envio de tropas para garantir a expulsão dos posseiros da fazenda. O que de fato aconteceu logo depois, no dia 18 de abril, como se verá mais adiante.

Cabe observar que a constatação histórica de que não havia uma resistência camponesa organizada para enfrentar o latifúndio em nada diminui a importância histórica do que aconteceu na fazenda Rezende em 1962 (ou antes, desde 1957 ou depois, até o golpe de 1964). Durante muito tempo e até hoje paira a dúvida do que teria acontecido na Fazenda Rezende em 1962. Revolta camponesa organizada, como as Ligas Camponesas em Pernambuco? Rebelião sem um objetivo específico? Resistência armada? Assim, como se define um determinado acontecimento como historicamente importante? A revolta camponesa organizada envolvendo 500 a 700 camponeses é um fato histórico mais importante do que a resistência armada de 6 a 10 famílias de posseiros? O que pode ser relevante para um grupo social, classe social ou a cultura de um povo pode não ser para outro grupo, classe social ou cultura de outro povo. A leitura que se faz do acontecimento também é diferente, dependendo do ponto de vista de cada grupo.

Tanto a direita ou setores conservadores, como a esquerda, na época, procuraram caracterizar os conflitos na fazenda Rezende como um movimento organizado. Para a direita, como um grupo organizado (ou um bando de indivíduos), instruídos principalmente pelos comunistas para ocupar terras alheias sob a bandeira da reforma agrária. Para a esquerda a evidência da exploração dos grandes latifundiários e a contraposição da consciência de classe explorada dos posseiros.¹¹²

Porém, saber se havia um grupo organizado ou não como forma de resistência dos posseiros na Fazenda Rezende, para os propósitos na nossa pesquisa, não é relevante. Não é que seja absolutamente irrelevante. Esta organização dos posseiros pode até ter existido, embora os dados até aonde nos foi possível coletar

¹¹² A direita se expressa politicamente no PDS da época liderado, principalmente pelo grupo do governador Lindemberg. A esquerda pelo PC na época na clandestinidade. Em Ecoporanga a polarização era entre PSD e PTB, mas este embora tenha um envolvimento com os posseiros, estava longe de ser de esquerda.

indiquem o contrário. O que nos importa pesquisar é como, com ou sem movimento organizado, os posseiros sofreram um processo de violência por parte do Estado (via polícia, justiça e governo) e latifundiários que mostra a profunda degradação do ser humano ali. Talvez possamos dizer que, no caso específico da Fazenda Rezende em 1962, exatamente por não estavam organizados é que foram massacrados. Se estivessem organizados, sejam em associações de lavradores, ligas ou movimento popular teriam mais chances de sobreviverem e serem menos humilhados? Depende. A resistência organizada não é garantia de menos violência. Os exemplos são Canudos na Bahia e Contestado em Santa Catarina.

Quando se estuda um determinado acontecimento histórico enquanto forma de movimento social, não é possível analisá-lo em si mesmo, sua natureza em si. É preciso relacioná-lo com o contexto histórico-social em que ele se deu. É preciso verificar três componentes importantes num determinado movimento social quando se propõe a estudá-lo: sua identidade, que oposição ele estabelece e suas *estratégias* de luta, como coloca Touraine (1993). A **identidade** é espelhada na ideologia que carrega, nos objetivos, sua bandeira de luta. A **oposição** é contra quem ou o que ele está lutando. E a estratégia é a forma utilizada por ele para alcançar os objetivos propostos (mediante a via pacífica? via legal? ou a luta armada?). De forma genérica, podemos dizer que, se num dado momento da sociedade em crise ocorrem, movimentos conservadores ou mesmo reformistas que reafirmam a ordem vigente, esses não sofrerão a repressão por parte do Estado e das classes no poder.¹¹³ Mas se, pelo contrário, esse movimento procura questionar a ordem estabelecida propondo uma nova, ou ferindo, questionando ou subvertendo valores consagrados dessa ordem, esse movimento sofrerá repressão por parte do Estado, em maior ou menor intensidade dependendo do grau de subversão.

Havia outras lideranças entre os posseiros que detinham certa noção dos direitos sobre a terra. Era o caso de David Afonso já mencionado e de João Hermenegildo. No inquérito, os dois aparecem como organizadores dos posseiros na ocupação da fazenda. A maioria dos posseiros tem percepções diferenciadas dos dois, tanto que João Honorato, um dos posseiros que depõe no IPM, diz: “Davi Afonso, apesar de

¹¹³ Talvez o exemplo do amplo movimento da “Marcha da família, com Deus, pela Liberdade” seja um exemplo ilustrativo do que estamos querendo demonstrar, embora naquele momento, a marcha era contra o governo Goulart.

querer chefiar os posseiros, estes ouviam mais o Hermenegildo” (IPM-BRUM, 1962, p. 23). Pelas informações apresentadas em vários inquéritos e processos, já referenciados, envolvendo David Afonso, pode-se dizer que este tinha mais a capacidade de mobilização prática dos camponeses, como por exemplo, a ocupação de uma determinada área do latifúndio ou a distribuição de panfletos sobre a reforma agrária que circulou amplamente neste período. Já Hermenegildo encarnava a figura do mentor intelectual dos posseiros, uma espécie de conselheiro moderado do movimento. Após os incidentes de abril de 1961 ambos desapareceram da região de Cotaxé, misteriosamente, embora a delegacia tenha expedido mandato de prisão contra eles.

O que estamos registrando historicamente é a profunda *degradação do outro* naquele momento de expansão da frente pioneira no Espírito Santo¹¹⁴. A violência que se abateu sobre o grupo de posseiros que estavam na fazenda Rezende foi porque a ação de ocupar as terras da fazenda vai ferir um dos valores sagrados o ideário burguês: a propriedade privada da terra. Não só ocuparam como também resistiram em sair. Por que teimaram em ficar, nessa resistência é que, evidentemente, reside todo o conflito e toda a violência que se abateu sobre eles. Este é um o ponto central para entender os rumos que tomaram os acontecimentos históricos da região.

De um lado os posseiros resistindo em sair, do outro, o fazendeiro, ao contrário, tentando expulsá-los. Seria interessante verificar, no miúdo, como era esta relação, na Fazenda Rezende, pois, os relatos contam que o “velho” Antonio, o verdadeiro dono da fazenda não ligava muito com a presença dos posseiros nas “suas terras”. Porém, em 1961 ele passa a mudar de atitude. O que teria levado a esta mudança? Historiar as diversas atitudes do fazendeiro para com os posseiros ocupantes das suas supostas terras é uma tarefa deveras difícil. Isso porque, ora ele aparece como uma pessoa senão generosa mas pelo menos compreensiva em relação a presença dos posseiros ora como uma pessoa raivosa que inclusive foi até o governador (na ocasião – 1955-59 – Francisco Lacerda de Aguiar) para denunciar e exigir a expulsão dos posseiros.

¹¹⁴ Esta expressão “degradação do outro” foi cunhada por Martins (2014) para análises os conflitos nas frentes pioneiras, particularmente na Amazônia.

Relato de alguns posseiros como testemunhas em vários processos crimes e mesmo aqueles que acompanharam o desenrolar da CPI¹¹⁵, durante muito tempo, o próprio Antonio Rezende, até nem se incomodava com a presença dos posseiros na propriedade, ou pelo menos não se incomodava com eles “nas vizinhanças”. Mas a partir de 1960 esta atitude de “bondade”, se é que ela existiu de fato, do fazendeiro muda bruscamente.

Para explicar essa transformação é possível apresentar o discurso de dois personagens históricos envolvidos no conflito. Nas suas respectivas falas alguns fatos coincidem e se complementam. Mas no que se refere a presença dos posseiros na fazenda saqueando-a são versões absolutamente opostas. De um lado, a versão dos irmãos do proprietário, (José Alberto e Manoel Rezende dos Santos) particularmente do primeiro, o qual passa a ser o procurador de Antonio Rezende em 1960. De outro lado, a versão de José das Virgens, dirigente da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Espírito Santo (ALTAES)¹¹⁶.

A versão do irmão do fazendeiro aparece em dois documentos: 1) Em um abaixo assinado dirigido ao delegado de Ecoporanga Jadir Rezende datado de 13 de abril de 1962 (o dia da morte do Soldado Brum e assim que recebeu esta reclamação o delegado comandando 16 soldados, dentre eles Alnizio Brum e Aristides Abelar da Cunha, adentram na fazenda Rezende para expulsar os posseiros). 2) Em depoimento seu, em 1º de maio de 1962, como testemunha no inquérito policial militar para apurar a morte do soldado Brum. Eis o conteúdo do abaixo assinado:

Ilmo. Sr. Ten. Jadir Rezende. M. D. Delegado de Policia de Ecoporanga. – E. E. Santo. O abaixo assinado, Jose Alberto Rezende Santos, brasileiro, casado, comerciante, residente no estado da Guanabara, como procurador de seu irmão Antonio Rezende Santos vem, perante V. S. expor o seguinte: É seu irmão proprietário de uma fazenda situada em Rio do Norte, neste município, propriedade esta transcrita em seu nome no Registro de Imóveis, conforme pode provar com os documentos em seu poder. Todavia a partir de janeiro do corrente ano, tem o proprietário e seus colonos sofrido ameaças por parte de indivíduos que de arma em punho invadem aquelas terras, e mediante ameaças de morte nelas se estabelecem. E como se não

¹¹⁵ Conforme depoimentos das testemunhas no IPM-BRUM- 62 (fls. 20-24) na CPI de 1962, particularmente do jornalista Gouveia que acompanhou os acontecimentos desta CPI-62.(pp. 127-130)

¹¹⁶ Na versão de José Alberto Rezende Santos (IPM-BRUM-1962, fl.33) e José das Virgens (Apud: DIAS, 1984, fl. 21 e 22). O problema é que Dias não nos fornece a fonte, como na maioria dos depoimentos existentes no seu livro, de onde retirou a fala de José das Virgens.

bastasse as invasões por êles praticadas, praticam roubo de gado e porcos e ainda extraem e vendem madeira chegando ao ponto de venderem as próprias terras invadidas. Estão, o proprietário e seus colonos correndo risco de vida, pois, os citados invasôres, os ameaçam de morte caso queiram paralisar suas atividades ilegais. Pelo exposto, e tendo em vista serem os indivíduos: David Antonio da Silva, João Hermenegildo, Valdemar Capixo, Orlando de tal, também conhecido como Orlandino os principais responsáveis por tais atos quer apresentar a presente queixa certo que de V. Sa. Saberá tomar as providências que se fazem necessárias. Respeitosamente, Ecoporanga. 13 de abril de 1962. Jose Alberto Rezende dos Santos. (IPM BRUM, 1962, fl. 33).

O abaixo assinado informa o principal: a invasão e saque da propriedade por indivíduos. Cabe notar que o irmão do proprietário em nenhum momento usa a palavra “posseiro” preferindo a denominação genérica de “indivíduos”. Isso tem uma explicação: pois o posseiro tem um vínculo legítimo com a terra, dependendo da propriedade (se terra devoluta) até mesmo legal. Ao utilizar “indivíduos” quis o Sr. José Alberto dar a entender que estes são um bando de invasores. Outro ponto a ser notado é quando diz que a terra é documentada, mas não menciona em qual cartório, número da escritura, área efetiva, data da compra, de quem comprou. Pode ser que haja esta documentação, mas neste abaixo assinado ela não é informada.

Como já foi mencionado anteriormente, bastou este abaixo assinado para que o delegado agisse prontamente. O que se pergunta é se não seria o caso de um mandato judicial, a presença de um oficial de justiça com a notificação de ação de despejo, que seria o procedimento com a legalidade cabível neste caso. Mas não, a polícia, através da ação do delegado, agiu por conta própria, acima da lei. Mesmo um comunicado verbal ao juiz da cidade, como o fez o proprietário, não seria medida jurídica suficiente para a ação policial. Além do que, como se verá no depoimento de um soldado do seu próprio destacamento, o delegado e demais soldados ficaram observando os irmãos Rezende (Jose Alberto e Manoel) pondo a mão na massa, isto é, eles mesmos colocando fogo nas casas dos posseiros.

O que dá ao delegado tanta confiança no uso da força como única alternativa possível? O Sr. José Alberto não veio sem nenhuma referência, de mãos abanando ao falar com o delegado Jadir Rezende. Trouxe consigo uma carta de recomendação do General Darcy Pacheco de Queiroz no seguinte teor:

Vitoria, 9 de abril de 1962. Caro Jadir. Aqui está comigo um velho amigo, ao qual tenho todo interesse em servir. Aliás, a causa que ele defende é das mais justas e tem recebido todo o apoio desta Secretaria e do Sr. Governador do Estado. Tem sido nosso propósito garantir a todos o direito

da propriedade, desde que esta esteja legalizada. O Sr. José Alberto conversará com você a respeito de uma invasão em propriedade do seu irmão – doente atualmente – e peço sua atenção e providências a respeito. Atenciosamente, Gal Darcy. (Apud, DIAS, 1984, p. 23 e 49).

Um segundo documento, bem mais rico em informações é o depoimento de José Alberto Rezende no Inquérito Policial:

Estando, o Sr. Antônio Rezende, proprietário de uma fazenda na região de Estrela do Norte com a saúde abalada e requerendo tratamento especializado em uma clínica do Rio de Janeiro, foi passado ao declarante uma procuração, a fim de verificar a situação de sua fazenda, a qual teve conhecimento de estarem diversos indivíduos invadindo, roubando gado, madeiras, depredando a sede da fazenda, fato esse que o declarante constatou; que o declarante pediu inicialmente providências ao governo do Estado, a fim de serem afastados quase uma centena de invasores o que foi feito em dezembro do ano de um mil novecentos e sessenta e um, cuja força foi comandada pelo Tenente Euclides José dos Santos, sendo a diligência feita pacificamente; que diversos invasores foram gratificados, pois a maioria desses indivíduos não só roubaram madeira, gado, e todos os objetos de dentro da casa da Fazenda, como também faziam um verdadeiro processo de pilhagem, a mando, segundo voz unanime deles, do Deputado João Corsino, do também invasor David Afonso, do vereador conhecido por "Tatá", bem assim outros elementos, que aspirando cargos políticos encorajavam e mesmo aliciavam esses elementos para invadirem a propriedade, a fim de terem êxitos em suas campanhas políticas, que se tratam de aspirantes à vida pública, de analfabetos ou semi-analfabetos, sem nenhuma idoneidade moral, e que vem, na realidade, núcleos de perturbação social; que no caso em aprêço, a fazenda o seu irmão Antônio Rezende é uma propriedade absolutamente legalizada, digo legalizada, beneficiada e não se trata daquilo que se pode chamar de latifúndio, pois sua área é de duzentas e poucos alqueires; que os direitos de propriedade e todos os documentos inerentes, relativos à Fazenda do seu irmão Antônio Rezende, podem ser exibidos a todo momento que o pretender qualquer autoridade competente; que no citado dia treze de abril passado, o declarante acompanhou o Tenente Jadir, na diligência, de acordo com as instruções do governo, que os entendimentos ou determinações do Tenente Jadir aos invasores era invariavelmente de se afastarem da Fazenda, permitindo que os mesmos tirasse, a lavoura de milho por eles plantado; que tudo corria normalmente quando, já as dezoito horas aproximadamente, inopinadamente, foi baleado por um dos invasores escondido de tocaia, um dos soldados da diligência; que estando o Tenente Jadir e o declarante distantes alguns metros de local dos tiros, para lá correram, já encontrando morto o soldado; que em vista disso o Tenente suspendeu a diligência, retornando a Ecoporanga, enquanto que o declarante permaneceu na Fazenda até o dia quatorze, seguindo para Vitória, chegando a quinze, tendo a notícia através de um rádio-amador, de que o seu irmão havia sido assassinado pelos invasores, fato que deu conhecimento na mesma noite ao General Secretário do Interior e Justiça, que tomou as necessárias providências. (IPM-BRUM-1962, fl. 39 e 39v).

Este depoimento do irmão do proprietário foi prestado na delegacia de Mucurici no dia 1º de maio de 1961, portanto, 18 dias depois dos fatos ocorridos na Fazenda Rezende. Da morte do soldado Brum pouco se fala, embora ele próprio, acompanhado do outro irmão Manoel, estivesse pessoalmente no local, como se viu,

inclusive promovendo a queima das casas dos posseiros, fato esse que não consta no seu depoimento.

Porém através do depoimento se pode perceber o clima político da época. Para ele, e também essa percepção circulou amplamente na época entre os proprietários, existia uma estreita ligação política entre vereadores e deputados do PTB e os posseiros. Para o depoente, no sentido de ganhar votos nas eleições próximas, vereadores deste partido estaria estimulando posseiros a invadirem as fazendas. Mais do que um depoimento, José Alberto reitera as informações que de a fazenda do irmão estava sendo invadida e saqueada por “indivíduos” e o ataque aos vereadores é feroz, chamando-os de “analfabetos” ou “semi-analfetos”, sem “idoneidade moral” e “aspirantes a vida pública”.

O que se vê claramente neste depoimento é uma amostra histórica da mentalidade de uma elite agrária extremamente conservadora. Como também o comunismo e a ação dos comunistas eram considerados ilegais, também havia a constante acusação da ligação desse grupo de políticos e dos posseiros (principalmente as lideranças citadas no depoimento) com os “comunistas”. Enfim, o seu depoimento serviu mais como um ataque contra os posseiros e acusações contra políticos do que propriamente um depoimento sobre a morte do soldado Brum.

Circulou amplamente entre os posseiros panfletos e cartilhas sobre reforma agrária. David Afonso de Oliveira, um dos líderes dos posseiros, trazia constantemente esses escritos e distribuía entre os camponeses, como se verá mais adiante. Difundia-se amplamente a ideia de uma reforma agrária pacífica. Se esta ideia foi amplamente aceita entre os posseiros é difícil saber, mas em alguns depoimentos passa-se a impressão de que a ocupação das terras era algo legitimado pelo governo.

É em função desse clima de “reforma agrária”, que o irmão do proprietário faz questão de dizer que a fazenda Rezende “não é latifúndio” e é “beneficiada”. Ou seja, não era um latifúndio improdutivo passível de desapropriação para fins de reforma agrária.

No polo oposto está o discurso, datado em 10 de fevereiro de 1961, de José da Virgens, dirigente da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do

Espírito Santo (ALTAES), referindo-se a expulsão dos posseiros promovida pelo então delegado de Mucurici, tenente Euclides José dos Santos:

Tendo sido informado de uma cena de vandalismo praticada pela Polícia do Estado contra um grupo de lavradores de Estrela do Norte (cerca de 110 famílias, com mais de 500 pessoas), que há mais de dois anos se localiza em terras devolutas, matas virgens daquela região, não quis acreditar tal como era-me contado pelos informantes. E, por isso, fui ver com os meus próprios olhos e ouvir da boca das próprias vítimas. E que horror! Infelizmente tudo é verdade! O fato é testemunhado por mais de 10 mil pessoas componentes dos prósperos patrimônios de Estrela do Norte, Itapeba, Joaçuba e Santa Luzia do Norte, especialmente os dois primeiros, que prestaram os primeiros socorros e continuam socorrendo aos desgraçados. A terrível cena foi simplesmente dantesca, horrível, inacreditável! No dia 1º de dezembro último, chegaram do rio, onde residem, os senhores José e Manoel Rezende, acompanhados do brigadeiro Aunes. Abro aqui um parêntese para esclarecer que os Rezende são irmãos do Sr. Antônio Rezende, fazendeiro na região, que nunca se opôs à entrada. Mas, como atualmente encontra-se sofrendo das faculdades mentais, seus irmãos entenderam apoderar-se dos seus bens. E, com este fito, meses antes, levaram daqui um advogado ao Rio para conseguir da esposa do Sr. Antônio uma procuração, alegando a necessidade de retirar os invasores. Ela, porém, negou-se a dar, dizendo não estar sendo incomodada pelos mesmos e o que deveria gastar com o advogado, deixaria com os posseiros. Naturalmente, ela previu ou já tinha conhecimento das pretensões dos seus cunhados. Frustrada esta tentativa, os irmãos Rezende voltaram e, junto com um empregado, venderam o gado da fazenda, arrombaram a casa e levaram muitos objetos. E, através do brigadeiro Aunes, conseguiram ludibriar altas autoridades do Estado, dizendo ter sido os lavradores vizinhos os autores do roubo, conseguindo por este meio os recursos para praticarem o ato de violência contra os posseiros. Cerca de 30 homens, na maioria soldados, obrigaram os posseiros a segui-los. Fortemente armado, o grupo comandado pelo tenente Euclides, pelo brigadeiro e os irmãos Rezende, invadiu as casas, disparando armas e pondo em pânico mulheres e crianças (os homens, em sua maioria encontravam-se no trabalho ou buscando a caça e o peixe nas armadilhas). Quebraram o que era quebrável e atearam fogo nas casas, com tudo o que tinham dentro. Das mulheres e crianças que não abandonavam logo o local, tiravam violentamente as roupas, deixando-as nuas, expostas à chuva. É lamentável ver a extensão de roças destruídas pelo gado, entremeadas de casas queimadas. Quantos milhões em nosso país passam fome? E isto simplesmente para satisfazer os caprichos de milionários altamente colocados, vivendo e gozando na Guanabara, em meio de escândalos passionais. Verdadeiros monstros vestidos em pele humana! Ora o homem é indistintamente lavrador. E, para abandonar a lavoura, é preciso ser instruído em escolas e oficinas especializadas. Estas, como sabemos, são vedadas às pessoas pobres de nosso país, maioria esmagadora da sua população. Logo, a terra, por um direito natural, lhes pertence. Expulsá-los dela é o maior crime contra Deus e a humanidade. Em algumas nações, o povo endurecido por séculos de injustiça, mentira e traição, como em Cuba, está respondendo. O Brasil, por certo, não será uma exceção. (apud, DIAS, pp. 21-23).

Esse longo discurso de José das Virgens é fundamental por que dá uma versão diametralmente oposta, quase que ponto a ponto, daquela oferecida pelos irmãos dos proprietários. A começar pela tal da procuração. Talvez estejamos entrando

num campo extremamente especulativo, sem dados concretos, porém, a pergunta que se faz é: será que eles obtiveram realmente a procuração do proprietário (Antonio) ou apenas informaram que eram procuradores, pois a esposa do fazendeiro se negou a fornecer a sua assinatura. Neste caso, como observou José das Virgens, a procuração não existe. Eles não obtiveram êxito. Portanto, se eles reclamam da ilegalidade dos posseiros, também agem ilegalmente.

Mas o ponto fundamental é quanto à invasão e depredação da casa sede e as casas dos posseiros. Para os irmãos do proprietário foram os posseiros os autores da depredação. Para José das Virgens foram os proprietários (inclusive é citado um terceiro irmão, de nome Aunes, cuja posição social é nada menos do que brigadeiro), acompanhados de policiais é que saquearam e queimaram casas de posseiros. Em que versão acreditar? Os posseiros não poriam fogo nas suas próprias casas. Isto é fato. A violência contra as mulheres aparece comprovadamente em vários depoimentos da CPI de 1962.

Mesmo no que se refere ao estado de saúde do proprietário há variações na fala. Os irmãos dizem apenas que “estava com a saúde abalada”. José das Virgens é mais direto: “sofrendo das faculdades mentais”. Esta versão de José das Virgens é o que circulou na região e aparece com mais frequência nas entrevistas realizadas por nós.

Como assinalamos anteriormente, pelas entrevistas e documentos sobre a figura de Antônio Rezende paira uma certa ambiguidade. De um lado aparece, senão como uma figura generosa (como parece ser a sua esposa, conforme discurso de José das Virgens: “não se sentia incomodada pelos mesmos e o que deveria gastar com advogado deveria deixar para os posseiros”), pelo menos incapaz de uma ação violenta contra os posseiros. Por outro lado, se é correta a percepção tanto de José das Virgens como dos que conheciam o fazendeiro sobre o seu desequilíbrio mental, esse abalo deve ter sido recente pois em anos anteriores, como se viu, ele até se dirigiu pessoalmente ao Governador Francisco Lacerda de Aguiar (1955-59) para reclamar das invasões dos posseiros e supostas áreas de sua propriedade e pedir providências. Evidentemente podemos argumentar de que se alguém sofre de faculdades mentais não a impede de se dirigir a quaisquer tipo de autoridade. Até, pelo contrário, a história está repleta de megalomaníacos que querem falar com o

presidente, ter uma audiência com o Papa. Porém, não foi o caso do proprietário naquela época.

Se sua mulher não se incomodava com os posseiros será que ele também compartilhava do mesmo sentimento da esposa? Segundo José das Virgens sim. Pois então qual o sentido do atentado que sofreu no córrego da Precata? Segundo depoimentos de testemunhas no IPM de 1962, ele estaria tomando banho no rio, 8 horas da manhã, quando sofreu atentado e só foi encontrado na noite seguinte. Se ele sofria das “faculdades mentais”, como foi sozinho tomar banho no rio? Inúmeras tentativas de assassinatos, agressões e homicídios deste período aparecem nos Arquivos do Fórum. Por que um processo crime não foi instaurado ou pelo menos um inquérito policial, em se tratando de um grande fazendeiro?

Talvez estas perguntas jamais possam ser respondidas. Cabe ao historiador tentar explicar no contexto da época o sentido da ação dos atores sociais em questão. Até aqui estamos dando explicações psicológicas sobre a mudança de atitude do fazendeiro e seus irmãos. É preciso ir mais além das ações individuais para entender alterações de atitudes. Não estamos dizendo que explicações de cunho psicológico e até moral não sejam importantes. Estamos dizendo que uma compreensão¹¹⁷ mais ampla deve ser buscada rebatendo suas vidas e suas ações para o contexto histórico.

Podemos avançar uma primeira explicação que tem fundamento econômico. Estamos em pleno avanço da frente pioneira numa etapa da transformação dessa região em matas virgens para terra de pastagens. Não era interessante para os Rezende manter a fazenda naquele estado. Uma vez extraída a madeira e posteriormente vendida (o que já gerava um bom lucro), a intenção era transformar a propriedade ou numa área própria para uma cultura de mercado (como o café) ou a criação de gado. Acabou prevalecendo esta última, mas seja para abate ou leiteiro a pecuária exige o pasto. E aqui a pecuária se mostrou incompatível com a pequena produção camponesa. Disputaram o mesmo espaço. Por isso, a presença dos

¹¹⁷ O termo “compreensão” aqui está sendo utilizado naquele sentido empregado por Dilthey. Se nas ciências naturais é suficiente explicar os fatos, em ciências sociais, ou nas ciências do espírito (incluindo aí a História), explicar não basta, é preciso “compreender” o sentido das ações humanas e este recurso passa necessariamente pelos valores que uma determinada sociedade produz em termos de cultura. Sobre este assunto ver especialmente Löwy (1987, p. 69).

posseiros com sua atividade de subsistência e voltada para a economia do excedente se mostrou incompatível com a pecuária voltada para a economia de mercado. Fazendeiros e posseiros vivenciaram mundos diferentes, concepções divergentes em relação a quase tudo. É fundamental que se retenha esta diferença. Embora vivessem num mesmo espaço e tempo, tinham modos de ser muito diferentes.

Outro elemento a ser considerado é a conjuntura política. Estamos em plena era populista e a esquerda percebe que o campesinato tem um papel importante na mudança social. A proposta de reforma agrária mesmo que conservadora assusta a classe latifundiária. O receio dos proprietários é que a reforma agrária de fato chegasse ao campo. Os ataques aos políticos do PTB em Ecoporanga é o reflexo deste receio.

No que se refere especificamente à Fazenda Rezende se a violência dos fazendeiros, jagunços e principalmente policiais já era intensa em dezembro de 1960, havendo muitas expulsões de posseiros, como se viu no depoimento de José das Virgens, em abril de 1962 a situação piorou.

Três dias depois do assassinato do soldado Brum, no dia 16 de abril de 1962, o então comandante geral da polícia militar do estado do Espírito Santo, Tercio de Moraes e Souza, mediante portaria, determina a abertura de Inquérito policial militar, ficando o Major Aristides Pereira Martins encarregado de presidir o mesmo.

Em abril 1962 novamente os proprietários juntamente com jagunços e a polícia (esta comandada pelo Tenente Jadir Rezende)¹¹⁸ adentram nas terras dos Rezende para fazer a “diligência” da fazenda. Ao atravessar o rio, um destacamento se dirigiu a uma casa de posseiro, conforme relato do também soldado Aristides Abelar da Cunha, ferido no conflito, mas sobrevivente, no Inquérito Policial Militar (IPM) presidido pelo Major Aristides Pereira Martins aberto por determinação do então Comandante Geral da Polícia Militar do ES, Cel. Tercio de Moraes e Souza:

No dia treze, na diligência feita a Itapeba, pelo tenente Jadir que levava dez soldados de Ecoporanga e uns quatro de Imburana e Joassuba, após atravessarem o rio para o lado em que, segundo informações, os posseiros

¹¹⁸ Pelas informações coletadas entre a população do local, apesar de possuir o mesmo sobrenome “Rezende”, o delegado Jadir não tem parentesco com o proprietário Antonio Rezende.

tomavam conta da Fazenda Rezende, e depois de o Tenente, acompanhado das praças e de dois irmãos do proprietário da Fazenda, haverem entrado em entendimento com alguns posseiros que encontraram no local das posses, continuou a diligência ao encontro dos demais posseiros; que o declarante e seu colega de farda Alnizio Brum, com ordem do Tenente, dirigiram-se em direção a uma casa, e chegando perto avistaram um homem armado de espingarda; que se dirigindo para o mesmo, este desaparecera numa volta de caminho, parecendo esconder-se; e parando noutra barraca a fim de perguntar a uma senhora e crianças que ali estavam, no terreiro, se viram um homem passar, antes que a mulher respondesse, o declarante recebeu um tiro; logo a seguir, outros tiros saíram de uma moita uns vinte metros, de um lugar mais alto que estava o declarante, Alnizio, a mulher com suas duas crianças; que o declarante sentiu-se baleado logo do primeiro tiro e como já havia caído, não foi alvejado; e que porém ouviu a mulher gritar “mataram minha filha!” que logo a seguir, olhando para o lado, o declarante viu caído, a dois metros de si, o camarada Alnizio, que os tiros continuaram, parando logo que se ouviram, instantes depois, os tiros de fuzil, partidos dos soldados que se aproximaram para socorrer o declarante e verificar e Alnizio já era cadáver; que a mulher e as crianças não foram mais avistadas pelo declarante, nem pela diligência; que só de regresso a esta sede é que foi notada a falta do fuzil de Alnizio Brum; que no dia seguinte o declarante soube que os posseiros tinham atirado também no Antônio Rezende, proprietário da fazenda invadida pelos posseiros; que o declarante, logo que o Tenente Jadir chegara ao local dos tiros, também chegou a dar uns dois tiros em direção à mata, para onde fugiram os posseiros; que os posseiros atiravam de espingarda e a polícia, apenas de fuzil e metralhadora de mão; que dias depois, o declarante veio a saber que o fuzil de Alnizio estava em poder de um tal de Orlando, também posseiro e que estivera trocando tiros contra a Polícia; que também soube ter sido Orlando preso com o fuzil, no Patrimônio da Estrela, pelo destacamento do Tenente Euclides José dos Santos. (IPM BRUM,1962 fl. 10-11).

Este depoimento permite várias observações. O primeiro ponto a observar é sobre a natureza da diligência. Toda vez que isso acontecia ou era para “capturar” posseiros ou, o que era mais frequente, expulsar e queimar as casas dos posseiros. Particularmente aqui, a ordem em que é colocada os verbos “expulsar” e “queimar” tem sua sequência precisa e alterá-la produz um sentido diferente. Isto porque, muitas vezes, a “captura” nem esperava que a família dos posseiros pudesse retirar seus pertences, mantimentos e criações. **Queimava-se** primeiro a casa e com isso a **expulsão** era consequência natural desse ato. Como se verá posteriormente, raras vezes, por “bondade” dos policiais, esperava-se que o posseiro e sua família retirassem seus pertences para depois queimar a casa. Neste caso, expulsos, queimava-se a casa. Seja em que sentido for, “diligência” de que fala o soldado sobrevivente, Aristides, na verdade significava para o posseiro ter que abandonar a terra em que arduamente plantou.

O segundo ponto é quanto à legalidade da ação dos fazendeiros e da polícia. Como se verá mais adiante, os proprietários seguidos pela polícia não foram munidos com

nenhum instrumento legal para isso, isto é, de ação de despejo, nenhum mandato de reintegração de posse. Não houve nenhum grupo composto pelos representantes do judiciário tais como oficial de justiça, ou juiz. Apenas os proprietários com seus jagunços e a polícia.

O terceiro ponto é quanto a tomada de iniciativa. Quem começou atirando. Os posseiros ou os soldados? A versão do depoente é de que eles estavam (ele e o soldado Brum) conversando com a mulher e as crianças e quem feriu a criança foram os posseiros pode ser realmente verdadeira, mas pode dar margem a dúvidas. Pergunta: teriam os posseiros, postados a pelo menos 20 metros de distância do local onde estavam os soldados, conforme declarou o soldado Aristides, e correrem o risco de atingir sua própria gente que era posseira também, principalmente mulheres e crianças inocentes, no meio do terreiro? Tanto nos depoimentos orais como nos documentos (CPI de 1961, IPM de 1962 e jornais da época) não há uma descrição precisa de como ocorreram os fatos. Ainda assim, a melhor descrição é a de dona Belizária.

E finalmente um quarto ponto diz respeito a correlação de forças entre posseiros e os soldados, quanto ao tipo de armamento utilizado. Há um desequilíbrio gritante a favor dos soldados evidentemente. Porém, o depoente, como já foi citado acima, insiste em dizer que “os posseiros atiravam de espingarda e a policia **apenas** [sic!] de fuzil e metralhadora de mão.”

De qualquer forma, a morte do cabo Brum desencadeou uma reação não só da polícia, mas do conjunto das autoridades de Ecoporanga, tanto que, no dia seguinte, dia 14 de abril, o Juiz em exercício, Dr. Waldir Vitral, envia para Vitoria um radiograma alarmante para o General Darcy Pacheco de Queiroz, então Secretário do Interior e Justiça do Governo Carlos Lindemberg, relatado o acontecido e pedido providências:

Comunico vossencia que policia ao proceder diligência na propriedade de Antonio Rezende em Itapeba, foi atacado de tocaia por inúmeros posseiros constituídos em bandos armados saindo morto o soldado Ormy [Alnázio] Brum, o qual deixou mulher e cinco filhos saiu ferido também o soldado Aristides além de uma menina de menor de idade que no momento em companhia da mãe conversava com os policiais. Ditos indivíduos vem constituindo em grupos bem armados e reagem de qualquer maneira com a presença da autoridade policial. Comarca está chegando perto de insegurança, pois policiais já não podem sair da sede para diligências que

constantemente correm o risco de serem assassinados. É inadiável enérgicas providências a fim de estabelecer o principio da autoridade já abalado nesta altura. Massacre de Cotaxé até hoje não foi apurado, no meio deles tem ocorrido crimes que estão impunes pela impossibilidade aproximação policial. Aqui estamos isolados sem comunicação por falta de rádio-telegrafista não obstante as constantes reclamações deste juízo. Para tais comunicações tivemos que enviar condução Barra de São Francisco viajando toda a noite a fim de trazer radio-telegrafista. Encareço providências e comunicação bem como da conveniencia de deixar radio policia de plantão. Segundo informações ditos posseiros já não respeitam e vem invadindo várias propriedades. Aguardo comunicação a respeito ainda hoje. Sds. Waldir Vitral. Juiz de Direito de Ecoporanga. (IPM-BRUM,1962, fls. 5-6).

Esta região, desde inícios da década de 1950 sempre se caracterizou pela violência de fazendeiros, madeireiros com seus jagunços e policiais em que muitos posseiros foram expulsos e assassinados, crimes esses que nunca foram apurados como paradoxalmente lembrou o Juiz na citação acima.

Mas, agora, a morte de um soldado em 1962 provoca a repetição de nova operação militar de proporções significativas. É bem verdade que não foi apenas esta morte a causa do recrudescimento do conflito. Os posseiros também tentaram matar o dono da fazenda, Antonio Rezende, dois dias depois.

Em Cotaxé, na Fazenda Menezes, ali mais organizados, resistiram a bala à investida da polícia e ferindo dois soldados. Cansados de tanta opressão, passaram a mobilizar uma estratégia de resistência que foi o confronto armado e o conflito se generalizou por toda a região.

Temendo a ocupação da cidade de Ecoporanga pelos posseiros, no dia 15 de abril, o Juiz, o delegado e o promotor pedem socorro para a capital informando grande movimentação de camponeses, cerca de 400 posseiros armados, como se pode ver nas mensagens por eles enviada via radiotelegrafia, ao Secretário de Interior e Justiça, General Darcy Pacheco de Queiroz:

Situação agravada, situação Imburana, Cotaxé, Santa Luzia, Estrela e Itapeba chegaram hoje sem garantia. Polícia impotente estabelecer ordem. Há ameaças generalizadas as autoridades. Terça estarei aí a fim de relato pessoal. Sds. Waldir Vitral, Juiz de Direito. (IPM-BRUM,1962– fl. 7)

O rádio telegrama do delegado Jadir é ainda mais alarmante e pede reforço policial ainda maior:

Agravou situação posseiros. Há ameaças de todos contra autoridades. Destacamento Estrela Norte, Santa Luzia, Itapeba, Cotaxé e Imburama chegaram esta madrugada sem garantias e ameaças cerca quatrocentos homens armados obstáculos região e fazendo trincheiras. Face últimos acontecimentos pedido feito trinta homens é insuficiente para restabelecer ordem. Diante de situação somente cerca de 150 devidamente armados para restabelecer ordem. Tenente Jadir Rezende. Delegado Ecoporanga. (IPM-BRUM, 1962, fl. 7)

Por sua vez, o promotor de justiça do município resolve enviar um radio-telegrama diretamente ao governador, informando que o número de posseiros revoltosos era ainda maior, apontando também, porque segundo ele, os posseiros ameaçavam invadir a cidade de Ecoporanga:

Mais de quinhentos posseiros amotinados lugar Itapeba, ameaçando todo município. Embora tenhamos solicitado providencia, ontem Colatina, General Darcy nenhuma foi até agora tomada. Esses bandoleiros estão ameaçando, conseqüentemente, invadir cidade Ecoporanga afim colocar liberdade companheiro e chefe preso policia local. Estamos sem qualquer garantia, salvo pequeno destacamento local. Não abandonaremos, todavia, comarca. Aguardaremos providências enérgicas vossencia. Resp. saudações Ronaldo Cola Promotor. (IPM-BRUM, 1962, fl . 7 -8)

Como se viu antes, o posseiro mencionado acima era David Afonso de Oliveira, preso no mesmo dia em que o soldado Brum foi morto. Impossível acusá-lo de ter assassinado o soldado Brum porque na mesma hora, em outro lugar na fazenda, David estava apanhando de outros policiais: levou um “coice” de fuzil no maxilar superior esquerdo fraturando-o e afetando também seu olho daquele lado. Levado preso para a cadeia de Ecoporanga, outros posseiros revoltados tencionavam tirá-lo da cadeia. Neste episódio também, nenhum mandato de prisão foi expedido contra ele.

Contudo, já havia uma predisposição clara do governo Lindenbeg em expulsá-los da fazenda mesmo antes da morte do soldado Brum. A morte dele foi apenas a consequência desastrosa das próprias autoridades em empregar a violência policial como único recurso para resolver os conflitos. Desde a sua origem, como observou Faoro (2012), o que caracteriza o Estado brasileiro é sua dimensão patrimonialista base para sustentar o modo como as classes poderosas utilizando a máquina do Estado para estabelecerem uma política de favores. O público é utilizado para resolver problemas privados. O clientelismo político é poderoso e atrela os atores políticos numa rede de mando e submissão semelhante ao sistema de susserania e vassalagem existente do sistema feudal. O estado do Espírito Santo não foi

diferente e ele se manifestou neste episódio que estamos narrando. No topo da cadeia de comando da estrutura de poder encontra-se o secretário do Interior e justiça General Darcy Pacheco de Queiroz e como foi colocado anteriormente, é ele quem em carta escrita de próprio punho solicita ao delegado Jadir Rezende uma atenção especial ao “amigo” José Alberto Rezende.

Toda esta máquina foi mobilizada para expulsar os posseiros de Cotaxé. Como já assinalamos, Ecoporanga e Cotaxé que presenciou um vertiginoso desenvolvimento na década de 1960, vai declinando com o esvaziamento populacional de que falam Pontes (2007) e Vilaça (2002).

Hoje, quem visita Cotaxé tem a infeliz impressão de um distrito que recuou no tempo, mas não de um bom tempo, mas de uma vila que há muito está em franca decadência. Conversamos com o Sr. Alípio Serra (mais conhecido por “Alipinho”), morador que presenciou na infância a perseguição da polícia contra os posseiros. Viu quando o farmacêutico Tristão cuidou de um posseiro que foi profundamente torturado, com chagas por todo o corpo.

Trouxeram o moço, lá da roça, das grotas, o moço chamava Chicão...alembro como hoje, ele era muito alto... ele era posseiro... bateram muito nele. Não sei se você já ouviu falar, naquela época a polícia preparava aquele umbigo de boi, né... prá bater na humanidade... hoje é o cassetete, né. Antigamente não... eles pegavam matava o boi, tiravam e curavam e usava contra ladrão...então bateram muito no moço com aquele troço... queimou ... machucou ele demais. Trouxeram ele e Cleunizete [Tristão] foi tratando dele. Olha!... eu era criança eu ia lá, criança é muito curioso, a hora em que a gente passava assim... só na portinha... o fedor! Tratou.. mas não tinha recurso..não tinha carro...foi que foi e ele morreu. A família sepultou. Eu lembro como hoje. Ele era um homem alto. De barba.. ele era o Chicão e foi a primeira vez que a polícia vieram aqui, fazer esse massacre. Bateram muito nele. Acolheram e ele morreu ali, neste casebre. Naquela época falaram de corpos de pessoas. Encontram muita caveira de pessoas, pelas matas, naquelas bancas de areia. (depoimento pessoal. Alípio. março de 2015).

Temendo pelas suas vidas, muitas famílias de posseiros deixaram suas terras, e em fins da década de 1950 e inícios da década seguinte, muitos caminhões lotados de posseiros com os poucos pertences de que dispunham deixaram Cotaxé. Alipinho mostra uma foto: “*Olha, este é carro que transportou a primeira família de posseiro que foi embora aqui do Cotaxé*” (vide figura 14).



Figura 14 – Adeus Cotaxé! Primeira família de posseiros a deixar Cotaxé
Foto gentilmente cedida por Alípio Serra.



Figura 15 – De volta para Cotaxé. Mais de meio século depois da expulsão a volta dos camponeses em 2005. No mesmo local: MST acampado no Córrego do Limão. Foto gentilmente cedida por Adilelson Costa Ferreira.

Estas duas fotos acima foram colocadas propositalmente uma na sequencia da outra. O intervalo de tempo entre uma e outra chega a quase meio século. A primeira foi tirada aproximadamente em fins da década de 1950 e inícios de 1960. A segunda foi tirada em 2005.

Conforme foi dito antes, a primeira foto (figura 14) retrata o primeiro caminhão que saiu de Cotaxé transportando várias famílias de posseiros. A expulsão sistemática dos camponeses estava começando a dar seus primeiros passos. O camponês que veio em busca de terra para plantar, terras devolutas, depois de anos de trabalho foi obrigado a se retirar. **É o camponês em movimento.** Uma diáspora. O que vemos na foto? O triste quadro de uma família com filhos para criar juntando o pouco que tem e esperando subir do “pau de arara” para buscar outras terras. O local exato é a praça central de Cotaxé.

Na segunda foto (figura 15) temos a situação inversa. **É o movimento camponês.** Acampamento do MST, também em Cotaxé, entre o Córrego do Limão e o Córrego da Canela da Ema. Se prestar bem atenção vemos uma jovem adolescente na foto. Os barracos dos camponeses estão próximos à Casa de Tábua que um dia foi sede do Estado União de Jeováh de Udelino. Em 2005 a prefeitura tentou negociar com o proprietário, o Sr. Eugênio Castanheiras, empresário de rede hoteleira do Rio de Janeiro, a compra da propriedade mediante verba do INCRA. O empresário achou irrisório o valor proposto pelo INCRA e o negócio não foi fechado. O MST teve que desocupar a estrada e “levantar acampamento”. Por que falamos em crianças e jovens? Porque como se verá, tanto nos sítios e roças do Contestado há 50 anos, como nos acampamentos do MST hoje mais de 60% da população é composta de crianças e adolescentes. Nessas condições, nos acampamentos, as crianças não têm escolas, ou quando isso ocorre é de forma muito precária.

Como se pode ver, o monopólio sobre a propriedade da terra por uma minoria é o grande problema histórico não resolvido pelo Brasil. Este é o calcanhar de Aquiles deste país continental. Enquanto este problema não for resolvido não teremos uma sociedade que dignifica a grande maioria da população. Udelino foi um visionário no exato sentido de que ele via o futuro. Em 1953, além de reclamar terra para todos os posseiros exigia do governo federal que se implantasse no campo escolas para os filhos de camponeses. Os latifundiários da região diziam que ele era louco, um inculto. Sim, um tipo de loucura extramente lúcida. Agora, quanto à cultura, sabemos que no Brasil, povo instruído é povo perigoso.

CAPITULO 4 - VOZES DA FRONTEIRA: RESGATE DA MEMÓRIA CAMPONESA

Transcorridos mais de meio século, caberia perguntar se a luta pela terra que marcou tragicamente a história de Cotaxé nas décadas de 1950 e 1960 ficou retida na memória local. Se a resposta for afirmativa, cabe investigar como a esta história é retida na memória local, como ela é contada. Se a resposta é negativa, caberia perguntar o porquê do esquecimento.

Antecipando algumas respostas, diríamos que os fatos que marcaram os conflitos no Cotaxé se não são ostensivamente lembrados, também não se apagaram de todo na memória social. Há uma certa amnésia social sobre certos fatos, porém, na tradição oral permanece viva certas histórias que marcaram a região, mesmo que estas sejam reinterpretadas e adquirem novo sentido.

4.1. AMNÉSIA SOCIAL

Tais conflitos são poucos conhecidos e poucos estudados pela historiografia. Igualmente, os fatos que marcaram tragicamente a história do município se apagaram na memória coletiva local. Na sede Ecoporanga, os mais velhos (acima de 60 anos) tem uma vaga lembrança dos conflitos na “região do contestado”. Porém, à medida que nos aproximamos dos locais específicos onde ocorreram os conflitos, tais como Cotaxé, Itapeba, Imburana, Estrela do Norte, os poucos “velhos” destas comunidades, sobreviventes do passado, preservam na memória histórias daquela época, embora de forma vaga e redefinidas pela vivência do presente.

O desconhecimento sobre os conflitos é quase completo entre os jovens entre 14 a 18 anos. Uma rápida pesquisa feita por nós, em 2015, com 300 alunos do ensino médio de uma escola pública local¹¹⁹ revelou que 90% nunca ouviu falar dos

¹¹⁹ Trata-se da Escola Estadual de Ensino fundamental e médio de Ecoporanga. Com a autorização expressa da direção da escola e com a ajuda substancial do professor de História, Luiz Carlos Vieira, aplicamos um pequeno questionário no qual pedimos aos alunos da quarta e quinta séries que falassem sobre os conflitos em Cotaxé e sobre Udelino, caso lembrassem. Sobre o nosso pequeno survey, observamos que na folha pedimos para não colocarem seus nomes, obviamente, preservando o anonimato. Por outro lado, depois de findo os questionários, com satisfação fomos abordados por alunos que prestativamente informaram que tinham parentes que se envolveram nos conflitos e avaliaram que poderiam falar sobre este assunto. Tendo em vista esta questão do

conflitos agrários que provocaram a morte de policiais e camponeses. Dos 10% restantes, apenas 2%, isto é, seis alunos fizeram vagas referências sobre a criação de um “Estado religioso” na região, sem denominar explicitamente o “Estado União de Jeovah” idealizado por Udelino Alves de Matos na década de 1950. Esta constatação é indício de que tais fatos não foram preservados na memória local. Não passou de geração em geração seja pela tradição oral ou escrita¹²⁰. Caiu no esquecimento. Sugestivamente, expressando uma leitura de realidade que espelha o contexto atual dos movimentos de lutas sociais foi que para aqueles que dissertaram que sabiam dos conflitos referiam-se a eles como discriminação contra negros, problemas causados pelo MST e alguns apontavam a destruição do meio ambiente pela cultura do eucalipto embaralhando os tempos históricos em que tais fatos ocorreram.

Assim, o que se pergunta é: dado esta “amnésia social” (SANTOS, 1993; BURKE, 2006), será possível historiar os conflitos agrários nas chamadas frentes pioneiras no noroeste do estado do Espírito Santo tentando reconstruí-los através da “memória coletiva”¹²¹ local? Ainda restaram traços dessa história na memória dos moradores da região? Seria possível fazer o resgate dessa memória? Ou, pelo contrário, essa história teria que ser buscada em documentos oficiais tais como processos, mensagens e correspondência dos governos da época? E neste caso não estaríamos correndo o risco de reconstruir a história do ponto de vista de uma camada social apenas, aquela que ocupava cargos de poder a partir dos quais se produziu tais documentos?

Para entender minimamente os mecanismos do esquecimento social, vamos recorrer às colocações de Burke (2006 p. 69-89). Teorizando sobre os usos da

esquecimento, o professor Luiz Carlos Vieira, mestre em Ciências Sociais pelo CPDA da UFRRJ, tem desenvolvido um trabalho fundamental com seus alunos procurando resgatar a memória das lutas em Cotaxé. Como atividade escolar tem estimulado os alunos nas pesquisas sobre os posseiros de Cotaxé, com entrevistas e produção de vídeos. Os alunos que se submeteram a este questionário não tinham passado por esta atividade escolar do professor Luiz Carlos Vieira, senão o resultado do questionário teria sido outro.

¹²⁰ No currículo escolar, nas matérias de História e Geografia embora haja um item que obriga o aluno a estudar assuntos ligados à cidade, os conflitos aqui tratados nem são mencionados na maior parte dos livros didáticos.

¹²¹ Estamos usando este conceito no sentido empregado por Halbwachs (1968). Os nossos entrevistados são os “velhos” da localidade. Por isso, o trabalho de Ecléa Bosi (1979) se mostrou útil para a pesquisa, mesmo que não tenha havido tantos “velhos” para entrevistar, pois o que contou para nós foi o enfoque dado por ela.

memória social, Burke faz uma pergunta que interessa diretamente para os nossos propósitos. Pergunta ele: por que algumas culturas parecem mais preocupadas que outras em lembrar seu passado? Para responder a esta pergunta, Burke mostra como determinados povos se relacionam com o seu passado. Apresenta o exemplo da cultura de dois povos, que tratam o seu passado de forma diametralmente opostas: o tradicional interesse dos chineses pelo seu passado e a tradicional indiferença dos indianos para com o deles. Prossegue com dois outros exemplos: irlandeses e poloneses tem memória social relativamente longa. Confrontando irlandeses e ingleses, cita um bispo americano (Fulton Sheen) o qual comentava o que os ingleses fizeram com os irlandeses na época de Cromwell: **“Os ingleses jamais se lembram disso: os irlandeses jamais se esquecem”**, (grifos nossos, p. 82). Burke parece dar a entender que o ato de esquecer/lembrar tem a ver com a questão da opressão. Povos ou grupos que tiveram papel de opressores gostariam de esquecer do que foram. Pelo contrário, povos ou grupos que sofreram a opressão tendem sempre a rememorar esse passado. Por exemplo, no caso acima, os ingleses preferem esquecer. Segundo Burke, sofrem ou se regozijam do que se chamou de “amnésia estrutural”. Para Burke, “amnésia estrutural” é o oposto complementar do conceito de “memória social”, e portanto ele prefere usar o termo “amnésia social”. Esta correlação vencedores-esquecimento e vencidos-lembrança fica clara neste trecho de Burke:

Porque esse agudo contraste de atitudes para com o passado em diferentes culturas? Diz-se muitas vezes que a história é escrita pelos vencedores. Eles podem dar-se ao luxo de esquecer, enquanto os perdedores não conseguem aceitar o que aconteceu e são condenados a remoê-lo, revivê-lo, refletir sobre como poderia ter sido diferente. Outra explicação para isso poderia ser em termos de raízes culturais. Quando se têm essas raízes, pode-se considerá-las como certas, mas quem não as têm sente necessidade de procurá-las. Os irlandeses e os poloneses foram desarraigados, seus países divididos. Não surpreende que pareçam obcecados pelo passado. (2006, P. 83)

De fato, não é por iniciativa dos grandes fazendeiros, dos grandes empresários e dos órgãos de repressão da década de 1950 e 1960 que as lutas camponesas em Cotaxé vão ser resgatadas enquanto memória. Os vencedores preferem esquecer esta história. Não há grandeza em lembrar um passado em que camponeses foram barbaramente assassinados. Mas, quando os vencedores decidem desenterrar este passado, até mesmo a barbárie se transforma em civilização. Este passado renasce transfigurado. Sempre haverá um *ponto* onde se *avista* o passado...um ponto de

vista. No caso, o ponto de vista do Estado é de que a PM cumpriu briosa e civilizadamente com o seu papel de proteger a sociedade, pois esta era a sua função (DEMONER, 1985). Ou dentro do mesmo ponto de vista, mas invocando perdas, o Estado informa que, nesses conflitos quem foi massacrada foi a polícia e não os posseiros (LOIOLA, 2008), como vimos anteriormente.

Do lado dos “vencidos”, há todo um esforço em não deixar que a história das lutas camponesas em Cotaxé¹²² se dissipe na poeira do tempo. Este esforço não é iniciativa dos próprios posseiros e seus descendentes, mesmo porque, como já foi assinalado, eles já migraram para outros recantos do país há muito tempo. Suas lutas ficaram marcadas na memória coletiva e outros passam a resgatar suas histórias, mesmo que, reinterpretando-as, como não poderia deixar de ser.

Assim, a “resistência camponesa em Cotaxé” das décadas de 1950 e 1960, tem sido, de três anos para cá, objeto de rememoração, numa tentativa de preservar sua memória, através de um encontro anual sob a forma de seminário congregando aqueles que se interessam em entender e recuperar este passado. Talvez seja interessante discorrer um pouco mais sobre estes eventos que busca esta rememoração.

A iniciativa é muito recente, e o primeiro seminário foi realizado em 2013. De lá para cá, foram realizados três seminários e está sendo programa para o próximo ano (2016) a realização do quarto seminário. Há um esforço coletivo da intelectualidade capixaba, particularmente por iniciativa de professores, pesquisadores e alunos da UFES, bem como de parte da população de Cotaxé e Ecoporanga em resgatar uma memória efetiva sobre o que aconteceu em Cotaxé. Na verdade, a UFES tem dado apenas apoio institucional, imprimindo uma certa visibilidade ao evento. Significativo é observar que a preocupação em resgatar a memória das lutas camponesas no Espírito Santo tem se transformado num projeto de construção coletiva, sendo a universidade uma das parceiras nesta empreitada.

Na verdade a iniciativa e empenhado em resgatar as lutas camponesas em Cotaxé e região partem de pessoas externas à UFES, particularmente daqueles que nasceram em Ecoporanga ou têm uma ligação afetiva com a região. É o caso, por

¹²² Falamos genericamente de Cotaxe, porém o conflito se deu também nos povoados vizinhos de Estrela do Norte, Itapeba, Imburana e Joaçuba, como se viu anteriormente.

exemplo, de Vander Costa, escritor e poeta que tem-se preocupado em resgatar esta memória. Vander Costa, com a ajuda de um grupo de apoiadores, é que tem trabalho na organização dos seminários. Sua iniciativa é importante porque procura marcar um acontecimento reafirmando não só uma data específica, mas um fato histórico específico. Estamos presenciando a construção de uma memória. A repetição anual, como se fosse um ritual (que de fato o é), promove a institucionalização desta história com seus personagens e a tentativa é transformá-la em patrimônio cultural. Os eventos têm contado com o apoio de outros movimentos sociais (MST, MPA, por exemplo) e tem contado, inclusive, com o apoio de diversos setores da sociedade¹²³. Como o evento não tem nenhuma finalidade lucrativa, até pelo contrário, envolvendo prejuízos, o custo é dividido também, em parte, entre os participantes com a colaboração espontânea e não obrigatório deles, a partir de um valor simbólico recaindo muitas vezes despesas significativas para o próprio coordenador Vander Costa, que numa atitude idealista não mede esforços para cobri-las.

Nota-se que o eixo central dos seminários é a saga de Udelino Alves de Matos como precursor da luta pela terra na região e a partir deste eixo outras temáticas são tratadas tais como a questão da degradação do meio ambiente, a luta dos pequenos produtores, a resistência camponesa contra o avanço do agronegócio, temas da atualidade que permitem também a participação de alunos das escolas públicas municipais e estaduais, para os quais são direcionadas diversas atividades sob a forma de oficinas: dança, capoeira, artesanato, educação ambiental e outros temas.

Os seminários são realizados, geralmente no mês de junho em Cotaxé com ênfase

¹²³ Conforme informações de Vander Antônio Costa, que tem efetivamente coordenado os Seminários de Cotaxé, diversas instituições e entidades tem apoiado o evento. Segue a lista completa informada por ele: Prefeitura Municipal de Ecoporanga, Observatório dos Conflitos no Campo, UFES, Sindicato dos Trabalhadores em Empresa de Correios, Prestação de Serviços Postais, Telégrafos, Encomendas e Similares do Espírito Santo (SINTECT-ES); Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE); Sindicato dos Trabalhadores em Energia e Gás do Espírito Santo (SINERGIA-ES); Sindicato dos Metalúrgicos do Espírito Santo (SINDIMETAL-ES); Companhia Espíritosatense de Saneamento (CESAN); Associação dos Docentes da UFES (ADUFES); Central Única dos Trabalhadores do Espírito Santo (CUT-ES); Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Município de Ecoporanga; Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Ecoporanga (SISPMEC); Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Córrego 02 de Setembro – Ecoporanga-ES; Moradores do distrito de Cotaxé; Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST); Movimento dos Pequenos Produtos (MPA), Pró-Reitoria de Extensão da UFES (PROEX-UFES), Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Espírito Santo (SINTRACONST-ES) e Laticínio Ecoporanga.

na história da região de Ecoporanga, das lutas camponesas ali ocorridas, centralizando mais especificamente em Cotaxé. A programação conta com palestras que procuram resgatar das lutas dos posseiros, trazendo esta temática para o tempo presente fazendo uma ponte com a luta do MST, do MPA.

Pelo que foi exposto acima, percebe-se que os seminários não são apenas um encontro de acadêmico de intelectuais e estudantes. A preocupação dos organizadores é a socialização do evento e a intenção é transformá-la numa festa de caráter verdadeiramente popular, com ampla participação da população local.

Nesses seminários, para marcar os acontecimentos do passado como memória, por exemplo, há a abertura do evento com uma caminha de todos os participantes. Todos se reúnem pela manhã em torno da “Casa de Tábua” (vide figura 15 e 16) onde Udelino montou a sede de seu Estado União de Jeovah, para uma caminhada, em uma estrada margeando o córrego do Limão, de aproximadamente 8 km, em direção a praça central do povoado de Cotaxé. Antes da partida, os organizadores distribuem camisetas (vide figura 17), imprimindo ao evento um sentimento de coletividade e união. Nesta caminhada, denominada “Pelas rotas de Udelino”, conhece-se um pouco da área onde ocorreram os conflitos, nas mediações do Córrego do Limão, em que grupos de cavaleiros e tropeiros se juntam aos participantes na entrada de Cotaxé, atravessando conjuntamente a ponte. (vide figura 18 e 19)



Figura 15 – Do que restou da “Casa de Tábua”. O novo dono apenas o nome. A casa também já não é mais esta.

O evento tem participação da população local, como já foi afirmado, particularmente dos alunos das escolas de ensino médio que assistem às palestras e se envolvem nas oficinas de teatro e de artes. Participam também integrantes do MST, dos pequenos produtores, professores, estudantes, escritores, poetas, músicos e grupos de teatro e de capoeira que se envolvem nos eventos cuja duração varia em torno de três a quatro dias. Não há cobrança de ingresso pois os seminários tem-se dado no espaço da Escola Municipal de Cotaxé e na praça do distrito. As refeições (café da manhã, almoço e jantar) são distribuídas gratuitamente para todos os participantes.



Figura 16 – A “Casa de Tábua”, atrás deste trator. Em 2014, a terraplanagem soterrou-a de vez e com ela um dos ícones que representava a saga de Udelino



Figura 17 – Participantes com camiseta: “Pelas rotas de Udelino”



Figura 18 – Entrada da caravana em Cotaxé – 2014



Figura 19 – Entrada da caravana em Cotaxé - 2015

Quando resolvemos, em 2011, reconstruir a “saga” dos camponeses naquela região, especificamente dos posseiros em Cotaxé, Imburana e Estrela do Norte, tivemos em mente essas colocações de Burke. Tratava-se de um desafio, pois não sabíamos o que íamos encontrar pela frente. Este desafio ainda persiste. O que pudemos observar é a escassez de documentação escrita a respeito¹²⁴. Em face da pouca documentação escrita existente adotamos a estratégia de fazer a pesquisa de

¹²⁴ Os principais trabalhos são os seguintes: Vilaça (1997; 2007a e 2007b), Dias (1984), Gomes de Souza (1998), Pontes (2007) e Ramires (2015) já citados.

campo utilizando o recurso da história oral. Ou seja, a intenção era (e ainda é) a reconstrução história do que aconteceu contada pelos próprios posseiros, mas também fazendeiros, comerciantes, policiais, advogados, oficiais de justiça e políticos que vivenciaram os acontecimentos. Seguimos aquela recomendação de Boris Fausto citada mais a frente: buscar o relato das pessoas comuns.

Assim, durante os de 2012 a 2015 (nos meses de janeiro a março), nos períodos de férias universitárias, nos dirigimos para a região para procedermos as entrevistas. A utilização da história oral¹²⁵ como recurso metodológico não excluiu a documentação histórica. Porém, como se viu, aquela não foi utilizada como recurso complementar desta, como se fosse um apêndice auxiliar.

A reconstrução da história dos conflitos mediante a utilização da história oral desempenha um papel central numa pesquisa desta natureza. Procedemos ao trabalho de cotejar as fontes de informação. Por exemplo, nos casos em que era possível, cotejamos as informações das notícias dos jornais da época com as existentes nos documentos tais como as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e estas com os depoimentos orais. Muitas informações só podem ser obtidas através dos depoimentos orais dos personagens dessa história. Nos depoimentos orais tivemos a preocupação não apenas de coletar as informações, mas, sobretudo de registrar o modo como o depoente apresentava essa informação, a partir da história de vida dele.

Este estudo guarda algumas peculiaridades. Trata-se da história do tempo presente. Pois tivemos a possibilidade, diríamos até, a felicidade de encontrar, embora poucas, pessoas ainda vivas que se envolveram direta ou indiretamente nos conflitos da época. Em segundo lugar, é um estudo que toma como base não a grande história, mas a micro história¹²⁶. Fausto (2009, p. 9) sintetiza muito bem os principais objetivos da micro-história como um gênero histórico de grande prestígio atualmente:

- a) Reduzir a escala de observação do historiador, a fim de apreciar ações humanas e significados que passam despercebidos quando se lida com grandes quadros; b) concentrar essa escala em pessoas comuns e não em grandes personagens, buscando ouvir sua voz; c) extrair de fatos

¹²⁵ Baseamos nos seguintes autores para a utilização desta metodologia: Thompson (1992), Meihy (2002), e Ferreira e Amado (2002)

¹²⁶ Historiador fundamental desse gênero é Ginzburg,(1988)

aparentemente corriqueiros uma dimensão sociocultural relevante; d) apelar para o recurso da narrativa, ao contrário da história das grandes estruturas, sem, entretanto confundir-se – dado seu conteúdo e seu estilo – com as narrativas tradicionais, predominantes no século XIX; e) situar-se no terreno da história, o que significa apoiar-se nas fontes, delimitando-se assim, claramente, da obra ficcional.

Acreditamos que nosso trabalho se enquadra na linha da micro-história pela sua proposta e sua abordagem. Partimos do aspecto geral para um objeto em particular, afunilando aos poucos o enfoque. Vamos gradativamente reduzindo a escala de observação. Da história agrária brasileira passamos para o estudo zona pioneira do noroeste capixaba, deste para a região conflituosa de Ecoporanga e dentro deste município passamos a estudar os conflitos nas fazendas Rezende e Menezes. Delimitando ainda mais o objeto, analisamos em detalhe através de Inquéritos policiais da época e do recurso da história oral, os assassinatos de posseiros e soldados dentro das fazendas.

Assim, conversamos com pessoas comuns, que na época eram posseiros, soldados, comerciantes. As pessoas comuns aparecem tanto nos inquéritos policiais como também são elas próprias as personagens centrais das nossas entrevistas. Através das suas histórias de vida pretendeu-se narrar o que foi “o conflito do Cotaxé”. Fausto (2009, p. 9) assinala a importância de narrar a vida e dar a palavra às pessoas comuns:

(...) suas vidas e suas interações com um amplo contexto social surgem como chaves de entendimento de ângulos ignorados desse contexto, como se fossem fochos de luz, capazes de alcançar lugares escuros de uma sala que a luminária do teto não alcança.

Por último, cabe observar que o resgate da memória camponesa, isto é, da fala do homem simples¹²⁷ não descarta a importância de se pesquisar as fontes históricas. Fontes históricas tais como processos jurídicos, tanto criminais como civis

¹²⁷ O termo “homem simples” está sendo utilizado aqui no sentido que é empregado por Ianni (1975) e Martins (2000). Ianni informa que a mentalidade do homem simples brasileiro comporta duas grandes dimensões: a violência e o misticismo. Esses dois fenômenos perpassa a vida inteira do brasileiro, seja no meio rural ou urbano os quais são representados tanto na literatura como no cinema e o teatro. Este artigo de Ianni, “*a mentalidade do homem simples*”, escrito em 1968 (publicado pela primeira vez na Revista Civilização Brasileira, nº 18), surgiu num momento de grande perplexidade e crise da sociedade brasileira, no colapso do populismo e na implantação da ditadura militar no Brasil quando muitos intelectuais de esquerda falavam muito em defender o homem do povo mas sem entendê-lo. Este artigo é um alerta no sentido de que a academia não entendeu o que é o homem simples e um convite a pesquisá-lo melhor. O livro de Martins (2000), atento ao alerta de Ianni e vai aceitar este desafio, ao citar no seu livro o próprio Ianni: “*um dos maiores dilemas do pensamento brasileiro no presente, é compreender o homem comum*”. (Ianni, 1975, p. 87 e Martins, 2000, p. 11).

documentos do governo tais como CPIs produzidas na Assembleia Legislativa Estadual, fontes primárias tais como relatórios de secretarias de governo, pesquisas que resultaram em dissertações e teses sobre o assunto, reportagens de jornais da época e outros documentos. Guiados por esta abordagem do micro-história fomos em busca da história de vida do homem simples, no nosso caso, o personagem principal dessa história: o posseiro.

Um primeiro fato que observamos foi que das mais de 300 famílias de posseiros que existia na época, a grande maioria foi embora de Ecoporanga após 1962. Hoje só restaram apenas 5 famílias, das quais 4 conseguiram um pedaço de terra num dos 12 assentamentos rurais existentes no município. Uma única família conseguiu comprar uma pequena propriedade após uma vida inteira de trabalho. É a família de seu Laurindo¹²⁸.

Sua história de vida representa uma das versões da saga dos posseiros em Cotaxé. Sua família é oriunda de Minas Gerais. Perpétuo era adolescente, quando seus pais, em busca de terra, vieram para o Patrimônio do Ronco (hoje Joaçuba) em 1939. Seu pai e parentes souberam da existência de terras livres (públicas, devolutas) em Ecoporanga e, portanto se dirigiram para lá. Na verdade, havia duas modalidades de ocupação da terra: ou o posseiro pioneiro se apossava de uma área e solicitava a medição e a legalização dela (posseiro de primeira geração)¹²⁹, ou comprava a posse de um posseiro de primeira geração. Esta segunda alternativa se apresentou para a família de Perpétuo. Como seu pai não tinha recursos para comprar a posse, se associou a um “compadre” que o transformou num meeiro:

Então, meu pai trabalhava mais ele e ele dizia que ia dividir esta terra com meu pai. Mas quando chegou na hora, ele botou meu pai prá trabalhar e depois de meu pai trabalhar, não dividiu a terra nada! Nós moramos 23 anos com esse [...] No fim de 23 anos, o pai contando que ia ter uma terra, o homem saiu fora. Vendeu a terra dele e nós ficamos voando. Ai meu pai resolveu ir pró Rezende. A coisa ficou feia, pai falou: “Não!..Já que aqui eu não consegui eu vou ver se eu consigo lá. Vou invadir.” Depois de 23 anos, depois de tudo isso fomos pró Rezende (depoimento de Perpétuo, janeiro de 2015).

¹²⁸ Como o depoimento desse filho de posseiro é significativo na história da fazenda Rezende achamos por bem apresentamos trechos da entrevista com este personagem nos anexos.

¹²⁹ Esta medição e legalização ocorriam somente através do pagamento da taxa para estas finalidades junto a Delegacia de Terras que na época ficava em Barra de São Francisco, vinculada à Secretaria da Agricultura, Terras e Colonização. Divisão de Terras e Colonização.

Esta é uma das modalidades de ocupação. Mediante invasão de uma propriedade supostamente legalizada. Porém, há outras modalidades. O posseiro nem sempre foi o “invasor”. Muitas vezes ele chegou antes do que o grande fazendeiro. Já se encontrava na terra muitos anos antes e mediante títulos forjados o grande fazendeiro tenta expulsar o posseiro. Foi o que aconteceu em outras fazendas da região como, por exemplo, na Fazenda Menezes de 440 hectares em que o comprador Sr. Lamartine Loureiro, mediante supostas escrituras de compra e venda oficializadas em cartórios de Teófilo Otoni informava que era dono de mais outros 1.662 hectares em Ecoporanga, justamente nas áreas onde se localizam os posseiros de Cotaxe. Aqui, até onde as fontes históricas nos permite concluir, em muitas propriedades foi o posseiro que se encontrava primeiro nas terras e não o contrário¹³⁰. Isto é válido para a fazenda onde ocorreram os maiores conflitos, isto é, na fazenda de Francisco Modesto de Menezes (o “Franquim”) o qual vendeu para o Sr. Lamartine Loureiro (o “Lamartin”) e por sua vez vendeu para o Dr. Leão Bandeira de Melo. Como foi observado, Menezes quer se apropriar de uma área 30 vezes maior do que sua documentação permite, área em que já existiam posseiros morando há muito tempo.

Porém, no caso da Fazenda Rezende, se caracterizou como um movimento de ocupação mediante invasão, como reconhece José Antonio. Em se tratando de frente pioneira, centenas de famílias estavam nas mesmas condições daquelas vividas pela família de José Antonio: vieram de longe a procura de terras. Perceberam que ali havia terras abandonadas, improdutivas. A intenção de invadir tem seu respaldo político na conjuntura da época em que se propagou a ideia de reforma agrária do Governo Goulart, dentro do quadro mais amplo das “Reformas de Base”. Ou seja, não que havia uma diretriz governamental específica que legitimava a invasão, mas que a propaganda se transformou num forte estímulo para a ocupação de terras consideradas improdutivas. Em outras palavras, embora houvesse uma legislação agrária especificamente aprovada para a desapropriação de terras improdutivas para fins de reforma agrária, circulava ideia parecida que encorajavam os camponeses a ocuparem os latifúndios. Por outro lado, não é de se menosprezar o exemplo das Ligas Camponesas em Pernambuco nesta época.

¹³⁰ Esta situação pode ser constatada nos documentos da Ação de Reintegração de Posse. Lamartine Loureiro contra João Ruas. Referência completa deste documento vide no final deste trabalho.

Em Ecoporanga uma acirrada luta política pelo poder local polarizou PTB versus PSD, na disputa pela prefeitura em 1962. De um lado o deputado João Corsino de Freitas do PTB, e seus correligionários, com, destaque para Altamiro Felisberto Teixeira, acusado pelos seus adversários políticos de estimular posseiros a invadirem as fazendas Rezende e Menezes. Do outro, o então prefeito Tolentino Xavier e o presidente do PSD local e grande madeireiro, Mario Marques representando os interesses dos grandes proprietários. Evidentemente, se de um lado, a ideia de uma reforma agrária não agradava os fazendeiros, por outro, era uma bandeira de luta dos posseiros. É neste cenário político local, que em 1961, após uma reunião em Itapeba, centenas de famílias decidiram invadir a fazenda Rezende:

No Rezende foi posseiro. Invadiram, cada um foi lá e mediu o seu pedaço. Ai, quando o Rezende soube... porque ele morava no Rio, soube que o pessoal tava invadindo a terra dele, trouxe a captura... falavam captura na época, né. Pôs os policiais em cima, queimou casa de todo mundo. [*vocês sabiam que era do Rezende?*]. Sabia! Sabia que a fazenda era do Rezende, mas tava abandonada! Como ela tava abandonada lá então o pessoal foi lá e invadiu. Juntou um monte de gente, foram lá e invadiu. Meu pai também enfiou no meio [*Você lembra se era muita gente?*]. Era! Vou falar pró cê a verdade... foi prá mais de 400 famílias.(depoimento de Perpetuo, janeiro de 2015)

Transcorrido menos de um ano, entre dezembro de 1961 a abril de 1962, todas as famílias de posseiros foram expulsas da Fazenda Rezende e outras tantas da Fazenda Menezes. Deve-se fazer o registro histórico da forma como foi feito o *despejo*¹³¹ das famílias de posseiros em quaisquer modalidades de ocupação (se já estavam ou não antes dos grandes proprietários). O despejo foi acompanhado de uma ação policial extremamente violenta e sem nenhuma cobertura legal. Muitas vezes acompanhada pelos próprios fazendeiros e seus jagunços esta ação se caracterizou como uma verdadeira chacina. Tendo em vista os rumores de uma eminente rebelião camponesa devido a prisão de um de seus líderes, a operação militar pautou pela seguinte estratégia: a) sequestrar todo tipo de armamento e munição (espingarda, cartucheira, clavinotes, pólvora, chumbo e balas) encontradas no comércio local (nos empórios e vendas), b) fazer o cerco da fazenda, c) localizar

¹³¹ Usamos propositadamente a palavra **despejo**, pois foi isso que aconteceu. O posseiro aí não é tomado como ser humano. Mas como coisa que pode ser **despejada**. Aliás, o direito numa sociedade como a nossa onde a defesa do patrimônio é mais importante do que a defesa da pessoa, a ação de **despejo** acompanha um instrumento jurídico claro, a reintegração de posse.

os chefes de família e prendê-los c) proceder a queima das casas dos posseiros e d) despejá-los das fazendas.

Mediante esses procedimentos a operação militar foi coroada de sucesso já que os posseiros opuseram pouca ou nenhuma resistência tal a desigual correlação de forças entre a polícia e eles. Há relatos de muitos mortos cujos corpos nunca foram encontrados, como vimos. Nos depoimentos da CPIs e IPMs as mulheres reclamam do desaparecimento de seus maridos. Há relatos macabros de corpos de posseiros, boiando, descendo o Rio Cotaxé e urubus sobrevoando numa gruta próxima ao Córrego da Precata.

Após a expulsão, num primeiro momento, muitas famílias passaram a viver, provisoriamente, de favor, na casa de conhecidos nos povoados próximos de Cotaxé, Itapeba, Joaçuba, Imburana e Estrela do Norte. Tempos depois, algumas ficaram pela região trabalhando como meeiros e diaristas. Muitos foram para Rondônia a partir de um programa do Governo na época, outros para o Paraná e até mesmo para São Paulo. Outros migraram para o meio urbano nos municípios periféricos que compõem a Grande Vitória como Serra, Vila Velha, Cariacica.

Ao se dirigirem para a cidade, deixaram a condição de camponês para assumir a condição de trabalhadores não qualificados nos interstícios do mercado de trabalho urbano como pedreiros, ajudante de pedreiro, empregada doméstica, ou executando trabalhos informais. Na passagem do mundo rural para o mundo urbano, também redefiniram sua identidade: não são mais camponeses que trabalham a terra, transformando-se em trabalhadores urbanos braçais. Não plantam mais, não criam galinhas nem porcos, não entram nas matas, não pescam, não colhem mais os frutos da terra. Tudo isso ficou no passado. O ex-posseiro na cidade é um desenraizado.

4.2. DESENRAIZAMENTO SOCIAL

Observar o fenômeno histórico do desenraizamento social do camponês é fundamental para entendermos por que é tão difícil para esta classe ter uma identidade de pertencimento a um grupo e a partir daí produzir uma “memória coletiva”. Se nas décadas de 1950-60 houve um grupo social identificável como

“posseiros” que lutou pela terra, hoje não há mais. Passaram por Ecoporanga e não deixaram raízes. Vieram da Bahia, de Minas e mesmo do Espírito Santo, sem terras, a procura de terras, mas saíram de lá igualmente sem terra. Foram expulsos de lá. As fazendas onde tinham posses foram todas transformadas em pastagem. Ecoporanga que na década de 1960 possuía quase 75 mil habitantes hoje chega, se tanto, a 23 mil habitantes. Cotaxé, que na época era maior do que Ecoporanga e onde se concentrava a maior parte dos posseiros, parece hoje mais um distrito fantasma.

O posseiro tentou criar raízes, produzir uma identidade local. Os velhos falam com muita saudade do mercado que ficava na praça central de Cotaxé onde se processavam as trocas dos inúmeros produtos da roça dos posseiros: arroz, feijão, milho, mandioca, batata, inhame, frutas, hortaliças, vários tipos de criação, de aves e animais. No córrego do Limão da área que supostamente fazia parte da Fazenda Menezes, restam apenas ruínas de casas e uma Igreja abandonada. Mas na época em que os posseiros ocuparam este local se constituiu até um “Patrimônio”, com dezenas de casas, com escola, igreja e até um campo de futebol. Hoje, semelhante ao que aconteceu na Fazenda Rezende, no Córrego do Limão só se vê pastagem e o gado tomou conta da paisagem.

Devido a expulsão, não há como o posseiro ter deixado sua herança em Cotaxé. Não há patrimônio material. Ficou apenas história de sua passagem. Trata-se na verdade de uma diáspora. Estrangeiro na sua própria terra, o posseiro não cria raiz. Na verdade, esta tem sido a saga de boa parte do campesinato brasileiro: é a história de uma grande **diáspora interna**. Este termo “diáspora” é empregado por Hall (2013, pp. 25-50) para se referir a uma situação de imigração (de um país de origem, a pátria mãe para um país de chegada). No nosso caso, trata-se de um deslocamento **dentro do próprio país**, de uma região para outra, deixando sua terra (região de origem) para trás. Autores como Durham (1973) e Martins (1986), dentre muitos outros, trabalhando a partir de diferentes enfoques apontam para um dado comum crucial nestas migrações internas: o desenraizamento social dessa população.

Para a maioria deste campesinato, durante o percurso de uma vida não acontece apenas uma migração, mas várias. Na história de vida dessa população ocorrem

inúmeros deslocamentos motivados pela procura de melhores oportunidades de trabalho de tal modo que ela não cria raiz em lugar algum. Em muitos casos, de tão constantes são estes deslocamentos que acabam por se transformarem em migrações temporárias. Nestes termos, a questão crucial que se coloca para nossa pesquisa é saber como este grupo (no caso o campesinato) em constante deslocamento pode construir uma identidade de pertencimento a um grupo ou pelo menos a uma localidade.

Como um grupo consegue construir uma identidade se os constantes deslocamentos o deixam absolutamente desenraizado? Na análise que Martins (1986, p.45) faz sobre esta constante migração do camponês fica clara a fragmentação da sua identidade.

Mais do que trânsito de um lugar a outro, há transição de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e vir – é viver, em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante temporário é viver tais contradições como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente definidas; é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessitar quando está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca.

Ecléa Bosi (2003) num estudo sobre um dos últimos escritos de Simone Weil¹³² nos indica o sentido profundo do que vem a ser enraizamento e a sua ausência, o desenraizamento. Seguindo Weil, informa que o enraizamento é a condição fundamental do ser humano. Ecléa Bosi está analisando Weil, mas sempre se referindo à realidade brasileira. Falando de opressão entre culturas e povos (predador e presa, colonizador e colonizado) Ecléa Bosi mostra como estas práticas desenraizam o oprimido, e apresenta um exemplo histórico muito próximo do que aconteceu em Ecoporanga.

No campo brasileiro a conquista acontece sob as formas de monocultura e pastagens. O arroz, a soja, a cana provocam tão forte migração de lavradores que se constituem em genocídio pelo número dos que vêm morrendo no caminho para o Sul. O arrozal em Goiás despojou o pequeno lavrador. Avançando destruiu sua roça, derrubou a mata, extinguiu a caça e a lenha, secou o olho d'água, invadiu seu cercado de galinhas e criações...formas de vida incompatíveis com a monotonia exclusiva do arroz. Como pensar em cultura popular em um país de migrantes. O migrante perde a paisagem natal, a roça, as águas, as matas, a caça, a lenha, os animais, a casa, os vizinhos, as festas, a sua maneira de vestir, o

¹³² Ecléa Bosi refere-se ao livro de Simone Weil **A Condição Operária e outros estudos sobre a Opressão**. Vide referência completa no final deste trabalho.

entoado nativo de falar, de viver, de louvar a seu Deus... Suas múltiplas raízes se partem. Na cidade, a sua fala é chamada “código restrito” pelos linguistas, seu jeito de viver, “carência cultural”, sua religião, credence ou folclore. (2003, p.176)

Estas passagens impressionam pela semelhança com a situação histórica que estamos estudando. Basta substituir o avanço do arroz, pelo avanço da pecuária, também citada por ela. Os posseiros ali chegados antes dos grandes fazendeiros vão sendo expulsos por estes que querem transformar tudo em pastagens. Não se trata apenas de um desenraizamento econômico, mas atinge a totalidade da pessoa do posseiro: sua roça, sua casa, sua cultura.

E aqui voltamos a dialogar com Peter Burke. A dificuldade em reconstruir a história dos posseiros, reside no fato de que eles mesmos não conseguiram produzir uma memória social. Ou seja, esse grupo esteve de passagem por Cotaxé. Não criou raízes. Na verdade são desenraizados, ou melhor, dizendo, foram desenraizados. Não puderam construir uma tradição popular. Então na nossa observação inicial quando constatamos que boa parte da nova geração nunca ouviu falar do massacre de posseiros em Cotaxé, esta “amnésia social” tem uma explicação. Os posseiros foram vencidos, foram expulsos da região, eles mesmos não puderam, enquanto grupo, sedimentar sua versão da história. Porém, os processos de produção da memória não são estáticos. Os posseiros participaram de um contexto mais amplo, suas histórias, reais ou imaginárias passaram a reverberar por toda a região. São vozes que ecoam nessas fronteiras. Como afirma Ecléa Bosi, “Não buscar o que se perdeu: as raízes já foram arrancadas, mas procurar o que pode renascer nessa terra de erosão” (2013, p. 177).

Este renascimento pode ser visto na tentativa atual de resgatar a história de luta dos posseiros, incorporando-a a tradição da região. Memórias podem ser gravadas e eternizadas em monumentos, nome de lugares, ruas e praças. Neste sentido houve uma votação recentemente para dar nome a praça principal de Cotaxé. Duas opções foram apresentadas: Praça Udelino Alves de Matos (homenageado o líder camponês) ou Praça Romeu Tinoco (fazendeiro e vereador que fez benfeitorias no distrito). Venceu o último. Na verdade, a saga dos posseiros é muito recente, é história do presente, ou melhor, de um passado recente. Talvez os vencedores não queiram recordar esse passado. Talvez Burke tenha razão. Parafraseando-o, sobre

as mortes no Cotaxé: **“os fazendeiros jamais se lembrarão disso, os posseiros jamais esquecerão”**.

Cabe lembrar que nesse assunto, a nosso ver, não há uma regra geral, como também em outros que envolvem processos históricos. Memórias coletivas são construídas de ambos os lados, sejam do lado dos vencedores sejam do lado dos vencidos com suas respectivas versões. Os vencedores é que procuraram rememorar o passado cantando os louros da vitória e os vencidos procuram enterrar este passado. É o caso, por exemplo, da final da Copa do Mundo de Futebol de 1950 no Estádio do Maracanã no Rio de Janeiro. Para muitos uruguaios foi uma vitória histórica da celeste olímpica, um feito que incorporou na memória coletiva da nação, compartilhada como heroísmo por boa parte da população. Para muitos brasileiros foi uma derrota vergonhosa perante 200 mil torcedores, preferem esquecer este “fantasma” do passado, condenando os 11 jogadores como anti-heróis, jogando-os no ostracismo, por mais de meio século, principalmente o goleiro Barbosa. Como já assinalamos, compartilhando com um dos postulados do historicismo, os fatos históricos são singulares, únicos, jamais se repetem e na ausência desta constância seria temerária a produção de leis históricas. Os fatos históricos são passíveis de inúmeras interpretações e recolhidos pela memória social ganham novas versões. Recentemente surgem novas interpretações sobre a Copa de 1950, revivendo a memória daquele evento, tanto pelo lado brasileiro como pelo lado uruguaio, porém agora em sentido oposto. Do lado brasileiro, em 2013, o documentário “Dossiê 50: Comício a favor dos náufragos” de Geneton Moares Neto, procura resgatar a dignidade dos jogadores brasileiros daquela partida. (apud GOLÇALVES, 2013, p.1) Do lado uruguaio, em 2014, o diretor do documentário “Maracanã” mostra que a constante rememoração daquela vitória da seleção uruguaia foi altamente prejudicial para a cultura do país, desde aquela época, há mais de 64 anos, nunca mais conseguiriam realizar outro feito deste porte¹³³.

¹³³ O diretor Andrés Varela explica que, na verdade a vitória no Maracanã se transformou não em um fantasma brasileiro, mas uruguaio. Diz ele: “é o sonho do máximo onde se pode chegar. Para a sociedade uruguaia é como o inalcançável, algo que em 64 anos nunca mais aconteceu. É como ter o grande amor da sua vida e sempre estar esperando o melhor, mas nunca chegar ao melhor [...]. A transmissão de conhecimento, de valores que transmitem desde a escola na sua casa, o Maracanã é a primeira coisa que seus avós te transmitem, mesmo que não tenham visto. O grande problema é que já passou, estão na maioria mortos agora, então o que se quer transmitir com isso? Valores morais? Ideais?” Em consequência, para Varela, a vitória do Uruguai naquela Copa do Mundo não foi

Estas considerações sobre “memórias” do futebol, relativamente extensas, a princípio, parece não ter conexão com o assunto aqui tratado que é sobre “memórias” de lutas camponesas. Porém, a intenção é mostrar que aquilo que é lembrado ou esquecido e de como é lembrado ou cai no esquecimento vai depender de uma memória seletiva de um grupo social. Por isso concordamos com Halbwachs que haja de fato uma memória coletiva, pois embora as nossas recordações sejam individuais elas precisam daquelas dos outros:

Certes, si notre impression peut s'appuyer, non seulement sur notre souvenir, mais aussi sur ceux des autres, notre confiance en l'exactitude de notre rappel sera plus grande, comme si une même expérience était recommencée non seulement par la même personne mais par plusieurs. [...] Mais nos souvenirs demeurent collectifs, et ils nous sont rappelés par les autres, alors même qu'il s'agit d'événements auxquels nous seuls avons été mêlés, et d'objets que nous seuls avons vus. C'est qu'en réalité nous ne sommes jamais seuls. Il n'est pas nécessaire que d'autres hommes soient là, qui se distinguent matériellement de nous: car nous portons toujours avec nous et en nous une quantité de personnes qui ne se confondent pas. (HALBWACHS, 1968, p. 25-26).

Fiel à escola inaugurada por Durkheim, Halbwachs demonstra que o indivíduo isolado, com suas lembranças e esquecimentos não existe. Referindo-se a uma situação hipotética de um passeio a Londres, Halbwachs observa que a lembrança deste passeio posteriormente não depende apenas na memória individual, mas lembrou de um amigo historiador que falou da cidade, lembrou de um arquiteto que construiu a ponte, lembrou dos romances de Dickens. Enfim todas estas pessoas ajudaram na lembrança deste fato, não estava só:

D'autres hommes ont eu ces souvenirs en commun avec moi. Bien plus, ils m'aident à me les rappeler: pour mieux me souvenir, je me tourne vers eux, j'adopte momentanément leur point de vue, je rentre dans leur groupe, dont jê continue à faire partie, puisque j'en subis encore l'impulsion et que je retrouve en moi bien des idées et façons de penser où je ne me serais pas élevé tout seul, et par lesquelles je demeure en contact avec eux. (HALBWACHS, 1968, p. 27)

Há uma construção social da memória, na medida em que a realidade, ela mesma é uma construção social. Porém, da mesma forma que a construção social da realidade não se dá no vazio, mas atravessada por contradições de grupos e classes sociais, também a construção social da memória é atravessada por estes

algo que beneficiou o país e acrescenta, [...] *Creio que para o Uruguai, como sociedade, a vitória não foi positiva. Somos nós o fantasma do Maracanã.*” (Apud, MENDONÇA, 2014. p. 1).

conflitos. De fato, Halbwachs (1968, p. 27) não só fala que a memória é grupal como informa que ela só é possível através do grupo, isto é, as nossas lembranças só se dão se pertencemos a um grupo. À inversa, o esquecimento dá-se à medida que distanciamos deste grupo, ou quando este grupo não existe mais.

Apesar de Halbwachs destacar a dimensão coletiva da memória, o seu conceito de *memória coletiva* (o qual utilizemos neste trabalho), não dá conta da dimensão seletiva desta memória. Daí esta observação crítica que fazemos neste momento. A quem interessa reconstruir os horrores do Holocausto? Muitos refugiados preferem o silêncio do esquecimento a expor, através da memória, suas feridas. Ou seja, no caso dos conflitos agrários em Cotaxé, das mortes de posseiros no interior das fazendas movidas por policiais e fazendeiros, da perseguição e provável assassinato do líder camponês Udelino Alves de Matos, a quem interessa reconstruir essa memória? Michael Pollak (1989) observou esta dificuldade acima apontada a respeito do alcance do conceito de memória coletiva e discute novas abordagens que indicam novos caminhos nos estudos da memória social:

Esse reconhecimento do caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva já anuncia a inversão de perspectiva que marca os trabalhos atuais sobre esse fenômeno. Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se põem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão do silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes. (POLLACK, 1989, p. 4)

O que ficou registrado nas reportagens de jornais da época, nos inquéritos e relatórios da polícia, nas apreciações de juízes, promotores e advogados é que o conflito que ocorreu em Cotaxé e imediações foi produto ou de bandos de criminosos ocupando terras legítimas ou de camponeses analfabetos seduzidos pela

promessa de obtenção de terras mediante a reforma agrária. Este é um lado da história. Aqui como diz Pollack, a memória entra em disputa.

Desde a década de 1980 a história dos posseiros passa a ser conta de uma outra forma. A começar pelo trabalho de Dias (1984), passando pelos romances e estudos de Vilaça (1997, 2007a e 2007b) e mais recentemente os trabalhos acadêmicos de Pontes (2008) e Ramires (2015), todos, cada um a seu modo, dão uma versão diferente daquele apresentado pela polícia e pelo poder oligárquico do que foi a saga dos posseiros do Cotaxé. Uma ferrenha disputa pela terra nas fronteiras do Noroeste do Espírito Santo envolvendo uma longa história (Ramires, 2015), iniciando desde a década de 1950 com uma tentativa de socializar as terras a partir de uma proposta de cunho místico-religiosa, levada a cabo por Udelino Alves de Matos, passando, na década de 1960, pela atuação de militantes do PCB e PC do B na organização dos camponeses e finalizando a partir de 1964 com a diáspora dos posseiros rumo a outras terras. É esta memória camponesa que está sendo construída agora.

4.3. UDELINO: UM VISIONÁRIO CONTRA O LATIFÚNDIO.

Como já foi registramos anteriormente, a primeira revolta camponesa liderada por Udelino Alves de Matos, entre 1952-53 - quando tentou implantar um Estado denominado União de Jeovah - teve, à primeira vista, para alguns autores¹³⁴, senão características messiânicas, pelo menos místico-religiosas. Pensamos que uma das vias de pesquisa, dentre várias outras válidas, seria a de verificar histórica e empiricamente, a natureza mesma deste movimento. Uma vez estabelecido que a revolta que Udelino Alves de Matos liderou se caracteriza de fato um movimento social, dentro dos critérios apresentados por Touraine (1993) e Gohn (1997), restaria saber se ele foi comprovadamente um movimento messiânico.

¹³⁴ Cf. Adilson Vilaça (2007a e 2007b). Nos trabalhos de Vilaça, o mais importante não é saber se o autor considera o movimento de Udelino messiânico ou não, mas as conclusões que ele chega: “Os movimentos de insurreição messiânica contam a história de vencidos. Por isso, ela é incômoda, e tem a memória desleixada. E, já que imputar-lhes o caráter messiânico é fonte de depreciação, sua história busca interpretações que a salve do messianismo. Ou melhor, dizendo, do conceito vago e fugidio, com cheiro de fanatismo e de alucinação como essência fundamental da sublevação, conforme apressam-se a autoridade institucional e a autoridade acadêmica em rotulá-los”. (2007b, p.128). Vilaça informa que foi a CPI de 1953 que imputou ao movimento a denominação de “Canudos Mirim”. (2007b, p. 8).

Já fizemos referência às teorizações de Alain Touraine (1993) nas quais este autor informa que uma ação coletiva para ser considerada um movimento social deve carregar três propriedades: *identidade*, *oposição* e *estratégia*. Existem inúmeras maneiras de entender a natureza dos movimentos social. Utilizamos a de Touraine por considerá-la operacional para os nossos propósitos.

Por sua vez, Gohn (1997) apresenta uma relativamente extensa tipologia sobre os movimentos sociais que não cabe aqui discutir de forma mais aprofundada. Faremos um rápido comentário sobre esta tipologia.

Após discorrer sobre as contribuições de Anthony Giddens (1987 e 1991) (Apud GOHN, 1997, p. 268-270) e Neil J. Smelser (1962) (Apud GOHN, 1997, 250 e segs.) neste campo, Gohn apresenta uma tipologia de cinco categorias de movimentos sociais para tentar abarcar a complexidade deste fenômeno. As categorias são as que se seguem abaixo:

“1ª categoria: Movimentos constituídos a partir da origem social da instituição que apoia ou abriga seus mandatários.” Gohn dá exemplos de instituições tais como a igreja, partidos, sindicatos, escola e até famílias. Estranhamente, Gohn coloca nesta categoria os movimentos messiânicos, coronelistas e feudais (p.268).

“2ª categoria: Movimentos sociais constituídos a partir das características da natureza humana: sexo, idade, raça e cor.” Nesta categoria, Gohn inclui os movimentos feministas, dos negros, dos índios, os aposentados, dos homossexuais, dos jovens etc.

“3ª Categoria: movimentos sociais construídos a partir de problemas sociais.” Segundo Gohn, independe de classe social, mas são demandas coletivas, isto é, por “equipamentos coletivos de consumo”: escola, transporte, moradia, saúde, lazer. Inclusos nesta categoria, também os movimentos ecológicos, antinucleares, pacifistas. (p. 269).

“4ª categoria: Movimentos sociais construídos em função de questões das conjunturas políticas de uma nação (socioeconômica, cultural, etc).” No caso do Brasil, movimentos da colônia contra a metrópole, movimento republicano, ou qualquer movimento que perturbe a ordem vigente, tal como a derrubada de um grupo ou oligarquia no poder. (p. 270).

E finalmente, “5ª categoria: movimentos sociais construídos a partir de ideologias”. Gohn esclarece que todo movimento social carrega uma ideologia. Porém certas ideologias são tão poderosas que em si constitui um movimento social. É o caso do anarquismo, do marxismo e do cristianismo.

Como se pode ver, o problema de toda categorização é que estabelece uma lista fechada que muitas vezes um movimento pode muito bem pertencer duas ou até mais categorias. É o caso do movimento de Canudos. É um movimento camponês, porém questionou a República. No caso do movimento de Udelino, em qual categoria ele se enquadraria no esquema estabelecido por Gohn? É um movimento que parte do campesinato, ou parcela dele (posseiros). Se pensarmos o campesinato como instituição, então, estaria da 1ª categoria. É um movimento que questiona a ordem estabelecida, pois tentou instituir um Estado dentro do Estado, ou mais precisamente, edificar um Estado dentro do estado do Espírito Santo, portanto se enquadra na 4ª categoria. Não deixa de ser um movimento guiado por uma ideologia devido a forte presença de valores centrados em preceitos de natureza religiosa (sejam eles católicos ou protestantes).

Porém, mais importante em saber se ele foi um movimento de caráter religioso, de vertente messiânica ou se ele foi apenas “político”, (isto é, dentro do contexto da conjuntura política da década de 1950, vinculando-se inclusive ao getulismo), seria entender o que ele tem em comum com outros vários conflitos agrários corridos na mesma região e quase contemporâneo a ele. Sobre esta questão, faremos uma rápida discussão para demonstrar que os movimentos na frente pioneira, sejam messiânicos ou laicos, tem um substrato comum: a recusa em aceitar a desarticulação do modo de vida tradicional e o confronto com o novo que é estranho para os camponeses, este novo representado pela implantação de relações capitalistas.

Consideramos, reafirmando mais uma vez, que, dentro dos propósitos desta tese, é mais importante observar que tais movimentos são formas de resistência, luta e oposição as inúmeras modalidades de exploração e dominação advindas com o avanço da produção capitalista. Estas lutas adquirem diferentes formas na região do Contestado, cobrindo os anos 1950 e 1960.

Cronologicamente, na década de 1950, mais precisamente em 1953, há tentativa de tomada de terras pela força das armas e a organização de um suposto Estado religioso, cuja figura central é Udelino Alves de Matos. Na década de 1960 há a modalidade de uma simples revolta contra a violência dos policiais a mando dos fazendeiros. Esta modalidade ocorreu em inúmeras fazendas, sendo o caso mais conhecido o da Fazenda Rezende, em Itapeba. Mais ou menos na mesma época, há a modalidade de resistência organizada de posseiros com participação de militantes de esquerda (PCB e PCdoB)¹³⁵, sendo a luta dos posseiros no Córrego do Limão, próximo a Cotaxé, na Fazenda “Frankin-Lamartin” o caso mais conhecido. Em todas as modalidades mencionadas, o foco central é a na luta pela terra, seja ocupando-a mediante o uso de força paramilitar e distribuindo-a à população posseira (Udelino), seja resistindo em sair da terra porque legitimamente conquistada (posseiros do córrego do Limão, na fazenda “Franquim-Lamartin”, seja invadindo o latifúndio improdutivo adquirido mediante grilagem (fazenda Rezende).

Para discorrermos sobre esta questão do movimento social como resposta a destruição do modo de vida camponês, utilizaremos aqui três autores : Maria Isaura Pereira de Queiroz, (1965), Vittorio Lanternari (1974) e Peter Worsley (1977). A despeito das diferenças de enfoques e de orientações políticas adotadas pelos três, vamos tentar achar um ponto em comum entre eles para produzir uma caracterização geral do que seja messianismo.

Para os três, os movimentos messiânicos ou milenaristas constituem uma forma de reação de sociedades, populações ou classes, cujas condições de existência foram profundamente abaladas. Sendo característica comum dessas populações o fato de suas organizações sociais anteriores se estruturarem a partir de certas relações sócias de proximidade – vicinal ou parental – e em pequenas unidades relativamente isoladas entre si ou com um grau de intercâmbio pequeno com a sociedade inclusiva ou o mundo social abrangente. O abalo estrutural, seja por circunstâncias externas como a dominação por uma potência estrangeira (ou através de suas instituições tais como as empresas estrangeiras), seja pela dominação interna entre as classes sociais existentes, trazem uma situação de descontentamento ou de frustrações de expectativas. Essas frustrações ou privações ressentidas não são de natureza

¹³⁵ Como já foi mencionado anteriormente, o trabalho de Élio Ramires (2015) é um estudo desta participação da esquerda naquela região.

apenas material mas podem ser aquelas necessidades culturais tidas como significativas pelos sujeitos. *O abalo estrutural sofrido traz, além disso, um sentimento de desorientação acerca dos padrões e valores pelos quais os indivíduos devem conduzir-se.* As velhas estruturas e valores culturais, ou, o conjunto das relações sociais estruturadas a partir de relações de proximidade, são rompidas e substituídas por novos padrões, regidos por uma outra lógica e princípio. As relações sociais pessoais são substituídas pelas relações sociais impessoais, do que resulta um sentimento de confusão, de perda de laços antes considerados significativos e orientadores de seu universo social, cultural e simbólico. Neste sentido, *o movimento messiânico ocorre como um processo rearticulador, inovador e por vezes revolucionário, buscando estabelecer uma nova ordem social que redefina o sentido da existência humana e social.*

Depreende-se das leituras que a pura situação de descontentamento com as condições sociais vigentes não logra, por si só, conduzir ao desencadeamento de um movimento de natureza messiânico-milenarista. A manifestação de ação política sob forma messiânico-milenarista logra ocorrer entre populações em cujas crenças religiosas estão contidas as perspectivas de esperanças de renovação do mundo, de construção ou de busca de uma sociedade em que as suas expectativas de uma vida digna sejam realizáveis. Contudo tais crenças podem permanecer inativas ou “enterradas” por longos períodos, sem, portanto servir de forma ativa para uma mobilização. Para além de uma religião que forneça esse sentido de recompensa ou esperança, quando ocorre de um elemento agir como um catalisador dessas expectativas, emergindo como um líder, como um messias que os conduzirá à “terra prometida”, estão completadas as condições propícias e adequadas à eclosão de um movimento messiânico-milenarista.

O messias é, no entendimento de Pereira de Queiróz e também Lanternari, uma figura ímpar. Ele parece ser um fator de peso decisivo na canalização das insatisfações dessas populações para um movimento messiânico-milenarista. No entendimento de Pereira de Queiróz, a personalidade do messias, com sua especial capacidade para congregar, atraindo grandes quantidades de adeptos, é um fator com que se tem de contar para a produção desses movimentos. Personalidade fora do comum, magnetismo pessoal, carisma, extraordinária capacidade de eloquência e inteligência acima da média do grupo, parecem constituir suas características.

Seria, além disso, um personagem com um dom e uma sensibilidade especialmente desenvolvidos para os problemas sociais. Em seus estudos sobre os líderes rústicos brasileiros, Pereira de Queiróz conclui que os líderes são indivíduos divididos entre as duas culturas, a moderna e a tradicional. Tendo a dupla vivência, sua tentativa pessoal de integrar ou reformar o mundo encontraria no movimento messiânico seu *locus* adequado. A religião seria o elemento de legitimação para as soluções consideradas adequadas para transformar o mundo em crise que ele assiste. (1965, p. 355-356).

Lanternari e Pereira de Queiróz são concordes em afirmar que o líder emerge na mesma classe social dos adeptos. Com a particularidade de que nele convergem e a partir dele se ativam as aspirações de renovação tanto do indivíduo quanto do grupo. Nele, passado e futuro encontram um ponto de inflexão, integração ou renovação possíveis. Finalmente, os três (Pereira de Queiróz, Lanternari e Worsley) defendem a mesma tese sobre a relação entre as transformações históricas e o messianismo. Afirmam que as condições históricas particulares de transformação profunda das estruturas de uma dada sociedade é que determinam a situação final propícia para reunir os elementos básicos (uma situação de descontentamento com as condições sociais vigentes, uma religião que abra as perspectivas de renovação do mundo e a emergência de um líder carismático) para a eclosão dos movimentos messiânico-milenaristas.

Para finalizar este item faremos uma observação para futura pesquisa. Se formos enveredar no estudo do “Estado União de Jeováh” enquanto movimento messiânico não poderemos deixar de lado os importantes estudos de Duglas Teixeira Monteiro (1974). Monteiro contribui decisivamente para o entendimento de como a dimensão religiosa opera objetiva e subjetivamente na existência cotidiana camponesa e como ela vem a ser mobilizada tão fundamental e significativamente num movimento messiânico.

Reservamos esta última parte para tecer breves considerações em torno da figura de Udelino Alves de Matos. No curto espaço deste capítulo, não vamos aqui produzir uma tese específica sobre este líder camponês. Vários estudiosos já o fizeram, o que não impede que a nova geração de historiadores venha a fazê-lo, com outras abordagens. O resgate de sua história deve ser um compromisso que o

pesquisador (seja historiador, sociólogo, antropólogo ou cientista político) deve assumir no sentido de contribuir para a construção de um acervo de estudos deste período da História do Espírito Santo.

A intenção aqui é operacionalizar alguns conceitos que permitem um melhor tratamento do seu caso, do nosso ponto de vista. Existem muitos outros enfoques igualmente válidos. A nosso ver, Udelino se transformou em um mito regional. A representação mitológica dele no imaginário popular confere-lhe atributos inexistentes no “retrato original”. Conforme assinala Nagel, existem dois tipos de história

por um lado, a história a que chama “objetiva” e que é “a série dos factos que nós, investigadores, descrevemos e estabelecemos com base em certos critérios “objetivos” universais no que respeita às suas relações e sucessões e, por outro lado, a história a que chama “ideológica” e “que descreve e ordena esses factos de acordo com certas tradições estabelecidas”. Esta segunda história é a memória coletiva, que tende a confundir a história e o mito. (Apud LE GOFF, 1984, p. 14),

Os dois Udelinos existiram de fato: o real e o imaginário. Aceitando a classificação de Nagel, é possível enveredar através das seguintes investigações: fazer a “historia objetiva” do Udelino real, levantando “suas relações e sucessões” e ao mesmo tempo fazer a “história ideológica” do Udelino imaginário, isto é, de como, ao longo do tempo ele foi-se constituindo em um mito. Neste momento, “ideologia” não está sendo empregada por nós no seu sentido marxista, como falsa consciência, inversão da realidade ou instrumento de dominação de classe (LÖWY, 2003, p.15). Está sendo empregado justamente no sentido que lhe dá Nagel, reportando a Malinowsky: “um cantar mítico da tradição”. (Apud LE GOFF, 1985, p.14). Em outras palavras, utilizando a dicotomia empregada por Mannheim (1997), entre ideologia e utopia podemos dizer que o mito de um Udelino justiceiro que se insurge contra o latifúndio não seria uma representação ideológica, pois a ideologia carrega uma visão de mundo conservadora. Pelo contrário, o mito em que se transformou Udelino encerra elementos de utopia, uma visão crítico negativa da ordem social estabelecida na medida em que sua proposta política era subverter o *status quo* propondo um Estado onde a terra seria livre para todos. Ideologia e utopia se confrontaram nessas fronteiras. A ideologia dos fazendeiros e a utopia camponesa de uma terra sem mal, da qual Udelino era signatário. Se, mesmo para o historiador, é difícil separar aquilo que é realidade e aquilo que é mito, pois o próprio mito se

transformou numa realidade imaginária, isto é, uma representação social, imaginemos como no senso comum mito e realidade se embaralham.

Ao poeta e romancista não só é permitido, como faz parte intrínseca do seu ofício o recurso à ficção, pois ela é sua força criadora. Mas, ao contrário, para o historiador a narrativa sobre ele não pode ser a ficcional, como assinala Boris Fausto (2009). Se quisermos fazer uma história objetiva (no dizer de Nagel), então devemos nos apoiar nas fontes históricas¹³⁶: cartas, relatórios, CPI, depoimentos, inquéritos policiais que tem relação com Udelino. É tarefa do historiador explicar como o Udelino real foi se transformando num mito. Mito este reverenciado até hoje por camponeses e trabalhadores sem terra, por um lado, e desacreditado, falseado e até motivo de chacota por parte daqueles que se encontram nos cargos de poder desse Estado, por outro. O historiador deve considerar esta dupla dimensão do real, do fato e a interpretação do fato (mas que também já se torna fato), para não cair no risco de privilegiar um lado (objetivo, da realidade) em detrimento do outro (ideológico, do mito) ou de tomar um pelo outro.

Além das informações apresentadas por Vilaça (2007a e 2007b)¹³⁷, Ramires (2015) e CPI (1953), fomos em busca de outras fontes de informação sobre a história de Udelino. Encontramos nos arquivos do Fórum de Ecoporanga, dois processos que correram contra ele, um civil e outro criminal, ambos envolvendo questões de terra.¹³⁸ A análise destes documentos já em si daria um outro trabalho acadêmico, tal a riqueza de informações.

¹³⁶ Sobre o uso das fontes históricas nos baseamos em Bacellar (2011) e Grimberg (2011).

¹³⁷ Até onde sabemos, o maior conhecedor da história de Udelino Alves de Matos é o escritor e professor Adilson Vilaça, já muitas vezes mencionado neste trabalho. Além de vários artigos seus, divulgados na imprensa e nas redes sociais, dois trabalhos merecem destaque: 1) No seu romance: Cotaxé Romance do efêmero Estado “União de Jeovah”), baseado em fatos reais, há um valioso Apêndice onde o autor organizou farta documentação histórica sobre Udelino e 2) no livro Cotaxé a reinvenção de Canudos há também valiosas informações sobre o líder camponês. No curto espaço deste capítulo, na medida do possível procuramos incorporar estas informações, porém como se trata de uma pesquisa histórica, apresentamos também material inédito colhido em Ecoporanga e Cotaxé, que possam contribuir para recuperar a história deste líder camponês.

¹³⁸ Os processos são estes: 1. Arquivos do Fórum de Ecoporanga. Cartório do 2º Ofício Adelino Coimbra – proc. 345, tomo 345, fl. 53 – Requerente: Gustavo de Oliveira Santos. Requerido; Sebastião de Oliveira e outros. Caixa 004. 1959. Juntada ao processo acusação do proprietário de uma invasão feita pelo “bando de Udelino” em sua propriedade em 21 de setembro de 1957. Cf. p. 24. 2. Arquivos do Fórum de Ecoporanga. Cartório 1º Ofício João Leandro de Freitas – processo crime nº 320. de 14 de março de 1959. Réu: Deroci Laurindo da Silva [vulgo, Come Crú] e Udelino Alves de Matos. Vítima: Isaiás Conceição Reis. Acusação: Art. 121, § 2, inciso 2 e 4, combinado com o artigo 24 do código penal. Observação importante, da mesma forma do processo anterior. Este

A história de Udelino, como também, das outras histórias de movimento de camponeses em Ecoporanga passa-se neste cenário de disputa neste mundo agrário. Isto é, Udelino, movido pelas circunstâncias passou a se opor as pretensões de latifundiários e capitalistas o que desagradou estas classes.

Além dos trabalhos de Adilson Vilaça (2007a e 2007b), já amplamente referenciados, a fonte principal para reconstruir a atuação de Udelino encontra-se na CPI de 1953, aberta em 16 de abril daquele ano pela Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, justamente para investigar as atrocidades que a Polícia Militar estava cometendo contra posseiros no Norte e Noroeste do estado. Estas atrocidades são comandadas pelo major Djalma Borges perseguidor implacável de Udelino e seu grupo.

Até aonde sabemos, em termos de pesquisa histórica, o melhor trabalho sobre a saga de Udelino foi desenvolvido por Pontes (2007, p. 138-151), no qual o autor faz um primoroso trabalho de reconstrução histórica dos passos de Udelino justamente baseando-se naquela documentação da CPI, não perdendo a perspectiva crítica de mostrar como os poderosos usando a máquina do Estado passam a usurpar as terras dos posseiros:

Pretensos proprietários portando títulos emitidos por cartórios de Minas Gerais – não raro sem qualquer amparo jurídico – passaram a ameaçar e agredir os pioneiros, que não aceitavam a validade daqueles documentos. A indústria madeireira, que já manifestava expressivo interesse na região, aliou-se a latifundiários numa luta comum, tentando usurpar as posses e benfeitorias camponesas. Para isso, com seu poder de compra, não hesitaram em contratar jagunços e corromper servidores públicos do Estado do Espírito Santo. (PONTES, 2007, p. 108).

De um modo geral, após a leitura dos documentos da CPI de 1953, dos trabalhos de Vilaça e de Pontes, é possível fazer uma síntese do que se passou no Noroeste do estado a qual confirma a nossa hipótese: grupos poderosos dentre estes o do próprio governador da época Carlos Monteiro Lindenberg e empresários do ramo de extração da madeira, dentre eles a CIMBARRA com a ajuda da Polícia Militar procedeu a sistemática expulsão de centenas famílias de posseiros legítimos donos da terra.

processo crime. só foi aberto em 1959, Mas o inquérito policial, a ele anexado, em que há acusação de que “Come-Crú” e Udelino teriam matado Isaías é de 15 de fevereiro de 1953.

Muitos camponeses prejudicados procuraram por seus direitos fazem denúncias ao juiz de Barra de São Francisco, mas não recebem nenhuma resposta concreta. Ao mesmo tempo, estas arbitrariedades da polícia comandadas pelo major Djalma Borges repercutem na capital e a imprensa, principalmente a *Tribuna* divulga as atrocidades. O deputado federal Wilson Cunha também fala na Assembleia Legislativa sobre os desmandos do major e passa a sofrer perseguições e é taxado de comunista e defensor dos posseiros e acusado de estimular as invasões de terras e de proteger Udelino. Dois documentos são expressivos do estado de terror por que estavam passando os posseiros. Um primeiro documento é uma carta denúncia do posseiro Cícero Ambrozio Angelo dirigida ao deputado Wilson Cunha lida na sessão da CPI de 1953 em que o deputado é chamado a prestar depoimento. O deputado aproveita a oportunidade para tornar pública as atrocidades e fazer a denúncia:

“Sr. Wilson Cunha, Deputado Federal. Levo ao conhecimento do Senhor os fatos que passo a narrar. Eu morava em terrenos do Estado quase 8 anos no lugar Margem Direita do Rio do Norte onde com meu trabalho sacrificado fiz benfeitorias, 2 casas cobertas de telha, 2 casas coberta de taboinhas, 5 alqueires de derrubada com plantios de pastos, árvores frutíferas, cajueiro e outras por mim plantadas e já produzindo frutos. Canavial, mandiocal e bananeiral. Lá vivia em paz até que no dia 22 de novembro de 1952 chegou na minha casa quatro soldados de polícia comandados pelo Sr. Manoel Lapa tomador de conta de 200 alqueires de mata do Dr. Carlos Lindeberg, 310 alqueires do Dr. Fontinele e mais ou menos 400 alqueires do Dr. Otto que até hoje não foi medido sendo que o único que tem cultivo é o Dr. Fontenele. Estes homens disseram que estavam com ordem do Dr. Carlos o que não é verdade como poço provar porque eu ajudei a fazer as picadas da medição do Dr. Carlos. Sem mais conversa me amarraram e mais dois irmão de nome José e Deolindo levando para uma casa na posse do Dr. Oto, deputado do Estado, onde estava o sargento Dutra. Lá chegando fiquemos amarrados n sala de frente até a chegada do empregado do Dr. Carlos que tinha fiado para traz tomando umas cachaças na venda do Quintino tratado também por Pombo. Chegando o Manuel Lapa foi para a sala de jantar onde estava o sargento, aí voltou o Manuel com um cacete e dois soldado também com pau na mão tendo então espancado nós até arrebentar o pau nas nossas costas indo eu cair nos pés do sargento que tendo eu pedido por Nossa Senhora para não deixar me matar ele disse que só não batia mais se nos tomasse o compromisso de abandonar a nossa posse dentro de 24 horas. Com medo de apanhar mais prometemos sair, o que fizemos indo lá só para apanhar a família. Não podendo viajar para longe fui para a Vila Cotaxé ficando na casa do Farmacêutico Creunicete [Creunizete Tristão] que me tratou dos ferimentos recebidos. Quando fiquei bom dos machucados fui a São Mateus procurar um advogado. Lá então tive conhecimento que a região onde nós habitava pertencia a Barra de São Francisco, então para tive conhecimento que a região onde nós habitava pertencia a Barra de São Francisco, então para lá me dirigi trabalhando no caminho a jornal para arranjar algum dinheiro para pagar a passage. Chegando em São Francisco dei parte ao Sr. Juiz tendo a ele contado todo o meu sofrimento tomando então os apontamento e assinando também um papel feito pelo Dr. Mario Oliveira que eu levei e

entreguei na mão do Dr. Juiz. A nossa posse tendo muita madeira a Cobraz fez comigo uma combinação de legitimar o terreno recebendo a importância em madeira segundo informou o Sr. Ari Gonçalves Pereira, escrivão de São Francisco. As minhas terras já tinha sido requerida em meu nome pela Cobraz. Sabendo que o Sr. se interessa pelos lavradores arrezolvi a fazer essa carta explicando ao senhor tudo que se passou pedindo ao senhor para se intervir nesse caso para que seja feita justiça e eu possa voltar ao meu lugar onde pretendo voltar para acabar de criar os meus filhos. Seu Wilsom vai junto um requerimento para o Sr. entregar ao Dr. Getúlio Vargas nosso presidente que defende os trabalhadores. Tenho fé em Deus que com a sua ajuda posso voltar para meu terreno com minha família e minha mãe que foi também espancada pelo Manuel Lapa apesar de ser já uma velha de idade avançada. Muito agradeço o que o Sr. fizer. Rio do Norte – Pedra da Travessia – 20/2/53 – Cícero Ambrozio Angelo.” (CPI-1953, V. 1, p.68-70)

O humilde posseiro, na sua infinita paciência e inocência exime o Dr. Carlos Lindenberg de qualquer participação na efetiva tortura (e quase morte) que sofreu, justificando que ele mesmo ajudou a medir e demarcar as terras do Dr. Carlos e que por isso não teria sentido esta inimizade. Por outro lado, o próprio deputado tem o cuidado não acusar sem provas uma figura tão poderosa e por isso informa em um aparte: *“Quero deixar um esclarecimento: este Manoel, depois, segundo estou informado, foi despedido pelo Sr. Carlos Lindenberg, que o dispensou de seus serviços.”* (CPI-1953, p. 68). Algumas coisas não fazem sentido nesta carta-denúncia, ou fazem todo sentido do ponto de vista da arbitrariedade. Se este Sr. Manoel Lapa era um administrador da fazenda de Carlos Lindenberg como ele (o administrador) tem o poder de levar policiais para espancar posseiros. Não poderia estar agindo sozinho, sem uma determinada orientação superior. Dois outros fatos narrados pelo posseiro espancado evidencia o grau da barbárie: o administrador da fazenda passou antes em um boteco para tomar umas cachaças. Pior, como a polícia se presta a fazer este serviço? Com uma agravante: sob o comando de um civil bêbado. Uma barbárie sem limites atingindo toda família do posseiro, atingindo até a mãe da vítima. Por outro lado, despedir o próprio funcionário não significa que ele, o patrão, não tenha participação nas atrocidades. Pode ser interpretado até no sentido contrário. Para completar o quadro de impunidade e descaso, o posseiro vai em busca de justiça. Vai a São Mateus e recebe a informação que aquela área não faz parte da jurisdição onde se localiza a sua posse. Vai a Barra de São Francisco e o juiz vira-lhe as costas.

Faremos um pequeno parêntese apenas para adiantar a nossa interpretação sobre Udelino. A tomar como exemplo o que aconteceu com o posseiro Cícero Ambrozio

Angelo, não é por acaso que aparece uma figura como Udelino. Udelino pode não ter sofrido as mesmas atrocidades que Cicero sofreu, pois não tinha família e nem propriedades, mas presenciou barbaridades de fazendeiros e policiais em toda região. Da mesma forma, procurou por justiça, inclusive dirigindo-se até Getúlio Vargas no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, foi até a Assembleia, em Vitória, mas todos esses esforços não surtiram nenhum efeito. Percebeu que a única maneira de resolver a questão fundiária no Contestado seria pela força: pegou em armas. Voltemos ao depoimento do deputado Wilson Cunha.

Mais adiante, no próprio depoimento, ao ser pressionado a responder se ele achava que o governador¹³⁹ tinha alguma participação nestas atrocidades policiais que estavam ocorrendo no Norte e Noroeste do estado, Wilson Cunha muito habilmente dá a entender, na sua resposta, que o governador tem culpa sim em tudo que está acontecendo pois foi inábil em permitir não só a permanência do major Djalma Borges à frente da investigação em que ele mesmo Djalma Borges é acusado. Isto estaria fora de qualquer legalidade como informa o deputado ao longo do depoimento. Perguntado se o Governador ou algum Secretário de determinada pasta teriam recomendado praticar as barbaridades contra os posseiros, o deputado respondeu que

[...] o que eu recrimino por parte das autoridades do meu Estado, é que elas têm pleno conhecimento desses fatos, e não tomam nenhuma providência. O próprio Sr. Governador do Estado se cientificou até através de uma carta que lhe escrevi – eu, deputado federal, escrevi ao Sr. Governador - , e, sem tomar qualquer medida coibitiva, ainda mandou para a mesma região o Sr. Djalma Borges, este mesmo Major Djalma que era acusado por todos os lavradores daquela região, como o autor dos espancamentos, tendo até muitos destes lavradores, comparecido pessoalmente ao Palácio para expressar suas reclamações. Não sei se tal ocorreu por displicência, por falta de interesse, contudo, o que não se justifica é que se mande, para uma a região tão longínqua como aquela, um homem que já estava sendo acusado de espancamentos a lavradores, para apurar os fatos de que ele é acusado. É verdadeiramente contraditório, ele, o acusado, ser designado para apurar fatos dos delitos que lhe foram imputados. (CPI-1953, p. 78-79)¹⁴⁰

¹³⁹ Na época, 1953, o Governador era Jones dos Santos Neves.

¹⁴⁰ Esta prática de enviar militares truculentos para resolver os problemas agrários no Norte de Noroeste do estado não nos parece uma inabilidade política do Governo Jones dos Santos Neves. Ao contrário, parte de uma estratégia política baseada numa visão autoritária de governo que entende que os problemas agrários são casos de polícia e só podem ser resolvidos com o concurso da força. Igualmente o Governador Carlos Lindenberg, em 1961 usaria a mesma estratégia para conter os conflitos na Fazenda Rezende, enviando para Ecoporanga o capitão Jadir Rezende, também acusado de arbitrariedades e cuja truculência só se compara com a do major Djalma Borges.

Já observamos o papel histórico que teve este setor da Polícia Militar, denominada Captura, na repressão aos camponeses do Norte e Noroeste do estado. Uma história está para ser escrita sobre sua atuação neste período. Avançamos inclusive a hipótese de que ela está no centro da violência rural e que aí se gestou os grupos de extermínio que atuou clandestinamente no meio urbano, na Grande Vitória, a partir da década de 1970, em plena ditadura. Djalma Borges ficou conhecido como um dos comandantes mais violentos e truculentos no estado, na década de 1950. Profundo conhecedor da geografia do Contestado, inclusive colaborou expressivamente com a equipe do IBGE nos serviços de recenseamento de 1940, quando sua patente ainda era de capitão. Perseguiu implacavelmente Udelino e seus aliados e não se descarta a hipótese de que seu grupo de captura tenha eliminado Udelino. Desentendeu-se com o deputado Wilson Cunha por este defender os posseiros.

O segundo documento que reflete o estado de terror que a polícia implantou na região. Diante de tamanha atrocidade, os posseiros ameaçados e em solidariedade ao posseiro Cicero Ambrosio Angelo e sua família, apresentam um abaixo assinado constando 34 assinaturas de posseiros, ao deputado Wilson Cunha a ser entregue ao Presidente da República, Getúlio Vargas. O deputado depois de informar que não entregou o documento ao presidente ponderando “que não lograria obter qualquer resultado objetivo, leu o documento na tribuna da Assembleia, como segue:

“Exmo. Sr. Pres. Da República – Brasil.

Nós os abaixo assinados, vimos respeitosamente, por esse intermédio, a presença de V. Excia. protestar contra os absurdos crimes que se praticam contra a digna família Ambrosio, no local Pedra da Travessia sito às margens direita do Rio São Mateus, Braço Norte-Zona contestada. Outrossim, que afirmamos e testemunhamos a colonização, em 7 de novembro de 1945, de uma área de vinte (20) alqueires pelo senhor Cicero Ambrósio dos Angelo, uma de 15 alqueires por seu irmão Diolindo, uma de quinze (15) por outro irmão, senhor José Ambrosio dos Angelos e finalmente mais quinze ou vinte (15) por Dna. Teotonia Maria dos Angelo progenitora dos referidos senhores que á são todos casados e pais. Entretanto mais tarde outros, isto é, dois senhores bem conhecidos no Est. Espírito Santo, como os maiores latifundiários a força senhor Oto de Oliveira Neves e o senhor Carlos Fernando Lindenberg, assambarcaram grandes áreas em margens do mesmo rio, continuando com suas artimanhas, mandaram no dia 22 de Novembro de 1952 alguns capangas e dois soldados em combinação com um sargento de nome Dutra (da polícia do Espírito Santo) matar à pancadas ou enforcamento a nobre família Ambrosio que por muito implorarem foram postos em liberdade depois de espancados barbaramente em nome do Escelso Senador Carlos Lindeberg [Lindenberg] (O chefe do bando é capanga do Sr. Carlos, trabalha em uma de suas fazendas: Sr. Manoel Lapa, nome trocado pois, sua vida pregressa

é a pior possível no Estado da Bahia. Os chefes da aludida família (Ambrosio) depois de muito espancados receberam um ultimato de desocuparem, o que fizeram deixando abandonado mulheres, filhos, criações e as casas. Por isso confiante no espírito humanitário temos certeza de que V. Excia. mandará incontinentemente apurar a verdade que expuzemos (contém êste documento trinta e quatro assinaturas.)” (CPI 1953, p. 70-71)¹⁴¹

A apresentação das falas dos posseiros através de suas reivindicações e denúncias que compõe o processo da CPI de 1953 é relevante para o nosso trabalho porque permite reconstruir através de documentação histórica a conjuntura social e política daquela época em que a violência de classe imperou na região Norte e Noroeste do Estado. É no interior desse processo que surge um Udelino.

Enfim, com isso é possível se chegar a um Udelino real e não apenas aquele que aparece no imaginário, isto é, aquele que comandou um bando de pistoleiros que aterrorizou a região. Traçando um perfil da personalidade de Udelino, o então deputado Wilson Cunha, em depoimento nesta mesma CPI de 1953, informa que

Tempos depois apareceu no Rio de Janeiro um cidadão chamado Umbelino de tal – não me recordo bem o nome – com um memorial com cerca de 200 ou 300 assinaturas e me procurou na Câmara, pedindo-me que lhe facilitasse uma entrevista com o Sr. Presidente. Nesse mesmo memorial estavam relatados fatos de que havíamos tomado conhecimento *in loco* e outros de que não havíamos ainda tido ciência. Facilitei, então, conforme me fôra solicitado, a aproximação deste cidadão ao Sr. Secretário do Presidente da República, Dr. Lourival Fontes que protocolou o memorial e disse que o Sr. Presidente da República iria estudar o caso e tomar as providências exigidas. Mas, por uma medida de garantia, não querendo que se criasse uma situação de choque com o Governo do Espírito Santo, fiz uma carta ao Sr. Governador do Estado, apresentando-lhe o Sr. Umbelino, que aparecia como representante daqueles que haviam sido espoliados nos seus direitos, nos seus pertences e pedindo a atenção de S.

¹⁴¹ O abaixo assinado consta no processo que compõe a CPI de 1953, às páginas 92 e 93. O abaixo assinado só poderia ser escrito por uma pessoa relativamente instruída. Assim, entre no final e o início das assinaturas, aparece com a mesma caligrafia do abaixo-assinado a assinatura de Cleonizeth Tristão, o farmacêutico que tanto auxiliou os posseiros. Conforme informação de Dias (1984) e Ramires (2015), Cleonizeth pertenceu aos quadros do PC não talvez nesta época, mas em 1961. Em 2014 tivemos a oportunidade de encontrar com o irmão de Cleonizeth, o Sr. Elvécio Tristão e em depoimento confirma que seu irmão, infelizmente teria queimado muitos documentos daquela época, temendo as garras da repressão que se abateu sobre o país a partir de 1964. Seguem os outros 33 nomes de posseiros que assinaram este documento: 2. Helvécio Ferreira dos Santos; 3. Florindo Inácio Pereira; 4. Alberto Pedro Mota; 5. Idalice Fernandes Sena; 6. Alfonceio [?] Gomes dos Santos; 7. João José da Luz Filho; 8. Henrique Brites de Oliveira; 9. Jaime Santos Batista; 10. José Cantionilio [?] Santos; 11. Milton [?] José dos Santos; 12. José Souza Santos; 13. Antonio Francisco Alves; 14. Ineiz [?] Francisco Alves; 15. Manoel Evangelista da Costa; 16. Nestor Vieira dos Santos; 17. José Manuel de Oliveira; 18. Eugênio Ferreira da Costa; 19. Domingos Gusmão Oliveira; 20. Manuel Co[?] di Oliveira; 21. Jorge José di Oliveira; 22. José Sebastião [?] de Oliveira [?]; 23. Braulio José de Oliveira; 24. João Gomes [?] Oliveira; 25. José Francisco dos Santos; 26. Mateus Pereira de Souza Filho; 27. Januário Pereira di Aragão; 28. Lionel Pereira di Aragão; 29. Vivaldo Francisco Barbosa; 30. Antonio Roque di Santana; 31. Antonio José de Santana; 32. José Pereira di Aragão; 33. Eduardo José de Freitas e 34. Luciano Arnaldo Endringer.

exa. para os casos que o Sr. Umbelino iria relatar e cujos documentos, por cópia, entregaria em mão a S. Exa., para que S. Exa. tomasse as providências que se faziam necessárias. Soube, depois, que esse cidadão esteve com o Governador do Estado e que lhe entregou a minha carta – embora eu não tenha relações com o Sr. Governador, a carta foi de um deputado Federal para o Governador. [...]. Posteriormente este mesmo cidadão, com o novo memorial – ele não era um homem equilibrado, era um homem de espírito muito rude, mas de muita inteligência, não recebeu instrução mas tinha inteligência, e achou que era o líder daquele movimento, deste movimento que não era outro senão para reclamar justiça, desejando ver concretizada uma punição para aquela Polícia que vinha desabridamente matando, espancando, roubando. Voltou ao Rio de Janeiro, tornando a me procurar com novos elementos. Eu então disse a ele, que, o que eu tinha que fazer já tinha feito, sem nenhum resultado, de modo que eu opinaria que ele, agora, procurasse um outro deputado. Achei interessante até que ele procurasse o padre Ponciano, porque senão o Governador iria pensar que eu estava fazendo uma questão de ordem pessoal contra ele. Dessa forma, o Padre Ponciano que não tinha nenhuma diferença de ordem política com S. Exa. poderia, então, dessa vez, abordar o assunto. Efetivamente, o Padre Ponciano falou na Câmara sobre o assunto, mas, agora, sobre quais tenham sido as providências tomadas pelo Padre Ponciano, nada posso afirmar. (CPI -1953. P. 57-58).

O deputado erra no nome, mas sem dúvida se trata de Udelino Alves de Matos. Embora o foco aqui da nossa atenção é sobre a figura de Udelino, transparece em todo o documento o quando as relações no campo eram extremamente tensas e como a polícia exercia forte repressão sobre os posseiros. Udelino se coloca como defensor dos posseiros, emissários dele. O depoimento, além de evidenciar que Udelino estava de fato liderando um movimento de defesa dos posseiros, revela traços significativos da personalidade dele. O deputado ficou impressionado com a firmeza de caráter de Udelino, qualidade que ele denominou de “espírito rude”. Este espírito rude fica evidente numa carta que Udelino escreve para o policial de nome Altivo. No processo que trata da invasão de terras na fazenda de Gustavo, Udelino adverte de forma incisiva o policial por proteger fazendeiros (vide figura 20 e 21).

Patrimônio União de Jeová. Em 18 de Setembro de 1953. Ilmo Snr. Sargento Altivo. Saudações. O fim especial destas poucas linhas é avisar-vos que relativamente umas certas notícias que eu tenho tido aqui, do Snr., eu mais ou menos estou ciente de tudo. Porém aviso-vos....Olhe!.. não se meta com o tal negócio desta matas. O Snr. deve bem saber que o teu administrativamente é sob outros assuntos!... Eu apenas estou trabalhando nem só com documentos do Palácio do Catê e como também com documentos do Ministério da Agricultura. E ademais que sou cabo eleitoral do Partido Trabalhista Brasileiro que cujo controle político está sendo com o nosso presado Chefe, o Dr. Getulio Vargas. O Snr deve ficar calado para não emporcalhar o progresso desta zona. O Snr. sendo um militar é que justamente devia trabalhar para o Progresso da Nação, e do Estado onde funciona como autoridade. Edemais sargento, que é uma feia recomendação para um Estado, um sargento ou qualquer um outro oficial, tolher as pobres criaturas de cultivar as terras devolutas para a alimentação

dos seus fracos filhos que constantemente gritam: o Papai quero comer... Olha! Sargento se aqui em nosso patrimônio o Snr. encontrar algum ladrão, pode vir prender sem medo de errar, que nós (os que procedem) te auxiliaremos. Porém, se é que tu deveras o intenta de dar de umbigo de boas costas do pobre homem do campo, sem regulamento, te aviso: está de fato arriscando a tua pobre vida. E no mais saudações de teu Amº. Grato. Udelino Alves de Matos. Dele. dos lavradores e Cabo Eleitoral Federal. (Arquivos do Fórum de Ecoporanga. Cartório 1º Ofício João Leandro de Freitas – processo crime nº 320. de 14 de março de 1959).

Patrimônio "União de Jeová" 21
em 18 de Fevereiro de 1953 (K. A. Udelino)

Spnº Snr Sargento Altivo
Saudações

Com fim especial destas poucas linhas
e avisar-vos, que relativamente
tem umas certas notícias que eu
tenho tido aqui, do Snr, seu mais
ou menos esta cunha de tudo.
Perem aviso-vos... Olhe!... não se
meta com o tal negocio destas matas.
O Snr deve bem saber que o teu
administramente é sob outros assun-
tos!... Eu apenas, estou trabalhando
num só com documentos do Palácio
catete e como também com documen-
tos do Ministerio da Agricultura.
E demais que sou cabo eleitoral do
Partido Trabalhista Brasileiro, que
cujo controle político está sendo
com o nosso presado chefe, o Dr
Getulio Vargas. O Snr deve ficar cala-
do para não emporealhar o progresso
desta zona. O Snr sendo um militar
é que justamente devia trabalhar
para o Progresso da nação e do
Estado onde funciona como autori-

Figura 20 – Carta de Udelino ao soldado Altivo

dade. É demais sargento que é
 uma feia recomendação para
 um Estado, um sargento, ou qual-
 quer um outro oficial, tolher as pobres
 criaturas de cultivar as terras de-
 volutas para a alimentação de seus
 irmãos filhos que constantemente
 gritam: "Papai quero comer..."
 Olhe sargento! se aqui em nosso
 Patrimônio e São encontrar algum
 ladrão, pode vir prender sem me-
 do de errar, que nós (os que procedem)
 te auxiliaremos. Porém se é que
 tu deversas o intento de dar de
 Albrigo de boi nos costas do
 pobre Thamez do campo, sem
 regulamento, te aviso: está de
 fato arriscando a tua pobre
 vida. É no mais, Saudações.
 de teu Am^o Grato
 Udelino Alves de Matos
 Del. dos Lavadores e Cabo
 Eleitoral Federal

Figura 21 – Carta de Udelino ao soldado Altivo (verso)

Um comentário inicial sobre a autenticidade do documento. Adilson Vilaça, a mais de vinte anos pesquisando sobre Udelino nos informou verbalmente que muitas vezes Udelino, devido a precariedade de sua caligrafia, pedia para uma outra pessoa redigir suas cartas. Esta informação parece ser correta se cotejarmos com um escrito seu, em outro documento, que se apresentava quase ilegível, embora ele tenha sido professor primário. Porém, tal fato não invalida o conteúdo da carta. Pelo

seu teor percebe-se aquilo que o deputado federal Wilson Cunha disse sobre ele: uma pessoa de espírito rude, mas muito inteligente.

Sem superlativos, esta carta sintetiza perfeitamente quem foi Udelino. Um homem com forte personalidade, revoltado com as injustiças sociais. Nele pode-se ver em estado latente a gestação de um líder camponês. É neste contexto que nasce o justiceiro social, na sociabilidade do homem simples (IANNI, 1975).

Porém, um ano antes, Udelino tentara pela via legal, isto é, por meios pacíficos, sensibilizar as autoridades a dar uma solução para a crise agrária que se processava no Norte e Noroeste do estado. Assim, viaja para a capital federal solicitando medidas contra os desmandos dos fazendeiros e da polícia.¹⁴² Nada de

¹⁴² Sobre esta viagem de Udelino ao Rio de Janeiro, Adilson Vilaça tem, no apêndice do seu romance histórico *Cotaxé (Romance do efêmero Estado "União de Jeovah")*, informações históricas fundamentais que mostra todo o esforço de Udelino em fazer a denúncia das atrocidades cometidas pelos latifundiários e a polícia. O apêndice reproduz as informações do "O Jornal", do dia 5 de junho de 1952. Devido a sua importância, segue na íntegra, a reprodução da reportagem: *"PERSEGUIDOS AGRICULTORES E PEQUENOS PROPRIETÁRIOS. Vítimas de grileiros – Apelo ao presidente Vargas. Encontra-se nesta capital hospedado no Albergue da Boa Vontade, o Sr. Udelino Alves de Matos, que veio ao Rio especialmente para entregar ao presidente da República em memorial contendo 866 assinaturas de lavradores radicados na zona contestada entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, que estão sendo vítimas de toda a sorte de violências de parte de ricos "grileiros" e assim ameaçados de perderem suas terras. APROVEITAM-SE DA SITUAÇÃO LITIGIOSA. Ontem, aquele lavrador esteve em nossa redação para relatar-nos a verdadeira odisseia que vem sendo vivida pelos humildes agricultores que têm suas terras e lavouras nos municípios de Mantena, Barra de São Francisco, Carlos Chagas e São Mateus, na zona contestada. Disse-nos ele que, aproveitando-se da situação litigiosa existente entre Minas e Espírito Santo naquela região, ricos proprietários, querendo aumentar seus latifúndios, estão procurando se apossar das terras que os lavradores desbravaram e cultivam naquela zona, contando para isso com a proteção das autoridades policiais, entre as quais se destacam o major Djalma e o sargento Altivo, ambos da polícia militar espírito-santense. DEVASTAÇÃO E ESPANCAMENTOS. Aqueles policiais – prosseguiu o Sr. Udelino Alves de Matos – servindo os interesses próprios e de terceiros, estão constantemente fazendo incursões pelos sítios e lavouras localizados na margem direita do rio São Mateus, que é também conhecido como rio do Norte, levando consigo o terror e a devastação. Visando expulsar as famílias dos lavradores da região cobiçada pelos grileiros, eles procuram aterrorizá-las, derrubando suas casas, ateando fogo nas plantações e matando as criações. Além disso, prendem os lavradores e além de espancá-los barbaramente, os obrigam, sob ameaça de morte, a assinar documentos desfazendo-se de suas propriedades em benefício dos grileiros a cujo soldo se encontram aqueles militares. INÚTEIS OS APELOS AO PODER ESTADUAL. Embora revoltados contra tal situação – prosseguiu o Sr. Udelino – os lavradores tudo vêm sofrendo com calma, para evitar derramamento de sangue. Assim, enquanto suportamos o peso da arbitrariedade e violência policial, vimos apelando para o governo do Estado do Espírito Santo, no sentido de uma providência. Todavia, infelizmente, até hoje nem resposta recebemos dos nossos reiterados apelos ao governo espírito-santense, ao qual já nos dirigimos por mais de trinta vezes. Desse modo, de acordo com os demais lavradores daquela região, resolvi vir ao Rio apelar diretamente para o governo federal no sentido de que tome uma providência que faça cessar as violências e o ambiente de terror em que vivemos para que possamos trabalhar em paz e cuidar de nossas famílias. Cheguei ao Rio no dia 23, e no mesmo dia fui ao Palácio do Catete onde fiz a entrega do memorial contendo as 866 assinaturas de lavradores ameaçados. Infelizmente, não pude me avistar com o presidente que, na ocasião estava de viagem na Bahia. Agora, que já voltou, espero ser recebido para dizer-lhe de viva voz tudo que estamos sofrendo. A nossa última esperança – terminou o Sr. Udelino Alves de*

concreto Udelino obteve com todo este esforço de viagens, apelos à autoridades estaduais e federais. Udelino percebeu que pela via normal, pacífica, no sentido de levar para os poderes constituídos as denúncias dos posseiros de nada adiantaria como já havia alertado o deputado Wilson Cunha. A partir daí, ao que tudo indica Udelino começa a mudar sua forma de atuação, a mudar de rumo. Acreditamos que a partir de meados de 1952 e todo o ano seguinte a vida de Udelino sofre uma transição drástica em que ele passa a atuar no sentido de defender efetivamente os posseiros pelo recurso das armas e desapropriando terras dos fazendeiros. Seria a expropriação dos expropriadores?

É neste período que também se espalhou uma suposta ligação dele com o deputado Wilson Cunha e surge o boato que ele seria cabo eleitoral do deputado e ambos estariam estimulando a invasão de propriedades particulares. Wilson Cunha se defende sobre estas acusações quando depõe na CPI de 1953. Informa que não conhece Udelino e portanto não saberia dizer se ele era comunista ou não, como aparece neste trecho da CPI de 1953:

[...] **O Sr. Presidente** – Com a palavra o Sr. Deputado Oswaldo Zanello.

O Sr. Oswaldo Zanello – Nobre deputado Wilson Cunha, pelo que vemos, através de leitura do noticiário da imprensa da Capital o Espírito Santo, há uma afirmativa, embora V. Exa. tenha abordado por alto este assunto, de que estariam se processando na zona da Mata, Município de Barra de São Francisco, uma verdadeira revolução de índole comunista, sendo chefiada pelo Sr. Umbelino [Udelino] que, segundo denúncias formuladas, é comunista fichado, vindo da Bahia. Poderia V. Exa. informar-nos algo a respeito?

O Sr. WILSON CUNHA – O que eu sei, responderei. Não sei se esse Sr. Umbelino [Udelino] é comunista, se é baiano, se foi fichado. Nada disso sei. Sei que ele é na região uma espécie de líder. Mas é, sem dúvida, um homem um tanto revolucionário, pela sua própria natureza. Mas a sua revolução era essa de protesto contra os espancamentos, pelo menos quando me procurou no Rio de Janeiro com um memorial o que ele dizia e o que constava no memorial é que queria que se fizesse um inquérito para apurarem-se essas responsabilidades de política. Desejava, também, que o Ministério da Agricultura criasse uma escola naquela região e que o Governo Federal interviesse lá no sentido de distribuir as terras com esses homens que deles estavam apossados. Não sei se há comunismo nisso...

O Sr. Oswaldo Zanello – Nobre deputado Wilson Cunha, também surgiu aqui em Vitória, através da imprensa, notadamente do órgão governista, oficioso, que é o jornal “A Folha do Povo”, a notícia de que V. Exa. estaria fomentando a invasão das propriedades legitimadas daquela zona, aconselhando pessoas a se apossarem das áreas e que V. Exa. estaria

Matos – repousa agora no Sr. Getúlio Vargas. Tenho fé de que ele não nos faltará com seu auxílio e o poder da sua autoridade na defesa dos nossos direitos de trabalhadores.” (Apud, VILAÇA, 2007a, p. 269-271).

fazendo esse trabalho por intermédio do Sr. Umbelino [Udelino]. A Comissão gostaria de saber o que de verdade existe a êsse respeito.

O SR. WILSON CUNHA – Nobre deputado, V. Exa. pode responder essa pergunta por V. Exa. mesmo. Tenho a impressão de que V. Exa. não seria capaz de ajuizar coisa semelhante a meu respeito.

O Sr. Osvaldo Zanello – Gostaria apenas, que ficasse consignado no relatório desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a palavra de V. Exa. que não será, em absoluto, posta em dúvida, porque todos conhecemos a sua maneira de agir. Mas, V. Excia., na Capital da República, talvez não tenha tido conhecimento desses fatos.

O SR. WILSON CUNHA – Tenho conhecimento desses fatos e, inclusive de um inquérito que o Sr. Governador mandou abrir, sob a presidência do Sr. Major Djalma Borges, para apurar as responsabilidades do próprio Sr. Major Djalma Borges... Diz, então, que eu, o Padre Zacarias Oliveira e o Prefeito de São Francisco fomentávamos essas invasões. Mas o caso não é bem êste. Eu não fomentei nenhuma invasão de terras, nem isso caberia a mim que sou proprietário de terras. Eu apenas disse aos lavradores do sertão “só saiam de suas terras por um mandado do Juiz de Direito da Comarca a que pertencerem. Fora disso fiquem nelas. Se acham que têm direito fiquem nelas até o dia em que forem despejados”. Mas isso eu disse não ao Sr. Umbelino [Udelino] e sim a todos os que me procuraram. No entanto, como a Comissão de Inquérito é para apurar as violências policiais contra os lavradores, eu pergunto: poderia a polícia espancar os lavradores, despejá-los de suas posses pela simples notícia de que lá existia uma revolução, sem que estivesse munida do instrumento perfeito e acabado da autoridade competente, que seria a judiciária? A meu ver não podia, quer dizer, praticaram-se violências. É preciso que se diga que nunca fui a esse Cotoxé [Cotaxé]. Embora conheça quase todo o sertão capixaba, não conheço essa região, onde se realizavam batalhas em que os lavradores, de costas para os sabres, quiseram depor o Govêrno e criar um estado novo, um estado de Jeová... [...] Não me insurgi contra o processo de divisão de terras; me insurgi apenas contra o processo de espancamento aos lavradores, que, podiam estar, ou em terreno do Estado, ou em terrenos particulares, mas, o que não se justificava eram que fossem espancadas, como o estavam sendo.

O Sr. Osvaldo Zanello – Não resta dúvida, Exa. Os espancamentos de forma alguma se justificam. Apenas estranhamos é que, realmente muitas propriedades foram invadidas. Não acredito que a Polícia tomasse estas providências por iniciativa própria, de maneira que isto leva-e a crer tenham elas partido de altos mandantes, pois, verificamos que as medidas mais acentuadas foram tomadas para proteger as propriedades de pessoas que desfrutaram de inegável prestígio junto ao Governo.[...] (CPI de 1953, vol. 1, p. 73-78)

Este depoimento do deputado Wilson Cunha data de 1º de setembro de 1953, e comparando esta data com a época (junho de 1952) em que foi levar as denúncias dos 866 lavradores (o memorial) para Getulio Vargas, cujo objetivo não foi alcançado, Udelino já teria constituído, neste período de aproximadamente de 14 meses, o “Estado de Jeová” como consta na fala do deputado Wilson Cunha. Estas considerações são importantes porque demonstram que neste período (de junho de 1952 a setembro de 1953, ou até antes) Udelino mudou radicalmente de estratégia. Simplesmente radicalizou. Tudo leva a crer que, como já frisamos anteriormente,

percebeu que os poderosos não iriam abrir mãos das terras expropriadas. Sentiu que a única maneira de garantir a terra seria pela força das armas e impondo um poder semelhante a um poder de Estado.

Este poder de Estado fica patente quando passa a se considerar delegado federal de terras com poderes vindo do próprio Presidente da República e com o poder de distribuí-las, a seu critério, livremente pela população. Na instituição de um Estado com secretariados e sede (próximo a Cotaxe, no Córrego Canela da Ema), e símbolos que acompanham o Governo: Hino e bandeira. Pela força exige que os fazendeiros da região deixem suas propriedades como comprovam as inúmeras cartas (curtas como um bilhete), endereçadas a eles, como este por exemplo:

“Documento enviado ao Sr. Gustavo de Oliveira por Udelino
Córrego do Facão.
Ilustríssimo Sr. Agustavo
Segue aqui este bilhete lhe pedindo que o senhor, que o diretório manda lhe pedir que o senhor desocupe a mata com urgência: nada mas com ordem do Delegado da Mata.
Udelino Alves de Matos” (Apud, VILAÇA, 2007a, p. 281)¹⁴³

O bilhete não informa da data, porém é provável que Udelino escreveu-o por volta de janeiro de 1953, o mês pode não ser este, mas seguramente o ano é este, pois a partir desta data ele passa a ameaçar os fazendeiros da região próxima a Cotaxé a desocuparem as terras, pois a intenção era distribuí-las aos camponeses. A sua ação deve ter tomado proporções significativas pois despertou profunda preocupação nos dois governos estaduais. Neste sentido, o Governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek faz um apelo governador do Espírito Santo, pedido providências em relação as invasões perpetradas por Udelino, acusando inclusive o deputado federal Wilson Cunha de ser o mentor delas.

Uma série de correspondência é trocada entre os fazendeiros de Cotaxé,(que na época era denominada Pedra da Viúva) o Governador do Espírito Santo, Jones dos Santos Neves e deste para outras autoridades tais como o Governador de Minas (como já foi visto), ao presidente da Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, Nereu Ramos, ao Ministro da Justiça, Negrão de Lima. Esta intensa troca de correspondência entre fazendeiros, os poderes municipais, estaduais e federais

¹⁴³ Trata-se do mesmo fazendeiro cujo administrador, Isaías Conceição Reis foi assassinado por Jorge Come Cru, braço direito de Udelino. A morte de Isaías teve como motivo, segundo IP na época, por vingança, pelos maus tratos que aplicava aos posseiros residentes nas terras que Gustavo alegava serem de sua propriedade.

mostra a mobilização das elites em tentar resolver o problema agrário que estava se agravando no Noroeste do Espírito Santo, na zona do Contestado, no qual a atuação de Udelino é o grande incômodo das autoridades. Para quem está observando os acontecimentos do lado de fora, os documentos em si mesmos não dizem muita coisa. Mas, diz muito da natureza do conflito quando fazemos a leitura deles à luz do cenário histórico em que foram produzidos. Então vejamos os documentos passo a passo.

Temos uma primeira correspondência, mas que não traz nenhuma data, pois trata-se de um telegrama (provável entre janeiro a fevereiro de 1953, tendo em vista que a resposta a ela começa em fins de fevereiro), em que fazendeiros dizem que suas terras estão sendo invadidas por Udelino e com a conivência do deputado Wilson Cunha. Eis a transcrição do telegrama:

Carlos Chagas – MG. Dr. Jones dos Santos Neves. Vitoria. Vimos respeitosamente cientificar a Vossência que o Deputado Federal, Dr. Wilson Cunha, vem de um certo tempo a esta parte, insinuando às pessoas rústicas e inescrupulosas a invadirem, como de fato já invadiram, nossas fazendas médias [?] e situadas região Pedra da Viúva [antigo nome de Cotaxé], zona Litigiosa. Confiados alto espírito de justiça Vossência, estamos certos que liquidará por todas semelhantes daquele representante povo capixaba. Ontem, **228 bandidos armados**, chefiados por **Udelino Alves de Matos**, indivíduo sem profissão nem residência, invadiram nossas propriedades, suspenderam trabalhadores, desacataram famílias ordeiras e pacatas. Aproveitamos oportunidade para hipotecar a Vossência toda nossa estima e aprêço. FRANCISCO MODESTO DE MENEZES, ARLINDO ALMEIDA COSTA, ISRAEL CARVALHO, AUGUSTO REIS, UBALDO CORDEIRO E ROMEU TINOCO. (APEES – Ofícios expedidos pelo Governador – 1953 - Cx 541, grifos nossos)¹⁴⁴

Francisco Modesto de Menezes é o fazendeiro, que os camponeses chamavam de “Franquin” e como já observamos, se diz dono de uma área muitas vezes maior do que supostamente seria sua conforme informação de Dias (1984, p.79-80 e 134)¹⁴⁵.

¹⁴⁴ Para efeitos práticos citamos este documento da forma acima exposta. Referência completa dos documentos ver no final deste trabalho em “Fontes primárias impressas”.

¹⁴⁵ Como se trata de uma informação crucial, acreditamos que seria importante transcrever aqui toda a informação fornecida por Dias (1984, p. 79): “*Em 1956, o Governo do Espírito Santo expediu o título de propriedade de 952.000 metros quadrados (95,2 hectares ou 19,6 alqueires), na margem direita do rio Cotaxé em nome de Francisco Modesto. Hoje, “Franquin” reivindica uma área bem maior, sem apresentar quaisquer documentos. Na margem direita do rio Cotaxé, Francisco Modesto se diz dono de 20.125.950 metros quadrados (2.012,5 hectares ou 415,8 alqueires) – 18.295.950 metros quadrados requeridos na Delegacia de Terras de Teófilo Otoni, em Minas Gerais. Desse total, 15.125.950 metros quadrados (1.512,5 hectares ou 321,5 alqueires) estão ocupados por posseiros há muitos anos. Na margem esquerda do rio Cotaxé, Francisco Modesto reclama a aquisição, sem qualquer documento, de 9.680.000 metros quadrados (968 hectares ou 200 alqueires) – nesta área, os posseiros ocupam 3.291.000 metros quadrados. “Franquin” briga por 29.805.950 metros quadrados (2.980,5 hectares ou 615,8 alqueires) de terras do Espírito Santo – Área trinta vezes maior que o terreno comprado em 1956. Os posseiros sabem que ele não tem documentos que*

Há forte suspeita de “grilagem” de terras não só deste fazendeiro, como também de outros latifundiários devido a existência de inúmeros procedimentos que evidenciam este tipo de fraude. O golpe segue um padrão básico: mediante documentação falsa (grilada) o fazendeiro nunca busca escriturar a propriedade na cidade ou comarca onde estaria a mesma. Esta pratica facilita o golpe. Este mesmo procedimento foi utilizado num das maiores, senão a maior grilagem de terras do Estado de São Paulo, conhecido como “O grilo Glória & Furquim”, usurpando a totalidade da Fazenda Ponte Pensa, nada menos do que 208 mil alqueires paulistas. Os grileiros vêm de fora (Rio de Janeiro) procuram escriturar em São José do Rio Preto, terras que estão em Votuporanga.¹⁴⁶ Aqui, como em São Paulo a grilagem, com leves diferenças, segue o mesmo ritual: fazendeiro de Carlos Chagas, Minas Gerais vai a Teófilo Otoni, também em Minas Gerais para legitimar títulos de imensas propriedades que se encontram em outra região, (Ecoporanga) num outro estado, no Espírito Santo... Tudo isso cheira a fraude, “grilagem”... E os posseiros sabiam disso. A única diferença em relação a São Paulo é que a Pedra da Viúva estava localizada na região do contestado, portanto, supostamente litigiosa, em termos de limites entre Minas Gerais e Espírito Santo. Porém, o setor, como se pode ver no mapa (ver mapa 1 e 5), está relativamente longe da fronteira com Minas Gerais e o próprio governador Jones dos Santos Neves em resposta a carta de Juscelino Kubitschek sublinha que aquelas terras estão em área legitimamente capixaba. Ainda em relação a este telegrama destacamos dois outros signatários da correspondência: Romeu Tinoco e Augusto Reis. Ambos, fazendeiros da Pedra da Viúva. Romeu Tinoco virou nome da praça principal de Cotaxé, por “relevantes serviços prestados à comunidade”. O primeiro não nutria nenhuma simpatia por Udelino, obviamente pelo fato do camponês ter tomado suas terras. Adilson Vilaça, no seu livro *Cotaxé: a reinvenção de Canudos*, já citado, para traçar o perfil de

comprovem a propriedade. Por isso resistem. E Francisco Modesto joga a última cartada, entrega o problema ao Estado.[...]”. Esta última cartada que Dias fala, refere-se a uma proposta indecente que “Franquin” faz aos posseiros no sentido deles comprarem as terras deles mesmo, argumentando que o preço era barato e o prazo era longo (Cr\$ 10.000,00 por alqueire pagáveis em 5 anos e meio, sendo que o posseiro não poderia ter uma área superior a 5 alqueires), além e outras clausulas completamente leoninas, que em nada beneficiavam os posseiros, tais como a retirada e posse da madeira pertencia ao fazendeiro que já tinha contrato firmado com o grande madeireiro Mario Marques. Evidentemente os posseiros não aceitaram e começaram a sofrer toda sorte de violências como se viu nos capítulos anteriores.

¹⁴⁶ A ocupação do Oeste paulista mediante grilagem foi um dos temas desenvolvidos por nós na dissertação de mestrado apresentada em 1984 na FFLCH da USP denominada “*As revoltas do capim*”. Vide referencia completa no final deste trabalho.

Udelino, entrevistou Romeu Tinoco e Augusto Reis entre 1995 e 1996. Tinoco informa que *“Udelino era um visionário, um lunático, um louco. Indivíduo semi-analfabeto, vivia com aquela bandeira, para baixo e para cima. Uma bandeira verde, com faixa branca. Dizia querer fundar um estado da religião dele, União de Jeovah”*. (Apud Vilaça, 2007b, p.30, grifos do autor).

O segundo fazendeiro, Augusto Reis, já admirava um suposto sentido de proteção divina que Udelino carregava evidenciando um dos arquétipos das figuras temerárias e carismáticas, isto é, o “corpo fechado”: *“Atiraram nele assim, ó: de perto. Mas não sei o que aquele menino tinha, que ele foi se esquivando, zigzagueando no meio de todos, que nem uma bala pegou nele. Era uma coisa que aquele menino tinha, uma força, uma proteção de Deus”* (Apud Vilaça, 2007b, p.31, grifos do autor).

Mas prossigamos com a análise da troca de correspondência entre as autoridades cujo assunto era a invasão de terras promovida pelos posseiros. Em 15 de abril de 1953, Jones dos Santos Neves em carta dirigida ao presidente da Câmara dos Deputados, Nereu Ramos, enaltece os trabalhos do major Djalma Borges, para solucionar os conflitos na região:

Vitória, 15 de abril de 1953. Sr. Presidente. Em aditamento ao meu rádio número 511, de 7 do mês em curso, muito me apraz encaminhar a V. Excia., para que esta augusta Câmara possa tomar conhecimento de seus termos, cópia de inquérito policial instaurado para apurar incidentes verificados na zona norte do nosso Estado, onde **grupos de desordeiros armados** criavam, pela violência, um clima de terror entre a população pacífica e laboriosa. O Relatório firmado pela autoridade que presidiu o inquérito, o **brioso** oficial Major Djalma Borges, é – como bem acentuei no expediente que dirigi ao Senhor Ministro da Justiça e Negócios Interiores, sobre o mesmo assunto – um testemunho eloquente da **grave anormalidade** reinante na região que, **não fossem as prontas e enérgicas providências repressivas adotadas pela Polícia do Estado, bem se poderia transformar em um novo Canudos**, eis que para tal, até a **exploração mística da ingenuidade da nossa massa rural** se fazia presente, nos propósitos de um aventureiro que, ali, criara o **“Patrimônio União de Jeováh”!** Assim, com as providências imediatas por este Gabinete, a tranquilidade e a ordem foram ali restabelecidas e serão sempre mantidas em nosso Estado, onde não existe clima para rebeldias. Entre os documentos que acompanham o presente, encontrará V. Excia. o testemunho do Prefeito de Ataléia, Sr. Carlos Martins de Freitas, que reputamos insuspeito por partir de uma autoridade mineira da zona contestada. Aproveito-me do ensejo para reiterar a V. Excia. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração. JONES DOS SANTOS NEVES. GOVERNADOR DO ESTADO. (APEES - Ofícios expedidos pelo Governador, 1953.- Cx. 542, grifos nossos).

Esta carta é uma peça histórica. Nela está contido o essencial do discurso do poder, ou como denomina Marilena Chauí (1980, p.3-14), do discurso competente. A fala de cima para baixo. A visão dualista da realidade: ordem x desordem, autoridade x rebeldia, responsabilidade x aventura, normal x anormal. O que é normal e cabe ao Estado impor é a ordem, a autoridade, a responsabilidade contra a desordem, a rebeldia, a aventura, o anormal. O noroeste do Espírito Santo estava passando por um estado de anormalidade provocado por Udelino e seu grupo, bando da “*desordem*”, rebeldes primitivos, irresponsáveis, aventureiros e caberia ao brioso major Djalma Borges à frente da Polícia Militar responsável, a nobre tarefa de **reprimir** esta turba e restabelecer a ordem, a paz. O camponês é uma massa rural ingênua presa fácil do misticismo. Udelino se aproveitou disso. Este é o discurso competente, o discurso do poder. Nenhum termo aplicado no parágrafo anterior foi inventado por nós. Existe no discurso do governador.

Sendo o discurso competente uma forma de ideologia, inverte completamente a realidade. Aquilo que aconteceu realmente fica oculto. Aquilo que não aconteceu de fato é que aparece para os agentes os quais acreditam nessas aparências. Assim por exemplo, o discurso do governador omite o fato de que quem provou inicialmente a desordem foram os próprios fazendeiros e a polícia cometendo as arbitrariedades. Essa precedência fica evidenciada na justificativa para a abertura da CPI de 1953, que é anterior à carta do Governador.

Está sendo amplamente divulgado pela imprensa local que a Polícia Militar, sob a responsabilidade do Major Djalma Borges vem praticando atos de arbitrariedade contra lavradores. Ainda hoje o jornal “A Tribuna” estampa, na primeira página, notícia de que a Câmara Federal o assunto foi amplamente debatido, havendo o Presidente daquela Casa Legislativa telegrafado para o Sr. Governador do Estado solicitando garantias de vida ao deputado Wilson Cunha que estaria ameaçado de morte. Tendo-se em vista que tais acontecimentos não são comuns no Estado do Espírito Santo em virtude do senso de responsabilidade e equilíbrio da nossa Polícia Militar; tendo-se em vista ainda que a Assembleia Legislativa do Estado não tem conhecimento pormenorizado do que ocorre, mister se torna a criação de uma comissão de inquérito parlamentar a fim de, em primeiro lugar, verificar a existência dos fatos denunciados pelo deputado Wilson Cunha e, ao mesmo tempo, apurar as responsabilidades dos mesmos. S.S. 10 de Abril de 1953. [seguem assinatura dos deputados] (CPI de 1953, vol. 1, p. 71)

A CPI de 1953 não foi aberta para verificar atrocidades cometidas pelos posseiros contra fazendeiros. Foi o contrário. Forte repressão se abateu sobre o grupo de posseiros na região porque não aceitaram em sair da terra. Também não aceitaram comprar algo que já era deles: a terra. Em qualquer dos dois expedientes, ou seja,

exigir que o posseiro compre sua própria terra ou exigir que saia dela, a classe burguesa quebra seus próprios preceitos sobre o direito de propriedade. O processo vira o seu contrário. O burguês que tanto defende a propriedade é o primeiro a expropriar propriedade alheia. Não tem contradição maior.

A CPI que inicia em 10 de abril de 1953 encerra seus trabalhos em 20 de fevereiro de 1954. Neste intervalo, há a tentativa de Udelino de construir efetivamente, talvez, não tanto um Estado como o entendemos, mas do ponto de vista da sua reapropriação do conceito de Estado (para usarmos as colocações de Duglas Teixeira Monteiro) de como ele e seu grupo entendiam: a restauração de uma comunidade utópica em que a terra não fosse objeto de opressão mas de comunhão.

A nosso ver, o que o camponês rústico do sertão produz em termos explicativos da existência mudana e sagrada não é exatamente o mesmo que pensamos, como já nos referimos ao falar do conceito de Estado. Isto também é válido para todos os componentes da vida social. Não sabemos se Udelino empregou a palavra “Estado” para designar a comunidade que desejava construir. Poderia a palavra “Patrimônio” empregada por ele ser tomada como sinônimo de Estado? No meio rural, no caso, na região, “Patrimônio” é o local onde se congrega as pessoas por laços vicinais, uma vila, uma comunidade agrária. Por exemplo, Patrimônio do 15, Patrimônio do Pitengo, Patrimônio de Santa Luzia do Norte etc... Suspeitamos que este era o emprego que Udelino dava ao “Patrimônio União de Jeovah”. Udelino teria conhecimento da história de Antonio Conselheiro? Embora tenha vindo da região próxima, não tem como saber, pelo menos por enquanto.

Esta comparação do “Patrimônio União de Jeovah” como sendo uma nova Canudos não teria partido do próprio Udelino. No Brasil, as elites agrárias, não raro, as quais se confundem com o próprio poder do Estado tem verdadeiro pavor quando surge um líder camponês com forte discurso religioso, porque sabem que esta é a linguagem do povo. Como se combate um líder desses? É estigmatizá-lo. Taxá-lo ou como louco visionário ou como um messias. A partir daí se processa toda uma “conspiração alienativa”, para empregar o termo inventado por Goffman (1980) por parte do Estado para enquadrar o messias. Impressiona a semelhança, neste ponto, entre o líder camponês Galdino quando em 1970, o promotor militar, Henrique Vailatti Filho, para justificar a sua prisão, afirma claramente que se estava gestando no interior paulista um novo Antonio Conselheiro. Dai a necessidade de prendê-lo.

De forma semelhante, quem denomina e estigmatiza Udelino é o Estado, para, a partir daí, prendê-lo. As classes populares no Brasil aparecem na história, já no seu nascimento, como classes perigosas.

Como já observamos, a CPI, no prazo de quase um ano, depois de ouvir centenas de depoimentos de ambos os lados do conflito, depois de apresentar algumas recomendações favoráveis aos posseiros, tais como a agilidade na medição das terras; advertência aos desmandos de certos comandos policiais; de solicitação de devolução das armas aos posseiros, pois a usam para caça e defesa na floresta hostil, acaba por inocentar o major Djalma Borges, ponto central da própria CPI, como fica exposto no item 7º do relatório:

Que nos acontecimentos de “Pedra da Viúva” onde chegou a se esboçar um aquartelamento em que se repetiria a tragédia de Canudos, o destacamento do Major Djalma Borges agindo embora com demasiada energia e com selvageria algumas vezes, contudo, em face da gravidade dos acontecimentos que poderiam ter consequências imprevisíveis, impediu que houvesse maior derramamento de sangue. (CPI, 1953, vol. 16, p. 311).

Nenhuma punição ou mesmo uma advertência dentro do governo ou dentro corporação militar. Há apenas uma recomendação do Juiz de Direito de Barra de São Francisco no sentido de que as intimidações feitas aos posseiros e assinadas pelo major constituem um ato arbitrário da Polícia, não pode fazer isso, pois esta medida compete apenas ao Juiz.

O que é expressivo nesta CPI ou na história como um todo deste conflito é que Udelino mesmo, o principal acusado das desordens ocorridas na região, mediante invasões de propriedade e constituição até de um Estado, não foi ouvido pela CPI. Qual a causa desta ausência? O deputado federal Wilson Cunha acusado de incitar a invasão foi chamado a depor e se defendeu. O major Djalma Borges (ver anexo 6) também acusado de arbitrariedades chamado a depor também se defendeu, num longo depoimento. E Udelino? Nunca foi chamado. Não temos a informação de que a CPI teria convocado Udelino e por receio de ser preso, não compareceu. Por outro lado, não se descarta a hipótese de que ele sabia que se comparecesse espontaneamente seria preso, pois estava sendo pedida a sua prisão e de Jorge Come Cru, pelo assassinato de Isaías Conceição em 15 de fevereiro de 1953. Enfim não temos o depoimento da figura central do movimento pois nunca foi ouvida. Na verdade, toda a estratégia da polícia não era capturá-lo vivo. Pelo perigo que

representava Udelino já era um homem marcado para morrer. E foi o que aconteceu, como veremos mais adiante. Contudo, outros Udelinos vão aparecer. Isto porque, a nosso ver, não foi Udelino que fundou a comunidade camponesa. Pelo contrário, é a comunidade camponesa que produz um Udelino. Ou seja, como observaram Maria Isaura Pereira de Queiróz e Vittorio Lanternari não basta que as situações de opressão estejam presentes para o nascimento do líder religioso. É preciso que nesta cultura, nesta comunidade haja uma tradição religiosa que de sustentação a partir dos valores que circulam nesta comunidade. Visto isso, passamos a um rápido percurso na história deste líder camponês.

Como já assinalamos no início deste item, a história de Udelino mereceria outros estudos mais aprofundados. Trabalhos fundamentais já foram realizados e amplamente citados aqui (Vilaça, 2007a e 2007b; Pontes, 2007, Ramires, 2015), porém é necessário um trabalho que enfoque especificamente a sua história.

Udelino teria chegado da Bahia, da cidade de Alagoinhas¹⁴⁷ e foi contratado como professor primário pela família Ramos, em 1950, no córrego Santa Rita. O chefe da família desejava que os filhos e crianças da redondeza tivessem um mínimo de instrução e por isso construiu uma pequena escola (na verdade um galpão) onde elas pudessem estudar. Mas precisava de um professor. Este professor foi Udelino. Em janeiro de 2015, 65 anos depois, estivemos lá e ainda encontramos três membros da família Ramos, todos homens na casa dos seus 70 a 75 anos de idade que foram alunos de Udelino e contam histórias pitorescas sobre o nosso personagem histórico.

A começar pela postura: rigoroso nos métodos de ensino e extremamente religioso: sempre carregando a sua Bíblia. Uma pessoa muito correta, mas muito introspectiva. Não chegava a aplicar a conhecida “vara de marmelo” nas crianças, mas as faziam ajoelhar tanto na hora de rezar, no início das aulas como nos erros cometidos. Quando o erro era muito grosseiro o aluno deveria cheirar o traseiro de

¹⁴⁷ Alagoinhas localiza-se depois de Salvador, já na parte norte da Bahia, distando quase 1000 km de Ecoporanga. Coincidência ou não, Udelino tem algum ponto em comum com Antonio Conselheiro, além do suposto messianismo, é que “em 1897 Alagoinhas teve um papel fundamental durante a Guerra de Canudos, onde a cidade acolheu as Tropas Federal e Estadual, que utilizavam a cidade como rota para o destino final. A cidade ainda prestou assistência e mantimentos aos soldados feridos que a utilizavam como ponto médico” (WIKIPÉDIA... Alagoinhas).

um cachorro. Porém, não um cão real, mas de um que ele mesmo desenhava no quadro negro com um giz.

Mas a história que mais chama a atenção neste período de sua vida é a primeira frustração amorosa de Udelino (primeira, porque ele teve uma outra mais tarde). Um dos Ramos conta que Udelino teria se apaixonado por uma de suas tias. Daí, na condição de sobrinho da amada de Udelino passou a receber certos privilégios do mestre sendo um deles a de nunca receber um castigo sequer. Udelino pretendia casar com a moça. Como Udelino era muito tímido pediu ao seu melhor amigo que fosse à casa da pretendida para pedi-la em casamento, em seu nome. Porém, o “melhor amigo” de simples mensageiro acabou se apaixonando pela moça e ele mesmo a pediu em casamento, pedido este aceito. Esta história, embora tenha circulado como se fosse uma lenda anedótica na região, foi de fato real. O casal é vivo até hoje e mora no Norte do país.

Estamos contando esta história porque dela se pode fazer uma análise comparativa para produzir um certo arquétipo de um líder camponês. Parece que a marca desses líderes carismáticos, messiânicos ou não é este fracasso amoroso no início de suas vidas, na juventude e a partir daí eles dirigem toda a sua energia para uma causa social, fora de si, que extrapola o cotidiano, como se fosse um ideal a ser alcançado. Assim aconteceu com Antonio Conselheiro. Não é uma regra geral, mas apenas estamos informando pontos em comum entre Udelino e o líder de Canudos: se transformam em pessoas introspectivas, amargas até, de caráter rude, como se fossem *Augustos Matragas* da vida, do conto de Guimarães Rosa. Augusto Matraga traído pela mulher sai pelo mundo procurando justiça. Não teria acontecido a mesma tragédia com Udelino?

Por outro lado, percebe-se que Udelino destoa da média da população que se dirigiu para a região do Contestado, visto anteriormente. Solteiro, sem família. Não foi diretamente trabalhar na roça. Não tinha terra, mulher e nem filhos. Traço tipo de certos líderes carismáticos. A jornada do herói, como acontece nos contos de ficção, começa quando ele ou algum ente querido seu é vítima de injustiça. Pois injustiça Udelino deve ter visto muito pelo Contestado afora. Inteligência acima da média e um forte senso de justiça e preocupado com as questões sociais. Udelino carrega estes traços.

Após entrevistarmos os Ramos, no mesmo dia passamos por Ribeirãozinho, pequeno vilarejo próximo de Santa Rita, onde Udelino costumava frequentar. Seu Isaías de mais de 80 anos descreve fisicamente a sua figura. “Ah! bem mais alto que o senhor, uns 1,75 de altura. Uns 30 anos? Forte. Moreno. Sempre com um terno preto, alinhado e sempre montado num cavalo. Não tinha capanga não e nem andava armado. Não ficou muito tempo aqui não. Passou um tempo aqui e sumiu para Cotaxé.” Em relação a aparência de Udelino, não há até hoje nenhuma fotografia sua. Este é um dado interessante. Os nossos “grandes” personagens da história recebem todo um tratamento em que é preservação a sua imagem através da memória fotográfica.

Na curta experiência de suas lutas, Udelino nem mesmo foi capturado. Não teve tempo nem de ser fichado pela polícia. Portanto, nem “foto de cadeia” tem. Pelos nossos cálculos, sua vida pública (no sentido dele aparecer nos documentos) vai de 1952 até 1954 quando desaparece da história. Não consta nem na lista dos *desaparecidos políticos no campo* elaborada pelo MDA. Difícil tentar compreender a história de um líder camponês que a polícia fez questão de pulverizar.

O ideário mítico de Udelino é a tentativa de reestruturar a identidade que se perdeu com as drásticas transformações por que passou a região. Não é a toa que semelhante tentativa de retomar uma identidade que se perdeu ocorreu muito próximo de onde estava Udelino: em Teófilo Otoni, no distrito de Malacacheta, como se verá mais adiante.

Como se observou, as elites agrárias são implacáveis quando se trata de manter o monopólio sobre a terra, mesmo sem serem donas legítimas. Observamos também nesta história que estamos narrando a quem os camponeses apelam quando estão sendo torturados e a beira da morte. Não é ao poder legal, pois este virou-lhe as costas. Não é à polícia, pois esta justamente está espancando-os. É para algo acima dos homens, para o sagrado. Basta lembrar o posseiro Cicero quando estava sendo espancado pelo policial: “**Pedi a Nossa Senhora para não deixar me matar.**” Da mesma forma, quando Udelino apelou para a justiça dos homens e não foi atendido, mobilizou a religião, como não poderia deixar de ser, pois ela fundamenta toda a sua existência. Não é só na morte que a religião está presente. Nas festas, nas colheitas, nos casamentos e batizados. Religião e vida comunitária é uma só coisa.

Duglas Teixeira Monteiro, no seu livro *“Os errantes do novo século”* faz uma análise do processo em que religião e existência cotidiana camponesa se imbricam dinamicamente e de modo inseparável. Monteiro, sem descuidar os fatos concretos que objetivamente trazem rupturas no modo de existência anterior dos camponeses, tem contudo a virtude de apanhar compreensivamente o sentido dessas transformações para os sujeitos que as vivenciam. Aponta, dessa forma, como as descontinuidades objetivas são vividas e sentidas subjetivamente pelos sujeitos.

De sua análise sobre o surto milenarista do Contestado (aqui estamos da área litigiosa entre Paraná e Santa Catarina), é-nos dado a entender que, para o homem rústico camponês do interior catarinense, a religião com seus preceitos morais, éticos e espirituais, constituiriam um arcabouço de representações que explicariam e dariam sentido à sua existência, perpassando todas as dimensões do seu existir.

Nestes termos, para o homem simples do sertão, as relações sociais, econômicas ou políticas vividas concretamente, ganhariam inteligibilidade e legitimidade, revestidas por um sentido supranatural, que lhes é atribuído a partir de uma visão religiosa do mundo. Haveria uma impregnação religiosa da vida cotidiana. Nessa perspectiva de visão de mundo, o mundo natural, o mundo social e o mundo sobrenatural não conhecem separação rígida.

A visão religiosa e cosmicizante recobre a existência mundana, articulando suas diferentes dimensões e explicando-as, ao mesmo tempo em que lhe atribui um sentido existencial, fornecendo um sentimento de segurança diante das incertezas da vida. Segundo Monteiro (1974, p. 84), as contradições e conflitos contidos na ordem tradicional são colocados à luz quando transformações profundas nas relações de trabalho, nas relações econômicas e políticas se processam na região. Essas transformações são trazidas com a penetração de empresas capitalistas modernas, ligadas às atividades extrativas, à negociação de terras e à construção de estradas e ferrovias.

Valendo da tipologia elaborada por Maria Sylvia de Carvalho Franco (1969, p. 19-60), Monteiro entende que o abalo concreto representado pelas novas relações sociais e econômicas introduzidas com as empresas na região, manifestou-se objetivamente em novas formas de violência, em substituição à violência costumeira;

na expulsão dos antigos posseiros; na expansão das relações de trabalho assalariado; na deteriorização dos antigos laços de compadrio e dos valores culturais que os embasava. A crise do mundo tradicional rústico, com a perda dos antigos laços sociais e dos marcos referenciais ideológicos, correspondeu ao que Monteiro denomina “desencantamento do mundo”

A ausência de marcos referenciais novos que recompusessem explicativa e significativamente a nova realidade que se apresentava, e procurando reconstruir a unidade anterior perdida, o camponês busca “reencantar” o seu mundo. Para Monteiro, é relaborando os conteúdos do universo simbólico e dos valores ameaçados pela crise, que o camponês busca dar novo sentido à sua existência. Ao recorrer ao manancial ideológico passado, não se dá portanto uma ruptura definitiva com o universo simbólico anterior. O que se processa é a recaptura dos elementos do universo ideológico passado, dele se expurgando aquilo que é sentido e vivido como contraditório ou conflitivo.

Nesse processo de reconstrução a dimensão religiosa que, como já se colocou anteriormente, permeava e perpassava todas as dimensões da vida cotidiana camponesa, teve no catolicismo rústico o arcabouço estrutural, que forneceu o quadro de referência ideológico para a compreensão das transformações que se processavam. Esse catolicismo rústico, com uma concepção cosmicizante do mundo, entendendo a realidade como uma sucessão de ciclos, continha uma percepção escatológica, que contudo em situações de relativa estabilidade mantinha-se adormecida ou inativa.

Essas concepções escatológicas, segundo Monteiro, só viriam à tona em momentos de crise. Essas concepções escatológicas encontram uma possibilidade de sua emergência em momentos de rupturas que abalam o modo de vida tradicional e em que os marcos referenciais ideológicos antigos não mais operam explicativamente. Nessas circunstâncias, essas concepções escatológicas irrompem

“como uma tentativa de eliminar o contingente, de entender a História, sacralizando-a e de conceber, no futuro, uma paralisação do Tempo. Seriam esses períodos conturbados, que favoreceriam os reavivamentos milenaristas, espécie de reação contra o ‘terror da História’, de uma força que só o extremo desespero pode suscitar” (MONTEIRO, 1974, p. 85)

Nesse reavivamento milenarista, os valores são redefinidos. Na reelaboração de conceitos que então tem lugar, a linguagem religiosa não constitui forma metafórica de acobertamento de outros interesses materiais escusos. O elemento religioso constitui o terreno, o ponto de convergência comum dos adeptos, a despeito das motivações diferenciadas com que inicialmente se engajaram no movimento. O discurso religioso não apenas *re-une*, como contribui, no processo, para a reconstrução ou para a representação da realidade numa outra dimensão.

Os conteúdos próprios da legenda messiânica *re-elaborada* pelos adeptos, fornecem os novos parâmetros que permitem a fundação de uma nova ordem social, que expulsa os elementos conflitivos da ordem pretérita em crise. Ao mesmo tempo em que possibilita a redefinição da identidade rompida dos sujeitos (MONTEIRO, 1974, p. 214-215). A instituição das formas, rituais religiosos diários, constituem a ocasião de formulação dessas novas práticas. Constituem o espaço de gestação em que os novos valores vão se consolidando e buscando dar corpo e existência real à nova ordem social que se procura fundar (MONTEIRO, 1974, p. 138-139).

A comunhão numa fraternidade fundada pela fé restabelece em novas bases e valores, a antiga solidariedade comunitária perdida com o advento das novas relações impessoais e esvaziadas de afetividade das relações sociais capitalistas.

Para Monteiro, nessa reconstrução, o que se contrapunha não era a dimensão do sagrado oposto ao profano. Sagrado e profano corresponderiam antes a dimensões distintas do real que se complementariam, não constituindo elementos que se antagonizavam. A oposição era antes entre o velho século e um novo século que se lhes afigurava como o possível. O velho século representando a decrepitude, a crise, o Mal, a desorganização, aparece como negatividade. Negatividade que serve como contraponto para apositividade de um mundo purificado, sacralizado, posto que expurgado dos seus males e contradições (MONTEIRO, 1974, p. 177-178). Na construção desse novo mundo, sacralizado e expurgado das impurezas, estaria colocado a possibilidade de salvação. E era em prol de torná-lo real e experimentável, que os camponeses do Contestado se empenharam nas atividades e na luta.

Esta longa exposição do esquema explicativo de Monteiro para o caso do surto milenarista do Contestado em Santa Catarina, com algumas variações pode ser

aplicado, cremos nós, para explicar a tentativa de Udelino de fundar um “Estado” religioso também no Contestado na Serra dos Aimorés. Mas isso, por enquanto é uma sugestão. Seria preciso obter mais elementos históricos sobre a história de Udelino e isso só a pesquisa histórica poderá fazer. Porém, alguns elementos levantados por Monteiro, visivelmente estão presentes na história de Udelino, a começar pelo próprio nome do Estado que ele pretendeu implantar: **União**, simbolizando uma comunidade que se perdeu com o advento das relações capitalistas e que a comunidade jeovense procura reencantar.

Udelino carrega em si o que Henri Lefebvre (1968) chamou de “consciência ambígua”. Isto é, a percepção aguda e radical das injustiças sociais, mas ao mesmo tempo um posicionamento conservador em política. Um claro e escuro da consciência. Porém, como coloca Monteiro, estes elementos profanos não estão separados dos elementos sagrados. Estado para Udelino não é apenas governo dos homens mas representa uma União em nome de Deus (Jeovah).

Este homem incomodou profundamente as elites agrárias e o próprio Estado. Por isso, foi varrido do mapa, como muitos outros líderes camponês por este país afora ao longo de nossa história. A informação de que ele foi assassinado na ocasião pelas forças de repressão (a captura), naquele período é também de Adilson Vilaça, em palestra na UFES, em junho de 2015. Udelino foi cercado, morto, colocado num saco de lona, triturado dentro dele as pancadas, queimado e suas cinzas espalhas pelas matas de Cotaxé.

Alguns ainda acham que ele ainda está vivo, que retornou para Bahia, sua terra natal ou encontra-se no Estado do Rio de Janeiro, ou ainda no Paraná. Para a produção do mito não há necessidade do líder estar vivo. Alguns líderes carismáticos viram mito em vida. Porém, a morte é a porta de entrada para a galeria dos mitos. Uma vez morto, torna-se forte candidato a ser um mito social. Esse pode ter sido o destino de Udelino.

Não é de se estranhar que a história de Udelino é pouco conhecida não apenas nos meios acadêmicos como para o público em geral. A memória nacional não está acostumada a enaltecer os trabalhadores e os pobres desta terra. A história de Udelino só começou a ter visibilidade de uns tempos para cá não devido a produção acadêmica, mas graças ao esforço de um escritor, Adilson Vilaça, que se

autodenomina um *contador de histórias*, embora seus escritos também envolvem fundamentação histórica. Como observa Pollak (1989), estes grupos marginalizados, excluídos, minorias, os esquecidos pela História são redescobertos pela história oral, recurso que Vilaça usa amplamente. No momento em que estamos redigindo estas considerações está ocorrendo o lançamento internacional de seu livro “Cotaxé”. Vilaça, de forma contundente, informa nesta nova edição de seu livro, quem, historicamente foi Udelino e convida para o seu resgate crítico:

De Udelino, nunca se soube o exato paradeiro, mais valendo a corrente versão de sua emboscada por forças policiais com anônimo enterro na mata. Muitos camponeses foram assassinados em razão direta da luta pela terra, desencadeada nos dois movimentos. Tantos outros se mudaram para a região norte do País. E a terra seria cartorialmente sequestrada, escrituralmente entregue às mãos de madeireiros e de grandes proprietários, que introduziram “o pé de boi” e alastraram uma paisagem erma, na qual o silêncio das pastarias ruma um ar de devastação. Uma paz de cemitério, que somente o curso da História e a ação da reflexão comprometida prometem romper. (VILAÇA, 2015, p. 16)

A partir da história pontual, dos pequenos detalhes, mas sempre a partir das fontes é possível fazer a narrativa da vida de Udelino e rebatê-la para o contexto histórico, e vice-versa: sua história pode iluminar o processo de luta pela terra na frente pioneira, iluminar este período da história capixaba. Só a partir das fontes históricas. Somente as fontes históricas vão nos permitir dizer se o movimento que Udelino liderou tem que tipo de conotação messiânica ou outra orientação político religiosa.

Como já nos referimos amplamente, exemplo desta abordagem histórica é o trabalho de Adilson Vilaça, *Cotaxé, a reinvenção de Canudos* (2007). Referência obrigatória para quem quer estudar o “caso Udelino”, nesta obra, inicialmente uma monografia, Vilaça narra a saga de Udelino fazendo um contraponto com Antonio Conselheiro alicerçando, porém, suas considerações num cuidadoso trabalho de pesquisa das fontes históricas dentre elas inclusive a tomada de depoimentos orais. São trabalhos desta natureza que nos permite avançar e socializar um conhecimento comprometido em resgatar a história do oprimido, e não como certa elite capixaba o tem visto: como uma figura “folclórica”. É que as camadas populares também têm seus heróis míticos. Udelino é um deles. E isto a elite não pode suportar. É esperançoso observar que uma nova geração de pesquisadores nas

áreas da História, Geografia e Ciências Sociais tem se interessado em estudar os conflitos agrários e a história de Udelino, a partir de novas abordagens¹⁴⁸.

Isto posto, gostaríamos de finalizar este capítulo com algumas considerações que servem mais como pistas de investigação: O aparecimento de Udelino, nesta área de fronteira, com sua proposta político-religiosa a qual não se enquadra nos padrões da nossa racionalidade burguesa é o sintoma de que esta sociedade entrou, desde Antonio Conselheiro, seguramente até antes, mas tomamos os dois líderes como parâmetros, numa profunda crise de identidade. O sintoma é social e histórico. Não é mera coincidência que muito próximo a esta região, em Teófilo Otoni, ocorreu, na mesma época de Udelino, em 1955, outro fenômeno de natureza místico religiosa. Ficou conhecido como a “aparição do demônio do Catulé”.¹⁴⁹ No município de Malacacheta, um grupo de meeiros convertidos a seita Adventista da Promessa, apanhados pela crise de serem mandados embora, expropriados de suas terras, passam a interpretar estes tempos difíceis como os finais dos tempos. Buscando salvação, começam a matar animais e na sequência quatro crianças são sacrificadas, pois segundo seus seguidores estavam possuídas pelo demônio. Um dos meeiros dissidente escapou e avisou a polícia. Esta foi implacável: matou todos da seita¹⁵⁰.

“O Estado União de Jeovah” de Udelino e “Aparição do Demônio do Catulé” são dois exemplos históricos ocorridos em regiões muito próximas, que indicam como as camadas populares, em momentos de crise aguda, mobilizam formas de explicação da realidade e a partir delas partem para ação prática. São esquemas explicativos que não se pautam pelos padrões da racionalidade da sociedade de mercado. O campesinato brasileiro, no seu amplo espectro, pequenos agricultores, meeiros, posseiros e assalariados rurais vão buscar na cultura popular, particularmente no catolicismo rústico a compreensão das causas que levaram ao *desencantamento do seu mundo* e é também na religiosidade que vão buscar armas para encantá-lo novamente. (MONTEIRO, 1974). Os camponeses não só tem esquemas explicativos

¹⁴⁸ Podemos citar dentre esta nova geração os professores Victor Augusto Lage Pena (2015) e Demian Ferreira da Cunha (2015), ambos apresentados trabalhos significativos no I Colóquio Internacional de Mobilidade Humana e Circularidade de Idéias, realizados pelo LEMM, Laboratório de Estudo do Movimento Migratório, da UFES. Ver referência completa das suas comunicações, no final deste trabalho.

¹⁴⁹ Este fenômeno foi analisado por Castaldi e Queiróz (1957) e Martins (2014).

¹⁵⁰ A história foi transformada na clássica peça de Jorge Andrade denominada *Veredas da Salvação*.

diferentes dos nossos, como também vivenciam um tempo histórico diferente do “nosso”. A terra dá o ritmo das suas vidas. Há um tempo para plantar, um tempo para colher e um tempo para comer. O tempo é cíclico. Ele é real, calcado na natureza. Nós, da pós-modernidade, produtores e reféns das tecnologias vivemos um tempo que não tem começo, meio e fim. As coisas se dão simultaneamente. O tempo é linear, virtual, não tem historicidade.¹⁵¹

É tarefa da História, da Sociologia, da Antropologia, da Ciência Política, da Geografia, enfim das Ciências Sociais em geral o reconhecimento da especificidade deste mundo agrário, e do camponês que ali vive com seus Udelinos, Antônio, João Marias, Galdinos para que, entendendo-os na alteridade, possamos acolhê-los na igualdade.

Quando iniciamos nossas pesquisas em 2011, muitos torciam o nariz e sutilmente deixavam a entender que o estudo era irrelevante tendo em vista que seriam fatos passados, esquecidos no tempo. A crise hídrica que o Brasil sofreu em 2014 e continua a sofrer (e daqui para frente poderá pior), é a herança que estamos recebendo, no campo e na cidade. Visitamos em 2015 as fazendas Rezende e Menezes onde o posseiro resistiu em sair. Foram todas transformadas em imensas pastagens. Em consequência as nascentes estão praticamente mortas. Os rios que delas dependem estão sofrendo um catastrófico processo de assoreamento. Especialistas dizem que ainda há tempo para recuperar. Como se vê, a luta de resistência dos posseiros chegou, por essa via, até nós.

Não é apenas a pecuária que produz um tremendo desequilíbrio no meio ambiente, mas também um outro tipo de atividade tão ruim ou pior do que ela no que se refere a este ataque ao meio ambiente: as indústrias de extração de rochas ornamentais predominando o granito. Encontramos inúmeras “pedreiras” espalhadas nos vários distritos de Ecoporanga, especialmente na região mais a noroeste, sangrando suas montanhas. Muitos que dependem desta atividade para sobreviver ficam furiosos diante das nossas argumentações. Porém, esta é a lógica contraditória do sistema capitalista: para que possamos sobreviver, para que tenhamos vida precisamos destruir outras, destruir a natureza. Uma sociedade deste tipo não pode sobreviver por muito tempo. Ela se autodestrói. Imaginamos se teria sido diferente caso o

¹⁵¹ Sobre estes conceitos de historicidade, virtualidade e simultaneidade ver Frei Betto (2000).

projeto social e de vida dos camponeses posseiros do Cotaxé tivesse vencido. Talvez não teríamos esta degradação que vemos hoje (vide figura 22).



Figura 22 – Pedreira abandonada na região de Ribeirãozinho.

O poeta e escritor, legítimo filho da terra, Gilson Soares, escreveu uma espécie de crônica-poesia, com o pseudônimo de José Valeriano Filho, que retrata, de forma profunda, os resultados históricos que tem sido a ocupação de Noroeste do Espírito Santo, particularmente de Ecoporanga. A crônica-poesia procura mostrar o quanto a indústria madeireira e as ‘pedreiras” degradaram o meio ambiente e por essa via o próprio homem.

Na Idade da Pedra Cortada

José Valeriano, filho

Por certo, você, juvenil leitor, que nasceu agora, neste ciclo histórico que vou denominar aqui de A Idade da Pedra Cortada não tem conhecimento do que era este Estado do Espírito Santo nos tempos que antecederam a Era da Madeira Serrada. Aliás, você, recente leitor, não tem nem ideia do que foi essa Era da Madeira Serrada. - Ora, velho Valeriano, você inventa essas Eras e essas Idades que, ao que me consta, não estão registradas em nenhum compêndio da história do nosso estado, pra chegar aonde? Eu sei, apressado leitor, que é essa a sua renitente admoestação. Mas, peço-lhe, tenha calma, pois tudo, você verá, tem o seu tempo. O meu tempo, por exemplo, começa nos primeiros anos da Era da Madeira Serrada. Foi assim: um pouco antes de eu vir à luz, José Valeriano, pai, o meu pai,

jovem, comerciante de tecidos, calçados e quejandos, deslocou-se de Afonso Cláudio até o extremo noroeste do estado, para instalar a sua loja no Patrimônio do Quinze que viria a ser logo depois, em 1955, a cidade de Ecoporanga. Eu e a cidade recebemos juntos as nossas certidões de nascimento. Dessa viagem de José Valeriano, pai, o meu pai, na exata metade do distante século XX, pelas vilas, pelas vias e pelos vales do Espírito Santo, eu lhe prometo, pertinaz leitor, mais alguns alfarrábios.- Sim, oblongo Valeriano, esperemos então esses alfarrábios, mas neste momento do quê mesmo você quer tratar? Neste momento, loquaz leitor, eu quero lhe falar do que eu vi e você não viu na Era da Madeira Serrada e do que hoje vemos juntos neste período histórico que eu tomei para título desta peça, pretensamente, literária. Veja só: quando eu cheguei aqui, na metade da quinta década do longínquo século XX, além da cegonha que aterrissou, festiva, para me deixar no centro do anfiteatro de pedras negras e imponentes montado com irretocável simetria e ajardinado com a infinita – mas não eterna, hoje eu sei- diversidade da Mata Atlântica, além, então, daquela lendária cegonha encarregada, coitada, daquele pacotinho minguado e chorão, e além, também, do belo nhambu–poranga -, que ofereceria seu nome para compor o nome da cidade, circulava por ali, dentro e no entorno daquele anfiteatro, uma fauna vibrante, atroante e colorida que se esfumou – tem outra palavra?- com a mesma urgência imposta à degradação total e irreversível da flora. Eu vi, incrédulo leitor, com estes mesmos olhos que essa terra devastada há de engolir, toda aquela Mata Atlântica, ser transformada em imensas toras de madeira e ser levada em longas e barulhentas carretas que cortavam as artérias enlameadas da minha recém-nascida cidade. O que eu não sabia, então, atual leitor, o que eu não via é que agarrados àqueles troncos, àquelas árvores decapitadas, àquela Mata trucidada, dependurados naquelas carretas intermináveis, estavam indo embora macucos, quatis, onças, jaguatiricas, nhambus, cobras e lagartos; estavam sendo levados riachos, cachoeiras, fontes e regatos. Em coisa de duas décadas aquela Mata se esfumou – é a palavra?- e findou-se, assim, a Era da Madeira Serrada. Agora estamos vivendo, moderno leitor, a Idade da Pedra Cortada. As mesmas intermináveis carretas, voltaram com seu rugido intermitente, carregando, hoje, enormes cubos de granito que vão embora. Agarrados a eles – você pode ver?- vão os resquícios, desesperados, da fauna e da flora do velho *Spiritu Sancto* e pedaços irredimíveis de uma paisagem enternecedora que não existirá mais. Nunca mais. (SOARES, 2015).

Hoje, acompanhando o raciocínio do poeta Gilson Soares, estamos presenciando a “Idade de ouro” do agronegócio, tanto na produção da celulose, pedras ornamentais ou insumos para a lavoura, entre pesticidas e agrotóxicos verdadeiras minas de ouro da lógica capitalista de acumulação. Mas esta idade já havia sido inaugurada há muito tempo como assinalam os estudos de Bertha K. Becker, a “cientista da Amazônia”. Baseando-se nos esquemas explicativos de John Friedman sobre o desenvolvimento polarizado da economia (centro e periferia), Bertha K. Becker (1970) aplica esta teoria para o caso brasileiro, mais particularmente para o Espírito Santo. Bertha Becker sustenta a tese de que o Norte, objeto específico da sua investigação (e por extensão podemos incluir também o Noroeste, pelas descrições de Ecoporanga por nós aqui expostas) se constituiu numa periferia em relação ao

centro (“core”) localizado no eixo São Paulo e Rio de Janeiro. Conforme Bertha K. Becker, o desenvolvimento da “core-region” impõe à sua periferia uma organização que se traduz numa dependência desta em relação ao núcleo do sistema. Assim, São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto núcleo (“core”) se apresentam como supridores de produtos industrializados, tecnologia, mão de obra e capitais a serem investidos na periferia. No polo oposto, o Espírito Santo enquanto região periférica fornece matérias primas, no caso específico que estamos tratando aqui: madeira e granito.

Através destas relações de dependência, o centro não só articula o espaço geográfico e político à sua volta como também estrutura as disparidades regionais. Conforme Becker, a expansão da pecuária no Norte (mas também no Noroeste), pode ser explicada historicamente a partir deste esquema. A crise que a cafeicultura capixaba tradicional passou na década de 1960 obrigou o Estado a buscar uma solução para ela e isso se deu pela rápida integração da economia capixaba, enquanto periferia, ao núcleo dinâmico do país. No Norte, região que Becker considera de “periferia deprimida”, a integração se deu através da pecuária, não sem dificuldades até hoje.

Na mesma época em que Bertha Becker apresentava esta tese, também outra teoria, por caminhos diversos, oferecia uma explicação semelhante, não especificamente para o Espírito Santo enquanto economia periférica, mas para os processos históricos que no Brasil integram numa mesma totalidade, contraditoriamente, setores tradicionais e modernos¹⁵². A mesma lógica que existe na relação entre o núcleo e a periferia que no esquema de Becker, em Martins temos a mesma explicação em termos de “colonialismo interno”. Setores mais dinâmicos da economia capitalista vão subordinado setores mais tradicionais numa espécie de dominação colonialista, porém interna. Com o conceito de expropriação sucessiva, esta teoria procura dar conta de processos em que setores dominantes localizados no centro (no “core” segundo o esquema de Becker) subordina

¹⁵² Trata-se do trabalho de José de Souza Martins, *Capitalismo e Tradicionalismo* (1975), já citado, no qual ele utiliza os conceitos de **expropriação sucessiva**, **economia do excedente**, **exclusão integrativa** e **tradicionalização** para explicar como setores tradicionais no Brasil (não-capitalistas) convivem contraditoriamente com setores modernos (capitalistas).

empresas da economia capixaba, por exemplo e que por sua vez subordina pequenos produtores.

A implantação da pecuária pode ser explicada por estes dois esquemas. Significou intenso desmatamento e expulsão de posseiros da área, carregando a fauna e a flora, como retrata o poeta Gilson Soares. Um processo em que o grande capital que se beneficiava com este negócio nem se encontrava na região e nem mesmo no estado do Espírito Santo, mas no polo dinâmico da economia (no centro) e muitas vezes, nem ali, mas a nível internacional, nos Estados Unidos, Europa ou Japão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o bem da ciência e do conhecimento, as “considerações” finais nunca deveriam ser “finais”, conclusivas. O propósito destas considerações finais é a de apresentar o que foi feito e, o que é mais importante, o que se deixou de se fazer, e apontar pistas para o futuro, para novas pesquisas, seja para nós mesmos ou para a comunidade acadêmica como um todo.

O tema da frente pioneira, do processo histórico que vai abarcando regiões e produzindo profundas contradições sempre nos impressionou muito. Desde a graduação este tema nos interessou. Desde a graduação, na condição de paulistas, nos interessou as frentes pioneiras de São Paulo. O nosso trabalho de dissertação foi por isso, sobre a frente pioneira do Oeste Paulista, e coincidentemente ali também “brotou” um líder carismático e messiânico chamado Aparecido Galdino Jacinto¹⁵³.

No entanto, trata-se de um tema extremamente complexo que envolve o concurso de muitas áreas do conhecimento: a geografia, a história, a sociologia agrária, a antropologia e outras. E quando nos propusemos a estudar os movimentos agrários na frente pioneira do noroeste do Espírito Santo, sem saber ao certo se havia material pesquisável para tanto, foi um risco que corremos. A descrição que fizemos sobre o avanço desta frente ficou muito a desejar, cremos. Houve muita dificuldade na busca de material historiográfico para este assunto. Aqui e ali encontramos material sobre esta expansão, com destaque mais para as transformações econômicas. Assim, uma história do Norte e Noroeste do estado esta por se fazer.

Caberia às gerações dos novos historiadores a realização desta tarefa. É um tema fascinante e desafiador. O problema, como já informamos, é a falta de material. Não raro, a história da cidade ou da região é produzida a partir da exaltação de figuras ilustres que são reverenciadas nos livros comemorativos do município, o que distorce e oculta muitos aspectos relevantes da história da região. É o caso da luta dos posseiros de Cotaxé. Quem se lembra deles? Ou perguntado de outro modo: por que ninguém ou poucos se preocuparam em lembrar deles. Uma explicação que

¹⁵³ Sobre o líder messiânico Aparecido Galdino Jacinto, ver dois trabalhos acadêmicos: Luiz N. Muramatsu – As Revoltas do “Arranca-Capim”, Lucia Helena M. Higashi – “ Crise e Ressurreição” e um artigo de Martins (1984, p. 113-127).. A referência completa destes dois trabalhos estão no final desta tese.

pode ser dada a respeito deste esquecimento, deste descaso seria pelo fato que se trata ainda da historia do tempo presente. E isto implica que a historia de injustiça que ali foi cometida incomoda a elite capixaba. Ela quer esquecer este passado negro. Pode ser. Por outro lado, foi novamente graças ao esforço de Adilson Vilaça, um quase filho de Ecoporanga, pois passou a infância lá, que a luta dos posseiros de Cotaxé ganhou visibilidade nacional com a inclusão deste movimento na segunda edição de 2000, do livro “Sociedade Brasileira: Uma historia através dos movimentos Sociais¹⁵⁴ Resgatar a memória dos camponeses é fazer este trabalho de pesquisa e divulgação que sugerimos para as futuras gerações de historiadores capixabas ou não capixabas, como já havíamos proposto anteriormente.

Tivemos uma grande dificuldade também de coletar dados do próprio conflito nas fazendas Rezende e Menezes, focos principais dos conflitos. Afora a documentação já existente nas CPIs, Vilaça (2007a e 2007b) e o trabalho de Dias (1984), Pontes (2007) e Ramires (2015) quase nada existe escrito em termos de fonte secundária. Assim, foi um achado extremamente valioso os processos civis e criminais existentes nos arquivos do Fórum de Ecoporanga. Material riquíssimo necessitaria de uma equipe interdisciplinar de pesquisadores envolvendo historiadores, antropólogos, sociólogos, arquivistas, pesquisadores da historia do direito no Brasil, e até arqueólogos para levantar este material cartorial. Eles contam a historia da região, fonte primária preciosa que está se perdendo, como relatamos sobre a enchente que em 2013 inundou os arquivos do Fórum de Barra de São Francisco.

Nesses arquivos cartoriais está a historia dos conflitos agrários. Também encontra-se material sobre as andanças e embates travadas por Udelino contra proprietários de terras da região. Há vários processos envolvendo pistolagem e dentre eles do famoso “Paredão” (José Lisboa), enfim, um campo de pesquisa imenso a ser explorado. Mais adiante, nestas considerações finais, será apresentada proposta de pesquisa nesta linha.

A dificuldade que tivemos em resgatar a memória do posseiro se deveu ao fato de que eles mesmos não estavam mais em Cotaxé. Ameaçados, migraram para outros estados. Soubemos que muitos foram para Rondônia, Mato Grosso e Paraná. Alguns se estabeleceram na Grande Vitória. A tomada de depoimento deles seria

¹⁵⁴ Vide dados completos do livro, nas referências no final deste trabalho.

muito importante. Porém, um trabalho acadêmico desta natureza demanda muito esforço, tempo e disposição física e recursos financeiros. Porém utilizamos amplamente o recurso de história oral dos que ficaram em Ecoporanga. Realizamos mais de uma centena de entrevistas, com posseiros, filhos de posseiros, agricultores, comerciantes, juízes, policiais, advogados, professores, alunos, prefeito, vereador, secretários municipais, deputado, escritores, poeta, agente de pastoral, padre, dona de casa, velhos, velhas, agrimensores, tropeiros, técnicos agrícolas, e levando em conta aqueles quatro fatores acima, nem mesmo 10% da fala dos entrevistados foi utilizada. Incorporamos apenas aqueles depoimentos que estavam diretamente relacionados aos conflitos. Muitos outros foram extremamente úteis para mostrar caminhos na pesquisa.

Estes depoimentos aparecem no corpo do presente trabalho. Nunca fizemos as entrevistas a partir de um questionário fechado. Mesmo numa Escola de Ecoporanga onde pedimos para que os alunos escrevessem sobre o que eles sabiam sobre os conflitos no Cotaxé, foi também aí, um tema determinado, mas que falassem a vontade.

Dos estudos realizados por nós, quais, no final das contas, as conclusões que podemos tirar? Cremos que a principal foi a de mostrar historicamente o processo de extrema violência que há 50 anos atrás sofreu um grupo de camponeses, chamados de posseiros, uns no legítimo direito à terra, outros em “terras alheias”, mas mesmo nesta condição o Estado, mediante a força policial usou de força excessiva para solucionar um problema que foi gerado pela própria história brasileira ao longo dos anos.

No momento em que escrevemos estas considerações finais corre a notícia do rompimento da barragem da Usina de Mariana em Minas Gerais. Um mar de lama está descendo o Rio Doce rumo a Baixo Guandu, Colatina e vai chegar até Regência. O estrago ecológico contaminando a quarta maior bacia hidrográfica do Brasil é imensa. Muitas espécies da fauna e flora da região estarão completamente comprometida, na sua reprodução, por 100 anos, dizem os especialistas. Este acontecimento tem muita conexão com o nosso estudo. Desde a expansão da frente pioneira e até antes o capital na sua caminhada por lucro, tem exterminado populações indígenas inteiras, grupos quilombolas, posseiros, pequenos

agricultores. Esta é sua lógica. O nosso trabalho historia apenas um momento deste processo.

Coincidentemente, Aparecido Galdino Jacinto, o Aparecido, considerado o “Profeta das Águas”, foi, na década de 1970, em plena ditadura, considerado louco, esquizofrênico-paranoide, pois pregava contra a construção da Barragem de Ilha Solteira. Dizia: “Os rios, são as veias da terra. O homem não pode desviar ou impedir o caminho das águas.” Foi contra esta barragem, pois a sua construção afetava o modo de vida das populações ribeirinhas, inundando as terras férteis onde moravam. Foi preso, torturado, e durante sete anos ficou trancafiado no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha. Solto em 1979, pela lei da anistia, recebeu recentemente indenização do Estado como se fosse uma esmola.

Nessas considerações finais, gostaríamos ainda de deixar registradas algumas teses que tivemos a oportunidade de desenvolver. A palavra “tese” aqui está no sentido de sugestões para futuras pesquisas que podem ser desenvolvidas no âmbito da história regional.

1. Quando visitamos os vários palcos históricos dos conflitos entre posseiros e latifundiários, nos períodos de recesso escolar (janeiro e julho) nos anos de 2014 e 2015, pudemos notar (como já foi observado no decorrer deste trabalho), o quando o avanço da grande propriedade degradou o meio ambiente. O processo de degradação que se inicia com a derrubada da Mata Atlântica desde 1940 tem seu corolário na expansão da pecuária.

Hoje, não só na Fazenda Rezende, mas em toda região de Ecoporanga (antiga Fazenda dos Menezes, no Córrego do Limão, em Itapeba, em Santa Rita) o que se vê é a imensidão do pasto ou marcas profundas deixadas na montanha pela extração de granito (suspensa temporariamente). Os mais antigos dizem que não só a região de Ecoporanga, como a vizinha mineira, Ataléia, já usufruíram de um clima bem mais ameno, fresco e agradável. Hoje o que se sente é um clima quente, ensolarado, seco. Culpam o desmatamento. Foi a classe camponesa, isto é, o posseiro que lutou contra este processo. Mas perdeu. Teve que se retirar de Ecoporanga. Portanto, um trabalho significativo consiste em historiar este processo de degradação, mesmo porque é possível revertê-lo. Mas para isso é preciso conhecer como ele se deu. Depois da expulsão do posseiro, nestas paragens o

gado se transformou na “coisa” mais importante que as “pessoas”. No entanto, o camponês ainda resiste. Em 2015, visitamos o acampamento Derli Casali e Maria Izabel e tivemos a oportunidade de observar esse processo reificador: enquanto os camponeses sem terra acampam na beira da estrada esperando a decisão judicial de desapropriação de uma área do latifúndio improdutivo no qual o dono deve ao Erário Público, o gado pasta tranquilamente dentro da propriedade. (vide figura 23).



Figura 23 – Acampamento Derli Casali e Maria Isabel. O gado pode estar na terra. O homem não. Ao fundo, o acampamento. No primeiro plano, depois da cerca, o gado do fazendeiro.¹⁵⁵

Mas eles resistem na luta. Com isso, o que estamos querendo informar é que um estudo que se propõe a investigar a questão política no campo passa necessariamente pela reconstrução histórica da luta dos camponeses. Há um fio de continuidade e ruptura entre a luta dos posseiros no passado e os trabalhadores sem terra de hoje.

2. Uma segunda linha de pesquisa que pode ser sugerida é a investigação histórica nos arquivos cartoriais e nas delegacias de polícia, como já foi mencionado, de temas tais como: violência rural e urbana. Vários autores, tais como Vilaça (2007a e

¹⁵⁵ Um dos primeiros acampamentos do MST em Ecoporanga. Situado entre os povoados de Ribeirãozinho e Santa Rita. Conforme moradores do acampamento esperam a desapropriação da fazenda pertencente a um empresário do ramo de ensino em Vitória.

2007b), Pontes (2007), Anjos (2008) e Medeiros (2001) tem observado que a região do Contestado produziu uma quantidade significativa de jagunços, capangas de fazendeiros, matadores de aluguel, enfim uma camada social cuja função era fazer a justiça à base da violência. Podemos arriscar que ali se gestou uma cultura da pistolagem, reflexo de uma sociedade comandada pelos coronéis. Um estudo desta natureza iria mostrar historicamente, a partir desta dimensão da pistolagem a violência de classe.

Mas é preciso ir às fontes: tanto orais como documentais. Como ainda esta prática se enquadra na história do presente, é bem provável que se possa garimpar ainda na memória da população da “região do Contestado” histórias envolvendo esta temática. Outra fonte é aquela que já referimos no início deste item: os processos sejam civis ou criminais existentes nos cartórios contam a história destes crimes e por este ângulo a história da cidade e da região, seguindo um pouco a linha inaugurada por Boris Fausto (2001) em *Crime e Cotidiano*.

3. Uma terceira linha de pesquisa diz respeito ao que podemos denominar de “lideranças mediadoras”. Ou seja, no caso do movimento camponês envolvendo os posseiros em Ecoporanga, particularmente em Cotaxé, qual foi o papel histórico daqueles que também estiveram ao lado deles? Isto é, como se deu a atuação, naquele período (nas décadas de 1950 e 1960) dos partidos de esquerda, particularmente do PCB e do PCdoB? Pelos trabalhos de Dias (1984) e mais recentemente de Ramires (2015) este último também um militante, tem-se preciosas informações sobre a participação política destes partidos em Cotaxé. Mas é apenas um começo de uma história que merece um estudo mais aprofundado. Algumas questões permanecem como dúvidas.

Uma delas, por exemplo, é saber se de fato havia um projeto do camponês para a transformação (como havia em Udelino) que não era uma imposição desta “liderança mediadora”. Em que medida o camponês estava embarcando num projeto que não era seu, mas dos outros como já colocou Martins (2003, p. 225). Como vimos, o camponês sempre suportou em silêncio vários tipos de opressão e em variados graus: preconceito, intimidações e ameaças, expropriação e assassinatos. Quando buscou se defender ou foi ignorado ou foi objeto de nova repressão. Por isso, como se viu, recorreu aos instrumentos que dispunha para se defender: a sua cultura calcada na religiosidade. Esta como observou Pereira de Queiróz e Monteiro

são ferramentas poderosas que possibilitem por ordem novamente no caos. Por outro lado, deve ter existido a mediação da igreja, particularmente católica, tendo em vista que em cada povoado, em cada vila existia uma paróquia, cuja ascendência sobre os fiéis não pode ser desprezada¹⁵⁶.

O que aconteceu com Udelino Alves de Matos foi pior. Foi assassinado porque se insurgiu contra o latifúndio. De tempos em tempos brota uma figura excepcional tal como um João Maria, um Antonio Conselheiro, um Galdino, um Udelino, como se fosse uma estrela riscando o céu do Brasil, anunciando a esperança de um novo tempo.

¹⁵⁶ A evidência de uma participação ativa da Igreja católica nas comunidades encontra-se na preocupação de registrar a atividade de todas as paróquias no município. Cf. *História de Ecoporanga, da Paróquia e de nossas Comunidades* [anônimo].

REFERÊNCIAS

DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA IMPRESSA

BECKER, Bertha K. **O Norte do Espírito Santo: Região periférica em transformação.** Tese (doutorado). Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1970

BERNARDO NETO, Jaime, **Gênese da estrutura agrária do Espírito Santo: estudo comparativo entre os domínios da pecuária no Extremo Norte e as áreas de pequenas propriedades no Centro-Sul.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. CCHN. UFES. 2012.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **Utopias e contrautopia: movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950-1964).** Dissertação (Mestrado). UFMG. Belo Horizonte. 1988.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Retrato da Repressão Política no Campo: Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos.** Ana Carneiro e Marta Cioccarri (orgs.). Brasília: MDA. 2010. Disponível em: SDH: www.presidencia.gov.br/sedh MDA: www.mda.gov.br e também disponível em: http://dh.sdh.gov.br/download/dmv/retrato_da_repressao.pdf. Acesso em 10/10/2013.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Vala clandestina de Perus.** Desaparecidos Políticos um capítulo não encerrado da História Brasileira/ [edição de texto: Instituto Macuco]. São Paulo: Ed. do Autor, 2012. - (Desaparecidos Políticos um capítulo não encerrado da História Brasileira; v. 1).

BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Conselho Nacional de Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento. **A região da Serra dos Aimorés e o recenseamento de 1940.** AROUCHA, Marcelo. Documentos Censitários. Serie B. nº 5. Rio de Janeiro: IBGE, 1953. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv84292.pdf> . Acesso em: 17/02/2014.

BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Conselho Nacional de Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento. **A região da Serra dos Aimorés e o recenseamento de 1950.** LOBO, José Guimarães. Documentos Censitários. Serie B. nº 6. Rio de Janeiro: IBGE, 1953. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv84294.pdf>. Acesso em: 17/02/2014.

CHAÍÁ, Vera Lúcia Michalay. **Os conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul – SP (1959-1969).** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo. São Paulo. 1980.

CORREA, Marcio Xavier – **Memória sobre a economia extrativa da poaia: Leste de Minas Gerais (primeira metade do século XIX),** 2012. 162 f. Dissertação

(Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, 2012. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2012/04/M%C3%A1rcio-Xavier-Correa.pdf>> Acesso em 20/06/2014.

CUNHA, Demian Ferreira. **Geografia da Questão Agrária em Ecoporanga: o caso dos acampamentos Derli Casali e Maria Izabel** In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE MOBILIDADE HUMANA E CIRCULARIDADE DE IDEIAS. 1. De 6 a 8 de junho 2015. Vitória. CCHN-PPGHIS, Realização: LEMM – Laboratório de estudos do movimento migratório. Universidade Federal do Espírito Santo.

ECKET, Córdula. **O Movimento dos Agricultores Sem-Terra no Rio Grande do Sul (1960-1964)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 1984.

ESPIRITO SANTO (Estado) Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. **Comissão Parlamentar de Inquérito**. CPI de 1953-a 2 vols. e 1953-b 16 vols. Vitória. 1953.

_____. **Comissão Parlamentar de Inquérito**. CPI de 1961. 2 vols. Vitória. 1961.

ESPIRITO SANTO (Estado), Poder Judiciário. Fórum de Ecoporanga. .Cartório do 2º Ofício. Ação de Reintegração de Posse. Lamartine Loureiro contra João Ruas e outros. Livro Tombo 642, Fls 113. Caixa 10. 1962.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria do Estado da Cultura. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APESS). Governador. **Ofício Expedido**. Caixa 541e 542. 1953.

ESPIRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado do Planejamento. Departamento de Análise e Consolidação de Programas. *Migrações internas no Espírito Santo*. Vitória, 1979. 111 p.

ESPIRITO SANTO (Estado) Secretaria de Estado do Planejamento. *Espírito Santo: Informações Bibliográficas*. Série Documentos Capixabas 4. Fundação Jones dos Santos Neves. 1979.

GARCIA, Elio Ramires, **Do Estado União de Jeovah à União dos Posseiros de Cotaxé**: transição de movimento sociorreligioso a movimento político e organizado – singularidades : transição e longevidade. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. CCHN. Universidade Federal do Espírito Santo. 2015.

HIGASHI, Lucia Helena M. **Crise e Ressurreição**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo. 1995.

LEITE, Paulino. **O massacre de Cotaxe**. Vitória: Edit, 2001.

_____. **Ecoporanga e suas raízes**. Vitória: Edit, 2004.

_____. **A História do Estrela do Norte na Fazenda Antonio Rezende**. Ecoporanga: Editora Gráfica-escola Araça, 2007.

MURAMATSU, Luiz N. **As revoltas do Capim: movimentos sociais-agrários no Oeste Paulista (1959-1970)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo. São Paulo. 1984.

PENA, Victor Augusto Lage. **As representações do movimento União de Jeovah**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE MOBILIDADE HUMANA E CIRCULARIDADE DE IDEIAS. 1. De 6 a 8 de junho de 2015, CCHN-PPGHIS. Vitória. Realização: LEMM – Laboratório de estudos do movimento migratório. Universidade Federal do Espírito Santo.

PONTES, Wallace Tarcísio, **Conflito agrário e esvaziamento populacional: a disputa do Contestado pelo Espírito Santo e Minas Gerais (1930-1970)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. CCHN. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2007.

SILVA, Sandro José. **Do fundo daqui: luta política e identidade quilombola no Espírito Santo**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Antropologia, 2012.

SOUZA, Hildo M. F. **A modernização violenta: principais transformações na Agropecuária Capixaba**. Universidade Federal do Espírito Santo. Dissertação (Mestrado) 1990.

OBRAS DE APOIO

ABAURRE, Maria Beatriz Figueiredo. **A metacficção histórica no romance “Cotaxé” de Adilson Vilaça**. Vitória: IHGES, 2000. (Coleção Cadernos de História, nº 33).

ALAVI, Hamza. *“Revolução no campo”*, In: Deutscher, Isaac (org.). **Problemas e perspectivas do socialismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. Também em francês: *Paysans et Révolutions*, In: **Les Temps Moderns**. Paris, Ano 28. nº 306. jan. 1962.

AMERICANO, Jorge. **São Paulo daquele tempo**. São Paulo: Saraiva. 1957.

AMIN, Samir. **Le développement inégal**. Paris: Minuit, 1973.

_____. **L’impérialisme et le développement inégal**. Paris: Minuit, 1976.

AQUINO (de), Rubim Santos Leão et. al.. **Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais**. Rio: Record, 2000. Esp. Cap. 7 – *A Modernização não chegou ao campo*. Item 7.7. *A luta dos posseiros no Espírito Santo*. p. 598-601.

ARCHETTI, Eduardo P. *Uma vision general de los estúdios sobre El campesinado*. In: Newby Howrad (Ed.). **International Research Rural Studies: Progress and Prospect**. Sussex: John Wiley, 1976. p. 1-25.

BACELLAR, Carlos. *Uso e mau uso dos arquivos*, In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARROS, José D'assunção. **O projeto de pesquisa em história**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BASTOS, Elide Rugai. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BORGO, Ivan, ROSA, Léa Brígida Rocha Alvarenga e PACHECO, Renato. **Norte do Espírito Santo: ciclo madeireiro e povoamento**. Vitória: Edufes, 1996.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiróz, 1979.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BURKE, Peter. **Variiedades de historia cultural**. 2ª edição Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do rio bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. **A revolta camponesa de Formoso e Trombas**. Goiânia: Editora da UFG, 1988.

CASTALDI, Carlo. *Aparição do Demônio do Catulé*, In: QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de, et. al. **Estudos de Sociologia e História**. São Paulo: Anhembi, 1957.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**, São Paulo: Cortez, 1997.

CORREIA DE ANDRADE, Manuel. **Latifúndio e reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

DEFFONTAINES, Pierre. *Ensaio de Divisões Regionais e Estudos de uma Civilização Pioneira*. In: **Boletim Geográfico**. nº 19. São Paulo, 1944.

DEMONER, Sônia Maria. **Historia da Polícia Militar do Espírito Santo: 1835 – 1985**. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial, 1985.

DIAS, Luzimar Nogueira. **O massacre de Ecoporanga: lutas camponesas no Espírito Santo**. Vitória: Editora Companhia dos Jornalistas do Espírito Santo, 1984.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DURKHEIM, Emile. **De La division del trabajo social**. Buenos Aires: Editorial Shapire, 1967.

_____. **As regras do método sociológico**, 6ª Ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1971.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**, São Paulo: Unesp: Boitempo, 1997.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2000.

EMMANUEL, Arghiri. **A troca desigual**. Lisboa: Estampa, 1973

FANON, Franz. **Les damnés de la terre**. Paris: Maspéro, 1963

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2012.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (180-1924). 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. **O crime do restaurante chinês**: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

FREI BETTO. *Crise da modernidade e espiritualidade*. In: ROITMAN, Ari (Ed.). **Desafio ético**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. p. 31-46.

FOWERAKER, Joe. **A luta pela terra**: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GIDDENS, Anthony. **Social theory and modern Sociology**. Stanford-California: Stanford University Press, 1987.

_____. **Modernity and self-identity**: Self and society in the Late modern age. Stanford-California: Stanford University Press, 1991.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar. 1980.

GOMES DE SOUZA, André Luiz. *História do Estado União de Jeová*. In: **Revista de História**. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Estudos Gerais. Departamento de História. nº 7. Vitória: EDUFES, 1998.

GOMES, Iria Zanoni. **1957: a revolta dos posseiros: organização e resistência no sudoeste do Paraná**. São Paulo. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, 1986.

_____. **Terra & subjetividade: a recriação da vida no limite do caos**. Curitiba: Criar Edições, 2001.

- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.
- GRINBERG, Karla. *A história nos porões dos arquivos judiciais*. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tânia Maria (de) (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.
- GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **As classes perigosas**: banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- GUIMARÃES, Ewerton Monteiro. **A chancela do Crime**: a verdadeira história do esquadrão da morte. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural Edições Ltda, 1978.
- GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. **Formas de organização camponesa em Goiás (1954-1964)**. Goiânia: CEGRAF-UFG, 1988.
- HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective**. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.
- HALL, Stuart, *Pensando a Diáspora: Reflexões sobre a terra no exterior*. In: **Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003. p. 25-50.
- HIRANO, Sedi. **Capitalismo e pré-capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- HOBSBAWM. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense, 1975.
- _____. **Rebeldes Primitivos**: Estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais do século XIX e XX. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. *Los Campesinos y la política*, In: **Cuadernos Anagrama**, Barcelona: Ed. Anagrama, 1976.
- HOBSBAWM, Eric J. e RUDÉ, George. **Capitão Swing**: A expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- HOBSBAWM, Eric J. e RANGER, Terence, O. **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.
- IANNI, Octávio. **Sociologia e sociedade no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1975.
- JULIÃO, Francisco. **Que são as ligas camponesas?** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, Coleção Cadernos do Povo Brasileiro, vol. 1, 1962.
- LE GOFF, Jacques. *Memória*. In: **Enciclopédia Einaudi**, vol. 1. LE GOFF, Jacques (org.). Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 1985, p. 11-50.

LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne**. Paris: L'Arche Éditeur, 1968. 2 vols.

LANTERNARI, Vittorio. **As religiões dos oprimidos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

LINDOSO, D. **A utopia Armada: rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real 1832- 1850**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

LOIOLA, Gelson. **A participação da PMES nos conflitos limítrofes entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais na Região do Contestado**. Vitória: IHGES, 2008.

LOVISOLO, Hugo Rodolfo. **Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação**. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 13ª Ed. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento**. São Paulo: Editora Busca Vida, 1987.

_____. *Eric Hobsbawm, sociólogo do milenarismo campestre*. In: **Revista Estudos Avançados**. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados. Vol. 24, nº 69 (2010) – São Paulo: IEA, 2010.

LUKÁCS, Georg. **Historia e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

MAJELLA, Geraldo. **Execuções sumárias e Grupos de extermínio em Alagoas (1975-1998)**. Maceió: Edufal, 2006.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1976.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. *As coisas no lugar*. In: **Sobre o modo capitalista de pensar**. São Paulo: Hucitec. 1978. p. 43-82.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **A militarização da questão agrária no Brasil: terra e poder – o problema da terra na crise política**. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **Não há terra para plantar neste verão:** o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **Expropriação e Violência:** a questão política no campo. 3ª Ed. revis. e ampl. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **O poder do atraso:** ensaio de Sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A Sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **O sujeito oculto:** ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. **O cativo da terra.** 9ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **A política do Brasil lúmpen e místico.** São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2014.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **La ideologia alemana.** Barcelona: Grijalbo, 1972.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política.** In: Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 129, Coleção: Os Pensadores. José Arthur Gianotti (org.).

_____. **O Capital:** Crítica da Economia Política, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1986. Especialmente: Livro 3, Volume VI, cap. 48 – *A Formula Trinitária*, p. 935-954, e cap. 51 – *Relações de Distribuição e Relações de Produção*. p. 1004-1013,

_____. **O Capital:** Crítica da Economia Política. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1987. Livro 1, volume 2, cap. 22 – *A Transformação da mais valia em capital*, p. 674-711 e cap. 24 – *A Chamada Acumulação Primitiva*. p. 828-882.

_____. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MATTOS, Izabel Missagia de. **Civilização e revolta.** Bauru: Edusc, 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Historia oral.** 4ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Loyola, 2002.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **Historia dos movimentos sociais no Campo.** Rio: Fase, 1989.

MELATTI, Julio Cezar. **Índios e castanheiros.** Rio de Janeiro: ICS. UFRJ, 1967.

MONBEIG, Pierre. **Ensaio de geografia humana brasileira**. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MOORE, Barrington (Jr.). **As origens sociais da ditadura e da democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MOREIRA, José R. *Reflexões sobre o campesinato e a economia política*. CPDA/EIAP/EGV, mimeo. 1979.

_____. *A pequena produção e a composição orgânica do capital*. In: **Revista de Economia Política**, Brasiliense. São Paulo. Vol I, nº 3, jul-set. 1981,

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *A ilusão das terras devolutas: colonização particular, exploração madeireira e grilagem*. 1889-1930. **Revista de Historia** (UFES). Vitória, v. 17. p. 223-243, 2005.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, Brasília-DF:UNESCO, 2001.

NAGEL, S. F. **A Black Byzantium. The Kingdom of Nupe in Nigeria**. London: Oxford University Press. 1969.

NIMER, Edmon e BINSZTOR, Jacob. *Castelo e suas relações com o meio Rural – Área de Colonização Italiana*. In: **Revista Brasileira de Geografia**, nº 4, ano 29, out./dez. 1967.

OIKAWA, Marcelo. **Porecatú**: a guerrilha que os comunistas esqueceram. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Francisco. **Economia brasileira**: crítica à razão dualista. 4ª ed. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências/CEBRAP-Petrópolis: Editora Vozes (coedição), 1981.

_____. **Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O índio e o mundo dos brancos**. São Paulo: Pioneira, 1972.

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. **Nas terras do rio sem dono**. Belo Horizonte: Editora Vega, 1980.

PUREZA, José. **Memória camponesa**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira. **Exercícios de Indiciário**. 1ª. Ed. Vitória: PPGHIS/UFES, 2006. v. 6. p. 92

SANTOS NEVES, Luiz Guilherme e PACHECO, Renato. **Ecoporanga: da concepção à vida adulta**: resgate da memória de um povo. Vitória: Brasília Editora, 1992.

SANTOS, Myrian. **O pesadelo da amnésia coletiva**. Um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 23, ano 8. Outubro de 1993. p. 70-84.

SECRETO, Maria Verônica. **O destino ao manifesto**: a historiografia brasileira das fronteiras. In: **Revista Dimensões**, nº 14. CCHN. Ufes. Departamento de História, 2002. p. 291-316.

SHANIN, Teodor. *“A definição de camponês: conceituações e desconceituações”*, In: **Estudos CEBRAP**, nº 26, Petrópolis: Vozes, 1980.

SMELSER, Neil J. **Teoria del comportamiento coletivo**. México DC: FCE, 1962.

SOUZA, André Luiz Gomes de. **História do Estado União de Jeová**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES). 1998.

TALLON, Miguel Depes. **Historia do Espírito Santo**. ensaio sobre sua formação histórica e econômica. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), 1999.

THOMPSON, Paul - **A Voz do Passado**: história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TOURAINÉ, Alain. **La production de la société**. Paris: PUF, 1993, p. 322

VELHO, Octávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**: Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo: Difel, 1976.

_____. **Frente de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VIEIRA, Maria Pilar de Araújo et al. **A pesquisa em história**. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1991.

VILAÇA, Adilson. **Cotaxé: Romance do efêmero Estado de “União de Jeovah”**. 4ª Ed. Vitória: Textus, 2007a. Primeira edição: 1997.

_____. **Cotaxé, a reinvenção de Canudos**. Vitória: IHGES, 2007b.

_____. **Cotaxé: Romance do efêmero Estado de “União de Jeovah”**. 1ª Ed. Lisboa: Chiado Editora, 2015. Primeira edição brasileira: 1997.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: Fundamentos de Sociologia Compreensiva. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999. 2 vols.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. 18ª ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

WEIBEL, Leo. *As Zonas Pioneiras no Brasil*. São Paulo. **Revista de Geografia**. Ano XVII nº 4. 1955.

WEIL, Simone. **A Condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1966.

WOLF, Eric R. *Revoluções sociais no campo*. In: Szmeccsányi, Tamás e Queda, Oriovaldo (orgs.) – **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. 2ª Ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976. p. 94-102.

_____. **Las luchas campesinas del siglo XX**, México-DF: Siglo XXI Ed., 1972.

WORSLEY, Peter. **Elle sonnera: la trompette: le culte du cargo em Mélanésie**. Paris: Payot. 1977.

JORNAIS IMPRESSOS

INVASÃO de propriedade particular ocorrida na Região Norte do Estado resulta em graves acontecimentos. **A Gazeta**. Vitória, 17 de abril 1962. p. 5

CRIMINOSOS da pior espécie fazem parte dos bandos que atacam fazendas: PM atenta. **A Gazeta**. Vitória, 18 de abril de 1962. p. 5.

SITUAÇÃO normalizada em Ecoporanga: invasores fugiram da fazenda Rezende. **A Gazeta**. Vitória, 19 de abril 1962. p. 6.

URUBUS rondam os cadáveres em Ecoporanga. **A Gazeta**, Vitória, 24 de abril 1962. p. 8

SEM QUALQUER violência policial foi restabelecida a ordem em Ecoporanga. **A Gazeta**. Vitória, 25 de abril de 1962. p.10.

UM RAIMUNDO que volta a ser Carlos. **Jornal Amazonas em Tempo**. Manaus, 09 de março de 2008. Secção Política, p. A-5.

A DUPLA IDENTIDADE de um clandestino na democracia. **O Globo**. Rio de Janeiro, 14 de junho de 2007. Secção: O País. p. 10.

MÍDIA ELETRONICA E MULTIMEIOS

Acesso on-line

ANJOS, Eryl Euzébio dos. **A ‘Pistolagem’ Entre Nós: Crimes de Mando na Violência do Espírito Santo**. In: SINAI - Revista Eletrônica. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.04, v.1, Dezembro. 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/sinais/article/viewFile/2881e/2881/2347>>. Acesso em 09/06/2013.

BRASIL. Ministério da Agricultura. INCRA. **Tamanho das propriedades rurais.**

Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>>. Acesso em 10-09-2015

CONDE, Valter. **Desde a guerra do contestado, ainda há 550 hectares que conflitam divisa entre ES e MG.** 12-08-2015. Acesso em 20-09-2015.

Disponível em: <<http://vitorianews.com.br/geral/noticia/2015/08/desde-a-guerra-do-contestado-ainda-ha-550-hectares-que-conflitam-divisa-do-es-com-mg-48330.html>>

ESPIRITO SANTO (ESTADO). Portal do Governo do Estado do Espírito Santo. Secretaria de Estado da Agricultura. IDAF. **Estudo demarca novo limite entre Espírito Santo e Minas Gerais.** 29 de julho de 2015. Acessado em: 3-08-2015. Disponível em: <<http://www.es.gov.br/Noticias/175766/estudo-demarca-novo-limite-entre-espirito-santo-e-minas-gerais.htm>>.

FREITAS, D. **Os Sindicatos da Morte.** Tribuna de Alagoas. *Alagoas, terra da morte* (Suplemento). Maceió. 1982. Disponível em:

<<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR1233.pdf>>. Acesso em 15/12/2014

GOLÇALVES, Vanessa. **Documentário de Geneton Moraes Neto revela o lado humano da derrota da Copa de 50.** Disponível em:

<<http://www.portalimprensa.com.br/noticias/brasil/62062/documentario+de+geneton+moraes+neto+revela+o+lado+humano+da+derrota+na+copa+de+50>> . Acesso em 20/07/2014

MENDONÇA, Renata. **Fantasma de 50 é uruguaio e do Brasil, diz diretor do diretor do filme “Maracanazo”.** Disponível em:

<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/06/140614_maracanazo_documentario_rm> . Acesso em 20/07/2014.

MEDEIROS, Rogério. **Coronel Bimbim escreveu seu nome a bala.** In: Revista Século. Vitória. nº 21, Nov. de 2001, pp. 6-15. Disponível em:

<<http://associoambiental.com.br/exibetexto.php?id=174&&tipo=0>>. Acesso em 09/06/2012

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. **Origem e Fundamentos dos Esquadrões da Morte no Brasil.** 4 a 9 de set. de 2011. Rio de Janeiro/RJ – XXXV Encontro da ANPAD. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR1233.pdf>>. Acesso em 15-12-2014.

NEV-USP – Núcleo de Estudos da Violência. Sílvia Corrêa da Folha On line. **Desemprego alavanca furtos no trânsito.** 04-04-2004. Disponível em: <http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=562&Itemid=62> . Acesso em 20/02/2014.

SILVA, Patrícia Campos, da; NASCIMENTO, Talita Oliveira; SILVA, Cíntia Graciele, da; DALBOSCO, Edinéia Zulian; HIEGA, Kemely Mara Ramalho e SILVA. Celice Alexandre, **Poaia: o “ouro preto” de Mato Grosso.** 2015. In: Revista MT Horticultura, Tangará da Serra - MT, v. 1, n. 1, p. 031-034, Junho 2015. Disponível

em: <<http://www.mthorticultura.com.br/>> e
<http://www.mthorticultura.com.br/images/PDF/Revista_V1_N1/poaia.pdf>. Acesso
em: 12/10/2015

VILAÇA, Adilson. **Lutas camponesas no noroeste capixaba estão sepultadas pelo descaso social**. Disponível em: <www.seculodiario.com.br>. Acesso: 17/04/2011.

_____. **As CPIs do esquecimento**: uma pá de cal sobre a história. 2002. Disponível em: <<http://www.seculodiario.com/seculo/2002/seculo25/index2.htm>>. Acesso em: 17/01/2011

WIKIPÉDIA. **Alagoinhas-Bahia**. Acesso em: 25-02-2015. Disponível em
< <https://pt.wikipedia.org/wiki/Alagoinhas>>

Vídeo e música

O ÊFEMERO Estado União de Jeovah. Direção e Roteiro: Joel Zito Araújo. Pesquisa, consultoria e narração Adilson Vilaça. Produção LCA – Produtores Associados. Tapiri Cinema e Video. Vitoria. 1999. Curta Metragem (duração:1:07:20)

HOLLANDA, Chico Buarque. Morte e Vida de Severina (álbum). Rio de Janeiro: Phillips. 1966. 1 disco sonoro. Faixa 7 – Funeral de um Lavrador. Letra: João Cabral de Melo Neto. Musica: Chico Buarque de Hollanda. Acesso à musica em 12/09/2014. <https://www.letras.mus.br/chico-buarque/discografia/morte-e-vida-severina-1966/>

ANEXOS

ANEXO 1 – Atividades 1940 – Homens

Serra dos Aimorés – Censo demográfico – 1º -IX-19405 – PESSOAS PRESENTES, DE 10 ANOS E MAIS, POR SEXO E GRUPO DE IDADES, SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE

a) Homens

RAMO DE ATIVIDADE	PESSOAS PRESENTES, DE 10 ANOS E MAIS									
	Total	10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80ª e mais	Idade ignorada
Agricultura, pecuária, silvicultura.	17.595	4.520	5.153	3.446	2.388	1.326	530	140	51	41
Indústrias extrativas.	503	79	239	107	53	17	8	-	-	-
Indústrias de transformação.	116	5	39	32	24	8	4	3	-	1
Comércio de mercadorias.	143	14	57	41	17	6	8	-	-	-
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização.		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transportes e comunicações	51	13	20	11	6	1	-	-	-	-
Administração pública, justiça, ensino público.	11	-	3	3	4	-	-	-	1	-
Defesa nacional, segurança pública.	36	1	21	12	2	-	-	-	-	-
Profissões liberais, cultos, ensino particular, administração privada.	18	-	5	2	3	5	1	1	1	-
Serviços, atividades sociais.	71	5	17	24	11	6	7	-	-	1
Atividades domésticas, atividades escolares.	379	326	31	8	5	5	3	1	-	-
Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas.	3.309	3.139	53	16	20	11	13	20	19	18
Total.	22.232	8.102	5.638	3.702	2.533	1.385	574	165	72	61

FONTE: IBGE-AROUCHA, 1953, p. 24.

ANEXO 2 – Atividades -1940 - mulheres

Serra dos Aimorés – Censo demográfico – 1º -IX-1940 – PESSOAS PRESENTES, DE 10 ANOS E MAIS, POR SEXO E GRUPO DE IDADES, SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE

b) Mulheres

RAMO DE ATIVIDADE	PESSOAS PRESENTES, DE 10 ANOS E MAIS									
	Total	10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 e mais	Idade ignorada
Agricultura, pecuária, silvicultura.	1.089	686	173	84	70	47	21	6	1	1
Indústrias extrativas.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias de transformação.	4	1	1	-	-	-	2	-	-	-
Comércio de mercadorias.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transportes e comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração pública, justiça, ensino público.	7	2	5	-	-	-	-	-	-	-
Defesa nacional, segurança pública.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Profissões liberais, cultos, ensino particular, administração privada.	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Serviços, atividades sociais.	28	8	10	7	3	-	-	-	-	-
Atividades domésticas, atividades escolares.	15.830	4.522	5.209	3.101	1.760	791	279	77	40	51
Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas.	3.239	2.953	80	23	16	36	44	37	31	19
Total.	20.198	8.172	5.478	3.215	1.849	875	346	120	72	71

FONTE: IBGE-AROUCHA, 1953, p. 24.

ANEXO 3 – Ramos de atividade – Homens

Serra dos Aimorés – Censo demográfico – 1º-VII-1950 – 7. Pessoas presentes, de 10 anos e mais, por sexo e grupos de idades, segundo os ramos de atividades.

a) Homens

Ramo de atividade	PESSOAS PRESENTES DE 10 ANOS E MAIS											
	Segundo os grupos de idade (em anos)											
	Total	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80 +	Idade (?)
Agricultura, pecuária e silvicultura	39.656	3.517	7.272	6.350	5.402	7.557	5.191	2.698	1.242	260	93	74
Indústrias extrativas	246	3	14	41	50	80	36	16	4	-	1	1
Indústrias de transformação	1.804	57	299	289	258	429	283	150	59	10	3	7
Comércio de mercadorias	1.350	34	219	246	205	363	177	64	31	6	-	5
Finanças*	7	-	1	1	1	1	1	2	-	-	-	-
Prestação de Serviços	697	31	104	109	96	177	104	45	20	8	2	1
Transportes**	531	20	101	99	98	128	60	21	3	-	-	1
Profissões Liberais	67	1	5	11	17	16	11	5	1	-	-	-
Atividades Sociais	90	-	5	10	7	19	17	15	10	4	2	1
Adm. Pública***	113	-	4	17	17	33	27	10	3	1	-	1
Defesa Nacional e Segurança Pública	142	-	1	32	47	31	27	4	-	-	-	-
Atividade Doméstica	5.335	4.689	558	38	13	10	6	8	2	5	4	2
Atividades não compreendidas nos demais ramos, mal definidas ou não declaradas	29	3	3	6	3	6	3	4	-	1	-	-
Condições inativas	3.596	2.803	236	73	46	60	54	52	111	87	61	13
Total	53.663	11.158	8.782	7.322	6.260	8.910	5.997	3.094	1.486	382	166	106

Fonte: IBGE- LOBO, 1953, P. 83. (*) – Comércio de Imóveis e valores mobiliários, crédito, seguro e capitalização. (**) – também: comunicação e armazenagem. (***) – inclui: Justiça, Legislativo. Atividade doméstica inclui também atividade escolar.

ANEXO 4 – 1950 Serra dos Aimorés – Censo demográfico – 1º-VII-1950 – 7. Pessoas presentes, de 10 anos e mais, por sexo e grupos de idades, segundo os ramos de atividades.

b) mulheres

Ramo de atividade	PESSOAS PRESENTES DE 10 ANOS E MAIS											
	Segundo os grupos de idade (em anos)											
	Total	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80 +	Idade (?)
Agricultura, pecuária e silvicultura	826	144	205	97	37	102	118	76	41	4	1	1
Indústrias extrativas	3	1	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
Indústrias de transformação	6	1	1	2	1	-	1	-	-	-	-	-
Comércio de mercadorias	11	1	8	1	1	1	-	-	-	-	-	-
Finanças*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestação de Serviços	478	62	170	91	51	41	26	18	15	2	-	2
Transportes**	4	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-
Profissões Liberais	3	-	-	1	-	-	-	2	-	-	-	-
Atividades Sociais	82	-	18	25	11	24	4	-	-	-	-	-
Adm. Pública***	3	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Defesa Nacional e Segurança Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atividade Doméstica	43.412	8.609	8.985	7.399	5.787	7.850	4.481	2.078	818	204	102	99
Atividades não compreendidas nos demais ramos, mal definidas ou não declaradas	3	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Condições inativas	2.713	1.990	142	51	19	33	31	81	133	108	109	16
Total	50.544	10.809	9.532	7.670	5.907	8.055	4.661	2.255	1.007	318	212	118

Fonte: IBGE- LOBO, 1953, P. 84. (*) – Comércio de Imóveis e valores mobiliários, crédito, seguro e capitalização. (**) – também: comunicação e armazenagem. (***) – inclui: Justiça, Legislativo. Atividade doméstica inclui também atividade escolar.

ANEXO 5. Entrevista com José Antonio Perpetuo Laurindo – Serra – janeiro de 2015.

“Quando nós mudamos para aquela região ali, tudo era mata. Isso foi em 1957. Joassuba hoje era Cachoeira do Ronco e Ecoporanga era 15, Patrimônio do 15. Antigamente. Então a gente morou ali...morei até na idade de 23 anos. Mas a vida não foi moleza não, a vida foi sofrida. Mudemo prá li e então meu pai veio com um senhor chamado Idefonso Raposa e este Idefonso comprou uma terra, então meu pai trabalhava mais ele e ele dizia que ia dividir esta terra com meu pai. Mas quando chegou na hora, ele botou meu pai prá trabalhar e depois de meu pai trabalhar, não dividiu a terra a terra nada! O seu Laurindo meu cumpadre, ôce tá trabalhando mais eu, fica aí trabalhando..mas tinha que dar a meia prá ele, a metade prá ele. Ai derrubamos muita mata. Plantamos café. Mais de dez quadra de café naquela época, né. Hoje, dez quadras de café vai dar mais de 50 mil pés. Hoje, 50 mil pé. Formamo a lavoura do homem a terra do homem, todinha, derrubemo a mata, formamo, e depois nós fiquemo sem nada. Meu pai ficou sem nada. Só com os filhos mesmo. Ele ficou zanzando de familia em familia, de patrão em patrão. Mudava aqui e ali. Idelfonso Raposo é a sede onde você foi lá na Imaculada [irmã], naquela fazenda, antes, na hora que você está chegando na Imaculada, tem aquela porteira que você vai chegando na Imaculada, aquela fazenda ali prá trás era a fazenda do Idelfonso. [Então não tem nada a ver com o Rezende]. Não, a fazenda era do Gustavo. O Idelfonso comprou... ah! rapaz, vai ter que mudar! [a historia que ele está contando]. Idelfonso mais meu pai comprou uma posse dentro da fazenda do Gustavo. Comprou uma posse de 60 mil cruzeiros na época. Ai Idelfoso chamou meu pai e nós viemos tudo junto. Nós moremo 23 anos com esse Idelfonso. No fim de 23 ano , o pai contando que ia ter uma terra, o homem saiu fora. Vendeu a terra dele, prum tal de fazendeiro com nome de Jota e Jota vendeu pro Dr. Delso e nós fiquemo voando. [nossa, então foi sempre na meia]. É, foi sempre na meia, na meia, terça, na meia, terça. Ai meu pai resolveu ir pró Rezende. A coisa ficou feia, pai falou: “Não!..Já que aqui eu não consegui eu vou ver se eu consigo lá. Vou invadir.” Depois de 23 anos, depois de tudo isso fomos pró Rezende.[E como foi essa historia de vocês chegarem no Rezende, o Sr. lembra? Como era, o seu Rezende

chamou...? Como era esse contrato.. vocês eram posseiros..]. No Rezende foi posseiro. Invadiram, cada um foi lá e mediu o seu pedaço. [no Rezende]. No Rezende. Ai, quando o Rezende soube... porque ele morava no Rio, soube que o pessoal tava invadindo a terra dele, trouxe a capitulação... falava capitulação na época, né. Os policiais pôs em cima, queimou casa de todo mundo. [Mas Antonio, como é que é esta história, vocês podiam... essas terras... vocês sabiam que era do Rezende?]. Sabia! Sabia que a fazenda era do Rezende, mas tava abandonada! Como ela tava abandonada lá então o pessoal foi lá e invadiu. [Entendi, não tinha nada...]. Juntou um monte de gente, foram lá e invadiu. Meu pai também enfiou no meio...nóis... [risos de todos.] [Você lembra se era muita gente?]. Era! Vou falar pro cê a verdade... foi pra mais de... 400 famílias. [nossa! só dentro do Rezende? Uia...caramba]. 400 famílias, porque atingiu...ah...como é o nome do córrego...eu não me lembro mais...os nomes dos córregos lá...é porque já passou muito tempo já...foi em 62....nóis foi pra lá em 62. [é aquela córrego da Precata?]. Na Precata! Pegou a Precata...a Roseira, a Precatinha. Né...Tinha a Precata grande, a Precatinha..a Roseira. E o córrego que a nós morava cá...que era o Mageski...do Augustinho Mageski...eu não me lembro...aquele italiano lá...Eu não me lembro o nome do córrego. [E como é que vocês ficaram sabendo que tinha terra boa lá para vocês entrarem...e cultivar]. Não, porque aquilo ali era um trecho...que a gente morava no Pitengo...lá onde você foi na casa da Imaculada...Era por ali...nós morava por ali. E ali pra ir pro Rezende era a pé pequeno. Fazia tudo na perna, andando a toa. [Aí, percebendo que dava pra entrar...]. E aí, nós foi lá... o pessoal fizeram a reunião né, no Itapeba. Fizeram a reunião no Itapeba e convidou: as famílias que quisesse ir era para reunir em Itapeba. Meu pai foi, reuniu...[e você sabe quem é que reuniu lá... não era...]. Era um tal de Abílio...Abílio que era o cabeça. [A é...] Ele até já morreu. [Não é Udelino não é? Udelino já outra historia]. [Paulino Leite: Abílio com certeza era da turma de Udelino]. Udelino? [Udelino Alves de Matos, não é o Udelino, não né? Abílio...]. Não. A nossa turma cá tava unido com Abílio. [Foi em 60...e...62 mais ou menos, 61, 62..]. 61... isso...isso...que nós mudamos pra lá foi em 61. [E vocês não ficaram com medo não?]. Eu era moleque... eu sou de 46...eu tava com 10 anos...61..62 eu tava com 14 ...Então você vê...a gente toda vida fomos obediente ao pai. Então a gente fazia o que o pai mandava. Não tinha o direito de fazer... de saltar fora para você fazer não. O que o pai mandava a gente fazia, então só fazia que o pai mandava “você vai lá... você vai lá o

volta aqui”. Não tinha esse negócio de caçar outra coisa. Então a gente foi muito obediente graças a Deus. [Então me conta dessa reunião lá Itapeba, então o Abílio juntou aquele monte de gente e falou: “olha quem quiser tem terra...] Quem quiser pegar um pedacinho, vamos lá que nós vamos dividir aquela fazenda entre nós. [E a fazenda tava no mato ainda?]. Tava na mata. Tava no mato. É um chavascal, aquele capoeirão assim né, de vocês arroçar entrava de foice, foice de [?] tinha vaga assim... capoeirão...Não era mata não era capoeirão. [Mata fechada não] Deu aquela entrada... tinha quebrado aquele trem e abandonou, largou aquilo prá lá. E aquilo passou muitos anos lá. Ai o pessoal resolver entrar lá e nós entremos. Entremo lá... tinha muita mata ainda. Mas a gente ficou... ficamos lá de um ano só. Ficamos de um ano pro outro só, lá. [Foi pouco]. É...foi de um ano pro outro...quando fomos prá lá só tiramos uma colheita. fizemos a colheita, e no meio da colheita, na capina da roça, foi mais ou menos em novembro a polícia veio e tirou todo mundo. É...em novembro. Ai queimou nossa casa tudo, tivemos que sair...vim prá Itapeba... ficar dentro de casa, dentro das casas das famílias cá em Itapeba nosso grupo... Foi até que meu pai veio e comprou um direito, lá fazenda, lá no Geraldo italiano que é ali onde mora o João Santos, Geraldo Dalcol. O pai veio e comprou um direito cá e nós viemos pra cá. E de cá nos ficamos rolando naquele meio de Imburana ali até hoje. Agora por fim nós mudamos lá pro seu Jaime, né... que é lá hoje é do Gil. Ai nós moramos no Jaime...meu pai morou 32 anos. [No Jaime?]. No Jaime...na terra do Marcondes. [Quem conta essa história de 32 anos no Jaime é a esposa do seu irmão Laurindo lá de Ecoporanga... a...]. A Dica... [Qual o nome dela?]. A Dica. [Isso, a Dica. Ela carrega muita mágoa de ter ficado 32 anos lá e também não ter recebido nada]. E não recebeu nada. Não receberam nada. Quando saiu...Saiu sem nada, porque meu irmão deu bobeira e pediu cinco mil, o valor não deu nada não. Se tivesse pedido menos vinte né, se tivesse pedido vinte ah...tava tendo uns cinco, mas ele pediu cinco e não deu nada. É isso aí. Ai com muito...eu...eu morava neste tempo aí...eu morava em São Paulo.. deu 22 anos em São Paulo. Eu voltei prá Imburana...vendi minha casa em São Paulo voltei para Imburana e comprei uma terrinha...foi justamente na saída de meu pai lá.. dessa terra. Eu fui com muito jeitinho negocieei com Rondelson... E aí o Rondelson deu 3 mil reais para as duas famílias. Mil e quinhentos para cada uma. [Este Rondelson é hoje que está no Cotaxé]. No Cotaxé. É aquele mesmo. [Ele tá rico, né]. É tá rico. Esse Rondelson comprou a fazenda do.[Ele é novo né] Novo, moleque novo. Ele comprou a fazenda

donde meu pai morava e vendeu pro Gil...vendeu pró Gil..Pereira...e morava aqui em Vitoria e veio pra cá depois e comprou aquela fazenda lá no Cotaxé. Aquele cara foi uma isca. Ele serviu de isca lá. O Rondelson... ele foi lá servir de isca lá. Ele desempregou... Ele chegou lá e comprou a fazenda que era do Felismino, prá lá do Solino ali, ele comprou aquele trem tudo ali, e desapropriou o seu Zé Benvindo. Zé Benvindo também saiu batendo a mãozinha na bunda, batendo na poeira da bunda, sem nada. Mas ele foi uma isca, uma armadilha que eles fizeram, prá ele servindo... comprar prá morto. Ele falava que comprava, mas não comprava nada. Falava: “É meu.. isso aí é meu, não quero ninguém aí não..vou pô pasto nisso tudo..pá..pá..pá.. todo dia tava em cima insistindo e daí quando a família daquela pessoa saía ele não era dono mais... dono era outro. Assim...sei lá.. comprou do seu Solino e passou pró Felismino. É isso mesmo né. E com o meu pai foi a mesma coisa. [Em Antonio, como você sabe que o Rezende tinha escritura mesmo, de repente aquela terra não era devoluta? Do Estado?). Essa é uma grande história, porque eu não sei informar direito não... eu não sei informar direito não. Se ele tinha escritura daquilo ou se aquilo foi posseado, porque quando nós vinha prá qui as mata era toda cheia de picadão. Ali no Gustavo... aqui no Gustavo mesmo as matas... você entrava pras mata afora era picadão, você ia pró picadão. Olha, vamos sair..Vamos caçar puaia¹⁵⁷.. tinha um negócio com meu irmão, de caçar poaia. Ai nós ia caçar poaia... vamo apanhá o picadão aqui ó, nós vamo beirando o picadão que nós não se perde, qualquer coisa nós tamo dentro do picadão. Nós sabe que nós tem que vortá, e assim nós ia. Quando nós queria largar o picadão, nós dava um pique na madeira com a ferramenta que nós lá ia...dava um pique no pau e ia afundava prá lá se você desse a vorta e saísse no picadão, você vinha caçando, vinha olhando, olhando e quando achava o pique e agora nós ficamo de casa, olha a picada que demos no pau, aqui ó. Picou o pau aqui. Aqui tá pertinho prá sair de casa. Marcava assim..Com um facão, com um machado, uma foice que nós fosse levando. Que era mata mesmo... o negócio era feio... tinha onça, tinha tudo naquele trem.[Então, ai de repente, vocês entraram lá ajuntaram com Abílio, o pode pegar, este aqui é do Rezende, será que era dele mesmo, ele falou. O pessoal falou... cadê a escritura lá? De repente nem tem escritura.Expulsaram vocês pela força] Eles

¹⁵⁷ POAIA – planta muito valorizada na época devido suas inúmeras propriedades terapêuticas. Suas raízes são utilizadas contra diarreia. Ver Correa (2012) e Silva (2015).

expulsaram o povo de lá e eles ficou com a fazenda. Mas ninguém ficou sabendo se esta fazenda ficou como do Rezende. Ele vendeu agora um pedaço prá aquela mulher lá...vendeu prá aquele Luiz Maia... Marão... Juarez Favaratto. Marão comprou uma parte e Favarato outra. Ele vendeu... é dividida agora em duas partes. Mas eu... este detalhe aí depois que nós saímos não fiquei sabendo. Nada do que aconteceu mais. [pouco tempo que vocês ficaram]. Lá, de um ano pró outro. Não chegemos a ficar dois ano não. [deu apenas para fazer uma colheita]. É só uma colheita... plantamos.. Fomos lá marcamos, fomo lá roçamos, fizemos a roça, planto.. quando... e fizemos a casa rápido também... isso aí foi rápido. Dentro duns 6 meses nós abrimos, plantamos e fizemos a casa. E assim que fez a casa eles vieram tirar. Nós não moramos três meses na casa. Eles queimaram ela. [Você lembra, você tava quando você era pequeno, você viu a casa pegando fogo?]. É vi...pertinho. tocou gasolina naquele trem e lascou fogo.[Me conta assim o dia... pode ficar a vontade.. detalhe, não tem problema não... como é que é... você sente hoje assim] [silencio e se vê uma lágrima nascendo nos olhos de Antônio] Rapaz, a gente fica pensando até hoje... Hoje eu fico...sei lá..Tem hora que eu fico lembrando daquilo lá me dá uma tristeza mas passou né...aconteceu né...não foi... a captura chegou... e ainda tem outro detalhe aí. A nossa sorte na hora que a policia chegou lá, a captura, prá mais de uns 20 homem prá retirar nós, prá retirar nós,... eles vai por fogo na casa era só pegar as coisas jogar no chão e por prá fora e por fogo. Mas meu pai serviu o exercito. Meu pai tinha um retrato do exército. Dele, como soldado, vestido, lá na parede. Aí o chefe da delegação chegou e falou assim: "Uai quem é aquele rapaz ali". Minha mãe falou assim: é meu esposo, meu marido. É o chefe da casa? É.. é o chefe da casa. Ai ele olhou... ficou olhando e falou prá turma assim: "a senhora vai ter 3 dias prá tirar as coisas da senhora, nós não vamos queimar a casa da senhora hoje. Nós vamos respeitar. Nós vamos respeitar a senhora. Nós vamos dar 3 dias prá senhora. Daqui a 3 dias nos vem prá queimar. Nois vem prá derrubar a casa da senhora. Aí deu 3 dias prá nós. Ai, nós tinha um barraquinho assim...quando nós estava posseando nós fizemos um barraquinho lá doutro lado. E ai perguntou pró policial...mas nós pode... a mãe perguntou, mas nós pode pegar as coisas e por tudo naquele barraquinho. Ai ele olhou assim e falou: pode.. pode por tudo as coisas da senhora lá...mas a casa nós vamos derrubar, vamos queimar. Rapaz... ai nós ponhamos tudo lá... era pertinho..daqui no portão assim..da casa. Ai fomo lá e empilhamos tudo, cama, tudo lá dentro, guardamos. .

Daí três dias eles vieram,, Vieram e buzinou gasolina em tudo.. a casa de soalho,, entrou dentro e jogou latão de gasolina riscou o fósforo e saiu. Enquanto a casa não queimou eles ficaram lá de longe esperando aquilo queimar tudo. E nós também assistindo a casa queimando. Isso foi uma coisa triste. Ai...[Mas seu pai tava lá?]. Meu pai? Meu pai teve que correr... abrir fora. iam matar. Queriam pegar meu pai. Queriam prender todo mundo. Eu mesmo foi um que passou um aperto doido. [risos]. Meu pai e meu irmão correu. Eu era molecão... 14...15 anos. Mais mulecão assim... ai eu falei, não...Meu pai falou... não você pode ficar com sua mãe ai...qualquer coisa você carrega recado prá nós. ... você carrega recado prá nós. Você passa recado prá nós. Qualquer coisa que acontecer... você vai lá avisar nós. Ai eu fiquei né, prá fazer companhia. Ai, ajuntou dentro da minha casa, a família do negro Jovelino e a família do Mané Garrucha. Dona Maria Garrucha. Chamava..era o apelido dele. Essa família... três família com vida ... junto. De homem era só eu. Ai minha mãe falou “não você vai ficar aqui porque qualquer coisa se for preciso ir lá onde tá o Laurindo você vai”, Ai vai... tinha uma outra grota assim tinha uma outra família que morava e eu fui prá lá. Lá tinha uma turma de coleguinha... fui prá lá. Ai quando eu ia descendo assim...quando ia lá embaixo perto da casa do Abílio lá...eu olhei e vi a cabeça da polícia a cavalo. Ai eu pá na canela. Eu corri... eu corri mais ou menos um quilometro. E ele jogava o cavalo em cima pensando que era os homens prá pegar né... Eu era [grandão]... 15 prá 16 anos...Mulecão. Mas magrinho assim...Eu corri... corri... corri...Bufando cavalo em cima....[...]

**ANEXO 6 – DEPOIMENTO DO TENENTE CORONEL DJALMA BORGES NA CPI
DE 1953.¹⁵⁸**

COMISSÃO DE INQUÉRITO PARLAMENTAR

Resolução N. 244

TÉRMO

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de mil novecentos e cinquenta e três, nesta Cidade de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, no Edifício da Assembleia Legislativa, às 20 horas, presentes os membros da Comissão que êste subscrevem, passou o Sr. Presidente a ouvir e testemunha abaixo, como adiante se segue – Eu. [assinatura], secretário, escrevi.

TESTEMUNHA –

Senhor Tenente Coronel Djalma Borges, com quarenta e oito anos de idade, natural do Estado do Rio de Janeiro, casado, Tenente Coronel da Polícia Militar, sabendo ler e escrever, residente à Rua Bernardino Monteiro, número 44, prometeu dizer a verdade do que soubesse ou lhe fosse perguntado. Inquerido pelo senhor Presidente respondeu: que a seis de fevereiro de 1952 foi como comandante de uma diligência para uma localidade denominada Vinhático, no Município de Conceição da Barra, diligência composta de dez soldados e um cabo; que a diligência tinha a missão de garantir os agrimensores que, por ordem dos Secretários de Agricultura e de Viação e Obras Públicas, respectivamente, Drs. Lauro Ferreira da Silva Pinto e Hermes Curry Carneiro, que ali se achavam para fazer o levantamento de uma área de 10.00 hectares de terras que o Estado deveria entregar a CIMBARRA por força da lei nº 360; que essa referida área tinha sido perturbado por posseiros, digo por invasores trazidos por madeireiros de Nanuque, sob a chefia de Jackson ou Jason ou Jasson Mendonça; que o motivo da ida da diligência policial à Vinhático foi o fato de que os invasores haviam enchotado [sic] os referidos agrimensores, impedindo-os no seu trabalho; que em consequência disso a região foi visitada pelos Secretários acima referidos no intuito de verificar “in loco” a situação reinante, e os possíveis direitos dos citados invasores; que à saída dos referidos Secretários da zona de Vinhático os referidos se reuniram no citado povoado com intuito de desacatarem aquelas autoridades; que por injunções, digo, que por interferência do soldado João Loureiro, vulgo Joãozinho, no sentido de

¹⁵⁸ CPI de 1953, vol. 1. fls. 108 a 113.

evitar qualquer conflito, recebeu o referido soldado um tiro na espinha dorsal e várias perfurações a sabre pelo corpo, tendo sido transportado para Vitória, aqui veio a falecer a cerca de um mês; que em face disso foi destacada a diligência policial sob o comando do declarante para aquela zona perturbada; que em consequência da garantia oferecida pela força policial os agrimensores puderam terminar o seu serviço no prazo de um ano e os invasores foram localizados em áreas vizinhas à concessão da CIMBARRA, como compensação das áreas que antes ocupavam dentro da referida concessão; que durante o tempo da diligência só se verificou uma prisão de um embriagado dentro do povoado depois de haver provocado uma briga com um soldado; que encerrada a sua atividade em Vinhático seguiu, digo, retornou a diligência a vitória; que tendo chegado ao conhecimento da Secretaria do Interior que uma quadrilha de bandidos, sob a chefia de Jair Prata e seus dois irmãos, assolava as regiões de Gabriel Emílio, Barra de São Francisco, Cachoeirinha do Itaúnas, Vila Verde, Guararema, Águia Branca, Rochedo, Cedrolândia, Santo Antônio, Paulista e outras localidades, resultando a morte de nove pessoas, mandou o Secretário do Interior ao declarante numa diligência com quatro soldados para fazer a captura do referido bando e restabelecer a ordem; que a sua ação na referida zona foi de oito dias mais ou menos no mês de julho de 1952, dela não resultando nenhuma prisão e nenhuma morte e nenhum espancamento, porque nenhum membro do bando foi encontrado, apenas na Serra do Taquaruçú o jipe da diligência foi perfurado por dois tiros, fato que foi verificado somente no dia seguinte, em virtude do mal estado da estrada e das explosões do motor; que em fevereiro do corrente ano, tendo chegado ao conhecimento do Governo do Estado, por via telegráfica, pedidos de garantia de vida de autoridades e proprietários da zona da Pedra da Viúva, pedidos êsses endereçados ao Governo de Minas e ao Sr. Ministro da Justiça e firmados, dentre outros por Arlindo Costa, Juiz do Têrmo de Carlos Chagas, Francisco Modesto, delegado civil de Carlos Chagas e Dr. Leôncio, fiscal da carteira agrícola do Banco do Brasil naquela localidade, e que denunciavam que um bando de 228 homens armados, sob a chefia de Umdelino Alves de Matos, digo sob a chefia de Udelino Alves de Matos, estava tomando propriedades e matando os respectivo proprietários, foi o declarante mandado em diligência para aquela zona com dez soldados para restabelecer a ordem; que a diligência atingiu Oratório de Jipe e daí para a frente prosseguiu a cavalo; que no percurso encontrou todas as fazendas abandonadas pelos respectivos proprietários, com excessão da

fazenda do Dr. Izaac Machado que estava ocupada pelo administrador e da fazenda do deputado Oto Neves que estava ocupada pelo seu administrador João de Oliveira; que os proprietários haviam abandonado suas respectivas fazendas pelo terror reinante e pelas ameaças recebidas pelo grupo chefiado pro Udelino; que na fazenda de propriedade do Sr. Abraão Lincoln, casado com a filha do ex-secretário da Fazenda do Estado da Bahia, soube que o proprietário, que se achava foragido, recebera ameaça do grupo de Udelino, por intermédio do desordeiro Antônio Tatá de que todos os pretos do referido grupo iriam se servir da referida senhora pela simples notícia de que ela não gostava de preto; que chegando à Pedra da Viúva aí se demorou um dia, sendo informado do lugar onde se achavam os homens do bando; que viajou um dia e duas noites pela mata a dentro, a pé, evitando as estradas porque os reconhecimentos haviam constatado a existência de trincheiras para Recber a fôrça; que ao amanhecer da segunda noite, às seis horas da manhã de 28 de fevereiro de 1953, deparou a diligência com o lugar denominado Córrego Canela d'Éma, onde se achava localizada a sede do governo provisório do Estado "União de Jeová"; que o referido "Estado" se compunha de terras dos Municípios de Conceição da Barra, São Mateus, Barra de São Francisco, Ametista e Joeirana no Estado do E. Santo, e Teófilo Otoni e Carlos Chagas no Estado de Minas Gerais; que o símbolo do "Estado" era uma bandeira verde com uma faixa branca e dizia Udelino, mostrando um livro com selos, que o "ESTADO" fôra criado por ordem do Presidente da República a conselho do deputado federal Wilson Cunha, e que aquele livro era o seu decreto de nomeação de administrador federal do "Estado União de Jeová"; que ali encontrou a diligência um barracão com oito metros por onze mais ou menos que era a sede do "Governo Provisório", a cuja frente era hasteada a bandeira, diante dos homens formados e depois do que Udelino com gesto do seu ritual fazia as preces para os seus sectários; que foi ocupado o referido barracão onde não encontrou viva alma, apenas gêneros alimentícios e ferramentas de trabalho; que acampada a diligência, determinou o serviço de segurança para duas estradas que para ali convergiam; que duas horas depois da sua chegada conseguiram os soldados deter um dos sectários do grupo de nome Mário, não conseguindo a prisão de dois outros que o acompanhavam porque estes mais atrasados fugiram quando viram o seu companheiro preso; que Mario vinha com uma espingarda e um facão, e se destinava ao barracão para apanhar suas ferramentas de trabalho; que o referido Mário reside hoje no Córrego do Itá, perto de

Paulista, colono de um alemão; que foi o referido Mário que narrou toda a organização do “Estado”, inclusive que cada homem receberia um lote de quatro alqueires do referido território; que Mário contou, então, que um grupo de dezoito homens do bando dentre os quais se recorda de Sebastião Raimundo, José Furtado, Jorge Comecrú, João Sudre e Izidoro de tal, sob a chefia de Udelino foram a fazenda de Gustavo de Oliveira e aí, não encontrando o fazendeiro, mataram o seu administrador Izaías Conceição, submetendo sua mulher a todas as sevícias depois de have-la despido a procura de armas: que saquearam a casa e à saída Udelino deu Cr50,00 à viúva para despesas de funeral; que Udelino havia levado seus homens, em numero de 228, a Pedra da Viúva, onde se realizara um comício, todos armados e a maioria nus porque atravessaram o rio São Mateus do Norte ou Cotaché; sendo Udelino que concitara o povo a aderir ao seu movimento que era garantido pelo futuro governador do Estado do Espírito Santo, Sr. Wilson Cunha, e que os que não aderissem teriam as línguas arrancadas e as orelhas cortadas para exemplo aos demais, e que depois falou o Juca Lopes, que lançou a candidatura do Sr. Wilson Cunha a governador do E. do Espírito Santo; e que terminou o comício em tiroteio e cachaçada; que de volta do comício escreveram nas porteiras a tinta vermelha o nome de Wilson Cunha como Governador do Estado; e que, como testemunhas dos acontecimentos da Pedra da Viúva, pode citar as seguintes pessoas: Augusto Reis, Cleunizete Tristão, João Angelo, Jerônimo de Tal, Orígenes Contão, Moisés Reis, Dr. Izaac Machado, Jonas Cordeiro; que em face das declarações de Mário foi desejo do declarante prender os dezoitos cúmplices, digo, dezoito coautores da morte de Izaías, tendo sabido ser autor dela Jorge Comecrú; que também foi seu desejo prender as autoridades nomeadas por Udelino, tais como juiz de direito, promotor, delegados de terras, etc., sendo o referido Mário delegado de terras de nomeação de Udelino; que em face das diligências conseguiu prender três dos criminosos os de nome Mário, Izidoro e um terceiro de que não se recorda o nome e o delegado de polícia de Udelino, de que também não se recorda o nome, todos os três remetidos para o Delegado de Polícia de Barra de São Francisco; que daí seguiu para o Patrimônio de Ronco, passando pela casa em que foi morto Izaías, porque teve notícias de que Juca Lopes aí residente fizera voltar as testemunhas do crime que iam depor por intimação das autoridades de Paulista, sob a alegação de que se depusessem contra Udelino eles as matariam e se depusessem a favor de Udelino a Polícia as mataria de pancada; que por esse motivo e por saber que Juca

Lopes é desordeiro contumaz já processado, é que foi a Ronco ouvir Juca Lopes; que chamado Juca Lopes na pensão onde se encontrava o declarante, este declarara que não tinha participado de coisa alguma, apenas lançara a candidatura do Sr. Wilson Cunha a governador do Estado; que o referido senhor foi tratado com respeito, sendo que foram apreendidos em sua casa e entregues por sua senhora ao sargento Dutra uma espingarda e um revolver que Juca Lopes dizia ter o registro do revolver mas não sabe onde se achava; que aí no Ronco teve notícia o declarante, por intermédio de Augusto Reis, que no Patrimônio de Santa Terezinha, Udelino e mais cinco companheiros havia trocado tiros com o destacamento local, sob o comando do sargento Altino [Altivo] Correa, mais que nada tinha a ver com a diligência sob o seu comando e de cujo conflito resultara a morte de Sebastião Raimundo e ferimentos graves em Jorge Comecrú, da parte do grupo de Udelino, e da parte da Polícia, ferimentos graves no sargento Comandante e em Praxedes de tal, subdelegado do distrito de Santa Terezinha; que no conflito foram presos José Furtado e outro de que não se recorda o nome, tendo fugido Udelino e seu secretario e apreendidos documentos na mala de Udelino; que sabedor disso dirigiu-se para Santa Terezinha onde chegou três dias depois, nada mais encontrando, pois, os feridos tinham sido transportados e os documentos estavam em poder das autoridades de São Francisco, onde devem estar até hoje; terminada a sua missão naquela zona retornou a Vitória, em onze de março de 1953, que o depoente se recorda de um fato que quer que seja assinalado, é de que o proprietário da fazenda onde se localizava o barracão sede do grupo de Udelino, e que é Juiz do Termo de Carlos Chagas, pediu licença ao declarante e na sua presença pôs fogo no referido barracão que era feito de pau a pique e coberto de taboinhas com tudo que nele se achava, tais como gêneros, ferramentas e utensílios de cozinha e que o grupo de Udelino estragara vinte e três alqueires de terras em arrozais da referida propriedade de Arlindo Costa, numa ação de depredação que caracteriza os seus instintos inconfessáveis; que há cerca de dois meses recebeu o declarante a missão do Sr. Secretário do Interior para ir à Pavão, Município de São Mateus, a fim de verificar a situação existente entre o deputado federal Wilson Cunha e a empresa de madeira denominada Cedrolândia Ltda. mais com instruções de não tomar providência alguma; que chegando em Pavão soube que o administrador da empresa Cedrolândia, de nome Izaias de tal, havia convidado o cunhado do deputado Wilson Cunha, de nome Orly Nunes, residente no povoado Todos os

Santos para vir a Pavão, a fim de terem um entendimento sobre a situação, tendo sido portador o solado de nome China; eu a questão entre Wilson Cunha e a Cedrolândia é devido a uma construção de estrada entre Pavão e o Patrimônio de Formiga, passando pelo Córrego do Estevam, que a Cedrolândia está fazendo e que o deputado Wilson Cunha não quer que seja feita, porque se não for feita a estrada todos os contratos de madeira da Cedrolândia cairão nas mãos do deputado Wilson Cunha, que tem uma estrada entre o Pavão e o Patrimônio de S. Antônio, com escoamento para Colatina; que os trabalhadores da estrada da Cedrolândia são impedidos de trabalhar pelas ameaças de um grupo de oito a dez homens armados, empregados do deputado Wilson Cunha; encontrando, porém, empregados de A. D. Silva, madeireiro de Vitória, chefiados por Marinho Abreu, por sua vez contratado por Gumercindo Machado, que é o gerente da referida firma, naquele local; que em face do declarante saber que a situação da firma é considerada como invasora naquela região, mandou parar o serviço de construção da estrada, até sua legalização no Estado, ou combinação com a Cedrolândia, que é quem possui os contratos de madeira da zona; que cumprida sua missão, retornou a Vitória, onde até hoje se encontra, depois de relatar ao Sr. Secretário do Interior e Justiça, verbalmente, a situação exata da pendenga entre Wilson Cunha e a Cedrolândia; que o declarante agora se recorda de que, quando o cunhado de Wilson Cunha foi convidado para vir a Pavão entrar em entendimento com a Cedrolândia, este não atendeu ao convite do administrador da empresa e sob alegação de que fora chamado com urgência a Colatina, Dalí seguira para o Rio sem se avistar nem com o administrador, nem com o declarante; que dias depois o deputado Wilson Cunha da tribuna da Câmara denunciara, digo declarara que o seu cunhado fora escorraçado pelo depoente, e que se achava foragido no Rio de Janeiro, mais o declarante afirma que não viu e nem conhece o citado cunhado do deputado Wilson Cunha; que a mando do Sr. Secretário do Interior acima referida foi até ao Córrego 2 de Outubro, onde verificou a invasão dos terrenos da família Dal Ros adquiridos de Malacarne, digo que a mando do Sr. Secretário do Interior na missão acima referida, foi até o Córrego 2 de Outubro, onde verificou a invasão dos terrenos da família Dal Ross adquiridos de Malacarne e invadidos por João Correa, Vavá e outro; que intimados os três parara irem ao Patrimônio do Ronco, aí declararam que ali estavam na referida propriedade a mando de Wilson Cunha e que notificados pelo declarante de que dentro de trinta dias deveriam entrar em acordo com os

proprietários os invasores concordaram, mas que no dia seguinte seguiram os três para a fazenda de Wilson Cunha, a fim de saberem se saíam ou não, não sabendo o declarante se de fato eles desocuparam as áreas invadidas, porque o declarante de lá se retirou e no dia três próximo completar-se-ão dois Meses do dia em que foram notificados para a saída; mas que foram apreendidas três espingardas dos três invasores e entregues ao cabo comandante do destacamento do Ronco, sob a condição de serem devolvidas quando as áreas forem desocupadas ou entrarem em combinação com os proprietários legítimos. Dada a palavra ao Sr. deputado Oswaldo Zanelo, às suas perguntas respondeu: que tem certeza que o Sr. Jackson ou Jasson, ou Jason tem ligações com o Partido Comunista; que afirma que as ideias de Udelino são comunistas, mas que não pode afirmar que ele seja comunista; que da quadrilha dos irmãos Prata um deles foi soldado e um outro irmão é ainda soldado da Polícia Militar; que a causa do tiroteio entre o grupo de Udelino e a Polícia em Santa Terezinha foi o fato de que sabedor o sargento de que se achava ali o grupo de Udelino, foi ao encalço do mesmo e tendo o encontrado no fim da Rua, à sua pergunta de que “quem é Udelino”? a sua resposta foi o primeiro tiro, dá o tiroteio; que atribui responsabilidade ao padre Zacarias de Oliveira nos acontecimentos do grupo de Udelino, porque Mário o elemento preso e pertencente ao referido grupo dissera que o padre Zacarias havia pedido a Udelino um área de 10 alqueires para si e 10 para uma família que viria do Ceará por intermédio do Dr. Aristides: que em troca desses favores Mario dissera que Udelino lera uma carta para o grupo, de autoria do referido padre, em que êste enviava de presente a Udelino o cabra Jorge Comecrú, que seria sua pessoa de confiança e que era o único homem do bando que usava winchester; que não conhece o Sr. José Antônio de Assis; que não é verdade que tivesse queimado ou mandado queimar casa de ninguém e que não conhece o tal de Wenseslau; que em casa de Juca Lopes não foram dois soldados e sim o sargento Dutra e que nada houve na pensão quando do depoimento de Juca Lopes, mas que afirma que alguns de seus soldados estavam armados de metralhadoras; que conhece o Sr. José Calixto, pessoa a quem o deputado Wilson Cunha aponta como tendo sofrido violências, mas que o declarante afirma que não foi agredido por ninguém, tanto assim que quando lá voltou foi ele o empreiteiro de uma serragem de madeiras para a escola pública local; que o declarante desconhece qualquer espancamento havido com a relação a Euclides Alves, Deoclides Silva e Olinto Silva, bem como o Sr. Gilberto Moreira; que não é

verdade o que afirma José Sudre numa carta ao Capitão Floriano Rubim de que tivesse sido roubado em armas e ferramentas no valor de CR 6.436,00, mas afirma que êle é de Cachoeiro de Itapemirim, onde tinha fama de ladrão de cavalo e que a única vez que passou em sua casa o Sr. Gustavo, proprietário local é testemunha e foi que fechou a casa que estava aberta e abandonada; que não sabe e nem conhece os indivíduos Galo e outro residente no Patrimônio 15, que se dizem vítimas de espancamentos; que não tem conhecimento de violência alguma cometida com a família Ambrózio mas sabe que tiveram uma encrenca de terras com o proprietário Lulú Correia e o deputado Oto de Oliveira Neves; que o Sr. Governador nunca lhe deu ordem alguma e que Sr. Nuno Santos Neves foi a autoridade que o incumbiu no caso da CIMBARRA, mas para agir com toda a cautela e sem qualquer violência; que as armas apreendidas do grupo de Udelino foram, digo, e outras apreendidas em outras diligências estão relacionadas em relatório e em seu poder, de acordo com ordens do Sr. Secretário do Interior e Justiça. Dada a palavra ao Sr. deputado Floriano Rubim, às suas perguntas respondeu: que nunca foi ao Patrimônio do 15 a não ser em 1940, e portanto desconhece qualquer fato que aí se houvesse passado com a sua Polícia; que não foi designado para capturas e sim por portaria para fazer algumas diligências; que pode relacionar as seguintes testemunhas do Vinhático: Dr. Mário Velo, médico, Adolfo Serra, escrivão do crime, Manoel Sinho, negociante, Luiz Faustini e Humberto e Vitório Ribom e que pode citar também como testemunha no caso do Juca Lopes o deputado Adelino Coimbra. E por nada mais haver, deu-se por findo o presente, que depois de lido e achado conforme vai devidamente assinado. Eu [...], Secretário, escrevi. [Seguem assinaturas].

ANEXO 7. Poema escrito pelo poeta Paulino Leite, dias depois do nosso encontro para entrevista:

No dia oito de fevereiro,
antes do anoitecer,
foi chegando um professor
querendo me conhecer

a minha pessoa e minhas histórias
foi vindo lá de Vitória,
é da UFES, fui atender.

Ele e seu motorista.
Adão Leite estava junto,
é meu primo e meu amigo.
Foi tocando no assunto
vieram te procurar,
se você sabe informar
o que eles querem neste assunto.

Sobre a Pedra da Viúva,
ou melhor ser Cotaxé,
dos posseiros e fazendeiros,
as histórias como que é,
ali no Córrego do Limão
que matou nossos irmãos
homem e também mulher.

Eu falei ao professor,
que é Luiz Muramatso
Universidade Federal
do Espírito Santo o que eu acho
muita coragem você tem,
eu sou escritor também
na Poesia sou cabra macho

Sobre a Pedra da Viúva,
do Limão e Cotaxé,
conheço todas as histórias.
E foi andando de a pé,
o meu pai era tropeiro
e também era vaqueiro
na Bahia em Jequié.

Aqui no Espírito Santo
continuou a profissão.
por isso que conhecemos
as histórias do Limão.

Quem passava nas trincheiras
com a tropa e carga cheia
fumo, farinha e feijão.

Todo mundo tá na guerra,
mesmo não querendo estar.
Pai passava nas tocaias
com tropa prá carregar.
Os posseiros e pistoleiros,
soldados e fazendeiros
querendo as terras tomar.

O meu pai passava aperto
no tempo do Lamartin.
Com tropa e também com gado,
passando nestes caminhos.
Os posseiros entrincheirados
querendo matar os malvados:
Paredão e Lamartin.

Chegava nos mata-burros,
os paus estavam arrancados.
A tropa ali não passava
todos os burros carregados.
Encostava nas porteiras
até chegava os tropeiros
e abriam com muito cuidado.

Quem estava nas tocaias,
esperando o Lamartin,
já sabia que era tropa
passando pelo caminho.
Mas com o ruído do carro
saíam todos armados
prás beiradas dos caminhos.

Quando Lamartin passava,
com o carro os vidros fechados,
eles metiam as espingardas,
era bala prá todos os lados,
só ficava a bagaceira,
em volta daquela porteira,
Lamartin sumia nos serrados.

Parecia que tinha parte
com o diabo a proteção.
Pois os posseiros pelejaram,
não conseguiu matar não.

Mataram seus pistoleiros.
Paredão foi o primeiro.
Até vender para o doutor Leão.¹⁵⁹

¹⁵⁹ Algumas explicações são necessárias a respeito deste poema. Uma cópia dele foi-nos entregue, gentilmente pelo poeta, Paulino Leite, um dia depois da nossa conversa, em 09 de fevereiro de 2015. Sua citação no nosso trabalho tem autorização expressa do autor. Fazemos referência a este poema por dois motivos. 1. Não se trata apenas de uma narração ilustrativa do conflito entre o fazendeiro Lamartine (cercado por seus pistoleiros) e os posseiros, mas é uma narrativa poética do ponto de vista de quem tem seus pés fincados na cultura popular da região. Paulino Leite traduz nas suas poesias a fala dos posseiros recontando suas histórias. 2. O aprendizado, nos bancos escolares (no caso, universitários) sobre metodologia científica e métodos e técnicas de pesquisa é importantíssimo para quem se pretende pesquisador. Porém, o formalismo acadêmico neste campo levado ao excesso, passa a constituir em amarras que tolhe a criatividade do pesquisador. Este está tão preocupado em seguir um modelo de procedimento científico (muitas vezes discutível) que se esquece de ver o principal: o humano, com suas alegrias, tristezas, dramas, traumas e sofrimentos. Este humano que deveria ser verdadeiramente o “objeto” da sua investigação. Por isso, optamos pela conversa aberta, que permite ao entrevistado a livre escolha em discorrer, a seu modo, sobre o que foi perguntado. Evidentemente as perguntas do pesquisador não são aleatórias, elas já delimitam um campo já escolhido por ele, centrando num tema (que pode possuir variações), como é o caso aqui presente em que o poeta fala especificamente destes conflitos entre fazendeiros e posseiros. Por outro lado, a proposta de uma pesquisa participante em que o pesquisador se identifica profundamente com o universo que está investigando não é, de modo algum, a mesma coisa que propor uma ciência militante (seja a história ou a sociologia). Militância se faz na condição de cidadão mas não no plano da ciência.